

ALEXANDRE JOSÉ GONÇALVES COSTA

FRADES NA CIDADE DE PAPEL
A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA EM SÃO JOÃO DEL REI: 1905 – 1925

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da Prof^a Dr^a Izabel
Andrade Marson

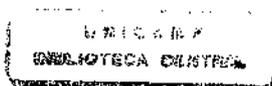
Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Banca Examinadora em
12/4/00

Amorson.
Prof^a Dr^a Izabel Andrade Marson

Leila Mezan Algranti.
Prof^a Dr^a Leila Mezan Algranti

Roberto Romano
Prof. Dr. Roberto Romano Silva

Campinas/2000



12/04/00

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
C 823 f
V. 1
FOLHAS 41193
PÁG. 278/00
P. 1 x
PREÇO R\$ 11,00
DATA 9-06-00
N.º CPD

CM-00142721-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 823 f **Costa, Alexandre José Gonçalves**
Frades na cidade de papel: a ação social católica em São João del Rei: 1905-1925 / Alexandre José Gonçalves Costa. - - Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Igreja católica. 2. Catolicismo. 3. Pensamento religioso. 4. Católicos. 5. Ação Católica. 6. Religião e sociedade. I. Marson, Izabel Andrade. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à Prof^a Dr^a Adalgisa Arantes Campos, que me sugeriu a cidade; ao amigo Adalberto Batista Sobrinho, pela orientação quando da feitura do anteprojeto, e pelo prazer dos encontros; ao pesquisador Sebastião de Oliveira Cintra, por permitir-me o acesso ao seu arquivo singular; à generosidade de Frei Feliciano van Sambeek, por ceder-me temporariamente os documentos atinentes à pesquisa constantes no arquivo do Convento de N. Sra. de Lourdes, em São João del Rei; ao Pe. Jamil N. Abib, por facultar-me a investigação do material relativo à União Popular no seu arquivo em Rio Claro; à solicitude das funcionárias e funcionários da Biblioteca Municipal Caetano Baptista d'Almeida e do Museu Regional de S. João del Rei, na pessoa do historiador Jairo Braga Machado; à minha orientadora Prof^a. Dr^a Izabel Andrade Marson, por ter acreditado no trabalho, assegurado condições para sua realização e apontado caminhos; à Prof^a Dr^a Eliane Moura da Silva e ao Prof. Dr. Roberto Romano Silva, que compuseram a banca de qualificação, pelas indicações bibliográficas e observações acerca da abordagem do tema. Meu reconhecimento às instituições CAPES, CNPq e FAEP, que financiaram o trabalho.

Minha gratidão ao Emerson Merry e à Erminia Silva, pela atenção e apoio quando de minha chegada a Campinas; aos amigos Ademilson Paco Soares, Conrado Moraes Prado e Eclison Tito Silva, pela amizade e prazer dos encontros; às amigas Kátia Benatti, pelo afeto, Daisy Turrer, irmã de alma, Christianni Cardoso Moraes e Iracema Vicentina de Souza, pelo auxílio na pesquisa e imagens da cidade; ao Kleber do Sacramento Adão, pelo diálogo sobre o lugar; à Sra. Ildelga Faccion, por contar-me um tanto de história de sua família; aos amigos do Senhor dos Montes, Dona Manuelina Cândida de Jesus, Iracema V. de Souza, Iriene de Souza Silva e Vainer Moreira da Silva, pela convivência, aprendizado e amizade; à Irmã Leopoldina Inês de Castro Perdigão, pela amizade, carinho, ajuda, humor e afeição.

Minha gratidão à minha família, por muito; à Kátia Toledo, por existir.

SUMÁRIO

I – Introdução.....	1
II – A cidade de papel.....	14
III – Os acólitos de Roma.....	45
IV – As <i>seletas falanges</i> de Cristo.....	99
V – Catecismo social.....	154
VI – Católicos e.....	189
Anexos.....	248
Fontes.....	291

em memória de meu pai Geraldo Nícias da Costa

para
minha mãe Terezinha Gonçalves Costa

para
Léo e Mônica

para
André, Beatriz, Helena e Henrique

para
Kátia Toledo

I - Introdução

A idéia inicial era trabalhar o tema do progresso na década de 1920, em cidades de porte médio. Partia-se do pressuposto que nesses espaços daquela época - período consagrado pela historiografia como de efervescência do *moderno* -, a emergência de setores médios, ainda que vinculados às forças políticas tradicionais, seria responsável pela difusão no interior, da confiança na ciência como elemento chave para a superação do atraso e realização dos emergentes como força social determinante dos rumos de cidades servidas por linhas de ferro, por duas ou três fábricas de tecidos e de calçados, por curtumes, por dois ou três jornais, por um comércio e uma população que cresciam, que se viam às voltas com o problema da mendicância, do abastecimento de água, do saneamento...argumentos todos de uma situação nova a embasar o discurso daqueles setores em oposição ao antigo da comunidade - passado manipulado para prover sua identidade.

São João del Rei foi a escolhida por abrigar, mais acentuadamente em Minas Gerais, o encontro do passado com o moderno - e não estranha ter sido inicialmente eleita para acolher a nova capital em substituição à velha Ouro Preto; também o fato de ter sido preterida por uma cidade inexistente, para além dos ciúmes e concorrência regionais, diz de uma opção da elite republicana mineira em fixar um marco/rompimento com o curral del rei, reinventado em horizonte promissor -, continuidade de um espaço urbano que se fundou e continuou a se manter - superando a crise da mineração - como entreposto comercial. Muito mais do que as propostas de rupturas espetaculares, pretendia-se examinar os discursos da conciliação, da harmonia do baixo contínuo da memória com a melodia do moderno, daquilo que os trilhos levavam do Rio de Janeiro até ela com aquilo que ela tinha a oferecer à caravana modernista que a visitou em 1924. Da busca de síntese entre sua identidade construída e as exigências da civilização, emergiria um sentido no qual os letrados daquela comunidade propugnariam que ela obrasse seu vir a ser. Através de seus jornais, seria possível obter - para além das filiações políticas locais - pareceres que, se possivelmente em suas nuances diferenciados, apontassem um certo consenso acerca daqueles encontros e das sendas a abrir.

O encontro no Arquivo Público Mineiro com o jornal *Ação Social, órgão da União Popular, semanário cujo alvo é trabalhar na realização dos princípios da sociologia cristã e na defesa das classes operárias*, provocou a reformulação dos objetivos da pesquisa, motivada por um certo espanto seguido da curiosidade em saber sobre o significado dos dizeres do seu cabeçalho, e do seu editorial - *A Questão Social* -; entender daquela *união popular* proposta por católicos em 1908; enfim, o significado de um discurso sobre o moderno no registro da religião, que sai a campo no Brasil da primeira década do século XX e se estende até inícios dos anos vinte.

A descoberta que a linha de ferro também conduziu à *Católica* frades holandeses que, junto a outros *mensageiros de Roma* que aportavam no Brasil da época, pretendiam não só o engrandecimento de sua congregação, a reorganização e recomposição do clero nativo na obediência à sé romana - *reforma interna, romanização*, segundo expressões utilizadas pela historiografia sobre a Igreja no Brasil -, mas também, particularmente redentoristas e franciscanos, traziam uma mensagem, um chamado ao laicato para se organizar, para constituir um movimento que servisse de suporte - resistência/pressão - à reconstrução de um lugar de destaque para a Igreja católica na sociedade brasileira, que vivenciava o aprofundamento da laicização promovido pela República, permitiu vislumbrar a primeira tentativa no Brasil de um catolicismo social articulado.

A constatação que a União Popular de São João del Rei foi “considerada a vanguarda do Exército Católico Mineiro” pelo 2º Congresso Católico Mineiro¹, que o seu diretor foi o primeiro assistente eclesiástico do Centro da União Popular de Minas Gerais e um dos principais mentores de seu projeto de organização social católica, colocou o desafio de, através de um estudo de caso exemplar, contribuir para o entendimento da ação social católica no Brasil do primeiro quartel do século XX, e, particularmente, sobre a atuação de uma associação fundada em várias cidades do país. “Uma pergunta fica no ar: por quê (a União Popular) não conseguiu executar o seu programa de articulação nacional? Por quê desaparece, silenciosamente, sem deixar rastros? ou onde estão os rastros e as motivações de uma organização, que na Alemanha e na Itália, se mostrou tão eficiente para a política de apostolado da Igreja?”²

¹ 26ª. Assembléia Geral da União Popular de S. João del Rei, 08/10/1911. *Caderno de Atas I*.

² *Boletim do CEPEHIB*. São Paulo, Ano VIII, abr/jun 1986, n. 28 (2), p. 9.

Com efeito, os estudos têm eleito a década de 1920 como o período em que a ação católica no Brasil inicia sua arrancada no sentido de reencontrar o espaço perdido com a laicização do Estado desde 1891. Destacam, nacionalmente, as figuras de D. Sebastião Leme e de Jackson de Figueiredo, e, regionalmente, de D. Antônio dos Santos Cabral e de D. Helvécio Gomes de Oliveira. Esses estudos, quando não desqualificam a experiência das iniciativas anteriores - “os vários, dispersos e insignificantes grupos que já existiam há tempos, ou que tinham sido criados mais recentemente por padres estrangeiros segundo o modelo europeu”³ -, encampando o silêncio dos protagonistas da década de 1920 acerca do que se realizou antes, apenas citam de passagem ou, quando muito, reproduzem intenções presentes nos discursos de líderes em congressos católicos; “Em geral se desconhece o que, na prática, apareceu nos campos católicos no nível da ação sócio-operária. O que, normalmente, mais se destaca, são os discursos em que são férteis os militantes”⁴.

Em outra perspectiva, inscreve-se o trabalho de Euclides Marchi. Tendo por tema *A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)*, seu estudo traça - aprofundando a discussão da *romanização* - um amplo quadro das “propostas e práticas pastorais” do catolicismo no Brasil, “tanto sob o ponto de vista institucional, quanto como força política atuante na realidade social”⁵, na busca de “reconstruir a trajetória da Igreja dentro de um corte temporal e espacial, interligada à sociedade onde se encontra historicamente situada”⁶. O corte, é um tempo em que, o que ele chama de *reforma* da instituição no Brasil - colocando seu início em meados do século XIX, representado pela obra de Dom Antônio Ferreira Viçoso, em Minas Gerais, e de Dom Antônio Joaquim de Melo, em São Paulo, e seu término representado pela Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas do Centro-Sul, de 1915, com o contraponto da análise dos resultados da *reforma* pela Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, de 1916 - dialoga com os influxos da *civilização industrial*, que aportavam no litoral e se faziam mais presentes no Centro-Sul do país.

Se o presente trabalho compartilha com esse outro a preocupação em lançar alguma luz acerca das iniciativas católicas em diálogo com a sociedade de um período em que elas

³ Bruneau, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974, p. 87.

⁴ *Boletim do CEPEHIB*. São Paulo, Ano VIII, jan/mar 1986, n. 27 (1), p. 5.

⁵ Marchi, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)*. São Paulo, tese de doutorado/USP, 1989, p. 30.

⁶ *Idem*, p. 24.

mereceram poucos estudos, opta pelo quadro na pequena escala, por priorizar uma daquelas associações que se pretendia centro de todas elas, das antigas e das mais recentes, no firme propósito de engajá-las na tarefa imensa de reintroduzir Cristo de ponta a ponta na sociedade, de solucionar a *questão social*, através da formação de um laicato de vanguarda, “seletas falanges de católicos”⁷, de apologetas educados na *sociologia cristã*, esboço de uma doutrina social da Igreja, concepção que os militantes católicos do início do século XX elaboraram do seu tempo, tributária de quase meio século de práticas e reflexões - ancoradas nos textos da tradição -, que acabaram por engendrar o que ficou conhecido como *catolicismo social*, movimento que, em 1891, recebia o reconhecimento da Sé romana, na síntese proposta pela encíclica *Rerum novarum*.

Essa síntese pode ser entendida também como tentativa de conciliar as divergências internas ao catolicismo social, entendimento este que explicaria “os vários matizes e ‘surdinas’” da encíclica, suas “hesitações” e “reticências”⁸. Se a *Rerum novarum* é “sólida nos princípios e nas orientações, é prudente e aberta às aplicações e às soluções das quais ela não impõe nenhuma”⁹, o que propiciava à militância católica uma maior margem de interpretação do texto papal, tendo como parâmetro não só a produção da corrente de pensamento a qual se filiavam esses militantes como também as peculiaridades do meio onde obravam¹⁰. Necessário ressaltar que essa apropriação - em busca da legitimidade conferida às ações pela palavra da autoridade máxima da Igreja - não se limitava à *Rerum Novarum*, mas, particularmente, no campo das encíclicas papais, estendia-se às leoninas *Immortale Dei* (sobre a Constituição Cristã dos Estados), *Diuturnum Illud* (sobre a Origem do Poder Civil), *Graves de Communi* (sobre a Democracia Cristã), *Humanum Genus* (sobre a Maçonaria), *Libertas Praestantissimum* (sobre a Liberdade Humana), *Quod Apostoloci Muneris* (sobre o Socialismo e Comunismo); e, de Pio X, *Motu Proprio* (sobre a Ação Popular Católica) e *Il Fermo Proposito* (sobre os Fundamentos da Ação Católica).

⁷ Pio X. *Il fermo proposito*, documentos pontifícios 38. Petrópolis, Vozes, 1959, III edição, (7).

⁸ Aubert, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: Rogier, Aubert & Knowles (orgs.) *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1975, vol. V, T. I, p. 147.

⁹ Mayeur, Jean-Marie. *Catholicisme Social et Démocratie Chrétienne - Principes romains, expériences françaises*. Paris, CERF, 1986, p. 65.

¹⁰ “Com estas palavras o Papa não quis proibir as greves, pelo contrário, reconhece as razões que se podem dar para realizar uma greve: trabalho demasiadamente prolongado, retribuição mesquinha./ Por isso o Estado não tem o direito de proibi-las porque em certos casos é o único meio justo de defesa que possui o operário.” A obrigação do Estado. *Ação Social* 16/04/1916, ano II, num 57, p. 1.

Também os textos dos principais representantes do catolicismo social - desde os fundadores de sua raiz antiliberal -, mesmo de correntes opostas, eram apropriados, o que não impede o estabelecimento de sua filiação a uma daquelas correntes. Se Le Play era citado, o era para reforçar o compromisso do cristão com a caridade e não para negar ao Estado o direito de intervir nas relações entre patrão e operário. A partir dessas observações torna-se problemático compreender a ação do clero regular estrangeiro nos primeiros tempos do regime republicano no Brasil no sentido estrito de *mensageiros de Roma*, pois que os mensageiros ressaltavam alguns *matizes*, introduziam outras *surdinas*, superavam algumas *hesitações*, adotavam novas *reticências*, tanto em razão das filiações, quanto - certamente mais - em função das “vicissitudes contingentes e acidentais dos tempos” e da “indole de cada povoado”¹¹.

Trata-se aqui um aspecto, um dos elementos da *reforma ultramontana*, da *romanização* da Igreja no Brasil, estudo de uma associação que surge para dar *ordem*, para unificar as iniciativas no campo social, para obter “a devida coesão das diversas obras que a compõem (...) concórdia esta que jamais se há de conseguir, se em todos não houver unidade de intenções”¹², obra justificada pela dispersão das forças, pela desorganização do exército cristão, na contrapartida da união dos inimigos na maçonaria. Há uma guerra em andamento, e os católicos, apesar de serem a maioria, estão sendo derrotados, por muitos desconhecerem que a guerra existe, pela desunião dos poucos que nela pelejam, avaliação posta em vários momentos para dar suporte ao enquadramento das iniciativas leigas nas diretrizes do episcopado; que os comandantes fossem “católicos a toda prova, convictos de sua fé, solidamente instruídos nas coisas da religião, sinceros seguidores da Igreja e particularmente desta Suprema Cátedra Apostólica e do Vigário de Cristo na terra”¹³.

É a imagem da coesão do inimigo/desunião dos católicos que sustenta o discurso da ordem nas fileiras da Igreja. Ordem imprescindível ao combate à “civilização anticristã; reparar, a todo modo, as desordens que dela provêm”¹⁴. Promover guerra ao liberalismo, ímpio, que se nutre do mecanismo material do lucro, prosélito de uma liberdade que só serve para dar livre campo à violência da acumulação capitalista, desenfreada,

¹¹ Pio X. *Il fermo proposito...*(9;19).

¹² *Idem*, (13).

¹³ *Idem*, (10).

¹⁴ *Idem*, (7).

inescrupulosa, mãe do proletariado miserável, terreno propício à propagação do erro revolucionário, à guerra entre irmãos; esse sistema, que proclama aos quatro ventos, através de sua ciência arrogante, o *struggle for life* como ideal de vida em sociedade, “deve ser rejeitado como imoral e contrário à natureza humana”¹⁵.

No fundo, empreende-se uma batalha – de uma guerra longa, de movimento – contra o liberalismo, filho dileto da Reforma, como antes se empreenderam batalhas contra o paganismo, contra as pretensões do Império, todas elas embates de uma luta perene contra o mal, que instiga o erro, sempre renomeado, atualizado no século, lugar do pecado. Nessa guerra se sabe a vitória definitiva, o sonho, inviável agora, pois ele só se realiza para além do mundo num tempo sem marcha; agora, como antes, resiste-se à tentação, posta por Deus como prova de fé aos homens no combate ininterrupto que eles devem travar como o filho Dele feito homem travou. Em marcha, variam os terrenos, mimetiza-se o inimigo, deslocamento interminável nesse mundo, que só a crença dos milicianos no refrigério pode suportar, no descanso que encontra apoio na face do Criador, crônica de um encontro sempre adiado a legitimar a continuidade da *ecclesia*, sempre por se realizar, acossada, incompletude que é a condição do possível de sua permanência no século.

Perspectiva da pequena escala por situar essa ação no microcosmo de uma terra de negociantes “cognominada A Católica, pela majestade de seus templos, índole de seu povo, magnificência de suas festas e respeito às tradições”¹⁶, detectando as resistências e os apoios, e as motivações destes e daquelas, sempre referidas à comunidade e à época vivenciada por ela, desafio - reencontro com a idéia inicial - de montar o palco daquela ação, de dizer de uma cidade daqueles tempos, construída hoje dos fragmentos de seu ideal que dela deixaram seus jornais, ideal que em substância é inerente à toda comunidade capitalista, a zelar por seu “estado de ordem”. “O que seria o ‘estado de ordem’? Em primeiro lugar um estado *ideal*, caracterizado pela *ausência de conflitos* capazes de por em risco a segurança pessoal e de propriedade do cidadão, e de conturbar a tranquilidade pública. Manter a ordem significa eliminar ou prevenir quaisquer problemas que possam ameaçar a pessoa ou a propriedade dos cidadãos”¹⁷.

¹⁵ Liberalismo. *Ação Social* 30/05/1915 ano I, num 12, p.1.

¹⁶ “D. Silvério”. *A Tribuna* 15/08/1915, ano II, num 58, p. 1.

¹⁷ Marson, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: 1842-1849: Imprensa, Ideologia e Poder Político*. São Paulo, Moderna, 1980, p. 74.

O que difere em cada sociedade, afeita às leis de mercado, é o suporte sobre o qual o discurso da ordem é construído, sua justificativa. Os letrados de São João del Rei erigem uma comunidade onde os conflitos são contingenciais, acidentes, perturbações de uma normalidade do desde sempre - “Ocorreu (...), nesta cidade, um fato lamentável e talvez virgem na história de S. João del Rei”¹⁸ - alicerçada na índole ordeira do povo, porque católico, devoto, povo bom¹⁹; é essa *índole católica* que embasa o “viver amistoso e pacífico sempre passado em São João”²⁰, o *sempre passado* da perenidade da tradição.

A chegada dos franciscanos ameaça esse discurso por eles portarem outro, que diz que aquela ordem - e, portanto, aquele catolicismo - é na verdade desordem - é ultrapassado, velho como *as ruas estreitas*, e acanhado como as *árvores raquíticas* -, que os conflitos não são acidentais, “mas do século XIX para cá, as comoções sociais têm sido *substanciais*, e tão profundas, que não tem havido poderes humanos capazes de as conter e acalmar”²¹; que assegura que “a caridade e o amor ao próximo não é só dar ao mendigo./ Justiça e caridade em tudo e com todos; nunca praticar o egoísmo ou o *individualismo*”²². A ação social católica em S. João teria de se haver com a vigilância daqueles que zelavam por aquela cidade, orgulhosa de seu *espírito progressista*, pressurosa em acolher as sempre renovadas exigências da civilização, adepta de uma ideologia que vincula o reconhecimento do estatuto civilizado de um povo à sua capacidade de comprar o ininterrupto fluxo de mercadorias novas, alimentado pelo sistema e seu alimento: o telégrafo, a ferrovia, o decote, o cinema, o fonógrafo, o automóvel, o jazz, a melindrosa, o almofadinha *up to date*.

Também seu *semanario cujo alvo é a realização dos princípios da sociologia cristã e a defeza das classes operárias* teria de se haver com a contradição de ser o jornal “o espaço privilegiado onde as mercadorias se demonstram e se negociam (...) Mais que isso, o jornal é também, ele mesmo, uma mercadoria. (...)” e “enquanto mercadoria, dinamiza e ordena o mercado de coisas e idéias e ao mesmo tempo disciplina, educa as forças sociais, universalizando os projetos comprometidos com a propriedade e com o

¹⁸ Lamentável. *A Opinião* 18/11/1909, ano III, num 36, p.1.

¹⁹ “Não se pode negar que nosso povo é bom, que nele perdura arraigado o sentimento religioso”. Max Scorpio (Severiano de Rezende). *Culto Divino. O Reporter* 19/12/1907, ano III, num 65, p. 1.

²⁰ Nosso rumo é outro. *Reforma* 04/05/1913, ano I, num 5, p.1.

²¹ Individualismo. *Ação Social* 27/06/1915, ano I, num 16, p. 1.

²² Individualismo. *Ação Social* 20/06/1915, ano I, num 15, p.1.

universo das mercadorias, moldando o conceito de cidadania e de nação”²³. Muito provavelmente o *cidadão sanjoanense* devolveria o jornal e não mais nele anunciaria; muito provavelmente o semanário sofreria “na própria pele as leis do mercado”²⁴ e ficaria sem assinantes e anunciantes suficientes para sustentá-lo. Aí reside a razão da desconfiança, para não dizer hostilidade, dos militantes católicos diante dos “ditos jornais neutros”; mas sua “boa imprensa” teria de se haver com a contradição.

27/08/1916. “A respeito deste jornal, o único de programa católico, nesta católica cidade, temos ouvido várias apreciações pouco lisonjeiras. Qualificam-nos alguns de pouco noticiosos, outros de acúmulos de artigos religiosos; não quero discordar *in-limine*, até posso lhes dizer que lhes existe uma boa soma de razões, mas uma reflexão que escapa a quase todos, é que são inúmeras as dificuldades que encontram os que trabalham em um jornal católico, que este jornal vai a cidades, a lugarejos onde talvez não conheçam outro, que está com suas colunas abertas para a defesa de nossa santa causa e que é um soldado da boa imprensa. Deixemos portanto que nossos inimigos nos descubram defeitos e inventem até se quiserem os que não tivermos, mas nós, católicos, tratemos de ampará-lo para que possa progredir e melhorar para o futuro em todos os pontos”²⁵.

Esperança vã de contar com o auxílio dos católicos de uma comunidade em que boa parte deles comunga em outro catolicismo. A *melhora em todos os pontos* não se fez esperar. Na assembleia geral da União Popular sanjoanense, de 19/11/1916, é ressaltada a necessidade de “dar um certo impulso que seria muito desejável, não só para tornar o jornal mais atraente e mais lido, como também para se obterem os lucros que uma gerência poderá (ilegível) da nossa tipografia”²⁶. Impõe-se a urgência de *melhorar* o produto, torná-lo mais palatável ao gosto do *cidadão sanjoanense*, mais *noticioso*, publicar folhetins edificantes - ilusão da eficácia de um conteúdo que se quer descomprometido com a forma -, particularmente atrair um público que demonstrava menos resistência à ação social: as mulheres, e escapar da dependência dos grandes anunciantes, alargando seu balcão; por

²³ Marson, Izabel Andrade. Imprensa e História em Pernambuco, na Primeira Metade do Século XIX, in: *Cadernos Intercom*. São Paulo, ano 2, n. 6, outubro/1983, pp. 31-32.

²⁴ Idem, p. 31.

²⁵ A Boa Causa. *Ação Social* 27/08/1916, ano II, num 76, p. 1.

²⁶ *Caderno de Atas I*.

uma assinatura, o direito de ter um *aviso* no circuito “agilizador da produção e do comércio de idéias e de coisas”²⁷. O jornal entra em “nova fase”.

24/12/1916. “Grandes melhoramentos nas oficinas - novos colaboradores - venturoso porvir... (...) Vimos agradecer do fundo d’alma aos bons católicos, acionistas, assinantes, colaboradores...e outros, tão desprendidos, tão generosos. (...) 1º. A começar o novo ano tornar o hebdomadário o mais noticioso possível./ 2º. Publicar um folhetim, tão ao agrado das senhoras e senhoritas.../ 3º. Estabelecer uma seção feminina, nos moldes da já posta em prática pela União do Rio, à disposição do sexo feminino que pode publicar artigos não só de literatura como de assunto de vida doméstica (culinária Etc.)/ 4º. Conceder a todo assinante de 1 ano, com assinatura paga, uma bela folhinha com cromo, cheia de notícias e cousas interessantes./ 5º. Aos mesmos, o direito de publicar em nosso jornal, de cada vez, qualquer aviso, exceto anúncio permanente, até nove linhas”²⁸.

Essa rendição ao mercado não é incondicional. A identidade do jornal teria de ser resguardada, afinal, era sua razão de existir. Para garantir sua *responsabilidade*, vigilância, censura prévia à tudo que se destinasse à publicação. O jornal se rende às leis do mercado, mas quer o direito de veto a algumas mercadorias. Acreditou na possibilidade de um ajuste finíssimo que permitisse que a mensagem fosse vendida sem se comprometer com a propriedade ao modo liberal. Melhor, acreditou poder separar a forma do conteúdo, acreditou no discurso liberal da *técnica* neutra, da divisão do trabalho purgada de ideologia. O *caderno de atas* da associação registra uma sucessão de *gerentes comerciais*, que pouco tempo ficam na “Ação Social”.

24/01/1917; “para maior regularidade do movimento interno, no preparo do jornal, a Diretoria resolve que ao Gerente cumpre a direção comercial da tipografia, e a organização técnica do jornal, devendo todo artigo, notícia, transcrição, anúncios, sessão paga, etc., serem aprovados ou fornecidos (ou aprovados) pelos encarregados da parte redatorial do jornal. Também resolveu a Diretoria para maior garantir a responsabilidade que pesa sobre um jornal de programa inteiramente católico, que o jornal antes de ser definitivamente impresso, seja lido e aprovado pelo Rev^{mo}. Frei Cândido. Ficou resolvido se propor ao Gerente do jornal, ser o seu ordenado elevado

²⁷ Marson. *Imprensa e História...*, p. 31.

²⁸ Nova fase da “Ação Social”. *Ação Social* 24/12/1916, ano II, num 94, p. 1.

a Rs. 50\$000 mensais e dando-se ao mesmo um interesse que corresponda a uma porcentagem de 20% sobre o lucro líquido de cada semestre, devendo somente o Gerente receber porcentagem sobre pagamentos; todos os outros empregados terão ordenado fixo”²⁹.

São dificuldades e contradições que perpassam toda a trajetória da associação e de suas obras; o Albergue, o Club Dramático, o Liceu, em todos se adotou um modelo de gestão dentro dos parâmetros de uma empresa privada, o que não só absorvia boa parte das energias do grupo engajado na ação social, como implicava um embaralhamento/embaração dos objetivos iniciais pelos da luta pela sobrevivência da empresa; só faltou colocar uma placa na porta do Albergue, e um anúncio no jornal: *Precisa-se de mendigos. Procurar frei Cândido.*

Uma última palavra acerca do jornal como fonte de pesquisa histórica.

“Como se escreve a História./ Publica o *Paiz* / ‘Barbacena, 24 - O Dr. Wenceslau Braz, ao passar por esta estação e pela do distrito de Carandaí, no município de Barbacena, onde o eleitorado é unânime a favor das candidaturas da Convenção de Maio, teve calorosa recepção./ Houve música, vivas, fogos e discursos entusiásticos...’/ Publica *O Sericultor*, que é militarista, de Barbacena: ‘Em razão da hora adiantada da noite por que passou aqui o especial que conduzia S. Exc., não puderam seus amigos prestar-lhe, como desejavam, as homenagens devidas.’ Quem falou a verdade ?”³⁰

Os dois órgãos noticiosos são hermistas; o que fez a diferença foi o comprometimento da folha de Barbacena com o acontecido na cidade, compromisso que a folha do Rio de Janeiro demonstra não possuir. O redator d’*O Sericultor* tinha consciência que não poderia descolar a notícia totalmente do real, do contrário, seria seu descrédito perante uma comunidade que sabia que as manifestações não haviam ocorrido. Utilizar esse tipo de fonte na pequena escala assegura esse mínimo básico de verossimilhança, impede a ficção da normalidade de encobrir/acobertar *acidentes* que são do conhecimento da maioria; do contrário, *certa sensação...* de indiferença, anúncio do desaparecimento do jornal, porque *impagável*. Também necessário ressaltar que o público atingido pelos jornais

²⁹ Sessão particular da União Popular de S. João del Rei. *Caderno de Atas I.*

não se restringe aos alfabetizados; seu impresso é traduzido em fala que o reelabora e o divulga em sintonia com aqueles que dele se apropriam; os *trombetas* são convocados³¹.

É claro que nos jornais locais as omissões são muitas, exagera-se ou subestima-se eventos, fragmentam-nos, vários os silêncios de que teremos conhecimento em números de anos posteriores ou em outros jornais, referências diretas ou indiretas, silêncios justificados por uma pretensa equidistância das polêmicas - “Guardamos silêncio durante o longo debate que se travou (...)”³² -, pela necessidade de preservar os seus e/ou seus interesses - “por considerações, por simpatia, por intervenções amistosas ou por qualquer outro motivo, a imprensa calou sempre e as autoridades arquivaram os inquéritos nos casos em que estes foram iniciados (...)”³³ -; comenta-se abstrata e genericamente causas e conseqüências de conflitos que não ficamos sabendo quais por serem “do conhecimento geral”, as cartas dos leitores amiúde traduzem pensamentos dos redatores que não podem ser assinados... Mas essa precariedade, se por um lado, impossibilita um grau maior de certezas, por outro, faz legível um real militante em busca de adeptos, de partidários da conservação de uma ordem que se apresenta sempre inacabada, ideal já realizado que se nutre dessa incompletude, sociedade/projeto levada adiante pelos letrados liberais católicos sanjoanenses do princípio do século XX³⁴, um real a ser vendido não só aos coevos, mas também à posteridade. Afinal, eles sabem muito bem como se escreve a História, como se faz um jornal. Mas, no caso das notícias deles, o telégrafo não pode dispensar o fio da comunidade, que paga pela credibilidade da empresa. Por maior que fosse o interesse de um jornal de São João del Rei de exaltar as comemorações, longamente preparadas, do 200º aniversário da cidade, ele não se atreveria a fazer como os jornais do Rio, a noticiar o *etc.*. Mas, silencia; também não discute as razões do malogro do investimento, preserva a comissão ilustre; só anos depois encontraremos referência ao elefante branco do pavilhão construído para a ocasião.

“Muito interessante, impagável por que a imprensa daqui (Rio) noticiou o bicentenário de S. João del Rei, passado a 8 deste, como se sabe, sem os festejos que aí se projetavam./ *A Noite* disse que a cidade toda embandeirada, regurgitava de gente; que o presidente do Estado e todos os presidentes das câmaras circunvizinhas

³⁰ Como se escreve a História. *O Reporter* 04/01/1910, ano V, num 86, p. 1.

³¹ Que mania... *A Tribuna* 07/09/1922 ano VIII, num 434, p.2.

³² *O Reporter* 11/03/1906, ano II, num 6, p. 1.

³³ Distúrbio. *Reforma* 13/04/1913, ano I, num 2, p.2.

compareceram à festa; que a cidade estava feericamente iluminada, etc., etc./ *A Imprensa* e outros jornais daqui disseram mais ou menos a mesma coisa./ *A Gazeta de Noticias* cortou do meu ‘Álbum’ uma vista geral de S. João e escreveu por baixo: ‘A bela avenida Hermillo Alves de S. João del Rei’./ Um jornal da tarde, que eu não cito o nome receoso de ofender uns bons amigos que nele labutam, estampou o seguinte telegrama, vindo naturalmente daí pelo telégrafo sem fio: / ‘São João del Rei, 8 - A cidade vibra de festas. Não há exemplo, em época alguma, de solenidade tão animada./ Girândolas espocam no ar. Várias bandas musicais, executando dobrados alegres, percorrem a cidade./ Calcula-se em cerca de 12.000 o número de pessoas que aqui vieram assistir às festas do bicentenário’./ Eu, confesso, não me impressionei absolutamente com estas coisas; sei muito bem como se faz um jornal./ Aí, entre o povo alheio às lides de imprensa, essas notícias deviam ter causado certa sensação... T. B. Rio, dezembro de 1913.”³⁵

A dissertação está estruturada em cinco partes. A primeira busca matizar a cidade construída pelos jornais locais, cujos donos e colaboradores elaboram continuamente a tensão entre a identidade do lugar e as vicissitudes do tempo, no norte da ordem, que é propalada deslocando os conflitos para a esfera do contingente e do pessoal, e encobrendo suas manifestações via discurso da tolerância, do respeito às crenças alheias, válido até o limite da tranquilidade pública. Seus donos são negociantes, seus colaboradores, profissionais liberais e/ou funcionários públicos, dos quais um ou outro coloca em xeque o espírito liberal católico anunciado, seja radicalizando as exigências da tolerância, seja exigindo a expulsão dos representantes ultramontanos, reivindicações de um novo esteio para a ordem. Da autoridade pública exigem a realização da comunidade ideal erigida por eles, no mínimo, o trabalho pela sua aparência, vista de uma cidade postal. Mesma expectativa com que recebem e sustentam algumas das práticas dos franciscanos.

A segunda parte trata da chegada do projeto de romanização na cidade com os frades holandeses. Se estes conseguem aglutinar elementos do *limitado meio social* sanjoanense em um partido incondicional, por vezes serão vistos com desconfianças, serão

³⁴ O “marasmo administrativo” marcou o governo municipal dos *ovens turcos*, de 1912 a 1922. Ver Cintra, Sebastião de Oliveira. *Galeria das Personalidades Notáveis de S. João del Rei*. São João del Rei, 1994, p. 57.

³⁵ T. B. (Tancredo Braga). Linhas rápidas. *O Reporter* 24/12/1913, ano IX, num 91, p. 1.

alvo de repreensões naquilo que ameaçar um catolicismo estruturado na prática leiga das irmandades, das festas que produzem um *efeito* benéfico à cidade de papel.

A terceira parte estabelece as conexões da ação social católica em São João del Rei no início do século XX, com a incorporação do catolicismo social no papel de magistério da Igreja, e sua filiação a um Centro que pretendia articular e mobilizar as associações católicas em sintonia com aquela extensão preconizada por Roma. A convocação ao engajamento do laicato na obra da recristianização recebeu resposta no Brasil, particularmente em Minas Gerais, onde o Centro da União Popular foi estruturado para realizar a coesão das forças católicas. Algumas razões de seu fracasso são sugeridas.

A quarta sintetiza o discurso social católico divulgado pelo jornal da União Popular na cidade, buscando identificar suas filiações e seus pressupostos fundamentais. A última parte retorna à cidade para examinar, partindo dos *princípios da sociologia cristã*, como os instrumentos vistos como pertinentes - “todos os meios justos e legais”³⁶ - pela ação social católica para a realização de seus intentos se inseriu em um ambiente de devoção religiosa de timbre barroco e apreço pelos negócios, que recebia os influxos da modernização; os limites que encontrou e se colocou, sua base de sustentação, os caminhos que forjou e os ajustes que foram necessários à sua sobrevivência; enfim, a viabilidade/inviabilidade da sua lida na comunidade sanjoanense daquela *época*.

³⁶ Pio X. *Il fermo proposito* (T).

II - A cidade de papel

No dia 28 de agosto do ano de 1881, com presença de S.M. D. Pedro II e numerosa comitiva, concluído o trecho de Sítio - próximo a Barbacena - a São João del Rei, inaugurou-se a estação e oficina sanjoanenses da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Motivo de comemorações que empolgaram a população durante alguns dias, os trilhos que a levavam à cidade do Rio de Janeiro, obra do Império, certamente contribuíram para fortalecer a maioria monarquista e para a memorável arruaça de 23 de abril de 1889, quando o Dr. Silva Jardim, em propaganda pela República, foi enxotado da cidade. Do acontecimento de 1881, os cronistas registraram de lamentável apenas a morte do ministro da agricultura, Buarque de Macedo, vítima de um fulminante ataque cardíaco.

A ferrovia abriu caminho para a cidade se por ao corrente, mais ligeira, das novas da civilização, via sua ligação direta com a capital do Império. Ancorada na tradição barroca, São João del Rei foi engolfada pela maré modernizadora que atingia o litoral. À ferrovia vieram se juntar o telégrafo, a casa bancária de Custódio de Almeida Magalhães & Cia, a iluminação elétrica, o ringue de patinação, o cinema, o primeiro automóvel, o telefone, o primeiro time de futebol, o hábito dos cafés como espaço de lazer, o teatro municipal, o atelier fotográfico...³⁷. Num período relativamente curto - virada do século XIX e primeiras décadas do XX -, São João del Rei parecia ser uma cidade que, no dizer abusado de um de seus cronistas, não olhava para trás³⁸.

A linha de ferro trouxe novos prédios, como o escritório, a garagem, os armazéns, as lojas, a gare, cenário para a circulação de muita gente. Gente vinda de Bolonha, Ferrara, Verona... em busca de vida nova³⁹; turistas e intelectuais interessados em suas festas e

³⁷ Para os dados sobre São João no final do século XIX e início do XX, ver Barbosa, José Victor. *São João d'El-Rey atravez suas Ephemerides*. São João d'El Rey, Typografia Assis, 1930; Viegas, Augusto. *Noticia de São João del Rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969; Maia, Tom, Maia, Thereza Regina C. e Iglésias, Francisco. *São João del Rei na História de Minas e do Brasil*. Rio de Janeiro, EXPED, 1986; Cintra, Sebastião de Oliveira *Efemérides de São João del rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982; Senna, N. *Anuário Estatístico Ilustrado do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1906-1907, Vols. I e II.

³⁸ Santos, José Bellini dos. *São João d'El Rey: a cidade que não olhou para trás*. São João del-Rey, Gráfica Diário do Comércio, 1949.

³⁹ Sobre a presença italiana em S. João del Rei, ver Guimarães, Fábio Nelson. *Imigração de colonos italianos em São João del Rei*. *Revista Vertentes*, série 1, FUNREI, 1989; Lopes, José da Paz. *Imigrantes italianos em São João del Rei: passeata, polícia e dispersão*. In De Boni, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. Torino/Porto Alegre, Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, 1990, Vol. II.

construções barrocas; mendigos; políticos em constantes idas e vindas; comerciantes; namorados que se reencontravam; biscates; engraxates; artistas em temporada no teatro municipal; caixeiros-viajantes; prostitutas; soldados do 28º Batalhão de Infantaria; vadios; guias turísticos; senhoras respeitáveis e até famílias inteiras em primeira viagem ao Rio de Janeiro; engenheiros; ferroviários da Oeste de Minas que iriam constituir-se no primeiro núcleo operário da cidade; tecelões e tecelãs da Companhia Industrial Sanjoanense e da Fábrica de Tecidos Brasil.

Esses trabalhadores - maioria italianos - se alojaram próximos às fábricas, num terreno brejoso e distante uns dois quilômetros dos casarões coloniais, num espaço que passou a ser denominado de bairro das fábricas; nos sobrados e casas do centro viviam advogados, negociantes, médicos, capitalistas, professores, industriais, farmacêuticos, funcionários do escritório da Oeste e de outras repartições públicas, proprietários, jornalistas, alguns com quintas no aprazível subúrbio de Matosinhos; enfim, uma elite letrada e com rendimentos oscilando entre o remediado e o abastado, grupo social que se via como representante das “almas progressistas”⁴⁰ do povo sanjoanense e fazia-se arauto de sua opinião; a essa elite juntavam-se o juiz de direito da Comarca, o diretor da estrada de ferro, o promotor público, o comandante do quartel, o juiz municipal, os gerentes das fábricas, o vigário, os maestros - geralmente negros.

Uma terra de negociantes, de outros também, mas principalmente de comércio de gêneros do país, de papéis, armarinhos, relógios, gados e aves de raça, latas, brinquedos, artigos dentários pelos preços do Rio, tintas, modas, jóias, chapéus de sol e de cabeça, queijos, óculos, fogões, impressos, doces, fumos, calçados walk-over, manteiga, pince-nez, molhados finos, café, livros em branco ou não, poemas, banhos, fazendas, ferragens, instrumentos de música e pertences, selas, seguros, armas de fogo, máquinas de costura, tijolos, drogas e preparados, arados, bengalas, desnatadeiras, folha de flandres, cerveja bock-alé, debulhadores, filtros, enxadas marca sete, máquinas de gelo, biscoitos e bolachas, loção contra caspa keêne-kê, presunto morton... coisas anunciadas.

Por trás das coisas os homens - raríssimas as mulheres, quando sim, geralmente viúvas - com patentes da guarda nacional, títulos de doutor na faculdade de direito de São Paulo ou Belo Horizonte, na escola de medicina e odontologia do Rio de Janeiro, de

⁴⁰ O albergue - apelo ao comércio. *A Tribuna* 06/06/1915, ano II, num 47, p.1.

farmacêutico em Belo Horizonte, preparavam-se para o sacerdócio no seminário de Mariana, para a vida militar - raros - na escola do Realengo, para o bacharelado em ciências matemáticas e físicas e engenharia na escola central do Rio de Janeiro, para os negócios com os pais e tios, batizados na pia batismal da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, frequentavam a sala do júri, os concertos e bailes no salão do Hotel Oeste, as igrejas e os cafés, representavam em clubs dramáticos no Teatro Municipal, clinicavam em suas casas e operavam na Santa Casa de Misericórdia, enviavam representações à Câmara contra os vendedores ambulantes, faziam *pic-nic* na aprazível chácara *British farm* do importador Charles Causer, praticavam na linha de tiro do 28º Batalhão de Infantaria, participavam de palestras e de soirée dançante no Eden-Club, faziam sua fé no macaco, ministravam aulas no Instituto de Humanidades São Francisco, recriminavam os libertos da cidade por não comemorarem o treze de maio, jogavam bilhar na Confeitaria do Falleiro, planejavam abrir as primeiras avenidas e nivelar algumas ruas, empregavam atrás dos seus balcões, nas suas tipografias ou escritórios, pessoas que sabiam ler e contar, disputavam corridas de bicicleta e a pé no Velo Club, eram mesários das Irmandades - o que não impedia que alguns fossem irmãos também na loja Charitas -, no Club X festejavam Momo, se enfrentavam nas disputas eleitorais entre o partido de Leite de Castro e o partido do Comércio, recompunham-se nas Águas Santas, escreviam nos órgãos comerciais, noticiosos e literários, “neutros” ou não em política, publicações bi-semanais, impressas em máquinas alauzet “express”. Preferiam o solo para pastagem, que significava leite para as fábricas de laticínios, couro para os três curtumes localizados no subúrbio de Mattosinhos e carne verde decepada no matadouro público nauseabundo, logo transportada em carroças para os açougues.

Brindavam à oficialidade briosa do 28º B.I., elogiavam o estimado diretor da Oeste, testemunhavam a ponderação do juiz de direito, pediam providências ao delegado de polícia quanto à gaturagem, ao jogo, aos ciganos e à mendicância... exortavam-no a “zelar os nossos interesses”⁴¹, lembrando-lhe que “o fim da polícia não é só manter a ordem no teatro, reprimir vagabundos e enclausurar, por 24 horas, embriagados ou dar caça a loucos...A sua ação vai além - garantir a propriedade alheia, as casas comerciais, principalmente com o grande auxílio que possui, como seja a melhor iluminação pública do

⁴¹ Queixas e reclamações. *O Reporter* 29/08/1907, ano III, num 33, p. 1.

estado⁴²; louvavam os esforços do virtuoso vigário e o parabenizavam por, “interpretando bem os sentimentos católicos desta cidade”, promover preces públicas pelo fim da seca prolongada que atingia a região⁴³; enalteciam o espírito empreendedor da família Mascarenhas e do conterrâneo Dalle, execravam o Virgílio de tal, tipo sem profissão e que vivia do jogo, a Maria Felícia, do *Sobe-Desce*, que alcoolizada transava as ruas em afronta à moral e o Fernando Antônio de Oliveira, “crioulo mal encarado, tipo lombrosiano”; elogiavam Giovana Cannavez, “interessante criança”, pequena filha operária do honrado operário Cannavez, menina com “natural pendor para o trabalho”⁴⁴.

Com freqüência embarcavam na estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas para, na capital da república, renovar seus estoques. Suas filhas estudavam no Colégio Nossa Senhora das Dores e - seguindo suas virtuosas esposas - deveriam tornar-se um dos ornamentos do magistério mineiro⁴⁵. Nem todas; talvez alguma de inteligência viva e personalidade forte, poderia partir sozinha em viagem de estudos para a Europa e na volta escandalizar a cidade andando de bicicleta⁴⁶.

Esse cidadão médio do “limitado meio social”⁴⁷ sanjoanense freqüentemente caminhava pela rua Municipal - “nossa rua do Ouvidor”⁴⁸ - embora, por vezes, inconformado, tivesse de pular fora do passeio para não ser atropelado pelo cesto enorme do verdureiro ou pelo trambolho carregado pelo empregado do comércio⁴⁹; se fosse sábado, consciencioso, prevenido pelo dever da caridade, já saía de casa com quinhentos réis trocados, para distribuir à “leva enorme de pobres, da cidade e de fora, atropelando o comércio, e incomodando os particulares”⁵⁰, mal disfarçando a irritação com todos e a repugnância para com as feridas expostas de alguns⁵¹ - e me vem o Dr. Ribeiro da Silva dizer que eles estão no direito deles, exercício da liberdade de ficar onde bem entender na

⁴² Com a polícia. *O Reporter* 05/03/1908, ano IV, num 19, p. 1.

⁴³ A seca. *O Reporter* 04/09/1910, ano VI, num 151, p. 2.

⁴⁴ *O Reporter* 27/01/1907, ano II, num 53, p.2. *A Opinião* 21/12/1907, ano I, num 49, p.2. Em 1969, um Canavez, Murilo Valentim Canavez, foi escolhido Operário-Padrão do Brasil e, em 1984, virou nome de rua em S. João. Ver Cintra, *Galeria...*, p. 225-227.

⁴⁵ Sobre as coisas anunciadas, lugares declarados, atitudes manifestadas e títulos almejados pela elite sanjoanense, ver “*O Reporter*”, de 29/01/1905 a 05/12/1909.

⁴⁶ Sobre Alexina de Magalhães Pinto ver Cintra, Sebastião Oliveira. *Galeria das Personalidades Notáveis de São João del Rei*

⁴⁷ *O Reporter* 13/10/1907, ano III, num 46, p.2.

⁴⁸ Scapin (Dr. Caetano Werneck). Mexericos. *A Opinião* 07/09/1907, ano I, num 19, p.1.

⁴⁹ *A Tribuna* 24/12/1914, ano I, num 23, p.1.

⁵⁰ Sylvio Célio (Dr. Paulo Teixeira). A esmo. *O Reporter* 06/08/1908, ano IV, num 62, p.1.

⁵¹ A mendicidade. *A Opinião* 17/06/1908, ano I, num 99, p.1.

via pública...o Milward, vá lá, esse é meio confuso mesmo e já está fora há muito tempo, mas o Antônio...potoca, conversa, só da boca pra fora, no fundo ele não pensa assim...esses mendigos têm é de ser internados num asilo, isto sim, como se faz em qualquer cidade civilizada, varridos das ruas e praças⁵².

Ansiava tirar das vistas no espaço público o lixo abundante, que dava à cidade “um aspecto mau”, desbastar a vegetação farta e alta, acabar com o costume da população de deixar os animais soltos pelas ruas, com o som irritante dos carros de boi, com a canzoada que ameaçava a qualquer momento ofender algum transeunte, com o foot-ball da molecada endiabrada nos largos e adros⁵³. Como era triste ver essa “cidade com um asseio deficiente, imperdoável em qualquer tempo, mas principalmente agora no verão, época do ano em que, do Rio e de outras cidades importantes do Brasil, chegam-nos visitantes, veranistas, que vêm gozar da amenidade de nosso clima./ Para esses, então, cujas retinas guardam a impressão do apuro das cidades de sua residência...”⁵⁴ Com que olhos podiam encarar essas retinas, das “nossas elegantes veranistas”, quando, à tardinha, cruzavam com elas no “trajeto agradabilíssimo” da “volta do cais”, se “a imundice da praia o está estragando”⁵⁵?

Com olhos que viam a cidade como sua, cartão postal a ser comercializado, certificado de uma hospitalidade que bem recebia os elogios pela acolhida, a aprovação das retinas pelo cumprimento das *exigências da civilização*, retinas que atestavam “os foros de civilização de que goza”⁵⁶. Ao poder público reivindicava-se que o espaço público fosse afeito ao outro, alegria do eu, e assim instaurasse um trajeto de igualdade, num átimo é certo mas duradouro - “todos sabem o que valem as primeiras impressões boas ou más”⁵⁷ -; que impedisse o despertar do estranhamento pelos sentidos, o desnível no passeio da *volta do cais*, e amoldasse nas retinas do outro a imagem de uma cidade limpa, sã, aconchegante, adiantada...porque se conhece o dono pela casa em que mora; pela aparência, o interior. Por isso se encontravam pelas ruas “as mesmas casacas, as mesmas cartolas, os mesmos fraques, os mesmos panamás, as mesmíssimas modas de Paris e de Londres, os

⁵² Os mendigos. *A Tribuna* 26/03/1916, ano III, num 90, p. 1.

⁵³ Foot-ball desastrado. *A Tribuna* 05/03/1916, ano III, num 87, p.2

⁵⁴ Pela cidade. *A Opinião* 18/12/1907, ano I, num 48, p.1.

⁵⁵ *A Opinião* 25/01/1908, ano I, num 59, p.1.

⁵⁶ Queixas e reclamações - com a polícia. *O Reporter* 29/08/1907, ano III, num 33, p.1.

⁵⁷ Fiat lux! *O Reporter* 12/09/1907, ano III, num 37, p.1.

mesmíssimos *snobismos*, os mesmos automóveis, etc.”⁵⁸. Como doía fundo ler num jornal do Rio, a cidade chamada de “pequena e pobre”⁵⁹.

Como refúgio, entrava no Cachimbo Turco, do “Armando, uma espécie de Garnier s. joanense”, onde encontrava “o Samuel, o Zé Veríssimo cá da terra”⁶⁰, a discutir com os pares literatura, o clima tenso na Europa, a recente briga das irmandades com os freis, o projeto do divórcio no Congresso, se deviam construir prédios com arquitetura moderna e derrubar os do tempo colonial, a condenar benevolentes a última dos *moços bonitos* - seus rapazes musculosos e bem vestidos - que na madrugada passada andaram passeando pelos telhados das casas da rua do Comércio⁶¹, não se entendiam sobre o acerto do projeto parlamentar em homenagem a Anita Garibaldi - elogiado por alguns, veementemente condenado por outros que reivindicavam para Bárbara Heliodora e D. Clara Camarão a distinção de verdadeiras heroínas nacionais⁶² -, comentavam se foi justo o Nhônô de Castro ter vencido o concurso - promovido pela *Tribuna* - de “moço mais inteligente” e a Nêê Viegas o de “moça que possui maior número de predicados belos”⁶³ ...ideal de quem defendia o *struggle for life* no registro “democrático”, no qual, “o futuro pertence aos mais fortes na ordem moral e intelectual”⁶⁴.

Afinal, todos dessa sociedade se conheciam e se reconheciam no espelho da civilização que era a capital da República, por isso exigiam que o agente executivo - “seja nosso Passos”⁶⁵ - abrisse avenidas, construísse parques, arborizasse a cidade, providenciasse a rede de esgotos, o abastecimento regular de água que não fosse barrenta, fiscalizasse as construções evitando que elas se transformassem em “viveiros de micróbios”⁶⁶. Consternado, constatava que “o conjunto da população não tem o aspecto saudável como devia ter quem vive num clima de ótimas qualidades, e mais, servido por uma água de qualidade potável ideal”⁶⁷. Indignado, culpava a tibieza do chefe político local - o que gerava discussão, que podia descambar em enfrentamento físico, como quando da

⁵⁸ Scapin. Mexericos. *A Opinião* 25/12/1907, ano I, num 50, p.2.

⁵⁹ X. “Cidade pobre e pequena”. *Ação Social* 03/09/1916, ano II, num. 77, p.1

⁶⁰ Scapin. Mexericos. *A Opinião* 28/09/1907, ano I, num 25, p.1.

⁶¹ Sr. Dr. Delegado. *A Nota* ano I, num 60, p.1

⁶² Anita Garibaldi. *O Reporter* 15/08/1912, ano VIII, num 342, p.1.

⁶³ Os eleitos. *A Tribuna* 04/07/1915, ano II, num 52, p.1.

⁶⁴ Jolac. De leve...*O Reporter* 01/09/1907, ano III, num 34, p.2.

⁶⁵ Fatos e ocorrências. *O Reporter* 16/06/1907, ano III, num 20, p.1.

⁶⁶ Dr. F. Catão. Exigências da civilização. *A Opinião* 10/08/1907, ano I, num 11, p. 1.

⁶⁷ Idem.

memorável cena de “pugilato entre os srs. dr. Oscar da Cunha e José Lopes Sobrinho”⁶⁸ - que nada conseguia do governo do estado - e o prédio do grupo escolar, e os móveis para a sala do júri... há anos ouvia-se que ia ser construído, que estavam para chegar...e nada -; eles, tão fiéis à chapa oficial em época de pleito, e não recebiam nada em troca para S. João, enquanto Lavras, Barbacena... tem caveira de burro - e nisso havia concordância - “enterrada em São João del Rei, não sei se nos subúrbios, não sei se no perímetro da *city*”⁶⁹

Em casinhas simples ou casebres, em ruas que por vezes não existiam, situadas no Segredo, no Bonfim, no Guarda-Mor, no Tejuco, no Senhor dos Montes, morros ou ao largo da serra próxima do Rosário, habitavam libertos, filhos de libertos ou não, gente miúda que se divertia nas vendas, no pagode, nas procissões, que fazia sua fé na cobra e não comemorava o treze de maio; que vivia em relação de amores com a Joana de tal.; marceneiros, alfaiates, curtidores, domésticas, carroceiros, cocheiros, engraxadores, ferradores, tintureiros, coureiros, músicos, lavadeiras, sapateiros, limadores..., que laboravam nas orquestras, nos cafés, nas casas da família sanjoanense, na sua venda ou oficina, nos fundos do andar térreo dos casarões comerciais, nas ruas, que se arriscavam nas bêtas..., nas oficinas da ferrovia - ou conduziam e alimentavam suas máquinas.

Estes, organizam, em janeiro de 1907, uma associação, com o objetivo de “promover a união dos operários, defender legalmente os direitos da classe, criar escolas e bibliotecas, fundar cooperativas, etc.”⁷⁰. Já em março do mesmo ano, enviam ao ministro da Viação, pedido de aumento salarial, pois, considerando uma família operária pequena, os gastos somavam 146\$620, sendo 37\$500 para o aluguel, 2\$500 de luz, 58\$220 a caderneta, 9\$300 para a carne, 12\$000 do padeiro, 5\$200 do leiteiro, 16\$510 do sapateiro, 5\$400 para a lenha, não incluídas as contas miúdas, enquanto o salário do pai operário alcançava menos de 100\$000, o que obrigava a mãe operária a lavar e engomar para fora⁷¹; o ministro não se digna a responder. Solicitam a intervenção do diretor da ferrovia junto ao ministro,

⁶⁸ Politicalha perseguidora. *A Tribuna* 23/05/1920, ano VI, num 304, p.2.

⁶⁹ Sylvio Célio. A Esmo. *O Reporter* 01/03/1908, ano IV, num 18, p.1.

⁷⁰ Cooperação Operária Oeste de Minas. *O Reporter* 17/02/1907, ano III, num 3, p.2.

⁷¹ Carta de uma esposa operária em José Orton. Cavacos da Oeste. *O Reporter* 06/07/1911, ano VII, num 234, p.1. Os dados referem-se ao ano “de 1911, (quando) o custo de vida torna-se mais premente como resultado da inflação, crise política, etc.” “Não existe estatística sobre o custo de vida até 1912” Carone, Edgard. *A República Velha – Instituições e classes sociais I (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1978, pp.

sem resultado. Em 25/08/1907, o pessoal das oficinas pára o trabalho. Segundo *O Reporter*, “a maior parte dos operários” - “em número de 180” - “se levantou em greve de caráter inteiramente pacífico”⁷²; informa *A Opinião*, que “os operários, em número de duzentos e tantos, mantêm-se, entretanto, em atitude pacífica e ordeira, aguardando, somente, o despacho solicitado, para voltarem ao trabalho”⁷³.

Se há discordância quanto ao número de grevistas, a sintonia em relação à oportunidade da greve e ao comportamento dos operários diz da concepção do “limitado meio social” sanjoanense acerca da questão operária. Greve, só depois de esgotadas todas as negociações, sempre de modo pacífico e ordeiro - como deve ser todo ajuntamento, pois potencialmente imbuído de desordem -, com o devido respeito e obediência à hierarquia. O desfecho, dentro dos limites das atribuições dos responsáveis pela ordem na cidade - que é o que mais interessa à essa elite -, é o ideal. “Felizmente.., os operários, bem intencionados, com ele (diretor da ferrovia) se entenderam, por intermédio do major Gonçalves Coelho (agente executivo municipal em exercício), depois do que tomaram a decisão de voltarem ao serviço, o que fizeram, hoje, às seis horas da manhã”⁷⁴. O combinado foi que o diretor tomasse nota das reclamações e nada mais ficamos sabendo.

Outro movimento paredista ocorre em 1912, só que promovido pelos operários da Companhia Industrial S. Joanense. Motivou-o “o fato, aliás justíssimo, de haverem pedido os operários, em requerimento respeitoso, ao atual gerente da fábrica, sr. José Tavares, que fossem efetuados os seus pagamentos, daquela data em diante, não por intermédio de uma casa comercial determinada, como o eram até então, mas pelo escritório da própria companhia, por lhes ser isso, além de conveniente, mais honroso.” Em razão do pedido não poder ser “resolvido, por se acharem dispersos os membros da diretoria da fábrica, de que faz parte o proprietário da aludida casa, resolveram aguardar em greve pacífica a solução desse pedido”. Ressalta o noticiário “não haver da parte de nenhum deles (operários), outro motivo que não o desejo de impedir o ato irregularíssimo de se verem forçados a um armazém determinado para as suas provisões”. Afirma o jornal que os operários foram

186; 188. Não obstante a impossibilidade de estabelecer o curso inflacionário de 1907 a 1911, válida a discriminação dos gastos de uma família operária na cidade.

⁷² E.F. Oeste de Minas - Greve pacífica dos operários das oficinas. *O Reporter* 25/08/1907, ano III, num 32, p.2.

⁷³ E. F. Oeste de Minas - Paralisação dos operários. *A Opinião* 24/08/1907, ano I, num 15, p.2.

⁷⁴ Idem.

“maltratados” pelo diretor-comerciante que lhes dirigiu “palavras ofensivas que determinaram protestos veementes do operariado”. Conclui que, além de justa a reclamação, “ainda mais digna de consideração se faz por aguardarem eles a solução que esperam, na atitude mansa e pacífica em que se acham”⁷⁵. A greve termina no dia seguinte ao da deflagração - como a anterior -, “com a criteriosa solução dada pela sua diretoria (da fábrica) ao justo pedido do operariado.../ Parabéns à Companhia Industrial S. Joanense e ao operariado da fábrica de tecidos.”⁷⁶

Além de manter o mesmo diapasão dos relatos da greve anterior - o destaque para a atitude mansa do operariado, ficando em segundo plano a reivindicação; esta não é uma exigência, mas o “despacho solicitado”, o “pedido”; e o elogio do acordo entre patrão e empregado -, chama a atenção a moralização e particularização do conflito operada pelo discurso. A defesa contundente do direito do operário dispor do seu salário como bem entende, vista como condição de sua dignidade - “mais honroso”- é dirigida à pessoa do diretor-comerciante, que é veementemente condenado, preservando-se assim o capital de qualquer responsabilidade pelo “ato irregularíssimo”. O conflito, por uma manobra discursiva, é despotencializado, é deslocado para a esfera do contingente - o mal procedimento do diretor-comerciante -, e por essa via moralizante, encobre o fato da Companhia ter permitido o abuso. Pelo elogio da solução dada, a greve transforma-se em uma questão entre “os operários da fábrica de tecidos e o sr. José Simões Baeta”, em uma “revolta pacífica dos operários contra um dos diretores da Companhia”⁷⁷. A percepção do conflito como elemento inerente à ordem econômica burguesa, quando existe, é direcionada para fora da comunidade. Aí, sim, a intelectualidade de S. João pode, refestelada, mostrar sua formação progressista, pode corroborar “o dilema apresentado por Comte”, o “genial filósofo do século XIX”⁷⁸. Por isso a insistência em afirmar “não haver da parte de nenhum

⁷⁵ Greve dos operários da fábrica de tecidos. *O Dia* 11/05/1912, ano I, num 45, p.1.

⁷⁶ Idem. *O Dia* 12/05/1912, ano I, num 46, p.1. “Desisto de que seja feito d’ora avante o pagamento em meu escritório, conforme direito que me foi concedido pelos demais sócios, em atenção a tão injustificável pedido feito pelos mesmos sócios.” José Simões Baeta. *Ao Público. O Reporter* 16/05/1912, ano VIII, num 316, p. 2.

⁷⁷ Os operários da fábrica de tecidos e o sr. José Simões Baeta. *O Reporter* 30/05/1912, ano VIII, num 320, p.2.

⁷⁸ “Do dilema apresentado por Comte não há fugir: ou o proletariado é incorporado à sociedade, ou teremos uma tremenda crise social, incomparavelmente mais violenta que a Revolução francesa. (...)Os grandes proprietários, os burgueses, arquimilionários, não querem compreender que não têm o direito de nadar no luxo, ..., enquanto o mais humilde dos seus trabalhadores carece do conforto, do bem-estar material que lhe compete, como único e verdadeiro elemento produtor./ Conseqüência(...)Dai as greves freqüentes, que são armas pacíficas de resistência contra a prepotência da sociedade e o capitalismo./ Dai essa colossal parede de

deles outro motivo...”, em “particularizar o fato de que nenhuma outra alegação havendo no requerimento dos operários, senão...”, em desvincular o movimento de qualquer conexão com a greve dos operários da construção civil, do setor têxtil e de outros, que ocorria em Belo Horizonte à mesma época. Em agosto, greve geral em Juiz de Fora⁷⁹ e nova paralisação da construção civil em Belo Horizonte. Coincidentemente, os anos de 1907 e 1912, são marcados pela ocorrência de greves no estado de Minas Gerais, greves aparentemente sem conexão.⁸⁰

Seja como for, o certo é que logo depois da greve, “cerca de trezentos operários da cidade” fundam um “Centro Operário”⁸¹ “destinado a propugnar os direitos e os interesses da classe.”⁸² Presentes na reunião inaugural do “Centro”, o Dr. Ribeiro da Silva, o farmacêutico Sebastião Banho, o coronel Francisco de Paula Pinheiro, os quais enalteciram a atitude dos operários e afirmaram sua solidariedade à classe. “A sessão dissolveu-se com vivas levantados à classe operária, à São João del Rei, aos Drs. Sebastião Banho e Ribeiro da Silva, ao C^{el} Francisco Pinheiro, ao estado de Minas, à República.”⁸³

A presença de políticos e intelectuais do “limitado meio social” sanjoanense era uma constante em todas as manifestações operárias em São João. Desde 1908 - ano em que ocorre a primeira comemoração do 1º. de maio na cidade, sobre a qual o jornal aponta um único senão: “Pena foi que a platéia se portasse tão incorretamente, com assobios e outras

dois milhões de trabalhadores, que vai se alastrando por toda a Europa e que ameaça a vida industrial do mundo inteiro.” Sergio (Dr. Antônio Ferreira Ribeiro da Silva) Sonidos. *O Dia* 17/03/1912, ano I, num 1, p.1.

⁷⁹ “A solidariedade entre os operários ultrapassa o nível local. Pedem e recebem o apoio dos companheiros do Rio, São Paulo, Barbacena, Palmira (Santos Dumont) e São João del Rei.” Andrade, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária de Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Campinas, diss. mestrado/Unicamp, 1984, p. 131. A autora cita como fonte o jornal *O Pharol* 29/08/1912, p.1, de Juiz de Fora. Nos jornais consultados não se encontra referência à essa solidariedade - o que não causa estranheza, dado o vezo dos órgãos noticiosos sanjoanenses em silenciarem acerca de tudo aquilo que depunha “contra os foros de civilização de que goza a cidade”, contra “o viver amistoso e pacífico sempre passado em S. João”, insistência em desvincular o operário sanjoanense do mundo -, mas a condenação do movimento em Juiz de Fora; “Graças às acertadas e prontas providências do governo do Estado, cessou a greve de operários, que explorados por gente sem patriotismo e por estrangeiros anarquistas, tanto alarmou a progressista cidade mineira, teatro de cenas ltuosas.” A greve de Juiz de Fora. *O Reporter* 05/09/1912, ano VIII, num 347, p.1.

⁸⁰ Dutra, Eliana de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais - um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira república*. São Paulo, HUCITEC/ Ed. UFMG, 1988, p. 79. Greve em Belo Horizonte. *O Dia* 09/05/1912, ano I, num 43, p.1. A greve de Juiz de Fora. *O Reporter* 05/09/1912, ano VIII, num 347, p.1.

⁸¹ Essa associação esteve presente no Congresso Operário de 1912, conhecido como “Congresso dos Pelegos”; Dutra, *op. cit.*, p. 75.

⁸² Reunião operária. *O Dia* 21/05/1912, ano I, num 53, p.1.

⁸³ Idem.

manifestações pouco dignas de uma sociedade civilizada como a nossa”⁸⁴ - em todas as celebrações da data - com pequenas variações: foguetório à meia-noite, alvorada com salva de 21 tiros, banda de música e passeata cívica pelas ruas centrais com discursos à porta dos jornais, sessão cívica à noite no teatro - assinalam os jornais a presença dos ilustres oradores. A possível fala de pessoas não tão ilustres não merece das reportagens registro, sendo quando muito só citada. Vamos encontrá-la, pontualmente, nas colunas de opinião ou no editorial de um dono de jornal conhecido por seus rompantes, por romper o silêncio tácito dos outros órgãos da imprensa local sobre determinados assuntos⁸⁵, mas que, no caso em foco, traduziu em palavras o silêncio dos outros jornais.

O dono da *Reforma*, o médico Dr. Francisco de Paula Moreira Mourão, destaca em editorial a fala ouvida no teatro municipal no dia 1º de maio de 1913, por “uma multidão enorme”; “um operário muito moço ainda, revelando inteligência que pode ser aproveitada utilmente, pregou francamente a luta a todo o transe, contra o capital, e por muito tempo usou de uma linguagem violenta e agressiva” - fala que mereceu d’*O Reporter* o seguinte registro: “Usou também da palavra um operário da fábrica Leão”⁸⁶; e d’*O Dia* este outro: “...em cena aberta proferiram vibrantes discursos Srs. ... e um operário da Fábrica de Calçados, cujo nome nos foi impossível obter”⁸⁷. O representante de tradicional família sanjoanense - após essa introdução que desqualifica qualificando o operário da fábrica de calçados, potencialidade irresponsável, imatura, no par inteligente/novo ainda - coloca inicialmente sua divergência com aqueles “que entendem que o operário deve sempre apresentar-se com uma carta de intimação na mão esquerda e uma bomba de dinamite na mão direita”, para - depois desse reforço da visão do direito do operário como “pedido”, “despacho solicitado” - expor claramente a manobra apontada anteriormente, que consiste em isolar a comunidade local das agitações características das sociedades modernas - “Nosso rumo é outro” é o título do editorial -, transmutando o estrangeiro, de consumidor impregnado de *savoir-vivre* ao qual o produto cidade deve amoldar-se, em um estranho, ignorante dos modos das coisas da terra, em elemento desestabilizador, vírus; significativo

⁸⁴ 1º de maio. *O Reporter* 26/04/1908, ano IV, num 33, p.1.

⁸⁵ “Por considerações, por simpatia, por intervenções amistosas ou por qualquer outro motivo, a imprensa calou sempre e as autoridades arquivaram os inquéritos nos casos em que estes foram iniciados...”. Distúrbio. *Reforma* 13/04/1913, ano I, num 2, p.2.

⁸⁶ *O Reporter* 04/05/1913, ano IX, num 30, p.1.

⁸⁷ Festa do trabalho. *O Dia* 02/05/1913, ano I, num 195, p.1.

também é o puxão de orelhas dado ao patrão estrangeiro, por desprezar a mão-de-obra local - ciente dos modos da terra - empregando germens da discórdia; para além da defesa do capital, a defesa do ordenamento próprio à *sua* comunidade;

“O fogoso orador a que nos referimos é novo no nosso meio e de um estabelecimento industrial também novo aqui./ Nem os seus patrões e nem ele são filhos de S. João onde nunca residiram, onde não têm interesses e responsabilidades, desconhecendo por completo o modo de vida aqui e sobretudo os recursos com que o operário de São João del Rei pode contar com segurança nos transes aflitivos, nos momentos difíceis de sua vida./ Implantar-se a doutrina do ódio para substituir a do viver amistoso e pacífico sempre passado em S. João, entre patrões e operários é pelo menos imprudente”, assegura aos operários locais que “é melhor a vida de confraternização...ao passo que, divididos por influências alheias ao meio, hão de por força emaranhar-se nas malhas que a superstição política sabe urdir com satânica habilidade./ Queremos os nossos operários unidos como irmãos no respeito ao direito de todos”⁸⁸.

Recepção diversa à dada ao anarquista⁸⁹, ao alienígena demoníaco - e a construção do discurso da ordem na cidade desse jornalista ancora-se sobremaneira na legenda de “cidade mais católica do Brasil” -, merece outro estrangeiro, o sindicalista de Juiz de Fora, Waldomiro Padilha⁹⁰, que esteve na cidade para conferências no teatro municipal a convite

⁸⁸ Nosso rumo é outro. *Reforma* 04/05/1913, ano I, num 5, p.1. Estranha a referência do médico-jornalista aos patrões do anarquista; segundo Cintra, *Efemérides... op. cit.*, vol. I, p. 241, “Lei municipal concede à Fábrica de Calçados Leão, de propriedade de Samuel Augusto Soares de Almeida, isenção de impostos municipais de indústria e profissão, pelo prazo de cinco anos.” Trata-se do *Samuel, o Zé Veríssimo cá da terra*; seu pai estabeleceu-se na cidade, vindo de Porto Alegre, em 1844. *Idem*, p. 214. Em 1915, a fábrica de calçados Leão transfere-se para Lavras. *A Tribuna* 07/03/1915, ano II, num 34, p.1.

⁸⁹ “Em Minas Gerais, nos sindicatos de Belo Horizonte, Juiz de Fora e São João del Rei, as manifestações foram de molde a causar inquietação” Rodrigues, Edgar. *Nacionalismo e cultura social; 1913-20*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, p. 37. Ao que tudo indica tratou-se de uma atitude individual e não do Centro Operário de S. João del Rei como quer o autor.

⁹⁰ Citado por Dutra, *op. cit.*, p. 88; como diretor da União Operária de Juiz de Fora e representante desta no 2º Congresso Operário, em 1913, promovido pela Confederação Operária Brasileira, de orientação sindicalista-revolucionária; ver Pinheiro, P. S. & Hall, M. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. Documentos. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp.172; 184. Também citado por Andrade como elemento ativo da União Operária de Juiz de Fora, associação que, segundo a autora, “já em 1913, adota uma orientação nitidamente anarco-sindicalista”; sobre Waldomiro Padilha, a autora cita o depoimento do secretário da União Operária, José Cândido de Souza: “O companheiro Padilha, apesar de achar-se entre nós há pouco tempo, muitos serviços já tem prestado à nossa causa em Juiz de Fora e mesmo em diversas cidades de Minas onde esteve em viagem de propaganda. Leva plenos poderes da nossa associação para discutir todos assuntos que interessem ao proletariado em geral, devendo além disso expor perante esse Congresso (Segundo Congresso Operário, 1913), as teses: ‘Situação do operariado de Juiz de Fora’ e ‘Propaganda e Instrução’”. Andrade, *op.*

do “Centro Operário”. “O Sr. Waldomiro Padilha é um operário inteligente que revelou muita leitura./ Leu e digeriu. É ponderado e tem uma orientação digna de ser imitada pelos nossos companheiros de trabalho desta cidade e de todo o Brasil”. À juventude/irresponsabilidade do outro contrapõe a maturidade do Sr.; à afoiteza a ponderação/digestão; à dinamite a conciliação; ao outro *especialmente* a prevenção; o *nossos companheiros de trabalho* fica por conta do jornalista ser funcionário graduado dos escritórios da ferrovia.

“Mostrando-se convicto adepto da doutrina social...repele com firmeza as violências e a dinamite e propugna pela solução conciliatória entre o capitalista e o trabalhador./ Ao capitalista ele reconhece direitos e ao trabalhador também, e a este aponta como medida legal também a greve, mas greve pacífica e como recurso extremo./ Pensa que convém educar o operário..., instruí-lo sobre seus direitos, mas também sobre o respeito que deve aos direitos alheios.(...) Aconselha especialmente a que os operários acautelem-se contra os que, conhecendo o valor de sua força, exploram-nos quando agremiados, para fins subalternos e de interesse pessoal.”⁹¹

Aí está a concepção da elite letrada sanjoanense acerca do correto procedimento do operário, admiravelmente sintetizado pelo elogio do meio-termo por - quem diria - *Scapin*. O médico - e não o lacaio -, astuto e mexeriqueiro, Dr. Caetano Furquim Werneck de Almeida, assim comentou as falas - desafinadas - dos oradores do 1º. de maio de 1909:

“Dois deles porém, cá no meu fraco entender, pecaram um por excesso e outro por deficiência./ Este aconselhou-lhes paciência e resignação à sua posição e condição, deixando-lhes ver que não devem aspirar a mais do que são. Este orador, se não é padre ou frade, parece. (...) O outro foi entusiástico, radical, incendiário e dinâmico.(...) Olha, moço, pois você acha pouco os terremotos! Vivemos sobre um enorme vulcão que é esta pobre terra, que de tão velha parece até que já perdeu o siso!...”⁹²

Nem a deficiência do carola - e a alusão informada da persistência de uma desconfiança, para não dizer hostilidade, de parte da elite letrada da cidade à presença dos menores holandeses,

cit., pp. 145-152. Seja como for - talvez até por uma estratégia moderada de cooptação -, não foi uma fala anarquista que se ouviu em São João del Rei em julho de 1913.

⁹¹ “Reunião operária”. *Reforma* 20/07/1913, ano I, num 16, p.3.

hostilidade que não se limita, nesse círculo, aos livres pensadores e à setores das irmandades, mas que envolve aquele “católico sem exagero, *bigottismo* ou *pruderie*, tolerante e respeitador de todas as crenças alheias”⁹³ - nem o excesso do *moço*, mas a ponderação. Defesa do direito do operário à melhoria de sua situação, mas sem dinamites - estereótipo dos anarco-sindicalistas -; e, novamente, a deslocação do conflito local, ou melhor no caso, sua diluição no mundo - “enorme vulcão que é esta pobre terra”.

Talvez essa insistência tivesse como intuito apagar da memória possíveis *terremotos* trazidos por gente de fora - porque esta terra não os tem - para a cidade. *O Reporter* de 1910, registra pesaroso que “passou completamente despercebido nesta cidade o 1º de maio. Os operários de nossa terra não quiseram, como nos anos anteriores, comemorar com brilho e realce a data consagrada ao trabalho”, responsabilizando a Sociedade Italiana *Figli del Lavoro* por não ter tomado o encargo de organizá-la, coisa que, nos anos anteriores, ela fazia “juntamente com os operários das oficinas (da ferrovia)”⁹⁴.

Em seu número seguinte, o jornal publica carta do presidente da citada Sociedade, Raphael Bini, em que este afirma que a associação nunca organizou os festejos, dos quais sempre participou como convidada. Ressalta que a Sociedade em “20 anos de vida nunca deixou de cumprir o seu dever, e o seu glorioso estandarte é o único que resistiu, até hoje, de inúmeras associações locais”. Concorda “que os últimos acontecimentos políticos, com certeza influíram neste lamentável esquecimento”. Recrimina “o gaiato que divertiu-se, estupidamente à custa da pacata povoação desta cidade”, distribuindo na véspera do 1º de maio, “pela cidade, com grande fartura, programa do ano passado”, quando nenhuma comemoração estava prevista. Assegura que “seria de grande efeito descobrir-se quem fez distribuir os boletins de 1909”, atitude inominável, “por tornar ridícula uma data que faz tremer os potentados do universo. Mas... descansem os operários, deve chegar o dia em que se lhes há de fazer justiça./ A árvore da emancipação social está bem crescida na Europa e na América e só em S. João del Rei foi cortada pela raiz, mas a semente ficou.”⁹⁵

Além das referências ao racha ocorrido na cidade em razão da campanha e eleição presidenciais de 1910 - com a provável divisão dos trabalhadores em hermetistas e civilistas -

⁹² Scapin. Mexericos. *O Reporter* 09/05/1909, ano V, num 37, p.1.

⁹³ (Scapin elogia o Dr. Ribeiro da Silva) *O Reporter* 30/07/1908, ano IV, num 60, p.1.

⁹⁴ 1º de maio. *O Reporter* 05/05/1910, ano VI, num 117, p.1.

⁹⁵ 1º de maio. *O Reporter* 12/05/1910, ano VI, num 119, p.2.

e às possíveis discordâncias entre as lideranças operárias locais - é clara a incriminação pela distribuição dos programas a alguns ou a algum dos organizadores da celebração de 1909 -, o que desperta a curiosidade é a alusão a algo que foi cortado “pela raiz, mas (do qual) a semente ficou”, lado a um certo sentimento de impotência e desunião - o falar aos operários na 3ª. pessoa, *o descansem, deve chegar o dia*.

Acompanha a carta uma nota do jornal asseverando que não houve d’*“O Reporter* intenção de levar mágoa à Sociedade Italiana...”, desculpando-se do “equivoco” de ter atribuído a ela a responsabilidade pela organização dos festejos. Nenhuma referência faz o jornal à distribuição dos panfletos e ao “cortado pela raiz”.

Raphael Bini, muito provavelmente, referia-se à revolta dos colonos italianos do “núcleo Bologna-Ferrara” ocorrida em abril/maio de 1889. A postura dos jornais da época da revolta informa do mesmo diapasão; solidariedade até certo ponto, limite determinado pela reivindicação pacífica, ordeira e respeitosa à “necessidade (da sociedade) de estabelecer esferas gradativas de ordem moral, econômica, intelectual”⁹⁶.

Antes da revolta: “Vieram os colonos e foram atirados para ali (núcleo Bologna-Ferrara) como selvagens ou irracionais, criados à solta e à mercê da natureza. Faltam ferramentas para o trabalho e abrigo para dormir. As condições higiênicas são péssimas,...víveres arruinados, impróprios para a alimentação de homens”; “a população desta cidade tem estranhado muito e se indignado com o tratamento dado aos colonos...”⁹⁷.

Ainda sob o calor da revolta: “A tal estado chegou a insubordinação de imigrantes italianos..., que se receava de um momento para outro tristíssimas ocorrências. Tornaram-se eles por demais exigentes quanto à alimentação, como em relação a reclamações todos os dias novas e extravagantes. Vinham à cidade em magotes, davam morras à autoridade, ameaçavam arrombar a cadeia e soltar os presos e conflagrar tudo”; “já não respeitavam os seus superiores, chegando a prometerem mão armada contra a cidade”; “reunidos virem à cidade ameaçar já aos cidadãos incumbidos de manter a disciplina...e já aos seus habitantes, tornou-se necessário o pedido urgente ao governo de medidas enérgicas, no sentido de restabelecer-se a ordem pública alterada por semelhante fato”. As providências foram tomadas “por um contingente de 150 praças do 23 de Infantaria e do 9º. Regimento de Cavalaria...de sorte que foram embarcados todos os imigrantes (do núcleo) para a Corte a

⁹⁶ Jolac. De leve... *O Reporter* 01/09/1907, ano III, num 34, p.2.

fim de serem competentemente localizados...Felicitamos a cidade, e a nós mesmos, por este desenlace, que foi agradável a todos”⁹⁸. Constata José da Paz Lopes, que “depois deste episódio de 02/05/1889, o assunto ‘a nossa colônia’ deixou de ser de interesse da imprensa”⁹⁹.

Mas interessa dar a palavra à crítica procedente de uma jovem liderança operária da cidade aos festejos do 1º. de maio “onde primam pela ausência os oradores operários, sendo sempre encarregados de falar sobre a classe, e manifestar sua alegria, médicos, advogados, oradores diplomatas, enfim, homens bafejados pela sorte, que só por consideração a amigos é que deitam verbo às massas, defendendo a seu modo a classe operária”¹⁰⁰. Palavra operária merecedora de todos os aplausos, porque, a seu modo – e é nítida a preocupação da elite sanjoanense incorporar sob controle, fazer o operário trabalhar na sua construção -, reafirma o rumo próprio daquela comunidade:

“Aqui nesta cidade, felizmente a classe operária ainda não sentiu a dilacerar-lhe as energias, as garras aduncas do insaciável abutre - o capital, quando ousadamente procura lesar o trabalho, o que presentemente se vê em quase toda a parte./ Mas, é bem possível que de um dia para outro, o ambicioso monstro estenda os seus longos tentáculos sobre o operariado desta cidade, e é bom, portanto, que esteja este, prevenido a fim de não ser apanhado de surpresa, e seus elementos para lutar com vantagem.”¹⁰¹

Se irresistível a maré, essa cidade não se deixa engolfar completamente, se diluir totalmente no simulacro de outra civilização, porque ela é ciosa de sua identidade, tem um nome a zelar, condição de sua sobrevivência.

⁹⁷ Jornal *A Verdade Política* de 29/12/1888 e de 13/12/1888, citado por Lopes, *op. cit.*, p. 234.

⁹⁸ Jornais *O Arauto de Minas* 05/05/1889, *A Verdade Política* 09/05/1889 e *Gazeta Mineira* 04/05/1889; citados por Lopes, *op. cit.*, pp. 236-237.

⁹⁹ Lopes, *op. cit.*, p. 237. A Sociedade Italiana Figli del Lavoro foi fundada em novembro de 1891, sendo vice-presidente da 1ª. diretoria, Rapahael Bini. Seu desalento em 1910 talvez se explique por perceber a acomodação dos italianos à comunidade sanjoanense – e também a sua -, seja habitando a Várzea do Marçal, seja morando no terreno brejoso próximo à fábrica de tecidos; seja trabalhando nesta, seja como donos de olarias e pequenos negócios, ou cultivando verduras, legumes e frutas, indo à cidade com burros carregados de cestos para a venda dos produtos.

¹⁰⁰ F. (Fernando) de Sousa. Pelo operariado. *O Dia* 28/02/1913, ano I, num 144, p. 1

¹⁰¹ F. de Souza. Pelo operariado. *O Dia* 25/02/1913, ano I, num 141, p.2.

“S. João del Rei, cognominada A Católica, pela majestade de seu templos, índole de seu povo, magnificência de suas festas e respeito às tradições...”¹⁰², tradição de origens *imemoriais*, lavrada na matéria bruta das formas de devoção do medievo ibero-lusitano trazidas pelos forasteiros fundadores do arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes - erigido à condição de vila, em 1713, com o nome em homenagem ao rei português D. João V¹⁰³ -, tempos de desordem e de sangue¹⁰⁴, amainados pela fuga dos paulistas, pela lei armada del Rei e pelo ordenamento da fé do povo daqueles tempos, obra instituinte dos irmãos leigos, devoção construída em triface: fé/festa/ordem, como evento social, tradição inaugurada com a devida pompa e o preciso respeito no *acontecimento* das “Barroquíssimas Exéquias de D. João V”, mandadas celebrar na Matriz pelo Senado da Câmara, em 1750, e pelo vigário colado, em 1751.¹⁰⁵

Segundo Caio C. Boschi, foi em razão do “espírito associativo que marca a população que se constitui no *hinterland* das Minas Gerais, em cujos primórdios as pessoas se caracterizavam por um permanente desejo de se reunirem”¹⁰⁶ - explicado pela necessidade de se fazer frente à instabilidade e insegurança daqueles tempos -, “que os primeiros *mineiros* se aglutinaram para instituir suas irmandades”¹⁰⁷. Portanto, “não foram os religiosos de ofício os responsáveis pela implantação da fé, mas sim os leigos - senhores e escravos -, indiferentemente de sua condição social.”¹⁰⁸. Essas associações, devido à sua importância e abrangência, logo mereceram especial atenção do Estado colonizador, que não só transferiu para elas a responsabilidade pelo “sustento material” da vida religiosa - o que também desonerava a Igreja - e pelos “serviços sociais” da comunidade, como também

¹⁰² “D. Silvério”. *A Tribuna* 15/08/1915, ano II, num 58, p.1.

¹⁰³ Nome que proclama sua fé, e sua submissão à autoridade, e cuja permanência contrasta com a decisão da Câmara de São José del Rei em adotar o nome de Tiradentes, não obstante a elite letrada sanjoanense reivindicar habitar o berço do mártir da independência. Será o positivista Basílio de Magalhães, o responsável pela construção na cidade, no início da década de 1920, do busto em homenagem ao mártir.

¹⁰⁴ O núcleo inicial do povoado foi fundado por Tomé Portes del Rei, em 1702, que vivia dos direitos de passagem do Rio das Mortes e de venda de mantimentos para aqueles que vinham de São Paulo demandando Vila Rica. Em 1704, Tomé Portes foi assassinado por seus escravos. Em 1709, no conflito envolvendo emboabas e paulistas, ocorreu o massacre dos paulistas na margem direita do Rio das Mortes, no episódio que ficou conhecido como “capão da traição”. Sobrinho, Antônio Gaio. *Sanjoanidades - um passeio histórico e turístico por São João del Rei*. São João del Rei, 1996, pp. 7-11. Viegas, *op. cit.*, pp. 11-32. Alvarenga, Luis de Melo. São João del Rei e seu fundador; Guimarães, Geraldo. O Capão da Traição in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei*. Vol. IV, 1986.

¹⁰⁵ Sobrinho, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰⁶ Boschi, Caio César. *Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986, p. 17.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 22.

foi progressivamente adotando formas de controle que “(canalizassem) para o seu interior o expressivo vigor que se encontrava nas irmandades”, desenvolvendo “através delas e com elas,...mecanismos de amortecimento das manifestações sociais que lhe eram hostis.”¹⁰⁹

Construir templo, contratar músicos e religiosos, organizar as festas, reger o dobre diário dos sinos, realizar obras assistenciais, enterrar seus mortos e reverenciá-los por todos os dias do mês de novembro, a tradição sanjoanense foi ao longo do tempo sendo forjada no interior das associações leigas, em atritos freqüentes com as autoridades eclesiásticas¹¹⁰ e à sombra do Estado.

Caio C. Boschi propõe a existência de uma relação orgânica entre as irmandades e a política absolutista portuguesa implantada na Colônia, implicando o “ocaso” desta no declínio do prestígio daquelas, no soterramento das irmandades “como expressão histórica” - vincula a historicidade das irmandades a um fundo, quadro de referência político; afirma o “franco desprestígio” das irmandades nas Minas Gerais de fins do século XVIII e início do XIX - exemplificando com os casos de Vila Rica e Sabará -, em razão das “dificuldades financeiras” e de renovação dos quadros de irmãos, devido ao “desinteresse, (à) falta de entusiasmo, aliados ao ônus de pagamento de taxas...”. “Longe iam os tempos em que o luxo, a pompa e o aparato caracterizavam seus templos e atos religiosos. Pouco a pouco, o ideal religioso identificado com o Concílio de Trento declinava como forma de consolação e conforto espirituais”. Mostra que também em Portugal e na França, à mesma época, o declínio acontecia, para concluir que “desse modo, tudo levava a crer que a queda do Estado Absolutista levava consigo as irmandades e as confrarias, instituições com as quais se identificara tão integralmente.”¹¹¹ Termina insinuando que a experiência associativa das confrarias serviu de base para uma nova forma associativa, as lojas maçônicas, mais ajustada aos tempos de luta pelo liberalismo.¹¹²

No início do século XX, encontramos nos discursos atinentes ao culto externo em São João del Rei¹¹³, referências nostálgicas de um “tempo não muito remoto ainda”¹¹⁴,

¹⁰⁸ Idem, p. 24.

¹⁰⁹ Idem, pp. 65, 28, 105.

¹¹⁰ Idem, pp. 75-79.

¹¹¹ Idem, pp. 109-112.

¹¹² Idem, p. 181.

¹¹³ Cumpre registrar que, ao contrário de algumas cidades mineiras que vivenciaram uma estagnação econômica em razão da decadência da atividade mineradora, São João del Rei foi no século XIX, dada sua posição geográfica estratégica, importante praça comercial, entreposto privilegiado do abastecimento da

época do “antigo vigário Amâncio”¹¹⁵ (1857-1879), em que “o antigo esplendor, a majestade e a imponentia do préstito a que acudia o barão, o comendador, com seus fitões e brilhantes condecorações...”¹¹⁶, “lhes (às festas) granjearam renome em todo o país”¹¹⁷; alusões a um século XIX, que longe de testemunhar a decadência, é construído como ápice das manifestações de devoção ao modo tridentino, em contraposição a “de tempos a esta parte”¹¹⁸, “nos últimos anos tem decrescido de sua pompa aqui essa manifestação do culto externo”¹¹⁹; constatação de uma decadência em marcha, pressentida, apropriada na demarcação de posições, seja para denunciar “o descaso...exatamente (d’)aqueles a quem incumbe o dever de se esforçar pelo seu brilhantismo...”¹²⁰, seja para eximir estes de responsabilidade, dadas “as questões de sacristia, a falta de autonomia das administrações das irmandades, absorvidas suas atribuições pelo direito paroquial...”¹²¹, ou ainda para particularizar os responsáveis, “alguns que, se mostrando participantes desse grupo de tradicionalistas, nada são mais do que demolidores das antigas usanças(...)”¹²²

Por outro lado, seria precipitado deslocar o marco, e justificar o discurso da decadência ajustando-o ao trabalho na comunidade dos influxos modernizadores: o indiferentismo religioso, a racionalidade laica motivando o absenteísmo dos potentados nas cerimônias religiosas, o deboche da mocidade *up to date*, elementos que não só estão presentes como são apontados pelos jornalistas, mas que não dão conta de explicar o convívio daquele discurso com um outro, não seu contraponto em extremo, também impresso “Como católicos e oriundos de uma terra em que o catolicismo sempre medrou, sem esforço, por isso que, a índole de nosso povo, se manifesta, de geração em geração, constantemente, fervoroso e crente, dia a dia mais se acentuando o seu caminho e a sua dedicação à igreja, seria imperdoável o nosso silêncio, com relação às pomposas festas das endoenças, realizadas, este ano, com desusado brilho”¹²³, discurso este que poderia ser

cidade do Rio de Janeiro. Lenharo, Alcir. *As tropas da moderação - o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979, pp. 73-106.

¹¹⁴ Semana Santa. *O Dia* 07/04/1912, ano I, num 17, p.1.

¹¹⁵ Festa da Boa Morte. *A Tribuna* 22/08/1915, ano II, num 59, p.1.

¹¹⁶ Carnaval religioso. *A Tribuna* 06/12/1914, ano I, num 20, p.1.

¹¹⁷ Procissão de Sexta-feira Maior. *A Tribuna* 15/11/1914, ano I, num 17, p.2.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Culto divino. *O Reporter* 19/12/1907, ano III, num 65, p.1.

¹²⁰ Procissão de Sexta-feira Maior. *A Tribuna* 15/11/1914, ano I, num 17, p.2.

¹²¹ Culto divino. *O Reporter* 19/12/1907, ano III, num 65, p.1.

¹²² Festa da Boa Morte. *A Tribuna* 22/08/1915, ano II, num 59, p.1.

¹²³ “Semana Santa”. *A Tribuna* 30/04/1916, ano III, num 95, p.2.

percebido enquanto manifestações espasmódicas, de resistência dos agentes de uma causa condenada.

Mas sim, o convívio do discurso da decadência com o discurso da permanência da pompa da festa, “como de costume”, “como sempre”, “como soe acontecer”, baixo contínuo da festa; convívio que reafirma insistentemente, como os sinos, *como são joanense*, o *patrimônio espiritual* daquela comunidade, estofa de sua singularidade, matéria bruta em que é talhada sua distinção, construção permanente de uma mítica da cidade que é operacionalizada interna - *indole* ordeira do povo - e externamente - seu *crédito*. Mecanismo que *despreza* as vicissitudes do tempo - bombas despejadas de aeroplanos - e proclama a sobrevivência do *pacífico povoado*, a perenidade do epíteto *cidade distinta*. Amiúde, em março, a irmandade do SS. Sacramento anuncia, que em razão das dificuldades financeiras, não haverá as solenidades da semana santa; ato contínuo, os órgãos noticiosos dão o alarma: “Não há endoenças este ano! A notícia contida nesta frase, estoirou no meio do nosso povo com o efeito de uma bomba, caindo de um aeroplano e explodindo entre as casas de uma pacífica povoação./ E a alma do povo ficou-se penalizada, como quando uma catástrofe grande desaba sobre um país”¹²⁴. Pressuroso, o comércio local, cioso de seus negócios terrenos e espirituais, entrega à irmandade os cinco contos necessários “a bem, não só das tradições da velha cidade, que, sempre, primou pelo brilho que vem, de longos anos, imprimindo a estas festas...mas também para resguardar os créditos e a catolicidade dos s. joanenses”¹²⁵, permanência do *efeito* que o *estrangeiro* viu na cidade;

“Tenho, é verdade, encontrado quem me afirme que tudo já foi melhor; que hoje há muito indiferentismo pelos atos religiosos; que o pessoal melhor deixa-se ficar em casa, e não concorre a abrilhantar as procissões; que a mocidade não respeita os templos, como deve, e manda a boa educação; que tudo isto é devido aos novos costumes emanados da civilização moderna, e que todas essas razões concorrem para enfraquecer e mesmo eliminar o espírito religioso. Acredito, e estou de acordo com tudo isto, mas o que é verdade que mesmo com esses inconvenientes, que podem ser desprezados, as festas ainda são de muito efeito e muito lindas...”¹²⁶

¹²⁴ “As endoenças”. *A Tribuna* 11/03/1917, ano IV, num 140, p.1.

¹²⁵ “As endoenças”. *A Tribuna* 11/03/1917, ano IV, num 140, p.2.

Durante o período pesquisado, os textos dos jornais sobre as festas religiosas tradicionais lembram os sons sincronizados de um relógio: o tic-tac dos segundos pontuados pelas batidas dos quartos de hora. Ufanos *sempre* as notícias descritivas das festas; de tempos em tempos, polêmicas acerca de uma suposta decadência do espetáculo. A aparente incongruência entre relatos e polêmicas, desafia o historiador à proposição de um contraponto harmônico.

A festa ocorre com a “costumada pompa e solenidade dos demais anos”¹²⁷, “majestosa, como sempre soe acontecer”¹²⁸, “havendo muitíssima concorrência de fiéis...sendo calculado em 5 mil pessoas”¹²⁹, “calculada, sem exagero, em cerca de seis mil pessoas”¹³⁰, “em mais de 6 mil o número de pessoas que acompanhou e presenciou, em diversos pontos da cidade, o trajeto da majestosa procissão”¹³¹, “na mais extremada boa ordem e respeito”¹³², “com a devida ordem e preciso respeito”¹³³, “para consignar com aplauso a ordem inquebrantável que o povo guardou em todas as solenidades...ordem, que, aliás é uma velha e prezada tradição de nossa querida terra”¹³⁴, “fato este que confirma eloqüentemente os foros que goza o povo sanjoanense de ordeiro e civilizado”¹³⁵, “não maculando os nossos brasões de povo religioso e educado”¹³⁶.

Solene, majestosa, numerosa, respeitosa, ordeira, civilizada. A constância inscrita no número, no *sempre*, nos termos, dá testemunho da firmeza da crença daquela gente da “legendária cidade”¹³⁷. A devoção, de feitio majestoso e solene, transcorre, apesar de numerosa, com o preciso respeito e na mais perfeita ordem pública, atestando os foros do povo sanjoanense de ordeiro e civilizado. O esteio da crença, que encontra no culto externo sua acabada expressão, garante a multidão adestrada. O ser católica a torna civilizada. A religião é incorporada ao ideal de civilização, é imprescindível para a realização desta:

¹²⁶ “Estrangeiro” (Bento Ernesto Júnior). *Ação Social* 13/08/1916, ano II, num 74, p.2.

¹²⁷ Festa dos Passos. *O Reporter* 08/04/1905, ano I, num. 12, p.1.

¹²⁸ Semana Santa. *O Reporter* 27/03/1913, ano IX, num. 19, p.2.

¹²⁹ Semana Santa. *O Reporter* 22/04/1906, ano II, num. 11, p.1.

¹³⁰ Semana Santa. *O Reporter* 27/03/1913, ano IX, num.19, p.2.

¹³¹ Festas Religiosas. *O Reporter* 31/03/1910, ano VI, num. 107, p. 1.

¹³² A Festa da Conceição. *O Reporter* 15/12/1910, ano VI, num 179, p.1.

¹³³ Semana Santa. *O Reporter* 20/03/1913, ano IX, num. 17, p.1.

¹³⁴ Semana Santa. *O Reporter* 07/04/1907, ano III, num. 9, p.1.

¹³⁵ Semana Santa. *O Reporter* 27/03/1913, ano IX, num. 19, p.2.

¹³⁶ Semana Santa. *O Reporter* 20/04/1911, ano VII, num. 213, p.1.

¹³⁷ Festas Religiosas. *O Reporter* 05/06/1910, ano VI, num. 126, p.1.

científica, higiênica, religiosa: educada. Cria-se um mundo particularizado - “nosso rumo é outro” -, coeso na fé, resistente à maré de indiferentismo e impiedade a espriar-se por todo o país, elemento diferenciador e de identidade da comunidade local, construção sólida que hoje reverbera no dizer daquele povo que habita “a cidade mais católica do Brasil”, um real tecido por aqueles que proclamam “o viver amistoso e pacífico sempre passado em S. João”¹³⁸.

É o trunfo que a Igreja católica possui para barganhar com o Estado e com as elites um lugar na República. Ela assegura a ordem, confere estabilidade e identidade à pátria. A religião ameaçada significa a pátria em perigo. Para salvá-las, fundamental que os católicos se unam para corrigir o rumo da República. Em 1910, o padre Desidério Deschand advoga a urgente necessidade da fundação de um grande partido católico, a começar por Minas Gerais, “cujos habitantes conservaram fé mais viva”; convoca os mineiros a darem “ao Brasil inteiro este glorioso penhor de sua ardente fé e prática; muitos estados só esperam o sinal e exemplo do maior e mais populoso para se organizarem também para a luta”¹³⁹.

No estado mais católico do Brasil, a elite católica sanjoanense reivindica destaque, quer diferenciar-se proclamando a superioridade da fé da comunidade, exposta “nas festividades tradicionais nesta legendária cidade, única, talvez, em todo o território mineiro, que ainda se move, com certo interesse, nesta quadra de descrenças e indiferentismo pelos ensinamentos da Igreja, para comemorar...”¹⁴⁰; “nenhuma outra cidade mineira leva vantagem a nossa, quanto à piedade e decência com que pratica as solenidades da igreja; todos os fiéis se prestam a servir as diversas corporações religiosas de boa vontade, com devoção...graças a Deus, não somos um povo sem crenças ou indiferentes às determinações da Santa Igreja.”¹⁴¹

Motivo de orgulho, essa obediência não é unânime. Necessário repreender a rapaziada - exceção que confirma a regra -, “que julga ser o templo um picadeiro de circo”¹⁴²; “nossos *moços bonitos*, que deixam de ornar as alas da procissão, tomam um

¹³⁸ Nosso rumo é outro. *Reforma* 04/05/1913, ano I, num. 5, p.1.

¹³⁹ Deschand, Desidério. *A situação atual da Religião no Brasil*. Garnier, Rio de Janeiro/Paris, 1910, p. 199.

¹⁴⁰ Semana Santa. *O Reporter* 16/03/1913, ano IX, num. 17, p.1.

¹⁴¹ Festas Religiosas. *O Reporter* 05/06/1910, ano VI, num. 126, p.1.

¹⁴² Quo vadis ? Festa da Coroação de Jesus. *O Dia* 30/05/1913, ano I, num. 220, p.1.

regalo!”¹⁴³, “prova provada de que esses *moços bonitos* podem ter tudo menos a qualidade de haverem tomado chá em pequenos”¹⁴⁴.

A elite repreende seus filhos; desqualifica-os pela imaturidade/inconsciência - “criança tolo”¹⁴⁵ - em não saberem como as coisas são/devem ser na cidade. A reprimenda atinge o traço distintivo da linhagem: educação/civilização. “Aos nossos jovens patricios concitamos que continuem nesse comedimento nos templos, que lhes é honroso, pois é o expoente de sua boa educação. Deixem que caiba a outros a *glória* de vir insultar o espírito devoto dessa terra de largos sentimentos hospitaleiros.”¹⁴⁶. A elite reconhece sua falha, repreende seus filhos que se deixam levar pela maré. “São moços do grupo dos ‘novos’.../ Sua razão esclarecida conquistou-lhes nobres e altivos títulos de livres pensadores...”¹⁴⁷.

Se é principal que a mocidade tenha fé, na ausência dela, é fundamental o comedimento - vejam os adultos -; que se comportem, que o exemplo vem de cima, que façam jus à estirpe, que desempenhem bem o papel, que a nova geração siga com a legenda, sem o que perde-se a cidade, “o viver amistoso e pacífico”.

As batidas soam espaçadas, branidas pelo velho sanjoanense, pelo vigário, pelos moços católicos do jornal, pelo irmão terceiro, pelo sanjoanense ausente...

Em 1914, o jornal “A Tribuna” - que tem entre seus diretores João Jeunon Júnior e João Viegas Filho, membros da Associação São José, associação de jovens católicos ligada ao pároco - insurge-se contra a decisão da Ordem Terceira do Carmo de acabar com a caracterização de personagens bíblicos na procissão do Enterro, “uma tradição, cuja origem nas nações ibero-lusitanas remonta à idade média”. Argumenta o jornal que a decisão irá “concorrer para acrescer o indiferentismo pelas *endoenças*, que já vai trabalhando a nossa cidade...”

Ato contínuo, identifica, “de tempos a esta parte”, “a decadência sensível das festas da Semana Santa nesta cidade, onde sempre foram feitas com uma pompa e um esplendor, que lhes granjearam renome em todo o país”. Pretendo-se porta-voz de uma suposta opinião pública sanjoanense, culpa os responsáveis pela organização das festas religiosas na cidade

¹⁴³ João Revoada (Severiano de Resende). Carnaval religioso. *A Tribuna* 29/11/1914, ano I, num. 19, p.1.

¹⁴⁴ Quo vadis? *Op. cit.*

¹⁴⁵ *Idem.*

¹⁴⁶ *Idem.*

¹⁴⁷ Sevry de Raisins (Severiano de Resende). Homilias. *O Reporter* 13/09/1908, ano IV, num. 72, p.1.

- as irmandades - pela decadência constatada: “É voz geral que é conseqüência do descaso que em relação às solenidades do culto revelam exatamente aqueles, a quem incumbe o dever de se esforçar pelo seu brilhantismo, de trabalhar pela sua magnificência...”¹⁴⁸.

A resposta não faz esperar. Sob o pseudônimo de João Revoada, Severiano de Resende defende a resolução da ordem terceira de “suprimir na imponente procissão o ridículo figurado, anacrônico, que desperta a risota em vez de edificar e comover”. Argumenta que o espaço religioso não deve se constituir em lugar de lazer e diversão do povo, que ele “se divirta e se emocione nas casas de diversão, que as há na cidade”. Invoca a *voz geral*, assegurando que “felicitações sinceras, aplausos da opinião pública tem merecido o ato do Definitório, mandando queimar trapos que nos envergonhavam”¹⁴⁹. Sagaz, qualifica os lados em disputa sob o signo do progresso/civilização, desqualificando o adversário “obscurantistas ramerraneiros”, ao mesmo tempo que positiva a atitude daqueles que “trabalham para banir preconceitos, usanças e costumes obsoletos, que revelam atraso de nossa cidade, de cujos foros de adiantada, progressista e das mais civilizadas de Minas - nós, sãojoanenses tão ciosos somos.”

Concorda o irmão terceiro que, “de certo tempo para cá”, o indiferentismo toma conta dos atos religiosos na cidade; no entanto, identifica “na falta de fé, no egoísmo, nas questões de sacristia, produzindo descontentamentos” as razões da decadência. Incomoda ao representante de uma velha tradição de mando na cidade, o absenteísmo dos potentados nas cerimônias religiosas, deixando vagos os lugares de protagonistas do espetáculo¹⁵⁰ - temeridade, vai que elementos menos respeitáveis, menores, resolvem assumir; daí à representação política é um passo -, espetáculo em que a sociedade se vê como quem manda quer apresentá-la, estratificada, ordenada, coesa. Irritado, deplora “a ausência especialmente de certo elemento respeitável”, e em reprimenda questiona:

“Onde se encontram os membros das Ordens Terceiras dos Carmelitas, dos Franciscanos e de outras irmandades, que primam pela ausência em todos os atos da Igreja, desprezando os hábitos e balandraus, com que se ostentaram, em anos passados, cheios de garbo e ufanía? / Os maioraís quedam-se em casa, chegando às altas sacadas de seus palacetes a ver desfilar o préstito - todos os mais fazem o

¹⁴⁸ Procissão de Sexta Feira Maior. *A Tribuna* 15/11/1914, ano I, num 17, p. 2.

¹⁴⁹ João Revoada. Carnaval religioso. *A Tribuna* 22/11/1914, ano I, num 18, p. 1.

¹⁵⁰ “Atualmente, não havendo nem quem carregue a vara do pálio, e forme alas com brandões acessos...”

mesmo, atufando as entradas das ruas numa promiscuidade de sexos com inconveniências a olhos vistos./ É um tumultuar de pagode...”¹⁵¹.

A mera ostentação da sacada não disciplina, a atitude displicente do palacete reverbera na rua, no tumultuar de pagode da massa ignara, à solta.

Os moços católicos do jornal retrucam afirmando que, opor-se ao espírito religioso festivo, prazeroso, da comunidade, denunciando o *carnaval religioso*, pretender dissociar a festa da *arte*, “suprimindo-lhe o que mais poesia lhe empresta”, significa atentar contra a tradição, contra o genuíno catolicismo daquela comunidade; tal atitude beira a heresia e pode ser identificada a “esse espírito de puritanismo, que leva a suprimir os encantos do culto católico e cuja mais alta expressão se verifica nas áridas e antiestéticas seitas oriundas da Reforma.”. Ironizando o fato progressista do venerável Severiano, investem contra o controle exercido por uma minoria sobre a culto externo, reivindicando para “o povo sanjoanense” o poder de decidir a questão;

“O povo sanjoanense, porém, que não quer nem deseja o declinar de suas festas religiosas há de num momento de amor às suas tradições promover a continuação na Procissão do Enterro do figurado, que, de todos os tempos, fez parte da cerimônia e não pode ser abolido, simplesmente porque uma dúzia de espíritos *soit-disant* progressistas assim o entendem./ Em questões dessa ordem o povo é o tribunal de última instância e força é reconhecer que as suas decisões trazem sempre o cunho do mais alto e respeitável critério.”¹⁵².

O venerável responde denunciando o caráter particular da reivindicação, pari passu à afirmação seca, ríspida, do direito do definitivo, inscrito no compromisso da ordem terceira, de definir a questão como bem entender; suas atribuições não podem ser discutidas “Demais essa parcela de povo nada tem que ver com as deliberações do Definitório, cada qual governa sua casa como quer; convindo perdurar ainda que em questões de nonada, como esta nem era o caso de sobre ela manifestar-se aquela corporação - a própria Mesa podia fazê-lo por simples ato administrativo.”¹⁵³

¹⁵¹ João Revoada. Carnaval religioso. *A Tribuna* 06/12/1914, ano I, num 20, p.1.

¹⁵² Procissão de Sexta-Feira Maior. *A Tribuna* 29/11/1914, ano I, num. 19, p.1.

¹⁵³ João Revoada. Carnaval religioso. *A Tribuna* 20/12/1914, ano I, num 22, p. 1.

As batidas vibradas por aqueles que se nomeiam, apropriam-se do fato - festa religiosa - tornando-o militante de intuítos particulares que se pretendem compartilhados, na tentativa de dizer algo que a mera positividade do fato não comporta. Sobrepõem-se ao texto monocórdio, ao baixo contínuo da festa, composto regido numa clave dada pelo historiador, ansioso por atribuir sentido às vozes.

Semana Santa de 1912. Duas abordagens em busca de eficácia

“Seguramente a impressão que ficou ao grupo de S. Joanenses velhos que assistiu às cerimônias comoventes da Quinta-Feira Maior e às da adoração da cruz, na Sexta-Feira Santa, foi uma impressão de saudade./ Saudade do tempo, não muito remoto ainda, em que a vasta nave da nossa Matriz enchia-se de fiéis, todos vestidos de preto, em atitude do mais acentuado respeito, acompanhando com interesse todos os atos que ali se rememoravam./ Agora não. O templo esteve quase que vazio durante toda a relevantíssima cerimônia de instituição do SS Sacramento/ Mas, para os velhos que ali estavam, outro velho, que é uma das glórias de S. João del Rei, o maestro Ribeiro Bastos, como que para compensar, executou na sua orquestra, com brilho, com brilho, que talvez nunca fosse igualada, o sublime Credo de Giorza e o Agnus Dei do mesmo autor./ Como que se nos eriçaram os cabelos ao ouvir a nítida execução desses belíssimos trechos de música inspirada./ Foi conforto para esses velhos testemunharem que nem tudo vai caindo em S. João./ A fê, essa empalidece, certo, mas a arte - essa ainda tem seu culto vivo. O braço do velho maestro Ribeiro Bastos já não impunha o arco com a mesma firmeza, mas ainda agita com brilho e segurança a sua extraordinária batuta”¹⁵⁴.

“ Ainda este ano não foi quebrada a hegemonia das nossas festas, comemorativas da Paixão, Morte e Ressurreição do Divino Redentor./ Tanto as solenidades internas como externas correram bastante animadas, atraindo umas e outras numerosa concorrência de fiéis./ Na 5ª. feira Maior, ao Evangelho, subiu à Tribuna Sagrada, ocupando-se vantajosamente do magno assunto da Instituição do SS. Sacramento, o Revmo. Vig. Desta Freguesia, monsenhor Gustavo Ernesto Coelho (...) Os atos da 6ª feira Maior tiveram aquela mesma piedosa solenidade, que requer a tocante e elevada descrição da condenação e morte do doce e manso Jesus. (...) À noite, após os ofícios de Trevas, saiu da igreja dos Carmelitas a majestosa procissão do Enterro

¹⁵⁴ Semana Santa. *O Dia* 07/04/1912, ano I, num. 17, p.1.

do Senhor. A reunião do povo nas proximidades da igreja e pelas ruas e praças, por onde tinha que passar a imponente e respeitosa procissão, era enorme, tornando difícil o trânsito, mesmo para aqueles que iam nas alas e formavam o extenso cortejo processional. (...) A parte musical de toda a festividade foi confiada à excelente orquestra 'Ribeiro Bastos', sob a regência do velho e notável maestro Martiniano Ribeiro Bastos, que, como sempre, deu cabal desempenho a difícil tarefa (...) A missa e credo de 5ª feira santa tiveram magistral execução. (...)”¹⁵⁵

O real partido, compartimentado em dois, num jogo de tomadas externa e interna ao templo. Catolicismo extroverso (voluptuoso), do povo a acotovelar-se nas ruas para assistir/participar do espetáculo; a arte da festa, artifício a mover a multidão a expressar a lenda da cidade. Catolicismo circunspecto, de traje respeitoso e enlutado; sóbrio. Templo quase que vazio a mover a memória a imprimir a saudade na fala dos antigos, engenho da lenda. A lenda de *um tempo não muito remoto ainda* nutre a lenda de agora.

A religiosidade estruturada em par: presente/passado; festa/fé - indiferença religiosa/antigo brilho; falta de fé/passada pompa. A fé trançada na festa, o presente entrelaçado ao passado. O sentimento interno, circunspecto, é indissociável de sua expressão festiva, extroversa. “Apesar do caráter das solenidades, todas de desagravo e penitência, o dia de sexta-feira foi todo festivo, como um dia de regozijo doméstico da católica família sanjoanense.”¹⁵⁶ A arte pereniza o sentimento que a festa anuncia, reafirmando a distinção da comunidade e seu crédito¹⁵⁷

A lenda do passado achega-se à lenda do presente, constructo da tradição, do sempre que permanece. Na unidade desses pares estrutura-se a religiosidade daquela comunidade, amálgama da índole ordeira do povo sanjoanense. O mecanismo do relógio, movimento duplo que manipula o tempo, afirma a fé daquele povo. Sempre, como de costume, por ocasião das festas, ao longo dos anos, em uníssono, proclama-se o renome,

¹⁵⁵ Semana Santa. *O Reporter* 11/04/1912, ano VIII, num. 306, p. 1.

¹⁵⁶ Quo vadis? *Op. cit.*

¹⁵⁷ “... Só para ficar em dois exemplos, ele lembrou das orquestras bicentenárias, a Ribeiro Bastos e a Lira Sanjoanense, que estão em plena atividade e das festas religiosas - a festa de Nossa Senhora do Carmo, que acontece no dia 16 de julho, faz parte do calendário do Inverno Cultural”. Trecho da entrevista concedida pelo diretor da divisão de assuntos comunitários da FUNREI, Mauro Nuno dos Reis, por ocasião do 12º. Inverno Cultural. Suplemento especial do 12º. Inverno Cultural da FUNREI, p. 3, in *Gazeta de São João del Rei* 03/07/1999, ano I, num 50.

propagandeia-se a marca. De tempos a esta parte, de tempos pra cá, insurge-se contra o indiferentismo, o respeito esquecido, denuncia-se, reafirmando a lenda, a falta de fé. Afirma-se a linhagem denunciando a sua corrupção - /mudança, outra face positivada, a sua não aversão aos tempos novos. A perenidade da legenda assegurada por um movimento contínuo de reinvenção da lenda, engenho que funciona através da dilatação do par sempre aproximado precário presente/passado brilhante. Saudoso, o *são joanense* jornalista, em 1915, relembra a época em que “durante o novenário a tribuna sagrada era ocupada pelos melhores oradores patricios, como os padres Lameda (1837), Viana, Bernardino (1850-1857), Machado (1879-1884)...” e, realizando a aproximação, “...mais tarde vieram conferencistas como o Dr. Júlio Maria (1908), etc.”¹⁵⁸, etc. que, possivelmente, será dilatado num futuro próximo àquele tempo precedido pela lembrança do novenário de N. S. da Conceição, de 1916, quando o “púlpito (foi) ocupado pelo maior orador sacro brasileiro, Padre Dr. João Gualberto do Amaral”¹⁵⁹...discurso/prática que mantém a legenda de cidade católica.

Paradigmática do catolicismo da tradição sanjoanense em que fé e festa são indissociáveis, é a narrativa do *Arqueólogo*¹⁶⁰ - ouvida ao pé de sua tia-avó - da “festa d’Ascensão celebrada aqui por volta do ano de 1800 e pouco, ou mais precisamente, “no dia... de 18...”, época em que a crença “era forte, a fé viva, a religiosidade incondicional”. Narrativa singular de uma memória a sorver a lembrança da casa, que recolhe no antigo sua identidade, antigo que não pode ser datado pois última manifestação da fé autêntica daquela comunidade; mecanismo ligado em paralelo com o das datas que, espaçadas, tornam móvel o passado sempre recriado próximo ao presente débil, esconjuro da decadência, da perda de identidade, sempre adiada.

Inicia o “caso” afirmando o caráter democrático da festa, ou ao contrário, a supressão das individualidades e das diferenças e o amálgama de todos os participantes em um único ser social: o *são joanense*. “Unido todo o povo como um só homem; desde o Ouvidor até o mais obscuro habitante desta boa terra.”. Esse ser está “ávido”, ansioso para que o espetáculo comece, “olhos voltados para a cortina vermelha do camarim”.

¹⁵⁸ Festa da Boa Morte. *A Tribuna* 22/08/1915, ano II, num 59, p.1.

¹⁵⁹ Novenas de N. S. da Conceição. *Ação Social* 03/12/1916, ano II, num 91, p.2.

¹⁶⁰ Arqueólogo. Velhas lembranças. *Ação Social* 16/05/1915, ano I, num 10, p. 2.

Odores, cores, sons penetram todos os interstícios; a matéria bem talhada, refinada, primorosa, cara, couro, prata, ouro, madeira, bronze preenche todo o espaço. Tudo na Matriz conspira para a orgia dos sentidos, excitando a impaciência, aguçando a fé para o seu jorro; “as ondas de harmonia que cruzavam do coro com as ondas místicas do incenso que desciam da Capela-Mor, as luzes das velas acesas em todos os altares laterais, o perfume das flores amontoadas a mancheias em todos os interstícios dos bens lavrados castiçais de prata”. “O velho vigário” - e manda a tradição que não seja outro -, grave, ergue-se da sua “poltrona coberta de couro com labores custosos e grandes pregos de bronze dourado”, chega ao meio do altar e, viril, másculo, símbolo de uma Igreja em sua plenitude, “com voz forte, sonora e sã, entoia ...o *gloria in excelsis Deo*”. Lá fora, sinos bimbam, roqueiras e tracarias ensurdecem.

Metais, madeira, cordas, pólvora, vozes, o turbilhão de sons é incapaz “de desviar aquela multidão de cabeças, da diretriz do camarim...”. Cuidado, a arte é manhosa, tem suas artimanhas, quem tem fé, e aquele povo tinha, sabe diferenciar o ilusório, que é profano, do sagrado, que é oculto. Mas, convém não abusar da paciência desse povo, vai que a zueira o destempere e o vigário fique sem olhos a ver; “...cuja corda nesse momento se erguia de um jato...”: Jesus, divino, ladeado de querubins, loiros, suspensos no ar anjos bochechudos, “muita luz, muita onda de incenso, muita flor, muito passarinho solto dos púlpitos, com lacinhos de fita aos pescocinhos e belos e significativos lemas, versos manuscritos (mesmo) porque imprensa nesse tempo era *avis rara* e monopólio da corte. Mas toda essa cena, que fazia aflorar a todos os lábios um sorriso de satisfação, de curiosidade saciada, de ascetismo legítimo, pouco durou.” A satisfação é fugaz, como soe acontecer; não se explica o mistério porque ele se esconde. Num átimo, “todo o quadro” subiu lentamente até se ocultar por trás da “arcadaria superior do altar-mor, com pesar legítimo, com legítima saudade, com uns laivos de tristeza que ressumbrava de todos os semblantes estáticos”¹⁶¹. Aqui termina a narrativa da festa e o *arqueólogo* nos explica a singularidade desse fóssil.

¹⁶¹ “O desejo de ver coloca um grave problema: é ao mesmo tempo interditado mas exaltado também, e transformado.” Proibido porque tentação de saber o mistério, mas o olhar não pode ser eliminado; ele “também merece sua saudação, senão sua redenção; ele sofrerá, contudo, uma espécie de mutação: nas aparições pascais, ele é efetivamente reabilitado; todavia, se o contato permanece possível e confirma a visão, a distância subsiste, aquela que dá à aparência um estatuto bastante insólito – o de um real – irreal.” Dagognet, François. *Philosophie de L'Image*. Paris, Vrin, 1986, p. 207.

“Perdurou por longo tempo na memória do povo essa festa que por ter sido a última em tais circunstâncias e com tanta pompa celebrada, tomou na vida da população desta cidade as proporções de um acontecimento e figurou nos fastos religiosos de S. João./ Contribuiu imenso para isso a divulgação ou digamos a distribuição profusa dos aludidos versos de que acima dei notícia e dos quais (parece) alguns levavam uma pontinha de sátira, talvez justa, porque o único de que me lembro, e do qual vou dar ao leitor conhecimento, vai como uma seta ferir um representante do povo de então, o qual pelo gesto destoava algum tanto do concerto unânime dos outros seus companheiros./ Não discutirei o valor literário da peça.... mas creio ser a expressão da sinceridade dos nossos antevos. Hei-la com sua métrica original:

‘Pedro Gago, João Barroso
brigou com Luiz Sem Chapéu:
porque este não quis crer,
que Cristo subiu ao céu!’

Arqueólogo 13-5-915”

Aí está a festa d’Ascensão datada precisamente. Foi a dos versinhos, dos lemas, “a última em tais circunstâncias”, o que nos leva a especular não ser, àquela época, uma prática incomum a utilização de mensagens manuscritas para alcançar os fiéis, e que, talvez, Luiz Sem Chapéu, e possivelmente outras pessoas influentes - “...alguns levavam uma pontinha de sátira...” (itálico meu) - sentindo-se melindradas - “...talvez justa...” -, tenham pressionado para que tal expediente não fosse novamente empregado.

Mas, abstraindo do contexto em que ocorreu a última festa dos versinhos, interessa aqui o que ela informa de uma prática de membros da Igreja - que a hierarquia talvez tolerasse fazendo vista grossa - de meios alternativos ao tradicional sermão, no registro da linguagem coloquial, sintética, de fácil memorização a fim de que uns contassem para os outros, que - por vezes desencadeando o riso - visasse uma interferência eficaz na vida local. Os lemas, na pomposa celebração, nos dizem do dilema de uma Igreja que para se fazer presente almeja conciliar a tradição de majestade, da magnificência do rito, que é aparência, apelo aos sentidos, com a mensagem terrena militante em busca “do mais obscuro habitante dessa boa terra”, que conhece o Pedro Gago, o João Barroso, o Luiz Sem

Chapéu, que, se não sabe ler ouve bem, e que, rosto aberto, ficou a imaginar o Gago tentando convencer o Sem Chapéu; Sem Chapéu que não cria na ressurreição, diferente ele, desmiolado ele, não espanta que não use chapéu. Mesmo que desvinculada de um embate mais amplo, urdido pela Igreja contra seus inimigos, se restrita à luta do vigário pelo poder local, a mensagem porta a convicção na eficácia do manejo da crença como arma política, eficácia que é indissociável do espetáculo de sons, cores, figuras, palavras, artifício poderoso a ser sempre posto em ação para saciar a *legítima saudade*, a imprimir na memória a *expressão da sinceridade dos antevos*, a fixar nas consciências uma identidade que não pode ser descolada daqueles que portam a palavra, daqueles que promovem o *concerto unânime* de uma comunidade que reconhece-se rebanho, *desde o Ouvidor até o mais obscuro habitante desta boa terra*. Lúcido o *Arqueólogo* ao dizer que os versos eram manuscritos porque a imprensa era proibida. Agora, no início do século XX, os lemas não são mais trazidos por passarinhos, mas desembarcam dos navios e tomam o trem; não mais escritos à mão, mas impressos em periódicos, semanários, diários, em busca da difusão profusa.

III – Os acólitos de Roma

“O dia 18 de dezembro de 1924 é um dia memorável para a Província¹⁶² dos Frades franciscanos holandeses e ainda mais para o seu Comissariado do Brasil, pois nesta data fará 25 anos que esses frades aportaram na Terra Brasileira, em Manaus, capital do Amazonas. Desde então, em número sempre crescente, têm eles sofrido e trabalhado o melhor possível pelo Reino de Deus no Brasil: sofrido principalmente no começo, porque as obras de Deus têm de ser construídas com sangue e lágrimas que são a argamassa mais consistente; trabalhado muito, até hoje.

E agora que se aproxima o dia das bodas do nosso Comissariado, o atual Padre Comissário, o Mui Revdo. Padre Frei Paulo Stein, pediu-me para escrever o livro comemorativo, não para os freis se orgulharem - só a Deus toda honra e toda glória - , mas para agradecerem ao Doador de todos os bens a sua benção sobre o nosso trabalho. Que seja também uma contribuição para a História e uma prova de gratidão aos nossos benfeitores, que deste modo poderão verificar que suas orações e esmolas não ficaram infrutíferas; temos também a esperança de que a narração do que esses frades no Brasil têm feito e sofrido possa animar outros jovens franciscanos a nos virem ajudar, pois no Brasil ainda vale a palavra do Divino Redentor: ‘A messe é grande, mas poucos os operários’ (Mt 7,39).”¹⁶³

O século XIX presenciou o florescimento da chamada “segunda primavera das missões”¹⁶⁴. Se a primeira, ocorrida nos séculos XVI e XVII, foi impulsionada pelas decisões tridentinas e teve como suporte a expansão colonialista dos países europeus católicos, a segunda caracterizou-se, por um lado, como inseparável do imperialismo e,

¹⁶² “*Província* significa o conjunto de Conventos, cujo Superior chama-se *Provincial*. *Custódia* é o conjunto de Conventos antes de formarem uma Província e cujo superior chama-se *Custódio*. (...). *Comissariado* é menos que *Custódia*. Seu Superior chama-se *Comissário* e exerce a jurisdição em dependência do Prelado da Província ou *Custódia*, a que o Comissariado pertence. *Guardião* é o Superior de um Convento. (...). *Capítulo provincial* é a assembléia de todos os Superiores que gozam de voto”. Röwer, Basílio. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1947, p. 13.

¹⁶³ Staphorst, Sabino. *Vinte e cinco anos no Brasil: 1899-1924. Comemoração do jubileu de prata da presença dos franciscanos holandeses no Brasil*. Weert, 1924; trad. Helano van Koppen, Belo, Horizonte, Promoção da Família ed., 1985, p. 7.

¹⁶⁴ Sobre as missões católicas dos séculos XIX e XX, Cf. Baumgartner, Jakob. La expansión de las misiones católicas desde León XIII hasta la Segunda Guerra Mundial. In: H. Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, 1978, T. VIII; Taveneaux, René. El Catolicismo Postridentino; e Guennou, Jean. Las Misiones Católicas. In: Henri-Charles Puech (org.) *Historia de las Religiones. Las Religiones Constituidas en Occidente y sus Contracorrientes, II*. Cid. do México, Siglo XXI, 1981, vol. 8.

nesse sentido, como proposta religiosa de conversão dos infiéis da Ásia e da África; e, por outro lado, vocacionada à cura das almas dos países católicos que vivenciavam a separação entre a Igreja e o Estado, como o Brasil, onde não só o anticlericalismo, a maçonaria, o positivismo e a laicização crescente da sociedade e das instituições colocavam em risco o poder católico, como também a perda do lugar de religião oficial implicava a concorrência com outros cultos, particularmente o protestantismo e o espiritismo.

A Igreja católica no Brasil experimentou, no final do século XIX e início do XX, um dos períodos mais críticos de sua história. O modelo de *crisandade*, amparado no *padroado*, união Estado-Igreja sendo esta subserviente, havia entrado em crise, na década de 1870, quando D. Vital, bispo de Olinda, e D. Macedo Costa, bispo do Pará - seguindo orientação da cúria romana, sob Pio IX, para países de maioria católica -, colocaram em xeque aquele modelo. A ruptura se concretiza com o advento da República, que é saudado pelos bispos brasileiros, na medida que significava a libertação da Igreja do servilismo ao Império, mas a separação é criticada, pois sua influência na sociedade estaria comprometida, não mais teria o suporte do poder do Estado para exercê-la.¹⁶⁵

Acelera-se, então, a reestruturação e a romanização da Igreja brasileira. A Santa Sé passa a comandar diretamente a ação. Verifica-se a preocupação com a reforma interna, com a reorganização das fileiras eclesásticas: criação de novas dioceses, reforma e fundação de seminários, enquadramento do clero, incentivo às “ordens religiosas a mandarem padres, freiras e irmãos para o Brasil”¹⁶⁶.

Principais mensageiros do novo discurso social católico, redentoristas e franciscanos, holandeses e alemães¹⁶⁷, aportam no Brasil dessa época. Vêm a convite dos bispos brasileiros e sob as bênçãos da Sé romana, com a tarefa de reestruturar a Igreja no Brasil e encetar a recristianização da sociedade¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Bruneau, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974. P. 69.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 69.

¹⁶⁷ Tal afirmação ampara-se na força do catolicismo social alemão e holandês, expressa na *Volksverein* alemã e na sua congênere holandesa, a *K.S.A.* Também estriba-se na ação social desenvolvida no Brasil por esses missionários. Ver Gertz, René E. *Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular*. *Veritas*, Porto Alegre, v. 37, num 148, dezembro/1992, pp. 553-579. Dutra, *op. cit.*, pp. 155-172. Wernet, Augustin. *Os Redentoristas no Brasil*. Aparecida, Santuário, 1995, vol. 1, pp. 286-300.

¹⁶⁸ “Había parroquias sin vicarios, conventos sin frailes además de otros ministerios, como las misiones populares, colegios y otras instituciones que carecían de personal cualificado, padres, religiosos o laicos. Ése fue el motivo de que los obispos redoblasen sus esfuerzos por reclutar el mayor número posible de frailes, hermanos y sacerdotes, en el viejo mundo”. Lustosa, Óscar de F. *Presencia de la Iglesia en la sociedad brasileña*. In: Aldea e Càrdenas (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, 1978, tomo X, p.

A escolha dos locais para o estabelecimento dos religiosos estrangeiros era fruto de uma negociação entre o comissário (representante da congregação religiosa) e o bispo. Os padres estrangeiros parecem ter dado preferência a paróquias bem localizadas e de fácil comunicação - todas as residências dos franciscanos holandeses situavam-se, ou estavam próximas, a locais servidos por ferrovias; “a estrada de ferro da Central, que liga o Rio de Janeiro a Minas e São Paulo, às vezes, ao menos quanto à parte de Minas, é apelidada de ‘a linha holandesa’; e com razão, porque o trem passa em muitos lugares onde há fundações de missionários holandeses redentoristas e franciscanos...”¹⁶⁹. Também optavam por paróquias vagas ou cujo vigário já velho prometia para breve o posto para um frei; “mas o vigário estava velho e, como às vezes acontece mais com pessoas idosas, não percebia que eram necessárias forças mais jovens para dar conta dessa paróquia extensa (paróquia de São Miguel)”, “Vigia não tinha um vigário que com força pudesse sustar a influência do protestantismo. Havia lá um vigário, mas era velho, de quase 80 anos, e já estava caducando”¹⁷⁰, ou ainda paróquias em que teriam carta branca do vigário¹⁷¹. Parece ter havido também um entendimento entre os missionários alemães e holandeses. Os franciscanos alemães, os primeiros a chegar, ocuparam os principais conventos do litoral; os holandeses fixaram-se em Minas Gerais¹⁷²; Por último, escolheram regiões onde as

1312. Sobre essa reestruturação da Igreja no Brasil enquanto preparação para a recristianização da sociedade ver também Bruneau, op. cit., pp.57-75; Mainwaring, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1989*. São Paulo, Brasiliense, 1989, pp. 41-61; Azzi, Riolando. O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. In: *Síntese*, n. 10 (1977), pp. 61-69; *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo, Paulus, 1994; Lustosa, Óscar de F.(org.) *Igreja e Política no Brasil - do Partido Católico à L.E.C. (1874-1945)*. São Paulo, Loyola/CEPEHIB, 1983.

¹⁶⁹ Staphorst, op. cit., p. 150.

¹⁷⁰ Idem, pp. 121-122; Idem, p. 171.

¹⁷¹ Quando os freis aceitaram o convite do vigário Gustavo Ernesto Coelho para se estabelecerem em São João e o auxiliarem no trabalho pastoral, estava claro a total independência que teriam. O auxiliar direto do vigário, frei Cândido Vroomans foi quem de fato exerceu a vigararia. “Em outubro (1907), frei José de Haas esteve em Lavras, inclusive oferecendo para tomar conta da paróquia. Sem resultado, porque os frades exigiam a *conditio in perpetuum*.” Crônica de 1905 a 1907 de frei Nobertus Beaufort in Sambeek, Feliciano van (org.) *Memórias de S. João del Rei. Fragmentos dos arquivos do Colégio S. Antônio e do Convento N. Sra. De Lourdes, em S. João del Rei (1904-1998)*, p. 11.

¹⁷² “Primeiro tinha-se (o vigário de São João del Rei) dirigido aos Frades Menores alemães do Rio de Janeiro, cujo Provincial, Frei Herculano Limpinsel, lhe comunicou que os franciscanos holandeses já estavam trabalhando em Minas e que por conseguinte seria melhor dirigir-se a eles”. Idem, p.63. As primeiras províncias dos frades menores no Brasil, foram a Província de Santo Antônio (Norte), de 1657; e a Província da Imaculada Conceição (Sul), de 1675. Com a proibição da admissão de noviços sem especial licença do rei (1764) e, principalmente, a cassação das licenças concedidas e a suspensão das profissões (1855), os conventos das províncias franciscanas entram em decadência: “As duas Províncias Franciscanas viam agora os seus conventos, um depois do outro, despovoarem-se; fecharam, ficaram em abandono, ruíram ou foram destinados a fins estranhos a sua fundação”. Com o estabelecimento da liberdade das congregações pela

condições físicas, particularmente o clima, não fossem muito hostis, o que demonstra um preocupação extrema, por parte das congregações, com a preservação de seus quadros; “esse fato feliz, a fundação de uma casa no montanhoso e saudável Estado de Minas Gerais, salvou o futuro da nossa missão, a qual, por momentos, esteve na iminência de ser supressa pelas dificuldades e falecimentos”¹⁷³. Afinal: “A messe é grande, mas poucos os operários”. Óbvio que, algumas vezes, os bispos recusavam-se a ceder as paróquias reivindicadas, mas no geral, dada a visão predominante na hierarquia eclesiástica da precariedade quantitativa e qualitativa dos sacerdotes nacionais, as exigências das congregações estrangeiras eram atendidas¹⁷⁴.

Uma terra de águas santas, de clima ameno propício ao tratamento de tuberculosos, receptiva aos alvíssimos frades holandeses que nela desembarcam do trem em 1904, respondendo a convite do vigário da cidade.

“O vigário daquele tempo era o Padre Gustavo Ernesto Coelho, um senhor de seus 50 anos, irrepreensível de conduta, devoto, bem preparado nas ciências teológicas e profanas, porém fraco de saúde e não era tão trabalhador assim. Além do vigário, havia ainda diversos outros sacerdotes que tinham a capelania de uma ou outra Irmandade e não tinham muita disposição de ajudar o vigário como coadjutores. O

constituição de 1891, os conventos são retomadas, já no mesmo ano, pelos alemães da Província franciscana de Santa Cruz da Saxônia; os holandeses da Província dos Santos Mártires Gorcumenses, chegam em 1899, inicialmente para assumir a missão de Manaus e restaurar o convento de Cabo Frio, empreendimentos que logo são abandonados; em 1903, “procurando um clima mais salubre”, estabelecem residências em Minas Gerais; Ouro Preto (1903), S. João del Rei (1904 e desde 1914 sede do comissariado) e outras cidades do interior mineiro. Tetteroo, Samuel. *A Ordem dos Frades Menores no Brasil - Resumo histórico-cronológico 1500-1924*. S. João del Rei, tipografia Ação Social, 1924, pp. 55, 77, *passim*.

¹⁷³ Idem, p. 27. A missão em Manaus, iniciada em dezembro de 1899, foi abandonada pelo último frei - os outros dois adoeceram e tiveram de retornar para a Holanda - em março de 1901. Idem, pp.23-25.

¹⁷⁴ “No mesmo ano de 1908, o bispo de Diamantina nos ofereceu a paróquia de Itacambira. Já tinha sido destinado um padre para ir para lá, quando sua Excelência mudou de idéia”. Idem, p. 28. Os motivos da mudança de decisão do bispo de Diamantina não são precisados, mas o certo é que havia, por parte de alguns membros da hierarquia eclesiástica do Brasil, resistência em relação à penetração maciça de religiosos estrangeiros. Significativa dessa postura é a alocução do arcebispo do Rio de Janeiro na reunião do Episcopado das províncias eclesiásticas do Sul em Aparecida, 1904: “El clero parroquial precisa de una formación específica, habida cuenta de las necesidades de nuestro país y de nuestro pueblo; y para ello es menester conocer la índole, las costumbres, las buenas y malas cualidades, su carácter y sus tendencias. Esas cosas no las conocen los religiosos extranjeros, que generalmente dirigen nuestros seminarios y preparan a nuestros seminaristas, los cuales nunca llegarán a ser los párrocos, que requieren nuestras parroquias, tanto de las ciudades como del campo”, cit. em Lustosa, Oscar de F. *Presencia de la Iglesia...*, p. 1316.

vigário pois, compreendendo que as circunstâncias modernas exigiam trabalho mais intensivo, recorreu aos nossos padres.”¹⁷⁵

É recorrente na crônica de frei Sabino o sublinhar a importância do trabalho dos membros de sua congregação. Eles se vêem como apóstolos incumbidos da tarefa fundamental de recristianizar o mundo, mundo que se desviou do caminho da salvação, que começou a descarrilar com a Reforma e com o avanço do individualismo e do racionalismo, perdendo o tino por completo na fissura laicista da Revolução Francesa.

Após as frustradas tentativas de restauração no século XIX e a conseqüente separação da Igreja do Estado, era no trabalho pastoral que a Igreja colocava suas esperanças de construção de um mundo moderno cristão nos parâmetros de uma releitura de sua tradição em diálogo com a leitura que fazia das coisas novas, leitura esta que ela elaborou sob a forma de uma *questão*. Aos franciscanos holandeses colocava-se o desafio de traduzir esse diálogo em uma comunidade estrangeira, constituída por quinze mil almas e corpos, que levava, orgulhosa, a legenda de *a Católica* e que também elaborava, ancorada em sua tradição, diálogo similar em busca de uma síntese cujo parâmetro era a sua distinção. Aqui começa uma história desse encontro.

O “limitado meio social”, através de seus órgãos noticiosos, assim recebe os primeiros franciscanos holandeses: “Fundam aqui uma casa de missionários, cujo objetivo é a catequese, missões, ensino da mocidade, etc. Porquanto, quando tiverem pessoal idôneo ensinarão primeiras letras, artes e ofícios. É ótima aquisição para meninos pobres e para toda nossa sociedade em geral.”¹⁷⁶

Excluindo-se enquanto objeto direto da ação missionária, o meio culto da cidade revela esperar dos frades a assistência espiritual aos povoados próximos, o ministério do catecismo às crianças, o aperfeiçoamento da doutrina nos jovens e, principalmente, o zelo pela formação dos meninos pobres - que os pais precisam trabalhar - como católicos e trabalhadores. Esses adultos mostram-se satisfeitos com a vida religiosa que praticam - ou se detectam algum problema, contam eles mesmos resolver - sob a direção espiritual dos padres seculares e a égide de sua irmandades, contando com a colaboração dos menores

¹⁷⁵ Staphorst, Sabino. *Vinte e cinco anos no Brasil: 1899-1924. Comemoração do jubileu de prata da presença dos franciscanos holandeses no Brasil*. Trad. Helano van Koppen. Belo Horizonte, Promoção da família editora, 1985, p. 63.

apenas em relação a seus filhos, nos moldes do ensino tradicional da religião, vendo-os simplesmente como os novos auxiliares do pároco, ajudantes de uma obra em andamento, visto o *etc.*

Principalmente, esperam dos franciscanos aquilo que seu imaginário religioso demanda dos homens de burel: humildade e desvelo para com os pobres; “Já estão aqui os franciscanos estabelecidos...pois que se lhes entregue o asilo de S. Francisco para o gerirem e administrarem”¹⁷⁷; “Os ilustres e operosos franciscanos desta cidade estão construindo, junto ao Convento, uma igreja com a qual vão gastar perto de 50 contos./ S. João já possui onze templos católicos, vivendo, na maioria, fechados. Não seria, pois, tão mais louvável, e racional mesmo, que os frades aproveitassem um desses templos para a celebração do seu respeitoso culto e empregassem no projetado Albergue o dinheiro que agora vão gastar? Aqui fica a idéia”¹⁷⁸.

Administrar o asilo de órfãos, construir com o dinheiro da congregação um albergue para os mendigos que tanto incômodo causam, dar catecismo e doutrina às crianças e jovens, prover assistência religiosa e educacional aos meninos pobres...serviços para o bem da *sociedade em geral*, ajustados às necessidades colocadas pelo “limitado meio social” da cidade.

Mas havia outras expectativas. Em janeiro de 1905 os franciscanos adquirem uma casa espaçosa à rua da Prata, nº 34. Situada no centro da cidade, na margem direita do Lenheiro, tendo à sua frente a paquidérmica igreja pertencente à Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e próxima três quadras do casarão da Câmara Municipal, a casa acolheu parte significativa dos freis que chegavam ao país, tornando-se, em 1914, sede do Comissariado dos frades menores holandeses no Brasil.

Pagam 13 contos por um terreno e prédio - onde funcionou por mais de trinta anos um colégio - avaliados em mais de 30 contos. As vendedoras/doadoras D. Augusta da Costa Moreira e sua irmã D. Maria Porcina da Costa, pela atitude, informam de uma mentalidade que permanecia entrincheirada, resistindo à mercantilização crescente das relações. Tal gesto - que o cronista franciscano traduz pela sentença: “Foi um gesto

¹⁷⁶ *O Reporter* 22/02/1905, ano I, num 5, p.1.

¹⁷⁷ Sylvio Celio (Dr. Paulo Teixeira). *A Esmo. O Reporter* 01/12/1907, ano III, num 60, p. 1.

¹⁷⁸ T.B. (Tancredo Braga) Notas avulsas. *O Reporter* 30/11/1911, ano VII, num 275, p.1.

nobre¹⁷⁹ dessas Senhoras, a nosso respeito, vender a casa por esse preço, pois que elas já haviam recebido uma oferta de mais de 30 contos” - teria se efetivado fossem redentoristas, salesianos... - mas não *qualquer um* - os proponentes da compra da propriedade, dada a garantia de que o uso edificante presente da propriedade abençoaria o passado do colégio. É certo que as irmãs possuíam uma situação financeira folgada e contassem que a diferença fosse creditada na contabilidade final no item *boas obras*. Chama a atenção o fato das irmãs terem descartado o intermediário - Severiano de Rezende -, exigindo “negociar...diretamente com os freis...as negociações foram rápidas”¹⁸⁰. Muito provavelmente elas se confessavam com o vigário e não, por exemplo, com o padre Júlio Ferreira. Insatisfeitas com algumas batinas, colocavam esperanças no hábito, pois desconheciam os homens que o vestiam; a primeira impressão foi decisiva para colocarem dinheiro também. Pode-se imaginar as duas irmãs, emocionadas, recebendo em casa os menores: a reverência, o beijar o cordão, a benção recebida.

O cronista franciscano adverte que “não se deve pensar que (no início) o povo adorasse os freis, pelo contrário. A maioria, instigada pelos padres seculares, era hostil para conosco”¹⁸¹. Também ficamos sabendo pelo mesmo cronista que o “famoso literato Aureliano Pimentel¹⁸²...desejou um sonoro bem-vindo, dizendo-se satisfeito de encontrar um holandês que veio aqui para reavivar a vida católica autêntica, ‘a mesma fé que nossos antepassados, durante o império, tentaram destruir.’”¹⁸³

Possivelmente, o velho professor, as irmãs, não estavam sozinhos em sua acolhida, que informa de um mal-estar, de um desconforto com a situação religiosa daqueles tempos, nutrida, no império, pela difusão da razão secular promovida pelos círculos intelectuais próximos ao imperador - que o literato tão bem conheceu como reitor do Colégio Pedro II - e pelas instituições de ensino superior - obra com repercussões na elite sanjoanense -, em par com a crescente mundanização do clero nacional.

¹⁷⁹ Aqui o filho de Francisco de Assis opera a contraposição: a ambição por lucro é vil; o desprendimento nobre.

¹⁸⁰ Beaufort, N. *op. cit.*, p. 7.

¹⁸¹ *Idem*, p.8.

¹⁸² Aureliano Pereira Corrêa Pimentel (1830-1908), professor, foi reitor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, membro da Ordem Terceira do Carmo de S. João del Rei. Cintra, Sebastião de Oliveira. *Galeria das personalidades notáveis de S. João del Rei*. FAPEC, 1994, pp. 50-52.

¹⁸³ Beaufort, *op. cit.*, p. 8

“Quando frei Cândido foi celebrar Missa, no dia seguinte, na Igreja do Rosário, Pe. ... lhe virou as costas, porque ele (pai de uma família não pequena), e seus colegas não topavam os frades estrangeiros como ajudantes de P. Gustavo. Assim foi seu primeiro contato com o clero nacional.”¹⁸⁴

Se inquestionável a oposição de setores significativos do clero brasileiro à vinda das ordens regulares estrangeiras, pois constituía um claro sinal da insatisfação da hierarquia eclesiástica com o trabalho religioso no país, a imagem típica - exposta pelo cronista - de um clero nativo desqualificado, que vira as costas aos novos missionários, que também vêm para discipliná-los, enquadrá-los como funcionários de Roma¹⁸⁵, deve ser nuançada, tendo em foco o exemplo sanjoanense.

Primeiro, essa oposição não é geral. Padres, como Cândido Alvarenga - sócio fundador da União Popular em S. João - e José de Oliveira Barreto - colaborador assíduo do jornal “Ação Social” - deram suporte aos freis e se engajaram com entusiasmo no novo discurso social da Igreja. Outros, como os padres João do Sacramento - “um santo sacerdote”¹⁸⁶, morto em 1907 - e José Pedro Guimarães, se não aderiram, mostraram-se, no entanto, amistosos em relação aos menores.

Além do mais, está implícita na fala do cronista franciscano a influência exercida pelos padres hostis - entre os quais um era reconhecido por seu brilho no púlpito - aos frades sobre o rebanho, o que informa que este não estava à solta; reconhece o mesmo que o padre não virtuoso “alguns anos mais tarde, era o confessor mais procurado na Matriz, procurado por jovens e velhos”¹⁸⁷, o que demonstra a confiança e o respeito que parte significativa dos católicos praticantes da cidade depositava no sacerdote afeito às coisas do mundo¹⁸⁸.

¹⁸⁴ Idem, p. 6.

¹⁸⁵ A reforma do clero mineiro inicia-se em meados do século XIX com Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana (1844-1875), marcada “fortemente pelos ideais tridentinos”. Sucintamente, pretendia a reforma da vida moral dos sacerdotes - exemplo aos fiéis -; a maior constância da assistência espiritual e da prática dos sacramentos; a introdução de novas formas de devoção - como o mês de Maria -; maior coesão do clero e reforço da hierarquia. Segundo Camello, a reforma “é, após os comprometimentos temporais da Igreja iluminista, a hora da negação do mundo e a volta decidida para o intemporal e o eterno”. Camello, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, tese doutoramento/USP, 1986, pp. 258; 474; *passim*.

¹⁸⁶ Beaufort, *op. cit.*, p. 6.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ A respeito da análise feita pelo padre Silvério Gomes Pimenta - patrocinador, já como bispo de Mariana (1897-1922), da vinda dos frades holandeses para S. João - da situação do clero mineiro em meados do XIX em sua biografia de Dom Viçoso, observa Camello: “Como historiador eclesiástico e interessado, ele próprio,

De outra forma; estamos diante de um catolicismo cuja peculiaridade não residia apenas na presença marcante das irmandades leigas; também vislumbra-se um longo aprendizado de respeito e tolerância mútuos entre fiéis e pastores que viviam no século. Nesse sentido, a hostilidade inicial aos freis holandeses deve ser lida como resposta a uma ameaça pressentida àquele convívio - e, inseparável desta, por parte do clero nativo, a dor pelo não reconhecimento do trabalho realizado, e o incômodo com a maior concorrência pelas fontes de rendimento¹⁸⁹.

É certo que os padres davam preferência às atividades que rendiam mais - por, exemplo, missas fora da cidade -, que muitas vezes não aceitavam a capelania das igrejas em razão dos baixos salários propostos pelas irmandades - por isso as igrejas fechadas -, que negligenciavam, pelo mesmo motivo, a assistência espiritual aos povoados próximos, e que, na avaliação do vigário em sintonia com o bispo de acordo com Roma, eram vistos como incapacitados para barrar a onda de indiferentismo e de impiedade daqueles tempos¹⁹⁰.

Mas tal quadro não deve ocultar o outro, do pastoreio espiritual diário que, se precário, inadequado às novas necessidades colocadas pela sociedade moderna, foi responsável por manter preenchido o lugar de mediação entre a comunidade e a divindade num registro diferente da possível arrogância dos que vieram para ocupar o lugar.

Em 1908, o poeta *Zangão*¹⁹¹, no jornal "A Opinião", fazendo uma jura "teve precisão de invocar o nome de Cristo para rimar com Calixto.../ Na prédica de domingo...foi principal assunto de frei Cirilo, na Igreja do Rosário, os versinhos de *Zangão*, protestando o pregador contra o poeta por invocar em vão o nome de Cristo e mais ainda

na reforma, como movimento moral e jurídico-disciplinar, não lhe seria interesse olhar, sob a ótica da compreensão e integração sociais, o panorama de um clero de tal modo próximo da sociedade que convivia com ela de seus valores e de seus pecados". Camello, *op. cit.*, p. 219.

¹⁸⁹ Em S. João del Rei, as principais fontes de renda dos sacerdotes consistiam na capelania da Santa Casa de Misericórdia; na capelania das irmandades (oito) e comissariado das ordens terceiras (duas); no magistério no Colégio Nossa Senhora das Dores e Instituto de Humanidades São Francisco; no trabalho paroquial como auxiliares do vigário; nos contratos para missas, prédicas, batismos, casamentos, dentro e fora da cidade.

¹⁹⁰ Camello aponta para a existência, em meados do XIX, particularmente nas freguesias mais ricas, de sacerdotes que "preferiam esse ajuste (emolumentos) direto com o povo a submeter-se às condições, senão aos vexames, do emprego público de pároco. Queriam trabalhar para a Igreja como 'particulares'". Camello, *op. cit.*, p. 210. Apesar do autor não analisar o lugar das irmandades nessa *empresa particular*, sua colocação é indicativa de uma população que contrata os serviços religiosos do sacerdote em um *ajuste direto*. Foi esse ajuste que se viu ameaçado pela chegada dos freis holandeses.

¹⁹¹ Franklin de Almeida Magalhães (1879-1938), de tradicional família católica da cidade, foi o primeiro poeta da mesma a fazer parte da Academia Mineira de Letras. Cintra, *Galeria...*, pp. 116-117.

por desrespeitá-lo na parelha com Calixto”¹⁹². Frei Cirilo La Rose declarou excomungados o poeta e o jornal; “o poeta troçou o frade, dizendo que também rimava Cirilo...com ‘aquilo’”¹⁹³.

Esse fervor missionário, que ansiava por purificar, regenerar, recristianizar uma sociedade que via em queda, desobediente à Lei, rebanho frouxo na misericórdia divina, ao Deus-dará, que pretendia agarrar o século e fazê-lo prestar contas à cristandade, se, por um lado, despertava forte oposição de católicos fervorosos¹⁹⁴ e de espíritos *soit-disant* católicos¹⁹⁵, unidos no mote do obscurantismo extemporâneo, por outro lado, revela a preocupação dos menores em se diferenciarem do clero local, em justificar perante toda a comunidade sua reivindicação ao lugar de diretores espirituais dela. Por isso a transformação daquilo que passa despercebido em evidência do mal entranhado na cidade.

O tihoso usa de disfarces, muitas vezes se utiliza de artifícios, na aparência inofensivos, mas que vão pouco a pouco corrompendo os homens, minando sua moral. Só um especialista, aquele que conhece todas as manhas e tentações da lida do demônio, porque as enfrenta continuamente no silêncio da reclusão, pode apontá-las e deve purgá-las. A rima - tentação do poeta - tornasse tijolo na construção de uma comunidade viciosa, tijolo diferente do outro, da mocidade desrespeitosa nos atos religiosos que, se também é utilizado, é por demais visível, por todos reconhecido - o que explica a importância da sua apropriação para evitar o estranhamento -, não prescinde do especialista.

Só o especialista é capaz de perceber, na coluna religiosa *Homilias* do jornal “O Reporter”, escrita por Severiano de Rezende, “insinuações ardilosas”, a pregação de “uma doutrina pouco ortodoxa”, que “a pessoas pouco instruídas em matéria de Religião dá a entender que os pecados se perdoam unicamente pelo ato de contrição, sem explicar que a

¹⁹² Max Scorpio (Severiano de Rezende). Linhas e sublinhas. *O Reporter* 25/10/1908, ano IV, num 85, p.1.

¹⁹³ Panfleto *Nina Sanzi e os frades em São João del Rei* - reprodução de artigo do *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro, de 17/11/1909. Pasta 1909.

¹⁹⁴ “Não beijemos o cordão de frei Cirilo, a encarnação da intolerância e do fanatismo, digno discípulo de Torquemada, que nos mandaria, se pudesse, queimar por mínima falta disciplinar, curvemo-nos reverentes diante do sacerdote, apóstolo do bem...” Severy de Raisins (Severiano de Rezende). *Epístolas dominicais*. *O Reporter* 28/02/1909, ano V, num 17, p.1.

¹⁹⁵ “Acompanhando a epidemia de influenza que invadiu a França e a Inglaterra nos últimos meses, apareceu - o diabo ou *diablo mania* (brinquedo). A epidemia que tem estreita semelhança com a influenza, vulgo *andaço*, atravessou os mares e chegou até nós...E agora vai vicejar aqui a nova fabricação do diabo, em contraposição à antiga, velha como o mundo, de espantar o diabo, muito florescente entre nós” Scapin (Dr. Cactano Werneck). *Mexericos. A Opinião* 23/05/1908, ano I, num 92, p.1.

contrição inclui o propósito de se emendar e de se confessar”¹⁹⁶; “quando cumpro meu dever explicando uma doutrina que é perigosa, por não ser bem clara, no modo porque foi expandida, acusa-me de falta de caridade e de obscurantismo medieval, e diz que ‘quero conservar o povo na ignorância para ser subserviente’, quando faço justamente o contrário daquilo que sou acusado”¹⁹⁷. De obscurantista transmuta-se o frei em facho de luz; o patrão espiritual cujo mando ancora-se na ignorância do povo transforma-se em mestre que liberta o povo da ignorância de sua servidão ao diabo.

Fabricando indícios - que vão sendo colecionados pelos adversários para, em momentos de atrito franco, serem expostos como eventos significativos de uma história de arrogância e intolerância -, apropriando-se de outros já anunciados, erguem os franciscanos construção própria, em busca de adesões ao discurso, fator de constituição, coesão e mobilização de um partido pró frades na cidade, que defendesse o direito destes em zelar pela salvação das almas dos moradores.

Fundamental, nesse sentido, o exercício duma prática contraposta ao vício. Embora importantes, os apoios do vigário local e do arcebispo de Mariana aos menores, não eram suficientes no assegurar uma posição de força nos embates cotidianos. Praticando a excelência moral, pretendiam os menores cultivar a confiança das famílias.

No discurso da elite local o adjetivo conferido aos padres é sempre o de virtuoso; “Se se trata de um juiz, lá vem infalivelmente o *íntegro*, se se fala de um comerciante, ou é *conceituado* ou *honrado*; se é a um padre a referência, vem o indefectível *virtuoso*; se se toca numa senhorita, salta da pena a - *gentil*; - se se fala em uma senhora casada, não se dispensa a *virtuosa esposa*; não há chefe político que não seja *prestigioso*, e assim por diante.”¹⁹⁸. Esse discurso externa um sistema de valores que, pelo menos na aparência, deveria ser realçado, mantendo uma margem de tolerância/segurança da prática. No máximo da inconfidência, para circulação pública, retirava-se o adjetivo sem substituí-lo, calava-se; ou então mantinha-se o adjetivo que ao pé do ouvido fazia mover as faces e lábios em expressão irônica, quando a situação era por todos conhecida. A discrição era regra no convívio dessa comunidade, só rompida publicamente em momentos de

¹⁹⁶ Frei Cirilo. Sessão Paga. Homilia das homilias. *A Opinião* 14/08/1907, ano I, num 12, p.2.

¹⁹⁷ Frei Cirilo. Ainda as Homilias. *A Opinião* 21/08/1907, ano I, num 14, p.2.

¹⁹⁸ X.Y. Rabiscos. *A Opinião* 22/01/1908, ano IV, num. 58, p. 1.

acirramento das disputas pelo poder¹⁹⁹, ou quando acobertada pelo anonimato, merecia a reprovação indignada da elite *civilizada*; “Nos postes da iluminação pública apareceram, pregados, uns indecentes e imundos pasquins, com referências injuriosas a um conceituado comerciante desta praça, depondo isto muito contra os costumes ordeiros da cidade e contra os foros de civilização de que goza.”²⁰⁰ Mas particularmente, entre parêntesis ou nos *mexericos*, o adversário não era poupado; “Mas eu sei, como são esses mexericos de minha terra, - palavras a meia voz, comentários íntimos, pérfidas comiserações...”²⁰¹

O par ser/parecer virtuoso é colocado pelo frade cronista como comportamento social chave para que os franciscanos obtivessem passagem ao interior dos lares sanjoanenses, diferenciando-se, no entender dele, do clero local, virtude que aqui adquire o sentido estrito da castidade e pudicícia, de se recusar a dar corda ao relógio da vizinha:

“A população, pouco acostumada a tais sacerdotes, não conseguia admitir que os freis dormiam sozinhos. Por isso, várias noites em seguida, havia gente de guarda perto da casa... Uma vez, a vizinha da direita foi mandada quando Cândido estava sozinho em casa. Ela veio pedir para dar corda ao seu relógio, mas a porta foi fechada na cara dela. Aos poucos, as pessoas começavam a compreender que os Freis eram virtuosos.”

O cronista diz que não se pode generalizar, reconhecendo que na cidade e região “havia também alguns sacerdotes comportados” - lista seis - e um que “era um santo sacerdote”.²⁰²

Lado a lado com essa demonstração de virtude, os franciscanos holandeses irão se utilizar de todos os espaços destinados ao exercício do espiritual para granjearem adeptos. Além de ministrarem os sacramentos, darem assistência espiritual em visitas mensais às capelas pertencentes à paróquia, mas distantes da cidade, os freis também se dedicaram, a partir de 1905, ao catecismo das crianças; organizaram um patronato - “Juventude”, de 1906 - “para conservamos por mais alguns anos sob a nossa influência os meninos que já tinham saído do catecismo”²⁰³; assumiram a direção espiritual da Pia União das Filhas de

¹⁹⁹ Ver os embates entre os grupos políticos de Leite de Castro e de Carlos Sânzio pelos jornais *O Combate* e *O Resistente*, de 1900 a 1904.

²⁰⁰ Queixas e reclamações. *O Reporter* 29/08/1907, ano III, num. 33, p. 1.

²⁰¹ Severiano de Rezende. V. O. T. de S. Francisco de Assis - falsificação de uma pastoral do bispo! *A Opinião* 17/07/1907, ano I, num 4, p.2.

²⁰² Beaufort, *op. cit.*, p.6.

²⁰³ Staphorst, *op. cit.*, p. 67.

Maria, à qual pertenciam “não apenas as alunas da Escola Normal, mas também muitas moças da cidade...”²⁰⁴, fundaram o Apostolado da Oração²⁰⁵, obra que culmina, em 1912, na inauguração do Ginásio Santo Antônio, por cujos bancos e campos passarão os filhos da elite da cidade e da região.

A família sanjoanense parece ter sido o alvo da investida franciscana, Em movimentos progressivos, os menores buscavam exercer influência sobre as crianças, moças e moços, preparando assim, o caminho em direção ao núcleo familiar do “povo” de São João del Rei, o que fazia o adversário soar o alarma;

“Entrar com os pés de lã, dizem, com o manso pisar do gato do mato...É seu objetivo dominarem pela influência religiosa, criando associações pias na aparência, insinuando-se na vida do lar, fazendo-se nossos diretores espirituais?/ O século não comporta tais sujeições e à autoridade dos chefes de família cumpre velar, arredando seus filhos da pernicioso influência./ E se seus desvios escorregarem para o abismo das coisas melindrosas não escaparão ao corretivo”²⁰⁶;

a resposta vem de pronto, *perigo nenhum*, assinada por um dos primeiros frutos da obra missionária, fazendo o elogio do trabalho dos menores, frisando o consenso “duas aulas de primeiras letras aí estão os frades mantendo para instruir a meninada pobre”, ressaltando a livre escolha de sua adesão “Diretores espirituais só poderão ser daqueles que muito livre e espontaneamente escolherem os frades para seus confessores.../Aí fica a defesa, escrita com toda a calma, e que a assina: Alex Turtur”²⁰⁷.

Defesa de quem compartilha da construção de uma comunidade à deriva, tomada pela impiedade, pelo erro característico do mundo moderno, atestado pela presença da maçonaria²⁰⁸, dos espíritas²⁰⁹, dos presbiterianos²¹⁰, pela corrupção dos costumes, pela

²⁰⁴ Idem, p. 77.

²⁰⁵ “As lideranças leigas começaram a ser substituídas ou submetidas no momento em que a romanização do catolicismo implicava a transferência de todo o poder ao clero. A fórmula mais adequada e ‘pacífica’ foi a gradativa substituição dos cultos tradicionais pelos de origem européia (...) A devoção ao Sagrado Coração de Jesus, que na Europa se tornou uma das formas de combater o materialismo, o modernismo e o liberalismo, no Brasil, progrediu rapidamente e consolidou-se em quase todas as paróquias através do **Apostolado da Oração**.” Marchi, *op. cit.*, p. 148.

²⁰⁶ Max Scorpio (Severiano de Rezende) Cores perigosas. *O Reporter* 25/08/1907, ano III, num 32, p.2.

²⁰⁷ Alex Turtur. Comunicado. *Perigo nenhum*. *O Reporter* 01/09/1907, ano III, num 34, p.3.

²⁰⁸ É de outubro de 1895, a fundação da Loja Charitas na cidade. Carvalho, Horácio. *Almanack de S. João del Rei*. S. João del Rei, 1924.

prática de uma religião desvirtuada, festiva, religião da aparência da *Roma mineira*, comunidade trabalhada pelo demônio, viciosa, negligente da prática dos sacramentos, prática que é o esteio da religiosidade e marca do ser católico;

“A religião consistia quase só em festas, que eram celebradas com muita pompa, abrilhantadas por música não-litúrgica, porém, bem executada. Desta maneira, São João tinha o apelido de ‘a Roma de Minas’./ É lógico que, pela pouca recepção dos Sacramentos, a moral e os costumes haviam piorado. Tanto assim que, mais de uma vez, frei Cândido quando era chamado para uma unção no assim chamado ‘Quatro Cantos’, no centro, topava com mulheres totalmente nuas. Por isso, ele nunca ia sozinho, mas sempre acompanhado pela pessoa que o veio chamar.”²¹¹

Reverberações de uma longa história de críticas à devassidão da corte papal, memória que manipula as imagens sedimentadas para desqualificar uma prática religiosa que não abre mão do carnaval. Irônico, o adversário espeta: “...piedoso e humilde frade franciscano (frei Cirilo), apelidou, num sarcasmo atirado às faces da educação religiosa deste povo, a nossa mais devota procissão - a do Enterro do Senhor - de carnaval religioso”²¹².

Estranhamento, relação conflituosa com uma elite católica que parabeniza “o grupo dos pantagruélicos rapazes, que tomaram o encargo penoso de festejar o Protetor da Folia”, que dá “um viva entusiástico aos denodados foliões do club X”²¹³ e que, compungida, informa que “durante os três dias dedicados à loucura carnavalesca - a igreja Matriz esteve, sempre aberta, com o Santíssimo Sacramento exposto à veneração dos fiéis, que ali foram, em grande número, rogar ao Deus das Alturas, que aceitasse suas preces em desagravo das afrontas à Ele feitas nestes dias de impiedade”²¹⁴; que não abre mão nem do *Protetor da Folia*, nem do *Deus das Alturas*.

²⁰⁹ Já em 1905, marco inicial da pesquisa, os jornais informam do Centro Espírita Amor ao Próximo que, em 1908, publicou o primeiro número de seu jornal “O Revelador”. *O Reporter* 26/02/1905, ano I, num 6, p.2. O Revelador. *O Reporter* 09/01/1908, ano IV, num 31, p.1.

²¹⁰ Também em 1905, encontra-se referências ao templo presbiteriano, e, em 1908, ao seu ministro norte-americano José Orton. *O Reporter* 03/09/1905, ano I, num 33, p.3. Cavacos. *O Reporter* 26/04/1908, ano IV, num 33, p.1.

²¹¹ Beaufort, N, *op. cit.*, p. 8. O cronista franciscano aqui opera a contraposição franciscano-virtuoso; comunidade-viciosa.

²¹² Max Scorpio (Severiano de Rezende). Culto divino. *O Reporter* 19/12/1907, ano III, num 65, p.1.

²¹³ *O Reporter* 05/03/1905, ano I, num 7, p.1.

²¹⁴ *O Reporter* 19/03/1905, ano I, num 9, p.2.

Conflitos vezes abertos, vezes indiretos, como aquele motivado pela reprimenda - via “*Hebdomadário Católico*” - ao jornal de um conhecido católico da cidade²¹⁵ por aceitar anúncios da loja maçônica, de pronto rechaçada²¹⁶; estranhamento similar, mas com sinal trocado, do cronista *errante* a reclamar do abuso dos sinos que “vibram, dobram, atordoam por tudo e por qualquer coisa”, contra as festas religiosas “excessivas”, contra o ar fúnebre que toma conta da cidade por todo o mês de novembro: “é triste, é lúgubre o mês de novembro entre nós./ Durante muitos dias a voz sugestiva dos sinos ecoa em nossa alma, fazendo-a voltar-se para o além.../ É preciso que nos ponhamos de acordo com o resto do mundo...”²¹⁷.

Perplexidade diante de uma comunidade que se constrói e que se reconhece no apreço pelo espetáculo, pela festa, seja religiosa, seja profana - “Do universo inteiro, é o povo de S. João o povo mais festeiro”²¹⁸ -, que celebra a vida conforme o calendário, vezes absorta, vezes pantagruélica, espetáculo da vida, espetáculo da morte, casa cujos donos não abrem mão do seu governo em rumo próprio, distinto do resto do mundo, distinção que os sinos anunciam diariamente, que a atmosfera lúgubre do mês de novembro reafirma, num registro de tensão constante entre o desfrute da vida e o zelo pelo refrigério eterno, entre o apego à tradição e o orgulho pelo espírito progressista.

Esse orgulho, da cidade culta e civilizada, apreciadora da arte, moveu “a sociedade s. joanense, que pressurosa correu a aplaudir a notável atriz” Nina Sanzi - vinda de temporadas de sucesso no Rio de Janeiro, e em Belo Horizonte, onde inaugurou o Teatro Municipal - que em quatro noites seguidas, junto à sua companhia, foi ovacionada no teatro

²¹⁵ João Batista de Assis Viegas. Ex funcionário graduado da E. F. Oeste de Minas, ex. secretário da Câmara, Juiz de Paz, proprietário da Tipografia Comercial e do jornal “O Reporter”, “católico de arraigadas convicções, prestou excelentes serviços a diversas Irmandades de São João del Rei”. Viegas, Augusto, *op. cit.*, pp. 217-218.

²¹⁶ “O *Hebdomadário Católico* tirou-se dos seus cuidados e passou-nos uma descompostura porque temos publicado na nossa sessão paga anúncios concernentes à *Loja Charitas* desta cidade./ Hom’essa!/ Até então, entendíamos que cada um governa a sua casa como entende, mas agora ficamos sabendo que não temos o direito de admitir coisa alguma em nossas colunas sem o *placet* do muito Católico órgão fluminense./ É de ver-se a empáfia com que o *Hebdomadário*, arrogando-se a função de chaveiro do céu e de representante da religião, que considera propriedade sua, nos intimida a *tirar a máscara e a largar o fitão*, assim com ares de quem quer, pede e manda./ Para o *Hebdomadário* em nós prepondera sobre os princípios religiosos a *sacra auri fames*.../ A fome do ouro! Ah! Se a tivéssemos tão aguçada como observamos em muita gente que devia dar, a esse respeito, os melhores exemplos, muito outra seria nossa situação material./ É o caso de dizermos ao *Hebdomadário*! - Oh, moço, tire o cavalo da chuva!” *O Reporter* 04/10/1908, ano IV, num 78, p.1.

²¹⁷ Vera Silva. Crônica *Errante*. *A Opinião* 09/10/1909, ano III, num 23, p.1. Crônica *Errante*. *A Opinião* 13/11/1909, ano III, num 35, p.1.

²¹⁸ Scapin (Dr. Caetano Werneck) *Mexericos*. *A Opinião* 13/06/1908, ano I, num 98, p.1.

pelo desempenho de *Magda*, *La Gioconda*, *Dama das Camélias*, *O Mestre das Forjas*, dando a cidade “exuberante prova, de sua intelectualidade, de seu apurado gosto artístico...”, clara demonstração “que a cidade sabe render preito ao mérito..., que os grandes artistas encontrarão aqui, sempre, acolhimento condigno, que enfim, somos um povo civilizado.”²¹⁹

Estonteante, “soberba no papel de *Magda*”, a atriz se ofereceu ao sacrifício no palco à platéia ávida por espetáculos inebriantes dos sentidos: “*Aqui me tendes, vossa...*”, ao que, no final do 2º. ato, “assomou a um dos camarotes o Dr. Ribeiro da Silva que em frases vibrantes saudou em nome da população desta cidade a nossa insigne patricia”; já em outro espetáculo, foi a vez do “nosso distinto conterrâneo, farmacêutico Sebastião Banhos” “saudando-a com frases eloqüentes e do mais vivo entusiasmo.”

Tudo parecia correr às mil maravilhas, o “limitado meio social” através dos olhos da atriz, regozijava-se consigo mesmo pela cabal demonstração de seu *apurado gosto artístico*, pagando “preços de ingressos, muito além do que estamos habituados e afrontando até noites tempestuosas”²²⁰, mas a *civilização* é cara mesmo, exige sacrifícios, não há negar, até que “a quietude tradicional de nossa cidade foi, no dia 15 deste, desde cedo, despertada por um movimento desusado e anormal”, prenunciando “um fato lamentável e talvez virgem na história de S. João del Rei.”

“Originou essa ocorrência haver constatado...”, que frei Cirilo la Rose, superior do convento, na missa da moda daqueles tempos, a Das Almas, celebrada às 4 horas da manhã, “igreja do Carmo” repleta de fiéis, “destratara as famílias s. joanenses que concorreram à recepção feita a nossa patricia Nina Sanzi e que freqüentavam os espetáculos da eminente artista”.

“Esses boatos foram tomando vulto e começou-se a falar em um protesto contra a agressão sofrida em seus melindres pela sociedade local”; no dia seguinte, “alguns moços de nossa melhor sociedade fizeram imprimir e distribuir largamente um boletim”²²¹ convidando o povo para uma reunião no teatro, na qual se discutisse e adotasse o melhor

²¹⁹ Nina Sanzi. *O Reporter* 18/11/1909

²²⁰ Idem. Teatro Municipal. Companhia Nina Sanzi. *A Opinião* 13/11/1909, ano III, num 35, p.1.

²²¹ *AO POVO* Convida-se o povo desta cidade para uma reunião no Teatro, hoje, às 5 e meia horas da tarde, a fim de se combinarem os meios de protesto provocado pelas torpes e caluniadoras palavras do FRADE CYRILLO dirigidas às famílias desta cidade pelas homenagens prestadas ao talento e ao mérito da extraordinária patricia NINA SANZI. Boletim, Pasta 1909.

meio de protestar-se contra as injúrias, que diziam, haver sido atiradas contra a nossa sociedade por aquele revmo. franciscano”.

Na reunião, “a que compareceram cerca de 500 pessoas”, “falaram diversos oradores, entre os quais os srs. José Lúcio, dr. Ribeiro da Silva, Guilherme Rezende, dr. Antônio Viegas, Franklin de Magalhães, cada qual apresentando um alvitre./ Afinal e a custo, ficou decidido nomear-se uma comissão que se dirigisse ao revmo. padre superior dos franciscanos e dele reclamasse uma providência que desafrontasse prontamente a sociedade sanjoanense”.

A comissão “dirigiu-se para o Convento dos franciscanos, a fim de desempenhar-se de sua missão, sendo acompanhada por grande massa popular. No Convento, não foi encontrado o superior, que se achava no Asilo de S. Francisco. A fim de evitar excessos por parte da multidão, alguns cavalheiros se entenderam com a comissão, resolvendo que procurariam o revmo. superior, Fr. Júlio Berten, e obteriam dele designação de uma hora para receber a comissão./ Assim havendo sido deliberado, o sr. tenente Cirne Ferraz comunicou ao povo o ocorrido, pedindo que a multidão se dispersasse, certa de que a comissão desempenharia o seu mandato. (...) A multidão porém, sem atender às solicitações da comissão, dirigiu-se para o Asilo de S. Francisco em atitude francamente hostil, para exigir uma solução imediata./ Fr. Júlio Berten mandou abrir imediatamente a porta do edifício para que a comissão entrasse, recebendo-a com toda a gentileza./ Enquanto se entendiam o superior e a comissão era enorme a algazarra fora, ouvindo-se *vivas e morras*”.

“A multidão não se conteve e acompanhou a comissão tanto no convento como ao asilo e não poucos foram os *vivas e morras*, que durante o trajeto e em frente àqueles edifícios, soltava, alguns inteiramente hostis e virulentos, a toda a congregação o que bem deixou e transparecer que muitos não queriam somente uma satisfação de Frei Cirilo, mas explorando o assunto e o momento, planejavam um movimento anticlerical e reacionário.”

“A comissão desobrigando-se da melindrosa incumbência...entendeu-se com s. rev. que declarou que o seu companheiro Frei Cirilo de La Rose se retiraria de S. João. Dava essa solução embora convencido de que Frei Cirilo não insultara as famílias s. joanenses, tinha como certo que as suas palavras haviam sido mal interpretadas.”

“Registrando com exatidão e minuciosidade o que se passou, não podemos calar a nossa reprovação pelo modo porque se levou a efeito o protesto contra o procedimento de

fr. Cirilo./ Aliás, correm diversas versões relativamente às palavras por ele proferidas na Matriz, contestando muitos que ele tivesse usado das expressões que lhe são atribuídas./ Seja como for, o protesto veio a revestir-se de uma forma violenta, o que o torna condenável./ Não negamos o direito a quem quer que seja de formular o seu protesto contra atos ou palavras que lhe pareçam ofensivos. E a deliberação tomada na reunião do teatro não tinha por onde ser censurada./ O que tornou reprovável o fato foi a atitude violenta da multidão, atitude que coagiu não só o superior dos Franciscanos como a própria comissão do povo, que se viu debaixo da pressão ameaçadora dos mais exaltados.^{»222}

“Felizmente tudo terminou na melhor ordem, os ânimos já se acalmaram e parece mesmo que a maior parte dos que concorreram para a retirada de Frei Cirilo, hoje melhor orientados não mais o hostilizam, são indiferentes ao seu regresso para o seio de sua congregação./ Em casa do nosso revmo. vigário houve uma reunião de pessoas gradas para resolver sobre a volta do revm. Frei Cirilo a esta cidade, sem aparato, porém, e sem ostentação de modo a evitar excitação de ânimos e provocação de algum novo atrito.^{»223}

Primeiro, chama atenção a separação realizada pelos dois jornais da cidade, no mesmo número, entre as notícias relativas à estada da atriz e a recepção de que foi alvo - sob o título de *Nina Sanzi* nos dois jornais - das notícias das manifestações do dia 15 - *Ocorrências do dia 15 e Lamentável* -, tentativa de não manchar a reputação da cidade pela *ocorrência lamentável*; mesmo nos relatos dos protestos em nenhum momento a artista é desqualificada, pois do contrário significaria desqualificar-se, e sujeitar-se ao jugo/juízo do frade holandês; continua a ser a atriz *nossa patricia eminente, exímia*. Que o frei xingou destemperadamente - por exemplo, de desavergonhados por aplaudirem uma prostituta - as mães, os pais, as filhas e filhos do “limitado meio social” da cidade não há dúvida; os relatos mantêm ao longo dos textos os termos *destratada, injúrias, afrontada, modo injurioso*.

O que, nos relatos, é progressivamente mudado, e que prepara o caminho para a pacificação, a boa ordem tão prezada, a *quietude tradicional*, mas garantida a desafronta por um lado - saída do frei da cidade e recuo do superior em relação ao que foi dito - e, por outro, desqualificada a radicalização da multidão, dos *mais exaltados* - retorno do frei, várias versões do que foi dito -, caminho de afirmação dos *cavalheiros*, dos donos da

²²² Lamentável. *A Opinião* 18/11/1909, ano III, num 36, p.1.

cidade, é a colocação em suspenso das verdadeiras palavras proferidas pelo frei, mecanismo que permite a solução desejada; já não se sabe o que realmente aconteceu na igreja, nem em qual igreja - para “O Reporter” foi na igreja do Carmo; para “A Opinião” foi na Matriz. O *haver constatado* transforma-se em *diziam, esses boatos, diversas versões*, transformação reforçada pela ênfase nas palavras do *gentil* superior dos franciscanos *mal interpretadas, adulteradas*, recuo que alegrou a alma da *melhor sociedade* sanjoanense.

Nítida é a separação entre a comissão da *melhor sociedade*, dos *srs. e drs.*, e a multidão rebelde que se recusou a dispersar-se, *hostil, exaltada, virulenta*, multidão da *algazarra*, dos *vivas e morras, violenta, ameaçadora*, a exigir a cabeça do frei, dificultando a *melindrosa incumbência* da comissão, que *a custo, não sem esforço*, desincumbiu-se dela. A comissão, *dos melhores*, é preservada, pois sua constituição deu-se por motivo nobre - desafrontar a moral da *família sanjoanense*. A multidão, *da algazarra*, é desqualificada, pois sua atitude afronta a ordem e sugere uma identificação do ocorrido com uma postura anticlerical da cidade - o que deseja-se evitar a todo custo. Nítida também a manipulação do termo *povo*; vezes o povo se confunde com o *espírito* da comunidade, seja ordinariamente pacífico e pacato, seja eventualmente em movimento, fiel à elite, para desafrontar a família sanjoanense; vezes é massa ignara, que tumultua, potencialmente uma ameaça quando em multidão, porque manipulável pelos adversários, mas nunca capaz de mover-se por si mesma.

Evidente a presença contemporizadora de *pessoas gradas, de cavalheiros* que *melhor orientaram* os líderes bem-nascidos do protesto, advertindo para os riscos à ordem de se manter o clima de hostilidade, desnecessário já que os holandeses haviam recuado, a família sanjoanense havia sido desafrontada, e principalmente, o estrago que seria para a imagem/ser da *Católica* a vitória de um movimento anticlerical, fazendo-lhes ver que era a identidade da comunidade que estava em jogo; por isso a necessidade do retorno de frei Cirilo - claro, depois que “apurando que as palavras da prática de frei Cirilo foram adulteradas, uma comissão representando a população sanjoanense fê-lo regressar à cidade...” -, decidida por comissão ilustre composta pelo juiz de direito, pelo juiz municipal, pelo agente executivo em exercício, pelo vigário, pelo banqueiro da cidade e provedor da Santa Casa, pelo ex-agente executivo e ministro da Venerável Ordem Terceira

²²³ Ocorrências do dia 15. *O Reporter* 18/11/1909, ano V, p.1.

de S. Francisco, pelo gerente da fábrica de tecidos, pelo tesoureiro dos Correios, pelo maestro, por comerciantes, médicos e advogados da cidade - "...onde foi recebido alegremente. Em visita ao convento dos franciscanos tem ido a população em peso."²²⁴

Essa preocupação em encerrar o assunto de modo a salvaguardar a cidade católica progressista, fez com que o dono d'*O Reporter* tirasse da chefia de redação - mas não recusasse sua colaboração - Gonçalo Amarante da Silva, conhecido anticlerical na cidade. A atitude do "católico confesso e de alma caritativa e boa"²²⁵, João B. de Assis Viegas, é bastante elucidativa da postura da elite católica letrada, que se impõe como porta-voz da tradição e do espírito progressista s. joanense. Convive, integrada por fortes laços de amizade - quando não de parentesco - com os maçons que, por sua vez, não se furtam a pertencer a irmandades²²⁶, a com fé escrever poemas em louvor à virgem²²⁷, a privar de amizade íntima com o arcebispo de Mariana²²⁸, a, em nome da cidade, despedir-se em frases vibrantes, eloqüentes, do padre conterrâneo recém-ordenado²²⁹. Informa, a sessão de posse e o "animado baile" na loja Charitas, com a "presença de distintas famílias de nossa 'sociedade'..."²³⁰. Notícia o aniversário da *Santinha*, filha do redator do jornal do centro espírita Amor ao Próximo que mantém uma aula noturna na cidade²³¹. Acolhe, em suas páginas, coluna do pastor presbiteriano José Orton²³²; não se furta, dadas as circunstâncias, em entregar a chefia da redação a um conhecido anticlerical²³³.

²²⁴ Assinam a nota : "Dr. Felipe Vasconcelos - Monteiro Freire - Gonçalves Coelho - Eduardo Magalhães - Catão - Carlos Mourão, Artur Castro - Vigário Gustavo - farmacêutico Alvarenga - Manoel Guerra - Afonso Lobato - José Pimentel - José Nascimento - Samuel Soares - Alberto Menezes - Antônio Maria - Francisco Oliveira - João Feliciano - Oscar Ferreira", alguns do partido franciscano - mas não todos -, o que informa já da presença de um forte grupo de suporte aos freis na cidade. Telegrama - S. João del Rei. *O Paiz* 22/11/1909. Recorte. Pasta 1909

²²⁵ "João Viegas". *O Reporter* 23/10/1910, ano VI, num 165, p.1.

²²⁶ Herculano Veloso, Ven., gr.: 18.: da loja Charitas. Candidatos de seitas. *O Reporter* 10/02/1910, ano V, num 96, p.1. E membro do definitório da Ordem Terceira de S. Francisco. V. O. Terceira de S. Francisco. *A Opinião* 02/10/1909, ano III, num 24, p.1.

²²⁷ Ribeiro da Silva. Hino à Virgem Santíssima. *Ação Social* 27/05/1917, ano III, num 115, p.1. Dr. Antônio Ferreira Ribeiro da Silva, 18.: Orad.: Candidatos de seitas. *O Reporter* 10/02/1910, ano V, num 96, p.1.

²²⁸ "Dr. Ribeiro da Silva, amigo íntimo do bondoso prelado de Mariana". Enfermo. *Ação Social* 29/10/1916, ano II, num 86, p.1.

²²⁹ Francisco de Paula Pinheiro, membro fundador da loja Charitas na cidade - ver Cintra, *op. cit.*, pp. 111,112. Padre José de Oliveira Barreto. *O Reporter* 27/04/1911, ano VII, num 215, p.1.

²³⁰ Loja Charitas. *O Reporter* 03/07/1910, ano VI, num 134, p.2.

²³¹ *A Opinião* 16/05/1908, ano I, num 90, p.2.

²³² Ver colunas *Cavacos*, *Cavacos de Domingo* e *Cavacos da Oeste*, de 1908 a 1912 n'*O Reporter*.

²³³ Gonçalo Amarante assume o cargo após interrupção forçada da publicação d'*O Reporter* em virtude das ameaças de empastelamento pela oficialidade do batalhão do exército aquartelado na cidade por ocasião da campanha civilista.

Motiva-a, para além dos laços pessoais, o termo da civilidade. Termo que aqui se confunde com a defesa da liberdade de consciência. Esse diapasão é que permite continuamente a manipulação de uma modernidade própria, católica como é a maioria do povo, tolerante e vezes eclética, não excludente dentro de certos limites. É em nome do convívio civilizado, ao lado do respeito à tradição da *Católica*, que o pastor é proibido de escrever sobre religião²³⁴, o maçom de fazer apologia da maçonaria, o anticlerical de desencadear campanha contra os frades, os frades de censurarem a maçonaria...e que a fala do anarquista é omitida.

É a dissonância com o saber viver a modernidade ao modo da terra que provoca a perplexidade do major da guarda nacional, jornalista, advogado, irmão terceiro, maçom, Herculano Veloso - diretor d'*O Reporter* em sua segunda fase - com seu amigo, irmão na maçonaria, filho adotivo da cidade, jornalista, médico, "católico sem exagero"²³⁵, Antônio F. Ribeiro da Silva, não por este ter defendido que a mendicância não é um crime - o que seria recebido como iguaria para uma discussão recheada de citações -, mas sim, por ter defendido - num jornal de Barbacena - o direito dos mendigos de S. João del Rei de mendigarem nas ruas da cidade e por ter se solidarizado com a recusa da autoridade policial em reprimir a mendicância.

Desconcertado diante do desafino/desatino do confrade, irmão de fé, também ele um liberal e crente do progresso, ambos filhos da viúva, que escrevia nos jornais da cidade críticas ao fuzilamento de Ferrer e elogios a Ferri, a Comte, que participava da "caravana dos dezoito", "'amigos', com restrições, dos 'dogmas de Epicuro'", na chácara *Sans-Souci*, propriedade do crítico contundente de Garofalo, Ferri, Comte..., Severiano de Rezende, onde corria, após o repasto e o café, "em torno de mesinhas esparsas debaixo de um caramanchel de maracujá, a palestra em que cintilava a inesgotável verve gaulesa do tenente Cirne Ferraz"²³⁶, ocasiões daquele diletantismo que tanto lustro e agrado dava à culta sociedade sanjoanense... Preocupado - e a questão requeria muitos cuidados -, perplexo, exige o recuo do médico;

"Temos fundados motivos para julgar que o nosso distinto confrade não enquadrou em a bela crônica que escreveu o seu sentir íntimo a respeito da questão em foco./

²³⁴ Cavacos. *O Reporter* 26/04/1908, ano IV, num 33, p.1.

²³⁵ *O Reporter* 30/07/1908, ano IV, num 60, p. 1.

²³⁶ Passe-partout (Dr. Ribeiro da Silva). Notas ligeiras. *O Reporter* 08/12/1907, ano III, num 62, p.1.

Não é possível que alguém, da envergadura de *Fox*, alimente idéias que uma vez em ação, tanto obstaculizam o progresso humano.../ Sim. O amável 'Fox'...escreveu aquele famoso artigo sem sinceridade e somente para levantar discussão sobre o caso./ É a conclusão naturalíssima./ Por hoje, ponto."²³⁷

Ao que *Fox*, sobranceiro, altivo, mas em retirada, digna é verdade, nem por isso menos perplexo, recusa-se a prosseguir a polêmica, já que o oponente

“sustenta, com grande pasmo meu, que propugno com minha pena tosca idéias contrárias às que se me aninham na alma./ Dir-se-á que, quem assim se exprime possui o dom cabalístico de penetrar o foro íntimo de outrem, naturalmente utilizando-se para isso de algum *psicoscópio*, cuja estática e dinâmica lhe constituam segredo privilegiado./ Em tais condições, pergunto: como terçar armas com quem amanhã talvez se arrogue afirmar em letra redonda que sou pela deportação dos mendigos da Cidade?/ E aí está porque dou por encerrado o incidente de que trato..”;

não sem deixar de reproduzir carta do delegado Gil Costa, que se recusava a internar à força os mendigos no albergue da cidade, cujo trecho denuncia a cidade de papel, a construção por parte do *limitado meio social* de S. João de um real enquadrado às suas exigências;

“A imprensa local, por um erro de perspectiva, muito natural em quem se coloca muito próximo do quadro, perturba-se, exagera as linhas, vê as tintas mais carregadas e sombrias, prejudicando com a vizinhança da observação, o juízo sereno sobre o painel, e vendo onde há uma imagem uma multidão caótica e confusa./ E é engraçado o ver-se certo órgão da imprensa s. joanense, de cor indecisa e sem significação demonstrar arrogância e, completamente baldo de cultura, armado de lança em riste, investir contra minha humilde individualidade, e exigir, não como seria curial, o cumprimento do dever, *malgré tout et malgré tous*, mas a satisfação do que, a seu ver, deseja a população...como se a autoridade pública fosse o cadinho em que se fundissem todos os caprichos, para gáudio e vaidade daqueles que se inculcam interpretes das aspirações populares...”²³⁸.

²³⁷ Albergue S. Antônio. *O Reporter* 19/06/1913, ano IX, num 41, p.1.

²³⁸ “Repressão da mendicidade”. *Reforma* 06/07/1913, ano I, num 14, p.1. No mesmo mês Gil Costa foi afastado da cidade. “Dr. Gil Costa”. *Reforma* 06/07/1913, ano I, num 14, p.2.

A cidade de papel vezes invoca a civilização - para, por exemplo, expulsar os mendigos, receber a atriz - vezes a tradição - insurgir-se contra os anticlericais, receber de volta o frei -, elementos fundidos na distinção, na civilidade ao modo da terra. O *caso Nina Sanzi*, no relato dos jornais da cidade, é esvaziado de seu significado amplo, para além dos limites da comunidade construída, de reação de um ambiente laico ao projeto ultramontano que os padres estrangeiros representam, para ser encerrado, circunscrito e resolvido no perímetro daquela comunidade, via moralização e individualização da responsabilidade pelo ocorrido - mesmo artifício utilizado na greve de 1912. Frei Cirilo La Rose, conhecido por seus arroubos, foi longe demais, atingindo a moral da *família sanjoanense*; por isso, teve a penitência merecida, depois da qual pode retornar. Também presente o mecanismo da omissão, de se ocultar a repetição de acontecimentos de um mesmo padrão, repetição que desvelasse uma cidade igual ao resto do mundo.

“Ocorreu no dia 15 do corrente, nesta cidade, um fato lamentável e *talvez* (álibi de uma mentira) virgem na história de S. João del Rei”. Ocorreu o *escândalo* “durante as novenas da Boa Morte” no ano de 1900. Do púlpito, o padre José Severiano Rezende usou de “palavras profundamente atentatórias ao pudor e à honra das honestas e honradas famílias, cujas filhas estiveram à mercê do insultuoso e insolente palavreado do pregador”, lançando “mão da linguagem empregada (epístola de São Paulo aos Coríntios), no ano 59, depois da era cristã, em uma cidade, como Corinto, onde os costumes achavam-se completamente degenerados, a ponto de se erguer ali um templo à Vênus, a deusa da concupiscência e da devassidão./ Não podia esse padre, nem de longe pensar, sem grave afronta e profunda ofensa à família s. joanense, estabelecer um paralelo tão deprimente entre Corinto e S. João del Rei”.

“Nos arroubos de uma eloquência, na altura de seu talento, verberou tomado de santo zelo evangélico - os desvios da mocidade, sua atitude impudente e desrespeitosa no templo, profligou os maus exemplos escandalosos daqueles, que deviam ser o espelho e a norma de proceder da mocidade, estigmatizou as modas e o luxo pagãos, trazidos pelas senhoras dos bailes e dos teatros para a Igreja, lugar que requeria compostura modesta, simples e devota”.

“Depois do ato religioso, por todas as ruas, em todas as reuniões só se ouvia o protesto deste povo”, “a mocidade, indignada com os insultos que lhe foram atirados e a

todas as famílias, reuniu-se na noite do dia 10, para fazer um protesto público e uma manifestação franca de desgosto a este padre”.

“Mas esse grupo, em quase, sua totalidade moços livres e descuidados dos deveres de cristãos, se não dos de homens bem educados, se conservaria quieto se não se sentisse animado pelas palavras de reprovação ao orador sagrado, que tinha a ousadia de clamar contra a licença dos costumes, partida de alguns oficiais do 28º. batalhão, censurando com azedume o sacerdote pelas verdades que proferira./ Daí saíram esses moços a comentar pelas ruas e cafés, agitando os espíritos e premeditando promover manifestações hostis ao padre José Severiano de Rezende”.

“Não! A oficialidade do batalhão não podia transformar a sua valorosa espada em cacete de capanga...Eis a verdade: a população desta cidade em peso (não foi só a mocidade e a oficialidade do batalhão) censurou acremente às palavras do pregador e muitos chegaram a dizer que em quanto não fossem suspensas as prédicas do Padre José Severiano, as suas famílias não iriam à Igreja, porquanto não queriam que estas estivessem sujeitas aos fingidos desvarios mentais do aludido padre”, “o capitão Ferreira de Andrade, delegado de polícia, observou a exaltação justíssima do povo, e para obviar quaisquer distúrbios, que haveria indubitavelmente, se o padre de novo subisse ao púlpito, reeditando os insultos e injúrias contra o mesmo povo, entendeu-se com o Vigário nesse sentido, por isso estava em jogo a ordem pública, que lhe cabia salvaguardar”.

“O delegado de polícia, dando vulto a estas manifestações, que nenhum valor tinham, porquanto a maioria do povo estava ao lado do padre, sustentando a boa doutrina, arrogou-se atribuição de intervir nos negócios da Igreja e foi intimar o vigário para coibir as prédicas./ Este, por fraqueza ou por obedecer à solidariedade de partidarismo, acedeu às intimações da polícia e suspendeu as prédicas na novena, dando ainda mostras de sua pusilanimidade, buscando alguns rapazes e pedindo se abstivessem de qualquer demonstração hostil, de que ninguém se arreceava, concorrendo assim para a quebra de seu prestígio e autoridade, se não também para a falta de liberdade de pré-dica evangélica, acoroçoando as invectivas contra os sacerdotes, que se verão sem garantias./ Nenhum tumulto houve e nem tão pouco eminência de perturbação da ordem”.

“Se não fora o espírito ordeiro e pacato deste povo, teríamos talvez de lamentar qualquer fato triste, promovido pela insensatez e pela imprevidência”, “porque apareceu a

intervenção de diversas pessoas e especialmente do nosso Vigário, a quem a mocidade atendeu, limitando-se a dar vivas ao povo e à mocidade desafrontada”.

“Parece que volvem os tempos de se apedrejarem os profetas e de se martirizarem os apóstolos...Aqui transcrevo a íntegra dos dizeres de cartazes, que amanheceram afixados nas portas das igrejas e nas esquinas das ruas, porque explicam alguma coisa: Viva Humberto I // Viva a Maçonaria! / Viva o 28°. Batalhão! / Viva a mocidade desafrontada! / Abaixo os roupetas!”²³⁹.

“É falsa a existência de cartazes afixados às esquinas...tínhamos, é verdade, redigido um boletim que explicava o nosso procedimento, não nos sendo possível, porém, publicá-lo, resolvemos ficar silenciosos.../ Já compreendemos: o efeito do artigo calúnia é para os de fora; seja este porém, para os digníssimos e exemplares oficiais do brioso 28°. Batalhão de Infantaria e para as distintas famílias Sanjoanenses, pois, uma coisa cremos: é ser o povo Sanjoanense bastante conhecido fora daqui, e, portanto, a mentira em nada desmerecerá este conceituado e humanitário povo.../ Viva a mocidade desafrontada! / Viva as famílias sanjoanenses! / Abaixo a calúnia!”; “Temos fé que não se reproduza o escândalo e nem o ultraje contra este povo.”²⁴⁰

Repetição. O padre assoma ao púlpito desancando com a licenciosidade da moda e dos costumes de uma comunidade que vê à deriva, ofendendo a moral da família sanjoanense - a virulência da linguagem atribuída ao padre fica por conta do conflito acérrimo entre as facções locais, linguagem habitual dos dois jornais em relação aos adversários -, seguro, na tradição de Paulo, de que *os fiéis não são os juizes dos pregadores*²⁴¹. O burburinho aumenta, indignação. A tranqüilidade da *pacata* cidade ameaçada. A autoridade intervém, exige do superior do padre punição. O padre é silenciado temporariamente. O vigário, auxiliado por *diversas pessoas*, influentes, demove a mocidade, bem nascida, de

²³⁹ *Constante leitor* (Severiano de Rezende). Padre José Severiano. *O Pharol* 21/08/1900, num 350. (citado em *O Combate* 26/08/1900, Trim. I, num 8, pp.1-2.)

²⁴⁰ *Mocidade sanjoanense*. Protesto. *O Combate* 26/08/1900, Trim. I, num 8, pp.4-5. Escândalo!! *O Combate* 15/08/1900, Trim. I, num 6, p.3.

²⁴¹ “Assim todos nos considerem como ministros de Cristo, e despenseiros dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer nos despenseiros é que eles se encontrem fiéis. Quanto a mim, pouco me importa ser julgado por vós ou por juízo humano; pois nem sequer a mim mesmo eu julgo. Porque de nada me sinto culpado; mas, nem por isso me dou por justificado; o Senhor é quem me julga. Pelo que não julgueis antes do tempo, até que venha o Senhor, o qual não só porá às claras o que se acha escondido nas trevas, mas ainda descobrirá os desígnios dos corações; e então cada um receberá de Deus o louvor (*que lhe é devido*). Primeira Epístola aos Coríntios 4: 1-5.

levar adiante o protesto, já que o *procedimento incorreto* do padre havia sido punido; vivas são dados à *mocidade* e à *família sanjoanenses* desafrentadas. A comunidade retorna à sua rotina *pacata e ordeira*.

O contraponto; a admoestação do sacerdote é justa, o tom fica por conta dos *arroubos* de seu *santo zelo evangélico*, a mocidade bem-nascida, *homens bem educados*, deixa-se influenciar pelos oficiais do batalhão do exército aquartelado na cidade, núcleo local da maçonaria e do anticlericalismo; o vigário, pusilânime, cede às pressões do delegado de polícia que não tem autoridade para interferir nas coisas da Igreja. O padre, impassível, convicto de seu proceder, resignado, aceita, *ad majorem Dei gloriam*, o martírio afeito aos apóstolos. E todos se congratulam por não ter havido *nenhum tumulto* nem *perturbação da ordem*.

Por trás do incidente, a disputa política na cidade. O padre José Severiano de Rezende era filho de Severiano de Rezende, líder, ao lado de seu genro Carlos Sânzio - proprietário do jornal *O Resistente* - e de Caetano Werneck, do partido de oposição local. O delegado de polícia e o vigário João Pereira Pimentel pertenciam, ao lado do maçom Francisco de Paula Pinheiro e do católico João B. de Assis Viegas, ao partido da situação, chefiado por Leite de Castro, cujo porta-voz era o jornal *O Combate*. O fato do jornal *O Resistente* ter silenciado sobre o ocorrido - levando o pai a buscar abrigo para a defesa do filho numa folha de Juiz de Fora - indica o descontentamento do partido com a prédica do padre, por ele ter se excedido, por ter dado munição ao partido adversário, mas, principalmente - o que desvela um conflito típico dos primeiros anos da República -, por ter fornecido pretexto para uma movimentação militar/anticlerical - que o pai revelou em busca de álibi para o filho - nociva aos interesses de uma elite ciosa em manter a cidade sob controle, em encerrar seus problemas mantendo sua imagem - o ataque a Severiano foi ao ponto: *o efeito do artigo calúnia é para os de fora...* -, e sobremaneira preocupada naqueles tempos com a ingerência dos militares na vida da comunidade - um pronunciamento do jornal no mesmo timbre do pai tornava eminente a ameaça de empastelamento.

Se o jornal *O Combate* fazia elogios ao *saudoso* governo do marechal de ferro, nem por isso, ou melhor, até por isso era cioso em manter os militares sob controle, procurando estabelecer laços de amizade e de integração/absorção dos *briosos* aos modos de ser da *Católica*. O dizer que os oficiais se indignaram como todo o povo da cidade e que os

cartazes nunca existiram está em sintonia com o silêncio do jornal *O Resistente*, silêncio que diz de um conflito anticlerical que nunca existiu.

Essa tentativa de despotencializar os conflitos inerentes à sociedade moderna transformando-os em contingentes, em acidentes provocados por excessos humanos, não é compartilhada pelo cronista franciscano. Este, pelo contrário, busca justificar a atitude do irmão primeiro pela necessidade de purgar aquela sociedade de pecados que lhe são próprios, sociedade do vício, impregnada de luxúria, imersa no ateísmo assustador daqueles que conduzem o mundo à perdição, daqueles que, a serviço do demônio, pretendem a destruição da Igreja - quadro que em nada difere da comunidade sanjoanense pintada pelo padre, da situação da Igreja no Brasil pintada por outro padre²⁴² -, lado a lado ao sentimento de apóstolos, sempre estrangeiros a semear a Palavra em terras hostis, messe difícil e por isso para poucos.

“Contudo continuamos sendo sempre estrangeiros, e assim não é nada difícil para certos maus elementos, que se encontram aqui como alhures, suscitar arruaças contra nós, de maneira que nestes momentos a nossa situação parece intolerável e que não nos resta outra coisa senão sacudir o pó das nossas sandálias e procurar outra terra para ali, como diz a Regra Franciscana, fazer penitência em nome de Deus.

Tal caso ocorreu em São João em 1909: Uma atriz escandalosa de nome Nina Sanzi, nascida em Minas, de pais italianos, fazia nessa época uma ‘tournée’ por Minas. Todo mundo sabe como é a crítica de teatro nos tais jornais neutros. Nina Sanzi, mesmo não sendo uma estrela de primeira grandeza, e apesar da sua falta de moralidade, era exaltada como ‘melhor artista nacional’. Quando ela chegou a São João, o teatro ficou superlotado. Um dos nossos padres viu-se obrigado a chamar a atenção dos fiéis na missa dominical contra essas apresentações inconvenientes. O Sermão pegou, o assunto foi comentado. Os entusiasmados fãs da artista alteraram as expressões do pregador. Todos esses tais jornais neutros, não só de São João, mas também de Minas e do Rio de Janeiro escreveram que era uma vergonha. Foram

²⁴² “Quem, senão o jornal católico, defenderá a Religião de tantos ataques que pela mesma Imprensa lhe são movidos ? Quem desmascarará tantas torpes maquinações contra ela, tramadas pelos corsários do jornalismo ímpio ? Quem vergastará em público, como merecem, os desbriados forjadores de escândalos clericais ? Quem pregará ao pelourinho os cínicos malfeitores de gravata lavada, que inundam nossa pátria de suas imundas elucubrações, que assumiram a triste tarefa de corrompê-la com o romance imoral, a poesia lasciva, o teatro e o cinematógrafo pomográfico, com a pregação do amor livre, do divórcio e de todas as torpezas ?”.

impressos e espalhados folhetos volantes, nos quais se comentava que o padre vituperara como escandalosas, não a atriz, mas as senhoras e moças que foram ao teatro; convocava-se o povo para uma reunião de protesto no teatro. Após alguns discursos inflamados, ‘o povo’, um bando de arruaceiros, foi para a rua, dirigindo-se ao convento para exigir o afastamento do ‘culpado’ para fora da cidade. Nossos verdadeiros amigos ficaram atemorizados, mas nesse momento ninguém se arriscava a declarar-se a nosso favor. O Padre Comissário, vendo-se abandonado por todos, julgava mais prudente concordar e prometeu que o referido padre deixaria a cidade no dia seguinte. Nisso ‘o povo’ se afastou. No dia seguinte o padre deixou mesmo a cidade e dirigiu-se a Tiradentes, a duas léguas de distância.

Então o verdadeiro ‘povo’ começou a se envergonhar de que eles se tinham apavorado por um bando de amotinadores. Na casa do pároco, reuniram-se os mais notáveis da cidade, um contra-protesto foi impresso e espalhado e o padre foi convidado para voltar. Então foi a vez de os gritadores se esconderem e o padre, durante muitos dias, recebeu visitas das melhores famílias.

Um dos agitadores faleceu, pouco depois num desastre de trem. A artista sumiu para outros cantos, onde se apresentava para teatros vazios, de maneira que sua ‘troupe’ se desmembrou.”²⁴³

Intitulado **João Batista e Herodíades**, o relato de frei Sabino Staphorst cola o “caso” envolvendo o padre - não nominado -, a atriz - Nina Sanzi - e o “povo” sanjoanense, ao relato dos evangelhos envolvendo João Batista - anunciador do Messias -, Salomé - a princesa judia dançarina -, Herodíades - mãe de Salomé - e Herodes Antipas - tetrarca da Judéia e de Peréia. A história é conhecida: sentindo-se ofendida pelas pregações de João

Deschand, Pe. Desidério. *A situação atual da Religião no Brasil*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1910, p. 211.

²⁴³ Staphorst, *op. cit.*, pp. 80-81. Um outro relato do mesmo “caso”, foi escrito, com base nos jornais da época, por um genuíno representante do “espírito” sanjoanense, em 1982: “10/11/1909. Chega a São João del Rei para uma temporada teatral a atriz Nina Sanzi. No dia 15/11/1909 foram distribuídos boletins convidando o povo para uma reunião no Teatro Municipal. Frei Cirilo La Rose, num sermão proferido na véspera, a propósito da calorosa recepção feita à artista, teria -‘se referido de modo injurioso às famílias sanjoanenses’. Designou-se comissão para se entender com frei Júlio Berten, superior dos franciscanos. Frei Cirilo afastou-se da cidade por alguns dias, pois havia grande agitação popular”. Cintra, Sebastião de. *O. Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982, 2º vol., p. 471. Nesse registro, o cronista opera um duplo movimento de identificação: “famílias sanjoanenses”- “comissão”; “povo” - “ grande agitação popular”. Podemos supor que na perspectiva do cronista as “famílias sanjoanenses” não são de fazer agito, mas o “povo” sim, e que este, tomando as dores das “famílias”, dada a sua lealdade, deu o respaldo necessário para que a “comissão” ilustre - porque toda comissão é ilustre - exigisse a saída de frei Cirilo.

Batista, que condenava sua ligação carnal com Herodes, irmão de seu esposo Filipe, Herodíades teria mandado sua filha encantar Herodes, através da dança, para conseguir dele a execução do pregador incômodo.

Estabelecendo uma possível simetria, João Batista seria o padre franciscano, aquele que veio para preparar “o caminho do Senhor”, endireitar “as suas veredas” (Mateus 3, 3 ; Marcos 1, 3 ; Lucas 3, 4), aquele que “veio por testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele” (João 1, 7). Salomé seria a atriz Nina Sanzi, aquela que deu “gosto a Herodes e aos que com ele estavam à mesa” (Marcos 6, 22). Herodíades representaria o “falso povo” - ou melhor, os inimigos dos franciscanos na cidade - , aquela (e) que “armava-lhe (João Batista-franciscanos) ciladas, e queria fazê-lo morrer” (Marcos 6, 19). Herodes seria o “verdadeiro povo” sanjoanense - ou melhor, os amigos dos franciscanos - que, sentindo-se acuado, abandonou os freis e acabou, pela omissão, concordando com o afastamento do padre da cidade; aquele que “temia João, sabendo que era varão justo e santo; e defendia-o, e pelo seu conselho fazia muitas coisas, e ouvia-o de boa vontade” (Marcos 6, 20), mas que, tendo jurado perante todos satisfazer qualquer pedido de Salomé, entristecido, “mandou-lhe (o guarda) trazer a cabeça de João num prato” (Marcos 6, 26).

Interessante observar que, ao contrário dos relatos do *limitado meio social*, em nenhum momento frei Sabino responsabiliza a *mocidade* pela agitação, mas sim os *entusiasmados fãs da artista*. Lembremos que Severiano de Rezende ao fazer a defesa do filho padre José Severiano, funde *moços livres* a *homens bem educados*, num ato falho, talvez, de quem representa o *espírito* da comunidade mas que, no desespero da proteção da cria, revela o mecanismo de proteção de uma elite preocupada com sua imagem, que agita em prol de seus interesses se escondendo atrás do escudo da impetuosidade/imprudência dos filhos, alguns apoiando o movimento pelo balanço afirmativo da cabeça em casa, outros efetivamente na rua, mas sempre dentro dos limites de um suportável ajustado à cada situação, limites do moderno na cidade.

Se é consensual o incômodo com a chiadeira dos carros-de-boi pelas ruas da cidade²⁴⁴, se é aceitável, e até louvável o desejo de melhorar a “estética” da mesma, remodelando as fachadas das casas, construindo “novos prédios de feição moderna e

²⁴⁴ *O Reporter* 19/04/1912, ano VIII, num 308, p.2.

distinta”, modificando “aquela feição arcaica dos tempos coloniais”²⁴⁵, para o bem da civilização, quando a impetuosidade/imprudência dos moços d’ *A Tribuna* revela que alguns comerciantes que assinaram petição à edilidade municipal pelo fechamento do comércio às 7 horas da noite (fechava às 9 horas), trabalhavam nos bastidores da Câmara pelo indeferimento do pedido (o que de fato ocorreu), foram alvo da reprimenda de alguns distintos cidadãos sanjoanenses, ao que publicamente/veladamente responderam: “Sr. Dr. Sebastião Banhos - não somos concordes com v. ex., o silêncio foi feito para os desertos das areias movediças. Compreendeu?”²⁴⁶, mas resignaram-se com a decisão da Câmara – que, meses depois, adotou a solução conciliatória do fechamento às 8 horas –, não tocando mais na incoerência – para não entrar no terreno moral – de alguns *honrados* comerciantes²⁴⁷, assim como os *moços* da comissão se tornaram *indiferentes* ao retorno de frei Cirilo.

Chama atenção, no relato do cronista franciscano, a classificação operada acerca do “povo” sanjoanense. De um lado, o “povo” que se postou contra a atitude do padre, exigindo sua saída da cidade – “bando de arruaceiros”, “bando de amotinadores”, “gritadores”, “agitadores”. De outro lado, o “verdadeiro ‘povo’” – “nossos verdadeiros amigos”, “os mais notáveis da cidade”, “as melhores famílias”.

Nessa perspectiva, a cidade estava dividida em dois partidos: os amigos dos franciscanos e os inimigos dos franciscanos. Entre os amigos dos franciscanos estavam, provavelmente, aqueles católicos predispostos à obediência aos representantes do clero – os “acólitos” do pároco –; católicos letrados, conscientes do momento vivido pelo catolicismo a nível mundial e da precariedade dos quadros do clero nacional, defensores da “reeuropeização” da Igreja brasileira²⁴⁸; senhoras e senhoritas, pias ou não e devotas ou não, senhores e rapazes, pios ou não e devotos ou não, todos seduzidos pelas pregações, maneiras e cultura dos padres holandeses; alguns comerciantes entusiasmados com os gastos dos menores.

Entre os inimigos dos frades estavam, provavelmente, os católicos do que poderíamos chamar de partido leigo: “potentados” e seus comandados das irmandades, que

²⁴⁵ *A Tribuna* 14/05/1916, ano III, num 97, p.1. Idem 22/08/1915, ano II, num 59, p.1.

²⁴⁶ O fechamento do comércio às 7 horas. *A Tribuna* 14/05/1916, ano III, num 97, p.1. Posta-restante. *A Tribuna* 28/05/1916, ano III, num 99, p.2.

²⁴⁷ Fechamento de portas do comércio. *A Tribuna* 18/06/1916, ano III, num 102, p.1.

²⁴⁸ Lustosa, *Presencia de la Iglesia...*, p 1312.

viam com desconfiança a todo representante eclesiástico, particularmente estrangeiro; positivistas que concebiam a Igreja enquanto instituição retrógrada, ultrapassada, resquício do antigo e que, portanto, contavam com o seu desaparecimento para o pleno triunfo do progresso e da ciência; católicos leigos e padres seculares avessos à “reeuropeização” da Igreja no Brasil; maçons incomodados pela concorrência das associações patrocinadas pelos franciscanos e ressentidos, como os espíritas e os presbiterianos, com a perseguição da Igreja; liberais cujo individualismo batia de frente com a concepção católica de “comunidade religiosa”, centrada na “pessoa” e não no “indivíduo”²⁴⁹; socialistas e anarquistas que viam na Igreja um instrumento de alienação das massas; nacionalistas contrários ao caráter internacionalista da Igreja; católicos e católicas que viam nos menores um *que* de arrogância; jovens, católicos ou não, que “preferiam ser livres”²⁵⁰.

Passados quinze anos do “caso” Nina Sanzi, o cronista franciscano não submete a uma visão crítica a postura de seu confrade. Pelo contrário, corrobora a atitude do frei - não nominado -, pois é do pecado que se trata, da sensualidade, da lascívia, enfim, do pecado capital da luxúria. Neste nível, inexistente a possibilidade de conciliação, de adaptação ao mundo - moderno ou não -; trata-se de ponto inegociável. Do aprisionamento do corpo a Igreja não abre mão²⁵¹. Traça-se aqui um dos limites das possibilidades de atualização da Igreja. Por outro lado, ao afirmar que tudo não passou de uma cilada, que “os entusiasmados fãs da artista alteraram as expressões do pregador”, ele recusa-se a admitir que o mesmo avançou o sinal, que o frei não teve sensibilidade para ajustar o sermão de modo a não ferir as suscetibilidades da moral das “famílias sanjoanenses”. Numa perspectiva distante e estranha à formação mental do franciscano, poderíamos dizer que o cronista peca por falta de humildade em não reconhecer o erro de seu confrade, postura que é agravada por não nominar o padre envolvido²⁵².

²⁴⁹ Para esse aspecto ver Romano, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo, Kairós, 1979, pp. 62; 102-117.

²⁵⁰ Staphorst, *op. cit.*, p. 68. Obviamente, trata-se de uma caracterização genérica e não rígida. Podemos supor liberais simpáticos às pessoas dos frades e, por outro lado, adeptos do pároco insatisfeitos com os franciscanos, etc. Também é evidente que as formas de posicionamento variavam, indo desde os brados nas ruas até o sussurro caseiro.

²⁵¹ “Para a Igreja, dominar o espírito, sem cativar o corpo, significa trair sua missão no espaço e no tempo”. Romano, Roberto. Ave Maria: Godard e a lógica do grande inquisidor in *Lux in tenebris: meditações sobre filosofia e cultura*. São Paulo, Cortez/ed. Unicamp, 1987, p. 133.

²⁵² Por outro lado, atitude compreensível pois podemos imaginar que na cabeça de frei Sabino Staphorst qualquer sinal de recuo implicasse avanço do inimigo, particularmente num “caso” delicado como esse. Em maio de 1919, a notícia da morte de frei Cirilo consterna a cidade. Teria sido tragado pelas águas do mar em

O puxão de orelha dado pelo padre foi violento demais para o pudor do “limitado meio social” sanjoanense, o que provocou a resposta no mesmo tom. O ataque dirigiu-se contra a recepção dada à atriz por senhores e senhoras, moças e moços das famílias proeminentes da cidade, público restrito que freqüentava o teatro municipal de São João del Rei.

O fervor predicante do franciscano sinaliza para uma opção em bater de frente com a própria elite mineira e, através desta, com a elite do país. Certamente o frei superior do convento - não desconhecia que a mesma atriz Nina Sanzi havia sido a escolhida para inaugurar, vinte dias antes da temporada sanjoanense, o teatro municipal de Belo Horizonte, sendo então aplaudida por “senhoras e cavalheiros trajados a rigor” e pelas mais altas autoridades do estado, entre as quais o prefeito de Belo Horizonte e o presidente de Minas, depois presidente da República, Venceslau Brás²⁵³. Mais, trata-se de um posicionamento contundente diante de um Estado laico que, na visão da Igreja, não só permite, como aplaude e patrocina a dissolução da moral cristã na sociedade brasileira.

Tal postura deve ser entendida em sintonia com a cruzada empreendida neste contexto pela hierarquia eclesiástica e pela militância leiga contra a *corrupção dos costumes*, seja através de cartas pastorais, seja através de instrumentos que orientassem

Niterói, quando recuperava as forças na cidade fluminense para retomar com mais vigor o apostolado em S. João. “Os franciscanos residentes em São João del Rei publicaram na imprensa agradecimentos a todos que assistiram à santa missa oficiada por ‘alma do extinto’; Tancredo Braga dedicou crônica à memória do ‘saudoso’ frade, ressaltando que – ‘conhecia a fundo várias línguas, abordava com proficiência os assuntos botânicos e os matemáticos. Era também um músico exímio. Coração generoso, aberto a todas as grandezas’. O distinto amigo professor Antônio de Lara Resende escreveu necrológicos em jornais sanjoanenses, exaltando com entusiasmo as qualidades do ‘falecido’”. Mas logo, outra notícia começa a circular “em vez de fr. Cirilo ter sido guindado ao céu nas asas níveas dos anjos, como acreditava piamente o nosso adorável povo, estava ele vivo e são como um pêro, lá no Rio de Janeiro onde se empregara num instituto bancário e negociava em pianos, nas horas vagas. Arrojava o burel às urtigas e almofadizara-se (...); passara a chamar-se José Lidman; e (‘mirabile dictu!’), se não aliciara para companheira da sua nova existência a atriz Nina Sanzi, escolhera outra mais jovem, para praticar o ‘Crescite et multiplicamini’ do Velho Testamento./ Consta-me que os seus colegas de pátria e hábito se limitaram, aqui, a punir-lhe o retrato (uma espécie das antigas ‘mortes em efigie’)... Nenhum deles, porém, cumpriu nunca a obrigação moral de expor ao iludido povo sanjoanense a verdade deste deplorável caso” Cintra, Sebastião de O. *Efemérides...* pp. 216, vol. 1. Basílio de Magalhães. Carta aberta. *A Tribuna* 20/12/1925, ano XI, num 708, p. 1.

²⁵³ “Nina Sanzi chegou à Capital no dia 4 de outubro de 1909, sendo recebida na Estação pelo Dr. Augusto de Lima que depois a apresentou ao Presidente Wenceslau Braz. (...) Na noite de 21 de outubro de 1909, a Casa de espetáculos da Rua Goiás iluminou-se para aquele serão de gala. Senhoras e cavalheiros trajados a rigor chegavam para ver e aplaudir Nina Sanzi. Às 8 e meia da noite, chegou o Presidente Wenceslau Braz acompanhado de seu ajudante-de-ordens. Também compareceu o Prefeito Benjamin Brandão, ocupando essas autoridades camarotes especiais(...)” Mourão, Paulo K. C. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970, pp. 126-127.

diretamente os católicos em relação a filmes, romances, periódicos²⁵⁴. Pode-se afirmar a existência de uma rede particular de censura que boicotava sistematicamente, e com eficiência, cinemas, periódicos, livros, peças teatrais consideradas ofensivas aos interesses católicos. Em 1914, a direção da revista carioca *O Malho* envia circular aos jornais do país informando da demissão de seus redatores “que eram responsáveis pelos lamentáveis ataques nela feitos a sacerdotes e à fé católica, que foi sempre a dos diretores da mesma empresa... a fim de que desapareça entre os nosso amigos religiosos qualquer escrúpulo que possam ainda ter quanto à leitura d’*O Malho*”, solicitando o envio de “fotografias das autoridades eclesiásticas desse estado e desta paróquia, de sacerdotes, de membros de irmandades e associações religiosas, de pessoas que tenham serviços prestados à Igreja, de reuniões, festas e procissões católicas, de templos, etc, a fim de as estampar-mos n’*O Malho*...”. A própria atriz Nina Sanzi foi boicotada em suas apresentações posteriores em Juiz de Fora - residência de redentoristas holandeses - e Petrópolis - residência de franciscanos alemães.²⁵⁵

Com certeza foi assunto de discussões no convento dos menores a entusiástica recepção dada à atriz e, provavelmente, consensual a necessidade de um posicionamento por parte dos freis - na forma de advertência ao rebanho - em face de tal recepção. Não havia lugar para o silêncio pois, como já foi dito, era do pecado que se tratava. O que fez a diferença foi o tom utilizado, e este foi de responsabilidade do pregador - não nos esqueçamos que o superior dos franciscanos cedeu às pressões e, provisoriamente,

²⁵⁴ Exemplos desses instrumentos são o guia de filmes publicado semanalmente pelo jornal *A União*, a coluna “A semana através dos films no municipal” do *Ação Social*, o guia literário de frei Pedro Sinzig *Através dos romances* - “não aconselhados”; “sob reserva”; “orientação católica ou de todo inofensivo” -, a condenação do jornal *Divinópolis* pelo arcebispo de Mariana, ameaçando *sob pecado mortal* quem se atrevesse a lê-lo (*Ação Social* 01/04/1917, ano III, num 108, p.1.). “O Congresso Catholico declara perniciososa a circulação de publicações francamente anti-catholicas e immoraes, e ainda mais nociva julga, para as familias catholicas, a introdução, no seu seio, de jornaes que, fazendo mesmo a defesa da religião na parte editorial, sustentam, entretanto, em outras secções, publicações contrarias á moral christã; jornaes e revistas desse jaez não devem ser assignados, comprados, nem lidos pelos catholicos”. *Annaes do Segundo Congresso Catholico Mineiro*, In: Lima, Mário. *O Bom Combate (subsídios para a história de 20 annos de ação social catholica em Minas)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. Para combater a “má imprensa” e difundir a perspectiva cristã da sociedade através da coordenação das publicações católicas, foram criados, em janeiro de 1910, na cidade de Petrópolis, por iniciativa do franciscano alemão frei Pedro Sinzig, o “Centro da Boa Imprensa” e a “Liga da Boa Imprensa”. Matos, Henrique C. J. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922-1936*. Belo Horizonte, O Lutador, 1990, pp. 120-121.

²⁵⁵ Ver “O Malho”. *Reforma* 27/06/1914, ano II, num 13, p.1. Nina Sanzi. *A Opinião* 01/12/1909, ano III, num 40, p.1. *O Paiz* 04/12/1909. *Recorte*. Pasta 1909.

“entregou a cabeça” de seu subordinado²⁵⁶. Frei Júlio Berten não só cedeu às pressões como se absteve de fazer a defesa do conteúdo da prédica, que é tácita, assim como a reprovação do limitado meio social sanjoanense; a polêmica foi circunscrita ao alvo, o que permitiu a conciliação; do contrário, insustentável o lugar dos freis na cidade, ou esta cedia sua direção espiritual aos menores.

Talvez o caráter inebriante do púlpito - amoldado à personalidade do frei - tenha-o levado a se exceder. Tal perspectiva nos conduz a remexer no material mental em que um franciscano é formado, pois deve ter sido essa formação que aflorou no momento da embriaguez.

Fundada²⁵⁷, no início do século XIII, por um homem que buscava apartar-se dos males do século, repudiando a riqueza material e abraçando a pobreza, negando a matéria e afirmando o espírito e que pretendia levar uma vida segundo o evangelho - sendo identificado por muitos como o novo Messias e seus seguidores como os novos apóstolos -, a Ordem dos Frades Menores cedo foi enquadrada pela hierarquia eclesiástica, perdendo assim a característica de despojamento material que a distinguiu do grosso das outras congregações de religiosos.

Um grupo de frades, insatisfeitos com o rumo tomado, passou a constituir-se numa facção - os espirituais -, “que lutou para manter o caráter da fundação segundo sua interpretação dos ideais originais de seu fundador”²⁵⁸, entrando freqüentemente em conflito aberto com a autoridade papal. Foi a postura dessa facção, ciosa em manter a qualquer preço os princípios da pobreza, da vida espiritual, da humildade, da liberdade de pregação, do repúdio à racionalidade e exaltação do fervor místico da prédica - “não cuideis (apóstolos) como ou o que haveis de falar, porque naquela hora vos será inspirado o que haveis de dizer. Porque não sois vós que falais, mas o Espírito de vosso Pai é o que fala em vós” (Mateus 10, 19-20) - semeados pelo fundador, não obstante sua derrota e progressivo desaparecimento, que permaneceu como a marca do *ser franciscano*.

²⁵⁶ “Quando, porém, vos (apóstolos) perseguirem numa cidade, fugi para outra. Em verdade vos digo que não acabareis de correr as cidades de Israel, sem que venha o Filho do Homem” (Mateus 10, 23). O pronome no plural foi substituído, pelo superior do frade, pelo pronome no singular.

²⁵⁷ As informações acerca dos primórdios da Ordem dos Frades Menores, baseiam-se em Falbel, Nachman. *Os Espirituais Franciscanos*. São Paulo, Edusp/Fapesp/Perspectiva, 1995.

²⁵⁸ *Idem*, p. XV.

Talvez o apreço pela liberdade de pregação, a crença no vigor emocional desta, inspiração divina, como meio de convencimento dos fiéis, o sentir-se apóstolo com a missão superior, imune às potências do mundo - “e vós (apóstolos) , por causa do meu nome, sereis odiados por todos; aquele, porém, que perseverar até o fim, esse será salvo.” (Mateus 10, 22) -, de regenerar a sociedade e preparar o caminho para os novos tempos, tenham sido os elementos que deram o tom à prédica do padre.

Um outro aspecto deve ser enfatizado. Refere-se à concepção do templo enquanto espaço do sagrado²⁵⁹ e, portanto, de purgação dos pecados cometidos no âmbito do profano - mencionemos a expulsão, por Jesus, dos “vendilhões do templo”, o sacramento da confissão, a Igreja enquanto reduto protetor dos criminosos na Idade Média. Logo, espaço percebido como intocável por parte das potências do século - lembremos os judeus que, perseguidos pelos nazistas, buscavam refúgio nos conventos; manifestantes que, perseguidos nas ruas por policiais à época da ditadura brasileira mais recente, procuravam abrigo nas igrejas.

Provavelmente, essa dupla percepção do espaço sagrado tenha contribuído, por um lado, para o vigor da prédica - purgação do pecado - e, por outro, para o sentimento de intangibilidade por parte de frei Cirilo La Rose.

Personalidade forte, que “sobressaía entre os franciscanos pela sua inteligência, ilustração e amor a arte”, exímio violinista, que “vivia na sua cela, quase nunca convivendo com os coirmãos...trazia no rosto uma sombra de ausência e melancolia”²⁶⁰, frei Cirilo foi dos holandeses aquele que mais se expôs nos embates com setores das irmandades pelo controle da vida religiosa local, conflito que eclodiu em seguida ao estabelecimento dos holandeses na cidade.

Após adquirirem a casa das duas irmãs, os franciscanos pretendiam conseguir um templo onde pudessem realizar os seus “exercícios religiosos”. O vigário havia colocado a Matriz do Pilar à disposição, mas esta ficava “muito distante”, na margem esquerda do Lenheiro, e os freis para alcançá-la teriam de atravessar uma das duas pontes de pedra em

²⁵⁹ Sobre o par sagrado/profano, ver Di Nola, Alfonso. *Sagrado/Profano* e Le Goff, Jacques, *Clérigo/Leigo* in: *Mythos/Logos; Sagrado/Profano. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, vol. 12 ; Puech, Charles e Brelich, Ângelo. *Prolegômenos a una Historia de las Religiones*, in: *Historia de las Religiones*. Madrid, Siglo XXI, 1986, vol. I.

arco - de preferência, a ponte da cadeia - construídas sobre o ribeirão e caminhar uns duzentos metros; no total, oito minutos a passo moderado. Tal esforço poderia ser evitado pois, por coincidência, “encostadinha” à casa dos menores, estava a “bela e ampla” igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Os entendimentos foram feitos e, em março de 1905, um dos freis foi nomeado comissário provisório da ordem.

O bom relacionamento dura pouco. Em julho de 1905, a mesa administrativa da ordem terceira decide ceder à Câmara Municipal o jardim em frente à igreja de São Francisco para sua transformação em praça pública. Os irmãos primeiros se opõem, argumentando que a mesa não havia pedido autorização ao bispo, e recorrem ao definitório²⁶¹. Derrotados, reivindicam da cúria de Mariana a excomunhão dos mesários e a interdição das missas no templo. A resposta da arquidiocese é positiva, mas logo revista e negada²⁶². Os menores, num movimento tático, parecem recuar e se submeter às decisões da mesa, mantendo assim o comissariado. Talvez pretendessem uma articulação interna, junto aos irmãos terceiros amigos, rezando e trabalhando para a eleição de uma mesa futura favorável.

Cautelosos, resignam-se com o puxão de orelhas dado pela mesa por terem celebrado casamento de não-membros no altar-mor; consultam obedientes os mesários acerca do toque de sino para pessoas falecidas - homens: três dobres de uma pancada; mulheres: dois dobres de uma pancada; menores de sete anos: repique festivo na hora do enterro²⁶³ - que não pertenciam à ordem. Fazem-se de funcionários da irmandade. Em

²⁶⁰ Resende, Antônio de Lara. *Memórias 2 - da Serra do Caraça à Serra do Vêu da Noiva*. Belo Horizonte, 1972, p. 75. A “sombra de ausência e melancolia” fica por conta, em parte, do autor saber ter frei Cirilo “arrojado o burel às urtigas”.

²⁶¹ “Corpo” constituído por doze irmãos terceiros, com assento na Mesa administrativa, que, juntamente com os outros mesários, decidiam todos os assuntos relativos à fraternidade pelo voto individual; tinham o direito de repreender os mesários responsáveis pela administração direta dos negócios da ordem. *Compromisso da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João del Rei*. Capítulo X, parágrafos 102º a 109º. *Compromisso* cuja cópia está na certidão dada à ordem por requerimento de seu secretário, Francisco Mourão, pelo Cartório do 2.º Ofício, datada de 14/05/1908.

²⁶² Segundo os franciscanos, houve interferência do embaixador brasileiro junto ao Vaticano, Gastão da Cunha, membro da Ordem Terceira de São Francisco em S. João, no sentido de obter a permissão de Roma. Beaufort, *op. cit.*, p. 9.

²⁶³ Sobrinho, Antônio G. *Sanjoanidades. Um passeio histórico e turístico por São João del-Rey*. São João del Rei, 1996, p. 44.

janeiro de 1908, ocorre a nomeação de monsenhor José Pedro da Costa Magalhães para comissário e dispensa de frei Cirilo (que havia substituído frei Patrício no cargo)²⁶⁴.

Mesmo assim, os holandeses não recusam convites da ordem terceira para a substituição, ocasional, do novo comissário, causando a indignação do vigário: “Será lícito cooperar na simonia da VotSF ? Não será do Evangelho ‘Quando vos perseguirem em uma’...*fugite in aliam?* Quando é que terá aplicação o *Excutite pulverem de pedibus vestris?* Nos cachorros é que se dá pontapé e logo se bate castanhola... Estou com o peito arfando de indignação.”²⁶⁵

Esse convívio conflituoso, marcado por avanços e recuos, transparece nas negociações envolvendo o Asilo São Francisco (para meninos órfãos) - que se prolongam até junho de 1911, com a anulação de um contrato assinado em junho de 1909 -, e a participação dos freis como professores do Instituto de Humanidades São Francisco - frei Cirilo, depois de ministrar aulas por algum tempo (10/1906 a 05/1907), pede exoneração, alegando discordar da direção do Instituto²⁶⁶. Tanto numa como noutra negociação, os irmãos primeiros parecem reticentes, evitam romper com os terceiros mas não assumem compromissos duradouros que, aparentemente, sedimentariam uma posição de auxiliares dos veneráveis. Os menores não querem trabalhar para outros, mas serem os donos. Recusam o lugar de funcionários da ordem terceira.

O que estava em jogo era a direção da confraria. A ordem primeira, obviamente, queria mandar na ordem terceira. Os “potentados” desta - fundada em 1749 - estavam amparados numa longa tradição de mando²⁶⁷ e de autonomia²⁶⁸, e não iriam admitir que

²⁶⁴ *O Reporter* 12/01/1908, ano IV, num. 3, p. 1. Pelo *Compromisso*, o comissário poderia ser dispensado se “sua conduta, ciência, probidade e desempenho das obrigações a que está ligado, não corresponder à esperança e interesse espiritual da Ordem, ou falecer o que estiver servindo, o mesmo Reverendíssimo Provincial aprovará outro dos que a Mesa novamente lhe propuser.” Cap. II, parágrafo 16 do *Compromisso*. Ao que tudo indica, a nomeação do novo comissário foi feita à revelia do provincial.

²⁶⁵ *Carta de 12/01/1908*. Doc. XXVI. Pasta Documentos numerados 1904-1912.

²⁶⁶ “Fundamentado no discurso que V^a Ex^{cia} (o reitor Severiano de Resende) pronunciou ontem na Congregação dos Lentos, em que declarou que ‘o professor que discordasse da sua direção, antes tomasse sua demissão’ e concordando com o sábio conselho de V^a Ex^{cia}, julgo-me incompetente para continuar debaixo dessa direção, que minha opinião particular não aprova” *Ofício de 27/05/1907*. Doc. XIII. Pasta Documentos numerados 1904-1912. A resposta do secretário do Instituto, Fausto Gonzaga (um maçom, segundo os menores. Beaufort, *op. cit.*, p. 10), aceitando a demissão, insinua que a justificativa dada não é exata já que “a moção provocada sobre a Administração do Instituto, a qual passou sem protesto e passaria a não ser o seu serôdio e singular procedimento.” *Ofício de 28/05/1907*, Idem.

²⁶⁷ Nas ordens terceiras, “a admissão é extremamente mais seletiva que nas irmandades, tanto no que respeita aos requisitos para a candidatura, quanto ao processo de sindicância, para não mencionar o ritual de profissão. Via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por serem associações das camadas mais elevadas, sendo a

padres, com a agravante de serem estrangeiros, determinassem o que deveriam ou não fazer. Pode-se vislumbrar, a existência de uma disputa acirrada pelo controle, e pelo usufruto do prestígio advindo daí, dos espaços e dos eventos religiosos.

Construídas originalmente desprovidas de sacristias, mas com amplas e confortáveis salas para as reuniões dos membros da irmandade, as igrejas sanjoanenses permaneciam no início deste século faltas de cadeiras e bancos, o que provocava os protestos das colunas do *Ação Social*, jornal dirigido pelos franciscanos e pelo vigário;

“Ao contrário do que se observa nas grandes cidades, também em qualquer vileta, nossas Igrejas não possuem cadeiras nem bancos./ O corpo da Igreja onde mais gente comporta, e aqui sempre ocupado pelas Senhoras, geralmente não tem um banco, uma cadeira; o que fazem é se sentarem no chão e como não são japonesas acham naturalmente a posição das mais incômodas.../ A meia dúzia de bancos que algumas possuem (outras têm menos ainda) são disputadas e tomadas por aqueles que *madrugam*./ (...) e também sendo comumente a maioria da assistência de gente média ou pobre.../ Não compreendemos porque até agora timbram os administradores de nossos Templos em conservá-los sem este conforto incontrastável. Caiam pois as nossas palavras em terreno propício e que vejamos a curto prazo desaparecer este senão de nossos Templos.”²⁶⁹

Entrevê-se aí uma opção por parte dos financiadores e administradores dos templos pelos gastos com a magnificência dos altares, coros, púlpitos, nichos, candelabros, imagens...em detrimento da comodidade dos humildes fiéis aos atos diários da religião. O desconforto, nos *acontecimentos* distraído pela pompa do rito, dificultava a concentração necessária à apreensão do símbolo. A penitência, imposta ao fiel ordinário, sustava a

composição de seu quadro social mais sofisticada. (...). Ora, ser membro de uma ou mais ordem terceira significava ter acesso ao interior da nata da sociedade e trânsito facilitado nela. Significava *status*. Significava imediata obtenção de privilégios, graças e indulgências. Significava estar mais próximo do poder e ter a sua proteção”. Boschi, Caio C. *Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986.

²⁶⁸ Boschi sustenta a presença, nas Minas do XVIII, de “um catolicismo essencialmente leigo”, no qual “a ingerência e a influência da Igreja (enquanto instituição), sempre se fizeram de forma complementar”. Idem, p. 178. Tal autonomia não se estendia à esfera política, dado que as irmandades, e particularmente as ordens terceiras, sofriam cuidadoso controle do Estado, interessado em utilizá-las “como instrumento de manutenção da distância entre as camadas sociais”, impedindo “qualquer tentativa de autonomia e vida própria”. Idem, pp. 125; 157.

²⁶⁹ P. Nossos Templos. *Ação Social* 19/03/1916, ano II, num 53, p.2.

palavra do padre, que vituperava contra as conversas e cochichos no templo - padre que só não era dispensado porque parte paramentada indispensável ao rito solene.

O compromisso das irmandades era com a forma particular de devoção de seus membros e com as festas - culto externo à divindade de um público coadjuvante ao brilho da confraria e que escamoteava em parte seu caráter de empresa privada da salvação, que os cemitérios exclusivos aos irmãos anunciavam²⁷⁰. Inevitável o choque com aqueles que pretendiam levar a palavra ao *mais obscuro habitante desta boa terra*. Não é outro o motivo da irritação dos irmãos terceiros com o fato do frei ter celebrado o casamento de não membros no altar mor. Por isso a proposta do venerável - constatado o absenteísmo dos *melhores* nas festas - de se acabar com o culto externo; quadro de um fiel solitário no imenso templo, ausente o padre, a confessar seus internos sentimentos ao Pai, atitude muito próxima da heresia protestante, proximidade afastada pelos olhos postos nas imagens e no sacrário. O que mudou? Pois

“aqui na nossa pequena S. João del Rei, cuja população teve sempre o sentimento católico muito acentuado, o culto externo foi imemoravelmente cercado de cerimonial irrepreensível, de modo que esta cidade, em Minas, era apontada como a que primava na celebração de atos religiosos, notadamente os das Endoenças e as procissões, procurando-a na época quaresmal multidão enorme de gente, vinda de longínquas paragens, como outrora buscavam os judeus a cidade santa de Jerusalém, no tempo pascoal./ Nos últimos anos tem decrescido de sua pompa essa manifestação do culto externo, maximé na celebração de procissões, por falta de concorrência nas alas e de pessoas, que conduzam insígnias, de modo a tornarem-se tais cerimônias senão ridículas, ao menos opostas ao fim a que se destinam: - edificar, infundir sentimentos morais e religiosos./ (...) Mas qual a razão desse indiferentismo ou retraimento da melhor e maior parte das classes sociais no comparecimento aos atos públicos da religião?! *Apontam* (itálico meu; faz-se de porta-voz do grupo), como causa, as questões de sacristia, a falta de autonomia das administrações das irmandades, absorvidas suas atribuições pelo direito paroquial, o receio de incidentes desagradáveis pela necessidade de represálias em admoestações injustas./ Sejam, porém, quais forem os motivos, se não pode o mal ser conjurado - suprimam-se essas manifestações públicas do culto católico - as procissões, que,

²⁷⁰ Ver capítulo XXI - das festividades, procissões e exercícos espirituais. *Compromisso da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João del Rei*.

pelo modo pelo qual são feitas, produzem efeito em todo o ponto contrário, convertendo-se em charolas, que nada conseguem de bom!// Não se pode negar que nosso povo é bom, que nele perdura arraigado o sentimento religioso./ Coloquemos dentro da igreja, portas a dentro, o nosso culto: - *Domus mea, domus orationis est.*/ Ali, o humilde crente, na confissão de internos sentimentos, dirá, com os olhos para o sacrário e para as imagens: *Pater, noster qui es in coelo, salva nos, perimus!* Ali ecoarão as manifestações do culto externo, as vozes do Universo, proclamando: *Te Deum laudamus, Te dominum conflitemur! Pleni sunt coeli et terrae magestatis gloriae tuae.*²⁷¹

O povo é católico, devoto, povo bom; o modismo desses tempos, o livre-pensar, atinge essa parcela ínfima de jovens bem-nascidos e ainda sem grandes responsabilidades; quando tornarem-se escrivães de alguma repartição pública, da coletoria, sossegam; se o culto externo já não é digno, se já não serve aos pios interesses da religião, se já não infunde a devoção, se não mais edifica, acabemos com ele, abandonemos as ruas... o problema está nas *questões de sacristia*, na interferência do *direito paroquial*; tempos atrás, São João era...

Tempos novos! Mas os velhos tempos também eram novos no seu decorrer; para sair da armadilha, recorre-se a um tempo fundador, traça-se uma linha e recorre-se a um tempo passado de fé. Colônia ? Em São João del Rei, Colônia quer dizer século do ouro, expresso num catolicismo de pompa, das grandes festas religiosas niveladoras das diferenças, de um catolicismo que espargia a riqueza ilusória, acessível a todos, instrumento pacificador²⁷². Uma época em que todos podiam ser irmãos, claro, cada qual

²⁷¹ Max Scorpio. Culto divino. *O Reporter* 19/12/1907, ano III, num. 65, p. 1. Quem manda no templo? Quem tem as chaves? Aqui pode-se dizer que o articulista *perdeu a tramontana* ou, no dizer da época, *com faca não!* Mas a irritação do irmão terceiro não invalida a extemporânea proposta. Padre Júlio Maria, um ano antes, visitara a cidade, proferindo várias conferências/prédicas acerca da necessidade da mobilização do laicato. (*O Reporter* 05/08/1906, ano II, num. 26, pp. 1 e 2.); em 1908 seria fundada a União Popular Católica em São João del Rei; em 1909, criado o partido católico em Minas, Partido Regenerador, sendo candidato às eleições do 4º distrito um membro da comunidade católica da cidade. Necessário ressaltar que não se pode generalizar, colocando o articulista como porta-voz de todas as irmandades, ou mesmo voz de consenso na Venerável Ordem Terceira de São Francisco; com efeito, no interior desta observa-se a existência de facções, inclusive pró frades holandeses. O discurso do articulista representa, sim, uma posição encontrada em todas as irmandades, resistente em admitir a interferência eclesiástica, resistente em reformar os estatutos (*compromisso*) se adequando à nova Regra da Ordem Terceira Secular de São Francisco de Assis sancionada por Leão XIII na Constituição Apostólica *Misericors Dei Filius*, de 30/05/1883.

²⁷² Mello e Souza, Laura de. *Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, pp. 19-23.

em sua irmandade, mas todos irmãos, a evoluírem nas procissões com a fantasia de sua ala. O que mudou? Por que não atraem mais os *melhores*, por que só divertem como motivo de escárnio por parte dos jovens²⁷³. Esse povo gosta de festa, adora, mas a religiosa já não entusiasma mais; a comunidade assiste passiva a um desfile de fantasmas?

Que tempo remotíssimo é esse, imemorável, de fé arraigada e profunda devoção, que a intervenção eclesiástica fez desaparecer? Quando ocorreram essas peregrinações santas em busca da Jerusalém mineira, fazendo a alegria do comércio local? O século de ouro das irmandades, dos leigos no poder? Essa busca perde-se no tempo, ou melhor o tempo perde-se nela e hoje encontra-se a mesma nostalgia por tempos idos, evolados, e os sinos continuam a dobrar, recorrentes, insistentes... Excesso de aparência? Ilusão que não alude mais?

Por que não imaginar Severiano criança transformando em imagens a escuta das palavras do pai, da mãe, da tia-avó, vertidas das sagradas histórias, imemoriais; caminhando dentro das procissões de cores, de ícones, de sons, de ritmo, respiração; lendo, adolescente, em figuras; cabeça faiscando nexos, analogias, transposições. Adulto, professor-jornalista, venerável, busca a memória²⁷⁴, edificante, liga de mercúrio, mensageira das recordações a amalgamar tempos fabulosos e tempo vivido num tempo evanescente, tênue ponto de tangência entre o imemorável e o ante-últimos tempos, constructo de um imaginário de fé²⁷⁵.

Essa valoração de tempos idos em prejuízo do tempo presente informa de uma resistência, posição encontrada em todas as irmandades, em admitir a interferência eclesiástica. Não se questiona o sentimento religioso da comunidade, mas sim, aquilo que o anima a mostrar-se, que promove sua expressão, prejudicada tanto pela reivindicação por parte do pároco de maior autoridade sobre os atos religiosos - provocando o *retraiemento*

²⁷³ "O *The Smart* vai abrir um concurso, a prêmio, para averiguar qual o rapaz que, em solenidades religiosas, mais se esforça por mostrar os dentes, em risadas alvares." *O Reporter* 14/01/1909, ano V, num. 4, p. 2.

²⁷⁴ "Parece que os acontecimentos são mais vastos do que o momento em que ocorrem e não podem caber neles por inteiro. Decerto transbordam para o futuro pela memória que deles guardamos, mas pedem também um lugar ao tempo que os precede. Pode-se dizer que não os vemos então como serão, precisamente, mas na lembrança não são eles também modificados?" Proust, Marcel. *Em busca do tempo perdido. A prisioneira*. Trad. Manuel Bandeira e Lourdes Sousa de Alencar, São Paulo, Globo, 1994, p. 372.

²⁷⁵ "...deve reter-se a vontade de unir duas tendências que a história opôs excessivamente: adaptar as crenças à evolução das sociedades e das mentalidades sem mutilar o homem de uma parte fundamental da sua lembrança e do seu ser: o imaginário. A razão alimenta-se de imagens, é a história profunda que no-lo revela." Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 428.

dos melhores - como pela imposição de formas de manifestações religiosas alheias ao modo da terra de ser católica.

Daí o protesto do *amigo, admirador e criado* do vigário ao mesmo por adotar-se, na construção da capela da Santa Casa,

“o estilo da Europa do Norte, desguarnecendo-se a Capela mor do trono tradicional em as nossas igrejas e de tão grande efeito estético nas solenidades.../ Uma nave, regida na sua ornamentação por ele, afigura-se-me como o salão das casas protestantes, de uma frieza glacial, inexpressiva.../ Não, Revmo. Sr.! Querem que de um polo pulemos, súbito, a outro hemisfério, como diz a anedota célebre, que implantemos em nossa terra essencialmente conservadora, costumes diametralmente opostos e que têm a sua adoção em terras estrangeiras, de outras raças, por tanto, de outro sentir estético.../ O crime está a consumir-se, menos por perversidade do que por efeito da nossa costumeira indiferença, em face dos atentados que se premeditam ou se praticam contra os nossos usos e costumes e o nosso bom gosto./ V. Rem^o intervém: não? Em nome de muita gente, agradece-lhe o am^o. admor. - cr.”²⁷⁶

O sentimento religioso é indissociável da expressão de um sentir estético, o que levava *muita gente* a contrapor o estranhamento com uma fé que se exprime despojada - obra da Reforma nos países nórdicos - à costumeira exuberância dos trópicos - lida da Contra-Reforma. Natural a afirmação, através da lembrança de *tempos imemoriais*, do vigor do modo barroco de fé - obra erigida no registro da autonomia das irmandades -, por parte daqueles que controlavam a vida religiosa local e que se sentiam ameaçados pela chegada em S. João del Rei do projeto ultramontano de romanização das Igrejas nacionais. Romanização que identificava no modo barroco de fé um desvirtuamento do projeto tridentino, na magnificência de um rito que brilha o contraste com a opacidade do símbolo, na prevalência das irmandades o enfraquecimento da autoridade eclesiástica, no apego aos fastos religiosos a negligência com aqueles atos de que depende a salvação do fiel, e que pretendia purgar as confrarias do *contágio de seitas detestáveis*, contágio que só foi possível, na visão dos agentes da romanização, pelo fato dos sodalícios serem mais instrumentos de ascensão e ostentação social do que de vida religiosa plena, atestado por

²⁷⁶ A capela da Santa Casa. *Ação Social* 30/07/1916, ano II, num 72, p.1.

aquele apego e por aquela negligência²⁷⁷. “São assim os tais.../ Querem as exterioridades, grandes pompas, em que eles possam ostentar o seu balandrau, que esconderá por algumas horas as insígnias maçônicas. Temem os frades e os padres virtuosos que lhes aconselhariam a confissão...”²⁷⁸

Ao aparente excesso de aparência da *Roma mineira*, os frades contrapõem a observância rigorosa dos sacramentos - cujo ministrar é de exclusividade dos eclesiásticos. Pela imprensa, acusam Severiano de Resende, responsável pela coluna “Homilias” do jornal *O Reporter*, de pregar o perdão, a misericórdia divina e o ato de contrição do pecador para a remissão das faltas em detrimento da confissão, pregando assim “uma doutrina pouco ortodoxa”²⁷⁹. O irmão terceiro jornalista contra-ataca se utilizando de figuras de retórica de fácil assimilação: a soberba da ortodoxia judaica que Jesus desafiou, “o zelo farisaico” do frei²⁸⁰; o fanatismo religioso dos inquisidores, “desses pregadores da idade média”²⁸¹. Mas, o ponto central da disputa não é silenciado; displicentemente, em poucas linhas, fica a descoberto: a quem compete a autoridade pelo discurso religioso; “Por autoridade própria frei Cirilo, que não a tem ainda de Vigário da paróquia, embora ao que parece seja aspirante ou candidato a esse encargo, pretende dar-nos lições...”; ao que o frade afirma seu direito; “Ao pregador das homilias não agradou muito o encontro com quem lhe disputasse a autoridade em explicar ou comentar o Evangelho; autoridade que a mim compete com maioria de razão, já como sacerdote, já como provisionado na diocese, independentemente do cargo de vigário.”²⁸²

Empenha-se o frei em reduzir o cidadão Severiano em fiel obediente;

“a palavra de um simples fiel não se reveste de nenhuma santidade. Tudo o que ele espera, o que quer que venha libertá-lo da múltipla pressão que sobre ele pesa provém de cima; ele nem sequer *entende* aquilo que não lhe é explicado. A palavra sagrada lhe é ministrada já mastigada e dosada; precisamente por ser sagrada, ela é

²⁷⁷ Romano vê na existência de “uma tradição de liberalismo já bem longa” no interior do clero brasileiro - “especialmente no setor secular” - a razão do convívio amistoso com a maçonaria. “A religiosidade eclesiástica volta-se mais intensamente neste período (final do XIX - início do XX) para as massas, com uma pregação notavelmente sentimental, em sentido contrário ao racionalismo praticado por largas camadas católicas no século anterior. Isto possibilitara inclusive a convivência com a Maçonaria. Mas os tempos haviam mudado.” Romano, *Igreja contra...*, pp. 91;102.

²⁷⁸ *Ação Social* 23/12/1917, ano III, num 145, p.1.

²⁷⁹ Frei Cirilo la Rose. Sessão paga. Homilia das homilias. *A Opinião* 14/08/1907, ano I, num. 12, p. 2.

²⁸⁰ Sevry de Raisins. Homilias. *O Reporter* 08/09/1907, ano III, num. 36, p. 1.

²⁸¹ Sevry de Raisins. Homilias. *O Reporter* 18/08/1907, ano III, num. 30, p. 1.

²⁸² Idem. ; Frei Cirilo la Rose. Ainda as homilias. *A Opinião* 21/08/1907, ano I, num. 14, p. 2.

*protegida dele. Até os pecados pertencem aos padres, aos quais ele tem de confessá-los.*²⁸³

Os menores querem o templo amplo e forte da Venerável Ordem Terceira de São Francisco para atrair, embevecer o maior número possível de fiéis, acomodar a população qual ovelhas no redil, para doutrinar e contar, para promover reuniões, para ministrar os sacramentos, mecanismo de controle e de cômputo, a dar visibilidade à crença. “Assiduidade aos ofícios, práticas sacramentais, materialidade dos gestos, participação eclesial”, instrumentos que a Igreja se serve para quantificar a obra, pois é pelo número que ela é avaliada, viabilizando “a polícia da frequência, a carta da vitalidade teológica”²⁸⁴, ao mesmo tempo que “na regularidade das idas à igreja, na repetição familiar e precisa de certos ritos, assegura-se à massa uma espécie de experimentação domesticada dela mesma”²⁸⁵.

Os menores querem assumir o controle das cerimônias, da festa, para não só usufruírem do poder e prestígio advindos daí, mas principalmente querem a direção da representação, do espetáculo, ser a voz; se o enredo já está dado - as manifestações do sagrado na vida dos Patriarcas, na vida do povo eleito, no peregrinar do Filho por este vale de lágrimas -, querem determinar as marcações, ser o ponto, imprimir o ritmo, lento, evitando as “erupções súbitas”, o *tumultuar de pagode*, trabalhando pelo “retardamento da descarga”, mantendo o peso da distância para garantir a obediência.²⁸⁶ Afirmam o direito ao discurso religioso; no púlpito, na festa, no jornal...

O adversário sente o golpe, recua, reconhece o direito, busca o aval do clero nativo, de quem também detém a autoridade; “Nada menos que cinco sacerdotes respeitáveis pela idade, pelo saber, por peregrinas virtudes vieram trazer-nos palavras de conforto e animação, aprovando e louvando nossos intuitos, no ensinamento da sã doutrina evangélica

²⁸³ Canetti, Elias. *Massa e Poder*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 155.

²⁸⁴ Dagognet, *op. cit.*, p. 208. Em Staphorst, *op. cit.*, *passim*. ao final do relato do trabalho dos franciscanos em cada cidade por onde passaram, há um quadro estatístico com a evolução do número de *fiéis, batizados, casamentos, comunhões, extrema-unção*, desde a chegada dos frades até a época da coleta dos dados para o relato. Data do Concílio de Trento, a preocupação da Igreja em monitorar a vida de seus fiéis em registros a serem preenchidos pelos párocos, e enviados anualmente à sede da diocese. Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, “não só prescreveu a forma do *liber status animarum*, como forneceu as indicações sobre a maneira de redigir esses documentos.” Dagognet, p. 201. Quando assumiu o arcebispado de Mariana, D. Helvécio Gomes de Oliveira enviou aos vigários para ser preenchido o *Mapa Paroquial de 1922*. Ver anexo I.

²⁸⁵ Canetti, *op. cit.*, p. 20.

²⁸⁶ Idem, pp. 16-17; 23-24; 38-41; 154-155.

nestas despreziosas homilias, contra as quais se insurgiu aquele zelo farisaico...²⁸⁷. Na defensiva, apropria-se de argumentos utilizados pelos liberais²⁸⁸, contra aqueles que “dos porões dos navios”, enxotados da Europa, desembarcam aqui “em enxame negramente assustador, como fantasmas”, fantasmas de um tempo que não existe mais, essa terra não é mais uma terra de selvagens, mas país de “gente civilizada”, gente que já atingiu a maturidade e portanto os frades metem “medo somente às crianças”, aos ignorantes, aos que ainda não vivenciaram o processo civilizador. O brasileiro possui brio próprio, herdado dos primeiros habitantes dessa terra, “tem o sangue dos que nas selvas lutam corpo a corpo com o jaguar”²⁸⁹, é “cioso de suas liberdades”²⁹⁰. Não se curvará a esse imperialismo religioso, ao jugo desses alienígenas que debocham de nossas festas e que querem nos impingir festas ridículas, extravagantes, excêntricas aos costumes e tradições dessa terra;

“...piedoso e humilde frade franciscano, apelidou, num sarcasmo atirado às faces da educação religiosa deste povo, a nossa mais devota procissão - a do Enterro do Senhor - de carnaval religioso; o que não impediu que o mesmo e seus companheiros celebrassem à moda da terra deles, uma em que estandartes e andores de santos eram levados num préstito funambulesco, com público escândalo, por meninos vestidos à fantasia com roupas, calções, saiotas, capacetes e plumas de teatro!”²⁹¹

Volutas, rendilhados, balandraus, saiotas, asas, plumas, assimetria que diferencia as partes, verticalidade que transpassa o todo, irmandades e franciscanos tercem marcas a ver quem vara o ar, crava o solo, vibra a crença, traça as margens de uma fé que se quer militante, seja da construção de uma índole, seja na constituição de um exército,

²⁸⁷ Sevry de Raisins. Homilias. *O Reporter* 15/09/1907, ano III, num. 38, p. 1. O incômodo persiste, o golpe foi duro; passados três meses, ele busca um aval de peso. “Ouvimos, na primeira sexta-feira do mês, na igreja Matriz a pré-dica de exmo. Sr. bispo (do Paraná) D. João Braga, cuja orientação foi a que tem guiado as Homilias, pelo que nos congratulamos com nosso colega Sevry de Raisins (ele congratula-se com ele mesmo); esperamos agora o protesto do escrupuloso frei Círiolo, ao qual a doutrina episcopal não - *terá parecido ortodoxa*” Max Scorpio (Severiano de Resende). Culto divino. *O Reporter* 19/12/1907, ano III, num. 65, p. 1.

²⁸⁸ Romano, *Igreja contra...*, pp. 105-106.

²⁸⁹ Max Scorpio (Severiano de Resende). Cores perigosas. *O Reporter* 25/08/1907, ano III, num. 32, p. 2.

²⁹⁰ Sevry de Raisins (Severiano de Resende) Epistolas dominicais. *O Reporter* 07/02/1909, ano V, num. 11, p. 1. Severiano de Resende foi um dos primeiros membros da elite local a se aproximar dos franciscanos, oferecendo-se para intermediar a aquisição de uma casa para os freis, bem como convidando-os a assumirem o comissariado do Ordem Terceira e aulas no Instituto de Humanidades pertencente à ordem. Logo, atritos quanto à autonomia da irmandade na administração dos seus bens determinam o rompimento.

²⁹¹ Max Scorpio (Severiano de Resende). Culto divino. *O Reporter* 19/12/1907, ano III, num. 65, p. 1.

reafirmando continuamente as diferenças – estofa do mando -, que para uns se limitam às existentes entre ricos cultos e pobres ignorantes, e para outros se estendem a pastores mestres e rebanho crédulo.

Se anteriormente eram comuns os atritos entre o representante eclesiástico local e as irmandades²⁹² - “muitas destas (dificuldades) vinham - como até hoje, infelizmente! - das dissensões entre os párocos e as irmandades”²⁹³ -, no princípio do XX, o fato novo - liberta a Igreja do padroado -, é que agora esse representante reivindica autoridade em nome daquele que ocupa o trono infalível de São Pedro, daquele que percebe a instituição ameaçada e que para livrá-la do perigo, necessita imprimir outro ritmo, mobilizar massas, movimento delicado, porque portador de um grau considerável de imprevisibilidade, receio da violência que se aninha na massa, e de sua tendência – e a memória dos movimentos heréticos contra a autoridade dos bispos é viva – de almejar “a supressão das distâncias”. Imprescindível a obediência estrita, a submissão total do rebanho, para que condições razoáveis de segurança permitam novas adesões, o transbordamento sob controle²⁹⁴.

São João del Rei vive nesse momento - como de resto todo o Brasil -, o embate entre dois catolicismos - o leigo e o romanizado -, que não se entendem, que querem conduzir os fiéis cada qual por um caminho.

“Ontem, depois da missa cantada, perguntei ao sr. Secretário da confraria, qual era o giro antigo da procissão. (...) Combinei com ele que o giro seria esse./ Quando passava a procissão de frente da igreja de S. Francisco, vendo que a chuva estava a cair, mandei recado aos mesários que subissem pela travessa José Valério. Mais uma vez mandei o mesmo recado, e os mesários responderam que ‘estavam de acordo’. Não obstante, a procissão seguiu rumo ao Carmo./ Para não me submeter à descabida imposição que, com flagrante quebra da combinação firmada entre o

²⁹² Caio Boschi identifica, para o século XVIII em Minas, na questão dos emolumentos o motivo principal dos atritos. “Sentindo-se lesados em seus direitos paroquiais, os vigários das igrejas coladas de Minas Gerais fariam chegar a El-Rei detalhada representação na qual, sob a alegativa de denunciarem a perniciosidade e o espírito de autonomia das associações leigas da Capitania na celebração de ofícios religiosos, no fundo retratavam as dificuldades financeiras pelas quais eles passavam, finalizando por pleitear o fortalecimento das matrizes.” Boschi, Caio C., *op. cit.*, p.75.

²⁹³ As nossas Igrejas. *Ação Social* 02/07/1916, ano II, num 68, p.2.

²⁹⁴ “Nem sempre a Igreja pode permitir-se sustentar seu nobre retraimento, sua aversão à massa aberta, a proibição que impôs à sua formação. Há épocas nas quais os inimigos externos a ameaçam, ou nas quais a apostasia propaga-se tão rapidamente que só se pode combatê-la com os meios oferecidos pela própria epidemia. Em épocas assim, a Igreja vê-se obrigada a contrapor massas próprias às inimigas. Os monges transformam-se então em agitadores a atravessar o país pregando e convocando os homens a uma atividade que, em geral, prefere-se evitar.” Canetti, *op. cit.*, pp.154-157.

vigário e os mesários, com os acólitos e o pálio, pela travessa José Valério, subi para as Mercês./ Eis o fato tal qual se deu. Levo ao conhecimento de todos para me livrar da pecha de estroinice, autoritarismo, ou coisa assim./ Para muitos parece não ter o fato importância alguma, mas não é tanto assim. Houve desobediência formal às ordens do Vigário, cuja autoridade no caso, só um insensato ousará contestar. O vigário teve a delicadeza de combinar com a Mesa, na pessoa do digno secretário. Por duas vezes houve declaração de que estavam de acordo no que tinham assentado./ O vigário não pode fazer o que fez o seu antecessor o Revmo. Vigário Luiz José Dias Custódio que, em igual conflito, munido de arma de fogo e de força de polícia às suas ordens, fez valer o direito./ Mas os autores da anomalia foram intrujões, dissociados do vigário e da Mesa./ Com essa explicação fica lavrado o meu protesto, a fim de não ficar firmado o importuno precedente; mas pelo contrário voltemos às boas normas da ordem, harmonia e boa vontade de parte a parte./ Aponto os intrujões que tal fizeram à censura das pessoas dignas e gradas, e aos aplausos dos que fazem tão bons como tão bons”²⁹⁵

Corria o préstito conforme o combinado até que a chuva precipitou a desagregação; os *intrujões* romperam o acordo e direcionaram o cortejo para o Carmo. Atrás, para não se submeterem, o vigário e acólitos, sob a proteção do pálio, seguiram rumo às Mercês. Deslizando, em direção a ..., a procissão estende as distâncias, faz visível a hierarquia, expõe os lugares na ordem da importância, conta com uma obediência estrita ao firmado anteriormente, antigo como o desde sempre, que não se pretenda passar na frente, sem o que corre-se o risco do imprevisto deslocar, depor a autoridade. Pode-se afirmar que parte do cortejo não sabia o que estava acontecendo; fiéis, seguiram de boa fé os batedores. Outros, nos passeios junto às paredes, espectadores, provavelmente ficaram perplexos ou, cientes de uma memória de atritos entre irmandades e pároco, protegeram-se da perplexidade, mas não completamente, pois já não sabiam onde margear, a que margear, desligaram-se, desandaram para as casas e cafés, e “sem margem não há rio”, o rebanho não se forma.²⁹⁶

Emblemática da disputa acerca da delimitação dos direitos das irmandades e da ingerência do clero no seu funcionamento, é o *caso da Matriz da Glória*, ocorrido no Rio

²⁹⁵ Vigário Gustavo E. Coelho. Sessão paga – uma explicação. *O Dia* 29/09/1913, ano I, num 323, p. 1.

²⁹⁶ Ver Canetti, *op. cit.*, pp. 81-83.

de Janeiro, no início do século, entre o pároco e a irmandade do Santíssimo Sacramento. Tendo o arcebispo recebido denúncias graves contra a irmandade, nomeou comissão para averiguar a procedência das mesmas, o que provocou a fúria dos irmãos que rechaçaram a comissão e ameaçaram o vigário. Este, “para manter o princípio de autoridade e o livre exercício de suas funções paroquiais”, recorreu ao poder judiciário. Derrotado na primeira decisão, levou o caso à corte de apelação.

“A discussão esteve muita animada e versou sobre questões interessantes, quais as da manutenção da quase posse dos direitos pessoais, da natureza perpétua dos sodalícios católicos cujos estatutos ou compromissos dependem da aprovação eclesiástica, e cujos bens constituem fundações para fins pios e caritativos, e do inegável direito que à autoridade eclesiástica assiste de intervir até mesmo na administração de tais sodalícios, sempre que demonstrem tendência de desvirtuamento dos fins para que foram criados.”²⁹⁷

Um lamenta não poder mais se utilizar do braço armado secular para *fazer valer o direito*; o outro recorre às barras da justiça civil para *manter o princípio de autoridade*. Dificuldades de um clero que - dada a separação Igreja-Estado -, por vezes, se sente impotente para, com seus próprios meios, assumir a plena direção das associações religiosas leigas, exigência da romanização. Melindres de uma Igreja que se quer fazer presente através da mobilização de seus fiéis, mas que se vê às voltas com a rebeldia destes. Para a instituição estava colocado o desafio de se evitar tanto a excomunhão e interdição das confrarias rebeldes - estímulo aos ressentimentos e às defecções nas fileiras do partido católico, traduzidas, pelo irmão terceiro, *pela necessidade de represálias em admoestações injustas* -, como também evitar remeter ao poder civil a resolução dos litígios - ofensa ao direito eclesiástico e enfraquecimento da autoridade/independência da instituição.

Caminho de uma negociação delicada, em que o bispo reivindica para si a autoridade de mediar os atritos, com o intuito de assegurar a obediência dos leigos, reafirmar a hierarquia frente ao clero, preservar a independência da instituição e evitar o descaminho do rebanho. A afirmação desse lugar transparece no texto da *Pastoral Coletiva dos Bispos da Província do Sul do Brasil*, de 1911 - ancorado nas as determinações da Bula de Clemente IX, de 1704 -, reproduzido parcialmente pelo vigário no *Ação Social*, onde é

ressaltada a necessidade da aprovação pelo bispo dos *compromissos* das confrarias, bem como de qualquer modificação ou acréscimo neles, “embora isto não venha explícito nos mesmos compromissos”(1269). (...) Sem a autorização e aprovação do Bispo, de nada valem resoluções de mesas administrativas com o intuito de alterarem ou modificarem a sua lei, estatuto ou regra.”²⁹⁸ Assim como transparece no diálogo entre o arcebispo de Mariana, e o irmão terceiro, Severiano de Rezende:

“- Tens prestado bons serviços à causa católica; porém és exagerado e injusto em alguns conceitos, especialmente sobre associações religiosas.

“- Tenho minhas razões, sr. arcebispo; e receio muito do predomínio delas em prejuízo dos nossos direitos civis.

“- O que podem fazer pobres e humildes frades? Ainda que tenhas razão, ressentimentos, quanto a um ou outro, num caso individual, não envolva e nem condene associações, que prestam inestimáveis e grandes serviços à religião e à sociedade.”²⁹⁹

Severiano Nunes Cardoso de Resende, branco letrado, deputado provincial pelo partido Conservador, membro da Constituinte estadual republicana, chefe do partido local de oposição, titular de uma coluna semanal sobre religião em um dos jornais locais, ex-secretário da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, funcionário graduado da E. F. Oeste de Minas, invoca os *direitos civis* - cuja defesa o leva, no limite, a apelar para um catolicismo privatizado - em sua resistência ao projeto ultramontano de submissão total do

²⁹⁷ *Correio da Manhã* citado em O caso da Matriz da Glória. *Ação Social* 06/02/1916, ano I, num 47, p.2.

²⁹⁸ Vig. Gustavo E. Coelho. *Ação Social* 22/10/1916, ano II, num 85, p.1.

²⁹⁹ Diálogo narrado por Severiano de Resende, por ocasião de seu encontro com o arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, no convento dos holandeses, onde hospedou-se o arcebispo. Severy de Raisins. *Epístolas dominicais. O Reporter* 07/02/1909, ano V, num. 11, p. 1. A reprimenda/estratégia surtiu efeito momentâneo, em suas *Epístolas dominicais de 21/02/1909*, Severiano de Resende, após criticar imprensa que louva o trabalho das missões protestantes, faz o elogio dos “padres católicos, instruídos, com excepcional cultivo em artes e letras, bons propulsores da instrução, sucessores *alguns* (itálico meu) daqueles missionários das selvas a que o Brasil...”; a *culta sociedade* comenta; no artigo seguinte, de 28/02/1909, nega que tenha se retratado: “Não beijemos o cordão de frei Cirilo, a encarnação da intolerância e do fanatismo, digno discípulo de Torquemada, que nos mandaria, se pudesse, queimar por mínima falta disciplinar - curvemo-nos reverentes diante do sacerdote, apóstolo do bem...”, para, passada a zonzeira, readquirida a confiança na solidariedade dos confrades, colocar-se a campo novamente “Em nenhuma parte de Minas, como em São João del Rei, existem corporações religiosas tão bem organizadas, obedecendo a um compromisso e seguindo regime administrativo sério e regular, nem mesmo na sede do bispado. (...) A Ordem de S. Francisco, a dos portugueses de sangue sem mistura, só admite como irmãos os brancos. (...) No correr dos anos este capricho, em contrário aos preceitos evangélicos e à índole da própria Ordem, que assenta suas regras na humildade,

fiel ao clero, o que aproxima o irmão terceiro do projeto liberal de “anulação da Igreja na cena pública e nos assuntos seculares.”³⁰⁰

Tirar o bloco da praça iluminada por lâmpadas de arco voltaico seria apartar-se do século e encerrar a religião qual moribundo na agonia. “Inútil, pois, ordenar à Igreja que se recolhesse totalmente à particularidade das consciências individuais, mormente quando começava a recuperar audiência mais ampla. Renegar seu ser público seria renunciar a si mesma.”³⁰¹

Afável a puxar a orelha do irmão terceiro, pessoa, mas tendo o cuidado em não tomar o jardim da venerável ordem, o paternal arcebispo de Mariana desloca a querela para o terreno pessoal, buscando preservar a unidade das fileiras católicas. D. Silvério Gomes Pimenta apresenta, por sua atitude, o desafio colocado para os holandeses - enquanto mensageiros de um novo discurso/prática da Igreja - na cidade - desafio compartilhado pelos agentes da romanização: exercer a cura das almas sem perdê-las, manter sob controle o estranhamento para, aos poucos, transmutá-lo em identidade, recriar um sentido de ser cristão que não pode ser alheio nem confundir-se com os modos de ser cristão da *Católica*. Projeto leonino de transformar os membros católicos de uma elite em vanguarda da nova causa católica.

Se as irmandades atravessam o século XIX silenciadas pelas lojas maçônicas, emergem bruscamente, de modo significativo, na “questão religiosa”. Pois a participação de maçons no interior delas sugere sua importância, enquanto lugar/fonte de prestígio e poder, seja considerando pretensões individuais, seja admitindo um plano maçônico de infiltração nas fileiras religiosas; mesmo porque o próprio fato da Sé romana se preocupar em assumir o controle das irmandades é indicativo de que essa forma continuava sendo percebida, no mínimo, como potencialidade.

não pode sustentar-se e diversas concessões (itálico meu) fizeram-se...” Epístolas dominicais. *O Reporter* 04/04/1909, ano V, num. 27, p. 1. Tempos idos, tempo presente.

³⁰⁰ Romano, *Igreja contra...*, p. 106.

³⁰¹ “A comunidade eclesiástica, pelo simples fato de continuar existindo, obstava a divisão radical entre domínio privado, onde reina o indivíduo, e o público, onde se estabelece o espaço da cidadania. Ela não se entende como soma de indivíduos, nem como conjunto de cidadãos, mas como congregação hierárquica na qual os membros se unem ao redor de um culto visível, de uma autoridade pública e de práticas sociais ostentando o caráter decidido de expressão direta da fé. *Certitudo salutis*, para o católico, é mover-se no plano visível da vida comunitária, orientada para absorver o indivíduo na família, nos corpos intermediários, na natureza. (...) Um catolicismo puramente ‘espiritual’ e limitado ao plano da consciência invisível dos átomos sociais é um círculo quadrado.” *Idem*, p. 105.

Chama a atenção a importância dada pelo papa Leão XIII (1878-1903) à ordem terceira franciscana. Na Encíclica *Auspicato Concessum* (17/09/1882)³⁰², aproveitando-se da proximidade do sétimo centenário do nascimento do *poverello* de Assis, Leão XIII estabelece uma analogia entre o tempo em que viveu o santo e o final do século XIX, convocando os fiéis - num momento em que as ordens primeira e segunda “se acham sob imerecido vexame” (27) - a fazerem reflorir a ordem terceira secular³⁰³.

A imagem é o afresco de Giotto, visão de Inocêncio III, Francisco a escorar uma igreja prestes a desmoronar, solapada por uma sociedade corrompida pelos sentidos, pelo apego às coisas humanas, pelas falhas d“aqueles que, por dever de ofício, deveriam ser o exemplo e os mestres dos outros” (9), pela guerra intestina entre cidades, pela “multiforme heresia dos Albigenses (que), espalhando sementes de rebelião contra a Igreja, desarranjava ao mesmo tempo as ordens civis, e aplainava o caminho para uma espécie de *Socialismo*” (21)³⁰⁴.

Leão XIII empenha-se pela recriação da escora franciscana, pois “os tempos se assemelham”, a sociedade deixa-se hipnotizar pelas “comodidades terrenas”, pelos “prazeres sensuais” (21), o *Naturalismo* ateu debocha da autoridade da Igreja, o *Socialismo* incita à revolta, ao “ódio entre as diversas classes sociais” (24). Exorta “aos fiéis não terem dificuldade de dar seu nome a esta santa milícia de Cristo” (26), a imitar o exemplo do Seráfico Pai, exemplo de fé, de piedade, de caridade, de respeito à pobreza, de convívio fraternal, de submissão à autoridade, colaborando assim na grande obra de reforma dos alicerces, de restauração da ordem cristã.

Ao apor uma visão crítica à idade média, de algum modo Leão XIII está descartando a restauração da sociedade daquele tempo como ideal da recristianização do seu tempo. Se, no entender dele, a prática franciscana - prática laica - foi eficaz na

³⁰² Leão XIII. *Auspicato Concessum*. Documentos pontifícios, n. 92, Petrópolis, Vozes, 1953, pp. 3-15.

³⁰³ Sobre a inserção da ordem terceira franciscana no catolicismo social francês do fim do XIX, ver Mayer, Jean-Marie. *Tiers ordre franciscain et catholicisme social en France à la fin du XIX^e siècle*. In: *Catholicisme Social et Démocratie Chrétienne*. Principes romains, expériences françaises. Paris, les éditions du CERF, 1986, pp. 193-207.

³⁰⁴ O papa não cita, entre os males do XII e XIII, a luta entre Papado e Império. Nesse terreno, os tempos não se assemelham. O Papado não mais concorre com o Império, mas reconhece os Estados constituídos - reivindica, sim, sua soberania temporal num espaço restrito, o fim de sua condição de “exilado” no Vaticano. Mais, coloca-se como garantia desses Estados, conclamando-os a reconhecerem a origem divina do poder temporal - esteio da desigualdade social -, pois “pela sua virtude divina a religião lhes (aos Estados) prepara preciosas garantias de ordem pública e de estabilidade.” Leão XIII. *Diuturnum Illud* (29/06/1881). (2), Documentos pontifícios, n. 12. Petrópolis, Vozes, 1946, p. 4.

restauração da ordem cristã daquele tempo, dos alicerces da instituição, caberia à Igreja do seu tempo uma mobilização semelhante, a formação de um laicato de vanguarda capaz de debelar a *crise* em novo registro, pois os tempos não se assemelham totalmente.

Através da Constituição Apostólica *Misericors Dei Filius* (30/05/1883)³⁰⁵, reforma a regra da ordem terceira secular³⁰⁶, adaptando “à hodierna maneira de viver as antigas leis, modificando-lhes alguns capítulos” (7), para, atualizada, “ajudar a vencer o contágio dessas seitas detestáveis”³⁰⁷. Todos os sucessores de Leão XIII, no período em foco - Pio X, Bento XV, Pio XI - irão reforçar esse estímulo a que a ordem terceira desempenhasse papel relevante na recristianização da sociedade.

Não será correto entender a postura dos holandeses para além dos interesses particularizados, das disputas pessoais, como postura em sintonia com essa orientação e visão romanas? O sentimento - mais do que apelo racional - experimentado por eles - depois dos vexames passados da expulsão, das perseguições - não terá sido o de convocados a uma missão fundamental - compartilhada com o Pai fundador - de reestruturadores da ordem terceira vocacionados a imprimir-lhe uma feição hodierna, de elementos diretores do novo papel a ser exercido pela ordem secular, de convocados a transmutar o aparato solene, pomposo e sectário em organização eficaz e ampla de combate ao inimigo e escora da instituição? A briga entre irmãos :

“- Oh! Este quadro é lúgubre, tem alguma cousa de fúnebre; quem são estes agora?

- Repara, todos vestidos de hábitos e capas negras.

- Parece uma procissão de penitência.

³⁰⁵ Leão XIII. *Misericors Dei Filius*. Documentos pontifícios, n. 92. Petrópolis, Vozes, 1953, pp. 16-19.

³⁰⁶ A regra anterior à reforma de Leão XIII, foi estabelecida por Nicolau IV, em 1289. A regra leonina está dividida em três capítulos: o primeiro trata das condições de *admissão*, *do noviciado e profissão*; o segundo, *do modo de viver* que os terceiros devem observar, o terceiro, *dos ofícios da visita e da própria Regra*, ou seja, da organização e direção da ordem, ou, segundo os freis, “determina-lhe, a relação de dependência com a Primeira Ordem”, mas o texto não entra em detalhes, embora coloque nas mãos do Visitador (espécie de inspetor anual dos negócios e procedimentos da ordem e exclusividade das ordens regulares), o poder de repreender, expulsar, comutar obrigações. Pio X, na *Carta Apostólica* de 04/10/1909, “declara a Ordem Terceira para sempre unida aos três ramos da Primeira e à Terceira regular, de modo que às Ordens regulares de São Francisco está confiada a direção da Ordem 3^a, e os Superiores daquelas, gerais, provinciais e locais, pela autoridade de seu cargo, o são também da Ordem 3^a secular.” Fr. João Maria, ofmc. *Guia dos Terceiros Franciscanos*. Bahia, tipografia S. Francisco, 1920, p. 135 (A procedência da fonte sugere uma disputa entre regulares e leigos, pelo controle da ordem terceira, que não é específico ao corte da pesquisa.).

³⁰⁷ Leão XIII. *Humanum Genus*, (30). Documentos pontifícios, n. 13. Petrópolis, Vozes, 1948, pp. 3-29. Falta um estudo minucioso da reforma de Leão XIII, dos ritos internos das duas organizações, do perfil de seus membros, de sua interferência na vida da comunidade.

- Vêm divididos em dois grupos, que parecem separados em campo oposto como em guerra aberta, apesar de se dizerem irmãos.

- Irmãos?!

- Sim; não estás vendo, são os franciscanos. Afastemo-nos um pouco e observemos.

O grupo avança, dividindo-se um para a direita e outro para a esquerda, olhando-se com rancor e sobrolhos carregados...³⁰⁸;

não informa desse estranhamento, entre duas visões do que venha a ser uma ordem terceira secular, ou melhor, entre a ordem terceira dos franciscanos e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco?

A construção que fazem de uma comunidade que perdeu a seriedade, a compostura, que desrespeita as manifestações religiosas, os símbolos sagrados, não serve a ambos os lados - justificativa de interferência na comunidade; de um lado, recuperar o prestígio e poder de tempos idos; de outro, introduzir nova direção - e, nesse sentido, inquestionavelmente adquire o estatuto de realidade, de observável, e por isso explique a aproximação de início, efêmera, conturbada, pois logo se percebe que se estava lidando com “víboras”³⁰⁹, que não era por “amizade”, mas por “necessidade”³¹⁰? Os terceiros têm necessidade de primeiros virtuosos, cumpridores dos deveres estabelecidos no *compromisso*, sacerdotes zelosos a ungir a distinção e venerabilidade dos irmãos leigos; os primeiros querem os terceiros seus, sob seu comando, disciplinados, selecionados pela disposição em perfilarem na infantaria. “O primeiro tem os seus *terceiros*, que são a guarda avançada da Igreja, na única solução que comporta a tremenda questão social.”³¹¹

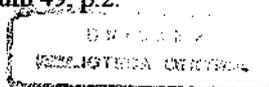
As dificuldades de relacionamento entre as ordens se estendem por todo o período. Em 1923, os freis criam a sua ordem terceira; somente em 1926, pressionada pelo novo arcebispo de Mariana, D. Helvécio Gomes de Oliveira, a Venerável Ordem Terceira de S.

³⁰⁸ José da Serra. S. João del Rei - Revista em diversos quadros. *O Reporter* 23/07/1905, ano I, num. 28, pp. 1 e 2.

³⁰⁹ Max Scorpio (Severiano de Resende). *Linhas e sublinhas*. *O Reporter* 25/10/1908, ano IV, num. 85, p. 1.

³¹⁰ “Entre os mesários havia Coronel Severiano de Resende, naquele tempo ainda um político de peso aqui na cidade. Provavelmente aconselhada por este, e por necessidade, mas certamente não por amizade, a V.O.T. veio bater na nossa porta. O convite foi aceito, e frei Patrício Meier começou a funcionar como comissário provisório.” Beaufort, *op. cit.*, p. 7.

³¹¹ João do Norte. *Meu cantinho*. *Ação Social* 20/02/1916, ano I, num 49, p.2.



Francisco de S. João del Rei conforma seu compromisso à reforma leonina³¹². Mas, desde os primeiros anos desse convívio conflituoso, estava claro para os menores que não poderiam contar com o engajamento das confrarias na nova causa católica³¹³. Não obstante a proposta leonina, as esperanças da Igreja para enfrentar a questão social estavam colocadas em outro tipo de associação. Nesse sentido, as irmandades pertenciam ao passado.

³¹² Sambek, *op. cit.*, p. 20. Em outubro de 1999, o bispo D. Waldemar Chaves de Araújo interditou a igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, declarando à imprensa: “Será convocada uma assembléia geral para a eleição de uma nova Mesa Administrativa, que esteja em harmonia com a paróquia e com a diocese, pois a atual estava desobedecendo normas diocesanas”. Bispo decreta interdição. *Gazeta de S. João del Rei* 02/10/1999, ano II, num 63, p. 3.

³¹³ “...e, no dia 20 (sic) de dezembro de 1908, após um discurso de Frei Cândido, foi instalada solenemente a U.P.C. e logo lhe aderiram todas as associações católicas de São João, menos algumas Irmandades e Ordens Terceiras.” Staphorst, *op. cit.*, p. 84.

IV - As *seletas falanges* de Cristo

“Frei Cândido Vroomans foi o primeiro franciscano sobre quem pus os olhos. Vi-o em 1914 (...) Encantou-me sua alegria, sua jovialidade (...) Nele havia a santidade dinâmica e jovial. Perfeito filho de Francisco de Assis. Não se lhe percebia um defeito, uma falha. (...) A julgar pelo que se via, Frei Cândido fazia sozinho maior apostolado externo que todos os seus coirmãos em São João del Rei”³¹⁴.

Um dos primeiros frades holandeses a chegar em São João del Rei, frei Cândido Vroomans, 36 anos em 1904, viveu 21 anos em São João, ao longo dos quais desenvolveu intenso trabalho social. A imagem dada pelas fontes é de um dinamo franciscano. Em 1906, cria uma “Associação de soldados” tendo com objetivo “melhorar um pouco a triste situação moral entre os militares”³¹⁵; em 1907, funda a “Associação Católica Operária”, formada principalmente por ferroviários e, em 1908, anexa-lhe uma biblioteca, com o intuito de elevar o “nível intelectual, moral, religioso e técnico do operariado. Muitos deles não conhecem seus direitos e tampouco seus deveres. Além disso, a alta indústria está crescendo e muitos estrangeiros trazem suas idéias socialistas e anarquistas. Daí tem-se dedicado Frei Cândido desde o começo de sua estadia em São João ao trabalho social”³¹⁶. Em 1908, atendendo à convocação do arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, a todos os religiosos de Minas, funda a associação para católicos leigos, “União Popular do Brasil” em São João del Rei. No mesmo ano, o “Club de Comédias”, depois, “Club Dramático União Popular”, “cujo escopo é arredar a mocidade do caminho do vício e traçar-lhe a regra que deve seguir no cumprimento dos deveres para com Deus e para com a sociedade”³¹⁷.

Em 1910, é escolhido assistente eclesiástico do Centro da União Popular do Estado de Minas Gerais. Através da União Popular de São João, em 1912, cria, no bairro das fábricas, o “Albergue Santo Antônio”, estabelecimento destinado “à pobreza desvalida e mais a dar trabalho aos desocupados desta cidade”³¹⁸; em 1915, o jornal “Ação Social”,

³¹⁴ Lara, *op. cit.*, pp. 70-71.

³¹⁵ Staphorst, *op. cit.*, p. 83.

³¹⁶ *Idem.*

³¹⁷ Carta de 15/02/1916 in: *Caderno Tio (trechos do Caderno de Apontamentos de frei Cândido Vroomans)*, p. 187.

³¹⁸ *Idem*, carta de 15/01/1919, pp. 246-247.

cujo cabeçalho trazia: “Semanário, cujo alvo é trabalhar na realização dos princípios da sociologia cristã e na defesa das classes operárias”; em 1923, o “Liceu de Artes e Ofícios”, anexo ao Albergue, “porque a maioria das crianças, principalmente aquelas que trabalham na fábrica, não freqüentam a escola, nem podem freqüentá-la (...)”³¹⁹ Auxiliar direto do pároco, “muitos sanjoanenses guardaram a lembrança da atuação de Frei Cândido durante a inundação que assolou nossa cidade em 1917 e no socorro aos necessitados, em 1918, quando grassou em São João del-Rei a chamada ‘gripe espanhola’”³²⁰.

As fontes também ressaltam a luta inglória de frei Cândido por caixas de socorro aos operários incapazes de trabalharem por invalidez ou velhice. Essa é a obra destacada: escola, albergue, sindicato, jornal, teatro. Não sabemos os motivos que levaram seus superiores a tirarem da Holanda e enviarem para o Brasil, esse dínamo franciscano. O certo é que ele trazia da Europa a experiência de militante no catolicismo social holandês, atuando junto aos lavradores de Megen, através do jornal “Maas en Waalsche Courant”³²¹.

Jean-Marie Mayeur, em seu livro sobre o catolicismo social e a democracia cristã³²², adverte para a necessidade de se precisar termos que, vulgarizados pelo uso corrente e manipulados pelos sujeitos em sintonia com os engajamentos na época vivida, acabam por adquirir um significado demasiado amplo que, antes de esclarecer, obscurece, encobre suas raízes.

Tal é o caso do *catolicismo social*, termo aparentemente pleonástico, referência ao próprio existir social da Igreja, sua influência e penetração no interior da sociedade, abordagem que impede sua apreensão no sentido preciso de uma doutrina, com um programa definido que, se largamente devedor dos ensinamentos sociais da Igreja, não se confunde com eles, pois em gestação no diálogo constante desses ensinamentos com as práticas e reflexões dos agentes católicos do século XIX, inquietos com o mundo nascido da Revolução de 89 e do avanço da industrialização.

³¹⁹ Idem, carta de 19/02/1919, p. 261.

³²⁰ Cintra, Sebastião de. *O. Galeria das Personalidades Notáveis de S. João del-Rei*. São João del-Rei, FAPEC, 1994, p. 68.

³²¹ Staphorst, op. cit., pp. 82-84.

³²² Mayeur, J-M. *Catholicisme Social et Démocratie Chrétienne - Principes romains, expériences françaises*. Paris, CERF, 1986. O texto a seguir é uma síntese das idéias expostas pelo autor na introdução e nos capítulos primeiro e terceiro, pp. 7-38; 47-65; com algumas interferências de outros autores e de editoriais do jornal *Ação Social*.

Detecta o autor, em meados do XIX, o emprego de dois tipos de expressões - indicativas de concepções opostas -, que não raro foram obliteradas pelo termo *catolicismo social*. Trata-se, por um lado, de expressões construídas em torno da palavra *economia*: *economia política*, *economia social cristã*; adotadas por aqueles que não questionavam radicalmente o liberalismo, mas que pretendiam corrigi-lo. Já os adversários do individualismo e do capitalismo liberal recorriam à palavra *socialismo*: *socialismo cristão*, *socialismo católico*. Paralelamente a estas expressões, surgiam menções a um *cristianismo social*, expressão que, em fins do XIX, foi utilizada indistintamente ao lado de *catolicismo social* e *socialismo católico*.

Mas, particularmente nos países latinos, o medo despertado pela palavra *socialismo*³²³, com sua conotação de destruição da ordem, progressivamente incorporada após 1848, fez com que o *socialismo católico* fosse abandonado, enquanto afirmava-se entre os católicos a opção por *catolicismo social*. Por outro lado, se na Alemanha, Áustria-Hungria, Suíça alemã, o termo *christlich-sozial* teve aceitação considerável - possibilidade da colaboração, ainda que limitada, entre católicos e protestantes em associações interconfessionais para fazer frente aos sindicatos social-democratas -, na França, Bélgica e Suíça de língua francesa, *cristianismo social* já desde antes designava um movimento proveniente dos meios reformados; assim, a opção por *catolicismo social* dissipava qualquer ambigüidade e afirmava seu caráter confessional³²⁴.

Mayeur destaca a contribuição fundamental de dois livros clássicos acerca da doutrina social católica - *Autour du catholicisme social* (1897-1912), de Georges Goyau, e *Le développement du catholicisme social depuis l'encyclique 'Rerum novarum'; idées directrices et caractères généraux* (1900), de Max Turmann -, para a consagração do termo e seu predomínio sobre os outros até o Concílio Vaticano II, consagração e predomínio que são reforçados pelas severas restrições impostas à *democracia cristã* - termo que surge em

³²³ “Quando dizemos que pertence à essência do socialismo que a regularização da ordem econômica deve estar nas mãos da comunidade, então torna-se claro que qualquer sistema de reforma social ainda não é o socialismo. Por isso Lacordaire, falando em três espécies de socialismo: o socialismo *ateu*, *o falso* e *o cristão*, deu no tempo dele à palavra *socialismo* um sentido que hoje não tem mais nem pode ter”. *Socialismo. Ação Social* 09/01/1916, ano I, num 43, p.1.

³²⁴ Mayeur, *op. cit.*, pp. 7-8.

1848 e experimenta considerável sucesso na década de 1890 - pela encíclica *Graves de communi* (1901)³²⁵.

Se diversos os termos num primeiro momento, também múltiplas as iniciativas e idéias, conjunto desprovido de coerência ideológica que marca as atitudes dos católicos no campo social desde a década de 1820 até a *Rerum novarum*, ocasião em que Roma realiza uma “síntese doutrinal, das pesquisas e das iniciativas diversas, das quais ela não assume mais que uma parte, abandonando, de resto, as questões em aberto. Desde então, o catolicismo social é, graças à extensão e importância cada vez maiores do papel do magistério, uma peça mestra do projeto romano de ‘nova cristandade’. De Leão XIII a Pio XII, se afirma com uma coerência crescente a ‘doutrina social’ da Igreja.”³²⁶

Doutrina que não se confunde com uma outra, anterior e paralela, ancorada na assistência social, nas obras de beneficência e caridade. Prática mais ousada e mais ampla, porque imbuída do objetivo de solucionar a *questão social* - termo corrente no século XIX - , “isto é, o conjunto dos problemas nascidos da revolução liberal e da industrialização. Isto porque o catolicismo social não se limita ‘à doutrina da Igreja sobre a melhoria das classes populares’³²⁷. Desde suas origens, ele está impregnado de um projeto global de sociedade. Ele pode, durante todo um período, colocar sua ambição principal na melhoria da sorte das classes populares, depois da condição proletária. Mas sua verdadeira dimensão é mais ampla.”³²⁸

Está no centro das preocupações de Mayeur contestar a vinculação do catolicismo social com o catolicismo liberal do século XIX, catolicismo transigente com o mundo nascido da revolução de 89, simpático à república e à democracia representativa, bem como rechaçar aqueles “estereótipos que opõem, de um lado, o católico liberal, democrata, de esquerda, socialista, e, de outro, o católico de direita, conservador, reacionário, integrista, o que por vezes torna difícil a compreensão da realidade do catolicismo social. Seria ele de esquerda ou de direita, conservador ou progressista, liberal ou antiliberal? A formulação dessas questões somente testemunha os limites de uma interpretação dualista, mais ainda,

³²⁵ Idem, p. 8.

³²⁶ Idem, p. 9.

³²⁷ Citação de Boris Mirking-Guetzevitch e M. Prélot, p. VIII, no prefácio à obra de J-B Duroselle. *Les débuts du catholicisme social en France (1822-1870)*. P.U.F., 1951.

³²⁸ Mayeur, *op. cit.*, p.9.

os equívocos daqueles que se utilizam de modelos de explicação próprios à compreensão das lutas políticas e ideológicas da França contemporânea.³²⁹

Para Mayeur - e há toda uma vertente da historiografia acerca do catolicismo social que defende esse vínculo³³⁰ - o catolicismo social tem suas raízes no catolicismo intransigente, integrista, contra-revolucionário, fundado “na rejeição total da sociedade nascida da Renascença, da Reforma e da Revolução, dominada pelo individualismo e pelo racionalismo, pela secularização do Estado, das ciências e do pensamento. J. de Maistre, Bonald, o primeiro Lamennais, ao tempo da Restauração, Veuillot, Blanc de Saint-Bonnet, Donoso Cortés, depois da crise de 1848, são os representantes mais ilustres de uma tradição que pode ser estendida sem solução de continuidade até o Maritain de *Antimoderne*.”³³¹; catolicismo nostálgico de uma sociedade rural, anticapitalista, “monarquia cristã e popular”, organizada nos moldes corporativos do medievo, tradicionalismo de uma aristocracia e de um clero que “nutriam o projeto de uma aliança com o ‘bom povo’, indene ao contágio revolucionário, contra a burguesia liberal.”³³²

Se inquestionável a dívida do catolicismo social para com o renascimento do tomismo - “a começar pela reflexão capital acerca da noção de bem comum” -, sugere o autor que o retorno a Santo Tomás, longe de enfraquecer os intransigentes, não só ajustava-se ao elogio destes à organização social medieva, como fortalecia o tradicionalismo ao

³²⁹ Idem, p. 13.

³³⁰ “Contrariamente ao que se poderia pensar, não era nos meios mais abertos à democracia política - os católicos liberais na França ou na Bélgica, os *transigenti* na Itália - que se encontravam os católicos sociais do final do período do pontificado de Pio IX e do início do de Leão XIII, mas entre os adversários mais ferrenhos do liberalismo - que, à primeira vista, surgem como ‘reacionários’, fato, sob vários aspectos, efetivamente inegável. Esse fenômeno, aparentemente desconcertante, pode, no entanto, ser compreendido a partir de um exame mais atento. Muitos desses pioneiros do catolicismo social provinham da aristocracia rural, menos engajada nos negócios do que os católicos liberais e, portanto, menos sensível ao famoso imperativo da ‘lei de bronze’ das exigências da concorrência. Mais importante ainda era o fato de os católicos sociais das décadas de 1860 a 1890 encararem a ação social - concebida quase sempre dentro de uma perspectiva bastante paternalista - como um meio de conseguirem a adesão das massas populares para a sua causa, para a sua luta contra a oligarquia burguesa anticlerical, por eles duplamente detestada: porque era anticlerical e porque pretendia substituir as antigas autoridades sociais pelo poder do dinheiro. Compreende-se então o fato de as preocupações dos católicos sociais terem sido inspiradas por um ideal nostálgico de volta ao passado patriarcal e corporativo, muito mais do que por uma adaptação realista à nova e irreversível situação criada pela revolução industrial.” Aubert, Roger. *Os Inícios do Catolicismo Social*. In Rogier, Aubert & Knowles (orgs.) *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1975, tomo I, vol. V, pp. 141-142.

³³¹ Mayeur, *op. cit.*, p. 21.

³³² Idem, p. 23

conferir-lhe “não só uma maior coerência teológica, mas também política e social” nos enfrentamentos com o pensamento moderno e com o individualismo.³³³

Essa raiz antiliberal comum a todas as tendências no interior do catolicismo social, levou seus agentes a buscarem uma via alternativa ao liberalismo e ao socialismo - “filho legítimo do liberalismo e da desgraça popular, mas tal pai não quer reconhecer tal filho”³³⁴. Foi na construção desse outro caminho, lado a lado à constatação do vigor do capitalismo e de suas estruturas secularizadas, que as rupturas se deram e se aprofundaram. Oskar Köhler ressalta o dilema do catolicismo social ao se ter presente “que uma realização de tal projeto (global de sociedade na linha da organização corporativa) significa a supressão da sociedade capitalista de classes e, portanto, não poderia impor-se sem uma revolução da sociedade”³³⁵.

O movimento é enquadrado em duas grandes tendências, cada qual com suas nuances internas; uma que, na tradição reacionária, rejeita por inteiro a ordem econômica e social - e que não se furta a realizar aproximações com a extrema esquerda. Outra, que opta pelo caminho da reforma, que já não condena o capitalismo como um todo, mas seus abusos, seus excessos; no interior desta última, inclusive, surge uma ala de democratas cristãos, que aderem à estrutura política liberal: sufrágio universal, soberania popular, liberdade de pensamento e expressão, separação entre o político e o religioso, ala que a partir desse momento passa a se reconhecer na linhagem do catolicismo liberal.³³⁶

Os vários ensaios do catolicismo social - particularmente na Alemanha, França, Itália, Bélgica e Áustria - em esboçar referências para a construção de uma ordem social cristã estavam representados por diversos *circulos de estudos*, cujas idéias eram divulgadas e debatidas por uma rede de publicações católicas, e, desde 1884, sob o patrocínio de Dom Mermillod, em Fribourg, na *Union catholique d'études sociales et économiques*, assim como nos congressos internacionais de Liège, dos quais o de 1890, expôs claramente as discordâncias no interior do catolicismo social acerca da intervenção estatal na vida econômica.

³³³ Idem, pp. 24-25.

³³⁴ Socialismo. *Ação Social* 09/01/1916, ano I, num 43, p.1.

³³⁵ Köhler, Oskar. El catolicismo en la sociedade global. In Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, 1978, tomo VIII, pp. 303-304.

³³⁶ Mayeur, *op. cit.*, pp. 32-36.

Paralelamente aos grupos de estudos - e às *escolas* que surgiram a partir deles - foram fundadas organizações, ao lado de sindicatos e partidos políticos, visando coordenar a ação dos católicos leigos no terreno social. Organizações como a *Opera dei Congressi*, de 1875, “cujos animadores eram acirradamente hostis ao Estado liberal”, responsável, a partir do congresso de Bérgamo de 1877, por “toda uma rede de obras com características econômicas e sociais que visavam a ir ao encontro das diversas necessidades das classes populares. Foi também no seio da *Opera dei Congressi* que começou a ser elaborada na Itália uma ‘sociologia’, como se dizia na época, em que se dava ênfase às exigências da moral e da religião em relação aos interesses materiais, e cujo representante foi o professor G. Toniolo”³³⁷. Na França, Albert de Mun criou, em 1871, a *Oeuvre des cercles catholiques d’ouvriers*, obra que conjugava “a hostilidade ao espírito de 1789 e a nostalgia da ordem social dos séculos anteriores”³³⁸, com a defesa de uma legislação social que protegesse os trabalhadores, vistos como a parte mais fraca da sociedade³³⁹. No entanto, a mais célebre e a que maior influência exerceu em outros países, foi a alemã *Volksverein für das Katholische Deutschland*, de 1890, “ampla associação de massas...” - “com seções para as classes médias e para os agricultores, mas se preocupava sobretudo com o movimento operário”³⁴⁰ - que desenvolveu “uma intensa atividade que, ademais, sobretudo com um acento reformador, mas decididamente social, tratou de deter o influxo da social-democracia sobre a classe operária católica”³⁴¹.

³³⁷ Aubert, *op. cit.*, p. 142. Em 1904-1905, Pio X efetua uma mudança na estrutura da *Opera dei Congressi* - e sua conseqüente supressão -, objetivando maior centralização das atividades e um controle mais estrito da hierarquia sobre o movimento social católico italiano; a *Unione Popolare*, organizada nos moldes do *Volksverein*, passa a ser responsável pela coordenação de todo o movimento. Bendiscioli, Mario. La cuestión romana y el catolicismo italiano. In H. Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, 1978, tomo VIII, pp. 673-674. Pio X. *Il fermo proposito*, documentos pontifícios (38). Petrópolis, Vozes, 1959, III Edição.

³³⁸ Idem, p. 143.

³³⁹ A partir de 1895, a associação passa ao controle de Léon Harmel, empresário do ramo têxtil, chamado “o bom pai”, adepto da reforma paternalista preconizada por Le Play e contrário à ingerência estatal; foi “um dos principais organizadores das peregrinações de trabalhadores franceses a Roma”. Köhler, *op. cit.*, p. 328.

³⁴⁰ Aubert, *op. cit.*, p. 151.

³⁴¹ Köhler, *op. cit.*, pp. 315-316. A intensidade da atividade sindical desenvolvida pelo *Volksverein*, num registro de independência em relação à hierarquia eclesiástica, despertou na Alemanha forte oposição da ala intransigente. Segundo Sachsse, “o *Volksverein* desenvolveu uma combinação sociológico-organizacional muito interessante, reunindo diversos sistemas de organização: ele combinava as qualidades das associações típicas do reformismo burguês do final do século XIX com aquelas de uma organização política de massas, como o Partido Social-Democrático, e ainda as de um moderno grupo de pressão. Ele sinalizava, por assim dizer, a transição da cultura associativista do século XIX para a representação de interesses através de associações típicas do século XX.” Sachsse, Christoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e a República de Weimar. In *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n.º 148, dez/1992, p. 546.

No debate que se instala, alguns pontos passam a servir de parâmetro a novos desacordos e reagrupamentos. Há quase um consenso acerca do direito à propriedade privada, só contestado por um setor marginal que, se está sozinho nessa postura, compartilha com outros segmentos (*escola social austríaca*, de Vogelsang; setores da *escola de Liège*; grupo de La Tour du Pin) a condenação do capitalismo, “ou mais precisamente, ‘a pretendida produtividade do capital’ e da usura”³⁴²; todos esses segmentos defendem o Estado intervencionista. A discussão sobre esse ponto, dá origem a duas *escolas*; a *escola de Angers* - liderada por monsenhor Freppel e pelo economista belga Charles Périn - que, não obstante sua hostilidade ao Estado constitucional liberal, posiciona-se decididamente contrária à intervenção do Estado na economia e a qualquer mudança essencial na estrutura social capitalista; a reforma, no entender dessa *escola*, deveria ser estritamente moral, sendo a caridade e o paternalismo os elementos chaves para a resolução da *questão social*³⁴³. Questão que, no entender da *escola de Liège*, só seria resolvida pela intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, intervenção que é reivindicada “não só para colocar fim aos abusos - postura que é uma variante do Estado-gendarme admitido pelos liberais -, mas em nome do bem comum”³⁴⁴.

A *escola de Angers* - “liberal, mas não individualista”³⁴⁵ -, era pelas corporações *livres* - nascidas sem a interferência do Estado -, e *mistas* - constituídas por patrões e empregados. Já a *escola social austríaca* e La Tour du Pin e seu grupo, defendiam a obrigatoriedade das corporações, patrocinada pelo Estado; para eles, “o regime corporativo é o fundamento da ordem social cristã. Câmara regional e câmara das corporações garantiriam a representação dos interesses, resposta ao sufrágio universal individualista. Albert de Mun vai menos longe; deseja simplesmente que a corporação seja privilegiada”³⁴⁶. A defesa dos sindicatos *puros* - só de trabalhadores -, e não confessionais,

³⁴² Mayeur, *op. cit.*, p. 52.

³⁴³ Segundo Aubert - *op. cit.*, p. 144 - “se, por um lado, esse inimigo (Périn) do liberalismo nos planos ideológico e político denunciava energicamente a exploração dos operários pela nova classe burguesa e ensinava que as leis morais devem dominar a economia, por outro, recusava ao Estado qualquer intervenção no assunto, esperando que a solução da questão social proviesse apenas da iniciativa privada e dos progressos do espírito cristão dos patrões.” Já Köhler - *op. cit.*, p. 299 -, sugere que Périn, “ao considerar como ideal uma riqueza moderada, que é possível sobretudo na classe média, mostra com suficiente clareza sua pouca estima pelo processo de industrialização”. O possível rompimento com a raiz antiliberal, por parte da *escola de Angers*, é aqui bastante relativizada.

³⁴⁴ Mayeur, *op. cit.*, p. 52.

³⁴⁵ *Idem*.

³⁴⁶ *Idem*, p. 53.

tinha suporte justamente nos países de maioria protestante - nos EUA (cardeal Gibbons) e na Alemanha (tendência *de Colônia* em oposição à tendência *de Berlim*³⁴⁷).

Mayeur distingue na diversidade de experiências no interior do catolicismo social, às vésperas da *Rerum novarum*, três orientações “de peso”: uma “reacionária”, que nega a ordem capitalista liberal e propugna por um ordenamento corporativista; outra vinculada à defesa do liberalismo econômico, contrária a toda ingerência do Estado na relação capital-trabalho, tributária de Le Play porque adpta das soluções do tipo paternalista para os problemas sociais, no modelo das corporações livres; e próxima aos corporativistas, no entanto crente na viabilidade do caminho de reforma do capitalismo, “uma maneira de ver intermediária é representada por um Albert de Mun na França, um Toniolo na Itália. Ela se exprime bastante bem através do *Traité d'économie politique*, publicado em 1889 pelo padre Liberatore”, orientação que maior influência exerceu sobre a redação da encíclica. Liberatore, em sua obra, defende o direito natural à propriedade privada, direito que não autoriza seu abuso, que é condenado, tendo em mira seu uso para o bem comum; o capital não gera riqueza; uma certa intervenção do Estado é indispensável para a defesa dos fracos e contenção do egoísmo dos poderosos; salário mínimo, imposto progressivo. “A encíclica (...) nutriu-se muito das orientações gerais do tratado, até de algumas de suas escolhas, sem contudo adotar-lhe a íntegra”³⁴⁸.

O processo de redação da encíclica é bem conhecido em virtude da publicação das diferentes redações preliminares. O primeiro projeto, redigido pelo jesuíta padre Liberatore, é “claramente corporativista”; já o segundo projeto, redigido pelo dominicano cardeal Zigliara, “renuncia à ordem social cristã e insiste sobre o caráter voluntário e livre das associações profissionais. Também é mais reticente com relação à intervenção do Estado”;

³⁴⁷ “A oposição entre as duas tendências, ditas ‘de Colônia’ e ‘de Berlim’, desenvolveu-se a partir de 1904... Colocava em jogo, além do problema interconfessional, várias opções fundamentais: a possibilidade do restabelecimento do regime econômico-social de tipo corporativo ou a necessidade de se limitar a um aperfeiçoamento do sistema capitalista através de reformas sociais; a legitimidade da greve como meio de melhorar a condição operária; a questão, ainda mais profunda, se as organizações católicas de trabalhadores deveriam ser colocadas sob a direção da Igreja, ou se, sendo os leigos responsáveis por suas atividades profanas, o clero deveria contentar-se com o papel de conselheiro para os aspectos morais dessas atividades. O conflito atingiu seu clímax no final do pontificado de Pio X, exacerbado pela contra-ofensiva integrista.” Aubert, *op. cit.*, p. 152. Para esse ponto, ver também Lill, Rudolf. *El catolicismo alemán entre el kulturkampf y la primera guerra mundial*. In H. Jedin *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, 1978, tomo VIII, pp. 687-704.

³⁴⁸ Mayeur, *op. cit.*, p. 53-54. Há um consenso em relação a esta síntese em três grandes correntes: corporativistas, moralistas e reformistas.

um terceiro projeto é elaborado por Liberatore e pelo jesuíta cardeal Mazzella, após o que é feita a tradução para o latim pelos secretários do papa, monsenhor Boccali e monsenhor Volpini, que introduzem, “no último momento”, “importantes retoques (...) a pedido do papa”. Mayeur ressalta que tanto o padre Liberatore, como os cardeais Zigliara e Mazzella, ocupam “um lugar considerável na renovação tomista” do final do século XIX³⁴⁹, filosofia que marca o texto da *Rerum novarum*, particularmente na sua justificativa da propriedade privada enquanto direito natural dos homens³⁵⁰.

O questionamento do direito à propriedade particular lado à defesa feita da propriedade coletiva, é um dos pontos centrais da crítica endereçada na encíclica ao socialismo, que também é criticado por valorizar em demasia o papel do Estado, colocando em risco a instituição da família, instituição que, “adverte o papa, tem ‘prioridade’ sobre a sociedade civil (...) ‘Assim, substituindo a providência paternal pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços de família’. A condenação dos princípios do socialismo é reforçada pelo quadro das conseqüências desse sistema : ‘a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a habilidade privados de seus estímulos, e, como conseqüência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim, em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria”³⁵¹. Ressalta Mayeur que tal quadro não se baseia em “um socialismo realizado”, mas sim nas experiências do Terror de 1793, da Comuna de 1871, na República romana de Mazzini de 1848, pois, para os conservadores do fim do século XIX, “socialistas e comunistas são filhos tanto da Revolução francesa, da democracia jacobina, como da Revolução industrial.”³⁵²

³⁴⁹ Idem, p. 55.

³⁵⁰ Köhler, *op. cit.*, pp. 295-298, adverte - amparado nas investigações de Beutter -, que “a moderna investigação da filosofia social neo-escolástica tem descoberto que a doutrina de santo Tomás de Aquino sobre a propriedade privada foi transmitida com mutilações e foi mais ou menos influenciada pela concepção liberal da economia.”

³⁵¹ RN (20;21;22). Os trechos da encíclica citados estão traduzidos conforme: Leão XIII. *Rerum novarum*, documentos pontifícios (2). Petrópolis, Vozes, 1959, V edição.

³⁵² Mayeur, *op. cit.*, p. 56. É nítida entre alguns historiadores da Igreja, simpáticos à ala reformista e, à uma linha de seu desdobramento, a democracia cristã, a desqualificação de uma esquerda atéia, seja destacando a aproximação do seu setor radical com os corporativistas, seja estabelecendo verossimilhança das experiências de poder dessa esquerda com a pintura leonina, seja, como faz Aubert, caracterizando as propostas socialistas da época leonina à luz da experiência totalitária soviética; anacrônico, encobre a 2ª Internacional pela 3ª, o SPD transforma-se em partido leninista-stalinista; “Aliás, para compreender as reticências de Leão XIII...deve-se levar em conta o fato de que, desejando reagir em nome da tradição escolástica contra uma

Leão XIII proclama solene o direito da Igreja de tratar da questão social; “É a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes ou de por termo ao conflito ou ao menos de o suavizar”³⁵³. “A Igreja convida a aceitar a desigualdade e o sofrimento. Convida também à reconciliação entre ricos e pobres”, através do respeito mútuo aos direitos e deveres de cada parte; ao operário cabe cumprir o contrato acordado e renunciar à violência; ao patrão, tratar seus empregados em conformidade com os parâmetros da dignidade humana³⁵⁴. O papa não só reabilita o trabalho, no sentido de não ser o mesmo motivo de vergonha para aqueles que o realizam, como chega a propor que “o trabalho tem uma tal fecundidade e tal eficácia que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações”³⁵⁵, proposição que despertará polêmica, pois coincidente com o ideário socialista, justificativa do direito exclusivo à propriedade pelo trabalho, sentido que, para Mayeur, é desmentido pela insistência da encíclica na união entre capital e trabalho³⁵⁶.

Ao reafirmar o ensinamento tradicional da Igreja, do dever dos ricos de socorrerem a pobreza - “lançar o supérfluo no seio dos pobres” -, Leão XIII assegura que tal dever “não (é) de estrita justiça, exceto nos casos de extrema necessidade, mas de caridade cristã, um dever, por consequência, cujo cumprimento se não pode conseguir pelas vias da justiça humana”³⁵⁷; “fórmula complexa”, segundo Mayeur, “a qual leva a considerar que a colocação em causa do supérfluo em nome da justiça é exceção. Esta atitude provém da afirmação muito forte da legitimidade da propriedade individual. Nada é retomado das reflexões de La Tour du Pin sobre a legitimidade de uma certa propriedade coletiva”³⁵⁸.

Para Camp, “o programa de reforma social de Leão XIII era precisamente o oposto do socialismo. Em vez de dar a todos um rendimento ganho pela eliminação da propriedade privada, Leão XIII intentava generalizar a propriedade (...) ajudando a classe trabalhadora a

concepção individualista da sociedade e da propriedade, ele, ao mesmo tempo, cuidava de não dar chances aos procedimentos totalitários constantemente apresentados pelo socialismo doutrinário de sua época.”

Aubert, *op. cit.*, p. 147.

³⁵³ RN (25).

³⁵⁴ Mayeur, *op. cit.*, p. 57.

³⁵⁵ RN (51).

³⁵⁶ Mayeur, *op. cit.*, p. 57.

³⁵⁷ RN (36).

³⁵⁸ Mayeur, *op. cit.*, p. 57.

se identificar com o capitalismo, e não com os ideais do socialismo”³⁵⁹. Essa abordagem, no que respeita à identificação da encíclica com a defesa do capitalismo é rechaçada por todos os comentadores citados, preocupados não só em divulgar e reafirmar a imagem do papa estadista - também Camp -, mas principalmente hostis a qualquer insinuação/redução da Igreja a aparelho ideológico, instrumento alienador das massas para proteção dos ricos. Ao contrário, destacam o caráter agressivo da proposta de generalização da propriedade frente à concentração de riquezas típica do capitalismo; “Se só a ‘capacidade de propriedade’, ou seja, o direito fundamental a ter propriedade privada, está fixado pelo direito natural, então existe vasto campo para uma estruturação da ordem da propriedade e da relação entre propriedade privada e comum. A isto se soma a circunstância de que a encíclica social de Leão XIII atribui uma importância decisiva à formação de propriedade pelos deserdados da fortuna, ‘para grande surpresa daqueles que queriam colocar os interesses de seu bolso sob a proteção da *Rerum novarum*’³⁶⁰.

A consagração da propriedade particular convive, no texto da encíclica, com uma introdução - que arrola o que seriam as causas da questão social - de tom decididamente anticapitalista, de crítica a um liberalismo que permitiu um processo de industrialização concentrador de riquezas, fator gerador, lado ao afrouxamento moral, da guerra entre irmãos. Garcia³⁶¹ chama atenção para, “no meio da combinação de elementos e fatores explicativos, a importância que se concede, de entrada, às transformações econômicas e sociais, acarretadas pela sociedade industrial, frente às tradicionais explicações moralistas e teológicas (a questão social é no fundo uma questão moral e religiosa)”- “Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, as alterações das relações entre os operários e os patrões, a afluência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isso, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um terrível conflito”³⁶². Numa linha

³⁵⁹ Camp, Richard. *The Papal ideology of social reform: a study in historical development, 1878-1967*. Leyden, L. Brill, 1969, p. 84.

³⁶⁰ Köhler, Nell-Breuning apud Köhler, *op. cit.*, p. 297. Segundo Garcia, “o ideal da pequena propriedade familiar, se delinea ao final como um dos elementos chaves da alternativa cristã ao problema social.” Garcia, Feliciano Montero. *El Primer Catolicismo Social y la Rerum Novarum en España (1889-1902)*. Madrid, CSIC, 1983, p. 36.

³⁶¹ Idem, p. 34.

³⁶² RN (3).

próxima, neste ponto, Mayeur, constatando a insistência com que ao longo de seu texto *sobre a condição dos operários* Leão XIII repete o “imenso abismo” que separa as duas classes - “o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários”; “um abismo procurado pelo orgulho”; “subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam, sem nenhuma discrição, das pessoas como das coisas”; “A violência das revoluções políticas dividiu o corpo social em duas classes e cavou entre elas um imenso abismo. Dum lado a onipotência na opulência: uma facção que, senhora absoluta da indústria e do comércio, torce o curso das riquezas e faz correr para o seu lado todos os mananciais; facção que aliás tem na sua mão mais dum motor da administração pública. Do outro, a fraqueza na indigência: uma multidão com a alma dilacerada, sempre pronta para a desordem”³⁶³-, expõe sua convicção de que “a realidade dos conflitos de classes não é de modo algum estranha à encíclica. Se o historiador das sociedades do fim do século XIX pudesse arriscar uma observação, ela sustentaria a abstenção em se considerar a importância das classes médias.”³⁶⁴

Tanto a preeminência das causas sócio-econômicas, como o reconhecimento da realidade da luta de classes, devem ser relativizados segundo Köhler : “Sem embargo, é um fato que Leão XIII ‘não enfocou todavia os dois grupos de capital e trabalho’, de importância tão fundamental para a problemática moderna, ‘sob a forma estrita de classes sociais no sentido técnico da palavra’. Mas, a todo seu empenho de crítica social, o papa em realidade ‘se expressa no tom do grande senhor e do patriarca, quase com uma voz que ressoa desde a eternidade, plena de clemência e bondade paterna, falando a seus amados e bons filhos, particularmente da classe trabalhadora.”³⁶⁵

Reclama-se da atitude do Estado frente aos problemas sociais uma sintonia com esse tom paternal. Mayeur, no entanto, ressalta o extremo cuidado do texto leonino ao tratar desse ponto. Primeiro, que o Estado em mira não é qualquer um, mas aquele que se orienta pelos princípios cristãos; segundo, que a necessidade de sua intervenção é reivindicada tendo em vista sua função policial de coibir os abusos e em nome de sua missão de

³⁶³ RN (6; 37; 59; 66).

³⁶⁴ Mayeur, *op. cit.*, p. 56.

³⁶⁵ Köhler, Nell-Breuning apud Köhler, *op. cit.*, p. 297.

promover o bem comum - “proteger a comunidade e as suas partes”³⁶⁶ -, e não em defesa da “tese da função social da propriedade”; terceiro, nas relações entre capital e trabalho, o Estado só deve intervir depois de esgotadas todas as negociações e como “uma autoridade de arbitragem”. A desconfiança em relação ao Estado se explicaria, segundo Mayeur, por Leão XIII entender que uma intervenção sistemática não teria a flexibilidade necessária “à diversidade das situações de fato” e por ele temer a hipertrofia de suas atribuições, o estatismo. Para prevenir tal perigo, recorre o papa aos corpos intermediários.³⁶⁷

É no convívio harmonioso entre capital e trabalho no interior das corporações, que Leão XIII coloca suas esperanças de ver solucionada a questão social. Apesar de sua preferência pelas associações mistas, o papa dá o seu aval também às associações puras - aval que foi introduzido pouco antes da publicação do texto final, pela pressão exercida pelo cardeal Gibbons, que anos antes havia feito a defesa contundente dos Cavaleiros do Trabalho³⁶⁸. “Como, por outro lado, as associações operárias são de ordinário hostis ‘ao nome cristão e à segurança das nações’, compete aos operários cristãos ‘organizarem-se

³⁶⁶ RN (52).

³⁶⁷ Mayeur, *op. cit.*, pp. 57-58. “Se, por um lado, foi mantida a opção inicial contra o liberalismo excessivo da Escola de Angers em favor da intervenção do Estado na vida econômica e social, por outro, os vários matizes e ‘surdinhas’ introduzidos progressivamente no texto mostraram a prudência e as hesitações da Santa Sé ao se engajar nesse caminho.” Aubert, *op. cit.*, p. 147.

³⁶⁸ Organização sindical norte-americana não confessional da qual participavam muitos católicos. Camp ressalta a peculiaridade da situação dos trabalhadores católicos nos EUA e na Inglaterra: “Em ambos os casos, os trabalhadores católicos eram uma pequena minoria da população total e poderiam ter êxito e força organizacional somente trabalhando com homens de outras confissões. Nas duas nações, a neutralidade sindical era mais do que uma aparência hipócrita; ela era uma política sincera e, em larga medida, satisfatória à todos os membros. Em vista dessas circunstâncias, o papa nunca condenou os associados católicos dos sindicatos britânicos, e, antes da publicação da *Rerum Novarum*, especificamente permitiu aos católicos filiarem-se nos neutros sindicatos americanos tais como os ‘Knights of Labor’. Vários anos depois desta permissão ter sido dada, ele decidiu dar aos católicos americanos direção adicional com relação às organizações de trabalho promovidas por cristãos. Sua decisão foi quase certamente instigada pelas explosivas relações entre capital e trabalho nos EUA na década de 1890. Os novatos sindicatos, firmemente apoiados pelos católicos, tinham promovido uma greve atrás da outra, nas quais ambos os lados haviam tomado a lei em suas próprias mãos e tinham recorrido repetidamente à violência ilegal. A imprensa conservadora havia impecado contra os sindicalistas chamando-os de ‘revolucionários’, atacando em particular o socialista moderado Eugene Debs, que era um herói para muitos católicos. Leão XIII estava francamente perturbado pela liderança ativa de católicos nesta batalha, se bem que ele não era insensível à causa em si dos trabalhadores. Em sua encíclica de 6 de janeiro de 1895, ele reafirmou o direito de todos os trabalhadores de filiarem-se a sindicatos, mas lembrou aos católicos que eles não poderiam associar-se com pessoas anti-religiosas ou com organizações condenadas pela Igreja. Se possível, os católicos deveriam filiar-se à organizações católicas dirigidas pelo clero ou por leigos ilustres.” Camp, *op. cit.*, pp. 115-116. Para Köhler, “O ‘rompimento’ com a sociedade burguesa liberal é um fenômeno que caracteriza todos os catolicismos; sem dúvida, menos que nenhum outro o dos Estados Unidos da América durante a era Gibbons, na qual o setor dirigente do episcopado, se bem que com a oposição do grupo de Corrigan, havia tomado partido pelos direitos (liberais) do homem, e isto sem a menor reserva e não apenas por razões táticas de política eclesiástica.” Köhler, *op. cit.*, pp. 293-294.

eles próprios’, fórmula que abre caminho ao sindicalismo cristão”. Se o Estado pode proteger as corporações, não deve, no entanto, interferir na sua direção nem imiscuir-se em “ ‘suas molas íntimas que lhes dão vida’. Esta nova prevenção contra a ingerência do Estado, fundada sobre o respeito à especificidade dos ‘corpos intermediários’, rejeita a idéia cara a certos cristãos sociais da ‘corporação obrigatória’. O papa se recusa a fornecer as regras ‘certas e precisas’ relativas aos ‘estatutos e regulamentos’ dessas corporações.”³⁶⁹

Texto incisivo no que se refere às orientações e aos princípios, mas vago em relação às soluções e medidas a serem implementadas, quando não omisso acerca das questões polêmicas no interior do catolicismo social, a *Rerum novarum* - no entender do conjunto de seus comentadores, segundo Mayeur - não só rompe com o isolamento do papado, restituindo “o brilho e o prestígio que ele havia perdido”, bem como sinaliza para uma ruptura definitiva por parte da Igreja com os projetos de restauração do Antigo Regime, Igreja que a partir de então “se volta para as massas em busca de uma nova legitimidade”. O impacto do pronunciamento leonino sobre os contemporâneos deve ser avaliado para além do que “hoje chamamos um ensinamento social”, pois ele colocou em causa “toda a atitude da Igreja frente à sociedade moderna”, perspectiva que ensejou diferentes apropriações em sintonia com os lugares ocupados pelos sujeitos.³⁷⁰

Lida pelos anticlericais como “um novo ardil da Igreja, ligado à sua vontade de dominar o mundo e de fundar, apoiada no povo, uma nova teocracia”, a encíclica foi percebida pelos católicos intransigentes como uma clara demonstração do desejo papal de reconstrução de uma ordem social cristã, de um catolicismo integral, visível na atitude de uma Igreja que se aproxima das massas tendo em mira um retorno à idade média; “eles se esforçam, não sem qualquer razão, em salientar a continuidade que vai de Pio IX a Leão XIII”. Já os católicos liberais, festejaram não apenas “o reencontro da Igreja e da democracia, mas igualmente aquele da Igreja e da liberdade”, reencontro com a tradição guelfa de aliança com as comunas no enfrentamento com o Império, “exagerando talvez a

³⁶⁹ Mayeur, *op. cit.*, p. 59. RN (74;76). “Pode-se constatar aí, sobretudo, como do primeiro projeto redigido pelo padre Liberatore à nova redação do padre Zigliara e, por fim, ao texto definitivo, revisto minuciosamente pelo próprio papa, a idéia de um regime corporativo desapareceu progressivamente em proveito da idéia de associações profissionais. Estas deveriam reunir, se possível, mas não necessariamente, patrões e operários, o que abria oficialmente a porta para a fórmula do futuro: o sindicato operário.” Aubert, *op. cit.*, p. 147. Para Köhler, *op. cit.*, p. 309, a “grande importância (da encíclica) consiste talvez - aparte a afirmação cautelosa, mas em todo caso clara, do direito e dever de intervenção do Estado - no reconhecimento do direito de associação dos trabalhadores.”

abertura às liberdades modernas em detrimento da constatação da presença das continuidades”.³⁷¹

Para Mayeur, a intervenção leonina alia “continuidade e inovação. A crítica da economia liberal prolonga o discurso dos católicos intransigentes. Mas Roma, pela primeira vez, consagra uma análise de conjunto à questão social, que não é mais evocada unicamente pelo viés das condenações morais, e oferece um ensinamento não mais negativo mas positivo, ao propor princípios de solução”. São as referências aos “princípios do Evangelho” e às exigências do direito natural e do bem comum”, que “fundamentam o direito do papa de falar sobre uma questão que concerne ao conjunto da humanidade. A influência da filosofia tomista é, bem entendido, considerável. Mas esta constatação, por si mesma, não permite ver na encíclica uma nostalgia medieval e reacionária. O ensinamento sobre o direito natural, o bem comum, a propriedade, marcam, não há dúvida, fortemente a encíclica. Mas a ausência de menção à ordem corporativa e à ordem social cristã no sentido dado a estas noções pela Union de Fribourg mostra que certas leituras de santo Tomás não haviam sido retidas”³⁷². Numa perspectiva próxima, Köhler afirma que “a abstração neo-escolástica que acusa em numerosas passagens se explica em parte pela necessidade que havia de superar os pontos de vista verdadeiramente contraditórios dentro do mesmo catolicismo, que se haviam manifestado inclusive nos congressos internacionais de Liège, principalmente o do ano de 1890. Somente enquadrando este escrito doutrinal na história global daqueles decênios, é que se podem compreender historicamente seu significado e seus limites.”³⁷³

Com efeito, Leão XIII em sua encíclica sobre o mundo das coisas novas, opta por enfatizar os pontos consensuais no debate interno ao catolicismo social - “a família, os corpos intermediários, a dupla rejeição do individualismo liberal, de uma sociedade laicizada e do socialismo”-, evitando tomar partido acerca das polêmicas suscitadas ao longo dos anos no movimento - delimitação clara do alcance da intervenção do Estado, juízo do capitalismo, definição entre salário familiar e salário mínimo³⁷⁴. É preciso ficar

³⁷⁰ Mayeur, *op. cit.*, pp. 60-61.

³⁷¹ *Idem*, pp. 61-62.

³⁷² *Idem*, pp. 62-63.

³⁷³ Köhler, *op. cit.*, p. 309.

³⁷⁴ Mayeur, *op. cit.*, p. 63. Para Köhler, *op. cit.*, p. 310, foi “a concepção patriarcal da família (que) impediu determinar, em virtude do direito natural, a quantia do ‘salário familiar’”. Por outro lado, García afirma que a

claro que a *Rerum novarum* não pretende expor uma doutrina econômica, constituindo bem mais “um código de moral social”³⁷⁵. Insiste Mayeur que “a encíclica traduz uma vontade de Leão XIII, sem fechar os debates em curso, de uma orientação geral e um conjunto de referências”, leitura positiva de uma ambigüidade transformada em caráter genérico, que não deve ser identificado com ausência de comprometimento; “distante vinte anos da proclamação da infalibilidade, a encíclica é apresentada como um documento que empenha até nos detalhes a autoridade do magistério. G. Goyau fala do ‘dogma social da Igreja’. (...) Uma análise atenta da *Rerum novarum* demonstra que a encíclica, sólida nos princípios e nas orientações, é prudente e aberta em relação às aplicações e às soluções das quais ela não impõe nenhuma. Ela não fez, falando com propriedade, do catolicismo social um sistema ideológico entre socialismo e liberalismo. No entanto, a apresentação que tem sido feita da encíclica e da doutrina social da Igreja contribui para produzir uma ideologia, um ‘catecismo em matéria social’, segundo o título da obra publicada pelo cardeal Lecot”³⁷⁶.

O caráter genérico da encíclica, sua recusa em estabelecer modelos de atitudes a serem seguidos pelos militantes do catolicismo social, justificada pela necessidade de se respeitar as especificidades dos vários catolicismos³⁷⁷ - vista como condição de seu vigor -, expressa na dupla face de continuidade/inação da *Rerum novarum* em relação à Pio IX, condenação do liberalismo econômico e abertura ao diálogo com as instituições liberais pelo papa diplomata, estimulou as iniciativas e agudizou as controvérsias no interior do catolicismo social.

Proliferam as organizações democrata-cristãs, *Le Sillon* mostra vigor surpreendente na França, a disputa entre Berlim e Colônia torna-se acérrima, a *Action Française* de

recusa da encíclica em defender a imposição estatal do salário mínimo, dava ensejo à dúvida “se a concessão do salário mínimo respondia a um estrito princípio de justiça, ou mais a um dever de consciência de caridade”. García, *op. cit.*, p. 44-45.

³⁷⁵ Mayeur, *op. cit.*, p. 64. Roberto Romano, em sua análise da *Populorum Progresio*, adverte que a Igreja “não coloca sua capacitação nos vários setores da sociedade, vistos discretamente, mas no todo social em que seria a mais alta *especialista* (...) Embora ingênua enquanto teoria econômica, esta exigência do justo preço (“o correlato ideal do justo salário”) cumpre perfeitamente o objetivo que lhe é dado: fornecer as restrições toleráveis a cada indivíduo, classe, Nação ou Estado. Esses limites dariam a base necessária para que as cisões na sociedade fossem *rapidamente* sanadas, evitando assim a possibilidade de eclosão da violência revolucionária (...) É, pois, no nível da instauração imaginária dos limites a que deve circunscrever-se a ordem social que a Igreja põe em movimento seus ideais sintetizadores da consciência, culminando nas justas barreiras que Estado e sociedade civil devem observar em suas relações.” Romano, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado - Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo, Kairós, 1979, pp. 58-59.

³⁷⁶ Mayeur, *op. cit.*, pp. 64-65.

Maurras, com sua cátedra do Syllabus atrai os integristas; a efervescência atinge os estudos teológicos, com vozes dispersas, de início, questionando a imutabilidade das interpretações acerca da história sagrada e dos primeiros tempos do cristianismo, exigindo a adoção da moderna ciência exegetica.

Em 1903, assume a direção máxima da Igreja o patriarca de Veneza, cardeal Sarto, com o nome de Pio X. O papa das “exigências de disciplina e pureza”³⁷⁸, porta-voz dos integristas, “da reforma conservadora”, saudado pelos que “aspiravam a uma renovação religiosa”³⁷⁹, que adotou a divisa *instaurare omnia in Christo*, perseguidor implacável dos democrata-cristãos, aquele que condenou *Le Sillon*, o Modernismo, que foi conivente com a *Action Française*, adepto “de uma solução paternalista dos problemas sociais”, de “franca preferência por uma concepção hierárquica da sociedade e, ao mesmo tempo, (de) um reforço dos empenhos para manter sob o rigoroso controle do clero as organizações profissionais dos operários”³⁸⁰, foi o papa da encíclica *Il fermo proposito* (1905), “considerada como a primeira carta oficial da Ação Católica organizada, convidando os leigos a - além da prática das virtudes individuais - ‘reunirem suas forças vivas para reintroduzir Jesus Cristo na família, na escola, na sociedade’. No entanto, se, por um lado, Pio X surgia como precursor, devido à importância dada ao apostolado organizado dos leigos, por outro, ele se mostrou bastante conservador no modo como concretamente encarava o exercício desse apostolado”, buscando assegurar um controle estrito da hierarquia sobre todas as organizações do catolicismo social, impedir “qualquer autonomia em relação ao episcopado, estando este, por sua vez, intimamente subordinado às diretivas de Roma. A eclesiologia que inspirava essa concepção excessivamente clerical da Ação Católica foi expressa de maneira bastante clara na encíclica *Vehementer*, de 1906: ‘A Igreja é, por natureza, uma sociedade desigual; compreende duas categorias de pessoas: os pastores e os rebanhos. Somente a hierarquia orienta e dirige (...). Quanto à massa, seu dever é aceitar ser governada (*gubernari se pati*) e seguir submissamente as ordens daqueles

³⁷⁷ Termo utilizado por Köhler, que enfatiza a diversidade da ação dos católicos nos diferentes países. Köhler, *op. cit.*, p. 288, nota 1, *passim*.

³⁷⁸ Camp, *op. cit.*, pp. 117-121.

³⁷⁹ Aubert, Roger. Pio X, O Papa da Reforma Conservadora. In: Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, 1978, tomo VIII, pp. 531-549.

³⁸⁰ Idem, p. 541.

que dirigem'. Nesse campo, como em vários outros, Pio X revelou-se ao mesmo tempo um precursor e um tradicionalista.³⁸¹

Precursor da centralização/uniformização das iniciativas leigas empreendida por Pio XI na década de 1920, tradicionalista porque pretendia cerrar as fileiras católicas numa posição defensiva, sob o comando do episcopado, desconfiando de toda atitude progressista que reivindicasse autonomia para os leigos.

No início de fevereiro de 1908, é distribuído por algumas ruas da cidade do Rio de Janeiro, um panfleto convidando o povo para um comício popular na fábrica Alliança, no bairro de Laranjeiras. Assinava o apelo o senador Hercílio Luz, em nome da União Popular do Brasil.

UNIÃO POPULAR DO BRASIL

APELO AO POVO

Cidadãos e irmãos! Gravíssimos males assaltam nossa sociedade. Errôneas e funestas doutrinas infiltram-se por toda a parte ameaçando a ordem e a segurança pública em seus fundamentos morais. Associações insensatas estão sorrateiramente insinuando teorias que se vão introduzindo na prática e nas leis, para a desgraça pública. Compreendendo que os sentimentos generosos da alma popular são no Brasil o mais forte obstáculo a esse furor de destruição, procuram arrancar ao povo as crenças de seus antepassados, e desprestigiar a religião de Jesus Cristo.

Para fazer frente a esses cavilosos inimigos da paz social, depois de maduras reflexões resolveu um grupo de homens decididos fundar a UNIÃO POPULAR DO BRASIL para organizar a resistência à desmoralização social. Assim estão procedendo todos os povos civilizados ameaçados da mesma ruína. Todo cidadão de mais de 16 anos de idade poderá fazer parte da União, contribuindo com a pequena cota de 1\$000 anualmente.

A União combaterá pela palavra oral, escrita e impressa, pela atividade pessoal de seus membros no círculo de suas relações e nos comícios populares, orientando o povo e defendendo os fracos e oprimidos, de modo a manterem-se os sólidos e sãos princípios sociais pela harmonia da justiça e da liberdade, que só no cristianismo existe.

³⁸¹ Aubert, Roger. Pastoral e Ação Católica. In: Rogier, Aubert & Knowles, *op. cit.*, pp. 139-140.

As relações entre os interesses da propriedade e do trabalho representados pelos patrões e operários, bem como *todos os problemas sociais acharão na União Popular a desejada solução justa e pacífica.*

Pugnando pela instrução do povo, pela preservação da família contra as doutrinas ímpias e dissolventes, pela grandeza e moralização da pátria brasileira, que abre braços paternais a todos quantos aqui vivem e trabalham, a **União Popular do Brasil** deve ser formada de *todos os homens de boa vontade, ricos ou pobres, leigos ou religiosos, grandes ou pequenos, nacionais ou estrangeiros.*

Dirige-se aos *cidadãos e irmãos*, apelo à unidade de duas comunidades, a civil e a religiosa, que devem se identificar numa só, *nossa sociedade*, a *pátria brasileira*, identidade imprescindível à *ordem e à segurança pública*, ameaçada por *gravíssimos males, errôneas e funestas doutrinas*, que assaltam, *infiltram-se sorrrateiramente* através de *associações insensatas* criadas por *cavilosos inimigos* que *vão introduzindo na prática e nas leis teorias ímpias e dissolventes da paz social*, que conduzem à *ruína e à desgraça pública*, pois que solapam *nossa sociedade* em seus *fundamentos morais*, a *religião de Jesus Cristo*.

A pátria ameaçada em seu esteio moral por doutrinas estranhas à terra, *ímpias*, disseminadas por quem age *sorrrateiramente* ludibriando o povo em sua boa fé, pois que ele é *generoso, abre braços paternais a todos*, mas também é ignorante, *fraco e oprimido*, por isso necessita de *orientação*, de quem o *defenda* de inimigos que não são explicitamente identificados, restando-nos conjeturar tratar-se daqueles que só reconhecem o casamento civil e já pensam numa lei do divórcio, que proibiram o ensino religioso nas escolas públicas e mandaram retirar a imagem do Cristo crucificado das salas do júri, daqueles que promoveram a greve de 1907 pela jornada de oito horas.

Destaque é dado à questão operária, às *relações entre os interesses da propriedade e do trabalho*, que é separada *de todos os problemas sociais*, propugnando o panfleto uma *solução justa e pacífica*, contraponto à liberdade de mercado praticada pelos patrões e à alteração da ordem motivada pelos operários em greve. Elogio dos *sólidos e sãos princípios sociais do cristianismo*, os únicos capazes de assegurar a *harmonia: a justiça* que garante o tratamento digno do operário e assegura a ordem necessária à *liberdade* do proprietário.

A postura é de defesa; dos preceitos cristãos, dos direitos da Igreja - direitos da maioria do povo brasileiro, condição da segurança da pátria -, *para fazer frente, para organizar a resistência*, reunindo *todos os homens de boa vontade, ricos ou pobres, leigos ou religiosos, grandes ou pequenos, nacionais ou estrangeiros*, para doutriná-los, instrumentalizá-los com um discurso, dar-lhes conhecimento da história da Igreja, dos dogmas da fé, da sociologia cristã, conhecimento ajustado à capacidade intelectual de cada meio social para ter eficácia *no círculo de suas relações*, transformá-los em apologetas para refutarem “em livros e por palavras os erros contra as verdades católicas”, pois “a luta religiosa e social não existe somente entre os doutos, mas desceu da cátedra e entrou no povo. É portanto necessário ensinar não teórica, mas praticamente, pois o conhecimento há de servir de arma de defesa e esta...nunca terá muita eficácia se ficar restringida a uns poucos indivíduos. A nossa ação há de ser comum”³⁸²; “que discutam os problemas atuais, persuadidos de que o povo não vai com metafísicas transcendentais nem gosta de generalidades, que só servem para discussões. (...) urge organizar *as associações*: da juventude cristã, da catequese, dos moços acadêmicos, dos operários, da moral pública e particular, das operárias, das donzelas ou criadas, de professores, de biblioteca popular, de boa imprensa, da arte cristã, da beneficência e caridade, de liberdade de ensino...”³⁸³.

Organizar de ponta a ponta a sociedade. “*Unificar, educar, promover*”³⁸⁴. Unificar as forças leigas, educá-las na sociologia cristã para promover a regeneração social. Esse é o programa de uma associação nascida “para opor um dique moral à enchente perniciososa do socialismo e impiedade que hoje tão sinistramente alaga as classes operárias”³⁸⁵, de uma Igreja que quer refazer-se na hora presente, preocupada em reconquistar as elites que haviam se desencaminhado pelas sendas do liberalismo e do positivismo, mas

³⁸² Apologia e ação social. *Ação Social* 28/09/1917, ano III, num 132, p.1.

³⁸³ União Popular - educação. *Ação Social* 24/10/1915, ano I, num 32, p. 1. Na introdução de um folheto destinado aos operários, com tiragem de dez mil exemplares, seu autor, Campos do Amaral, presidente do Centro da União Popular do Estado de Minas Gerais, adverte “ Não te esqueças de que este folheto é escrito para o povo e que para este é necessário o uso de uma linguagem vulgar na forma e nos raciocínios. (...) Toma, pois, e lê; lê e reflete; reflete e age”. *Organização Operária - exposição de alguns princípios pelo Dr. Campos do Amaral*. Série popular. Belo Horizonte, 1919.

³⁸⁴ Ofício da União Popular reproduzido em: União Popular - o seu modo de agir - e os seus efeitos. *Ação Social* 03/10/1915, ano I, num 29, p.1.

³⁸⁵ Carta “dirigida a todos os bispos do Brasil, pedindo aprovação e benção”. *Boletim da União Popular*, ano I, número I, pp. 3-4.

principalmente interessada em conquistar as massas³⁸⁶, alvo também dos socialistas, desejo/necessidade arvorada pelo pe. Júlio Maria de “proclamar bem alto o eminente lugar do operário na cidade de Deus, que Jesus Cristo fundou na terra, não com as castas, as aristocracias, as burguesias ou as dinastias, mas com o povo e para o povo”, que os católicos coloquem mãos a obra pois “o movimento democrático universal, cuja existência é inegável, será socialista ou cristão, segundo as atividades que desenvolvam os católicos no terreno social”³⁸⁷.

Já em 1900, no Primeiro Congresso Católico Brasileiro, realizado em Salvador, a questão social é levantada, advertindo o empresário católico modelo, Carlos Alberto de Menezes, seguidor de Léon Harmel e fundador da Corporação Operária de Camaragibe³⁸⁸ que “o direito a qualquer hesitação desapareceu depois que, do alto da Cadeira Infalível de S. Pedro, o glorioso Leão XIII lançou ao mundo a admirável Encíclica sobre a ‘Condição dos operários’³⁸⁹. Por outro lado, o incitamento para que a questão social não fosse mais encarada exclusivamente do ponto de vista da caridade, aportava no país através dos documentos pontifícios e dos padres estrangeiros, alguns dos quais com militância nas organizações sociais católicas européias.

Fundada no Rio de Janeiro pelo franciscano alemão, frei Inocêncio Reidick, na primeira década deste século³⁹⁰, tendo como patrono São Francisco de Assis e divisa *ação*

³⁸⁶ Impunha-se à Igreja no Brasil forjar um novo espaço de ação tendo em vista a sua permanência. Para sobreviver, ela “foi obrigada a combater a ideologia liberal, aceitar com extrema reserva a ‘proteção’ positivista e sempre se precaver contra as práticas socialistas. Mas os católicos não se limitaram a resistir...criaram, além disso, suas próprias vanguardas intelectuais e forjaram um discurso político próprio”. Em sua luta contra o poder secular, a Igreja lança-se nas massas, em busca do “domínio das consciências”. Romano, *Igreja contra...*, pp. 12; 104.

³⁸⁷ Citado em Azzi, Riolando. *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo, Paulus, 1994, pp. 116; 108.

³⁸⁸ Ver Menezes, Carlos Alberto de. *Ação Social Católica no Brasil. Corporativismo e sindicalismo*. São Paulo, Loyola, 1986.

³⁸⁹ Idem, p. 35. Sobre os Congressos Católicos no Brasil e a questão social, e a União Popular ver Marchi, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)*. São Paulo, tese doutorado/Usf, 1989. E os *Boletins do CEPEHIB* ano IV, n. 3 (14), jul/1982; ano IV, n. 4 (15), out/1982; ano V, n. 2 (17), abr/1983; ano VI, n. 1 (20), jan/1984; ano VII, n.1 (24), jan/1985; ano VII, n. 2 (25), abr-mai-jun/1985; ano VIII, n. 27 (1), jan-mar/1986; ano VIII, n. 28 (2), abr-jun/1986.

³⁹⁰ “Dirigidos os primeiros convites, expondo os fins da nova União, foi a idéia aceita com aplausos e em setembro do ano próximo passado celebrou-se a instalação da União Popular na sede do Círculo Católico do Rio de Janeiro”. O cabeçalho do boletim que encima o texto supra tem a data de 1903 - portanto, a União Popular foi fundada em setembro de 1902 - ver também o artigo União Popular do Brasil em *A União* 14/10/1920, ano XI, num 83, p.3. No entanto, o início de sua atuação efetiva data de 1908, de 1908 é o *Apelo ao Povo*, também generalizam-se as primeiras fundações da União Popular no país. Não se deve descartar a hipótese da criação da União Popular do Brasil ter, de início, encontrado obstáculos para a sua efetivação em virtude da ausência de um incentivo expresso da hierarquia, que só se sentiu autorizada a fazê-lo com a II

social em prol de todas as classes, a União Popular do Brasil seguia o modelo do *Volkverein*³⁹¹ - também transplantado para a Itália, Holanda, Áustria, França, Bélgica. Esse modelo foi colocado em destaque por Pio X, ao incumbir a *Unione Popolare*, através da encíclica *Il fermo proposito* (1905), de coordenar o movimento social católico italiano; tal escolha não deve ser vista como sinal da preferência papal pelos sindicatos puros, interconfessionais e aguerridos estimulados pelo *Volkverein*, na linha da *tendência de Colônia*³⁹² ; muito pelo contrário, Pio X pretendia transformá-la em organização centralizadora das diversas iniciativas dos católicos leigos europeus no terreno social e econômico - iniciativas e associações que muitas vezes escapuliam ao controle da hierarquia -, unindo-as “em um mesmo sentir e querer”.

“Como garantia desses resultados, demonstrou-se, entre as várias obras dignas de encômio, em outros países, singularmente eficaz a instituição de índole geral que, sob o nome de *União Popular*, se destina a unir os católicos de todas as classes sociais, mas de modo especial as numerosas multidões do povo, em torno de um centro comum de doutrina, propaganda e organização social. Porque satisfaz uma necessidade igualmente sentida em quase todas as partes, e porque sua constituição íntima dimana da própria essência das coisas, que se acham igualmente em toda parte, esta instituição não pode dizer-se mais própria de uma nação que de outra, mas sim de todas as que experimentam necessidades idênticas e oferecem os mesmos perigos. Sua grande popularidade a torna facilmente benquista e aceita, não embaraça nem impede nenhuma outra instituição; ao invés, vitaliza-as e anima-as todas porque com seu regime estritamente pessoal estimula os indivíduos a ingressar nas instituições particulares, adentra-os para o trabalho, prática e verdadeiramente proveitoso, e une os ânimos de todos em um mesmo sentir e querer./ Estabelecido o

fermo proposito, de 1905. Também deve ser considerado o estímulo proporcionado pela necessidade de uma resposta à criação, pelo Primeiro Congresso Operário (1906), da Confederação Operária Brasileira, influenciada pelo sindicalismo revolucionário, e pelas greves ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Recife, a partir de maio de 1907, reivindicando a jornada de oito horas (ver Pinheiro & Hall, *op. cit.*, pp. 41-72). No boletim de n. I da União Popular do Brasil, frei Inocêncio afirma que “limitando-se à obras religiosas descuidaram (os católicos) muito do progresso material do povo, deixando aos adversários livre o campo, que bem conhecem que o caminho do coração é freqüentemente provocado pelos cuidados da vida material” (*Boletim da União Popular do Brasil*, ano I, número I. Rio de Janeiro, Tipografia Contemporânea, 1908, p. 3). Nos seus Estatutos gerais, consta como um de seus fins, “combater a tendência revolucionária no terreno social” (Ver anexo II). Por fim, o boletim de n. III, afirma que “não falta disciplina aos que não estão conosco. Mas o pior de tudo isso é que o operariado se organiza tendo por base o ateísmo” (*Boletim da União Popular do Brasil*, ano I, número III, 1909, p. 45.)

³⁹¹ Ver nota 341.

³⁹² Ver nota 347.

centro social da maneira indicada, as demais instituições de caráter econômico, destinadas a resolver o problema social praticamente sob os vários aspectos, estão como que espontaneamente contidas no fim geral que as federa; ao passo que, segundo as várias necessidades a que se aplicam, assumem formas diversas e empregam meios vários, conforme requer o plano particular próprio de cada uma.”³⁹³

As *necessidades idênticas* a que se refere o papa não indicam apenas a preocupação com os conflitos acirrados entre capital e trabalho vivenciados pelos países europeus, mas também dizem da inquietação com os conflitos internos ao catolicismo social europeu, bem como a referência aos *mesmos perigos* não se restringe somente à ameaça socialista, mas igualmente às tendências no interior do movimento social católico europeu que reivindicavam autonomia em sua ação no campo social e econômico. Pretensão de centralização dissimulada pelo tom dissuasivo que *não embaraça nem impede nenhuma instituição, ao invés, vitaliza-as e anima-as... em um mesmo sentir e querer.*

Mas Pio X é cauteloso, de certo modo segue a linha leonina de respeito às circunstâncias locais, às especificidades dos vários catolicismos, preocupação em não tolher o dinamismo do movimento; pretende a centralização/uniformidade mas sabe que uma intervenção abrupta nesse sentido corre o risco não só de paralisar as iniciativas como de gerar descontentamentos/deserções nas fileiras da Igreja; seu pronunciamento tem o tom do apaziguamento, reafirma a justeza das condenações à setores da democracia cristã italiana bem como o imperativo da obediência do movimento leigo à hierarquia³⁹⁴, mas esboça um modo de organização da *Ação Católica* que aconselha a adequação às *várias necessidades*, aponta para uma tolerância com as *formas diversas*, os *meios vários*.

No Brasil, diferentemente dos países europeus que presenciavam a capilaridade do movimento social católico, essa organização com(n)vocação centralizadora surge muito mais para difundir do que para centralizar - já existiam, é certo, iniciativas como a

³⁹³ Pio X. *Il fermo proposito*, documentos pontifícios 38. Petrópolis, Vozes, 1959, III Edição, (14-15).

³⁹⁴ “É verdade que alguns deles (documentos de Pio X sobre a ação católica na Itália), como o estavam a exigir as circunstâncias, dolorosas para Nós, melhormente visavam desobstruir os obstáculos contrapostos ao mais franco progresso da Ação Católica e condenar certas propensões indisciplinadas que se iam instilando com grande desacato da causa comum. Nosso coração, contudo, ansiava pela hora de dizer-vos também algumas palavras de paternal alento e animação, para que neste particular, uma vez removidos os impedimentos que de Nós dependessem, a edificação do bem continuasse e crescesse generosamente. É-Nos,

Corporação Operária de Camaragibe, o Círculo Católico do Rio de Janeiro, o Centro dos Operários Católicos na cidade de São Paulo...iniciativas cujas histórias ainda estão por serem construídas³⁹⁵; também não se deve esquecer as experiências muito peculiares do catolicismo social riograndense, restritas ao meio imigrante alemão, como a Associação dos Agricultores, organização interconfessional criada em 1899, e, já de um período posterior (1912), a *Volksverein für die deutschen Katholiken von Rio Grande do Sul*³⁹⁶.

Associação voltada para “o apostolado dos leigos pelos leigos”³⁹⁷, sob a orientação de um assistente eclesiástico, a União Popular do Brasil tinha como objetivos “a) Promover a ordem cristã na sociedade, principalmente pela instrução do povo quanto aos direitos e deveres sociais; b) Dar a todos a educação necessária para que colaborem praticamente na elevação do nível intelectual, moral e econômico em todas as classes; c) Promover a refutação de todos os ataques dirigidos contra a religião católica; d) Combater a tendência revolucionária no terreno social.”³⁹⁸

Nos seus boletins, revela-se uma atenção especial à situação dos *lavradores*³⁹⁹ e dos operários. Quanto aos primeiros, além de orientação acerca dos tipos de solos e culturas mais adequadas, das técnicas e instrumentos modernos de agricultura e criação, propõe-se a criar “*sindicatos agrícolas* - para proteger os lavradores contra mil desgraças de que são vítimas. *Caixas rurais*⁴⁰⁰ - para proporcionar-lhes dinheiro e livrá-los das garras de

pois, muito grato fazê-lo hoje, pelas presentes letras, para consolo de todos, na certeza de que todos darão ouvidos e obedecerão docilmente a Nossas palavras”. *Il fermo proposito* (2).

³⁹⁵ No *Boletim da União Popular do Brasil*, ano I, número IV, 1909, p. 67, em sua seção *Noticiário*, relativa à correspondência recebida dos diversos estados, o órgão noticioso afirma que “Tem razão o dr. Macedo Costa, quando em seu luminoso discurso proferido na Bahia, por ocasião da fundação da União, historiou e enumerou as obras sociais que já estão vigorando em toda a República. E disse muito bem o orador que essas obras terão muito mais força e (sic) se ligarem à União Popular do Brasil.” Sobre a organização dos operários católicos em São Paulo, ver Marchi, *op. cit.*, pp.235-248.

³⁹⁶ Para esse ponto, ver : Gertz, René E. *Catolicismo social no Rio Grande do Sul : a União Popular*. In: *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 148, dez/1992, pp. 553-579. Sobre o papel do professor paroquial nas colônias alemãs do sul do Brasil ver Kreutz, Lúcio. *O Professor Paroquial. Magistério e Imigração Alemã*. Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul, ed. da Universidade/ed. da UFSC/EDUCS, 1991.

³⁹⁷ Wernet, Augustin. *Os Redentoristas no Brasil*. Aparecida, ed. Santuário, 1995, v. 1, p. 286.

³⁹⁸ Estatutos gerais, *op. cit.*, p. 5.

³⁹⁹ Justificada, segundo os boletins, pelo fato, da grande maioria da população habitar a área rural. Não se deve perder de vista a atenção dada pela *Rerum novarum* à formação e preservação da pequena propriedade. RN (14-21).

⁴⁰⁰ Propõe o modelo das cooperativas do sistema *Raiffeisen*. “Na Alemanha, o economista político de mentalidade protestante, W. Raiffeisen (1818-88), se dedicou desde meados dos anos sessenta à criação de um sistema de cooperativas agrícolas.” Köhler, Oskar. *Los movimientos sociales in Jedin (org.)*, *op. cit.*, p. 325. No Segundo Congresso Católico Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1908, P. Modesto de Mello, apresentou trabalho detalhando o funcionamento do sistema e sua implementação, trabalho que foi

usuário”. Para os operários, além da fundação de creches, “*cooperativas de consumo* - para tornar mais baratos os artigos de primeira necessidade, - combatendo o industrialismo falsificador. *Sociedade de Socorros Mútuos* - que oferecem alguma garantia de subsistência aos inutilizados para o trabalho. *Círculos de recreio* - para que não falte honesto divertimento e não se entreguem os sócios ao vício, que diminui os recursos e forças, e os põe em sumo perigo de perder a alma.”⁴⁰¹

A União Popular do Brasil na defesa do direito de propriedade como fruto do trabalho, no caráter genérico da reivindicação de um salário suficiente às necessidades do operário - sem, inclusive referência alguma ao salário familiar, coisa que a *Rerum novarum* faz -, no apelo à harmonia entre as classes - não prega a greve, mas exige a contrapartida do tratamento digno do operário pelo patrão -, no propugnar o descanso dominical, a proteção ao trabalho infantil e na condenação do vício, do usurário voraz, do *industrialismo falsificador*, segue o mesmo diapasão da encíclica leonina. Mas vai um pouco além quanto à intervenção do Estado: leis contra a usura, o alcoolismo, a vagabundagem, a mendicância e a ostentação do vício, não constam do programa leonino; o mesmo para a seguridade estatal para acidentes do trabalho, invalidez, velhice, questões que são remetidas pela *Rerum novarum* para a iniciativa particular (68); também a intervenção do Estado para coibir os contratos injustos, o salário deficiente, não merece a extrema reserva com que a encíclica trata do tema (64). Se a União Popular do Brasil compartilha com a encíclica a opção por corporações livres e confessionais, faz opção pelos sindicatos puros e autônomos em relação à hierarquia eclesiástica⁴⁰².

Pelo exposto, não só transparece a filiação ao intervencionismo estatal defendido pela *escola de Liège* - legislação social -, como manifesta-se a proximidade com a *tendência de Colônia* - associações exclusivas de trabalhadores e independentes do episcopado. No boletim de n. IV da União Popular do Brasil, é reproduzido, do boletim oficial do *Volksverein*, pronunciamento do cardeal Fischer, arcebispo de Colônia⁴⁰³; já no boletim de n. III, é reproduzida matéria publicada pelo boletim do *Volksverein* comentando a fundação da União Popular do Brasil:

posteriormente publicado (*União Popular do Brasil - A Ação Social: as cooperativas do sistema Raiffeisen* por P. Modesto de Mello. Petrópolis, tipografia da Escola gratuita “São José”).

⁴⁰¹ Boletim n. III, p. 53.

⁴⁰² Idem, pp. 50-51.

⁴⁰³ Boletim n. IV, pp. 65-66.

“Recebemos o (sic) agradável nova de que se fundou o Volksverein, no Brasil, com o título de União Popular do Brasil, com sua sede central, no Rio de Janeiro, capital federal. A organização, a orientação e o método de trabalho são os mesmos do Volksverein da Alemanha Católica, cujos estatutos serviram de modelo. (...) Temos sobre a mesa o primeiro número da União Popular, redigido por frei Inocêncio Reidick, com a colaboração dos membros da Direção Central. O aspecto da capa nos impressionou bem. Em grandes letras de cor vermelha se lê União Popular órgão oficial da União Popular do Brasil - 1908, ano 1 n. 1. Em outro ponto da capa lê-se ação social em prol de todas as classes, ao modo do que se vê em nossas revistas cor de rosa, tão conhecidas e tão apreciadas. (...)”⁴⁰⁴.

Tudo indica que a fundação da associação partiu da iniciativa particular de frei Inocêncio⁴⁰⁵. Realizou reuniões preparatórias com católicos ilustres - cinco drs., um general dr., um senador, dois condes, um conselheiro, dois bispos, um deputado, dois monsenhores...⁴⁰⁶ -, justificou a iniciativa pela urgência em se deter o avanço dos socialistas através da organização cristã dos trabalhadores, apresentou o modelo do *Volksverein* e a proposta dos estatutos; pediu a proteção do cardeal Joaquim Arcoverde e o apoio dos bispos e arcebispos do Brasil - que deveriam, através de contatos pessoais e de cartas pastorais, motivar fiéis e clero a se empenharem na obra⁴⁰⁷.

O núcleo inicial no Rio de Janeiro transforma-se em *sede*, em *Centro* orientador, diretor e difusor da associação por todo o país; amplo material é distribuído expondo os motivos de sua constituição, a sua organização, incitando os *homens de boa vontade* a se engajarem no exército de Cristo; instruções detalhadas para a sua fundação e organização em cada localidade, os *estatutos gerais*, modelos de *bilhetes de adesão*, *de escrituração*, guias para os *homens de confiança*, *esquema de Estatutos Normais para as sociedades*

⁴⁰⁴ *Boletim* n. III, p. 48.

⁴⁰⁵ Os boletins III e IV trazem em suas capas *com licença eclesiástica*, autorização ausente no primeiro boletim.

⁴⁰⁶ “Membros da Junta Central: Dr. Carlos de Laet - General Dr. Leôncio de Medeiros - Max Leonhard (tesoureiro geral) - Dr. Buarque de Macedo - Senador Hercílio Luz - D. Miguel Kruse - Dr. Ignacio Tosta - Conde Afonso Celso - Conselheiro Dr. Cândido de Oliveira - Conde Cândido Mendes de Almeida - Oliveira e Silva - Dr. Artur Cezar de Andrade - Deputado Passos de Miranda - D. Agostinho dos Reis - Dr. Luiz Corrêa de Brito (Pernambuco) - Monsenhor Alberto Gonçalves, (Paraná) - Monsenhor Miguel Valverde (Bahia)”. *Boletim* n. III.

⁴⁰⁷ “Já chegaram ao nosso poder as respostas animadoras do Exmo. Sr. Cardeal, Sr. Arcebispo da Bahia, dos Exmos. Srs. Bispos de Uberaba, Diamantina, Mariana, Pouso Alegre, Maranhão, e ultimamente por telegrama

operárias católicas do Brasil, Estatutos para uma caixa operária, orientações para a ação social feminina, explicações sobre as Caixas Raiffeisen e cooperativas de consumo.

No modelo de organização estabelecido nos seus estatutos gerais⁴⁰⁸ não só o Centro da União Popular do Brasil centraliza na sua *direção central*, através de seu *corpo executivo*, a coordenação/orientação/direção das uniões populares a serem criadas - e as já criadas - em todo o Brasil, como não faz qualquer alusão à interferência do episcopado em seu funcionamento.

A Direção Geral - dessa associação voltada para o “apostolado dos leigos pelos leigos”-, constituída por homens de boa vontade “que, gozando de certa independência quanto aos meios de vida, se dedicam com amor ao bem do povo, sem outro interesse a não ser o de bem servir à religião e à Pátria”, que passam horas e horas estudando “a fundo os variados problemas de trabalho no Brasil a fim de *propor meios de diminuir males existentes e orientar os interessados* para a melhoria de suas situações econômicas e financeiras”⁴⁰⁹; essa diretoria, que estabelece ser ela quem determina a pauta, convoca, escolhe os participantes, e executa as resoluções do Congresso Geral que a elege para interpretar os estatutos, instruir sobre o funcionamento da associação, nomear e destituir os chefes dos Centros dos Estados, aprovar ou não delegados diocesanos e gerentes eleitos, resolver as pendências nos Centros estaduais, nas delegações diocesanas e nas gerências locais, e herdar os bens desta..., desperta desconfianças entre os soldados de Cristo.

Num primeiro momento, entre aqueles já organizados em batalhões de cunho social ou devocional. Nos boletins distribuídos pelo Centro da União Popular do Brasil é recorrente a insistência com que sua direção assegura que “É inútil acrescentar que a União não se propõe de modo algum a intervir nos negócios de qualquer sociedade que lhe queira fornecer as informações pedidas.”⁴¹⁰; “Mais uma vez declaramos que todas as sociedades que aderirem a União conservam perfeita autonomia; não tem conta alguma a dar ao gerente local, não tem que ouvi-lo nos negócios da sua economia própria. O gerente se

as dos bispos do norte que reunidos em Recife aprovaram e abençoaram os trabalhos da direção Central da União Popular prometendo referir-se a ela em Pastoral coletiva próxima.” *Boletim* n. I, p. 4.

⁴⁰⁸ Ver Anexo II.

⁴⁰⁹ *Boletim* n. I, pp. 3; 6.

⁴¹⁰ *Boletim* n. III, p. 44; *Boletim* n. IV, p. 64.

limitará à cobrança e distribuição de impressos.”⁴¹¹; “Ainda uma vez voltamos a tratar da velha questão da autonomia das corporações que passam a se juntar à União Popular. Já temos dito, em repetidas ocasiões, que a União Popular respeita e acata a liberdade e autonomia de todas as associações que a ela se incorporarem. Para garantia desta autonomia a direção não quer que o gerente local seja o mesmo presidente da sociedade que se incorpora.”⁴¹².

Repetição que informa de uma resistência aos novos generais, à presunção destes de se considerarem portadores de um novo conhecimento, visto como o único adequado às novas condições, como aquele que permite vislumbrar a vitória sobre os males modernos. No boletim de número I, a União Popular do Brasil estampa uma pequena história que, já em seu título, revela a preocupação da diretoria em desqualificar as desconfianças, afirmando-as questões de nonada: “Um Pequeno Conflito (Página da vida de *Le Brun*)”, mas cuja narrativa, se por um lado reforça o mote dos melindres de vaidade, por outro, não se exime da perspectiva ampla, do conflito entre dois modelos de militância leiga, representativas de dois catolicismos que, se não são excludentes, cada qual busca a preeminência. O adversário é (des)qualificado como ultrapassado, velho, preso ao costume de um tempo que não existe mais.

Conflito entre o “abastado” padre Pedro, dono de minas de sal, lavoura, gado, curtume, “bom coração”, sempre generoso nas contribuições às irmandades, às irmãs Descalças, nas esmolas aos pobres, fundador e benfeitor de uma escola de agricultura para meninos, de um hospital para desenganados - “entregando ambas as instituições à Irmãs de caridade” -, restaurador da “velha Colegiata”, proprietário de um jornalzinho - “Catacumbas” -, que divulgava os feitos “das missões de Oriente, enaltecia o denodo dos Cruzados, dissertava acerca da liberdade dos anjos no momento em que foram criados e atacava energicamente o protestantismo”; mas, sua “menina dos olhos...era o seu Círculo Operário” - membros operários, “ao todo eram apenas seis ou sete” -, baluarte contra o socialismo e a anarquia, fonte futura, dizia ele, de onde “emanará irresistivelmente a paz, a tranqüilidade da consciência, a resignação nesta e a felicidade na outra vida...”; no entanto,

⁴¹¹ Boletim n. III, p. 63. O cochilo da crase e do circunflexo, revela a concepção do estado-maior acerca do soldado: () a União conserva(m) perfeita autonomia; não tem conta alguma a dar ao gerente local, não tem que ouvi-lo nos negócios da sua economia própria. O gerente se limitará à cobrança e distribuição de impressos.

⁴¹² Boletim n. IV, p. 72.

recusava-se a dar folga aos seus trabalhadores para que pudessem participar das missões promovidas pelo vigário - “E para ele o mundo era aquele pequeno povoado de ruas estreitas e árvores raquíticas, de dois clubes e três fábricas - uma das quais era a sua -, de casarões que recendiam a velha nobreza, já esvaecida”.

E o jovem Dr. Antônio, “filho da D. Paulina” - sólida formação moral, distinta origem social -, que pretendia fundar na pequena cidade, em auxílio aos sem pão e sem fé, outro Círculo de operários, para instruir-lhes “acerca de tudo o que se relaciona com a sua situação econômica e social”, lugar onde

“os trabalhadores aprenderão a usar racionalmente e nobremente dos seus direitos: direito ao pão, ao necessário descanso, ao salário suficiente; direito à sua alma, educando-a a fim de ser conscientemente honrada, religiosa e boa; direito à família, para que sua esposa e seus filhos não sejam admitidos ao trabalho em condições cruéis e que o salário do pai baste para a manutenção da família; direito de adoecer, sem perder o emprego; direito de descansar ao domingo. Juntamente com os seus direitos, conhecerão também os seus deveres para consigo mesmos, para com seus companheiros, seus patrões e seu Deus...”

Antônio arrebanha alguns operários e inicia as reuniões, mas necessita de “quem presida e guie, um sacerdote”, para o que recorre ao vigário pedindo-lhe uma indicação. O cura tergiversa, questionando se “esses operários tão ignorantes, tão ariscos e tão rudes, compreenderão tudo isto que lhes queres meter na cabeça?... E posto que o compreendam, não é por-lhes armas na mão?...”. Antônio contra-argumenta : também entre os ricos há rústicos, ignorantes e viciosos, “...porque então falar-lhes de direitos e de consciência? Para que dar-lhes armas, se desde muito as têm nas mãos?... E no entanto, que armas terríveis os deserdados possuem! O socialismo não as oculta a ninguém. E nesta mesma cidade tão pacífica se encontram socialistas, e não poucos. Os operários, que vieram de fora, contratados para a nova fábrica, são socialistas...”. O pároco busca encerrar o assunto: “Vamos falar claro. Havendo aqui um Círculo, não convém nem é prudente fundar outro./ - Pois falemos claro, - diz Antônio, que suspirava por isto - (...)", o Círculo do padre Pedro não se empenha em melhorar a situação material dos operários nem cultiva-lhes a fé, “de vez em quando vem nas Catacumbas um artigo laudatório apresentando os grandes ideais do Círculo e da sua junta...mas ideais, somente...(...) Passam-se os dias e os anos sem se

fazer nada; e se alguém planeja realizar alguma coisa, logo se lhe diz: cuidado! o projeto é meu... não roubes os meus ideais!”. O vigário aconselha Antônio a entrar para a junta do Círculo; o jovem doutor recusa o convite por ter certeza de que ficaria com as mãos amarradas; longe dele desejar “tirar patente de invenção, em auferir glórias de fundador (...) A obra que eu pretendo fundar, bem que em parte se pareça com o Círculo, é muito diversa e não lhe causará prejuízo...”. O cura, velho amigo da família do “Antonico”, suspira... que ele esqueça seu Círculo; o moço se destempera

“- Continuem, pois, as cousas como vão. Aqueles que dizem que podem e sabem, continuem curando o povo com remédios empíricos. Continuem a esperar por quem nunca os procurará... Pobres trabalhadores das fábricas e dos campos ! Se quiserdes paz, amor e justiça e bem estar, só o achareis passando por uma porta estreita, muito estreita... e só do outro lado encontrareis um Senhor bondoso e rico, que vos espera e vos dará a felicidade.../ - Não te cales, continua, disse-lhe amorosamente o sacerdote. Posso eu ainda acrescentar: - Por mais que fales, não me contarás novidades. Todas essas cousas já as sei eu (Entretanto não as disse.)”.

Noite; no seu quarto, Antônio de joelhos, olhos fixos na imagem do Cristo crucificado: “- Tende piedade de mim, Senhor ! Tende piedade de mim, porque me encolerizei, fui desrespeitoso, fiz maus juízos, fui impertinente e áspero... Lançai um olhar sobre mim, Senhor, e compadecei-vos... Eu nada sou quero erguer-me, não tenho autoridade e quero mandar... Compadecei-vos de mim e perdoai-me...”.

Perturbado, “desassossegado”, o vigário consulta o seu prelado. Argumenta com as obras do padre Pedro. Responde o bispo que as conhece e questiona

“que tem ele feito em prol dos trabalhadores de suas terras, de suas fábricas de suas minas?...”, o pároco cita o Círculo; “ - E todos vão lá? / - Antes fossem?... todos./ (...) - Há greves por lá? / O bom cura duvidou antes de responder. Porque fazia esta pergunta, se ele mesmo sabia que lá se faziam greves?.../ E veio-lhe à lembrança a escandalosa greve da fábrica de curtumes, provocada e atizada por uma orgulhosa arbitrariedade do Padre Pedro./ - Trabalha-se nos dias santos? continuou o Bispo, sem esperar resposta. E os salários? e as horas de serviço?... e as mulheres e os filhos dos operários?... e a moralidade nas fábricas?.../ Não se dá aí por ventura o caso de morrerem alguns de fome do pão da boa doutrina, enquanto outros e poucos vivem fartos?... Mas vejamos, disse abrandando a voz, vejamos o que faz o P. Pedro

para os do seu Círculo./ - Ele vai lá, de vez em quando, dirigi-lhes a palavra, anima-os.../ - Sim, Sim ? já compreendi, retorquiu sorrindo o bom Prelado. Bate no ombro de uns e de outros, e carinhoso lhes diz: Então, amigo, como vai?... Homens assim constantes, são os que me servem... E só. E nada mais. É ou não é assim? / - É, sim, senhor, é assim.../ - E quem deu a essa Junta do Círculo tais atribuições, para que tudo dependa dela e nada se faça sem ela? / - Senhor, eu o ignoro. Quando fui para lá, encontrei as cousas nesse estado... Já é um costume... É talvez um direito adquirido, à força de ninguém fazer nada.../ - É preciso acabar com isto! disse com firmeza o Prelado. É preciso ir às almas enfermas... digo mal, às almas mortas: 'Ite ad oves quae perierunt, ensinou-nos o Mestre...' É muito fácil dirigir-se uma Irmandade, porém é mais glorioso e mais apostólico ir-se as trincheiras do inimigo arrancar-lhes as suas presas. Proceda V. Rma. segundo os ditames da sua consciência e de sua razão, porque estas lhe dirão sempre que o Bispo em sua diocese e o Pároco em sua freguesia são os que governam, e dirigem e não os fiéis... Alguém se desgostará por isso; alguém diminuirá as suas generosidades?... Se for pessoa verdadeiramente boa e caridosa, não procederá deste modo; mas se proceder... pior para ela./ O Prelado levantou-se. O Cura, despedindo-se, beijou-lhe agradecido o anel, e ainda ouviu estas palavras: / - Cristo não conquistou o mundo com o ouro dos Césares, mas com acendrado zelo dos seus apóstolos, dos seus humildes apóstolos... »⁴¹³.

Padre Pedro possui dupla face. Capitalista devoto ávido por ganho e generoso para com os pobres e a Igreja, satisfeito consigo mesmo pois de mentalidade estreita como as ruas, consciência tranqüila adquirida com as obras de caridade financiadas pelo dinheiro da exploração dos trabalhadores de suas minas, fábrica e fazendas, nele convivem harmoniosamente a ganância e a caridade, virtude esta que é manca porque desprovida do sentimento de solidariedade, condição de verdade do amor ao próximo; ele paga a obra mas não se interessa nem se dedica a ela, contando receber por ela; abre a bolsa e lava as mãos com o sorriso de uma outra face que lhe assegura que fez a sua parte. Face do sacerdote de uma Igreja acanhada, raquítica como as árvores do passeio, voltada para si mesma na sua antiga organização - *velha Colegiata* -, alheia ao mundo da industrialização, nostálgica das Cruzadas e com olhos postos fora, avessa a qualquer mudança porque acomodada nas suas

⁴¹³ *Boletim* n. I, pp. 18-24.

práticas, da resignação e da caridade, prestigiada por um laicato preso ao *costume*, da devoção e do assistencialismo. Ele não é condenado, mas criticado, não é uma pessoa ruim, mas equivocada nos meios de sempre - *remédios empíricos* - que utiliza, ineficazes para um mundo que não é mais dos casarões e das irmandades. Pedro, nome de uma Igreja paralisada, entorpecida.

Antônio pensa assim. Leigo determinado, profundamente devoto, que cedo saiu de sua terra para estudar na cidade grande como o mundo e retornou de onde os socialistas vieram; aquele que suspira por falar a cristalina verdade do tempo, denunciar o lamentável anacronismo da *Colegiata*, anunciar a boa nova social; jovem doutor formado na sociologia cristã, soldado de uma Igreja que não quer ser a de Pedro, mas a de Paulo, vanguarda dinâmica que assalta as *trincheiras do inimigo* tomando-lhe *as suas presas* para render as *armas terríveis* dos *deserdados* em contraponto à imobilidade do assistencialismo, sempre *a esperar por quem nunca os procurará*.

Antônio tem o aval do bispo, que demove as reticências do bom cura, acomodado/incomodado com as *cousas*, mas que não as dizia. A atitude do bispo - pronunciamento de Leão XIII - permite-nos entrever a importância e o impacto da *Rerum novarum* no mundo católico; chamada ao acolhimento do catolicismo social pelo magistério da Igreja - Mayeur fala em *extensão do papel do magistério* - e à autoridade do clero na sustentação do movimento leigo de tipo novo, que não exclui o outro, da assistência social, das obras de beneficência e caridade - no dizer de Antônio, *a obra que eu pretendo fundar, bem que em parte se pareça com o Círculo, é muito diversa e não lhe causará o menor prejuízo*, semelhante porque cumprimento da função de magistério, *diversa* nos métodos, e o *muito* revela/encobre que os fins são outros, invenção do novo lugar; a cooptação das associações antigas requeria afirmar a preservação de sua autonomia -, mas reivindica prioridade/direção por se ver mais apropriado e portanto eficaz em arrebatar as massas e recriar o “lugar social”⁴¹⁴ da Igreja no mundo das coisas novas.

Por outro lado, entre aqueles que reconheciam a urgência e a necessidade de uma organização ampla como a União Popular, e estavam dispostos a nela se engajarem, as resistências parecem não ter sido menores, pelo menos foi o que se deu em Minas Gerais.

⁴¹⁴ Bauer apud Köhler. El catolicismo en la sociedad global..., *op. cit.*, p. 288.

No Primeiro Congresso Católico Mineiro, realizado em Juiz de Fora, em janeiro de 1910 - quando se fizeram representar 301 associações religiosas por 125 congressistas⁴¹⁵ - decide-se transformar a União Popular de Belo Horizonte (fundada em abril de 1909) em Centro da União Popular no Estado de Minas Gerais, com a incumbência de organizar os futuros congressos católicos mineiros, bem como solicitar “ao *Centro da União* o estudo e reforma de seus estatutos, de modo a torná-los o mais possível de acordo com as necessidades atuais da ação social católica”⁴¹⁶. Já com o nome de Centro da União Popular e da Federação das Associações Católicas de Minas Gerais, organiza o Segundo Congresso Católico Mineiro, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1911⁴¹⁷ - 388 congressistas, 668 instituições religiosas -, ocasião em que é formalizado o rompimento com a sede do Rio de Janeiro, decidindo-se que “a associação encarregada da ação social e de executar as resoluções dos congressos católicos será somente a *União Popular*, a qual modificará seus estatutos para que fiquem de acordo com esta resolução”⁴¹⁸.

O exame dos novos estatutos⁴¹⁹ - datados de 02/12/1911 - permite-nos identificar pontos de divergência com o Centro da União Popular do Brasil. O capítulo relativo aos seus *fins*, recebe acréscimo que informa de todo um cuidado em desvincular a associação de qualquer grupo partidário, muito possivelmente em razão dos traumas da campanha presidencial de 1909-1910, quando os católicos se dividiram e se insultaram, e a religião serviu à política - acusações ao *ateu* civilista Carvalho Brito, e aos *maçons* Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás. Também momento de avaliação da pertinência de um partido católico no Brasil, particularmente após o fracasso eleitoral, em 1909, do partido Regenerador em Minas.

Mas - se os *meios*, ou *programa*, listados são os mesmos -, a divergência fundamental revela-se na forma de *organização*, talvez explicada pelas origens distintas: o Centro de Minas, em congressos convocados pelo episcopado com o aval da encíclica *II*

⁴¹⁵ Lima, Mário de. *O Bom Combate (subsídios para a história de 20 anos de ação social católica em Minas)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929, p. 77.

⁴¹⁶ *Idem*, p. 91.

⁴¹⁷ No período em foco, foram realizados mais dois congressos, em 1914 e em 1918 (este organizado pela União dos Moços Católicos), sempre no mês de setembro, expressão do desejo de aproximação - os congressos ou terminavam antes do dia 7 (2º Congresso), ou iniciavam imediatamente após o dia 7 (3º e 4º Congressos) - entre Religião e Pátria. Também em setembro eram empossados os presidentes dos estados e da República.

⁴¹⁸ Lima, *op. cit.*, pp. 108-110. Ver o § 9º do artigo LX dos estatutos de 1911, que informa do desaparecimento do Centro da União Popular do Brasil.

fermo proposito, de 1905; o Centro do Rio de Janeiro, por iniciativa particular anterior à aprovação da hierarquia, tendo por modelo o *Volksverein* da década de 1890.

Aparentemente, o estatuto do Centro de Minas mostra a preocupação em conferir certo grau de flexibilidade à estrutura organizacional, desvinculando da direção geral a aprovação dos diretores diocesanos e locais, reforçando a necessidade de adequação das obras às *circunstâncias, condições locais* e delegando aos centros diocesanos as decisões *sobre o que por si mesmo puder facilmente resolver*⁴²⁰. Aparentemente porque, por trás da autonomia estabelecida entre as diretorias constituídas pelos leigos – e trata-se de uma associação de leigos – nos centros geral, diocesano e local, organiza-se uma estrutura – que se quer vigilante e garantidora de uma única voz de comando perpassando todos os níveis – do clero sobre a vida da organização.

Não se aconselha aos gerentes - como faz a União Popular do Brasil - que “solicitem o apoio moral do vigário, o qual, pelos seus encargos, não poderá certamente tomar sobre os ombros a tarefa de organização, mas deverá auxiliar os esforços dos organizadores”⁴²¹, mas determina-se que *para delegado* (responsável pela organização do centro local) *será nomeado regularmente o católico apresentado pelo vigário da paróquia*. Enquanto no texto dos estatutos de 1909 não se encontra nenhuma alusão à influência da hierarquia, no de 1911, a *autoridade arqui-diocesana* aprova ou não o diretor geral eleito por um congresso cujo programa e convocação lhe são submetidos, autoriza ou não o Centro da União Popular a pedir personalidade jurídica, nomeia o assistente eclesiástico que tem poder de veto sobre as deliberações, além do que o *ordinário diocesano* nomeia e

⁴¹⁹ Ver Anexo III.

⁴²⁰ Saliente-se que a redação da *organização* dos estatutos de 1911 parece ter tido a influência decisiva do primeiro assistente eclesiástico do Centro da União Popular de Minas Gerais, mas que militava em um centro local - o de São João del Rei -, frei Cândido Vroomans. Essa afirmação baseia-se em seu escrito de “6 de Agosto de 1911./para o 2º. Congr. Catº. - Belo Horizonte./ Organização Social” *Caderno Arquivo da União Popular*, p. 38. Afirmação que é reforçada pelo trecho da carta enviada por Campos do Amaral - diretor do Centro durante todo o período - a frei Cândido, em 31/10/1918: “Posso assegurar-lhe que não exprimo somente o sentir do diretor obscuro da União Popular em Minas mas o sentimento unânime de todos os antigos companheiros de diretoria os quais conhecem em demasia o seu zelo, a sua dedicação e o seu amor pela União Popular. Todos estão bem lembrados daquela sua tese apresentada ao Segundo Congresso Católico sobre Organização Social Católica, o melhor trabalho que já foi até hoje apresentado e que constitui a defesa da União Popular.” *Caderno Tio*, pp. 237-238.

⁴²¹ Instruções para fundação de gerências, nas freguesias in: *União Popular do Brasil. Boletim oficial do Centro de Ação da União Popular no Estado de Minas*. Ano I, número I, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909, p. 13.

demite o diretor do centro diocesano e a Mitra herda os bens da associação, obediência que traduz a orientação integrista de *centralização/descentralização* do pontificado de Pio X⁴²².

Outra diferença importante refere-se à intenção de ampliar ao máximo o alcance da União Popular, abrindo inclusive seu *supremo corpo deliberativo* à participação individual de católicos e de representantes de *todas as associações católicas do Estado, de qualquer natureza*. Diferentemente dos estatutos da União Popular do Brasil, que aconselham à diretoria local “obter a adesão das associações locais, onde e quando seja isto conveniente”, os estatutos do Centro da União Popular de Minas Gerais não só colocam como um de seus *fins (...) congregar (...) todas as forças católicas do estado* - assegurando a todas as associações *a plena autonomia em seu governo interno*, via modelo da *federação* -, como garantem aos diretores e presidentes das mesmas lugar nas diretorias estadual, diocesana e local - tendo o cuidado de buscar representatividade efetiva das associações ao estabelecer o limite de 1/3 para os membros nomeados pelos diretores. E aqui ressalte-se a diferença de origem dos dois Centros; enquanto o da capital da República nasce da iniciativa de “um grupo de homens, sob a direção de frei Inocêncio Reidick”⁴²³, o de Minas Gerais estruturase a partir de dois congressos, com participação de muitas das associações católicas do estado.

O Centro da União Popular de Minas Gerais deposita a eficácia de seu projeto de *vasta federação* no convencimento/doutrinação dos elementos dirigentes das diversas associações católicas - seja nos contatos semanais com os diretores e assistente eclesiástico, seja nas conferências por ocasião das assembleias mensais e gerais, e nos grupos de estudos dos congressos católicos. Encontros em que são explicadas e discutidas a *questão social, a questão operária, o cooperativismo, a sociologia, o liberalismo, o socialismo, a economia doméstica, a maçonaria, o sistema do ímpio simiano Haeckel, a indole católica do povo brasileiro, os últimos atentados contra a Igreja, o amor, a organização e ação social*

⁴²² “Pelo 1º. secretário (Joaquim Furtado de Menezes), foi proposta à aprovação do Congresso a seguinte declaração de princípios: ‘O Congresso, cujos trabalhos vamos iniciar, é católico, exclusivamente católico. Ele visa estudar remédios que devem ser opostos à crise social moderna, remédios contidos na doutrina católica. A doutrina ensinada pelo Catolicismo é completa, nada se precisando ir buscar fora dela, pois que aí se encontram remédios para todos os males. O Segundo Congresso Católico Mineiro, antes de entrar na discussão de suas teses, faz solene declaração de obediência inteira e completa submissão à Santa Igreja, de que é Soberano Pontífice S. S. Pio X, sucessor de São Pedro, Bispo de Roma, Vigário de Jesus Cristo, Doutor Infalível da Fé e da Moral’. Foi igualmente proposto um telegrama a S. S. o Papa, declarando-lhe inteira fidelidade e submissão” Lima, *op. cit.*, p. 106.

católica, o cristianismo na antigüidade, a existência de Deus, o cinema, a falta de trabalho no operariado, a boa imprensa, a escola leiga e a liberdade de consciência, o celibato e a medicina, a irreligião da mocidade: causas, conseqüências e remédios, as superstições, instituições de caridade e piedade, o episcopado e a civilização, as curas milagrosas de Lourdes, o casamento, organização rural, a juventude católica... em que são refutadas as acusações à Igreja nos casos de *Joana d'Arc, Galileu Galilei, e da anedota Joana a papisa*⁴²⁴.

Trata-se de treinar e municiar os soldados antes de colocar o exército em campo. No discurso proferido aos participantes do 2º Congresso Católico Mineiro – do qual resultou o novo estatuto –, realizado em setembro de 1911 em Belo Horizonte, sobre *Organização Social*⁴²⁵, frei Cândido Vroomans utiliza-se de imagens, caras à tradição, para demonstrar as vantagens de uma organização estruturada na *centralização/descentralização* preconizada por Pio X. Para além de um recurso didático, as imagens evocam em cada um dos ouvintes a concretude da coesão, faz visível um todo em que cada um se vê a marchar em *fileiras cerradas*, sem no entanto o fiel se compromissar com o outro, mas sim com o todo que é a Igreja, oculta na ordem que emana de cima, do *General*⁴²⁶.

A única igualdade estimulada é a de serem todos soldados, isto é, encontrarem-se “sempre num estado consciente de *expectativa da ordem*”, só agirem sob ordens⁴²⁷. O impedimento da comunhão do fiel com o fiel é que permite sua transmutação em soldado, evita sua diluição no todo – tornar-se massa – e possibilita, *em caso de necessidade* – a bem da agilidade de movimento –, a divisibilidade do exército em *batalhões*, que *saibam agir com a responsabilidade própria* – “a ordem é a mesma, seja ela recebida por um soldado

⁴²³ Discurso proferido pelo Revmo. Snr. Frei Cândido OFM na cidade de S. João del Rei por ocasião da inauguração da ‘União Popular’. Petrópolis, Tipografia da esc. Gratuita ‘São José’, p. 2.

⁴²⁴ Caderno de atas da União Popular de São João del Rei; teses e comunicações nos congressos católicos mineiros, Lima, *op. cit.*, *passim*.

⁴²⁵ Ver Anexo IV.

⁴²⁶ “Quem quer que tenha contemplado a fileira dos que se preparam para a comunhão não pode deixar de notar em que grande medida cada um se ocupa exclusivamente de si mesmo. A pessoa que está na sua frente ou atrás de si importa-lhe ainda menos do que aqueles com quem ele está em contato na vida cotidiana, e sua vinculação com estes é já tênue o suficiente. A comunhão une aquele que a recebe à Igreja, que é invisível e ostenta portentosas dimensões; ela o arrebatada dos presentes.” Canetti, *op. cit.*, p. 155.

⁴²⁷ *Idem*, p. 312.

ou por todos” -, garantia da constância da ordem ditada por um comandante – clero – adestrado nela e, portanto, incapaz de renunciar/compartilhar a/o mando⁴²⁸.

Imagem de um exército que se reconhece na contrapartida de outra, a do inimigo ameaçador. É em razão da presença do inimigo, da sua forma de organização - imagem que se constrói dele -, da necessidade de se deter uma conspiração demoníaca, *plano infernal* contra a idéia de Deus na sociedade, que se faz um apelo à constituição, coesão, intransigência e mobilidade da falange cristã. A imagem do inimigo é muito mais poderosa, eficaz, do que a palavra do pontífice; é no medo da noite que a Igreja se (re)constrói, do tumulto na terra, da danação eterna. Imagem que o outro se apropria, chistosamente, para dizer que as noites já não se iluminam com fogueiras, mas por lâmpadas de arco voltaico.

O frei, cândido, longe está de ser um discípulo de Torquemada, assim como sua Igreja está no tempo presente - “virtude maravilhosa para acomodar-se às várias condições da sociedade civil, de modo que, salvas sempre a integridade e imutabilidade da fé e da moral, incólumes também seus direitos sacratíssimos, facilmente se sujeita às vicissitudes contingentes e acidentais dos tempos e às novas exigências da sociedade”⁴²⁹ -; sua arma é uma *sociologia*; a escorregadela, fica por conta do calor da censura; a imagem, dessa a Igreja não abre mão; das trevas, meio do mal que instiga a corrupção no mundo; mas sempre *sujeita às vicissitudes contingentes e acidentais dos tempos*, sujeita às inversões; a seita secreta, nefanda, dos *philosophes* que a *uma época* falam de liberdade, da verdade iluminada pela razão, luz externa, cegou os homens que, às apalpadelas, orbitam como autômatos em torno das coisas. Só a fé conduz à verdade. É com pessoas guiadas por essa luz interna, “pessoas de piedade genuína, de virtudes varonis, de costumes puros e de vida tão ilibada, que sirvam a todos de exemplo eficaz”⁴³⁰, que a Igreja conta, não para vestir a

⁴²⁸ “O fato de marcharem juntos deve constituir mera aparência; é a divisibilidade de uma unidade militar que responde por sua utilidade. A ordem deve sempre ser capaz de atingir um certo número de soldados: um, vinte ou a unidade inteira. Sua eficácia não deve depender do número de homens ao qual ela é dirigida. A ordem é a mesma, seja ela recebida por um soldado ou por todos. Essa natureza constante da ordem é de grande importância, pois afasta-a de toda e qualquer influência de massa./ Quem dá as ordens num exército deve ser capaz de manter-se livre de toda e qualquer massa – exterior ou interior a ele. E ele o aprendeu sendo treinado na expectativa da ordem.” Idem, pp. 314-315.

⁴²⁹ *Il fermo proposito* (9).

⁴³⁰ Idem (10). “Aquele que tão intensamente incorporou a proibição em sua totalidade; aquele que, na rotina de seu dia - e de todos os dias -, demonstra que sabe evitar com máxima precisão o proibido, esse, e somente esse, é realmente um soldado. Para alguém assim, a ordem possui, pois, um valor elevado. Ela é como escapar de uma fortaleza na qual se jaz já há tempo demais. A ordem atinge o soldado qual um raio que o lança por sobre os muros da proibição – um raio que somente às vezes mata. Nesse vasto deserto do proibido que se estende por todo o seu redor, a ordem lhe chega como uma salvação.” Canetti, *op. cit.*, p 313.

opa, mas para empunhar o estandarte dos *direitos sacratíssimos*, para deter no mais recôndito povoado a *guerrilha* do mal. Esses católicos íntegros/integrais, conhecedores da “índole”, dos “usos e propensões” dos seus lugares de origem⁴³¹, soldados natos porque portadores da graça, devem ter *responsabilidade própria*, condição de seu *vigor*, integrados na obediência às *ordens do Centro*, na crença inabalável do dever.

As dificuldades são muitas – a imagem transborda a imagem, dá contornos a uma unidade inexistente. A começar pelo projeto de federar todas as associações católicas, *de qualquer natureza*. Seguindo o determinado pelos novos estatutos, a União Popular sanjoanense decide, em 11 de fevereiro de 1912, promover a “confederação de todas as associações católicas de S. João del Rei (*exceto irmandades*)”⁴³², na 33ª. Assembléia Geral seu assistente eclesiástico, frei Cândido Vroomans, declara “que todas as associações por ele conhecidas, na cidade, já se acham unidas à União Popular, e no caso de haver alguma que ainda não esteja, pede para se apresentar para o referido fim”⁴³³.

O exame do caderno de atas revela que a presença das associações ditas federadas é rara nas assembleias gerais; também o registro destas assembleias diminuem - na período de 1920-24, não há registro de nenhuma -, enquanto cresce o registro de reuniões particulares da diretoria - no mesmo período são 35. Na assembleia de 07 de janeiro de 1912, frei Cândido “lembra então que o número de associados que atinge a cento e quarenta e que no entanto é muito pequeno o dos que comparecem às sessões”⁴³⁴, reclamação que se torna cada vez mais freqüente. Somente na sessão particular da diretoria de 18 de abril de 1918, o secretário registra que “pela primeira vez tomaram parte representantes de outras associações religiosas e que foram as seguintes - Conferência de N. S. do Pilar, Conferência de N. S. do Rosário, Associação de S. José e Associação Católica de Moços”⁴³⁵.

Nenhuma irmandade se filia à União Popular sanjoanense. Já no discurso inaugural dessa associação, frei Cândido delimita seu esteio “Portanto a base da União Popular é a religião católica e os sócios hão de ser católicos não neste sentido que um dia andem de opa e outro dia visitem a loja (...) As pessoas que nós precisamos são os católicos de caráter,

⁴³¹ *Idem* (19).

⁴³² *Caderno Arquivo da União Popular*, p. 138. Grifo meu.

⁴³³ 33ª. Assembléia Geral da União Popular de São João del Rei. *Caderno de atas I*.

⁴³⁴ 29ª. Assembléia Geral...

católicos declarados, convencidos, católicos praticantes que cumpram seus deveres, que confessem os fins da União”⁴³⁶. Na 1ª. Assembléia Geral do Município, em 10/04/1910 - só foi realizada mais uma, em 15/08/1910 -, o vigário Gustavo Ernesto Coelho “num dos trechos de sua palestra trouxe grande hilaridade entre os presentes com o seu dito que a ‘União Popular não é uma irmandade de braços cruzados’”⁴³⁷.

As resistências não são apenas da parte das irmandades, receosas de perderem seus *direitos civis* - o seu patrimônio, a sua autonomia em gerir seus negócios, sua tradição de um catolicismo leigo amparado na caridade, na piedade, no fausto da festa e na devoção recolhida ao círculo restrito de seus membros. Também os agentes da União Popular são reticentes quanto a uma aproximação, desconfiam dessas associações voltadas para si mesmas, cujo isolamento dá campo ao contágio de suas fileiras pelos homens da loja; receiam ficar ombro a ombro com leigos que não são soldados; “Na última assembléia geral a 12 de agosto de 1914, tinha sido escolhido com um voto de maioria, para o mesmo fim, o terreno ao lado da Matriz, no cemitério antigo, porém pelas dificuldades que poderiam aparecer com a Irmandade ficou resolvido a compra do terreno à Rua Pe. José Maria”⁴³⁸.

Exigência do diretor geral do Centro da União Popular de Minas Gerais, Campos do Amaral - que esteve em São João del Rei em final de dezembro de 1919/início de janeiro de 1920 -, a União Popular sanjoanense - e o tom oficial do convite dá a medida do contragosto experimentado pela sua direção -, somente em janeiro de 1920 - com uma resolução tomada no Congresso de 1918 -, solicita a adesão dos irmãos das confrarias: “Fica resolvido que o secretário comunique a todas as associações católicas da cidade, incluindo todas irmandades, ordens, etc que são convidadas a mandarem cada uma um representante junto à União Popular mediante contribuição anual de 6\$000, e constituindo estes representantes o Conselho Consultivo Fiscal que é uma parte da diretoria da União Popular.”⁴³⁹

Trata-se de uma resolução tomada pelo 4º. Congresso Católico Mineiro, realizado em Belo Horizonte no ano de 1918, como um dos meios de superar as dificuldades

⁴³⁵ Sessão particular da diretoria. *Caderno de atas II*. Na 26ª. assembléia geral (08/10/1911), há registro da presença da Associação das Damas de Caridade, Associação do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, Conferência S. Vicente de Paulo e da Associação Católica Operária. *Caderno de atas I*.

⁴³⁶ *Discurso proferido...*, p. 4.

⁴³⁷ *Caderno de atas I*.

⁴³⁸ Assembléia Geral da União Popular de São João del Rei, em 18/10/1914. *Caderno de atas I*.

financeiras do Centro da União Popular de Minas Gerais, oriundas de um investimento desastroso feito por sua diretoria na construção de um *Cinema Modelo* - “tentativa moralizadora dessa diversão” - na capital do estado e de “outras dificuldades de ordem material”⁴⁴⁰. Neste momento, manifesta-se abertamente uma oposição ao grupo de Campos Amaral⁴⁴¹.

Os dados apontam para o declínio do Centro da União Popular de Minas Gerais - “enfraquecid(o) por várias vicissitudes”⁴⁴² - após o 3º. Congresso realizado em 1914. Em 1917, o Centro se declara incapaz, financeiramente, de organizar o 4º. Congresso⁴⁴³, enquanto no 3º. Congresso comparecem 6.620 congressistas e 408 associações, registra-se no 4º. Congresso a presença de “248 congressistas, sendo numerosíssimas as adesões”⁴⁴⁴, a resolução tomada por este último Congresso, de se organizar, através de uma comissão constituída pelo Centro, “uma vasta e poderosa associação, sob o título *Agremiação Católica pró Ensino Religioso*”, não é levada a cabo⁴⁴⁵.

A resistência ao órgão centralizador provinha em boa parte das associações católicas. Foram elas que colocaram a própria existência do Centro da União Popular em questão no 4º Congresso Católico Mineiro, realizado em setembro de 1918. As discussões se concentram em três teses : *Questão do ensino; Imprensa; Organização geral dos católicos*. Nesta última, os debates abordaram a necessidade ou não da reforma dos

⁴³⁹ Sessão particular da diretoria da União Popular de São João del Rei, em 12/01/1920. *Caderno de atas II*.

⁴⁴⁰ Lima, *op. cit.*, p. 235.

⁴⁴¹ É frei Cândido quem no-lo afirma: “No dia 11, na sessão plena fiz a seguinte declaração: Nos últimos tempos falaram muito contra o Centro da União Popular, seu Diretor e sua Diretoria. Acusaram-nos de ter feito despesas sem lançá-las no livro, que não havia escrituração, que não fizeram apontamentos e que só havia uma grande confusão. Pois bem, depois de ter feito um minucioso exame dos livros, declaro, como presidente da comissão, indicada por este 4º. Congresso para fiscalizar as receitas e despesas do mesmo Centro da União Popular, que todos os apontamentos foram feitos em ordem, que não falta documento algum, enfim que a escrituração sempre esteve bem regular. A opinião do contrário declaro como mentira e calúnia. Como presidente da comissão fiscalizadora e em nome da União Popular de S. João del Rei protesto contra tal difamação e calúnia e proponho à ilustre assembléia, aqui presente, para reabilitar o Diretor e sua Diretoria, de reelegê-los.” *Caderno Tio*, pp. 227-228.

⁴⁴² Lima, *op. cit.*, p. 250.

⁴⁴³ Organizado pela União dos Moços Católicos, associação criada em Belho Horizonte em 1915. *Idem*, p. 235.

⁴⁴⁴ As teses do 3º. Congresso: questão do ensino; questão operária. As do 4º. Congresso: ensino; imprensa; organização dos católicos. *Idem*, pp. 207; 246; 204; 240-242.

⁴⁴⁵ A defesa do ensino religioso é a principal bandeira do movimento social católico no período; é a única tese presente nos quatro congressos realizados. *Idem*, pp.248; 250; *passim*.

estatutos da União Popular e se ela deveria - e se sim quais os laços dessa federação - ou não continuar a ser o centro da federação das associações católicas⁴⁴⁶.

O apoio não só de D. Silvério Gomes Pimenta, mas também da outra principal autoridade eclesiástica em Minas, do arcebispo de Diamantina D. Joaquim Silvério de Sousa, foi decisivo.

“Parecia que ia haver grandes dificuldades. Um membro da comissão, porém, tinha procurado o arcebispo D. Joaquim Silvério pedindo uma entrevista a fim de consultá-lo e propôs a questão: deve se conservar a União Popular? O distinto e enérgico prelado respondeu somente com estas poucas palavras que valiam por mil: ‘Os Snrs. obedeçam aos Papas’ (...) Estas palavras transmitidas aos demais congressistas, produziram um choque animador. Não havia mais deliberar nem discutir. ‘Roma locuta, questia finita’. A União Popular e principalmente o Centro não tinha falecido, provou que tem e que tinha vida! Nem mais o nome fazia-se necessário mudar./ A resolução, submetida a votação, foi aprovada unanimemente pelo congresso e subscrita pelos Rvmos. Snrs. Arcebispos e Bispos. Somente a diretoria do Centro foi restringida a cinco membros com um conselho deliberativo. Portanto a União Popular continua com todo o seu mecanismo, agora resta somente federar estas associações ao Centro e... trabalhar (...)”⁴⁴⁷

Decide-se pela mudança dos estatutos. A reforma desmembra a diretoria geral em uma *Junta Executiva* (composta por seis membros) e um *Conselho Consultivo e Fiscal* (representantes das associações católicas, inclusive da União Popular), além do assistente eclesiástico nomeado pelo arcebispo.

A pretexto de conferir maior agilidade à organização, o texto dos novos estatutos reforça a autoridade do diretor geral. Ele não só nomeia os outros membros da *Junta* e os *auxiliares de serviço* que julgar necessários⁴⁴⁸, como, diferentemente dos estatutos de 1911, os estatutos de 1918 estabelecem que só o mandato do diretor do Centro estadual dura *de um Congresso a outro*, enquanto os mandatos dos outros membros da *Junta* dura *enquanto aprouver aos diretores*⁴⁴⁹.

⁴⁴⁶ Lima, *op. cit.*, pp. 240-242.

⁴⁴⁷ 4º Congresso Católico. *Ação Social* 24/09/1918 ano IV, num 183, p.1.

⁴⁴⁸ Capítulo III, art. 4º, § 3º, letras a) e c). Anexo VI.

⁴⁴⁹ Capítulo V, art. 27º, letra c).

No jogo de forças interno à organização, Campos do Amaral e seu grupo conseguem uma vitória significativa. Se antes a direção do Centro da União Popular de Minas era colegiada, acomodando representantes de grupos com visões diferentes do que fazer, do que implementar – por exemplo, o apoio ou não ao cooperativismo, à iniciativa governamental do *Comissariado da Alimentação Pública*, a opção por associações de agricultores/trabalhadores confessionais ou abertas... -, inclusive de setores resistentes à organização⁴⁵⁰, as resoluções do 4º Congresso – abençoadas pelo episcopado mineiro – parecem afirmar a hegemonia do grupo do diretor geral⁴⁵¹. Nas palavras de *Minimus*, em vez de uma “comissão pesada, numerosa, de ação difícil”, em que o “diretor ficou sem meios de ação”, optou-se por “uma comissão central *simples*”, tornando “a ação livre e rápida”⁴⁵².

Outra vitória do diretor geral refere-se à tarefa do *Conselho Consultivo e Fiscal* de periodicamente aprovar *os relatórios e balancetes demonstrativos do movimento social e financeiro da associação*⁴⁵³, tornando-o co-responsável por todos os atos da *Junta*. Não só busca-se implicar as associações católicas na obra – inclusive reduzindo a taxa anual de 12 para 6\$000 -, mas principalmente criar mecanismos de controle, mecanismos que possibilitassem uma visualização da vida interna de cada associação. Passa a ser obrigação das associações federadas *fornecer ao mesmo Centro anualmente um relatório demonstrando ao menos a quantidade, nomes e residência de seus associados*⁴⁵⁴.

Em outubro de 1920, o jornal católico do Rio de Janeiro, “A União”, propriedade do Centro da Boa Imprensa, estampa polêmica envolvendo seu redator Antônio Felício dos

⁴⁵⁰ Segundo adepto do grupo de Campos do Amaral, “quando no 2º Congresso, se agitou a questão da organização da União Popular, como órgão de ação geral alguns elementos agitaram de modo incandescente a questão, arrastados mais por paixões pessoais do que pelo desejo sincero de uma obra impecional”. *Minimus*. De Belo Horizonte. *Ação Social* 10/03/1918 ano III, num 156, p.1.

⁴⁵¹ Enquanto no 2º Congresso, Campos do Amaral é “aclamado diretor da União Popular”, no 3º e 4º congressos ele é reeleito (por maioria de votos), pede exoneração, que é recusada pela assembleia, e aceita o encargo, seqüência que indica manobra de fortalecimento de seu grupo; no dizer dele, “não aceitei o cargo, mas este me foi imposto depois da eleição”. Lima, *op. cit.*, pp. 120; 207. A União Popular. *Ação Social* 03/11/1920 ano VI, num 290, p. 1. Significativo que o estatuto de 1909, elaborado pelo grupo do Rio, é divulgado por uma *Gerência* em Minas composta por 31 membros; o estatuto de 1911, do Centro de Minas, é assinado – exceção do assistente eclesiástico – por 22 membros; já o de 1918 conta – exceção do assistente eclesiástico – com 6 assinaturas.

⁴⁵² *Minimus*. De Belo Horizonte. *Ação Social* 10/03/1918 ano III, num 156, p. 1.

⁴⁵³ Capítulo III, § 1º, letra i).

⁴⁵⁴ Capítulo IV, art. 18º, letras a) e b).

Santos - “o Louis Veillot do Brasil”⁴⁵⁵ – e os dirigentes da União Popular de Minas Gerais. À parte ciúmes regionais, seu conteúdo – que “nem sempre se manteve num tom elevado, com a caridade que a Igreja exige”⁴⁵⁶ – permite a identificação de falhas na “unidade e boa disciplina dos católicos”⁴⁵⁷.

Depois de afirmar que a União Popular do Brasil “falhara inteiramente aqui no Rio”⁴⁵⁸ – “sendo seu último médico o célebre ex cônego Victor de Almeida” -, “porque, em vez de uma nomeação expressa da autoridade espiritual, arvoraram-se alguns em chefes e outros se fizeram *eleger* para dirigir uma instituição eminentemente católica”⁴⁵⁹, A. Felício dos Santos desfecha contundente crítica a Campos do Amaral, acusando-o de inépcia administrativa – “esbanjando na construção de um cinema em Belo Horizonte somas com as quais se fundariam 200 Caixas Raifeisen”⁴⁶⁰ - e por dirigir uma associação “que se organizou (...) não por uma nomeação direta do Episcopado e por ordem dele, mas por uma eleição de congressistas (...). A Igreja Católica não é uma escola de liberalismo, mas sim de obediência”⁴⁶¹.

Aponta como “erros” da organização mineira o arvorar-se senhora de todo o movimento, tomando para si iniciativas já desenvolvidas por outras organizações – “incumbindo-se ela da fundação das Caixas Agrárias, com exclusão do Centro Católico do Brasil que havia começado a instituição delas, nem uma fundou ainda” -, as hesitações em implementar mecanismos consagrados pela ação social católica na Europa – “sendo que o Primeiro (Congresso Católico Mineiro, de 1910) votou contra o cooperativismo (!)” -, e a opção por associações estritamente confessionais – “querendo que as Caixas Rurais só tivessem como sócios católicos praticantes, que tivessem como modelo as Conferências Vicentinas”. Incomoda ao redator d’ “A União” a ausência de um Centro nacional, que coordene e centralize, sob a autoridade dos bispos, a ação social no país – “desejaríamos ver, quanto antes, os outros Estados e a capital do Brasil (...) com as suas Uniões Populares federadas e encabeçadas por uma diretoria central nomeada pelo Episcopado” - frente à

⁴⁵⁵ Matos, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte, O Lutador, 1990, p. 188.

⁴⁵⁶ União Popular. *A União* 28/10/1920 ano XI, num 87, p.2.

⁴⁵⁷ A. Felício dos Santos. *A União Popular*. *A União* 03/10/1920 ano XI, num 80, p.1.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ União Popular do Brasil. *A União* 14/10/1920 ano XI, num 83, p. 3.

⁴⁶⁰ *A União* 03/10/1920...

⁴⁶¹ *A União* 14/10/1920...

imagem do exército inimigo: “contra a falange macedônica do Maçonismo não bastam franco-atiradores ou núcleos de resistência esparsos”⁴⁶². A crítica central é “que falta a cabeça à União Popular”⁴⁶³, no contraponto dos “resultados admiráveis da organização católica no Uruguai e da União Popular da Argentina”⁴⁶⁴, onde a organização “começou pela cabeça e *todos* os membros das Juntas foram nomeados e não eleitos”⁴⁶⁵.

A resposta dada pelos dirigentes católicos mineiros informa não ser “a primeira vez que aquele eminente católico aponta a União Popular como um obstáculo para a Ação Católica. Pelo contrário, desde muito tempo, vem repisando as mesmas cousas que já foram sempre perfeitamente esclarecidas a seu tempo e lugar”⁴⁶⁶. A réplica assegura que a “União Popular em Minas (...) não invade a área de atividade de nenhuma corporação. É apenas um condensador de energias”⁴⁶⁷. Invoca “a autoridade dos Congressos Católicos e dos arcebispos e bispos que têm aprovado e louvado os atos de gestão e a orientação da sua diretoria”, lembrando que a eleição de Campos do Amaral – seguindo o estatuto de 1911 – foi “aprovada pela autoridade eclesiástica”⁴⁶⁸.

Responde A. Felício dos Santos que “o sistema de eleição, mesmo com a investidura do prelado, não é da índole católica”⁴⁶⁹; “Não é o caso de eleição com simples *investidura* ou *aprovação* deles: é sabido que os nossos bispos não negam aprovação a qualquer instituição católica bem intencionada e firmada por bons católicos (...) É necessário que eles *nomeiem* e demitam *ad nutum* os diretores, e mandem que os católicos lhes obedçam”⁴⁷⁰.

A União Popular de São João del Rei, através de seu jornal “Ação Social”, sai em defesa do diretor do Centro⁴⁷¹. Este, envia sua renúncia ao arcebispo de Mariana, o *paternal*

⁴⁶² A. Felício dos Santos. A União Popular de Minas. *A União* 24/10/1920 ano XI, num 86, p.1.

⁴⁶³ *A União* 03/10/1920...

⁴⁶⁴ União Popular. *A União* 17/10/1920 ano XI, num 84, p.3.

⁴⁶⁵ *A União* 03/10/1920...

⁴⁶⁶ A União Popular. *Ação Social* 03/11/1920 ano VI, num 290, p.1.

⁴⁶⁷ Campos do Amaral. União Popular. *A União* 10/10/1920 ano XI, num 82, p.3.

⁴⁶⁸ Bernardino Augusto de Lima. União Popular. *A União* 17/10/1920 ano XI, num 84, p.3.

⁴⁶⁹ Nota da redação. *A União* 17/10/1920...

⁴⁷⁰ *A União* 14/10/1920...

⁴⁷¹ “1°. que o Diretor Campos do Amaral protestou não querer aceitar mais o cargo de Diretor Geral, no que não foi atendido; 2°. que o Episcopado presente foi ouvido previamente e assistiu pessoalmente à eleição; 3°. que a eleição foi feita conforme manda o direito canônico reformado e que o D. D. Arcebispo de Mariana, presidindo a eleição determinou que as cédulas fossem escritas e não por qualquer outro modo convencionado; 4°. que a eleição correu livremente tanto que alguns outros tiveram também votação; 5°. que os Estatutos que determinam que o presidente seja eleito pelo Congresso e aprovado pelo Arcebispo foram

D. Silvério Gomes Pimenta que, num tom contemporizador - afinal, são todos irmãos, todos devotados filhos da Igreja com longos serviços prestados à causa católica – dá o aval ao dirigente mineiro;

“Recebo neste momento sua carta de 8 em que se declara exonerado da Diretoria da União Popular e antes de responder ao ponto principal lhe declaro que ainda mais bem lhe fico querendo pelos sentimentos cristãos que dela transpiram e pelo modo atencioso com que trata nosso insigne batalhador católico, Dr. A. Felício dos Santos. É possível que ele, não conhecendo de perto a V. Ex., o suponha movido por algum espírito menos cristão, o que contudo não afirmo e até me parece não ser o que sente. Nós, porém, que o conhecemos de perto, sabemos que nenhuma ambição o moveu, nem move senão o desejo de fazer bem à Religião e à Pátria./ Agora lhe declaro que não aceito sua renúncia do cargo de Diretor da União Popular em Minas Gerais. Continue nesse posto em que o colocou a Providência e em que tantos serviços tem prestado à causa católica. Não insista mais nessa renúncia. Deus o abençoe.”⁴⁷²

Além das divergências relacionadas à forma de se lançar às massas, através de associações de trabalhadores e agricultores de caráter confessional ou não, organizadas de modo que os seus membros pudessem ter acesso ao básico material desvinculado do mercado ou não, o receio delas se desligarem do *fim primeiro da ação que é um fim espiritual* – impasses sobre os quais talvez a descrição da experiência em S. João del Rei lance alguma luz –, o núcleo da crítica de Felício a Campos do Amaral e, por extensão, aos engajados na União Popular, incide sobre o fato deles não agirem como soldados, isto é, da

aprovados pela legítima Autoridade Eclesiástica; 6º. que a democracia antiga nunca foi excluída da Igreja tanto que na Idade média os Bispos eram eleitos pelo povo e S^{co}. Ambrósio foi até aclamado. Em vista disso esta Diretoria professa verdadeira solidariedade com o D. D. Diretor da União Popular de Minas, Dr. Campos do Amaral e declara que as insinuações publicadas nos ditos artigos prejudicam a causa católica e afrouxam os laços da União que é indispensável para o triunfo da Igreja nestes tempos calamitosos, por isso é muito fácil demolir do que edificar”. União Popular. *Ação Social* 20/10/1920, ano VI, num 288, p. 1. Weber pondera que a “eleição” de um bispo na Idade Média era feita “mediante 1) designação pelos discípulos e sequazes (... sacerdotes diocesanos...) e 2) aclamação subsequente pelo povo, não era, portanto, nenhuma ‘eleição’ no sentido das eleições modernas do presidente ou dos deputados, mas sim, pelo menos em seu sentido genuíno, algo inteiramente heterogêneo: descoberta ou reconhecimento da existência da qualificação, que não surge no momento da eleição, mas já existiu antes, de um carisma, algo, portanto, a cujo reconhecimento o candidato, como seu portador, tem direito.”, ressaltando que “a Igreja juridicamente burocratizada e intelectualizada da Época Moderna transformou (o carisma) numa competência de cargo, com a separação, característica de toda burocracia, de cargo (*ex cathedra*) e pessoa privada.” Weber, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília, ed. UNB, 1998, pp. 336; 348, vol. 2.

ação social ter sido desencadeada passando por cima da hierarquia – ou, na imagem da procissão, terem saído do lugar.

Sentiram-se autorizados pela encíclica *Il fermo proposito* – que é expressamente dirigida à hierarquia – desconhecendo o episcopado; alardearam a autoridade de um lugar que não era deles. Natural que, para as associações católicas, a ordem – para se filiarem – vir esvaziada de legitimidade, porque não ditada por quem, na hierarquia, detém a autoridade do mando. “Continuamos a pensar que, enquanto o nosso Episcopado não tomar a peito a organização da Ação Popular Cristã, como nas repúblicas platinas, ficaremos marcando passo, esperando a ordem de marcha.”⁴⁷³

Não há validade na aprovação ulterior do arcebispo; ele não pode ocultar-se quando da ordem, ela é função dele, que a representa, sem o que ela não é *vista* como legítima, a ordem perde sua “vigência”⁴⁷⁴. Aprovar a eleição – ou mesmo considerando, o que é mais provável, um acordo anterior – significa reconhecer a direção de alguém cuja autoridade está *visivelmente* amparada no consentimento dos que deveriam apenas obedecer. Por isso a insistência de Felício na necessidade da *nomeação*, na sua afirmação de que *a Igreja Católica não é escola de liberalismo, mas de obediência*.

O detentor do cargo que, por sua ação, deveria impor a ordem coativamente, é deslocado, não é mais visto no lugar de onde ela parte e, portanto, sua aprovação carece de força. Abre-se brecha para as opiniões pessoais do que fazer, quebra-se a conduta obrigatória que passa a não ter mais no conteúdo da ordem sua máxima⁴⁷⁵. “Que não basta a simples aprovação dos prelados (...) prova-o o grande número de instituições por eles aprovadas que não têm vingado: umas têm morrido e outras apenas mal vegetam”⁴⁷⁶

Ao acusar Campos do Amaral de ambições pessoais, Felício está a questionar não a pessoa, mas o cargo que foi instituído desprovido de “dever de fidelidade”, fidelidade a

⁴⁷² Carta publicada em: União Popular. *Ação Social* 27/10/1920, ano VI, num 289, p. 1.

⁴⁷³ A. Felício dos Santos. União Popular. *A União* 17/10/1920...

⁴⁷⁴ “Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela *representação* da existência de uma *ordem legítima*. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos ‘vigência’ da ordem em questão. (...) a ‘vigência’ de uma *ordem* significa, portanto, algo mais do que a mera regularidade, condicionada pelo costume ou pela situação de interesses, do decorrer de uma ação social”, significa também “mandamento, cuja violação não apenas seria prejudicial, mas – normalmente – também é abominada de maneira racional referente a valores, por seu ‘sentimento do dever’ (ainda que em graus muito variados de eficácia”. Weber, *op. cit.*, p. 19, vol. 1.

⁴⁷⁵ Idem, p. 140.

⁴⁷⁶ *A União* 17/10/1920...

uma “finalidade impessoal, objetiva”⁴⁷⁷, independente da “bondade sem limites com que sempre paternalmente” D. Silvério tratou a Campos do Amaral⁴⁷⁸. Não é *da índole católica* o episcopado abster-se do “*monopólio* da legítima coação hierocrática”⁴⁷⁹. O *enérgico* D. Joaquim Silvério de Sousa afirmou o/do seu lugar a vigência da ordem – *os Srs obedecem aos Papas* – e não disse mais, ressaltando assim a distância.

É com desânimo que o redator d’ “A União” acolhe a manifestação do antístite marianense. “Desde que o venerando arcebispo de Mariana está satisfeito com a direção da União Popular Mineira, e tão terminantemente sanciona a eleição do seu diretor, nada mais devemos dizer.”⁴⁸⁰ *O Louis Veuillot do Brasil* parece clamar aos céus por ordem - desejo por ordem que, na década de 1920, tomará corpo em parte da intelectualidade brasileira - na sua Igreja. Nela, não há lugar para o erro, não existe erro de *boa fé*.

Sua atitude expressa desilusão com a transigência do arcebispo - cuja autoridade não é diretamente atacada -, um desconforto com o *apelo* de 1908 aos *cidadãos e irmãos!*. É um admirador de Veuillot⁴⁸¹ que traduz, na década de 1920, esse sentimento difuso entre alguns militantes católicos, em um brado de basta aos *apelos, aos sentimentos generosos da alma popular* brasileira, aos *sentimentos cristãos que dela transpiram*: “Somos a ‘máxima intolerância’, a máxima repulsa do coração católico brasileiro em relação a todos os erros, a todas as mazelas, que corroem o nosso caráter e enfraquecem a nossa consciência”⁴⁸². A revista “A Ordem” - que começou a ser publicada em 1921 - expressa esse anseio que, para o grupo de católicos leigos que a redige, é um duplo: ordem na sociedade/ordem na Igreja⁴⁸³.

⁴⁷⁷ Weber, *op. cit.*, pp. 200-201, vol. 2.

⁴⁷⁸ Carta de C. do Amaral a D. Silvério. *União Popular. Ação Social* 03/11/1920, ano VI, num 290, p.1. “A Igreja não se considera, como a ‘seita’, uma comunidade de pessoas carismaticamente qualificadas do ponto de vista puramente pessoal, mas portadora e administradora de um carisma de *cargo*.” Weber, *op. cit.*, p. 368, vol. 2. Lembrar que a infalibilidade papal é válida *ex cathedra*.

⁴⁷⁹ Weber, *op. cit.*, p. 34, vol. 1.

⁴⁸⁰ *União Popular. A União* 28/10/1920 ano XI, num 87, p.2.

⁴⁸¹ Ver Iglésias, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: *História e Ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981, pp. 109-158.

⁴⁸² “A Ordem” ano I, n. 12 (julho/1922), citado em Matos, *op. cit.*, p. 192.

⁴⁸³ “A doutrina da autoridade foi associada ao papel da hierarquia. A obra restauradora, elaborada numa dimensão sem medidas, só poderia ser coordenada por uma autoridade onipresente no território nacional. Um indivíduo não seria suficiente para representá-la. O episcopado, porém, supera os homens, nas suas particularidades, e oferece um corpo capaz de se estender em todo o território nacional, com poder suficiente para reconduzir o país aos valores do catolicismo.” Dias, Romualdo. *Imagens de Ordem. A Doutrina Católica sobre Autoridade no Brasil 1922-1933*. São Paulo, ed. UNESP, 1996, p. 147.

Frei Cândido Vroomans é solidário a Campos do Amaral, com o companheiro de jornada de um projeto de organização dos católicos do qual ele foi um dos principais, senão o principal mentor. Mas também desapontado por ver a falência do projeto de 1911, por ver *um exército debandado que nem escuta mais o toque de reunir*.⁴⁸⁴

No balanço feito pelo franciscano sobre o projeto de união do povo católico para *restabelecer Jesus Cristo na sociedade*, duas ordens de dificuldades são destacadas. De um lado, as que se referem à constituição/atuação de um Centro diretor/organizador, elite intelectual *adestrada nas ciências*, ciente dos males e da necessidade de organização social dos católicos, formada na sociologia cristã, mas que não se entende acerca dos meios, dos *caminhos* a seguir. O quadro é de indisciplina e dispersão das forças. Desentendimentos quanto aos investimentos prioritários, intolerância com os *erros de boa fé* - referências à *hipocrisia*, à *gatunagem*..., no mesmo congresso à *calúnia*, à *difamação*, que apontam para fraturas internas graves, para a existência de um grupo afinado no diapasão da *máxima intolerância* -, dispersão das iniciativas das várias associações que obram à margem das orientações do Centro - e a referência à *irmandade de braços cruzados* conota a desaprovação com a persistência da prática do catolicismo leigo ao modo das confrarias. Explicitamente não se mencionam possíveis divergências quanto à linha social doutrinária a seguir. Genericamente, alude às encíclicas sociais a partir de Leão XIII. Única alusão é feita a uma compreensão equivocada da caridade, reprimenda àquele - como o capitalista Pedro - que doa mas não se compromissa, não se empenha na organização dos católicos operários, lavradores, àquele que não rebate de pronto as críticas e ataques à religião.

Há um fosso, inatividade, entre as resoluções dos congressos e sua efetivação na comunidade, explicado pelo *vento que espalha tudo*, influência prejudicial, que *vem de um canto*, do mundo daqueles tempos, *brisa que excita sonolência*, fantasma do indiferentismo a ser exorcizado, entendimento difuso que concebe as coisas da fé, da religião, como exclusivas às consciências individuais, desapegadas do público e afeitas ao privado, idéia facultativa de Deus que *confrange um coração apostólico* e impede a maioria católica de se realizar, timidez de um católico que repete o dito religião não se discute para preservar a fé e o compadre, idéia insinuada pelo tinoso liberal do *respeito humano*, de uma comunidade confessional de católicos convivendo e respeitando todas as outras, esboço de uma

⁴⁸⁴ "Organização Social". Trabalho apresentado por frei Cândido Vroomans no 4º. Congresso Católico

sociedade civil que se constrói fragmentária. *Educar o povo*, para além de tirá-lo da ignorância de seus direitos e deveres, para além de curá-lo da superstição - “manifestação doentia do espírito humano”⁴⁸⁵ -, significa ensiná-lo da impossibilidade da particularização de sua Igreja, significa convencê-lo que só *a Igreja, esta soberana insubstituível, (...) tem o poder e o condão da civilização, da verdadeira cultura que forma a consciência social de uma nação*.

O povo - concepção ampla e, ao mesmo tempo, confessional, os católicos brasileiros, reafirmação da *marca de fábrica* -, disperso e desunido, é facilmente escravizado por seus *inimigos*, os promotores do Estado laico, os propagadores da idéia de uma Igreja particularizada. Só através de sua educação/organização é possível fazer o Estado reconhecer o lugar a que de direito tem a Igreja, *soberana insubstituível*, porque possuidora da virtude especial de instaurar a *verdadeira cultura*. Entendimento que a busca por *civilização* só se encontra nos preceitos do cristianismo, os únicos capazes de reatar os laços de solidariedade entre as partes - rompidos pelo liberalismo/individualismo -, imprescindíveis à coesão, à unidade do *organismo social*, à *consciência social de uma nação*.

Cegos - escravos de opiniões falsas que atualmente governam - estão os católicos que se deixam convencer que o lugar da religião não é aquele, mas outro, alheio à mediação/regulação das relações sociais, que a racionalidade burguesa é a única garantia do progresso e da realização da civilização, que do destino da pátria cabe aos cidadãos brasileiros decidir e não aos irmãos católicos brasileiros, opiniões que *nos roubam aquilo a que temos direito, nossa liberdade, nossa consciência, nossa personalidade*. A libertação depende dos próprios católicos, do próprio *povo*, que arregimentado e mobilizado, falando alto, *é certo que vencerão e os próprios inimigos por força hão de respeitá-los*. Na mente do franciscano holandês, os exemplos díspares dos católicos da França e da Alemanha; aqueles se omitiram, estes responderam à convocação. Os inimigos, todos concentrados na maçonaria contra a Igreja, detêm o poder político, instilam leis para banir Jesus Cristo das instituições, para destruir a família, implantam o Estado laico. Contra este, para fazê-lo retroceder, urge organizar o exército de Cristo.

Mineiro, na sessão plena de 9 de setembro de 1918. Ver Anexo V.

⁴⁸⁵ Conferência de frei Cândido; “A Superstição”. Assembléia Geral da União Popular de São João del Rei 31/08/1919. *Caderno de atas II*.

Insiste o franciscano na necessidade de retomar o projeto de 1911, de empreender as modificações apontadas pelo 4º. congresso, de recomeçar o trabalho de organização, mas transparece em sua fala - toda centrada na dispersão, indisciplina e desunião -, insinua-se em seu escrito uma insatisfação com aquele que deve ditar a ordem, ao qual a obediência deve ser incondicional e o querer mando; na contraluz dos termos escolhidos por quem está sob aquele comando - termos afinados ao diapasão deste, que oscilam entre a recomendação e a reprimenda, que dizem de uma obediência não prestada e de um querer não realizado: *É necessário chamar a atenção do povo para a vontade dos nossos bispos, aos quais havemos de prestar obediência e que querem que os católicos se reúnam em defesa de seus princípios mais sagrados* -, por quem afirma que *não há termo médio*, vislumbramos a angústia do frei.

Talvez percepção análoga à da cúria romana de um processo iniciado por Pio X e que Pio XI busca retomar no início da década de 1920, suprimindo a *Unione Popolare* na Itália, e procedendo “a uma geral reorganização e promoção da AC (Ação Católica) em todo o mundo (França, Alemanha e América Latina em particular), reforma que a centralizou, fê-la extremamente dependente da autoridade eclesiástica, promovendo-a essencialmente mais sobre o terreno espiritual do que sobre aquele político-social”⁴⁸⁶.

Em dezembro de 1922, D. Sebastião Leme, no Rio de Janeiro, inicia um processo de centralização e enquadramento do movimento leigo, através da criação da Confederação das Associações Católicas do Rio de Janeiro, com a finalidade de “colher, como numa rede, a multiplicidade das iniciativas católicas, não para uniformizá-las (sic), mas para delas obter, por uma inteligente união de vistas e esforços, uma maior capacidade produtiva”⁴⁸⁷. Mesma atitude do recém nomeado primeiro bispo de Belo Horizonte, em 1922, D. Antônio dos Santos Cabral: “Quando D. Cabral em 1922 - logo após sua tomada de posse como bispo de Belo Horizonte - começou a organizar a Confederação Católica, dividindo-a em várias comissões de trabalho, a União Popular desapareceu.”⁴⁸⁸

Morto D. Silvério Gomes Pimenta, é nomeado, em 1922, para o arcebispado de Mariana, o salesiano D. Helvécio Gomes de Oliveira. Vaga a vigararia de São João del Rei,

⁴⁸⁶ Moro, Renato. *Azione Cattolica Italiana (ACI)* in: Francesco Traniello e Giorgio Campanini (dirs.) *Dizionario Storico del Movimento Cattolico in Italia (1860-1980)*. Torino, Marietti, 1981, I/1, pp. 183-184.

⁴⁸⁷ Irmã Maria Regina Santo Rosário apud Bruneau, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974, p. 87.

⁴⁸⁸ Matos, *op. cit.*, p. 214.

com a morte de monsenhor Gustavo Ernesto Coelho, em 1924, frei Cândido Vroomans a assume interinamente. Com a nomeação de um novo vigário, o franciscano, por ordem de seu superior, retira-se da cidade;

“Frei Cândido compareceu à reunião da União Popular, realizada em 23/01/1925. Na reunião seguinte, ausente nosso biografado, deliberou-se colocar o seu retrato no Albergue, referindo-se à sua pessoa ‘como benfeitor da cidade’. Como Monsenhor José Maria Fernandes assumiu o cargo de vigário de Nossa Senhora do Pilar a 19/02/1925, presume-se que Frei Cândido esperava ser efetivado no referido posto”⁴⁸⁹

No dizer de frei Helano van Koppen, OFM, : “O santo do padre frei Paulo, nosso Provincial, não se dava com o santo de D. Helvécio”⁴⁹⁰. Com a retirada de frei Cândido Vroomans, monsenhor José Maria Fernandes assume a direção eclesiástica da União Popular sanjoanense.

Ainda que tendo presente a concorrência existente entre as congregações religiosas, e a vaidade de um príncipe da Igreja⁴⁹¹ que não quer ver seu brilho ofuscado pelo carisma do frei, depreende-se dos dados uma ação concertada no episcopado. Segundo Riolando Azzi, “a partir de então a liderança da Igreja de Minas passa a ser exercida pelos dois arcebispos mais jovens, e que demonstram ter uma visão mais dinâmica da atuação da Igreja: D. Antônio Cabral, arcebispo de Belo Horizonte e D. Helvécio Gomes, arcebispo de Mariana”⁴⁹².

É D. Helvécio quem força a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de S. João del Rei a conformar seu compromisso à reforma leonina⁴⁹³. “Resolve-se também, de acordo

⁴⁸⁹ Cintra, *Galeria...*, p. 66.

⁴⁹⁰ Entrevista realizada na Casa Provincial de Belo Horizonte, em 08/10/1996. “Desde o falecimento de Monsenhor Gustavo Ernesto Coelho em 4 de agosto de 1924, frei Cândido Vroomans foi Vigário interino da Paróquia. Ficou até 6 de fevereiro, quando frei Cândido partiu, e logo o Vigário recém-nomeado tomou posse da Paróquia onde os frades menores haviam trabalhado durante 20 anos. Sobraram os Padres Professores que agora concentravam todas as suas forças na formação científica da juventude, a propagação da Ordem Terceira, e o trabalho espiritual na igreja de S. Francisco...” Sambeek, ...extraído da *Neerlandia Seraphica...*, *op. cit.*, p. 20.

⁴⁹¹ Ver Matos, *op. cit.*, pp. 424-425, nota 983.

⁴⁹² Azzi, Riolando. O início da Restauração Católica em MG:1920-1930, in *Síntese*, no. 14, vol. V, set/dez 1978, pp. 65-91; 67.

⁴⁹³ “Sente, no entanto, não poder satisfazer seu desejo de pontificar na legendária Igreja de São Francisco, no dia 4 de outubro, por estar sem Capelão atualmente, e não ter a Ordem 3ª. vida canonicamente regular, como o exigem as santas leis da Igreja Universal” Monsenhor Aлыпio de Oliveira, vigário geral de Mariana, carta a frei Estevam Lucassen, 16/06/1926. *Pasta* 1926-1927.

com os desejos do Ex^{mo}. Sr. Arcebispo de Mariana, tratar-se já da modificação dos Estatutos da União Popular, uma vez que, os primitivos estatutos estão prejudicados em muitos pontos. Ficou o Rev^{mo}. Assistente de estudar o assunto, estabelecendo as modificações a serem aprovadas”⁴⁹⁴.

O certo é que a União Popular não fazia parte, desde o início, do projeto de organização dos leigos do novo arcebispo. Nas “Resoluções” dos Bispos da Província Eclesiástica de Mariana (reunidos em Juiz de Fora, de 19 a 25 de abril de 1923), recomenda-se:

“Além das associações femininas, florescentes em nossas dioceses, mandamos aos Revdos. Vigários que fundem nas suas paróquias ao menos uma associação masculina, escolhendo as que melhor se adaptem às circunstâncias e necessidades locais, como seriam entre outras, a Conferência de S. Vicente de Paulo; a Irmandade do Santíssimo; a União dos Moços Católicos; a Congregação Mariana; a Liga Católica Jesus, Maria, José; e os centros operários, convenientes às cidades maiores e industriais.”⁴⁹⁵

Se profuso o noticiário do “Ação Social”, particularmente a partir do 4º Congresso Católico Mineiro, de 1918, acerca das atividades e associações da organização em Minas, na Europa e na cidade, ele simplesmente desaparece com a publicação da encíclica *Ubi arcano Dei*, de final de 1922, que extinguiu a *Unione Popolare* e estabeleceu os parâmetros da *Ação Católica*. No caderno de atas, não há mais menções sobre o assunto. Inicia-se um processo de desmonte da associação. O Albergue é entregue à administração de irmãs carmelitas; os bens da União Popular sanjoanense passam ao controle da Mitra - que posteriormente, os utilizará como base para o estabelecimento dos salesianos na cidade. No ano de 1926, são realizadas duas sessões particulares da diretoria, no de 1927, nenhuma. Em 21 de julho de 1928, a União Popular de São João del Rei é formalmente dissolvida.

A União Popular desaparece. Seus esforços de centralização das iniciativas católicas no terreno social falharam. As dissensões internas, a posição de expectativa do episcopado, as resistências das associações em aderirem, as hesitações em se abrir às *numerosas multidões do povo*, um dinamismo por demais dependente da liderança carismática e não da

⁴⁹⁴ Ata da sessão da Diretoria da União Popular de São João del Rei, de 09/09/1925. *Caderno de Atas II*.

⁴⁹⁵ Resolução n. 22, citada por Matos, *op. cit.*, p. 220, nota 468.

estrutura burocrática, um doutrinamento social que ficou restrito a uma parcela dos setores médios, são elementos que emperraram o projeto.

Desaparece e, com ela, o seu lugar. As Confederações Católicas criadas pelas novas lideranças do episcopado têm outro escopo. Não só os príncipes da Igreja assumem o comando e dão nova organização ao exército leigo - *sessões masculinas e femininas* (cada vez mais as mulheres são alistadas) e *comissões* -, como parecem relegar a segundo plano as obras sociais. Pretendem “unir, formar e coordenar para a ação, os elementos católicos em geral e, de modo particular, organizar e intensificar o devotamento ativo a todas as obras católicas de piedade, caridade e sociais”⁴⁹⁶. A ênfase no espiritual é fictícia, pois nunca abandonada.

Os dirigentes do movimento da década de 1920 parecem recusar qualquer ligação com a tentativa de centralização das iniciativas do laicato empreendida pela União Popular⁴⁹⁷, do propósito de *unir, formar e coordenar para a ação, os elementos católicos em geral* com aquele da década de 1910 de *unificar, educar e promover*, talvez não mais *promover* sem a estrita obediência do movimento leigo à hierarquia eclesiástica, agora responsável por sua *coordenação* em gigantescas procissões na capital da República, em Congressos Eucarísticos...⁴⁹⁸, responsável por realizar seu ajuste às negociações com o Estado, com aquele que deve ter força suficiente para forjar o todo e viabilizar a regeneração, um lugar para a Igreja no âmbito do público.

Por trás da aparente repetição, a percepção da maturidade do presente. De certo modo a sociologia cristã preparou o terreno da *Ordem*, venceu as manifestações grandiosas conduzidas pelos príncipes da Igreja. Ela minou as bases da autonomia do chamado catolicismo popular, cultivou uma elite católica – leigos e clero – ciente do dever da obra civilizadora/regeneradora, fornecendo-lhe instrumentos para ler o momento. Sua arma/obra: transformou o presente em quadro, fez ver/circular periodicamente um organismo enfermo, cuja doença ela diagnosticou e para a qual prescreveu o remédio. Na década de 1920, a *dispersão/indisciplina* está pronta para ser *colhida, como numa rede, ela apurou o sentido*

⁴⁹⁶ D. Sebastião Leme, Instruções para a organização e funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro (1923), citado em Matos, *op. cit.*, p. 190.

⁴⁹⁷ Em 1924, Jackson de Figueiredo afirmava: “Por toda a parte, aproveitando as amargas experiências do período anterior, como que se apurou o sentido da organização no seio da Igreja, e até grandes partidos, propriamente políticos, já atestam, aqui e ali, a nossa invencível vitalidade, em todos os domínios da ação social.” Citado em Dias, *op. cit.*, p. 75.

da organização no seio da Igreja. Não só. *Unificar, formar, coordenar*. Reunir em um só corpo, fixando-lhe a forma pondo ordem nos membros; desejo que irá transbordar os limites das *falanges*.

É um liberal sanjoanense que, em 1909, denuncia o caráter autoritário embutido no projeto católico de recristianização da sociedade brasileira. No seu tempo, a união entre religião e política afigurava-se propósito ultrapassado, descabido, incompatível.

“Inventou-se agora não sei porque e para que um partido católico./ A religião católica, que nos últimos tempos da monarquia vivia em verdadeira estagnação a definhando, viu aumentar com a república, a sua preponderância e o seu prestígio; nota-se até não só no interior como no Rio uma recrudescência do misticismo e das práticas externas da religião./ Os governos não têm feito outra coisa senão satisfazer as vontades e até os caprichos dos católicos. Que mais querem?/ Querem o poder e o mando para, mais facilmente nos conduzirem ao céu e à salvação eterna ...à força./ (...) Eles querem o poder simplesmente para isto - senão andarmos direito, ao jeito e ao modo deles, meter-nos o pau em nome de Deus e *ad majorem Dei gloriam*./ A Religião e a política são duas cousas que ‘hurlent de se trouver ensemble’”⁴⁹⁹.

A República era nova ainda, teria de ser erigida em velha por um Estado que se dirá novo no diapasão da máxima intolerância.

⁴⁹⁸ Ver Dias, *op. cit.*, pp. 107-132.

⁴⁹⁹ Scapin (Caetano Werneck) *O Reporter* 31/01/1909, ano V, num 9, p.1.

V – Catecismo social

Em março de 1915, a União Popular de São João del Rei inicia a publicação de seu periódico “Ação Social”, “semanário cujo alvo é trabalhar na realização dos princípios da sociologia cristã e na defesa das classes operárias”, convencida que *rezar é ótimo mas não basta*; pretende *corrigir, melhorar e santificar as multidões*. Não obstante ter consciência das dificuldades de empresa de tal monta, convicta está do dever *de malhar nesta bigorna senão o mal vence*. O objetivo é atingir com sua doutrina *aqueles que têm influência sobre o povo, e hão de vigiar sobre o reconhecimento dos direitos e do cumprimento dos deveres da população*. Doutrinar não só as elites mas, particularmente, convencer os vigários, os padres seculares, os seminaristas de que *os tempos estão mudados, igualmente os homens, assim pois, de bom ou de mau grado, somos forçados a trabalhar de maneira muito diversa que nos tempos passados, para reconduzir o povo a seus deveres católicos*.

Há um prazer delirante, só não dito diletante porque terreno da vaidade, em terçar armas com os inimigos – *mas que venham de viseira erguida* -, a ver quem conduz a multidão, que a *História não nos mostra nenhum exemplo de multidões em movimento ordenado, sem haver quem as oriente e encaminhe*. O povo, essa *eterna criança*, deve ser protegido do que não sabe, nem pode pensar. O que poderia ser lido como um assomo de sinceridade por parte do vigário, responsável pelo jornal, não é menos do que uma convicção amplamente propalada e partilhada por boa parte das elites daqueles tempos; “Não fora tão difícil vulgarizar princípios transcendentais, mormente em nosso meio social, pela falta de imprensa e pelo analfabetismo que domina nove décimos da sociedade, e nós julgaríamos um perigo discutir (quanto mais negar) a questão da propriedade”⁵⁰⁰, a *Questão Social*.

Seu surgimento é posto no século XIX, fruto da dissolução da antiga sociedade - cujo ordenamento “a Igreja laboriosa e sabiamente entabulou com a paciência de séculos”- e de sua substituição por uma nova ordem social movida pela institucionalização do lucro -

⁵⁰⁰ Vigário Gustavo E. Coelho. Direito Natural. *Ação Social* 15/03/1922, ano VIII, num 356, p. 1; Um trabalhador na ação social. *Ação Social* 02/05/1915, ano I, num 8, p. 2; Associações operárias. *Ação Social* 23/05/1915, ano I, num 11, p. 1; Nosso aniversário. *Ação Social* 17/03/1920, ano V, num 257, p.1; A Luta. *Ação Social* 28/11/1915, ano I, num 37, p.1; Cristiano Müller. Qual será atualmente o dever do católico. *Ação Social* 21/06/1922, ano VIII, num 370, p. 2; *Ação Social*. *Ação Social* 21/03/1915, ano I, num 3, p. 1.

mecanismo material. Seja pela via francesa do “individualismo liberal”, seja pela via prussiana do “panteísmo autoritário do Estado”⁵⁰¹, as novas instituições são responsabilizadas pela violência da acumulação capitalista desenfreada, inescrupulosa, mãe do proletariado miserável. O mal não é localizado nos indivíduos, mas na sociedade mesma, “na sua estrutura, nas suas instituições, nos seus costumes públicos”⁵⁰².

Opera-se assim a subordinação da anarquia reinante na sociedade civil à “desordem e exorbitância dos governos contra a felicidade e o bem estar de seus súditos, vassallos ou cidadãos”⁵⁰³. Preserva-se o proprietário e incrimina-se a nova organização do Estado que assegura livre campo à sua ação abusiva. O direito à propriedade é natural, não o é sua constituição e realização visando exclusivamente interesses individuais, alimento do sistema, que é condenado. Ilusória, porque fugaz, falta de bases sólidas, a felicidade individual alicerçada na opressão do outro, geradora de discórdia, do enfraquecimento do organismo social e da propagação do “erro” revolucionário. Se “tal erro queremos combater torna-se indispensável destruir primeiro a doutrina e a prática do sistema do liberalismo que são, em termos decisivos e enérgicos, condenados pela Encíclica *Rerum Novarum*”⁵⁰⁴.

Desdobramento da obra revolucionária de 1789, pela disseminação “no pensar e agir humanos” dos princípios de igualdade e liberdade, o liberalismo, na análise dos franciscanos do jornal, é desqualificado sob os prismas religioso, político e econômico. Herdeiro da Reforma - que plantou a semente do individualismo ao descartar a intermediação eclesiástica na relação do homem com a divindade, que, pelo *Livre Exame*, minou a submissão à autoridade⁵⁰⁵ - e das concepções dos séculos XVII e XVIII de um deus ausente, que descansa após constituir um mundo dotado de autonomia, o liberalismo colhe dessa semente um deus alheio.

⁵⁰¹ Ação social. *Ação Social* 21/03/1915, ano I, num. 3, p.1. Se a Revolução Francesa é vista como a grande fonte do mal, a experiência traumática do *Kulturkampf* não é esquecida. Sobre o *Kulturkampf*, ver Lill, Rudolf. “El Kulturkampf en Prusia y en Imperio Alemán hasta 1878” e “El fin del Kulturkampf en Prusia y en Imperio Alemán” in Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia - La Iglesia entre la adaptación y la resistencia*. Barcelona, Editorial Herder, 1978, tomo VIII. Sachsse, Christoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e a República de Weimar. *Veritas*, Porto Alegre, v. 37, n° 148, dezembro/1992, pp. 535-552.

⁵⁰² Ação social. *Ação Social* 28/03/1915, ano I num. 4, p.1.

⁵⁰³ Ação social. *Ação Social* 28/03/1915, ano I num. 4, p.1.

⁵⁰⁴ A. de Mun. (reprodução do discurso em Arras, em 30/04/1893). O que queremos no terreno social. *Ação Social* 28/03/1915, ano I, num 4, p.1.

⁵⁰⁵ Educação cristã. *Ação Social* 19/08/1917, ano III, num 127, p.1.

Abandonados por deus, os homens cientes da impossibilidade do convívio social regido pela liberdade absoluta estabeleceram entre si um contrato, que circunscrevia os direitos de cada um numa lei humana. Assim, Direito e Estado, irmãos gêmeos univitelinos, estão desligados de qualquer referência a Deus e, enquanto depositários do conjunto de liberdades, só podem atuar - de acordo com a lógica da construção liberal - em conformidade com a vontade popular, que é aferida através das eleições e do debate entre os interesses exposto numa imprensa livre.⁵⁰⁶

Por temor ao proletariado, a burguesia ao assomar o poder, negou a igualdade ao instituir o voto censitário; por temer a influência da Igreja, os liberais negam o princípio da liberdade ao extrapolarem as atribuições do Estado no espaço do público, através do controle do contrato matrimonial, do ensino, etc. Desvinculado de qualquer poder superior, o Estado constitui-se em *ídolo* e exige o culto à sua onipotência. “Se O Direito tem sua origem unicamente no Estado há de se concluir pelo princípio de Hegel: ‘O Estado é o Deus presente’”. Tais incongruências explicariam as divisões no interior do “partido liberal”⁵⁰⁷.

Por outro lado, se é verdade que “existem regras fixas e uniformes” que conferem certa previsibilidade à vida econômica, tal constatação não implica a negação da verdadeira “liberdade humana”, já que esta deve guiar-se por uma lei superior, que é a “lei moral”. Portanto, as leis econômicas “não vigoram como necessidade mecânica./ O homem pode desprezá-las e deve no caso de haver conflito com a lei moral”. Se, pelas leis econômicas, a oferta abundante de mão-de-obra acarreta a depreciação dos salários a níveis bem baixos, o patrão não deve ser conivente com essa situação, mas sim, por um imperativo moral, “ao menos pagar o justo salário mínimo”⁵⁰⁸.

O homem criado pelos economistas liberais, que só visa o próprio bem estar material, desprovido de qualquer senso de justiça e moral, que age como um autômato do egoísmo, que se basta em imaginar-se inteiro sem o outro, é uma abstração, é uma ficção como Robison Crusoe o é. O homem é um ente social que só tem sua razão de existir na sua relação com o seu semelhante, e se nessa relação muitas vezes a ambição material e o interesse próprio prevalecem - não há negar -, também a solidariedade, o despojamento, a

⁵⁰⁶ O Liberalismo. *Ação Social* 05/12/1915, ano I, num 38, p.1.

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ Liberalismo. *Ação Social* 01/01/1916, ano I, num 42, p.1.

caridade estão presentes nas relações sociais, sem esquecer que mesmo as rivalidades, as ambições vezes são estimulantes para um aperfeiçoamento pessoal que não tem como fim bens materiais. É ultrajar a dignidade humana reduzir o homem à matéria. O homem é principalmente alma, e alma que anseia, que busca realizar-se em sua imortalidade, e esse é o principal interesse que deve ser satisfeito.⁵⁰⁹

É certo que Deus colocou “no homem, na natureza uma certa inclinação de cuidar primeiro e principalmente de si” e que esta inclinação foi responsável por importantes realizações humanas. Mas - é “doutrina expressa da religião” -, todas as inclinações humanas devem ser “limitada(s) e dominada(s)”. É falso o pressuposto liberal de que “o homem por natureza é bom, portanto todas as suas tentativas são boas (J.J. Rousseau)”; esse elogio da liberdade individual é na verdade o elogio do “desregramento”, da vida voltada para o gozo terrestre, do egoísmo, fonte de discórdia e violência. A verdadeira liberdade deve guiar-se pela razão e a razão ensina o respeito aos direitos dos outros, direitos que são naturais⁵¹⁰.

Insurge-se o pensamento católico - porque reside aí a condição de possibilidade da ação dos católicos na sociedade moderna - contra a idéia de um mundo impregnado de *determinações* materiais - e não *inclinações* -, mundo que funciona por si só, dotado de uma *necessidade mecânica* que não pode ser contrariada. Pelo contrário, prega o hebdomadário a contestação a tal mecanismo, condição imprescindível ao pleno exercício da *liberdade humana*, liberdade de agir consoante à lei superior da moral; não a *moral natural* dos iluministas, moral cambiante, que tergiversa, afeita aos apetites do instinto; moral baseada na honra, honra do eu que desconhece o outro, sectária do egoísmo; moral impotente, que se amolda “a todos os caprichos”, que é “calcada aos pés por todos os opressores da consciência humana”⁵¹¹. Mas sim, a moral ancorada nos preceitos da religião, a única que assegura a arbitragem correta da liberdade, que cerceia o *desregramento* das *inclinações*.

O erro do liberalismo é a desobediência à lei fundamental da sociologia cristã: “a lei da solidariedade, a comunidade de interesses como fator e como dever”. Não que os interesses localizados sejam os mesmos. Cada indivíduo tem seus interesses

⁵⁰⁹ Princípios gerais do liberalismo. *Ação Social* 25/12/1915, ano I, num 41, p.1.

⁵¹⁰ Lei da solidariedade. *Ação Social* 11/04/1915, ano I, num 5, p.1.

⁵¹¹ A crise social. *Ação Social* 06/05/1917, ano III, num 112, p.1.

particularizados, mas estes só são legítimos se respeitosos em relação aos interesses dos outros, se capazes de auxiliarem a realização do bem estar dos outros. Só sob essa condição que a comunidade de pessoas se realiza no *bem comum*, que “o seu interesse é ao mesmo tempo o interesse do outro”. Ao negar suas relações com Deus e com a comunidade, o homem desafia “a ordem estabelecida pelo Criador”, declara guerra aos seus irmãos.⁵¹²

No debate interno ao catolicismo social, a postura do semanário é de frontal discordância à *Escola de Angers*, comandada por Charles Périn. A regeneração da sociedade não depende exclusivamente da reforma moral do indivíduo; o mal reside justamente na concepção liberal de indivíduo, auto-centrado, auto-suficiente, “senhor absoluto de si mesmo”⁵¹³, que só preza sua liberdade de alimentar-se do outro, daí a guerra, “*homo hominis lupus*”⁵¹⁴. Como Deus reside no outro, o liberalismo é nem mais nem menos do que a luta do homem contra Deus. Ou o homem se entende e se realiza como ser social que é em respeito à natureza que o constituiu, em respeito à Lei que ordena os direitos e os deveres para com Deus e para com os outros homens - “vontade do Supremo Legislador”⁵¹⁵ - ou então é a anarquia do “antagonismo que desgraçadamente vai tomando proporções assustadoras em nossos dias, entre o capital e o trabalho, entre o patrão e o operário, entre as classes abastadas e as classes desvalidas”⁵¹⁶.

Certo, os conflitos sociais entre ricos e pobres, fortes e fracos não são exclusividade desses tempos. Aconteceram na antigüidade, no período medieval violentíssimas, sanguinolentas revoltas e revoluções, momentos em que os instintos, despertados por *acidentes*, irrompiam em cena nas presas arreganhadas dos homens destituídos da reta razão, mas temporariamente. Logo, os ânimos se acalmavam - vezes governos caíam e outros os substituíam. Mas a *ordem*, alterada momentaneamente, retornava. Agora não, “do século XIX para cá, as comoções sociais têm sido *substanciais*, e tão profundas, que não tem havido poderes humanos capazes de as conter e acalmar.”⁵¹⁷ Aflito, o clérigo constata

⁵¹² Lei da solidariedade...

⁵¹³ Ação social. *Ação Social* 02/05/1915, ano I, num. 8, p.1.

⁵¹⁴ Individualismo. *Ação Social* 20/06/1915 ano I, num. 15, p.1.

⁵¹⁵ Ação social. *Ação Social* 09/05/1915, ano I, num. 9, p.1.

⁵¹⁶ Definição do Congresso de Tarragona citada em Ação social. *Ação Social* 21/03/1915, ano I, num. 3, p. 1.

⁵¹⁷ Individualismo. *Ação Social* 27/06/1915, ano I, num. 16, p.1.

ser o conflito elemento *substancial* das relações sociais na ordem liberal⁵¹⁸, como bem intuiu Joseph de Maistre ao afirmar que a Revolução francesa “não era um fato, mas uma época. Se fosse vivo, diria que ainda vivemos nessa época”⁵¹⁹.

Nessa época, o preceito da *justiça* foi esmagado para dar lugar à chancela da *liberdade*; ao fraco ... inútil, ao forte “a prévia anistia e o perdão de todos os crimes que puder cometer”. Esse Estado que só age para frear a força desencadeada pelo ódio dos mais fracos à sua submissão e para dar ao “rico a ocasião de desencadear seu mais negro egoísmo”⁵²⁰ e que proclama aos quatro ventos, através da sua ciência arrogante, o *struggle for life* como ideal de vida em sociedade, “deve ser rejeitado como imoral e contrário à natureza humana.”⁵²¹

Ao negar a transcendência e reduzir o sentido da vida ao desfrute dos bens materiais, o liberalismo aguçou o apetite daqueles que muito pouco têm e despertou neles a ânsia por saciar-se a qualquer custo; também, ao deturpar o entendimento do que seja a autoridade proclamando a soberania do povo, deu a este o incentivo para “derrubar a ordem existente e nas ruínas desta fundar o Estado do coletivismo”; por último, o liberalismo, ao fazer triunfar o individualismo, destruiu as antigas formas de vida comunitária, que, através dos laços de solidariedade, protegiam e amparavam os trabalhadores, jogando estes na miséria e nas garras insaciáveis de empresários inescrupulosos, fonte de descontentamentos e terreno fértil para o erro socialista. Logo, “é o socialismo, filho legítimo do liberalismo e da desgraça popular, mas tal pai não quer reconhecer tal filho”⁵²²

⁵¹⁸ Lefort, em suas reflexões acerca da democracia moderna e da permanência ou não, nessa *mise en forme* da sociedade, do teológico-político, revela que a institucionalização do conflito político, marca da sua constituição, “contém o princípio que legitima o conflito social sob todas as suas formas”. Tal princípio, “que faz com que a divisão do poder e da sociedade não se remeta, na democracia moderna, a um *fora* imputável aos deuses, à Cidade e à terra santa, também faz com que ela não se remeta a um *dentro*, imputável à substância da comunidade. (...) O poder não se desprende do trabalho da divisão no qual se institui a sociedade, e esta simultaneamente, só se refere a si mesma, à prova de uma divisão interna, que se mostra, não de fato, mas, geradora de sua constituição./...privado da dupla referência ao *Outro* e ao *Um*, o poder não poderia condensar em si mesmo o princípio da Lei e o princípio do Saber. Assim, ele surge limitado. E, por isso, libera a possibilidade de relações, de ações que, em diversas ordens, em especial na ordem da produção e da troca, ordenam-se sob normas e em função de objetivos específicos.” Lefort, Claude. *Pensando o Político - ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Trad. Eliana M. Souza. SP/RJ, Paz e Terra, 1991, pp. 33; 263; 23-62; 249-295.

⁵¹⁹ A Revolução. *Ação Social* 27/06/1915, ano I, num. 16, p.1.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Liberalismo. *Ação Social* 30/05/1915, ano I, num. 12, p.1.

⁵²² Socialismo. *Ação Social* 09/01/1916, ano I, num 43, p.1.

Apesar da existência de diferenças entre eles, os sistemas que aceitam a denominação de socialistas possuem dois pontos em comum: “Primeiro, os meios de produção devem pertencer à comunidade./ Segundo, a ordem econômica toda deve ser regulada pela comunidade”; só pertencendo à esfera privativa de cada um “o consumo dos bens repartidos”. Quando um sistema propõe que todos os bens, inclusive os diretamente destinados para o consumo, devem pertencer à comunidade, este sistema deve ser denominado “comunismo”.

Há um “comunismo negativo”, mas já sem adeptos, que defende que todos os bens devem estar à disposição da comunidade “sem que positivamente esteja indicado um regedor”, e um “comunismo positivo”, que erige “uma certa comunidade (estadual, municipal) como administradora.” Portanto, “o socialismo é uma forma mitigada do comunismo positivo porque adjudica à comunidade não todos os bens, mas somente os meios de produção.”

Os sistemas socialistas diferenciam-se na concepção do que seja a comunidade, administradora daqueles meios. A “democracia social (o socialismo científico ou Marxismo)” identifica a sociedade civil com a comunidade, que administraria através de “um governo eleito de modo democrático”, governo que não pode ser confundido com um gerente do Estado atual; este desaparecerá, dissolvido na nova ordem econômica; “haverá somente uma comunidade de relações econômicas, por outras palavras, uma gigantesca exploração industrial”. O “anarquismo” vê a comunidade nos setores específicos da sociedade, “grupos de operários”, dotados de autonomia “e que nem têm responsabilidade diante da sociedade”. O “socialismo de Estado”, deseja preservar o Estado nos moldes atuais, percebendo-o como responsável por regular a vida econômica; no entanto, trata-se de um sistema não inteiramente socialista, pois a comunidade (Estado) “não é possuidora de todos os meios de produção”. O mesmo caráter parcial se verifica no “socialismo agrário”, que, também identificando a comunidade com o Estado político, defende que este seja “dono somente do solo.”⁵²³

Todos os sistemas socialistas erigem-se sobre um fundamento “falso”, qual seja, a igualdade. Existe, é verdade, uma igualdade entre todos os homens - e se está falando somente destes -, mas igualdade “na abstrata natureza humana”; todos são “corpo e alma”,

⁵²³ Idem.

mas concretamente têm atributos corporais e espirituais diferenciados. A igualdade abstrata não autoriza a reivindicação na ordem econômica de uma igualdade concreta. Além disso, essa reivindicação é perniciosa em suas conseqüências, já que impossibilita o desenvolvimento livre das capacidades individuais, ceifando o estímulo da “esperança em melhor recompensa.” Que todos tenham direito à existência, é ponto reconhecido pela Igreja; Santo Tomás doutrinou “que o homem em extrema necessidade pode tirar de outrem o que naquele momento lhe é necessário, por isso se pode requerer do Estado, que cuide que tais casos não se tornem freqüentes”, mas não é encargo do Estado propiciar “a cada um” os meios necessários à sobrevivência. A função da autoridade civil deve ser a de zelar pelo “bem comum” e não pelo “bem particular”. Se o domínio do liberalismo possibilitou livre campo à “falta de consciência de muitos”, que aviltaram os meios de sustento dos operários, não é por isso que podemos identificar essa “má inclinação de indivíduos” como sendo “lei inerente à ordem econômica como tal.”⁵²⁴ Torna-se insustentável, assim, a teoria de Marx do “supra-valor”. A existência de padrões desonestos não implica que este procedimento constitua a “essência da nossa ordem econômica atual”, além do que “ao operário ativo e hábil o patrão de boa vontade paga mais do que a outro vagaroso e sem habilidade”⁵²⁵

Os argumentos oscilam ajustados aos dois campos inimigos em disputa. O *tertius* saca o ente social contra o liberalismo; os atributos do indivíduo contra o socialismo, e assim foge-se do fantasma do *socialismo cristão* - época de extremo cuidado com as palavras, Pio X não aconselhou para a Itália *associações* e não *sindicatos*? -; aqui, o sistema é preservado, a índole individual assume papel preponderante, deixa de ser “lei inerente”, mecanismo de sustento do sistema - mas o mal-estar, o incômodo persiste com um sistema que parece nutrir-se não só do lucro, mas da fragmentação, do esfacelamento do corpo social. Dilema de quem defende acima de tudo a ordem e pretende reformar a *desordem* do liberalismo sem destruí-la. Desafio a um empreendimento de ajuste delicado, que preserve o Estado guardião do direito à propriedade particular sem identificá-lo com o interesse desse direito, identificação que motiva a *desordem*. Imprescindível uma *complementação* das atribuições da autoridade civil que desfaça aquela identificação, remetendo sua identidade ao todo.

⁵²⁴ História do socialismo. *Ação Social* 16/01/1916, ano I, num 44, p.1.

Reformar o Estado liberal combatendo a sua *desordem*, o desajuste de sua função, que não pode restringir-se à defesa dos direitos de uma parte, parcialidade que ofende o direito das outras partes, inviabilizando a harmonia social tão necessária ao seu funcionamento do todo. Ao mesmo tempo, impedir a exorbitância das atribuições da autoridade civil, instituição em potência despótica, porque não referida a um poder superior, a um poder outro - diretor espiritual - que oriente sua ação no sentido do bem comum.

Dentre as propostas socialistas de sociedade ainda vigentes no início do século XX, os holandeses do jornal elegem o marxismo como principal inimigo a ser combatido. Tal escolha informa de uma visão eurocêntrica, olhos voltados para a Alemanha, berço de vigoroso movimento católico articulado no Volksverein e no Partido do Centro, movimento que soube resistir eficazmente à aliança entre liberais e conservadores protestantes, esteio político do *Kulturkampf* de Bismarck, e que enfrentava assustado o crescimento do SPD.

Os artigos criticam o marxismo por reduzir tudo o que existe à matéria, quando diz a reta razão que o mundo está povoado de almas imortais e espirituais; por negar pelo seu método dialético a existência de verdades imutáveis, absolutas, negação absurda do “fundamento de qualquer ciência”. Como pode o marxismo afirmar a verdade do materialismo, do método dialético, afirmar o fim da “eterna evolução” após o conflito de classes, sem contradizer sua pregação da inexistência de uma “verdade absoluta”⁵²⁶. Como pode esse sistema sustentar que a história se move pela luta entre as classes, se todos sabemos que o Criador e Governador do mundo “é na essência amor” e que, portanto, “não pode tomar o ódio e o rancor entre as classes como meio único de desenvolvimento, e pô-los como lei do progresso social”.

Que mundo falso e capenga este, que se move exclusivamente por fatores econômicos, quando a razão nos “dita que o homem consta de corpo e alma, que esta e aquele têm faculdades e tendências próprias”; por serem mais elevados, “os fatores espirituais...devem fazer valer muito mais sua influência”. Afinal, a História nos ensina que esses fatores não se subordinam aos interesses econômicos. “Alto e baixo, cavaleiro e camponês, imperador e papa, todos tinham a despeito de diferentes interesses econômicos e políticos, as mesmas idéias de religião e de justiça”. Vincular, como faz Kautsky, a origem

⁵²⁵ Sistema de Marx. *Ação Social* 20/02/1916, ano I, num 49, p.1.

do cristianismo à situação econômica de Roma “é cousa incompreensível, que nasça de circunstâncias econômicas a vontade de deixar-se martirizar, matar, devorar por feras, como aconteceu com milhares de cristãos na primeira época do catolicismo”. Como desprezar, a importância para o seu tempo, de um “Alexandre, Constantino, Carlos Magno, Napoleão, São Francisco de Assis, Santo Inácio de Loyola, São Vicente de Paulo”⁵²⁷.

Encampa o franciscano a idéia de uma história movida pelas grandes individualidades, mormente as de guerreiros e de santos? Ou seu exemplo traduz concepção outra, de um préstito humano pelo tempo, cortejo guiado pelas autoridades civil e eclesiástica, cada qual exercendo seus direitos de legislar na esfera própria a cada uma, aquela cuidando dos negócios terrenos, a outra zelando pelos desígnios do sobrenatural, atribuições que não se confundem, mas que podem/devem cooperar tendo em vista o justo ordenamento terreno e a recompensa do refrigério eterno, cooperação sintetizada em Constantino.

Em um homem que não seja só indivíduo, nem exclusivamente ente social, a escola social católica alicerça seu sistema, o “solidarismo”, coloca sua esperança/certeza em solucionar a questão social⁵²⁸. Da desigualdade inerente ao mundo, das “partes heterogêneas” que compõem o “*todo*”, obra do Criador, prega o ordenamento, “organismo social” atravessado de ponta a ponta pelos laços de solidariedade.

Que as células movidas pela identidade de interesses *voltem* a agrupar-se em órgãos, pois “a sociedade...não consta diretamente de indivíduos ou células, mas de grupos de células, quer dizer, órgãos”; que os órgãos - “politicamente, as famílias, os municípios, as províncias; economicamente; os grupos de cidadãos, que têm os mesmos interesses no terreno econômico, isto é, o grupo de operários, de grandes industriais e comerciantes, o grupo de agricultores, o grupo de classe média, isto é, de industriais e comerciantes em

⁵²⁶ Marxismo. *Ação Social* 30/01/1916, ano I, num 46, p.1.

⁵²⁷ Marxismo. *Ação Social* 06/02/1916, ano I, num 47, p.1.

⁵²⁸ “... a representação que a Igreja faz para si da sociedade gira ao redor da *pessoa*. Pragmaticamente, seu discurso se lança contra a sociedade moderna, à medida que esta, em suas formas individualistas e coletivistas, tendentes a abafar os valores de responsabilidade e liberdade, absolutizam a propriedade (...)” Romano, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado - Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo, Kairós, 1979, p. 62. “Para , com um nome, o sistema social, que se situa, como intermediação (*via media, Vermittlung*), entre essas duas posições extremas, o jesuíta alemão, Heinrich Pesch, cunhou o termo *solidarismo*.” Ullmann, Reinhold Aloysio. *O Solidarismo*. São Leopoldo, UNISINOS, 1993, p.81. Segundo Mayeur, Pesch “publica em 1893 uma vasta síntese doutrinal: *Liberalismus, Sozialismus, und christliche Gesellschaftsordnung*, VIII, 772 p. Ela justifica a propriedade privada e insiste sobre a noção de solidariedade.” Mayeur, *op. cit.*, p. 34, nota 101.

menor escala” -, “que não devem ter caráter de direito privado, como as associações atuais, mas o caráter de direito público”, dotados “pelo Estado de uma certa autonomia nos negócios próprios”, tendo - os econômicos - “o direito de fazer, sob as vistas do Estado, certas leis que dizem respeito à profissão e de exercer sobre os sócios desta mesma profissão, a faculdade de certo poder jurídico” e assim “restaurada a solidariedade” no interior delas e ao mesmo tempo coibida a exclusividade dos interesses corporativos “pela maior autoridade do Estado”, cooperem uns com os outros, “harmonicamente como órgãos de um mesmo organismo”. “A opinião solidarista mantém o meio termo entre liberalismo e o socialismo. Não quer exclusivamente o individualismo, pois prega a solidariedade de interesses. Não quer que o indivíduo seja absorvido pela comunidade, pois reclama autonomia./ Quer a socialização, não dos meios de produção, mas socialização dos produtores.”⁵²⁹

Contra o individualismo sem peias, o movimento caótico das partículas, a autoridade é invocada; para disciplinar, na medida correta da justiça e da moral da doutrina católica; para impedir o desequilíbrio de forças entre as partes. Contra a homogeneização forçada das partes, por uma autoridade que arvora para si o controle de todo o movimento social, recorre-se à autonomia relativa das classes profissionais, abrigo dos interesses particulares. Nem liberalismo, nem socialismo, nem só indivíduo, nem só comunidade, mas “*via media*, meio termo”, equilíbrio, harmonia. O modelo é a idade de ouro do cristianismo, quando a impiedade residia fora, e constituía-se em fator de coesão da cristandade ocidental: “a sociedade deve ser reorganizada na base orgânica que estava na idade média.”⁵³⁰

Se a organização social medieva é referência para a reestruturação da sociedade moderna, esses pregadores católicos descartam a reconstrução romântica, o “tosco medievalismo” dos seguidores de von Vogelsang⁵³¹. Têm consciência que o ordenamento

⁵²⁹ Solidarismo. *Ação Social* 27/02/1916, ano I, num 50, p.1. “Na visão de mundo tomista, a metáfora do organismo ocupa lugar fundamental na medida em que faz uma leitura da sociedade como um corpo vivo cuja existência depende de sua organização para o bem comum, o que exige de seus membros colaboração e submissão às regras estabelecidas.” Malatian, Teresa Maria. *Catolicismo e Monarquia na Primeira República*, in: *História*. São Paulo, v.11, 1992, p.263.

⁵³⁰ Solidarismo. *Ação Social* 27/02/1916, ano I, num 50, p. 1.

⁵³¹ Camp, *op. cit.*, pp. 111. Segundo Mayeur, *op. cit.*, p. 34, no “interior do catolicismo social austríaco coexistiram duas escolas: aquela da *Sozialreform* (representada por um Vogelsang), anticapitalista, em seus fundamentos reacionários, e aquela da *Sozialpolitik*, mais próxima das encíclicas, que condena simplesmente os excessos do capitalismo. Para o padre Pesch e os jesuítas alemães que inspiraram a *Sozialpolitik*, deve-se

antigo foi minado, segundo o conde francês Albert de Mun, por “circunstâncias e acontecimentos políticos”, que levaram o poder temporal a se imiscuir nas atribuições do Papado, o direito canônico a perder terreno para o direito civil, a razão humana a encurralar o sobrenatural e as corporações a se desagregarem. “Tudo requeria uma reforma, desejada por cada um, aprovada por todos.” Mas veio a Revolução. “O edifício da organização social começou de repente a esboroar-se assustadoramente”, brutalmente foram rompidos “os laços que ligavam os membros de uma grande família: a sociedade”. Sobreveio o “despotismo das paixões”, o egoísmo dos de cima e o ódio dos de baixo, gerando medo e despertando força⁵³².

Não mais existem os laços de caridade e justiça que outrora ligavam o patrão ao operário e este “com seus companheiros do mesmo ofício”. Necessário regenerar os órgãos, protegê-los na solidariedade interna, coisa que “o Estado em suas leis gerais não pode dar nem destruir”. A regeneração é atualizada, passa pela organização de “sindicatos ou grupos do mesmo ofício (...) a fim de criar mais caridade, mais camaradagem no próprio seio do operariado”, para fazer frente à voracidade do capital. “Por isso não é um retrocesso à época medieval em que as corporações florescia, nem são contemplações teóricas de sábios que querem introduzir reformas na ordem social e assim passar por grandes gênios. Nada de tudo isto! As reclamações que sobem das últimas camadas para acima são a expressão de uma necessidade, mostram um estado para o qual ninguém mais pode fechar os olhos.”⁵³³ Urge, tarefa gigantesca, apascentar os ânimos, reunir a “grande família”, transmitir-lhe a palavra, reatar os laços com a divindade.

Junto ao indivíduo e ao Estado, reivindica a Igreja lugar para sua missão no mundo moderno, sua autoridade sobre as “questões de índole religiosa e moral”, seu direito em tratar da questão social que, se diretamente é econômica, “na sua última razão tem um caráter religioso e moral”⁵³⁴. Afirmção do poder eclesiástico, da *Ecclesia*, da incumbência de reunir os povos para comunicar-lhes a palavra da salvação, palavra norteadora das posturas dos homens frente à vida na terra em mira da eternidade; direito incontestado, de “decretar leis e preceitos”, herdado dos apóstolos, que o receberam do Cristo fundador; “E

evitar de subordinar o indivíduo à comunidade, como desejam Vogelsang e seus amigos. O solidarismo se opõe ao anticapitalismo romântico e organicista.”

⁵³² Albert de Mun. *A Revolução. Ação Social* 02/05/1915, ano I, num. 8, p.1.

⁵³³ Sindicalismo. *Ação Social* 14/01/1920, ano V, num 248, p.1.

⁵³⁴ A Igreja e a questão social. *Ação Social* 05/03/1916, ano I, num 51, p.1.

*tudo o que ligares sobre a terra, será ligado também nos céus, e tudo o que desatares sobre a terra, será desatado também no céu*⁵³⁵.

Que o clero, que os católicos compreendam que é “por dever da conservação de si mesma” que a Igreja, ameaçada, deve “levantar a voz”⁵³⁶; que os patrões apercebam-se que é ela que leciona ao operário a fidelidade e o amor ao trabalho; que os operários entendam que é ela que ensina ao patrão a justiça e a caridade para com seus empregados; que os governos compreendam que ela é o fundamento da ordem, da disciplina e do respeito à autoridade; aos ricos prescreve o dever da esmola, aos pobres assegura não ser vergonhosa a pobreza⁵³⁷. Que os ímpios - “raça de ingratos que se habituou a maltratar a própria mão que intenta salvá-la”⁵³⁸-, os que andam em erro conscientizem-se de que é a Igreja que “possui o tesouro das graças” e que, por um “dever de caridade”, deve dar o alerta, o aviso, apontando “o caminho direito” para impedi-los de serem “infelizes no tempo e na eternidade”⁵³⁹.

A cada indivíduo, o franciscano editorialista do jornal aconselha que trabalhe para destruir o individualismo, associando-se com outros, tendo em vista a formação de “grupos gerais” - “como a União Popular, as associações operárias, etc.”, que reunindo elementos de interesses diversos, devem se dedicar à defesa dos “interesses morais e religiosos”, à difusão da sociologia cristã, bem como zelar pelo conforto material de seus membros “criando caixas econômicas, caixas de crédito e de seguros mútuos” - e de “grupos profissionais”, que reunam “pessoas que exercem o mesmo ofício”, visando, num primeiro momento, melhorar a condição econômica de seus membros e, num cenário ideal, “a formação de classes profissionais com direito público”, passo fundamental para a “coordenação orgânica”, nunca perdendo de vista “a formação religiosa e moral de seus membros”. Mas, no terreno econômico, o fim principal desse tipo de associação é conseguir através “de combinação ordeira um contrato de trabalho que satisfaça os partidos contratantes”, contrato esse que determine “as condições de trabalho (ordenado, tempo de trabalho, higiene e circunstâncias morais na fábrica, o sistema de aprendizagem)”,

⁵³⁵ A Igreja e o Estado. *Ação Social* 22/04/1917, ano III, num 110, p.1.

⁵³⁶ O direito da Igreja. *Ação Social* 12/03/1916, ano II, num. 52, p.1. Na comemoração do seu primeiro aniversário, o semanário manda seu recado ao possível burburinho na cidade em relação às suas pregações.

⁵³⁷ A Igreja e a questão social. *Ação Social* 05/03/1916, ano I, num 51, p.1.

⁵³⁸ X. As vezes. *Ação Social* 28/03/1915, ano I, num 4, p.2.

⁵³⁹ O direito da Igreja. *Ação Social* 12/03/1916, ano I, num 52, p.1.

implodindo, desta forma, o domínio “da economia liberal, que reconhece apenas o direito do mais forte”.⁵⁴⁰

Doutrina a voz católica que o Estado não teve origem num contrato livre e arbitrário entre os homens, e sim foi fruto de “um impulso natural e necessário” para a proteção e defesa dos “direitos dos indivíduos e das famílias” e para viabilizar, através da união de esforços, o desenvolvimento “tanto no terreno material como intelectual” em demanda do “*bem comum social*”⁵⁴¹.

Portanto, o Estado surge para suprir uma falta, “fraqueza humana”, para engendrar condições que permitissem o pleno desenvolvimento dos indivíduos e das famílias, para propiciar os meios necessários à realização do bem estar de “qualquer um”. Logo, o bem comum não é resultado da “soma dos interesses particulares”, mas é “a soma *das condições* que são necessárias, a fim de que cada um separadamente possa cuidar do interesse próprio”. Por isso, para zelar pelo bem comum, não cabe ao Estado - além, é obvio, da defesa de seus direitos, reprimindo “qualquer revolta ou repeli(ndo) ataques de inimigos” - apenas a proteção “dos direitos adquiridos ou naturais dos indivíduos, das famílias e das associações leigas, firmando aqueles que não estão bem determinados, resolvendo os casos duvidosos”; também a autoridade tem uma tarefa positiva, qual seja, de criar aquelas condições, aqueles meios.

Ora, erra o liberalismo ao reduzir a função do Estado à de guardião dos direitos, sendo que essa proteção se limita à “defesa da propriedade e da vida”, não admitindo a interferência da autoridade no terreno econômico, quando sabemos que nele “pode haver muita injustiça sem lesar a vida ou a propriedade”. Erra o socialismo, por alargar em demasia a tarefa positiva do Estado que, além de auxiliar “as aspirações particulares dos cidadãos”, deve também, no entender dos socialistas, “tomar toda a regularização dos interesses particulares”.

Prega o órgão católico que o Estado somente deve intervir para preencher uma lacuna, sanar uma debilidade, complementar a iniciativa particular. A autoridade deve dar liberdade a esta se ela “for capaz de alguma coisa, deve sustentar no caso de não ser de todo

⁵⁴⁰ O indivíduo e a questão social. *Ação Social* 19/03/1916, ano II, num 53, p.1.

⁵⁴¹ O Estado e a questão social. *Ação Social* 26/03/1916, ano II, num 54, p.1.

capaz de fazer o que é necessário para o bem comum; somente quando a iniciativa particular for insuficiente a autoridade mesma deve fazê-la”⁵⁴².

Lembra o semanário, que há discordância no movimento do catolicismo social acerca do papel do Estado na vida econômica. Sintetiza as propostas saídas dos congressos realizados em 1890, nas cidades de Angers e Liège, cujas diretrizes antagônicas deram origem às assim chamadas “*escola de Angers*” e “*escola de Liège*”. Assegura que nem a primeira pode ser chamada de liberal, porque reconhece “a necessidade da intervenção do Estado”, nem a segunda defende o socialismo de Estado, pois admite “a autonomia da atividade privada”. Concorde que os adeptos de Angers pretendem que a ingerência do Estado deve ser limitada, restringindo-se a “proteger os direitos e opor-se aos abusos”, prescrevendo como solução eficaz para a questão social “o esforço da religião e da moral”; que eles vêem no contrato de trabalho um contrato como qualquer outro, sendo considerado justo o patrão que paga o salário contratado e nada mais. Por caridade, deve o patrão ajudar seus empregados em várias ocasiões, mas tal não implica um direito do operário. “Portanto, deve haver uma relação paternal entre patrão e operário, e o Estado ou a autoridade legal não pode nisto intervir”. Já os seguidores de Liège opinam que, embora “louvável”, o reforço da religião e da caridade por si só não basta para resolver “nossa convivência econômica (que) não é boa”; que para melhorá-la, “o Estado deve cooperar” na “reorganização da nossa sociedade fundamentada na base orgânica”, isto é, que a autoridade trabalhe para “introduzir de novo as classes profissionais”. Que, além de proteger os direitos e coibir os abusos, deve o Estado “prevenir os perigos dos abusos” - o grande Leão XIII não afirma outra coisa na *Rerum Novarum* quando “diz que as leis do Estado também devem prevenir os perigos” -, através de uma “legislação social”. Por entenderem que o contrato de trabalho é “um contrato de qualidade especial”, em que os “deveres de justiça” não se restringem ao pagamento do “ordenado contratado”, mas abrangem a “vida, fama, saúde do operário”, é que os seguidores de Liège propugnam a interferência do “Estado com sua legislação social”, não deixando de reconhecer, no entanto, o caráter “louvável” da “relação paternal entre patrão e empregado”. Assegura o

⁵⁴² O Bem Comum. *Ação social* 02/04/1916, ano II, num 55, p.1.

semanário, que a disputa entre as duas escolas praticamente está finda em 1916, e que “a opinião de Liège é a geral entre os Católicos, menos na França”⁵⁴³.

Significa a defesa dos direitos, ensina a *Rerum Novarum*, “a proteção da propriedade privada e a proteção da sociedade contra os desastrados efeitos de greves”. “Indiscutível direito da natureza”, que “cada um pode, à sua vontade, dispor dele”, que não se restringe “ao simples uso, como (fazem) os brutos”, das dádivas materiais que Deus colocou à disposição dos homens, “mas também o direito de propriedade fixa”, não só “das cousas que se consomem com o uso, mas também das que o uso não consome”, “fruto do trabalho, da indústria ou de outra cedência ou dádiva”, a propriedade particular deve ser garantida pelo Estado.

Também, segundo Leão XIII, tem a autoridade o dever de reprimir as “violências e tumultos a que de ordinário dão ocasião” as greves, ocasionadas estas, “não poucas vezes”, por um “trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha”. Para livrar “o comércio” daqueles embaraços e preservar os “interesses comuns”, a atitude mais sábia da autoridade deve ser antes prevenir do que remediar, “removendo as causas de que se prevê que hão de nascer os conflitos entre os operários e os patrões”⁵⁴⁴.

Entende o semanário que o papa não condena as greves, “pelo contrário, reconhece as razões” que as provocam. Se o Estado tem o dever de reprimir as greves violentas, as “greves políticas” - “aquelas que são organizadas para extorquir direitos políticos ou exitar uma revolução” - , as greves que prejudicam os serviços essenciais ao interesse de todos, que ferem “o bem comum, como uma greve de empregados da estrada de ferro, ainda as de empresas particulares”, tem o Estado igualmente “a obrigação de remover as causas das greves”, através de uma “legislação social”⁵⁴⁵.

Para assegurar a “tranquilidade pública”, o direito do proprietário de dispor dela “à sua vontade”, deve a autoridade “punir os atos de violência”. Para garantir os interesses de todos, o “bem comum”, deve a “autoridade das leis” limitar o direito do proprietário de dispor de sua propriedade como bem entende, quando essa liberdade for abusiva, isto é, produzir injustiça, ferir o direito do outro - não proprietário - ao bem-estar.

⁵⁴³ O Estado e a questão social. *Ação Social* 09/04/1916, ano II, num 56, p. 1.

⁵⁴⁴ *Rerum Novarum* citada em A obrigação do Estado. *Ação Social* 16/04/1916, ano II, num 57, p.1.

⁵⁴⁵ A obrigação do Estado. *Ação Social* 16/04/1916, ano II, num 57, p.1.

Acende a Igreja uma vela a Deus e outra ao diabo, ou uma vela ao diabo e outra a Deus, e por esse caminho, pragmático e doutrinário, busca assegurar as condições de sua sobrevivência, do Deus em maiúscula? Subserviência à dominação burguesa? convivência com esta até certo ponto, limite determinado pelas condições de sua sobrevivência e pela garantia da “tranquilidade pública” - elementos que a Igreja funde, argumentando que sua existência em espaço privilegiado assegura a ordem -? Donde o interesse da Igreja pela ordem? Porque a Igreja reconhece no zelo pela ordem, independente da sua formação histórica no tempo cristão, o seu segundo mais precioso labor pela humanidade, ordem que impede a dispersão das ovelhas e permite seu reto caminhar - “Paz e progresso, disse Santo Agostinho, só se encontram na submissão à autoridade. Pax est tranquilitas ordinis”⁵⁴⁶ -; ordem que domina os instintos, que dá campo a cada um realizar-se, que torna viável a convivência; anseio por ordem que é anterior ao tempo cristão, necessidade *natural*, ordem que é a fusão perfeita do direito e do dever naturais, direito/dever de bem estar com o outro? É por outra razão que a questão social é de “índole religiosa e moral”?

No limite, entre o direito do proprietário e o direito do “homem em extrema necessidade de tirar de outrem”, que o Estado guie-se pela asserção do mesmo Tomás de Aquino; “Assim como a parte e o todo são em certo modo uma mesma coisa, assim o que pertence ao todo, pertence d’alguma sorte a cada parte”⁵⁴⁷. É marca do discurso social católico essa tensão entre a defesa do direito do proprietário e do direito dos outros ao bem-estar; tentativa de construir na ordem da propriedade o bem comum.⁵⁴⁸ Por isso recorre-se à tarefa positiva do Estado: criar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da iniciativa particular, cuidando “dos caminhos de comunicação, dos portos...e por um moderado imposto aduaneiro proteger os produtos nacionais”; quando a iniciativa particular é débil “para explorar o que é necessário para o bem comum, então o Estado tem o direito e o dever de executar por si esta empresa”. Deve também a iniciativa estatal dar o apoio indispensável ao desenvolvimento das capacidades de cada um, “criando escolas técnicas, onde os cidadãos têm meios de se aperfeiçoarem no próprio ofício ou subvencionar as

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ Citado em O Estado e a ação social. *Ação Social* 27/08/1916, ano II, num 76, p.2.

⁵⁴⁸ Romano, Roberto, *Igreja contra...*, pp. 49-61.

existentes”; por fim, “deve auxiliar” os grupos gerais - como a União Popular -, fundados “em favor dos operários, da classe média e dos agricultores”⁵⁴⁹.

Pelo industrial, pelo comerciante, pelo agricultor, pelo operário, pela nação, que zele o Estado. Infra-estrutura, proteção do mercado nacional, escolas, subvenção às iniciativas de interesse social. Pelo desenvolvimento, diminuir a desigualdade - mas não eliminá-la - via melhor distribuição da riqueza gerada, e pela capacitação das pessoas em demanda da generalização da propriedade⁵⁵⁰.

A reforma passa pela diluição do indivíduo na família, nas associações profissionais e gerais, e pela limitação do direito do proprietário através do Estado interventor e paternal para com o cidadão mais frágil - porque desprovido do atributo da propriedade, portanto impotente⁵⁵¹. Já o patrão-proprietário é pleno de potência, por demais até na ordem econômica liberal; daí a não preocupação em organizar uma associação patronal, mas a idéia de que sua potência em demasia - porque prejudicial ao outro - deve ser limitada. Não se coloca muita fé na vontade altruística dos patrões, por isso é justificável que a liberdade deles seja lesada em bem do mais fraco, da parte inferior que também é o todo e por isso deve ser protegida pelo Estado. “Seria uma limitação da liberdade dos patrões, é verdade, mas a sociedade é um organismo, e assim como um cirurgião, a fim de curar uma parte do corpo, às vezes deve penetrar e danificar outras que não estão contaminadas, assim também o Estado, a fim de proteger os operários, às vezes deve limitar a liberdade dos patrões.”

A doença/fragilidade reside no operário, em sua ignorância/impotência em fazer valer seus direitos de cidadãos; por isso, “às vezes”, a necessidade da intervenção cirúrgica “danificar” o órgão são/potente, para o bem do equilíbrio. Talvez a leitura mais correta não seja a de considerar como implícita a idéia que a saúde do organismo implica um certo grau de debilidade do atributo da propriedade - órgão saudável em excesso, pois esse excesso traduz-se em maior produção, riqueza, prosperidade. Mais adequado ler aí uma advertência do filho de São Francisco contra a concentração excessiva da propriedade, contra “a cumulação de grandes riquezas em poucas mãos”. A idéia que a concentração é a responsável pelo dano e, portanto, precisa ser afetada pelas leis; absurdo o abismo existente entre pobres e ricos, “quando a lógica seria estender as condições de bem-estar e dignidade

⁵⁴⁹ O Estado e a questão social. *Ação Social* 27/08/1916, ano II, num 76, p.1.

⁵⁵⁰ Romano, *Igreja contra...*, pp. 49-61.

⁵⁵¹ *Idem*, pp.56-58.

- propriedade ao maior número possível”⁵⁵². Nessa identificação entre dignidade e propriedade - enquanto “a lógica” não chega -, a dignidade do operário é salva pela concepção do salário enquanto “absoluta propriedade dele” - pelo que, condena o frei o “patrão negociante” que obriga seus operários a comprarem em seu armazém ou paga parte do salário em gêneros⁵⁵³.

Por tal perspectiva, significa “a repartição da propriedade entre maior número”⁵⁵⁴, a melhor distribuição da riqueza pelos gastos dos capitalistas e do Estado com a saúde, a moradia, a aposentadoria, o seguro-desemprego dos trabalhadores, reduzindo a desigualdade mas não comprometendo-a - “que no mundo há de sempre haver ricos e pobres”⁵⁵⁵. Conclusão óbvia, o bem-estar de um órgão depende da saúde do outro, se o capital cresce, o trabalho é beneficiado; logo, ensina a doutrina social católica, a cooperação é salutar para ambas as partes. Como ela não se verifica, dada a falta de consciência de uns, e a impotência de outros, o Estado-cirurgião é chamado a intervir; imagem que revela um poder *fora* do corpo social, que impõe uma *unidade de fim* - saúde do corpo -, vinculado a um poder *outro* que garanta a *superioridade de direção* - realização do espírito. “O equilíbrio supõe posições distintas, contraposição de forças, massas diferentes, correspondência de partes, unidade de fim e superioridade de direção”⁵⁵⁶.

O tamanho dessa intervenção, necessária à “salvação da sociedade”, ao conserto da situação, seus limites, não estão muito claramente traçados. O incômodo com a incapacidade do Estado liberal em ordenar a hierarquia social inerente ao mundo, insinua não só a desconfiança, para não dizer a certeza, da impossibilidade desse poder reger-se por uma direção superior, como também talvez aponte para uma opção de *reforma* da formatação política liberal, por um poder que esteja à altura da tarefa gigantesca; invocação de um poder que não é reivindicado para amortecer os conflitos sociais, mas para torná-los *acidentais*, para constituir-se - no lugar da fragmentação - em substância da comunidade - *unidade de fim* -, condição imprescindível para a religação do *corpo* com o *Outro* - *superioridade de direção*.

⁵⁵² Sociologia - Propriedade e Matrimônio. *Ação Social* 07/10/1917, ano III, num 134, p.1.

⁵⁵³ O patrão negociante. *Ação Social* 03/12/1916, ano II, num 91, p. 1.

⁵⁵⁴ Sociologia - Propriedade e Matrimônio...

⁵⁵⁵ Falsa educação e educação verdadeira. *Ação Social* 30/12/1917, ano III, num 146, p.1.

⁵⁵⁶ Sociologia - propriedade e matrimônio. *Ação Social* 07/10/1917, ano III, num 134, p.1.

O incômodo pode resvalar no pessimismo, mas num pessimismo que desafia, particularmente quando se cede a palavra “aquele engenho admirável de profundo sociólogo, que há mais de meio século, previu o que promete a *questão social*: Donoso Cortés.

‘Eu vi, disse, dois edifícios gigantescos, duas torres babilônicas, duas civilizações esplêndidas, levantadas ao alto pela sabedoria humana: a primeira caiu ao ruído das trombetas apostólicas, e a segunda vai cair ao ruído das trombetas socialistas... Não há salvação para a sociedade, porque o espírito católico, o único espírito de vida, não a vivifica toda: o ensino, os governos, as instituições, as leis, os costumes./ Torcer o curso das cousas, no estado em que vão hoje em dia, não se me oculta que seria uma empresa de gigantes. Não há poder na terra que, por si só, possa levá-lo a cabo; apenas poderia ser levado a termo feliz, se todos juntos trabalhassem concertadamente./ Deixo a outrem o cuidado de averiguar se este concerto é possível, até que ponto o - é, e dizer se, no caso de ser possível, a salvação da sociedade não seria por todos os modos, verdadeiro milagre.’⁵⁵⁷

Expõe assim o hebdomadário católico sua concepção do que seja a “questão social”. Abrange a questão do liberalismo, imerso na desordem inerente ao individualismo, ao egoísmo, à liberdade que desmoraliza a justiça, a um deus condenado ao ostracismo, à indiferença religiosa; a questão do socialismo, arauto do mais monstruoso materialismo, açulador da luta entre as classes, inimigo número um da ordem; a questão do Estado, sem temor a Deus, laicizado, incapaz, conivente com a corrupção dos costumes e com a dissolução da família; a questão da Igreja, da perda do seu lugar na esfera do público, em busca da sua inserção no mundo moderno para alterar-lhe o rumo; a questão operária.

“Parte inferior”, mas “muito importante” da questão social, a “questão operária”, como aquela não tem exclusivo caráter econômico, “mas principalmente e em primeiro lugar (é uma questão) de índole moral e religiosa, além disso, é social e política”. No entanto, se no geral as causas são comuns às da questão social, a questão operária possui “causas especiais e imediatas”. “Primeiro: A preponderância do capital sobre o trabalho”, fruto da dissolução das corporações medievais, deu origem a uma “classe operária” “acabrunhada, despedaçada”. Mesmo não sendo verdade - e assegura o franciscano que não

⁵⁵⁷ O Liberalismo é anti-social. *Ação Social* 13/06/1915 ano I, num 14, p. 1.

- o que afirmam os socialistas que “o salário atual pago” corresponda ao estritamente necessário à sobrevivência do operário, “é certo que pelo individualismo e pela falta de caridade dos patrões se criaram circunstâncias insustentáveis”; lado a isto, “principalmente nas grandes oficinas”, “a relação entre patrão e operário...tornou-se muito fria”.

“Segundo: A aglomeração de operários nas grandes cidades”, tentados que são, “pelos prazeres, divertimentos, (pela) esperança de ganhar mais”; a busca por maior conforto, leva-os a abandonar os campos, inchando as cidades. “Terceiro: O regime das máquinas”, que transforma o “operário” em “servente da máquina (...) a ponto de apagar nele o sentimento nobre, de sua habilidade de outrora”. Ao simplificar o trabalho do operário, tornando-o “supérfluo”, o regime das máquinas afastou a mulher do lar, a criança da escola, privando o homem de serviço ou forçando-o a aceitar trabalho em troca de salários insuficientes para a sua “subsistência”; além do que, com aquela simplificação, “entraram na fábrica pessoas de senso diferente” - que significa, para o franciscano, não há dúvida, pessoas que não rezam o *Credo* católico, se é que rezam - “o que foi causa freqüente de rebaixamento do nível moral”.

“Quarto: Excesso de produção e crise”, gerando desemprego. O alargamento do mercado, que leva “o patrão moderno” a destinar a produção para o consumo nacional, “e até para a praça mundial”, acarreta a impossibilidade de previsão da demanda; “não há”, como “antigamente”, “contrato com o consumidor”. “Quinto: A incerteza do operário; eis o principal dos males” do mundo moderno do trabalho, que deixa o operário sem proteção contra “as doenças”, “a invalidez”, “a velhice”, “o desemprego”⁵⁵⁸.

No contrapé do discurso, ou , no seu negativo, visualiza-se um mundo formado por pequenas comunidades, onde a produção é realizada em “oficinas”, desprovidas de máquinas, lugar para homens hábeis no ofício, corretos no proceder pois de sólida formação cristã, cientes do valor de sua obra, homens que convivem integrada e fraternalmente sob o comando paternal do patrão, patrão que regula a produção em sintonia com as encomendas, vindas de um mundo pequeno onde não há desemprego e as circunstâncias adversas da vida são socorridas pela solidariedade dos grupos. Idade de ouro do cristianismo. Modelo que já não existe e que, portanto, precisa ser reinventado, num

⁵⁵⁸ A questão operária. *Ação Social* 28/05/1916, ano II, num 62, p.1.

mundo que é outro. Obra que deve começar pela reunião dos operários, filhos diletos de Deus.

Após asseverar que a palavra não possui o sentido que na Itália foi dado à ela, isto é, sinônimo de “associações socialistas”, o periódico convoca os operários a reunirem-se em “sindicatos”, organizados “conforme as profissões” e com caráter confessional em itálico, “todos (os seus membros) *confessando e praticando* a religião católica”. Afirma que esses “sindicatos católicos” diferenciam-se dos “sindicatos socialistas” por estes pregarem a luta a todo o transe, por exacerbarem o descontentamento entre seus membros, “excitá-los a que com força e violência reclamem seus direitos”. Ao contrário, os sindicatos católicos pretendem alcançar os seus objetivos utilizando-se “de todos os meios lícitos”, inclusive, que fique bem claro, a greve, quando se depararem com a intransigência dos patrões; nesse caso, devem “simplesmente suspender o trabalho ou providenciar que sejam (os patrões) obrigados a lei”. Por isso, “o sindicato católico às vezes se apresenta como associação de luta; ela não procura a luta, mas, se não houver outro recurso, aceita-a como o meio único”⁵⁵⁹.

Objetivam essas “associações profissionais” a regularização das “condições de trabalho por um contrato legal e coletivo, ajustado entre os operários reunidos, representados pela associação profissional de um lado e o patrão ou os patrões de outro lado”. Lembra o franciscano que “há tempos” houve resistência por parte dos patrões europeus à idéia; no entanto, assegura ele, o “contrato coletivo” é instrumento vantajoso para ambos os lados. Ao patrão, a garantia de poder contar com o trabalho de seus operários, o maior interesse destes “pelo progresso da indústria”, a certeza de que, na vigência do contrato, não terá de se preocupar com reivindicações de aumento salarial, podendo “com mais certeza fazer seus cálculos”. Ao operário, a maior garantia de seu salário, “seu crédito aumenta”, o que eleva seu moral, “as greves diminuem” e “nascem sentimentos e laços mais fortes de fraternidade” entre ele e seus companheiros.

A ambos, a exclusão dos trabalhadores desqualificados “pois os ordenados mínimos e combinados dizem somente respeito a aqueles que ao menos têm habilitação comum”; também “não se teme tanto mudança de pessoal, pois com o outro patrão têm o mesmo

⁵⁵⁹ Sindicatos. *Ação Social* 11/06/1916, ano II, num 64, p.2.

ordenado”. Não busca outra coisa a idéia do contrato que não seja a “paz social”⁵⁶⁰. Quem certifica a habilidade? A associação? Fim da rotatividade de mão-de-obra? Os anarquistas encampariam as propostas; mas não cabe perplexidade; se os fins e os meios são distintos, anarquistas e católicos sociais se tangenciam nas reivindicações, convictos de que só serão ouvidos pelas massas se oferecerem potência institucional às mesmas, máxima ou mínima, sintonia delicada porque nunca experimentada no mundo das coisas novas, daí as interferências. Por trás da proposta, a concepção de *aparelho*, da união dos *órgãos* voltados para a mesma esfera da atividade econômica, mesma região do *corpo*, o ideal – do qual o contrato coletivo é um passo – das corporações mistas, empresários e trabalhadores juntos.

Mas, talvez caracterize melhor ou de forma mais adequada a proposta de uma sociedade cristã não no sentido de retorno ao ordenamento medieval, mas de reforma do capitalismo com um olho na idade de ouro e outro nas idiosincrasias do século, olho que busca desvendar a estrutura do sistema também se utilizando das ferramentas colocadas à mão pelas análises materialistas - interferência inevitável -, seja a percepção do semanário acerca do desemprego enquanto elemento estrutural, marca do processo histórico de constituição do capitalismo industrial e de suas constantes crises de excesso de produção.

Desestruturada a organização da produção agrícola, na Inglaterra do século XVI, “porque subiram os preços da lã”, o êxodo dos campos atulha a cidade de pedintes e vadios, que são reprimidos pelas “terríveis” leis do “governo de Henrique VIII”, “demasiadamente radicais”. “Degeneradas” as corporações, “no século 17”, cresce a pobreza. Porque “havia necessidade da intervenção do Estado”, leis são feitas na França, na Polônia... contra os sem trabalho; a autoridade se fazia presente, coisa que “depois da Revolução francesa em que se declamou em todas as vozes a liberdade” desapareceu, agravando a situação dos operários. A destruição da ordem social é completada pela “aplicação do vapor à indústria, (pela) concorrência livre, (pelo) monopólio do capital”, produzindo, “para muitos, a falta de trabalho do tempo hodierno”⁵⁶¹.

Oscila o franciscano entre a compaixão pelo pobre (e condenação do cismático) - marca de sua congregação - e o apreço pela ordem - que, subordinado à salvação, constitui a razão de ser da Igreja. Para conciliar as duas tendências convoca o Estado a subvencionar um fundo, um “seguro contra a falta de trabalho” a ser criado pelas “associações

⁵⁶⁰ Iniciativa particular. *Ação Social* 04/06/1916, ano II, num 63, p.2.

profissionais” - nutrido e gerido pelos próprios membros das associações -, com o intuito de “auxiliar aqueles que sem culpa alguma não podem ganhar a vida e passam sofrendo fome”⁵⁶².

Aparentemente, de outra ordem são as dificuldades enfrentadas pelos operários ofendidos “pelas incertezas a respeito dos dias de invalidez, doença, desastres”. Não é concebível “que um patrão que segure as suas mercadorias (...), seus bens contra todos os riscos que podem acontecer (...) deixe de segurar também seus operários contra os riscos da enfermidade, dos desastres, da velhice”. Também aqui “o Estado (...) deve interpor sua ação”. Depois de relatar as tentativas de solução experimentadas na Europa - “seguro voluntário”, que “não funcionou”; “imposto”, injusto porque onera cidadãos aos quais o problema não diz respeito diretamente - opta o semanário pelo “seguro obrigatório”, por ele não “lesar a liberdade dos outros cidadãos”, na medida em que incide “somente sobre os dous órgãos sociais, operários e patrões, que são os interessados”⁵⁶³.

Aqueles que afirmam que o “seguro obrigatório” constitui-se em ingerência indevida do Estado na liberdade individual, responde o franciscano que a “autoridade civil” tem direito de intervir “quando a imprevidência individual da grande maioria põe em perigo o bem comum de uma classe inteira, da sociedade”, “a segurança pública” em risco. De outra ordem porque recusa-se o menor em afirmar que o salário pago não seja o justo; insiste ele que o problema é ocasionado pela “falta de previdência (...) dos salarizados”. Mas o *justo* não é fixo, oscila entre um mínimo e um máximo, comporta um “excesso”, um “suplemento”. Assim, “o Estado pode nos limites do justo preço, elevar um pouco o nível do salário e decidir que esse excesso seja pago sob a forma de seguro”, exigindo “que os operários empreguem este suplemento do salário em segurar-se contra os riscos profissionais”⁵⁶⁴.

Aparentemente, porque o problema refere-se a “riscos profissionais”, riscos que transbordam da fábrica para o lar, para a rua, para a venda. Afinal, não é a máquina “a causa principal da demasiada duração do trabalho”. Não é contra esse “excesso de serviço” que “o operário deve ser protegido (...) por motivos de higiene”, “excesso” que além de

⁵⁶¹ A falta de trabalho. *Ação Social* 18/02/1916, ano II, num 100, p.1.

⁵⁶² O seguro contra a falta de trabalho. *Ação Social*, 25/02/1917, ano II, num 103, p. 1.

⁵⁶³ A quem compete segurar o operário? *Ação Social* 07/01/1917, ano II, num 96, p.1.

⁵⁶⁴ Pró-operário - respostas a objeções. *Ação Social* 14/01/1917, ano II, num 97, p.1.

privar o operário do convívio do lar, faz com que ele fique “antes do tempo exausto e estragado”; não é “o trabalho mecânico”, simplificado, repetitivo, imposto pelas máquinas que afeta “o sistema nervoso” do operário⁵⁶⁵, que tira as mulheres e as crianças do lar expondo-as à “promiscuidade dos sexos e outras excitações do vício nas oficinas”⁵⁶⁶.

Promiscuidade, vício, doença; o discurso social católico é todo alicerçado em um substrato moral, que zela pela estabilidade da “célula” familiar incorporando, num outro registro, o discurso higienista característico da época. À contraluz da higiene, da doença do corpo, a doença da alma - necessário que o operário possa “refrescar o espírito”⁵⁶⁷.

Ao Estado cobra-se que fiscalize as construções e exija do proprietário os reparos e manutenção necessárias para assegurar as condições higiênicas do imóvel. Que este seja vazado por “luz, ar e limpeza” tão indispensáveis ao “crescimento e saúde das crianças”. Que o lar seja um lugar agradável de se viver, afastando assim o pai operário, depois de um dia de trabalho, das “distrações na rua, na venda, no álcool”. Que o Estado providencie “no sentido de que o pai de família disponha de uma habitação que dê bastante abrigo aos seus”; dói fundo, ver a família operária habitando em “casas tão pequenas que os pais e os filhos, irmãos e irmãs devem dormir no mesmo quarto e mesmo, às vezes, na mesma cama”⁵⁶⁸.

Mas, registro outro, essa intervenção tem limites - “a polícia, porém, não tem o direito de intervir na vida íntima fiscalizando a moral dos dormitórios”⁵⁶⁹ -; que ela não atinja o seio familiar, “a vida íntima”, “a moral” familiar, que para assunto desta índole a Igreja proclama bem alto o seu direito; é ela que apura os pecados e os absolve em nome do Criador - sem o que, não há negar, seu espaço minguará. É afirmada a precedência da família em relação ao Estado. Ergue-se contra as ações deste as barreiras que asseguram a primazia do lar inviolável.

A sociologia cristã não concebe o operário enquanto indivíduo isolado. Se ele forma junto com os seus companheiros de profissão um “órgão social”, traz junto a si nesse

⁵⁶⁵ Duração do trabalho. *Ação Social* 17/12/1916, ano II, num 93, p. 1.

⁵⁶⁶ *Rerum Novarum* citada em O Estado e o operário. *Ação Social* 24/12/1916, ano II, num 94, p. 1.

⁵⁶⁷ Duração do trabalho, *op. cit.*

⁵⁶⁸ Habitação do operário. *Ação Social* 28/01/1917, ano II, num 99, p. 1.

⁵⁶⁹ *Idem.*

processo de constituição sua família. Família que é a esperança maior da Igreja⁵⁷⁰ para a “regeneração” da sociedade. Desprovido de sentido referir-se ao salário do operário; deve-se falar, sim, do “salário da família”. Para a escola social católica o operário não só tem “o direito à vida” e “o dever de sustentá-la”, como também “o direito (...) de se casar”. Por isso, o salário pago ao operário deve ser tal “que o filho possa ser educado para ser um bom operário e que a mulher possa cumprir as obrigações de esposa e mãe”⁵⁷¹.

O “crescei e multiplicai-vos” em nova leitura. É da reprodução da “célula” familiar operária que o “órgão” classe operária se perpetua. O filho do operário, no lar recebendo “virtuosa” educação da mãe e esposa do operário, aprendendo na escola o ofício, é o futuro pai e esposo operário, “regular e correto”⁵⁷². Fascínio pela estabilidade, pelo previsto nas coisas terrenas, talvez para excitar o assombro pelas coisas do espírito.

Na concepção da escola social católica, o trabalho é mais do que uma necessidade humana, mas lei ditada por Deus ao homem, lei que antecede à queda original, “que já existia na economia social do paraíso terrestre”, mandamento de prover-se das benesses da fecunda natureza em favor da vida. Ao homem incumbiu Deus, pelo trabalho, complementar a obra da criação; homem parceiro de Deus: *“Enchei a terra e sujeitai-a”*.

Mas, deu-se a queda. O trabalho, que “era agradável e fácil”, tornou-se difícil e doloroso. A terra, antes abundante e fértil, agora só dá se remexida com fadiga e suor. *“A terra será maldita na tua obra, tu tirarás dela o teu sustento com muitas fadigas todos os dias da tua vida; produzirá espinho e abrolhos e comerás o pão com o suor do teu rosto”*. A vida de cada dia nutrida pela labuta diária, penosa. Eis o castigo, a pena pela falta; *“Só terás o que produzires”*. Se mudou o caráter da lei do trabalho nem por isso o trabalhador deixou de ser “o cooperador de Deus”, obreiro da Sua obra.

Além desse cunho pessoal, da lida que alimenta a própria sobrevivência, possui também o trabalho feição social, de propiciar “uma certa abundância de riqueza destinada a favorecer o exercício da virtude”, contribuindo *“indiretamente* para o bem comum da sociedade”. Que o operário aceite sua tarefa com resignação, que ela é nobre; que os outros

⁵⁷⁰ Caes, André Luiz. *Da espiritualidade familiar ao espírito cívico: a família nas estratégias de reestruturação da Igreja (1890-1934)*. Campinas, diss. de mestrado/Unicamp, 1995.

⁵⁷¹ O salário da família. *Ação Social* 26/11/1916, ano II, num 90, p. 1.

⁵⁷² Idem.

o tratem com a dignidade que merece aquele que cumpre missão de tal monta, “nosso semelhante que nos ajuda a viver.”⁵⁷³

De quanto é esta dignidade devida? *Questão* delicada que a “Sabedoria infinita” estabelece “com medida certa para assim alcançar a concatenação social”⁵⁷⁴. Salário *justo*, suficiente - nem precário, nem abundante - para a existência digna da família; preço *justo*, que permita o seu pagamento; aposentadoria, que ampare a velhice; indenização, que socorra a invalidez; restrição ao trabalho infantil e feminino, que proteja os mais frágeis; limitação das horas de trabalho, que possibilite a vida no lar; descanso dominical, e não em qualquer dia da semana, que todos têm de ir à missa.

Convoca-se os católicos a defenderem esses direitos dos trabalhadores - deveres dos patrões -, “auxiliando-os na conquista pacífica dos mesmos, pela reforma das instituições, da legislação”⁵⁷⁵, bem como a defenderem os direitos dos patrões - deveres dos trabalhadores de pontualidade, disciplina, respeito, produtividade, que dêem em mercadorias.

O sonho da unidade anteposto ao pesadelo da fragmentação. A Igreja vela pelos pobres, por um mínimo de dignidade aos deserdados sem o que, a perenidade do esfacelamento. A própria construção desse mínimo, sob a forma da harmonia entre as partes no interior da desigualdade inerente ao mundo, vontade do Todo-Poderoso, atesta a incapacidade humana em prover a felicidade de iguais sem pai nem mãe, desprendida do sobrenatural, e possibilita a representação do equilíbrio entre as funções díspares, do todo social que é condição do pastoreio, um só pastor um só rebanho, afirmação da *Ecclesia*⁵⁷⁶.

É a Igreja que tece os laços de lealdade e obrigações, de obediência e submissão, de dependência a perpassar o todo hierarquizado. Errou o monge Pelágio por ter acreditado em demasia na força da vontade humana, por sua crença na possibilidade de realização de uma comunidade terrena harmoniosa sem o auxílio divino, por negar o pecado original e esvaziar o poder daquela que o mitiga, distribuindo a graça pelos sacramentos. “Quem não

⁵⁷³ O Trabalho. *Ação Social* 15/04/1917, ano III, num 109, p.1.

⁵⁷⁴ Lei da solidariedade. *op. cit.*

⁵⁷⁵ A. de Mun. O que queremos no terreno social. *Ação Social* 28/03/1915, ano I, num. 4, p.1.

⁵⁷⁶ “Sendo todos, filhos de uma e mesma família, nascidos de um e mesmo Pai bondoso, remidos pelo mesmo Salvador, chamados à mesma herança, à Eternidade. Pois é essa a doutrina e o conselho do Apóstolo: *um mesmo corpo e um mesmo espírito, como fostes chamados em uma esperança da vossa vocação. Um senhor, uma fé, um batismo. Um Deus e Pai de todos que é sobre todos e governa todas as cousas e reside em todos nós.* (Eph. 4,4)”. *Ação Social*. *Ação Social* 17/06/1919, ano V, num 219, p. 1.

tem idéia da graça, disse Donoso Cortés, também não tem idéia do cristianismo”. A heresia propagada na África em princípios do século V, é colada à heresia moderna, unidas no ataque à essência do cristianismo. *Se o Senhor não edificar o edifício, os operários inutilmente trabalham.*⁵⁷⁷

Chuva. Desagregou-se a nuvem densa, as gotas despencam na gravidade do movimento. O vento as açoita na tentação do desvio em busca do solo. Já não há aparato, a margem desfez-se. Alguns foram para os cafés, outros se puseram sob os telhados, muitos foram para casa, o clima excita sonolência. O préstito desmembrou-se; vigário e acólitos, sob o pálio, já não contam mais com os que seguiram rumo ao Carmo. Esperam e trabalham para que os dispersos retornem às casas⁵⁷⁸, mas que não durmam. Nela, que o pai, a mãe, os filhos reatem os laços e que o pai os conduza ao encontro com os que se assemelham na precariedade da existência sustentada na mesma lida e, dos bairros, retomem o passo à rua Direita⁵⁷⁹, e se postem no lugar que lhes cabe sem desejo por aquele que é do outro, com confiança na palavra do vigário que perscruta uma nuvem passageira, e necessária, que demonstrem fé nos desígnios inescrutáveis para o ordinário Daquele que dá a chuva e o bom tempo⁵⁸⁰. “Os tempos ainda são maus, mas não ficarão sempre assim. Depois da tempestade há de vir a bonança.”⁵⁸¹

Retornar às casas, reatar os laços, refazer as partes para retomar o passo, postar-se novamente. Impedir o fracionamento, mas também a todo custo a diluição das partes no

⁵⁷⁷ Pelagianismo e liberalismo. *Ação Social* 07/04/1918, ano IV, num 159, p. 1.

⁵⁷⁸ “A solidez da casa é parte da constância, continuidade, firmeza, atribuídas à própria vida e às coisas encaradas na perenidade de sua essência, excluindo o momento, talvez fugidio, do ‘acidente’”. Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Linguagem e pensamento conservador: Aristóteles fonte da sociologia* in *Revista USP*, n. 3, set/out/nov, 1989, p. 122.

⁵⁷⁹ “ (...) movimento imanente que leva da casa à aldeia, carregando consigo toda carga de dominação encerrada na primeira. Ampliam-se as relações de dependência, abrangendo não apenas laços consangüíneos, mas afins (em Aristóteles fala-se de irmãos de leite, *homogálaktes*); aumenta a produção, cresce a unidade local, introduzindo-se um terceiro vínculo, a vizinhança, congregando maior contingente humano. O movimento expansivo transcorre em partes determinadas do espaço, balizadas por circunscrições cada vez mais extensas.” Idem, p. 141. A autora mostra como no pensamento aristotélico – fonte preciosa do conservadorismo, e particularmente apropriado pela Igreja na formulação tomista -, a concepção da *célula social família*, forma *natural* da organização social, foi construída projetando “ ‘no absoluto um estado histórico’ ” (Benveniste), “inverte(ndo-se) o movimento histórico, tomando os resultados pela gênese e, por consequência, erigi(ndo) o particular em universal, legitimando o *status quo*.”, pp. 116-117.

⁵⁸⁰ “Para o conservadorismo romântico importa (...) levar em conta os fenômenos. Mas o principal é atravessar sua luminosidade artificial e recolher a essência que eles manifestam. A Revolução Francesa foi uma tempestade, sem dúvida, e, no entanto, constitui apenas um passo a mais rumo ao equilíbrio entre o humano e o Eterno.” Romano, Roberto. *Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 158.

⁵⁸¹ Nosso aniversário. *Ação Social* 17/03/1920, ano V, num 257, p. 1.

todo, a massa. Manter sim, a identidade de cada uma, diversa, condição das distâncias, da verticalidade do mando, mas sempre referida – porque carregam em si a unidade na dependência, hierarquizada – à organicidade, ao corpo uno, lugar do convívio social, do *solidarismo*⁵⁸². O retorno à origem não é outro senão à natureza de dominação interna à *célula social*; “esta necessidade já se vê na formação do lar doméstico, onde os filhos e os empregados são, e devem ser, subordinados ao chefe da família. Aqueles prestam o seu auxílio; e este amparo é sustentado; ambos participam dos bens indispensáveis para uma vida regular. Em relação aos empregados podemos dizer que a subordinação é estabelecida por um contrato, mas atrás deste contrato livre está a lei da necessidade (...), que representa um princípio da natureza (...), a subordinação orgânica de um ao outro, do empregado ao chefe da família”⁵⁸³, esforço em escapular das turbulências do tempo cronológico e se ater a um tempo fundante, a uma essência *anterior* às *vicissitudes contingenciais dos tempos* que, inclusive, são lidas como manifestações necessárias, porque sobre elas age a Providência;

“Coadjuvemos as intenções da Providência conformando-nos exatamente com o plano que nos traçou. Limitemos nossa curiosidade, e o desejo de aprofundar o que o Onipotente julgou acertado ocultar-nos; trabalhemos incessantemente a aperfeiçoar-nos nas cousas que o Senhor se dignou manifestar-nos para que nos ensine o que ignoramos./ Saibamos habitar na terra, de forma que nos façamos dignos de habitar no Céu, e jamais esqueçamos que o tempo e a eternidade são épocas diferentes, mas necessárias e correlativas a uma única vida.”⁵⁸⁴

A sociologia cristã perscruta o presente, denunciando a artificialidade devoradora do mecanismo material. Os *atos sociais* portam o *enigma do mundo*, e neles cumpre descobrir “os gérmenes da futura glorificação e elementos atuais de elevação moral e elevação

⁵⁸² “Se as menores partes constitutivas desse todo são presididas por uma teleologia que as torna irreduzíveis umas às outras – reprodução da espécie, subsistência e segurança – o espaço e a sociabilidade as colhe num todo unitário e infrangível.” Franco, *op. cit.*, p. 140.

⁵⁸³ A pobreza. *Ação Social* 11/01/1923, ano VIII, num 399, p. 1.

⁵⁸⁴ V.C. Somos ainda crianças. *Ação Social* 03/04/1924, ano X, num 463, p.1. “A Providência age *na* História, sob as conjunturas. Longe de limitar-se à mera coleta de fatos, a teoria contra-revolucionária buscou seu sentido oculto.” “a teoria romântica é o contrário exato de uma reação, enquanto retorno a um antigo estado de coisas. Dissemos que pretender retroagir a um ponto determinado no tempo seria continuar aprisionado pelo ideário burguês progressista. A volta à Origem não pode dar-se, pois, no interior da História entendida como sucessão cronológica (...) e se a Ordem também se manifesta no passado, ela lhe é ontologicamente anterior e superior.” Romano, *Conservadorismo...*, pp. 93; 157-158. Franco demonstra como nas traduções de Aristóteles existem veios para “as interpretações que neutralizam as vicissitudes do acidente e ‘amansam’ o seu poder perturbador”. Franco, *op. cit.*, p. 138.

espiritual”⁵⁸⁵. O Criador sulcou a vida, abriu um canal eterno para a humanidade, cujo fluxo não pode ser interrompido nem deslocado. Em tremendo erro andam aquelas filosofias *puramente de observação*, que pretendem novos veios para a vida. A Igreja nunca o tentou, “nem acredita que possa chegar algum dia à depuração da sociedade humana. Nem Jesus Cristo, Restaurador da nossa raça, se apresentou na terra com as pretensões dos radicalistas. Ele é o autor da vida e a vida não sofre violências”⁵⁸⁶.

Aprender as leis divinas do curso do mundo não está ao alcance de qualquer um. Só no seio da Igreja, daquela que tem o poder da distribuição dos meios da graça, encontra o fiel explicação e consolo, um guia certo “para navegar no mar tempestuoso das agitações e revoltas do tempo de agora”⁵⁸⁷. Os governos “podem trabalhar para o bem comum, fazer leis a fim de proteger os mais fracos, promover seguros para a velhice, com tudo isso não se resolve a questão social”⁵⁸⁸, se Deus não quiser. “Não basta extraordinária força de vontade, porém a força sobrenatural, que a teologia chama – graça”⁵⁸⁹, por isso, só a Igreja está autorizada a “efetuar a organização social”⁵⁹⁰, precária, é certo, mas conseqüente, lida ininterrupta pela salvação que irá desaguar na parusia, no reconhecimento dos obedientes, merecedores do descanso do oceano⁵⁹¹.

É a Igreja, por sua doutrina e sacramentos, que sana, cura, mas trabalho sempre incompleto porque o mal não cessa no mundo. É ela que trava o *bom combate* perene, obra sempre reiniciada no correr dos séculos, não há descanso no tempo que flui. “O mal penetra facilmente as camadas sociais, porque o homem, pela sua natureza depravada já está

⁵⁸⁵ Capital e trabalho. *Ação Social* 31/12/1919, ano V, num 246, p. 1.

⁵⁸⁶ Necessidade de princípios. *Ação Social* 28/12/1921, ano VII, num 345, p. 1.

⁵⁸⁷ A Eternidade. *Ação Social* 30/11/1921, ano VII, num 341, p. 1.

⁵⁸⁸ Pelagianismo e liberalismo. *Ação Social* 07/04/1918, ano IV, num 159, p. 1.

⁵⁸⁹ A lei da graça constitui, junto com a lei natural, o arcabouço teológico que sustenta as diversas encíclicas papais que tratam da questão social. “A lei da graça, que abrange tanto a Lei Antiga como a Lei Nova, é a categoria teológica que descreve a permanente e ativa continuação do governo da vida humana da parte de Deus. (...) Como exemplo decisivo de providência divina, a lei da graça refere-se à forma como Deus continua a agir e a apoiar a humanidade em sua busca de sentido e finalidade. As exigências da lei da graça são experimentadas no fato de a humanidade experimentar continuamente o chamado à conversão, à *metanóia*, a uma tomada de consciência da fragilidade e incompletude das realizações humanas, o convite permanente – brotado da religiosidade das pessoas – a uma santidade e bondade mais profundas.” Gallagher, John A. *Categorias Teológicas nas Encíclicas Sociais* in: *Concilium*/237 – 1991/5, pp. 47-58.

⁵⁹⁰ O homem social. *Ação Social* 14/01/1919, ano IV, num 197, p. 1.

⁵⁹¹ “A meta, situam-na de bom grado a uma enorme distância, num além que não se pode adentrar de imediato, enquanto ainda se vive, e que se tem de fazer por merecer mediante muito esforço e submissão. Aos poucos, a direção vai se tornando o mais importante. Quanto mais distante a meta, tanto maior a perspectiva de durabilidade. No lugar daquele outro princípio – o princípio aparentemente indispensável do crescimento –, coloca-se algo inteiramente diverso: a repetição” Canetti, *op. cit.*, p. 24.

inclinado ao pecado”⁵⁹². O mal instila humores nefastos. Aqui, uma *gangrena*, que a doutrina extirpa e os sacramentos regeneram; acolá, a prece faz cessar as “agitações espasmódicas (que) abalam os membros do corpo social”⁵⁹³; ali, a benção espargida traz à consciência *o desmaio espiritual*, acalma o corpo “desta epilepsia moral que não o deixa reger os próprios movimentos”. No dia, “a claridade do sol molesta os olhos doentes (...) Então a Verdade, atirada ao lado pela doutrina sofisticada, aparece fosca e insociável (...) As aparências agradáveis e atrativas iludem os sentidos e a realidade mais profunda que requer um esforço superior da alma para ser penetrada, se oculta à multidão da gente do mundo”⁵⁹⁴.

No tempo, “o corpo social é vivo e está sujeito às idades, deve forçosamente experimentar mudanças; e as modernas revoluções e as atuais seitas sociais, e o crescimento e o desenvolvimento que observamos em nossa sociedade, não são mais do que o movimento de humores (se se pode dizer assim) que, no corpo social vivo produzem mudanças de idade”⁵⁹⁵. A dor é presente – todos sofrem. Cabe suportá-la no doce regaço da Igreja; é ela que possui a palavra do consolo. Iludidos, os que se aferram ao gozo, fugaz, que se pensam todo e não parte, sempre sobressaltados, insatisfeitos por sempre faltar algo que ignoram. Amargurados, os céticos, os niilistas que imersos na dúvida, exasperados pela dor que não podem mais suportar, tudo negam, trabalham pela destruição, pela morte. Só a Igreja vivifica, faz ver o sentido da vida no Eterno, torna “a vista fixa naquele astro de luz constante que não mingua nem cresce, que nunca engana, que espanca e dissipa todas as trevas causadas pela fermentação humana: a luz imensa e divina da eternidade (...) luz que não é outra senão o resplendor de Deus”⁵⁹⁶.

O Eterno Absoluto possui no mundo um *ímile*, lugar vedado ao poder público, destinado a guardar o que é digno de veneração: a constância. O que mais fascina a Igreja na família é a constância no tempo através das gerações, e a fixidez no espaço do lar doméstico, *santuário*. Nele, o rebento aprende pelas palavras da mãe e nas figuras dos livros o exemplo de humildade e de clemência deixado pelo Filho em sua passagem pela terra, acostuma-se a viver a unidade no respeito aos lugares delimitados; nele, a religião

⁵⁹² Gangrena social. *Ação Social* 14/04/1918, ano IV, num 160, p. 1.

⁵⁹³ Uma filha de Maria. A família cristã. *Ação Social* 17/12/1918, ano IV, num 195, p. 1.

⁵⁹⁴ Temporal e Eterno. *Ação Social* 09/11/1921, ano VII, num 338, p. 1.

⁵⁹⁵ Organização social. *Ação Social* 10/06/1917, ano III, num 117, p. 1.

⁵⁹⁶ Eficácia da Eternidade. *Ação Social* 16/11/1921, ano VII, num 339, p. 1.

infunde *freio suave* aos *impetos da paixão*, aos *maus instintos*, pela lei moral do amor fraterno e obediência à autoridade do pai, a qual, para ser plenamente exercida, “deve possuir onde imperar o seu domínio, o seu governo”. Não estranha a insistência da sociologia cristã na necessidade de uma “modesta propriedade” para o trabalhador, e sua ojeriza aos deslocamentos dos camponeses para a cidade, movimento perturbador, em potencial desagregador da vida familiar pelo regime das fábricas que a esvazia, transformando pai, mãe e filho numa coisa só, indistinta, massa na rua, mercadoria no circuito. Coerente, associa *propriedade* e *matrimônio*, vistos como “dous elementos primários para a perfeição social.”⁵⁹⁷

“O homem não entrou no mundo como um átomo no espaço ou como um minuto no tempo, mas como membro da sociedade humana na qual ele vive e aspira os fins que Deus pôs à humanidade”⁵⁹⁸. O homem veio como filho de uma casa onde aprendeu *o hábito e o amor da obediência, o respeito da hierarquia, o gosto das cousas duradouras*⁵⁹⁹, para se tornar esposo/pai e, pelo suor do rosto, prover a existência dos seus e contribuir para o bem comum. Na multiplicação do núcleo *natural* de poder⁶⁰⁰ fia-se o tecido orgânico que forma os *órgãos*, movimento sob controle da casa para a sede da associação, e desta para os *aparelhos*, agregado de *órgãos* que têm funções afins – e não é gratuita a preferência pela *forma* das corporações mistas, viabilizada, espera-se, pela generalização da propriedade. Forja-se o organismo sustentado na ossatura da justiça, nutrido e purificado pelo sangue quente da caridade⁶⁰¹.

A mesma imagem é válida para o *corpo* político, onde também “a base necessária, e o mais poderoso elemento da grandeza das Nações: é a santa imortal instituição da família (...), Segunda alma da humanidade, origem das tradições e dos costumes, em que florescem

⁵⁹⁷ Sociologia – Propriedade e Matrimônio. *Ação Social* 07/10/1917, ano III, num 134, p. 1.

⁵⁹⁸ Os sindicatos. *Ação Social* 15/12/1920, ano VI, num 296, p. 1.

⁵⁹⁹ Tob. As liberdades populares. *Ação Social* 01/04/1917, ano VIII, num 399, p.1.

⁶⁰⁰ “Toda uma aura pacificadora envolve esse horizonte imaginário do habitar em comum. O ato de construir, visto como princípio na cadeia de representações familiares, figura desígnios, conhecimentos e atividades dirigidos para acolher núcleos consangüíneos ou afins, internamente coesos, limitados e estáveis. Estivessem em jogo outras conjecturas, por exemplo, fossem os bandos primitivos imaginados como efêmeros e constituídos por práticas predatórias, ou coletivos no referente a sexo e propriedade, a família deixaria de seguir-se como pressuposto orgânico do social, seja enquanto base biológica, seja enquanto instrumento de auto-preservação.” Segundo Maria Sylvia C. Franco, “as formas primitivas da sociabilidade humanas permanecem tão hipotéticas e conjecturais quanto na lógica evolucionista. Mesmo para épocas menos recuadas, relativamente, a carência de informações resulta na fragilidade interpretativa”. Franco, *op. cit.*, pp. 116; 117 nota 16.

⁶⁰¹ A caridade cristã. *Ação Social* 10/05/1922, ano VIII, num 364, p. 1.

todas as virtudes sociais”, enfeixadas no amor/obediência: “amo minha Pátria com o mesmo amor com que amo meu pai”⁶⁰². Não admira o entusiasmo desses católicos, do vigário responsável pelo jornal com o “extraordinário e fora do comum – Benito Mussolini – que está implantando na Itália o governo dos competentes, e entende que o homem deve ser governado como homem, sem constrangimento dos seus direitos e sem embaraços no cumprimento dos seus deveres”⁶⁰³, ou do padre Del Gáudio, respondendo ao redator d’ “A Bigorna”: “Senhor, só um Mussolini, italiano, um Primo da Rivera, espanhol e um Raul Soares poderão fazer compreender o verdadeiro sentido da boa e bem inspirada liberdade a quem não sabe defini-la”⁶⁰⁴. A *boa e bem inspirada liberdade* proclama que, *sem embaraços ou constrangimentos, o homem deve ser governado como homem*⁶⁰⁵, pelos *competentes*.

Mas, a quem compete o governo? Quem é a *cabeça*, pois “uma pessoa decapitada já não existe na comum estimação dos homens e esta pessoa moral que chamamos povo ou sociedade, de finíssimo e complicado organismo, uma vez decapitada tão pouco existe, ou é um corpo morto destinado à decomposição”⁶⁰⁶. Evidente o absurdo da doutrina que faz residir no povo a soberania⁶⁰⁷, periclita o direito da autoridade “à obediência, à veneração e à fidelidade de seus governados”, torna o poder suscetível à “anarquia das facções”⁶⁰⁸. O incômodo é grande com a indeterminação da democracia, com “essa pulverização das classes, dos povos, dos partidos, das escolas e das famílias”⁶⁰⁹, com a ausência de “solidez social”, leitura de um corpo em decomposição porque acéfalo⁶¹⁰. Patente a “insuficiência de

⁶⁰² O. v. O. (frei Optato van Oorschot). Religião, Família, Pátria I. *Ação Social* 16/10/1924, ano X, num 491, p. 1.

⁶⁰³ Senex (vigário Gustavo Ernesto Coelho). Escola livre. *Ação Social* 07/06/1923, ano IX, num 420, p. 1.

⁶⁰⁴ Pe. Del Gáudio. Liberdade. *Ação Social* 10/01/1924, ano IX, num 451, p. 1.

⁶⁰⁵ “Não conheço o coração de um libertino, disse De Maistre, mas conheço o coração de um homem honesto. É horrível! / Esta palavra, profundamente verdadeira, significa que há em nós um fundo tenebroso e lodoso, e que o homem, o melhor dos homens, tem forçosamente necessidade da força moral para não decair, para não soçobrar, para reagir contra si mesmo e cumprir seu dever”. O. v. O. (frei Optato van Oorschot). A força moral está na religião. *Ação Social* 10/04/1924, ano X, num 464, p. 1.

⁶⁰⁶ Justus (frei Optato van Oorschot). Socialismo contra o catolicismo. *Ação Social* 31/05/1922, ano VIII, p. 367, p. 1.

⁶⁰⁷ “O conceito de soberania é central (...) no choque entre política católica e laica. Enquanto a última aprofundou as noções de Estado e Nação como par articulado, a primeira tentou afirmar a universalidade do ser eclesiástico”. Romano, *Conservadorismo...*, pp. 16-17.

⁶⁰⁸ Doutrina absurda. *Ação Social* 11/01/1922, ano VII, num 347, p. 1. Senex. A Igreja e a Política. *Ação Social* 17/05/1923, ano IX, num 417, p. 1.

⁶⁰⁹ Temporal e Eterno. *Ação Social* 09/11/1921, ano VII, num 338, p.1.

⁶¹⁰ “Na monarquia, o poder estava incorporado na pessoa do príncipe (...) Submetido à lei e estando acima das leis, condensava em seu corpo, ao mesmo tempo mortal e imortal, os princípios de geração e de ordem no

suas forças” para assegurar a consistência do edifício. “As convulsões sociais” não mostram outra coisa senão “que o sistema democrático faliu”. “O direito, independente das leis eternas, dadas por Deus, desapareceu. Os edifícios do direito internacional e do direito dos Estados e dos povos são construções em areia solta. E hão de desabar, todas as vezes pelo punho da injustiça”⁶¹¹.

O desejado é a soberania da *família real*, modelo acabado de uma submissão que é construída como *natural*. O laço entre soberano e povo deve ser *pessoal*, ao modo de uma relação amorosa⁶¹². Várias as histórias *leves e edificantes* que estabelecem um contraponto harmonioso com as matérias *pesadas* ao longo da vida do periódico. São fábulas como “O príncipe e o mendigo”, “O almoço de Napoleão”, “O rei e o camponês”. Henrique II sai uma bela manhã do palácio e embrenha-se junto aos seus companheiros na natureza para praticar o esporte dileto dos nobres. Transcorrida boa parte do dia, o rei se perde no interior da floresta, generosa mas também ameaçadora; a noite lentamente se estende, o perigo espreita. O soberano está frágil, tem medo. Um velho camponês se aproxima e o acolhe em

reino. Seu poder indicava um pólo incondicionado, extraprofano, ao mesmo tempo que inspirava, na sua pessoa, a garantia e a representação da unidade do reino. (...) Incorporado no príncipe, o poder dava corpo à sociedade. E, assim, havia um saber latente, mas eficaz, do *que um significava para o outro*, em toda a extensão do social. Tendo em vista esse modelo, designa-se o traço revolucionário e sem precedentes da democracia. O lugar do poder torna-se um *lugar vazio*. (...) O essencial é que impede aos governantes de se apropriarem do poder, de se incorporarem no poder. Seu exercício depende do procedimento que permite um reajuste periódico. É forjado ao termo de uma competição regrada, cujas condições são preservadas de maneira permanente. Esse fenômeno implica a institucionalização do conflito. Vazio, inocupável – de tal maneira que nenhum indivíduo, nenhum grupo poderá lhe ser consubstancial –, o lugar do poder mostra-se infigurável. São visíveis unicamente os mecanismos de seu exercício, ou então os homens, simples mortais, que detêm a autoridade política”. “O essencial (...) é que a democracia institui-se e se mantém pela *dissolução dos marcos de referência da certeza*. A democracia inaugura uma história na qual os homens estão à prova de uma indeterminação última quanto ao fundamento do Poder, da Lei e do Saber, e quanto ao fundamento da relação de *um com o outro*, sob todos os registros da vida social.” Lefort, *op. cit.*, pp. 32; 34.

⁶¹¹ A democracia e o direito. *Ação Social* 27/12/1923, ano IX, num 449, p. 1. “Quando a insegurança dos indivíduos recrudescer, em consequência de uma crise econômica, ou de devastações de uma guerra, quando o conflito entre as classes e os grupos exaspera-se e deixa de encontrar uma solução simbólica na esfera política, quando o poder parece degradar-se ao nível do real, vindo a aparecer como algo particular servindo a interesses e apetites da torpe ambição, em suma, quando o poder se mostra *dentro* da sociedade, e, imediatamente, esta se deixa ver como *despedaçada*, então se desenvolve o fantasma do povo-um, a busca de uma identidade substancial, de um corpo social solidamente preso ao topo, de um poder encarnador, de um Estado liberado da divisão”. Lefort, *op. cit.*, pp. 35.

⁶¹² “(...) produziu-se, contra a Revolução Francesa, um pensamento político que afirmava o cunho unitário da vida humana, vinculando-a à idéia correlata de Nação. Esta idéia orgânica do Estado teve como reverso a exigência do relacionamento pessoal entre governantes e governados. A política foi entendida como ato amoroso do primeiro em relação aos segundos, e vice-versa. Esmaeceram-se os traços violentos da política: o ‘amor’ do governante pelos súditos tem por princípio o controle efetivo pelo Príncipe. Este deveria fazer, no ‘Estado poético’, com que todos os particulares se alegrassem ‘no desejo de limitar suas pretensões e sacrificar-se pelo amor deste grande e belo indivíduo’ que é a comunidade estatal”. Romano (citação Ayrault), *Conservadorismo...*, p. 81.

sua cabana. Dá-lhe de beber e de comer, inclusive caça, justificando para o desconhecido a desobediência às leis do reino com sua pobreza. Ao abrigo da família do camponês passa o rei a noite, se despedindo de manhãzinha. Logo, encontra os companheiros exasperados com seu desaparecimento; relata-lhes o acontecido. Todos são unânimes no conselho de uma punição exemplar. Mas o rei é sábio e justo, clemente e retribuidor. Envia comitiva à cabana do camponês que, ao ser informado da identidade do desconhecido, se conforma com o pior; mulher e filho ficam desolados. Todos são levados ao palácio. Lá – o pai não mais é mencionado –, ao filho é oferecida a mão da mais bela dama do reino que ele, polidamente, recusa, pois ama sua namorada camponesa, sabe que não deve desejar mais do que pode. Satisfeito, Henrique II – para o bem da pobreza – nomeia-o guarda das florestas⁶¹³.

Mas, os tempos são outros, o rei foi decapitado “e o espírito da democracia ocupa o lugar dos leões heráldicos e das águias de grandes unhas d’outrora”⁶¹⁴. Compreensível a atração por aquele que promete “dar ao poder uma realidade substancial, trazer para sua órbita o princípio da Lei e do Saber; denegar a divisão social sob todas as formas; refazer a sociedade de um *corpo*.”⁶¹⁵ Porém, aproximação cautelosa, que não admite que a crença verdadeira seja substituída por uma impostora, pois, se assim for, ciosa de sua soberania, a Igreja irá questionar: “Fruto, que é tua árvore? Filho, quais são teus pais, teus avós, tua ascendência toda? Pois somente aquele pode reinar, que sai filtrado de antepassado longevo e representa coletividade real e importante”⁶¹⁶.

⁶¹³ O rei e o camponês. *Ação Social* 03/01/1924, ano IX, num 450, p. 2.

⁶¹⁴ A democracia e o direito. *Ação Social* 27/12/1923, ano IX, num 449, p. 1.

⁶¹⁵ Lefort, *op. cit.*, p. 271.

⁶¹⁶ F. S. da C. Política. *Ação Social* 01/11/1922, ano VIII, num 389, p. 1.

VI – Católicos e

Em 1905, numa mesma cerimônia solene, a imagem do Cristo crucificado é entronizada na Câmara municipal de S. João del Rei, na sala das sessões do júri, e realizada a benção do novo regulador da Matriz – comprado na Europa pela intermediação de frei Patricio -, com a presença de todas as autoridades públicas locais. A cidade entrega seu tempo e sua justiça à guarda, ao zelo da divindade. Os habitantes buscam as horas com os olhos na Matriz, acertam seus relógios frente ao templo e, se esquecem, os sinos lembram que as horas escoam, que mais cedo ou mais tarde, o ajuste de contas se dará. O júri, o réu, o promotor, o juiz, o advogado, a assistência, todos, em um ou outro momento, num átimo, cabeça em rotação, são paralisados pela imagem da expiação do Messias a lembrar a “marca da fábrica” da alma da comunidade sanjoanense. Se o comandante do batalhão do exército aquartelado na cidade - núcleo da maçonaria local -, coronel Carlos Frederico de Mesquita - venerável da loja Charitas⁶¹⁷ - não comparece, não deixa de autorizar a um aspirante carregar o pátio representando a corporação, e de ceder a banda de música para abrilhantar a cerimônia, como cedia para procissões e outros eventos religiosos⁶¹⁸. Dele o vigário Gustavo Ernesto Coelho ouviu a “categórica afirmação: no dia em que me convencer de que a Maçonaria é inimiga da religião, abjuro-a e saio de seu grêmio”⁶¹⁹.

Em dezembro de 1908, o discurso de frei Cândido Vroomans, na cerimônia de fundação da União Popular na cidade, justificando a necessidade da associação tendo em vista o trabalho ardiloso pela descrença, pela imoralidade, dos inimigos *todos unidos na maçonaria*, trabalho tenaz e sorrateiro *como o cupim nas casas*, merece resposta contundente da “Loja Charitas” local, que faz circular um panfleto onde submete as posições a uma inversão. “O trabalho do cupim que atribuem aos que não se curvam ao seu jugo e obedecem a seu mando, são eles que vêm fazendo santa e disfarçadamente”, trabalho pelo *fanatismo e intolerância*, perseguindo “aos membros de outras seitas e credos”,

⁶¹⁷ Sessão paga. *O Reporter* 27/02/1908, ano IV, num. 17, p.2.

⁶¹⁸ Cristo no júri. *O Reporter* 17/12/1905, ano I, num. 47, p.1. Corpus Christi. *O Reporter* 21/06/1908, ano IV, num. 49, p.2.

⁶¹⁹ Vig. Gustavo E. Coelho. Resposta. *Ação Social* 08/04/1919, ano V, num 209, p. 1.

“deslocando o clero nacional”⁶²⁰. Para esses maçons, não há incompatibilidade entre religião e maçonaria. A *Igreja de Deus*, genérica, aberta aos diferentes modos nos quais cada crente estabelece laços com a divindade, saudável pelo mandamento do amor fraterno entre os homens, é percebida como *sublime e divina* e, no limite, com indiferença por aqueles que concebem a História no registro da evolução, na qual situam-se num patamar superior, e olham com desdém e compassivos as “rudes, crédulas e ingênuas populações”⁶²¹.

Que existe uma casa, não há dúvida. A questão é a quem compete o governo dela e, por conseguinte, quais os parâmetros de relacionamento entre seus membros. O que os liberais maçons não toleram – e a ausência do comandante militar na solenidade marca a posição – são as pretensões universais da “Igreja de Roma, intolerante e rancorosa”⁶²², corporificadas na presença dos menores holandeses na cidade – presença que será agressivamente questionada quando da entrada do Brasil na guerra, identificados como *espiões* de uma potência inimiga, da Áustria-Hungria católica inimiga da liberdade representada pela França. A repulsa à Igreja de Roma, ao seu *imperialismo*, é a repulsa ao caráter diluidor porque universal, de uma identidade que se quer exasperadamente construir. As elites criaram uma nação alheia ao povo, que a ferro e fogo foi mantido à distância do edifício em construção. Pretendem agora trazê-lo para dentro da casa, incorporá-lo à construção, para o que precisam urgentemente identificar o estranho. Os dois têm razão quanto ao *cupim* porque a casa não é a mesma. Depois da separação, a Igreja não a reconhece mais como sua. Nutre a esperança que “dentro em pouco a melancia desaparecerá com a tal ordem e progresso”⁶²³. Toda a argumentação terá sua base no trabalho evangélico primordial de jesuítas e franciscanos, forjadores da “nacionalidade brasileira”, lida que “formou os nossos costumes, e influiu maravilhosamente em a nossa índole de povo, como nenhum outro, humanitário, hospitaleiro, tolerante e amigo da liberdade”⁶²⁴.

⁶²⁰ Resposta da Loja ‘Charitas’ desta cidade, ao discurso pronunciado por Frei Cândido Vroomans na inauguração da União Popular.

⁶²¹ Idem.

⁶²² Ethno Bertholes. A separação da Igreja do Estado. *A Nota* 07/01/1918, ano I, num 215, p. 1.

⁶²³ Eu cá sou positivista. *Ação Social* 26/08/1919, ano V, num 229, p. 1.

⁶²⁴ Vig. Gustavo E. Coelho. Separação da Igreja do Estado. *Ação Social* 06/01/1918, ano III, num 147, p. 1.

Há uma disputa, por vezes barulhenta – como no caso Nina Sanzi –, pelo *domínio das consciências*, a ver quem regula a vida daquela gente. Concorrência acirrada, entre a Loja Charitas e a União Popular, pela interferência e criação de eventos e espaços militantes. Estão lá presentes no socorro tanto aos desabrigados pela enchente de janeiro de 1917, às vítimas da gripe espanhola de 1918 –“caridade cristã e não a filantropia dos maçons”⁶²⁵ –, quanto aos analfabetos com escolas noturnas de primeiras letras e ao comércio com projetos de asilos para os mendigos, escudados uns “pelo liberalismo da grande maioria do povo brasileiro”⁶²⁶, outros pela “alma católica brasileira”. Em julho de 1915, por iniciativa do irmão terceiro Severiano de Resende, realiza-se a primeira reunião da comissão encarregada “do grandioso tentâmen que atestará os sentimentos católicos e a elevação de idéias dos habitantes desta cidade”, no seu ponto mais alto⁶²⁷. Em maio de 1924, o positivista Basílio de Magalhães, conclama os “cidadãos” sanjoanenses a resgatar uma “dívida longa e vultuosa” com “um grande filho”, que “além de dignificar a raça, é a expressão mais elevada da civilização de um povo, sobretudo quando, pelejando pela realização de um duplo ideal coletivo, qual o de libertar a Pátria e legá-la às aspirações da época, foi dádiva a própria vida”⁶²⁸. Muito possivelmente, os que cuidavam dos negócios da cidade contribuíram para os dois monumentos. Já se falou aqui dos embates entre o catolicismo *ao modo da terra* e o catolicismo romano, e de como aquele expressava uma tolerância até o limite da propriedade. Os donos dela exigiam sobretudo eficácia ou, no modo de dizer deles, *o que é bom para a cidade*. De certo modo, estavam abertos ao convencimento.

A impressão recebida pelo visitante que desembarcava na estação com o quadro de miséria que a mendicância expunha era bem triste⁶²⁹. Saint-Hilaire, em 1822, expressava sua admiração com a “quantidade de mendigos que enchiam as ruas (...) negros e mulatos velhos, aleijados e em más condições para o trabalho. Senhores bárbaros tudo tiram da mocidade de seus escravos (...) e desembaraçam-se deles dando-lhes alforria”. Burton, em 1868, colheu uma quase tradição; “era Sábado, dia dos mendigos, de acordo com um velho

⁶²⁵ Lúcio dos Santos. Caixas Raiffeisen. *O Reporter* 19/02/1911, ano VII, num 198, p. 2.

⁶²⁶ Ethno Bertholes. A separação....

⁶²⁷ Monumento ao Cristo Redentor. *Ação Social* 04/07/1915, ano I, num 17, p. 1.

⁶²⁸ Monumento a Tiradentes. *A Tribuna* 01/06/1924, ano X, num 548, p. 1.

⁶²⁹ A repressão da vagabundagem. *O Zuavo* 26/11/1914, ano II, num 6, p. 1.

costume no Brasil. Nós éramos estrangeiros e, portanto, boa presa. A Praia estava repleta de aleijados de todos os gêneros e alguns usavam a ‘indumentária adequada’ da semana. Jamais eu vira tanto mendigo em tão pouco espaço.”⁶³⁰

Nos jornais pesquisados, partindo do ano de 1900, há uma espécie de silêncio cúmplice com o *velho costume* até o ano de 1908, quando é desfechada uma raivosa e irritada campanha contra a mendicância. A iniciativa parte do poder público municipal que, em fevereiro de 1908, baixa portaria regulamentando o *espetáculo pouco edificante*. Nela, o mendigo sanjoanense é definido em contraposição ao vagabundo, através de “minucioso exame médico” e de averiguações da autoridade policial, que atestavam sua incapacidade em “ganhar a vida pelo trabalho” e de sua família em sustentá-lo, bem como ser natural da *City* ou nela residente a mais de dois anos. Identificado o distinto, era “coercivamente” “inscrito no livro respectivo da Câmara”, recebendo “uma placa com a designação mendigo e número de inscrição para trazer no peito e por forma bem visível”, e um “bilhete de identidade (...) assinado pelo delegado de higiene com a designação do local destinado a estacionar”, estando prevista em caso de “infração de qualquer das disposições (...) multa de 10\$000 a 100\$000 e a 15 dias de prisão”. Por fim, a ressalva que “os efeitos da inscrição do registro terminam logo que a cidade tiver asilo, no qual tenham entrada os mendigos.”⁶³¹

Pressurosa, a loja maçônica local expressou sua muda repulsa ao acinte à dignidade humana constituindo comissão para concretizar um “asilo de mendicidade e amparo à velhice”, sob o dístico *Deus Caritas est*⁶³². Mas, boa vontade não basta, necessário contar com a colaboração do poder público e dos contribuintes de peso, e talvez a vontade política tenha considerado imprevidente erigir no espaço público daquela comunidade instituição de tal monta sob aquele dístico, afronta à identidade – esteio da ordem – d’*a católica*. O fato é que a iniciativa dos maçons mingua, e o *ukase local* é implantado com a conivência das *almas progressistas sanjoanenses*.

O *problema* volta às páginas dos periódicos, na carta do médico e engenheiro sanjoanense ausente em passagem pela cidade, dr. Guilherme Milward, na qual faz um “apelo aos poderes sociais, a fim de ser suprimida a medida anti-humanitária, deprimente e

⁶³⁰ Citados em Sobrinho, Antônio Gaio. *História do Comércio em São João del Rei*. S. João del Rei, 1997, pp. 14-15.

⁶³¹ Câmara Municipal. Lei n. 188, de 21/02/1908. *O Reporter* 02/08/1908, ano IV, num 61, p. 2.

⁶³² Asilo de mendicidade e amparo à velhice. *O Reporter* 24/09/1908, ano IV, num 75, p. 1.

vexatória de trazerem como se não fossem entes humanos, placas de folha, numeradas, aqueles que se denominam *pobres* na atual e provisória fase por que passa a nossa sociedade”.⁶³³ O jornal retruca ser a caridade “a virtude por excelência”, e justifica as placas como mecanismo de garantia da identidade do destinatário. Mas, persiste o incômodo com o cortejo visível no espaço da cidade. Inicia então, a “União Popular”, “benemérita associação (...) sob comando da vontade férrea desse indefesso novo Pedro Eremita, que é o reverendíssimo Frei Cândido (...), cruzada (para) libertar os mendigos do estigma infamante da placa numerada e afastar das nossas ruas e praças o cortejo tristonho da miséria humana lutando (...) pela conservação da mísera existência.”⁶³⁴

O momento vivido pela *benemérita associação* é delicado. Recente, o “atrito moral” entre a “útil associação católica e alguns membros da importante classe comercial desta cidade”. Motivou-o trecho do relatório anual das atividades da “União Popular” local, que informava da criação de uma “Cooperativa de consumo para facilitar ao povo, mormente aos operários a manutenção da família, a regularização dos negócios, libertando-os do vendeiro, que os suga vorazmente por tê-los subjugados em débitos intermináveis.” Tais palavras, “*muito naturalmente*, melindraram a maioria dos comerciantes”. “O Reporter”, depois de salientar que “a útil associação tem encontrado nesta folha a nossa franca, mas franca e sincera cooperação a bem de sua prosperidade”, aponta a existência “no seu seio, (de) espíritos irrequietos e que não perdem oportunidade de provocação jeitosa e que dá desses resultados”. Termina elogiando a prudência dos negociantes informando que em reunião, “para evitar a exploração natural de espíritos prevenidos, foi condenada a idéia de uma reunião pública, e parece que o protesto dos comerciantes será da maneira a mais delicada possível, sem ofensa aos dignos membros da União Popular”, e fazendo votos para que ela “e o comércio se expliquem.”⁶³⁵

Os líderes da associação se apressam em fazer a *declaração necessária*. Frei Cândido: “Por infelicidade saiu no relatório (...) uma expressão pela qual o comércio da cidade de S. João del Rei se julga justamente, ofendido. (...) Não sei por que fatal contingência escaparam estas palavras da pena do relator, que com certeza não teve

⁶³³ *O Reporter* 28/09/1911, ano VII, num 257, p. 1.

⁶³⁴ Lauro Bêncio. 2 em 7. *O Reporter* 29/10/1911, ano VII, num 216, p. 1.

⁶³⁵ A União Popular e o Comércio de S. João del Rei. *O Reporter* 27/04/1911, ano VII, num 215, p. 1.

intenção alguma de ofender ou prejudicar a quem quer que seja”⁶³⁶; Campos do Amaral: “O resumo foi mal feito. Não houve intuito algum de melindrar nenhuma classe e muito menos o comércio dessa cidade, sempre generoso e propenso aos ideais do progresso e caridade.”⁶³⁷

Fatal contingência de um projeto financiado em boa parte por negociantes. O discurso enxuto, resumido, direto, em busca da adesão dos explorados, que denuncia a violência do livre mercado, causa a indignação do limitado meio social sanjoanense, que condiciona o suporte às obras ao seu ajuste às necessidades da *pacífica comunidade*. Dilema de uma Igreja que pretende conquistar as massas mas está por demais comprometida com a ordem; conciliação hercúlea do desejo de justiça para os deserdados e da defesa da liberdade do proprietário.

Se o discurso impresso no “Ação Social” por vezes irritava os que cuidavam dos negócios da cidade⁶³⁸, ele era tolerado, porque visto desprovido de efetividade, inútil⁶³⁹ e por isso não era financiado. Raríssimas as casas comerciais que o anunciavam, ao contrário das outras folhas, exceção, compreensível, da *Casa inglesa Hopkins, Causer & Hopkins*. Noventa por cento dos anúncios do hebdomadário católico que propunha o remédio certo para a questão social eram endereçados a um corpo doente: *Tabagil, Emulsão de Scott, cera para dor de dente Dr. Lustosa, Vermiol Rios, Bromil, Lycetol, Depuraze, Luetyl, Xarope de Grindélia, Emplasto Phenix, Maratan, Elixir de Nogueira, Depurativo Tayuyá. Laxante Pinklets, Sabão do Albergue, Citrus Médica, Elixir de Inhame, Pós Ferruginosos Motta Júnior...* mais anúncios de profissionais liberais – dentistas, médicos, farmacêuticos –; além desses, de institutos religiosos de educação, jornais católicos e advogados.

No geral, a associação é vista como *benemerita*, em razão de sua *utilidade*. Tem-se a impressão que as pessoas colaboram na obra empreendida pela União Popular, movidos pela percepção que ela traz benefícios para a cidade, e pelo carisma do frei, e não pelo

⁶³⁶ F. Cândido. Declaração necessária. *O Reporter* 27/04/1911, ano VII, num 215, p. 1.

⁶³⁷ Campos do Amaral. União Popular. *O Reporter* 04/05/1911, ano VII, num 217, p. 1.

⁶³⁸ No “Ação Social” de 25/04/1915, lemos escrito à mão e assinado na parte superior da folha “Major Constantino Marques de Souza. Devolvido à redação (de próprio punho)”; o negociante sanjoanense deve ter ficado irritado com o editorial; “O mal social é sem dúvida nenhuma o capitalismo, a usura, o egoísmo, o monopólio, a centralização./ Será uma burla querer remediar o mal social, sem extinguir o mal moral. Seria o mesmo que combater com remédios o efeito sem atalhar e destruir a causa que os produz”.

⁶³⁹ “Quando a ‘Ação Social’ andou reproduzindo extratos da admirável encíclica de Leão XIII, cujas primeiras palavras eram: ‘*Rerum novarum*’ as quais serviam de epígrafe, foi um desastre. O ponto era lançar

convencimento da necessidade de restaurar a ordem cristã na comunidade, mesmo porque ela se vê como católica, e é construída como, em parte, isolada do mundo - *distinta* - e, no todo, tolerante/civilizada na cunhagem liberal de uma terra dominada por negociantes.

As pessoas pagam as mensalidades, mas não comparecem às reuniões; os comerciantes, a Câmara Municipal, bancam o Albergue para se verem livres dos mendigos; os gerentes das fábricas contribuem com o Liceu de Artes e Ofícios também pensando numa mão-de-obra qualificada; outros dão suas esmolas porque convencidos que povo educado é condição da civilização; muitos vêem em seus gestos o cumprimento do dever cristão da caridade. São poucos os que estão convencidos da urgência de se *opor um dique moral à enchente perniciosa do socialismo e impiedade que hoje tão sinistramente alaga as classes operárias*⁶⁴⁰, *um dique à enchente perniciosa da descristianização*, de se combater o *protestantismo, espiritismo, indiferentismo, positivismo, todos unidos na maçonaria*⁶⁴¹.

Os soldados do batalhão cristão, quando da retirada do frei *santo*, sentem as dificuldades de levar adiante um projeto desprovido de capilaridade: “Declara, logo após, que solicitava hoje, da Diretoria, exoneração do cargo de Tesoureiro e de Diretor do Albergue. Explica que é levado a esta deliberação em vista do fato já conhecido, de ter uma pessoa depositado no Banco Custódio de Almeida Magalhães & Cia, a importância de Rs. 1.000\$000, para o Albergue S^{to}. Antônio, porém com a recomendação de ser entregue ao Rev^{mo}. Frei Cândido quando ele viesse a S. João”⁶⁴².

São elementos que parecem indicar que, ao contrário de conquistar a sociedade – que não compartilhou da imagem do perigo eminente – para o seu projeto, a União Popular foi amoldando-o às pressões exercidas por aqueles que tinham o poder de viabilizá-la e afastando-o daqueles presumivelmente mais interessados na realização do bem comum. Dificuldades de uma terceira via estribada na harmonia do todo social, mas que teve de se haver com uma sociedade dividida por interesses conflitantes e governada por católicos ciosos de seus negócios. Significativo que das obras da associação em São João del Rei só o Albergue Santo Antônio tenha sobrevivido; a cooperativa de consumo, a caixa de

os olhos sobre essas duas palavras e logo, *cesto dos inúteis*” Vig. Gustavo E. Coelho. *Conversa fiada. Ação Social* 21/09/1922, ano VIII, num383, p. 1.

⁶⁴⁰ *Boletim da União Popular do Brasil*, ano I, número I, p. 4

⁶⁴¹ *Discurso proferido pelo Revmo. Snr. Frei Cândido OFM na cidade de S. João del Rei por ocasião da inauguração da ‘União Popular’*. Petrópolis, Tipografia da esc. gratuita S. José, p. 2.

⁶⁴² Sessão da diretoria da União Popular de São João del Rei, em 30/11/1925. *Caderno de atas II*.

socorro, a biblioteca da associação operária tiveram pouco fôlego, assim como a caixa de crédito rural. O Club Dramático União Popular teve papel significativo na vida cultural da cidade, funcionando, com algumas interrupções, de 1909 a 1917, quando um investimento desastroso inviabilizou-o financeiramente; outros grupos teatrais ocuparam o lugar; o prédio do Liceu de Artes e Ofícios foi alugado para lá funcionar uma escola pública.

Também entre os firmemente engajados no projeto não existia comunhão total de vistas. Em 1919, o jornal “Ação Social”, sensibilizado pela carestia dos gêneros de primeira necessidade que atingia em cheio os lares brasileiros, e assustado com as greves em São Paulo e no Sul, repreende severamente aqueles que, com o álibi da guerra, aumentaram os preços abusivamente, indignando e irritando “o povo (...) pelos abusos que teve de suportar da parte dos comerciantes”, advertindo em tom profético: “*Caveant Consules!* Cuidem as autoridades, estabelecendo preços máximos, se tal for necessário, para reprimir assim a ganância de uns poucos, que, cegos não vêem a cova que estão prestes a cair”⁶⁴³. As famosas “Tabelas de preços máximos dos gêneros de primeira necessidade”, criadas no governo Wenceslau Brás através do “Comissariado da Alimentação Pública”, já existiam. Sua inoperância fazia algum tempo era criticada pelos rapazes d’ “A Tribuna”: preços acima do mercado ou irrisivelmente abaixo, falta de energia do Comissariado frente a desobediência do comércio, “a ganância inominável dos açambarcadores e a indiferença criminosíssima do governo”⁶⁴⁴.

O órgão católico não abre mão do seu compromisso com a harmonia do todo. Um *abuso* está sendo cometido, maculada a *justiça*, situação propícia ao *erro revolucionário*, em suspeição está a *ordem*, a *tranquilidade pública*. O Estado cirurgião é chamado a intervir. Se o artigo “Abusos” é genérico, trata da situação nacional, particulariza os gananciosos – *uns poucos* –, os *espíritos inquietos* do jornal não se calam acerca da cidade, a situação precária da população é por demais visível, os preços do comércio aviltantes⁶⁴⁵. Utilizando-se do expediente *escrevem-nos*, o hebdomadário católico expõe as chagas, a farsa é desnudada: abuso, mentira, monopólio;

⁶⁴³ Abusos. *Ação Social* 13/05/1919, ano V, num 214, p. 1.

⁶⁴⁴ Alimentação Pública – A Tabela – O Bem do Povo. *A Tribuna* 20/10/1918, ano V, num 225, p. 1; O Comissariado. *A Tribuna* 15/12/1918, ano V, num 232, p. 1.

⁶⁴⁵ No final de junho de 1919, estoura talvez a mais coesa greve da história da Estrada de Ferro Oeste de Minas, reivindicando aumento salarial, greve que receberá do cínico e oportunista comércio de S. João amplo apoio.

“Nesta cidade já temos os preços do Commissariado, porém quem os executa e fiscaliza? Em preços e medidas dizem que há uma verdadeira torre de Babel e não se sabe qual a medida da décima milionésima parte do equador ao pólo, nem de um centímetro cúbico de água destilada, pois que os leiteiros usam litros de 800 e 900 gramas./ Alguns há negociantes que adotam não sei se quilo ou libra; metro em que, põe-se os óculos para verificar se cada centímetro tem mesmo 10 milímetros.../ A lenha, em uma pilha que tem de comprimento e altura 1 metro e de largura 50 ou 55 centímetros (pois é este o comprimento das achas) dizem que é um metro cúbico./ Dizem mais, que nos artigos vendidos por unidade, o preço é de estourar, pois um chapéu de linho, imitação de Panamá, que na Rua do Ouvidor, no Rio, custa 16\$000, aqui vende-se a 24\$000./ Há pouco apareceu aqui um árabe que por vender meias a 600 réis (aqui vendem a 1.200), ora... não sei o que aconteceu ao pobre homem, que foi embora e disse que aqui não volta mais, e...vamos cantar as nossas belezas – Minha terra tem palmeiras.../ *Um dos vossos leitores*”⁶⁴⁶

Em abril de 1920, o comércio sanjoanense, defensor intransigente da liberdade de mercado, da livre concorrência – ao modo não só da terra, que ela acolhe o que é bom para ele –, envia efusivo telegrama ao Presidente do Estado, Arthur Bernardes, parabenizando-o pelo fim do Commissariado em Minas. Assina a manifestação, o poderoso atacadista Francisco de Paula Neves, um dos esteios principais da União Popular na cidade⁶⁴⁷.

⁶⁴⁶ Escrevem-nos. *Ação Social* 10/01/1919, ano V, num 218, p. 1.

⁶⁴⁷ Manifestação ao Presidente do Estado. *O S. João del Rei* 22/04/1920, ano I, num 6, p. 2. Posição compartilhada por Lúcio dos Santos, candidato mais votado, depois de Campos do Amaral, nas eleições para diretor geral do Centro da União Popular de Minas Gerais, em 1918. Sua crítica aos “incomparáveis estatistas!” do Commissariado, permite entrever o incômodo de um setor social – base da militância da União Popular – que, se trabalha pela cooperação entre capital e trabalho, não deixa de reivindicar espaço próprio. “A situação é grave. As classes operárias têm seus meios de resistência, são hoje os senhores da situação, têm a greve e não são vítimas de grandes exigências sociais./ As classes abastadas têm também os seus elementos para reagirem com eficácia contra os embates das primeiras, têm condições a formular na colaboração do capital e do trabalho./ Mas a classe a que pertença é indefesa. Sobre ela recaem as consequências do choque entre as classes extremas não encontrando em nenhuma destas apoio ou auxílio.” Lúcio dos Santos. *O Commissariado*. *Ação Social* 19/05/1920, ano VI, num 266, p. 1. Engenheiro civil e de minas, advogado, professor da Escola de Minas de Ouro Preto, agente executivo nesta cidade (1908-1911), diretor da Instrução Pública de Minas Gerais – nomeado por Raul Soares - (1924-1927), reitor da Universidade de Minas Gerais (1931-1933), fundador e primeiro reitor da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, Lúcio dos Santos é exemplo típico – assim como Campos do Amaral, Mário de Lima etc. – do intelectual católico dos setores médios que tem seu sustento no trabalho para o Estado laico, e no interior do qual busca influir pelos direitos de sua Igreja. Talvez esse engajamento no catolicismo conote um anseio por sanar a orfandade sentida por pertencer a um segmento social que se vê no meio do fogo cruzado, desprovido de identidade. Informações sobre a trajetória de Lúcio José dos Santos ver Matos, *op. cit.*, pp. 187-188.

Chega a causar certa perplexidade, tendo em mente o controle exercido por frei Cândido Vroomans sobre todo o material do jornal, o desencontro entre os artigos sobre a propriedade publicados pelo jornal, separados por um espaço curtíssimo de tempo, uns da lavra do vigário Gustavo E. Coelho, outros de *Justus*, pseudônimo utilizado por frei Optato van Oorschot⁶⁴⁸. Examinando com o cuidado peculiar àqueles que têm zelo pela boa doutrina artigo publicado em jornais de Minas pelo próximo Presidente do Estado, Raul Soares, identifica o vigário elementos de “uma doutrina completamente errada”, do “socialismo agrário de H. George”, levando a “bom caminho o Bolchevismo, matando a lavoura, indústria, as artes, só por lhe faltar a base da propriedade conforme o direito natural”. Sua discordância e censura incide sobre a afirmação do positivista mineiro “que o domínio exclusivo e perpétuo sobre a terra não é um direito natural, como o que deriva dos esforços e do labor humano sobre os produtos que criam. (...) a terra (...) tem acentuado caráter social e a sua exploração é, não só conveniência individual do dono, como necessidade pública. (...) não é defensável a faculdade de conservá-lo (solo) seqüestrado à produção”. O vigário, tranqüilizado por saber *difícil vulgarizar princípios transcendentais*, invoca na defesa do direito natural do proprietário não só Santo Tomás, como o sétimo mandamento, válido “também para os governos que são igualmente obrigados a respeitar a propriedade onde quer que ela se acha.”⁶⁴⁹

Justus não pensa assim. Dois meses depois, na mesma folha, no mesmo espaço editorial, frei Optato van Oorschot em três artigos – um dos quais toma toda a primeira página – mostra os anarquistas e socialistas como ovelhas desgarradas, esquecidas do monopólio da Igreja acerca da igualdade e fraternidade, desanca os capitalistas e afirma que o direito a propriedade é um *direito civil*. Para ele, socialistas e anarquistas são

“(...) espíritos irrequietos; porventura generosos aos quais podemos aplicar a sentença de Cristo a Nicodemus: ‘Tu ouves o som pelo ar, porém não sabes donde vem nem donde vai’ / Os sistemas dos socialistas não são mais do que aberrações do espírito cristão, como o são todas as seitas e heresias; de entre nós saíram, mas não eram dos nossos, como diz o Apóstolo S. João / Julgamos que todo o socialista deve

⁶⁴⁸ Frei Optato chegou em São João del Rei em janeiro de 1920.

⁶⁴⁹ Gustavo E. Coelho. A Propriedade. *Ação Social* 15/02/1922, ano VII, num 352, p. 1; Gustavo E. Coelho. Direito Natural. *Ação Social* 15/03/1922, ano VIII, num 356, p. 1. Ressalte-se que o vigário é politicamente atrelado ao *salismo*, inimigo do *bernardismo* – do qual Raul Soares é um dos principais representantes – na política mineira.

manter-se dentro do Cristianismo, porque aceitaram a nossa grande afirmação da fraternidade e da igualdade humana; porém, negando Deus, destroem o princípio hierárquico e por isso mesmo a estabilidade da ordem e da harmonia e do progresso humano.”⁶⁵⁰

Justus define a sociedade capitalista⁶⁵¹ – “produzir e consumir com intermédio lucrativo até da troca” -, e faz distinção entre o “são capitalismo” – “tempo medieval e época até 1808” – e o “capitalismo errado” – “da Antigüidade até o tempo moderno”; “tempo moderno baixo; médio; alto”. Neste, condena como *injusto e improdutivo*, o capitalista que recebe muito mais pelo produto do que paga ao operário; que exige do lavrador, além do combinado da safra, quantia representando a renda do capital; que explora os trabalhadores através do maquinismo, descontando dos salários a produtividade das máquinas... sua indignação maior é com aqueles que não cumprem o preceito divino: *comerás o pão com o suor do teu rosto*

“Será justo o dinheiro produzir dinheiro (queremos convencer-nos da injustiça)./ A prática de juros de capital foi sempre condenada pela Igreja Católica e chamada até USURA. Se a Igreja ultimamente se calou, não atacando, como dantes, energicamente, a grande injustiça do Capitalismo, explicar-lo-emos pelo motivo do mal estar implantado a tal ponto que os mais altos representantes da Igreja Católica se acostumaram a não ver um erro, onde de fato há grandíssimo abuso, real engano e revoltante iniquidade (...) que significará o suor da testa, a não ser o trabalho? (...) Ora, o Capitalista não trabalha. Pois viver de juros de capital não é trabalhar. Logo os Capitalistas não agem conforme a vontade e a lei de Deus”⁶⁵²

Sua concepção da *pura doutrina da Igreja Católica* acerca da propriedade é contundente

“Mas o direito de possuir não é um direito natural, absoluto. Santo Tomás de Aquino: S. Th. 2. 2. q. 66 art. I no ‘*respondeo*’ nos ensina, que o direito de possuir, no sentido de presidir, é um direito natural, um direito que compete ao HOMEM EM GERAL, pela razão de tudo ser criado para o homem, porém tratando da questão com respeito a um indivíduo em particular, no art. II, resolve, que o homem,

⁶⁵⁰ Justus. Socialismo contra o Catolicismo. *Ação Social* 31/05/1922, ano VIII, num 367, p. 1.

⁶⁵¹ A “sociedade não capitalista” – “Alta Antigüidade” – caracteriza-se por “produzir e consumir sem intermédio salvo troca”.

⁶⁵² Justus. O Capitalismo condenado pelo Catolicismo. *Ação Social* 10/05/1922, ano VIII, num 364, p. 1.

embora tenha todo o direito de ARRANJAR e GASTAR, pelos três motivos de estímulo para o indivíduo trabalhar, cuidado para o objeto se conservar e de paz para a sociedade existir, no entanto, NÃO SE LHE ASSENTA O DIREITO DE USAR COMO SE FOSSE PROPRIEDADE DELE (vejam Santo Tomás de Aquino 2. 2. q. 66)/ Acrescentemos que, como Santo Tomás, pensaram: São Basílio (no Sermão sobre ‘*Destruam horrea mea*’) Item S. Ambrósio (Serm. 64 de Temp.) Item nos Decret. Dist. 47 (cap. *Sicut hi*)./ Eis a pura doutrina da Igreja Católica./ Corretissimamente portanto procedeu, o governo do México quando desapropriou a um rico uns tantos milhares de hectares de terras que este não mandava cultivar. (...) Considerando, portanto, que o direito do indivíduo na propriedade é puramente civil, tanto quanto o próprio título de direito, de maneira que o uso possa ser subtraído, deverá o Estado primeiro, suspender o pagamento de juros de títulos da dívida pública; segundo restituir o dinheiro emprestado, valor total, aos possuidores dos títulos e salvar-se de maior, aliás de toda a dívida; terceiro obrigar aos capitalistas fazer em tomar-se produtivo o capital; afinal quarto, vigiar pelos são preceitos sociológicos e católicos./ Mais valerá ao Estado o trabalho de todos, o dinheiro ou o capital diretamente tornado produtivo do que um exército de parasitas, muito capital subtraído à produção e uma dívida sempre crescente para manter o parasitismo. Desaproprie o Estado, de vez, aos régulos, aos fazendeiros que não cultivem, indenizando-lhos e confiando-nos aos trabalhadores. Então veremos a nossa sociedade mais bem organizada.’⁶⁵³

Repare agora, leitor, se no trecho citado não há uma doutrina completamente errada se não vai aí em bom caminho o Bolchevismo, matando a lavoura, indústria, as artes só por lhe faltar a base da propriedade conforme o direito natural. A Igreja do vigário e a Igreja do frei, está claro, é a mesma. É a Igreja do Aquinate. É a Igreja de De Maistre. A Igreja de La Tour Du Pin e sua condenação do capitalismo ou mais precisamente, segundo Mayeur, da pretendida produtividade do capital e da usura; a Igreja de Le Play, de Périn inimiga do liberalismo nos planos ideológico e político, segundo Köhler, que denunciava energicamente a exploração dos operários pela nova classe burguesa mas, desconfiada da intervenção do Estado, acreditava que a solução da questão social proviesse apenas da

⁶⁵³ Justus. O Capitalismo condenado pelo Catolicismo. *Ação Social* 17/05/1922, ano VIII, num 365, p. 1.

iniciativa privada e dos progressos do espírito cristão dos patrões, crente no domínio da economia pelas leis morais.

Estas duas tendências convivem no interior do “Ação Social”, com a nítida predominância da primeira ou mais precisamente, de uma orientação muito próximo à ela, adepta de uma legislação social que protegesse os mais fracos, das corporações livres como freio ao estatismo, representada por um Albert de Mun; significativo dessa postura, o conde francês é o único que tem sua vida contada pelo hebdomadário, bem como o único que tem vários discursos reproduzidos na íntegra. Que fique claro, “a pobreza como tal (...) está como fator positivo e imutável, desde o pecado de Adão e Eva, no programa da formação social”; suprimi-la, por reformas sociais, apenas dá testemunho “da pobreza de espírito orgulhoso do homem e sempre será uma simples utopia”⁶⁵⁴. Jesus disse *Haverá sempre pobres entre vós*, o “que não quer dizer: haverá sempre multidões que irão esmolar o seu pão, de porta em porta, e uma classe inteira de homens reduzidos à mendicidade, pois então a lei: *Comerás o teu pão com o suor do teu rosto* não seria geral, e a realização deste preceito para muitos se tornaria impossível”⁶⁵⁵

Frei Optato defende o direito de propriedade e mostra-se ansioso – porque teme o presente da ordem – por sua generalização, produtiva, *socialização dos produtores*, eficaz a tornar os fracos fortes, condição da consistência da harmonia e que torna possível, se necessária, a resistência à tirania. Vigário Gustavo defende o direito do proprietário como anteparo à exorbitância das atribuições do Estado laico – e deve ter ficado melindrado com o exemplo mexicano dado pelo frei. Quer a generalização da propriedade, mas segura, lenta – porque concebe as agitações como passageiras -, via caridade, paternalismo patronal, formação de uma poupança através das gerações da família trabalhadora. *Senex* – seu pseudônimo – possivelmente via compassivo o ímpeto juvenil de *Justus*⁶⁵⁶. No interior da

⁶⁵⁴ A Pobreza. *Ação Social* 11/01/1923, ano VIII, num 399, p. 1.

⁶⁵⁵ Liberalismo e Socialismo. *Ação Social* 21/06/1922, ano VIII, num 370, p. 1.

⁶⁵⁶ Necessário ressaltar que esses diagnósticos/remédios em demanda do ordenamento estável, generalização da propriedade produtiva, não são exclusivos a católicos sociais, nem tampouco ao corte da pesquisa. Em seu estudo sobre *política e método em Joaquim Nabuco*, Izabel A. Marson analisa entre as fontes do filho do *estadista do império*, no Pernambuco da primeira metade do século XIX, visões/soluções muito próximas – penso aqui, para o vigário, no inglês H. Koster; para o frei, nos franceses da *Revista O Progresso*. Não é mera retórica a associação, no discurso católico, da exploração do operário com a escravidão, associação que é dupla. Submissão que é lei natural, sem o que a escravidão não teria durado tanto tempo, portanto, ela representava um princípio da natureza e, por outro lado, a mutilação, a *degeneração* desse princípio, *desvirtuado em abuso de poder*; a relação pessoal/amorosa – sua base familiar – *degradada em coisa comercial*. Marson, Izabel A. *O império da ‘conciliação’: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura*

União Popular vislumbra-se um movimento pendular, ou melhor, a tensão entre as exigências de caridade e as exigências de justiça, liberdade do patrão e direito do trabalhador, na busca comum do equilíbrio, da harmonia, tensão que se expressava na lida da associação na cidade.

1919 foi um ano particularmente difícil na vida de S. João del Rei. Fome, carestia, recente a devastadora gripe espanhola, movimentação operária, situação russa... sinais. O jornal radicaliza o discurso, relega a segundo plano a caridade e prioriza a justiça, denunciando as injustiças sofridas pelos trabalhadores diante da voracidade capitalista e da omissão dos governos. Teme-se o pior, a anarquia. A percepção de um Estado incapaz leva o pêndulo ao reforço do órgão. Urgente a necessidade de organização dos sindicatos católicos⁶⁵⁷. À palavra de ordem dos anarquistas de destruição do capital, a União Popular contrapõe a *resistência*⁶⁵⁸. Na cidade, ocorre uma retomada da tentativa de organizar os trabalhadores, agora agrupados por ofícios. Talvez algum membro da benemérita associação – por exemplo, o sr. cel. José Simões Baeta, o *patrão negociante* da greve de 1912, em 1923 padrinho da capela do Albergue e do Liceu de Artes e Ofícios⁶⁵⁹ -, sentindo-se melindrado pelo *ladrão*, delicadamente tenha argumentado com frei Cândido da necessidade de se dissipar qualquer dúvida acerca de uma suposta *cor vermelha* no “Ação Social”, ou, ao menos, desfazer *uma imprudência, uma inoportunidade*⁶⁶⁰, e oferecido um artigo editorial para o jornal;

“O operário, cravando os olhos no lucro capitalista, fica obcecado e esquece daquilo que lhe devia mais interessar: o trabalho./ Na nossa sociedade capitalista – e esta por

da revolução e da escravidão. Campinas, tese de livre docência/Unicamp, 1999, pp. 84-144; *passim*; A Pobreza. *Ação Social* 11/01/1923, ano VIII, num 399, p. 1.

⁶⁵⁷ “Que é que o operário deve fazer? Recorrer à caridade pública? Mas ele tem direitos, pois trabalha. Há muita caridade, não há quem o negue, a caridade, porém, não está em primeiro lugar, depende da vontade livre ao passo que o operário pode e deve reclamar o que é seu. O primeiro e o principal é a justiça; dar ao trabalhador o que lhe é devido, e lhe é devido tanto quanto lhe for necessário para viver (...) Quem não paga o que deve é um ladrão. Negar o salário justo aos que trabalham é um pecado que brada ao céu. Portanto, não se trata de caridade, mas de justiça. O patrão que não paga suficientemente ao jornaleiro, rouba dele e da família dele, e só paga suficientemente quando o trabalhador pode sustentar a existência (...) Ora, se, por aí, os operários estivessem mais organizados e entre estes houvesse mais união, os patrões pagariam muito sua falta de justiça.” Injustiça para com os trabalhadores. *Ação Social* 25/03/1919 ano V, num 207, p. 1.

⁶⁵⁸ “Todo o mal provém de que o capital tem feito a partilha do leão, ficando com a sua parte e apoderando-se da maior parte do que pertence ao trabalho./ A solução não é *suprimir* o capital, como quer o socialismo, mas impedir que ele continue a tomar o que não lhe compete. Trata-se, pois, de *resistência*, não de *destruição*” Campos do Amaral. Confederação do Trabalho. *Ação Social* 07/01/1920, ano V, num 247, p. 1.

⁶⁵⁹ *Ação Social* 09/05/1923, ano IX, num 416, p. 1.

⁶⁶⁰ *Ação Social* 03/06/1919, ano V, num 217, p. 1.

enquanto não acaba – sem que o capitalista tenha lucros, não poderá haver jornal para o operário (...) O lucro do capital, em comparação com os interesses do operariado, ainda é pouco e, se for exorbitante, ainda não prova nada./ Que importa o que o capitalista ganha!, ou será porventura preferível que centenas de homens fiquem sem trabalho e sem pão? É um absurdo!/A luta entre as classes atualmente é um fato; mas mesmo que haja alguma contraposição entre os interesses do operário e os do patrão, para harmonizá-los não é necessária a luta. Há outros meios de reclamar direitos. Na convivência social deve reinar a justiça e a caridade (...) Tornou-se costume denominar o modo de produzir *capitalismo*, e já isso é um perigo, pois assim estão inclinados de incriminar os capitalistas pelos erros do sistema de produção, com a conseqüência que eles levam a culpa de tudo./ Mas de fato a causa é completamente outra./ Se o Estado se puser em lugar dos capitalistas – o que justamente os socialistas querem – mesmo assim as circunstâncias não mudam. Só o operariado obedeceria a um empregado público em vez de a um capitalista (...) Portanto o caminho a seguir, é certo, não é este.”⁶⁶¹

Frei Cândido aceitou a oferta, concordando que eram descabidos os mexericos dando conta de frades socialistas, enfatizando o contra-senso de tal identificação. Não deixou de falar da *desoladora situação atual do operariado*, lembrando ao cel., que bem o sabia, “- Ah! Se não houvesse religião, nem esperança de vida melhor?”, mas os tempos eram de impiedade, a antiga fé estava se perdendo, perigosas idéias de um céu na terra iludiam o povo – *essa eterna criança*, o cel. sorriu -, incitando-o ao ódio, ao assassinato, às depredações... portanto era necessário organizar os operários, o que seria *de grande utilidade e de muita vantagem*, uma *garantia para o patrão*, que ele escolhesse *entre o socialismo e o sindicato católico*, sindicato da *propaganda*, do *amor*, da *prudência no exigir*, da *justiça*... que o cel. reconsiderasse sua defesa do lucro exorbitante, isso não estava certo, o grande Leão XIII, o vigário de Deus na terra, já doutrinara sobre o assunto, portanto cabia ao verdadeiro católico obedecer, do contrário estaria em pecado, estaria confrontando mandamento daquela por Deus incumbida de guiar seus súditos no caminho para alcançar seu fim último – *a vida é curta a eternidade longa* -, e nesse caminho carecia a união de todos para diminuir – e o cel. sabia do apreço da Igreja pelo trabalho, pelo

⁶⁶¹ Capitalista e operário. *Ação Social* 05/11/1919, ano V, num 237, p. 1.

castigo -, o peso aos menos favorecidos⁶⁶². Findo o sermão, vendeu ao cel. bilhete de tômbola em favor do Albergue.

Impressionante a capacidade de aglutinação e empreendedora do franciscano. Sob seu comando, a União Popular de São João del Rei permaneceu ativa de 1908 a 1925, sobrevivendo ao Centro de Belo Horizonte, que desapareceu melancolicamente em 1922. Manejou com maestria e destreza o significativo sentimento religioso na cidade, articulando-o em uma rede de relações sociais não institucionalizadas na viabilização do projeto cristão. A União Popular sanjoanense contava com um núcleo permanente e ativo de leigos, composto por cerca de 15 pessoas - farmacêuticos (Antônio Cândido Martins de Alvarenga; Francisco Coelho Carvalho), gerentes de fábrica (José do Nascimento Teixeira; José Tavares), guarda-livros (Francisco de Oliveira; Afonso de Oliveira), dentistas (Paulo de Almeida Lustosa), funcionários públicos (Augusto Soares Osório; Benedito Ferreira Freire), médicos (Carlos Augusto Moreira Mourão, J. Martins Ferreira), maestros (João Feliciano de Souza; Japhet Maria da Conceição), advogados (José Maria Pereira da Silva; Antônio Fernandes Pinto Coelho), negociantes (Francisco de Paula Neves; Jehudiel Torga). Esse grupo - coadjuvante do franciscano, que tinha como braço direito frei Norbertus Beaufort -, contava com o suporte financeiro e operacional - mas condicional - dos cerca de 140 sócios. Na busca de fundos para financiar o projeto, além da promoção de palestras, loterias, quermesses, uma fábrica de sabão, pedidos de doações a particulares - pessoas e empresas -, constituíam-se em alvos privilegiados as subvenções do Estado. Um lobby muito característico, que envolvia senhoras e senhoritas piedosas, é montado.

“Ex.^{ma} Snra. Eugênia e demais Snras. Mourão. Respeitosas saudações.

O erro cometido, quando eu estava procurando a casa de Nenê Vieira de Castro e pelo qual peço desculpa, foi a causa que me lembrei de vosso bom pai e de vosso prezado irmão Dr. João⁶⁶³.

⁶⁶² O guia da Igreja. *Ação Social* 17/05/1922, ano VIII, num 365, p. 1; A desoladora situação atual do operariado. *Ação Social* 18/03/1919, ano V, num 206, p. 1; O sindicato nos conflitos. *Ação Social* 04/02/1920, ano V, num 251, p. 1; Sindicalismo garantia para o patrão. *Ação Social* 11/02/1920, ano V, num 252, p. 1; União. *Ação Social* 08/07/1919, ano V, num 222, p. 1.

⁶⁶³ Aureliano Martins de Carvalho Mourão, advogado, chefe do partido Conservador no Império, organizador e primeiro presidente da Estrada de Ferro Oeste de Minas; João Martins de Carvalho Mourão, advogado do Banco do Brasil, da Central do Brasil e do Estado de Minas Gerais foi, posteriormente, ministro do Supremo Tribunal Federal. Viegas, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969, pp. 202 e 215.

Estou realmente lutando com sérias dificuldades, tanto a respeito de meus pobres e meus vagabundos como também a respeito de minha escola. A subvenção do Estado para o Albergue (2 contos) é uma ninharia, não chega, e a escola, que tem igualmente uma subvenção, mas somente de um conto, ainda não recebi. Agora devo consertar e adaptar o prédio, mas estou sem dinheiro.

Na minha aflição quero recorrer à benevolência de vossos bondosos corações como também ao de papai e de vosso irmão. Queria obter também uma subvenção federal, se puder ser. Se porém as senhoras julgarem que atualmente não convenha então não entreguem a carta. Deixo tudo ao vosso prudente critério, mas Deus permita que as Snras. me arranjem este favor. S. João del-Rey, 23 de junho de 1919”⁶⁶⁴

“Dr. Aureliano Martins de Carvalho Mourão.

Pedindo muita desculpa pela amolação que V.^a Ex.^{ia} tem comigo venho solicitar da vossa bondade uma grande benevolência.

Atualmente estou lidando com dificuldades pecuniárias a respeito de meu Albergue, onde se hospedam a velhice desamparada e também os vagabundos, tirados da rua pela polícia. Além disso comprei um prédio, contíguo ao dito Albergue, para começar uma escola noturna e diurna junto com o Liceu de Artes e Ofícios para crianças pobres e abandonadas.

O Albergue é a velha chácara, chamada de D. Maria Tereza, o prédio destinado à escola pertencia antigamente a Dr. Guimarães. Para o Albergue temos uma subvenção estadual de dois contos de réis por ano; para o Liceu foi votado um conto (este dinheiro não há meios, assim me parece, de recebê-lo). Agora venho pedir de V.^a Excia. ou de seu bom filho, Dr. João Mourão, o grande favor, se puder arranjar para as ditas obras uma subvenção do governo federal. Estou ficando cansado e envelhecendo e se morrer o que será das minhas obras sociais, caso que estão sem recursos.

Queria também ver se pudesse obter religiosas que dirigissem tanto o Albergue como também a Escola, mas não sei onde posso procurá-las se não haver algum patrimônio ou algum dinheiro certo para sustentá-las. Julgo entretanto que as ditas obras são necessárias e indispensáveis para a nossa cidade.

⁶⁶⁴ *Caderno de Apontamentos...*, pp. 268-269.

Confiando na vossa conhecida e grande benevolência tenho a coragem de esperar de V.ª Excia. alguma resposta boa, ao menos, algum bom conselho.”⁶⁶⁵

O menor aqui insinua-se de modo cauteloso. A desculpa do erro da casa, a intermediação das “senhoras”⁶⁶⁶ (já seduzidas), com a recomendação de que elas é que decidem o momento oportuno (cumplicidade), a invocação de Deus, o dirigir-se ao chefe da família quando o alvo é o filho (no período, mais influente que o pai), a omissão - na carta ao pai, não no bilhete para a filha Eugênia - de que considera a subvenção de dois contos “uma ninharia”, o empenho em preservar o contato estabelecido, esperando “ao menos, um bom conselho”, tudo informa de um extremo cuidado e atenção ao procedimento correto para com uma família ilustre da cidade.

Forja com palavras e atos a imagem do humilde, do abnegado, que sua vida doa aos pobres, um proceder – que os próprios inimigos reconhecem – digno de um filho do *poverello* de Assis, e de alguém que labora um nome para ser lembrado, sobreviver ao tempo e inscrever-se como um pai-dono generoso: “os meus pobres”, “os meus vagabundos”, “a minha Escola”, “o meu Albergue”. As obras aparecem como se fossem lavras de um homem só, sem raízes fortes capazes de sobreviver àquele que as plantou e rega por elas, com a ajuda de Deus. “Estou ficando cansado e envelhecendo e se morrer o que será das minhas obras sociais, caso que estão sem recursos”. Não se deve perder de vista que parte importante das realizações da União Popular na comunidade sanjoanense pode ser atribuída ao carisma do frei santo, a uma personalidade que amoldava-se - ao contrário de frei Cirilo - ao imaginário religioso do ser franciscano⁶⁶⁷.

Abaixo da cópia da carta, frei Cândido anotou: “Nunca recebi resposta alguma”. Mas essa não era a regra. Pelo que se pode apreender do *caderno de apontamentos de frei Cândido*, apesar dos muitos lamentos - o que é de se esperar neste tipo de fonte, o ressaltar

⁶⁶⁵ Idem, pp. 270-272.

⁶⁶⁶ As mulheres desempenharam um papel extremamente importante na ação da União Popular em São João. Além desse trabalho de intermediação junto aos pais, esposos e irmãos, eram elas que organizavam as quermesses, as loterias, as matineés (palestras), em busca de fundos para a associação. Tal participação levou a associação de São João, no início exclusivamente masculina, a aceitar “como representantes senhoras e senhoritas”. Reunião de 03/01/1920, *Caderno Tio...*, p. 297.

⁶⁶⁷ “Se o patriarca de Assis ressuscitasse faria como outrora fez o meigo Nazareno, quando expulsou os vendilhões do templo. Tinha de tomar de uns azorragues e enxotar todos os frades estrangeiros S. joanenses, com exceção de um que ainda se conserva, por milagre, fiel aos ensinamentos do seu pai: este é frei

as dificuldades para mais destacar os feitos -, as doações, favores, isenções parciais recebidas pelo franciscano não eram exceções. Na realização da obra do Albergue encontramos reunidos os elementos que conferiam *relativa facilidade* à lida da associação na cidade, traduzidos assim pelo “O Reporter”: “Frei Cândido Vroomans que pelo seu espírito empreendedor, operosidade e esforço, aliados a muita afeição que encontra no nosso meio social, tem encontrado relativa facilidade para levar de vencida a caridosa instituição”⁶⁶⁸.

O industrial do ramo de laticínios, piedoso e católico, cel. Affonso Negreiros Lobato, há anos fizera um voto comprometendo-se com o Retribuidor construir um asilo para os pobres, tempo durante o qual amealhou 6:860\$000. Os entendimentos foram feitos. Tendo o cel. *a este respeito algum escrúpulo*, frei Cândido escreveu ao arcebispo de Mariana pedindo comutação do voto feito, que foi concedida. A escolha do terreno recaiu na chácara Maria Tereza, de propriedade do sr. Aristedes José Mascarenhas; por intermédio do sr. José Nascimento Teixeira, gerente da União Popular, entrou-se em combinação a respeito do preço estipulado inicialmente em 5:000\$000. Respondendo ao *compadre Juquinha*, o sr. Aristedes faz um abatimento de 200\$000, dado tratar-se para *um fim de caridade*. Pressuroso, frei Cândido escreve-lhe propondo *preço um pouco mais redondo, i. é, 4:500\$000*, comprometendo-se a diretoria da União Popular *de mandar celebrar durante 50 anos uma missa pelos vivos e defuntos da família de V^a. S^{ia}*. O proprietário responde que sente bastante, mas não pode diminuir mais, pois já perde do principal sem contar o empate de anos....mas que *as missas aceitaria de bom grado, se V. Revma. as quisesse dizer de contrapeso, ainda mesmo em menor número*. O negócio é fechado.

Pouco tempo depois, *tendo o Presidente da Câmara municipal, mostrado toda boa vontade* para com a associação, a diretoria desta envia à Câmara requerimento reivindicando que a edilidade doasse a chácara e subvencionasse o estabelecimento, ficando a União Popular obrigada a acolher os mendigos enviados pela Câmara – podendo expulsar os *inconvenientes, os desordeiros incorrigíveis* -, fornecer um relatório anual e a criar oficinas para o trabalho dos aptos. Firmado o contrato, Frei Cândido e o negociante Jehudiel Torga percorrem o comércio da cidade *a fim de angariar subscritores mensais em*

Cândido.” Luiz Alves. Estamos de volta...*Correio de Minas* (Juiz de Fora) 23 (?)/12/1917. *Pasta documentos não numerados 1916-1922*.

⁶⁶⁸ Asilo dos pobres. *O Reporter* 07/07/1912, ano VIII, num 331, p. 1.

favor do Albergue, sem o que o estabelecimento não poderia subsistir. Intermediado por políticos locais, o pedido de frete por tarifa especial de material destinado ao Albergue é deferido pelo Ministro da Viação. Em setembro de 1912, o Albergue Santo Antônio é inaugurado.⁶⁶⁹ Há euforia. Confirmados serão *os brasões de povo civilizado*, escondida dos *olhos do forasteiro curioso a leva de pedintes* a atravancar o comércio, separado será o joio do trigo, e os *verdadeiros pobres*, verdadeiramente necessitados serão agasalhados. Faltou combinar com os mendigos.

O dr. Guilherme Milward mostra-se surpreso com a rapidez com que o *problema* foi resolvido; “realmente é cousa interessantíssima haver tanta facilidade para se adquirirem a chácara e o prédio Maria Tereza, através de aquisição da Câmara Municipal em tão curto espaço de tempo e haver de outro lado *paralisia* e mesmo *indiferença* por parte dos próprios promotores do albergue diante do espetáculo infame de tais placas durante o longo espaço de ano e tanto que vigora escandalosamente o *ukase* local”. Desafinando o coro dos contentes, questiona se o albergue abrigaria mendigos de outra fé e, citando Blasco Ibanez, vaticina “A caridade (atual, através de uma fiscalização burguesa) é o meio de sustentar a pobreza, de a fomentar, tornando-a eterna. Os desgraçados odeiam-na por instinto ao receberem aí suas esmolos, evitam procurá-la em quanto podem, vendo nela uma instituição degradante que lhes perpetua a escravidão”⁶⁷⁰. Findo o primeiro mês da instituição benemérita, constantes por todo o período os pedidos de *providências mais enérgicas* por parte da autoridade policial em *extirpar o cancro hediondo*, para *libertar do nosso meio a mácula degradante* internando-a no Albergue, crescente a irritação com os *vagabundos*, com os que fogem do asilo por horror ao trabalho, recorrentes os apelos para que o comércio se recuse a dar esmolos nas ruas e não diminua as doações ao Albergue⁶⁷¹.

Por si só, a existência de um sentimento religioso na cidade não implicava necessariamente na sua operacionalização se ausente a *união de vistas* no identificar o cancro e no modo como extirpá-lo. O disciplinamento do espaço urbano e o enquadramento/asilamento das manifestações agressivas aos olhos e ao olfato – exigências do projeto civilizador -, eram compartilhados por burguesia, Estado e Igreja. A colaboração

⁶⁶⁹ Caderno Arquivo da União Popular, pp. 59-60; 63-78; 142-145.

⁶⁷⁰ Guilherme B. Milward. Ainda as placas. *O Reporter* 18/01/1912, ano VIII, num 286, p. 2.

⁶⁷¹ Albergue S. Antônio. *O Reporter* 08/05/1913, ano IX, num 35, p. 1; Albergue S. Antônio. *O Reporter* 29/05/1913, ano IX, num 35, p. 1; No correr das semanas. *Ação Social* 19/11/1916, ano II, num 89, p. 1; Relatório do Albergue S. Antônio no ano passado. *Ação Social* 27/01/1918, ano III, num 150, p. 2.

tornava-se viável, mas latente, podendo a qualquer momento ser detonado, o enfrentamento no definir quem portava a bandeira. Para a Igreja, tratava-se de uma questão moral e social, de caridade – seu monopólio –, e não de política pública; as doações, isenções afiguravam-se-lhe *esmolas*, a atitude do Estado confundia-se com a atitude de particulares, o *auxílio* era entendido como *incondicional*, desvinculado de alinhamento político⁶⁷².

A separação entre a política e a religião era encarada segundo as conveniências. É bramida quando chancela à liberdade de ação da Igreja nas células, nos órgãos, nos aparelhos; recusada quando prejudicial, opressora daquela ação, pois que o zelo maior da Igreja é pela integridade do todo, indissociabilidade entre nação e religião, projeto da pátria cristã. Por isso rejeitava-se “a separação *radical* da política e da religião, primeiro passo dado no caminho que conduz à hostilidade aberta de uma contra outra”⁶⁷³. Havia uma unanimidade entre os articulistas do “Ação Social” que os “direitos de Deus e de sua Igreja” só poderiam ser eficazmente defendidos através da criação de um Partido Católico⁶⁷⁴, tendo em vista “a natureza do regime político do Brasil”⁶⁷⁵.

No entanto, as dificuldades eram muitas. A criação de um partido articulado em demandas válidas para todo o território nacional por si só encontraria obstáculos no sistema estadualizado da Primeira República, os compromissos assumidos pelos católicos eleitores já estavam sedimentados e boa parte do pretendido vigor eleitoral do novo partido viria certamente dos católicos ainda não qualificados; o que seria a *mola invulnerável* do partido, o clero paroquial, mostrava-se refratário à idéia, demonstrava maior fidelidade ao chefe político – quando não era o próprio vigário – do que ao bispo. O que se percebe é que a religião servia muito mais a política do que o contrário; ao sabor das circunstâncias, o argumento religioso era brandido pelos grupos políticos em busca de adesões a uma causa alheia à religião.

Na campanha presidencial de 1909-1910, momento de perturbação no arranjo político nacional, o jornal *O Reporter*, arauto da candidatura Rui Barbosa, sofre diversas

⁶⁷² “A Diretoria declarou que aceita qualquer esmola, mas (...) incondicionalmente e não pode sofrer influência alguma de fora, nem de um particular, nem da Câmara Municipal.” *Caderno Arquivo da União Popular*, p. 76.

⁶⁷³ Ação social católica. *Ação Social* 04/07/1915, ano I, num 17, p. 1. Itálico meu.

⁶⁷⁴ Alistamento eleitoral. *Ação Social* 22/08/1915, ano I, num 24, p. 2. O “Centro Católico do Brasil” era o encarregado pelo episcopado de promover a ação católica no terreno político. Alistar eleitores católicos e indicar o voto em candidatos comprometidos com emendas e projetos de interesses da Igreja, era seu escopo.

⁶⁷⁵ Plácido de Mello. O Partido Católico no Brasil. *Ação Social* 26/05/1918, ano IV, num 166, p. 1.

coações e ameaças de empastelamento por parte de oficiais do batalhão do exército, sendo forçado a interromper sua publicação em meados de 1909; retorna no final do ano, sempre utilizando como principal meio de convencimento dos eleitores o argumento religioso. “Um dos candidatos - o marechal Hermes da Fonseca é maçom, de grau elevado na condenada seita, já prometeu andar com seus irmãos da ‘trolha e da colher’; o outro já (ilegível) mais de uma vez que é católico não pertence à seita, já se comprometeu a fazer um governo cristão.”⁶⁷⁶

Se o apelo centrado unicamente no caráter confessional de uma candidatura teria poucas chance de êxito no sistema eleitoral vigente à época - direito de voto restrito aos homens adultos alfabetizados, subserviência dos chefes políticos locais à chapa oficial ditada pela comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, coação e fraude no aliciamento do voto, o reconhecimento ou não dos eleitos por comissão do Congresso Federal, disputa restrita, de ordinário, ao âmbito do município⁶⁷⁷ -, num momento de abalo no mando político estadual⁶⁷⁸ e de acirramento da oposição local - como na campanha civilista -, o apelo religioso é percebido como elemento diferenciador dos campos em disputa e com capacidade de influir nas escolhas.

Difícil estabelecer o peso exato da influência do argumento religioso na vitória de Rui Barbosa (os civilistas eram oposição local) na cidade nas eleições presidenciais de 1910⁶⁷⁹. O certo é que nas eleições para deputados à assembléia legislativa estadual, em fevereiro de 1909, quando pela primeira vez no estado de Minas Gerais um partido católico⁶⁸⁰, Partido Regenerador - patrocinado pelo arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, com as bênçãos de Roma, e liderado pelo engenheiro Joaquim Furtado de Menezes - se apresenta, lançando um candidato por cada circunscrição eleitoral, nenhum

⁶⁷⁶ *O Reporter* 30/12/1909, ano V, num. 85, p.1.

⁶⁷⁷ Sobre o sistema político na República Velha, ver Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pp. 19-58; 219-249. Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pp. 33-155. Sobre o papel da comissão executiva do PRM, ver Resende, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM - 1889-1906*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982, pp. 177-189.

⁶⁷⁸ Os *pinheiristas*, marginalizados após a morte do governador João Pinheiro (1908), tentam retornar através da campanha civilista. Cf. Wirth, John D. *O Fiel da Balança - Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1982, p. 164.

⁶⁷⁹ *O Reporter* 10/03/1910 ano V, num 102, p.1.

⁶⁸⁰ No início da década de 1890, foi criado em Minas Gerais um Partido Católico, mas que não tinha a defesa da religião como objetivo e sim constituir-se em espaço para a afirmação de novas lideranças - como Silviano Brandão -, escapando à sombra do governador Cesário Alvim. Cf. Wirth, *op. cit.*, p. 157.

deles consegue se eleger. “A maioria do nosso povo é, não há contestar católica. Naturalmente, católica há de ser a maioria do eleitorado. O governismo está, porém, tão implantado entre os chefes que, creio, são eles mais *governistas* que católicos. Preferem acompanhar o governo a acompanhar o bispo.”⁶⁸¹.

Mas chama a atenção o desempenho na cidade do candidato católico pelo 4º distrito, o médico sanjoanense Carlos Augusto Moreira Mourão. Enquanto na circunscrição eleitoral ele foi o menos votado com 1.748 votos⁶⁸², na cidade ele “furou a chapa”, sendo o segundo colocado com 514 votos, atrás apenas do chefe político local, Joaquim Domingues Leite de Castro, que obteve 614 votos⁶⁸³.

Mesmo se reconhecendo a influência do voto cumulativo no resultado⁶⁸⁴, é significativo o contraste entre a votação obtida pelo candidato católico em S. João del Rei e a obtida nas outras cidades - 22 municípios - do 4º distrito eleitoral, bem como seu desempenho na cidade em relação aos candidatos oficiais, só suplantado por Leite de Castro, que provavelmente ordenou à parte de seus correligionários - atitude arriscada, que poderia futuramente causar represálias dos outros candidatos oficiais - a concentração de votos no seu nome, vislumbrando uma possível derrota para o candidato católico na cidade. “A presença dos católicos assanhou o bode preto que fez as suas, levando às cabeçadas o seu candidato para a cabeça da lista.”⁶⁸⁵. É claro que, o fato do candidato dos católicos ser da cidade, influenciou na votação, mas sua própria escolha como o candidato do 4º distrito informa de uma avaliação das lideranças católicas mineiras da importância da cidade como bastião do catolicismo.

A importância do impacto do argumento religioso nas consciências para fins de posicionamento político é afirmada pela própria constância com que ele é utilizado - particularmente, a partir da campanha civilista, momento na cidade em que mais claramente

⁶⁸¹ M. A. Notas. *A Opinião* 03/02/1909, ano II, num. 60, p.1.

⁶⁸² A votação dos candidatos da chapa oficial do PRM, oscilou entre 12.364 e 9.503 votos. Vinte e dois municípios compunham o 4º distrito, que tinha sua sede em Lavras.

⁶⁸³ A votação dos outros candidatos oficiais, oscilou entre 296 e 75 votos; o candidato extra-chapa obteve 11 votos. Eleições. *A Opinião* 13/02/1909, ano II, num. 63, p.2.

⁶⁸⁴ Nessas eleições, o eleitor tinha o direito de votar em quatro nomes, podendo dar os quatro votos a um mesmo candidato. “Ora, nessa nossa arqui-católica cidade de S. João del Rei, existem pelo menos cem católicos práticos que vão ao confissão e batem o terço conscienciosamente./ Esses lá estiveram e foi ali no duro, descarregaram os quatro tiros no seu candidato, que obteve assim quatrocentos votos./ Os restantes podem ser levados a conta de amizade, gratidão ou admiração pessoal.” Scapin (Caetano Werneck). *Mexericos. O Reporter* 07/02/1909, ano V, num. 11, p.1.

⁶⁸⁵ *Idem*.

os elementos da elite letrada se posicionam. Apesar de preferencialmente utilizado pelos elementos civilistas, não é exclusividade destes, mesmo porque a religião não constitui o fator determinante na delimitação dos campos em disputa - rearranjo das posições ocupadas pelos elementos da elite política no quadro do mando local -, como não se verifica, por parte da hierarquia eclesiástica, uma postura eleitoral clara e contundente. Os hermistas atacam o “ateu” Carvalho Brito, líder civilista estadual e herdeiro político de João Pinheiro; alardeiam a benção apostólica dada por Pio X ao “marechal maçom”. Os civilistas respondem caracterizando como “meramente diplomático” o ato do papa e que “as diferentes circulares de nosso diocesano...nos puseram a coberto de receios infundados quanto aos candidatos por motivos de crença.”⁶⁸⁶

A “atitude dúbia, indecisa e vacilante” do arcebispo de Mariana, suas diferentes circulares por ocasião da campanha presidencial de 1909-1910⁶⁸⁷, pode ser entendida como paradigmática das relações Estado-Igreja no Brasil daquele período. Se o advento da República, em um sentido, significa o enfraquecimento da interferência católica na esfera do público, propicia, noutro sentido, uma liberdade de ação ao clero desconhecida até então; atualiza seu espaço de manobra e seus canais de relacionamento com as elites políticas, seja para alianças, seja para confrontos. A independência passa a se constituir em um dos elementos fundamentais da estratégia da Igreja frente ao Estado para obter acesso ao domínio das consciências modernas. A “atitude dúbia” do arcebispo revela a preocupação em preservar esse capital, cujo lastro residia nos sentimentos católicos cultivados desde a primeira missa em Terra de Santa Cruz, na “marca da fábrica”.

A fugacidade do partido católico⁶⁸⁸ junto à ênfase na ação social através de associações “apolíticas”⁶⁸⁹, aponta para uma opção em tornar operantes aqueles

⁶⁸⁶ Falsos profetas. *O Reporter* 24/07/1910, ano VI, num. 140, p.1.

⁶⁸⁷ *O Reporter* 30/12/1909, ano V, num. 85, p.2.

⁶⁸⁸ Logo após as eleições de 1909, o Partido Regenerador é dissolvido; no entanto, o debate acerca da necessidade de um partido católico continua presente em todo o período.

⁶⁸⁹ “O Centro da *União Popular* e a comissão executiva dos Congressos Católicos no Estado de Minas Gerais, dirige (sic) esta circular a todos os católicos mineiros, aos membros do clero e às associações para deixar bem acentuado que o movimento social católico deve ser expurgado de todo o intuito político e partidário. (...) A *União Popular* não se imiscui nessas lutas. (...) A luta política, o movimento eleitoral católico, escapa por inteiro ao raio de ação da *União Popular*.” Sessão paga. A *União Popular* e a política. *O Reporter* 07/07/1910, num 135, p.2. Durante todo o período, é acalorado o debate interno às fileiras católicas sobre a necessidade e viabilidade ou não de um partido católico. Se a posição contrária acabou saindo vencedora, nem por isso a mobilização eleitoral católica deixou de ser convocada quando projetos de seu interesse foram colocados em pauta. Veja, por exemplo, a convocação que a *União Popular* faz aos católicos para votarem nas eleições ao congresso estadual de 1915, somente nos candidatos comprometidos com o projeto 135, do cônego Xavier

sentimentos, mobilizando o laicato, reconquistando os membros da elite que haviam se desencaminhado, buscando aproximar-se dos operários, ao mesmo tempo em que mantinha - na medida do possível, e essa medida era dada pela disponibilidade dos detentores do poder em assegurar canais de diálogo - uma certa equidistância dos grupos tradicionais em disputa por posições no sistema da República Velha.

Essa postura é que permitia à hierarquia convocar o clero a promover “guerra sem tréguas à má imprensa, e aos escândalos das representações ímpias ou imorais e favoreça a eleição de representantes católicos negando todo o apoio aos díscolos”⁶⁹⁰, e marcar presença nas cerimônias de posse dos díscolos. “Já o sr. dr. Wenceslau Brás não é mais para o partido católico aquele maçom diabólico e excomungado, de quem todos os bons cristãos deveriam fugir como o demo da cruz? A prova está em que s. exc. rev. o sr. Arcebispo de Mariana fez-se representar por ocasião de ser o distinto mineiro empossado no cargo de Presidente do estado./ Decididamente o espírito desse século XX é eminentemente prático.”⁶⁹¹

O mesmo espírito prático, a mesma ambigüidade caracteriza o relacionamento dos detentores do poder com a Igreja. Até que ponto, enquanto individualidades, pretendem expurgar o sobrenatural do espaço público, afirmar a cidadania laica, confinar a religião ao âmbito do privado, é uma questão em aberto. Mas, como representantes do Estado laico, trabalham pela sua consolidação. Trabalho que requer cálculos políticos, medir forças, mover-se por avanços e recuos, buscar estabilizações, base para novo passo. O Estado que mandou retirar das paredes públicas as imagens religiosas é o mesmo que comparece às sessões de encerramento dos Congressos Católicos Mineiros⁶⁹²; é o mesmo que manda celebrar missa em memória do positivista João Pinheiro - celebrada, em São João del Rei, pelo franciscano frei Cirilo la Rose - governador do estado que em 1906 instituiu o ensino leigo nas escolas públicas mineiras e suprimiu os subsídios aos seminários.

Rolim, que previa o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a subvenção estadual às escolas particulares, decisão essa, aprovada pelo 3º Congresso Católico Mineiro. *Ação Social* 21/03/195, ano I, num 3, p.3.

⁶⁹⁰ Aos católicos. Circular do arcebispo de Mariana e dos bispos de Uberaba, Diamantina, Pouso Alegre, Goiás, Campanha. *O Reporter* 04/01/1910, ano V, num. 86, p.2.

⁶⁹¹ *O Reporter* 08/04/1909, ano V, num. 28, p.2.

⁶⁹² Lima, Mário de. *O Bom Combate (subsídios para a história de 20 anos de ação social católica em Minas)*. Belo Horizonte, 1929, pp. 107; 213.

“A Igreja tem, hoje em dia, condescendências das maiores, e assim faz para dominar e empolgar. Regouga o ‘de profundis’ por alma dos livres pensadores, rejubilando-se por lho haverem pedido os parentes do extinto. Transige para ir vivendo./ Nem afirme Severiano fosse João Pinheiro o combatente em prol das doutrinas comtistas. Quis ser, para libertar Minas do poderio da roupeta. Teve que recuar, porque um homem só não se bate contra uma colegiada./ E ninguém mais do que ele dispensou trato ameno às batinas e aos sólios episcopais, porque, lá bem no fundo de sua alma, estava o signo do seminarista, a ‘marca da fábrica’./ Não fora o estado leigo uma mentira, - nem municipalidades, nem os governos mandariam celebrar exéquias pagas com o dinheiro do povo. Tais cerimônias caberiam aos amigos, e à custas deles./ Ainda um trunfo para a Igreja que vê à porta das matrizes os figurões da República vindo às festas ou aos atos fúnebres, quando essa mesma república se separou do báculo.../ Pobre ovelha, que se supôs com forças de se distanciar do redil! Por isso frei Cirilo tolerou que as badaladas funerárias amolassem os ouvidos do próximo e mais do ilustre *scorpio*./ A Igreja de hoje tem faceirices e bondades; quer viver, e vive com o céu, sem menosprezar o tihoso.”⁶⁹³

Em 1912, termina o domínio político em São João del Rei, de Joaquim Domingues Leite de Castro - iniciado em 1898. Assumem a edilidade os “jovens turcos”, anúncio da superação do marasmo anterior e promessa da modernização da cidade - saneamento, abastecimento de água potável, novo matadouro. Omite-se a continuidade. Não houve disputa; o mesmo Francisco Salles - de Lavras - que patrocinava o domínio local de Leite de Castro, agora sustentava Odilon Barrot de Andrade⁶⁹⁴. No período em foco, São João del Rei não chegou a ter uma liderança política regional de peso, seus líderes eram chefes menores que giravam na órbita do *salismo*, e que devotavam profundo ressentimento para com os *biistas* - Bias Fortes, de Barbacena -, tidos como os responsáveis pela não escolha de um subúrbio da cidade - Várzea do Marçal - para a construção da nova capital do estado.

Do grupo dos onze que assumiram o governo municipal em 1912, cinco eram membros da União Popular: o agente executivo municipal - Odilon de Andrade -, seu vice -

⁶⁹³ A. Imprensa livre. (Transcrito do *Imprensa Livre*, de Juiz de Fora) *O Reporter* 17/11/1908, ano IV, num. 91, p.1.

⁶⁹⁴ O nome já era uma promessa de bons tempos para os católicos na cidade. Odilon Barrot (1791-1873) foi um dos principais líderes - ao lado de Montalembert, Thiers, Molé, Falloux - do *Parti de L'Ordre*, fundado

Augusto Viegas -, os dois vereadores pela cidade - Francisco de Paula Neves e Francisco Coelho de Carvalho -, e o vereador pelo distrito de Vitória - José do Nascimento Teixeira -, além do tesoureiro da Câmara - João Feliciano de Souza -, do juiz municipal Antônio Monteiro Freire e do promotor de justiça José Maria Ferreira. Destoando, o secretário da Câmara, o anticlerical Gonçalo Amarante da Silva. Efetiva-se a construção do Albergue em terreno doado para esse fim pela Câmara - negociações iniciaram-se na administração anterior -, obtidas subvenções municipal e estadual para o mesmo, o jornal “Ação Social” é o escolhido para abrigar as publicações da Câmara “mediante pagamento de 60\$000 por tiragem de 500 exemplares”⁶⁹⁵.

Na união de vistas entre a associação e a edilidade para remover o “sinal de atraso para a nossa cidade civilizada e culta”⁶⁹⁶, sedimentava-se o comprometimento da União Popular com os “jovens turcos”. A pretendida independência anunciada nas negociações com o governo municipal anterior debilita-se. O arranjo é abalado pelo estabelecimento na cidade, em 1919, do até então *distintíssimo patricio, conterrâneo ilustre*⁶⁹⁷, professor Basílio de Magalhães.

O professor, afilhado político de Raul Soares e antigo companheiro deste no ginásio de Campinas, desde 1916 visitava periodicamente a cidade, utilizando o prestígio “da pujança de seu cérebro e da grandeza do seu coração”⁶⁹⁸ no aliciamento de um grupo capaz de sustentar seu projeto político vinculado ao *bernardismo* na política mineira. Incentiva a reorganização da “Associação dos Empregados no Comércio” – entidade patronal –, manobrando para que ela adotasse uma atitude de questionamento contundente ao governo municipal – o que provoca um racha na associação, com a exclusão dos setores ligados aos *jovens turcos* -; posta-se como porta-voz das reivindicações do operariado da Estrada de Ferro Oeste de Minas, na greve de junho de 1919, junto ao ministro da Viação, mesma postura junto aos industriais e construtores na greve dos operários da construção civil e das fábricas de tecido pela jornada de 8 horas, em setembro de 1920; aproxima-se dos rapazes d’ “A Tribuna” – jornal que compra em março de 1920 – e dos corrosivos anticlericais do

na França em 1849. Seu programa: restrição do direito de voto, restabelecimento do poder temporal do papa, defesa da religião, da família e da propriedade.

⁶⁹⁵ Sessão particular da diretoria da União Popular de S. João del Rei 28/02/1917. *Caderno de Atas I*.

⁶⁹⁶ Petição à Câmara Municipal de São João del Rei para a Fundação do Albergue. *Caderno Arquivo da União Popular*, p. 70.

⁶⁹⁷ Um conterrâneo ilustre. *Ação Social* 10/09/1916, ano II, num 78, p. 1.

“Minas-Jornal”. Mas também do “Ação Social”, onde não só escreveu e compôs, durante um mês, como ficou responsável pela revisão das matérias.

O *viver às claras*, o *viver para outrem*, a ojeriza ao individualismo e a ânsia pelo todo verticalizado, harmônico por cada um desempenhar religiosamente seu papel integrado ao do outro, a aversão ao conflito, desarranjo das funções, prevenido por uma legislação social capaz de torná-lo accidental, o apreço reverente pela família, forja e mestra *natural* do homem social, a concepção do *povo* disponível, à espera de ser doutrinado, eram idéias compartilhadas por positivistas e católicos sociais⁶⁹⁹, o que levava estes a reconhecerem que o “positivismo ortodoxo encerra preceitos por certo muito elevados, mas que exigem, para ser postos em prática, algo superior”. O *mas* refere-se à *loucura do Comte*, querer ser o reformador que o Cristo foi. A loucura do Comte é a loucura da ciência que, se muitos benefícios trouxe ao homem e muitos prodígios realizou, não há negar, patente é “a sua inferioridade perante o poder da graça cristã”, evidente que a civilização é obra do Espírito Santo. “Os ignorantes da Galiléia venceram os Sábios da Grécia”⁷⁰⁰. “O alucinado Comte” bem compreendeu “a invencível tendência do homem para Deus (...) tanto assim que, depois de condenar o princípio religioso, estabeleceu seus templos, sacramento, seu culto enfim”⁷⁰¹.

Condescendente talvez, esperançoso em conseguir apascentar a ovelha desgarrada, ciente que *a messe é grande mas poucos os operários*, frei Cândido abre as páginas do jornal ao positivista. O rompimento se dá quando a parceria colocou em risco a *independência* e as boas relações com o mando local. Assim relata o franciscano:

“No dia 12 ou 13 de janeiro de 1920 o vigário desta cidade - P. Gustavo E. Coelho - me mandou chamar para resolver uma questão. O prof. Basílio de Magalhães ajudava na tipografia da “Ação Social” escrevendo e ao mesmo tempo compondo artigos a respeito de política contra Dr. Odilon Andrade e contra a Câmara

⁶⁹⁸ *Ação Social* 12/11/1919, ano V, num 238, p. 1.

⁶⁹⁹ Sobre as relações da Igreja com o positivismo nas primeiras décadas da República no Brasil ver Romano, *Igreja contra...*, pp. 118-139.

⁷⁰⁰ O Homem Social. *Ação Social* 14/01/1919, ano IV, num 197, p. 1.

⁷⁰¹ Benevides. Eu cá sou positivista. *Ação Social* 12/08/1919, ano V, num 227, p. 1. “(...) os positivistas (...) tenderam a aproximar as teses recentes do movimento laico ultramontano e a idéia de um poder *infallivelmente* decisório, unido às massas populares. A diferença dos dois poderes espirituais conflitantes, positivista e católico, residiria na fonte da infalibilidade: à teologia, substituiu-se o arrazoado científico e objetivo” Romano, *Igreja contra...*, p. 126.

Municipal. O vigário, estando doente, não podia sair de casa e encarregou a mim de suspender todo o auxílio de Basílio de Magalhães.

Imediatamente fui à tipografia e declarei diante de Basílio, que estava compondo outro artigo contra Dr. Odilon e Dr. Augusto Viegas, que a Ação Social, sendo órgão da União Popular, não podia fazer política, nem influir na política, pela simples razão que estava proibida pelos estatutos. O prof. Basílio se indignou dizendo que não havia ação social sem política e perguntou: ‘Então a porta da Ação Social está para mim fechada?’. Respondi: “Para fazer política, afirmativo, porém, para ajudar na verdadeira ação social, peço seu valioso auxílio”. Sem dizer mais nada o homem tomou o chapéu e foi-se”.

Logo abaixo desse relato foi colado recorte do jornal “A Tribuna”, de 18/01/1920, contendo o artigo “Falta de casas” e o seguinte P.S.:

“O artigo acima já estava quase todo composto e por minhas próprias mãos, para ser inserto nas colunas da “Ação Social”. Trazia ele, como tudo quanto escrevo, o meu nome por extenso e visava principalmente a propugnar pela causa sagrada dos proletários de S. João del Rei. Mas tive a triste desilusão de verificar que o órgão da rua Duque de Caxias, longe de destinar-se à “defesa das classes operárias”, como hipocritamente ostenta no seu cabeçalho, não passa de dócil instrumento dos detentores do poder edilício, mercê de algumas migalhas exinanidas do tesouro municipal. Oh! Cristo! Cristo! Quando é que descerás de novo à terra, para expulsar, a tagante, os vendilhões do templo?”⁷⁰².

Em carta a Campos do Amaral, frei Cândido afirma: “ficou claro que ele (Basílio) queria tomar o nosso jornal para fazer politicagem, não política, e intrigas. Está aí a erudição do ilustre maçom, Dr. Basílio. Toda a gente é burra, menos ele”⁷⁰³.

A polêmica rende algum tempo. A redação do “Ação Social” busca evitá-la, pronunciando-se apenas uma vez, para reafirmar “não ser permitido à União Popular pelos seus estatutos (art. 31) intervir em lutas políticas... Quanto às outras referências que nos faz o Dr. Basílio, achamos desnecessário responder”⁷⁰⁴. “A Tribuna” fustiga, chamando o hebdomadário católico de “órgão, não popular, mas fradesco-municipal”, muito embora

⁷⁰² *Caderno Tio*, pp. 299-302.

⁷⁰³ *Idem*, pp. 303-304.

compreendendo “que em cérebros saturados de ontologias rançosas e teologias retrógradas não pode luzir a idéia verdadeira de ‘política’ no sentido legítimo e elevado do vocábulo. É possível haver *ação social sem política*?”⁷⁰⁵. Em 08/04/1920, a diretoria da União Popular “por vários motivos recusou a proposta” de Basílio de Magalhães para imprimir seu jornal “A Tribuna” na tipografia da associação.⁷⁰⁶

Certamente os detentores do poder edilício (Odilon de Andrade e Augusto Viegas, sócios da União Popular), na visita que fizeram ao pároco doente, foram bastante explícitos quanto à necessidade do “Ação Social” romper sua ligação com o prof. Basílio de Magalhães. Devem ter enfatizado dois argumentos: que o jornal, para manter o respaldo da “comunidade sanjoanense” e o bom relacionamento com a Câmara, deveria tomar tal atitude; que o prof. Basílio de Magalhães estava utilizando o jornal para se promover politicamente, sendo conhecida sua pretensão em tornar-se chefe político de São João del Rei e, se isso viesse a ocorrer, a Igreja deveria esperar por tempos difíceis, pois que todos sabiam que o Dr. Basílio professava o positivismo⁷⁰⁷.

Os argumentos foram convincentes, mas o alinhamento possuía limites. Os dirigentes do semanário se recusam, dada a sua *responsabilidade*, transformá-lo em palanque dos *jovens turcos*, em arma do *salismo* contra o *bernardismo*. A *independência* e a causa distinta têm valor inestimavelmente maior do que o privilégio das publicações da Câmara. É da sobrevivência da Igreja que se trata; evitar de comprometê-la com a instabilidade crônica, tumultuada, desagregadora da *politicagem*, enquanto se sonha e espera-se que a providência aja pela chegada da verdadeira *política*. No início de 1920,

⁷⁰⁴ *Ação Social* 21/01/1920, ano V, num 249, p. 1..

⁷⁰⁵ Basílio de Magalhães. A falta de casas. *A Tribuna* 25/01/1920, ano VI, num 291, p. 1.

⁷⁰⁶ Sessão particular... 08/04/1920. *Caderno de Atas II*.

⁷⁰⁷ Basílio de Magalhães nasceu no distrito de Barroso, próximo a São João del Rei, em 1874. Foi professor no colégio de Silvío de Almeida em São Paulo, no Ginásio de Campinas, na Escola Normal do antigo Distrito Federal e na Escola Nacional de Belas Artes. Vereador em Campinas em 1908, nos dois anos seguintes participou ativamente da campanha civilista. Diretor da Biblioteca Nacional em 1918. De 1923 a 1927, foi agente executivo municipal (prefeito) de São João del Rei e, no mesmo período, senador estadual e deputado federal por Minas. “Basílio de Magalhães foi profundo conhecedor da obra de Augusto Comte. Adotou-lhe a filosofia desde a juventude. Ao empossar-se, em 28 de setembro de 1914, como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tornou pública sua profissão de fé positivista, declarando: ‘Guiado pelo incomparável pensador de Montpellier, cheguei ao ponto em que estou, de só admitir a fé demonstrável, a mais simpática de quantas criaram homens, a mais humana de quantas se atribuem a super-homens, a que em suma possibilita a felicidade, neste efêmero transcurso da vida, pelo supremo influxo do amor em todas as suas excelsas manifestações’. Lins, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 284-285.

começa a circular “O São João del Rei”, jornal dos *salistas* locais, arauto da resistência ao *bernardismo* na cidade.

Tal postura não impede – nem contradiz – a manifestação do “Ação Social”, quando da exclusão de Odilon Barrot de Andrade da chapa oficial do PRM às eleições para deputado federal de fevereiro de 1921. Através de um de seus articulistas, o hebdomadário defende a “rebelião pelo voto”, concentrado no “candidato da cidade”, e lamenta: “Vivemos sempre vítimas de uma submissão exagerada, de fato num verdadeiro regime de vassalagem feudal para com os grandes suseranos, mandões dessa política de partilha e repartições. A regra, entre nós, é aceitarmos tudo como fato consumado e por isso tudo nos corre mal”⁷⁰⁸.

Seu discurso expressa um desencanto com o modo político da época, que emergia quase sempre em razão da marginalização de um grupo das benesses da clientela. Quem fala é um *salista* inconformado com o avanço do trator *bernardista* na cidade⁷⁰⁹; um *civilista* – como Basílio de Magalhães – engajado na campanha de 1909-1910 que, derrotado naquela ocasião, compôs e se acomodou sob o comando do suserano Francisco Salles, então de cara nova na cidade, *jovens turcos*, e que via agora, “pasma”, um “estranho a este lugar, que não é do seu nascimento (...) ausente cerca de 6 lustros” perturbar a “plena paz política”, “um indivíduo absolutamente estranho ao nosso meio social (...) semear a discórdia e introduzir de novo o veneno da politicagem no seio de uma população tranqüila e laboriosa”⁷¹⁰. Um cidadão urbano, funcionário público, farto da *politicagem*, incomodado com a instabilidade de um emprego dependente dos *mandões* do momento⁷¹¹, cansado da farsa das eleições de bico de pena que ele conhecia tão bem porque dela participante muitas vezes.

⁷⁰⁸ Notas ligeiras. *Ação Social* 26/01/1921, ano VI, num 302, p. 1.

⁷⁰⁹ Arthur Bernardes, logo após ser eleito presidente de Minas Gerais, em 1918, acolitado por seu braço direito Raul Soares, inicia um processo de centralização do poder em suas mãos. Enfraquecendo a comissão executiva do PRM, “impôs a regra de um homem só”. Nesse processo, facilitado pela morte de Bias Fortes, o último foco de resistência ao seu domínio era o grupo comandado por Francisco Salles. O autor ressalta que “Bernardes demonstrou sua atração pelo talento, pelos exilados de João Pinheiro e pelo novo voto católico.” Wirth, *op. cit.*, pp. 164-166.

⁷¹⁰ Outro officio. *O São João del Rei* 20/05/1920, ano I, num 10, p. 1. Em tempo, Odilon de Andrade nasceu em Andrelândia, indo já adulto morar em S. João.

⁷¹¹ “É preciso que os srs. eleitores saibam que o dr. Odilon de Andrade não pode obter para ninguém emprego algum, quer do governo estadual, quer do governo federal, e que os indivíduos por ele colocados na Câmara a troca de votos serão exonerados, logo que ela seja entregue à nova situação aqui dominante, o que se dará dentro em breve.” *A Tribuna* 17/02/1921, ano VII, num 344, p. 1.

Outro, também antigo *civilista*, talvez funcionário público, mas insatisfeito com o *marasmo* da administração dos *jovens turcos*, crítico do apoio destes à Epiácio Pessoa contra Rui nas eleições de 1919, deles foi se afastando, e identificou em Basílio o algo novo desejado, um tanto ou quanto incerto, muitas vezes traduzido por *progresso*, em contraposição ao ranço dos sinos, “a esta velha rabugenta que se chama tradição, atravancadora da luz”⁷¹².

Não estranha a eleição extra-chapa de Odilon. Afora a máquina *salista* no distrito eleitoral que lhe garantiu 4323 votos, o município de S. João deu-lhe 5506 do total seu de 9829 votos. Não foram poucos os que, mesmo não sendo *salistas*, e até críticos dos *jovens turcos*, votaram em Odilon porque *candidato da cidade*, candidatura que expressava a reivindicação de uma autonomia/cidadania que não era da cidade, mas de um meio seu, que encontrou oportunidade rara de, através do voto – viciado, sem dúvida –, manifestar seu descontentamento com o sistema político vigente, a *politicagem*, a *chapa oficial*. Na mesma eleição, os *basilistas* conseguem, no município, 1740 votos para o candidato ao senado, Raul Soares.

Reconhecido pela comissão de verificação do Congresso Federal, Odilon de Andrade tenta uma aproximação com o grupo já hegemônico no PRM de Arthur Bernardes. Seu jornal, anuncia que a cidade recebeu “com grandes e justas manifestações de júbilo” a candidatura do “eminente mineiro” à presidência da República e denuncia os “interesses contrariados”, as “ambições mal disfarçadas” da chapa Nilo-Seabra. Enaltece a candidatura à presidência do estado “do senador Raul Soares, que, pelo seu talento, pela sua musculatura moral, se impôs não só na política do estado como na da federação, tornando-se uma de suas mais brilhantes figuras”. A carta, atribuída ao “eminente sr. dr. Arthur Bernardes, injuriosa ao exército, publicada pelo “Correio da Manhã”, “grosseira falsificação”, “torpe exploração”, “teve em todo país a merecida repulsa”⁷¹³.

Inútil. É muito menos por fidelidade a Francisco Salles do que por perceber as portas do *bernardismo* fechadas a seu grupo, por experimentar a corrosão do seu poder na cidade – o delegado de polícia, o coletor estadual são transferidos e, por recusarem,

⁷¹² Echos. *A Tribuna* 10/11/1918, ano V, num 227, p. 1.

⁷¹³ A Convenção. *O S. João del Rei* 12/06/1921, ano II, num 61, p. 1; Sucessão presidencial. *O S. João del Rei* 03/07/1921, ano II, num 64, p. 1; Convenção mineira. *O S. João del Rei* 25/09/1921, ano II, num 76, p. 1; Nessuno. A carta é falsa. *O S. João del Rei* 16/10/1921, ano II, num 79, p. 1.

exonerados; o agente dos correios trocado -, por convencer-se que era irrevogável a escolha de Basílio de Magalhães para preposto local do *bernardismo*, enfim, por sobrevivência política que Odilon de Andrade abraça as candidaturas da “Reação Republicana”⁷¹⁴. A *musculatura moral* de Raul Soares definha em benefício do “atleta da palavra e lutador invencível” J. J. Seabra. O *eminente sr. dr. Arthur Bernardes* transforma-se “no famigerado estadista de Viçosa”, no “tartufo do Palácio da Liberdade”, “levantando-se Minas com patriótico desassombro contra o predomínio nefasto dessa política violenta e corruptora, ambiciosa e prepotente que há três anos oprime os sentimentos de liberdade do povo mineiro”. Das cartas *apócrifas, falsas*, verificou-se “a inteira autenticidade das mesmas”, ser “do próprio punho de Bernardes a carta em que chamou o digno marechal Hermes ‘sargentão sem compostura’”⁷¹⁵. Se *impagável* o jornal, maior o descrédito do meio político, crescente o sentimento da necessidade de um brado de basta à convivência com a farsa.

Um dia depois do rompimento, um delegado militar especial é designado para a cidade e nomeado novo delegado civil. Os partidos se entrincheiram e se hostilizam. Na batalha das eleições, a cidade habilitada racha de ponta a ponta; os maçons, os comerciantes, os profissionais liberais, os funcionários públicos, os operários, os fazendeiros, os católicos estão divididos; o argumento religioso serve aos dois lados da mesma política. Os católicos *basilistas*, sócios e/ou colaboradores da União Popular local – J. Lopes Sobrinho, Galiano Neves, cel. José de Assis Sobrinho, Pedro Raposo, padre Francisco Cipriano da Rocha, padre João B. da Trindade, Agenor Simões Coelho – atacam

⁷¹⁴ “A Segunda eleição competitiva da República (1922) demonstrou o agravamento das tensões regionais da classe dominante e foi a única em que um confronto entre os dois grandes Estados e os Estados intermediários se colocou claramente na disputa sucessória. (...) O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o presidente mineiro Artur Bernardes. Contra esta candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul (...) Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco, Estado do Rio – 3º, 4º, 5º e 6º Estados em importância eleitoral – formando a ‘Reação Republicana’ que apresentou o nome de Nilo Peçanha (...) A oposição tentou realizar uma campanha ‘à americana’, como se dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano (...) A intervenção dos militares no problema sucessório (...) assumiu um caráter mediatamente relacionado com as tensões regionais. Na aparência, resumiu-se à preservação de valores do grupo, alvo de violento ataque, através das cartas ‘falsas’, publicadas no *Correio da Manhã*, em outubro de 1921. Elas tinham por objetivo lançar o exército na campanha política ao lado da oposição, impedindo, se necessário, a posse de Bernardes.” Fausto, Boris. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930 in História da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977, tomo III, vol. 2, pp. 408-409.

⁷¹⁵ O senhor Bernardes e os escritórios da Oeste. *O S. João del Rei* 12/01/1922, ano II, num 90, p. 2; Eleições de 7. *O S. João del Rei* 15/01/1922, ano II, num 91, p. 1; J.J. Seabra. *O S. João del Rei* 21/01/1922, ano II,

o maçon Nilo Peçanha, aconselhando aos amigos e fiéis “a repulsa à candidatura Nilo, ‘que se for governo para a desgraça do Brasil, mandará destruir as igrejas’⁷¹⁶, argumentando que “votar no candidato católico dr. Arthur Bernardes é contribuir para a propaganda da Igreja”⁷¹⁷. “A Tribuna” publica em vários números matéria do jornal “A União” – com a chamada “Minas vencerá, vencerão os católicos” – com lista de apoio de bispos a Bernardes, entre os quais o arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, e o arcebispo de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza⁷¹⁸.

No entanto, a maioria da União Popular local – inclusive os freis do “Ação Social”, o *salista* vigário Gustavo E. Coelho, o padre João B. da Fonseca, o cônego João Batista da Silva, o cônego Cândido Alvarenga – nas ruas, nas sacristias, nos cafés, nos púlpitos - mas não no hebdomadário⁷¹⁹ – trabalha pelas candidaturas da “Reação Republicana”. O jornal de Odilon assegura que Bernardes “é católico de véspera de eleição”, que, se alguns bispos são partidários de sua candidatura, “outros, como D. João Braga, bispo de Santa Catarina e D. João Becker, bispo de Porto Alegre, já manifestaram suas preferências pela candidatura Nilo Peçanha”, que maçons notórios, como o “senador Lauro Sodré, ex grão mestre da Maçonaria Brasileira” sustentam a candidatura Bernardes, e, incisivo, questiona o chefe adversário ‘Há entre religião católica e a religião da Humanidade absoluta incompatibilidade, de sorte que não se pode conceber que o positivista sincero seja defensor sincero da religião instituída por Cristo (...) Tartufo é, pois, aquele que, dizendo-se ardoroso e sincero sectário do sumo sacerdote da humanidade, se arvora em defensor ‘desinteressado’ da religião católica’⁷²⁰.

Não se deve perder de vista uma dimensão da idéia do partido católico. Desde o aval da suspensão do *non expedit* para a Itália, por Pio X, a ala dos católicos engajados na defesa da criação do partido, nele vê o remédio para essas incoerências, instrumento da coesão integral, eficaz na luta contra os *sistemas falsos e perversos*. Ausente o partido, os sistemas inimigos diluem-se nas individualidades, já não se sabe quem é ou não maçon, e

num 94, p. 1; A carta de insultos ao exército. *O S. João del Rei* 09/02/1922, ano II, num 98, p. 1; Sobre as cartas. *O S. João del Rei* 12/02/1922, ano II, num 99, p. 1.

⁷¹⁶ Domingueiras. *O S. João del Rei* 12/03/1922, ano II, num 106, p. 1.

⁷¹⁷ José Lopes Sobrinho. *A Tribuna* 08/01/1922, ano VIII, num 394, p. 1.

⁷¹⁸ *A Tribuna* de 22/06/1922, ano VIII, num 396 até 01/03/1922, ano VIII, num 406.

⁷¹⁹ A nossa vitória. *A Tribuna* 05/03/1922, ano VIII, num 407, p. 1. A exceção é o artigo já citado do vigário Gustavo E. Coelho criticando a concepção de Raul Soares sobre a propriedade, dias antes do pleito.

quando do conhecimento de todos, cala-se marcando o adversário político do momento com o estigma; o substantivo é acoplado aos sujeitos ao sabor das circunstâncias o que, se legitima as alianças eventuais, desfaz no outro lado a imagem do exército inimigo aguerrido e unido na maçonaria, estilhaçamento que, qual espelho, fragmenta a falange católica; *um quer isto outro acha aquilo melhor, ninguém ouve mais a voz de comando, é um exército debandado que não escuta mais o toque de recolher.*

A “Reação Republicana” vence no município⁷²¹, mas é derrotada no país e em Minas Gerais. Os ânimos se acirram para o pleito municipal. O *odilonista/salista* cel. José Simões Baeta é baleado pelo delegado *basilista/bernardista* Arquimedes Camisão, no enfrentamento entre os dois bandos em frente ao Café Java. O negociante *basilista/bernardista* João Costa, presidente da Associação dos Empregados no Comércio, é agredido no Café Rio de Janeiro, pelos filhos do funcionário *odilonista/salista* da estação telegráfica Carolino de Carvalho. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, dominada pelos *odilonistas/salistas*, quebra a praxe, e não convida as autoridades policiais para empunharem o púlpito na procissão de *Corpus Christi*. Os *odilonistas* acusam Custódio Baptista de Castro – o nhônô Castro, o rapaz mais inteligente da cidade –, lugar-tenente de Basílio, de ser dono de um cachorro de nome Cristo – na verdade, o nome do cão era *Théos* e não pertencia ao nhônô Castro, mas a seu companheiro dos tempos do “Minas-Jornal”, Gil Pereira Coelho. O dr. Antônio F. Ribeiro da Silva, braço direito do positivista, recém nomeado inspetor escolar municipal, denuncia ao governo do estado o provedor da Santa Casa, o banqueiro católico Alberto Magalhães, por prática de racismo segundo os princípios da “aristocracia cutânea” no recolhimento de órfãos pela instituição subvencionada pelo Estado⁷²². O mesmo *Fox – católico sem exagero, ‘bigottismo’ ou ‘pruderie’* – introduz nas escolas públicas de São João del Rei a comemoração do 14 de

⁷²⁰ Candidato católico ou maçônico. *O S. João del Rei* 12/02/1922, ano II, num 101, p. 2; J. B. Domingueiras. *O S. João del Rei* 12/02/1922, ano II, num 101, p. 1.

⁷²¹ Presidente da República: Nilo Peçanha – 1579 votos; Arthur Bernardes – 1034. Presidente do estado: Francisco Salles – 1619 votos; Raul Soares – 1015 votos. *Ação Social* 08/03/1922, ano VIII, num 355, p. 1.

⁷²² Política sanguinária. *O S. João del Rei* 16/04/1922, ano III, num 111, p. 1; Deplorável incidente. *A Tribuna* 23/04/1922, ano VIII, num 414, p. 1; A epopéia dos poltrões. *A Tribuna* 03/09/1922, ano VIII, num 433, p. 1; *A Tribuna* 25/06/1922, ano VIII, num 423, p. 1; Desfazendo intrigas. *A Tribuna* 03/12/1922, ano VIII, num 449, p. 1; Jacques Saint (Gil Pereira Coelho) Théos. *Minas-Jornal* 16/10/1918, ano I, num 49, p. 1; Ribeiro da Silva. Pingos nos ii. *A Tribuna* 03/12/1922, ano VIII, num 449, p. 1;

Julho, “prenúncio da vitória da grande Revolução Francesa, que proclamou ao mundo um novo código de justiça”⁷²³.

O “Ação Social” sente o golpe do adversário na peleja pelo domínio da formação das consciências, respondendo com *uma palavra que para bom entendedor basta*, mas tímida, no editorial “A Igreja e a escola primária”⁷²⁴. Evita a luta aberta, o comprometimento político público da causa, norteado pelos “princípios católicos, adere à autoridade”⁷²⁵. Seus ataques são cifrados, alguns certos. Através de dois artigos, ataca os *cegos* que querem governar os outros, mas incapazes do próprio governo porque não aceitam Deus. Mais alta do que a autoridade *civil*, está a autoridade religiosa; sem a graça, o saber humano nada forja de sólido. Pretensão *imbecil e do atraso* “a célula querer tomar a função do organismo todo para ela, exigindo só para si a vida. É o tal *peçoalismo!*, é o tal *fulanismo!* Imaginem uma célula de nosso organismo que venha ler, um belo dia, uma plataforma, querendo reinar o organismo todo!”⁷²⁶.

Basílio ataca os “ricos e potentados” – não todos, é claro -, os “magnatas salistas (tão branco(s), tão rico(s) e tão nobre(s) que até há quem o(s) confunda com o príncipe de Gales)”, acusando-os de caracterizarem os *basilistas* de “calças rotas”, “pés-rapados”, de Odilon tê-lo chamado de “‘negro’ e ‘idiota’” – Basílio era mulato-, convocando “os operários que são eleitores” para dar um fim ao poder dos “argentários”, mas tendo o cuidado de lembrar que “com o governo tem-se tudo, contra o governo nada, absolutamente nada”. Os mestiços da *aristocracia cutânea* ameaçam, caso Basílio fosse vitorioso,

⁷²³ 14 de julho. *A Tribuna* 16/07/1922, ano VIII, num 426, p. 1. “O positivismo não se efetivou apenas como apelo a uma experiência irracional do todo, que coexistiria paralelamente à utilização da Ciência, cultuada de modo paradoxal como *ultima ratio*. Pelo contrário, o sistema de idéias que atravessa o seu discurso afirma claramente a intenção de conciliar o negativo e o existente; não é fortuita a simultaneidade, em seu arazoado, dos resultados do pensamento da Revolução Francesa, com representações de ordem romântica, focalizando, sobretudo, teses contra-revolucionárias. Esta simultaneidade está notavelmente expressa no texto de Comte pela justaposição de Condorcet e De Maistre” Romano, *Igreja contra...*, p. 130.

⁷²⁴ *Ação Social* 19/07/1922, ano VIII, num 374, p. 1.

⁷²⁵ “A ‘Ação Social’ não conhece peçoalismo e se colocou desde o princípio num ponto de vista fora da política; porém, apoiando, respeitando os princípios católicos, adere à autoridade. Assim, ela nunca escreveu uma só palavra contra o Dr. Arthur Bernardes, porém agora, sendo ele constituído o Presidente da República, é para a ‘Ação Social’ assim como deve ser para todo brasileiro, o representante da mais alta autoridade civil na República, a quem como tal devemos acatar. Quanto a isto, podem ficar descansados, a ‘Ação Social’ nunca faltará a seu dever” *Ação Social* 30/11/1922, ano VIII, num 393, p. 1.

⁷²⁶ Pe. F. S. da C. Outro cancro de nossa sociedade. *Ação Social* 15/11/1922, ano VIII, num 391, p. 1; Pe. F. S. da C. Política. *Ação Social* 01/11/1922, ano VIII, num 389, p. 2.

abandonar a cidade. “Não sairão, eu vô-lo afirmo”. Estava certo⁷²⁷. Depois do “cerco à Sebastopol salista”, Basílio e os seus escalam “vitoriosamente a bastilha salista de S. João del Rei”, “o berço de Tiradentes” reencontra-se consigo mesmo, a cidade passa a ter “novo rumo”⁷²⁸.

O momento é de apaziguamento, esquecimento das desavenças, de união de todos em benefício da bem-aventurada terra, sob o comando daquele *cérebro pujante*, único capaz de conduzi-la ao *progresso*. Eis a plataforma da célula que quer reinar o organismo todo:

“Sanjoanenses! A luta política findou./ Acalmam-se os espíritos, serenam-se os ânimos e considera-se um único objetivo com um único fim: - ‘o progresso de S. João del Rei’, - o progresso desta cidade culta, que teve um passado tão grandioso, desta cidade, berço de tantos homens ilustres./ É do vosso dever patriótico, dignos cidadãos sanjoanenses, contribuir para o progresso e o engrandecimento da vossa terra natal./ Deveis sacrificar os vossos ressentimentos pessoais, que a situação política já passada suscitou, em benefício de S. João del Rei. Deveis ajudar, com todo o ardor, o único homem presentemente capaz de contribuir para o progresso desta bem-aventurada cidade./ O ilustre senador Dr. Basílio de Magalhães, em cujas mãos estão entregues os destinos deste município, é uma competência indiscutível, uma grande intelectualidade, uma energia indominável./ Não somente S. João del Rei, mas o grande Brasil, o Brasil inteiro, deve orgulhar-se de possuir um filho como o Dr. Basílio de Magalhães./ Eis, em resumo, a biografia desse parlamentar eloqüente (...)”⁷²⁹

Ato contínuo, na recepção ao diretor da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em visita à cidade, “por entre vivas e aclamações, tomou a palavra o senador Basílio de Magalhães,

⁷²⁷ Em fevereiro de 1923, Odilon de Andrade deixa a cidade. A oposição passa a ser comandada por Augusto Viegas. Tem início o *vieguismo*.

⁷²⁸ Odilon & Nessuno. *A Tribuna* 29/10/1922, ano VIII, num 441, p. 1; Desfazendo odilonices e nessunices. *A Tribuna* 23/11/1922, ano VIII, num 446, p. 1; A tomada da Sebastopol sallista! Abaixo a Bastilha. *A Tribuna* 03/12/1922, ano VIII, num 453, p. 1; Novo rumo. *A Tribuna* 31/12/1922, ano VIII, num 453, p. 1. Pouco antes do dia do pleito, os *odilonistas* retiraram a chapa e optaram pela abstenção. Como vereadores gerais foram eleitos: Pe. João B. da Trindade – 1709 votos; Custódio B. de Castro – 1705. Como vereadores especiais pela cidade: João da Costa Rodrigues – 596; e pelo distrito de Conceição da Barra: Basílio de Magalhães – 206 votos. Ato contínuo, Basílio foi escolhido presidente da Câmara (agente executivo municipal) e Custódio B. de Castro vice.

⁷²⁹ Camillo Chalfun. Sanjoanenses. *A Tribuna* 21/02/1923, ano IX, num 456, p. 1.

que o saudou no tríplice caráter de presidente da Câmara, representante da Associação Comercial e dos operários da Oeste de Minas”⁷³⁰.

Tendo o controle da Associação Comercial e influente na recém criada “Sociedade dos Operários de S. João del Rei”, a nova administração – auxiliada pelo clima do estado de sítio em todo o país, imposta por Epitácio e em vigor no período Bernardes -, “na senda do progresso”, vezes se choca, vezes colabora com a União Popular, e vice-versa. A oposição nem sempre é velada, mas há espaço para a *união de vistas*, mesmo porque “a religião não contrasta nenhum progresso, não é adversa a nenhuma reforma, por quanto radical, que modifique as condições da sociedade, de modo a tornar (...) sempre menos sentidas as naturais diferenciações”⁷³¹. Ambas querem o ordenamento harmônico, a cidade unida, “*eunomia* das partes”, aversão à *hybris*, à injustiça, querem as desavenças apagadas em demanda do fim comum, do bem comum, mas incontornável a perspectiva do enfrentamento na definição do “fundamento” desse fim⁷³², na definição da substância daquela unidade, disputa pela identidade do lugar, vincar seu espaço.

Em um dos cafés da *city*, o dr. Ribeiro da Silva encontra-se com o dr. Basílio de Magalhães. Em *amistosa palestra* com o edil, ouve dele a intenção de, *em ocasião oportuna, entrar em entendimento com a autoridade eclesiástica para obter um cobro ao abuso de toques de sino. Possuído da mais viva alegria* pela perspectiva da supressão do *velho hábito* incompatível com o *moderno espírito social*, o ilustre clínico sugere ao magistrado inclua na pauta de negociação com o vigário, o *preconceito estúrdio existente nos sodalícios aristocráticos – nos quais pululam os mesclados de diversas castas – de não admitirem os mulatos ‘averés’, os cafuzos, os mamelucos e até mesmo os pretos*. Que ele, Fox, já havia desafiado pelos jornais, o *digno doutrinador religioso* a expor os motivos por que os *princípios basilares da igualdade e da fraternidade, consagrados na legislação civil*, não eram obedecidos por aqueles sodalícios, postura que constituía um obstáculo à *evolução social, à marcha ascensional do espírito humano*. Respondeu o senador que já havia procurado sobre o palpitante assunto parlamentar com Pe. Gustavo, mas que este

⁷³⁰ Hóspede ilustre. *A Tribuna* 28/01/1923, ano IX, num 457, p. 1. Os escritórios da Oeste – mas não as oficinas – foram transferidos para Belo Horizonte, em março de 1920. *Basilistas e odilonistas* trocaram acusações pelo *prejuízo inestimável* à cidade.

⁷³¹ *Ação Social Católica. Ação Social* 19/10/1921, ano VIII, num 335, p. 1.

cortara a conversa, dizendo tratar-se de matéria canônica, e não de legislação civil, pretendendo mostrar uma autoridade que do conhecimento geral ser pífia, nenhuma nos negócios das irmandades. Ajuntou o senador estar esperançoso que o *bom brasileiro que era D. Helvécio* oportunamente iria enquadrar não só as confrarias, mas também cortaria as asas aos *cogulados alienígenas, à indesejável fradaria forasteira*. Na despedida, marcou encontro no domingo com o inspetor municipal de ensino na inauguração do Liceu de Artes e Ofícios, subvencionado em 150\$000 mensais pela Câmara⁷³³.

Se compartilham da urgência de vigorosa repressão ao jogo na cidade⁷³⁴; se estão juntos na obra do Liceu, se concordam que foi benéfica a atitude dos gerentes das fábricas de tecidos – “para dar mais apoio à escola do Liceu de Artes e Ofícios e a fim de melhor desfrutar a contribuição mensal a que se sacrificaram em favor de seus operários” – de “dispensar os seus empregados analfabetos, após um prazo estipulado”⁷³⁵; se o órgão positivista faz referência a “bem lançado artigo” do “Ação Social” no qual se condenava “a imposição de demasiado trabalho, principalmente de mulheres e crianças, por uma norma de ordenados muito baixos”, advertindo que “A Tribuna” já tratara do mesmo assunto, “o que deu causa de afastarem-se de nós as simpatias espontâneas de alguns opulentos proprietários de fábricas”, prevenindo o órgão católico da possibilidade dele “ser vítima de ‘boycottage’ por parte de seus próprios correligionários, avezados a colocar a *auri sacra fames* acima dos mais comezinhos princípios de humanidade e dos mandamentos do credo de que se dizem prosélitos”⁷³⁶; se o órgão católico vê com bons olhos a decisão da Câmara em “conceder” aos operários municipais a jornada de 8 horas diárias, decisão em que é

⁷³² “Certo, o ideal católico de ordem e hierarquização do social surge no interior do discurso positivista, mas transfigurado e desprovido de seu fundamento transcendente, cortado da raiz teológica da fé”. Romano, *Igreja contra...*, pp. 138; 136.

⁷³³ Fox (Dr. Ribeiro da Silva) Sublinhas. *A Tribuna* 11/03/1923, ano IX, num 463, p. 1; Fox. Sublinhas. *A Tribuna* 24/06/1923, ano IX, num 478, p. 1; T. B. (Tancredo Braga. Palmo e meio. *A Tribuna* 01/07/1923, ano IX, num 479, p. 1; Basílio de Magalhães. Lavando “O Horizonte”. *A Tribuna* 17/01/1926, ano XII, num 716, p. 1; As inaugurações de Domingo último. *A Tribuna* 20/05/1923, ano IX, num 471, p. 1. Sessão particular da União Popular 01/05/1923. *Caderno de Atas II*. Em 1926, a subvenção municipal ao Liceu é suprimida, sob a alegação de que os franciscanos, que haviam recebido um legado de 50:000\$000 no inventário de D. Paulina Guedes sob a condição de empregarem o dinheiro na construção e manutenção de uma escola para crianças pobres, devendo a mesma receber o nome de seu finado marido, não estavam cumprindo a obrigação, pois haviam simplesmente criado, no prédio do Liceu, “uma classe, para crianças pobres, à qual puseram o nome de Mariano Pereira Gomes”. Basílio de Magalhães. Carta aberta. *A Tribuna* 20/12/1925, ano XI, num 708, p. 1. A Diretoria da União Popular “julgou conveniente, por enquanto, não tomar resolução alguma relativamente a este assunto”. Sessão da diretoria da União Popular 22/02/1926. *Caderno de Atas II*.

⁷³⁴ *A Tribuna* 21/02/1923, ano IX, num 456, p. 1.

⁷³⁵ *Ação Social* 06/09/1923, ano IX, num 433, p. 2; *A Tribuna* 09/09/1923, ano IX, num 489, p. 1.

acompanhada pelos empresários da construção civil – mas não pelas fábricas –, fazendo no entanto, uma advertência – “resta agora que os operários de seu lado provem não ter sido aversão ao serviço a causa determinante de seu pedido, trabalhando mesmo de verdade durante as horas combinadas”⁷³⁷ - com a qual certamente concordavam os positivistas; se estes incentivam “a benéfica campanha (...) do órgão católico local, numa tentativa de se desfazerem as crendices em bruxarias – com certeza hereditária -, arraigadas no espírito de grande parte da população desta cidade”⁷³⁸; se estão afinados na defesa da “Lei de Imprensa”⁷³⁹; se ambos execram a “revolta e guerra civil que infelicita ora a nossa querida pátria”; é “com a mais vibrante indignação, com a mais justa repreensão e alta nobreza de católicos”, que o “Ação Social” protesta contra editorial d’ “A Tribuna” no qual se reproduzia antigo trabalho em que o liberal já morto Rui Barbosa atacava o ultramontanismo⁷⁴⁰.

Contra os sinos, os velhos templos que faziam pensar no além-mundo, a administração positivista cumpre “o dever patriótico” de erguer “estátuas alegres que, na sedução de suas linhas pagãs, nos tragam ilusões e apego à vida”. Na rua principal da cidade, erige-se “um símbolo da grandeza humana”, homenagem àquele que não só lutou contra “a ilegitimidade de um tributo asfixiante”, mas também contra “a inviolabilidade do

⁷³⁶ Carapuças. *A Tribuna* 07/05/1922, ano VIII, num 416, p. 1.

⁷³⁷ Oito horas de trabalho. *A Tribuna* 16/09/1923, ano IX, num 490, p. 1; Dia de 8 horas. *Ação Social* 13/09/1923, ano IX, num 434, p. 1.

⁷³⁸ Feitiçarias. *A Tribuna* 29/05/1924, ano X, num 547, p. 1; Bruxarias. *Ação Social* 15/05/1924, ano X, num 469, p. 1.

⁷³⁹ Lei de Imprensa. *Ação Social* 05/06/1924, ano X, num 472, p. 1. Lei proposta pelo governo Eptácio Pessoa, em reforço ao estado de sítio já decretado, que suprimia o anonimato na imprensa; apesar da oposição de “segmentos das oligarquias, que acusam o governo de aproveitar o estado de sítio para tomar atitudes ditatoriais”, da Liga Nacionalista de São Paulo, do Instituto dos Advogados, das Lojas Maçônicas, o projeto é aprovado em 1923. Carone, Edgar. *A República Velha II – Evolução política (1889-1930)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 371.

⁷⁴⁰ A voz do mestre. *A Tribuna* 20/07/1924, ano X, num 562, p. 1; Protesto. *Ação Social* 24/07/1924, ano X, num 479, p. 1. O momento escolhido pelos positivistas para desfechar o ataque é de fragilidade das fileiras católicas. O vigário Gustavo encontrava-se bastante doente, e a unanimidade que era frei Cândido contestada pela primeira vez, acusado, pelo poeta católico Bento Ernesto Júnior – autor do hino da Confederação Católica dos Trabalhadores – de “para satisfazer apetites pessoais (...) reclamar do ilustre prelado (D. Helvécio) a supressão das festas de Matosinhos, a bem da moralidade” – Bento Ernesto Júnior. Festa de Matosinhos. *A Tribuna* 17/07/1924, ano X, num 561, p. 1. Manifestações de desagravo foram organizadas pela União Popular. Trata-se da festa do Bom Jesus de Matosinhos, realizada no subúrbio da cidade, manifestação do catolicismo efetivamente popular, que sofria o enquadramento romano, justificado pelo seu caráter profano – jogo, bebida, praça, diversão. Tal enquadramento fazia parte das “Resoluções aprovadas nas Conferências Episcopais da Província Eclesiástica de Mariana, realizadas na cidade de Juiz de Fora, de 17 a 25 de abril de 1923” – ver *Ação Social* 20/09/1923 a 11/10/1923. A acusação à frei Cândido refere-se à sua

regimen, o que de perto tocava princípios religiosos pela hereditariedade divina dos imperantes⁷⁴¹. É criado o brasão da *Princesa do Oeste*⁷⁴²; inicia-se a construção do novo teatro municipal; um católico sanjoanense exprime o *sonho* do progresso

“Parece um sonho. Mais seis automóveis, mais um café, música, ‘restaurant’, muita gente na rua, muito movimento, muito dinheiro e muita alegria./ Teatro novo, cuja beleza deslumbrante já vai surgindo; cadeia nova, sem ‘violão’; palacetes de elegante e moderno estilo, surgem como que por magia, em todos os recantos da cidade./ Surgem novas indústrias./ Vi ali, na pedreira João Pinheiro, os paralelepípedos, já prontos, aguardando apenas a terminação dos serviços que se fazem na rua Municipal, para serem nela assentados./ A cidade, está toda revolta em obras (...) Saímos das trevas para a luz. (...) Pode-se saber o que há: o orçamento era de 200 e poucos contos. Vamos arrecadar 500 em renda municipal, acima de S. João, só há no Estado duas cidades: Juiz de Fora e Uberaba./ Belo Horizonte não conto, porque é capital./ A luz melhorou muito também. Só pode avaliar isso quem vem de fora./ A cidade era suja, hoje está limpa./ São João del Rei é uma moça bonita, que estava doente e triste./ Há um ano, mudou de médico. Que diferença!/ Aí está ela, corada, alegre, de automóvel, ouvindo música saltitante nos cafês, rindo, brincando, comendo bem, satisfeita e cheia de dinheiro./ Negar isso é mais difícil que consertar a sombra de uma vara torta.”⁷⁴³

A convivência na civilidade degradingola; prepara-se para a luta em campo aberto; a folha católica reage, convoca os seus “Sois católicos: pois bem, mostrai-vos então católicos diante do mundo, praticando a vossa religião!/ Sede homens de caráter! Sois filhos de Jesus Cristo. Filhos da Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Confessai essa vossa sublime filiação diante dos homens”⁷⁴⁴. “Um grande golpe, um desses golpes que ferem fundo” abala as falanges católicas apostólicas romanas; decidida a retirada da cidade do dínamo

pretensão, dada a enfermidade de Pe. Gustavo, de ser efetivado na vigararia. Sobre a Festa de Matosinhos, em elaboração, tese do pesquisador Kleber do Sacramento Adão.

⁷⁴¹ Monumento a Tiradentes. *A Tribuna* 22/05/1924, ano X, num 545, p. 1.

⁷⁴² “Encimado pela coroa mural e trazendo na parte inferior uma flâmula com a data de ‘8 de dezembro de 1713’ e com o topônimo ‘S. João del Rei’, o escudo, ornamentado em estilo barroco, será em campos de goles cortado por uma cruz de Malta, contendo no alto esquerdo o busto de Tiradentes emergindo do sol, e no alto direito um duplo triângulo entrelaçado com a divisa ‘libertas quae sera tamen’, ao baixo esquerdo instrumentos de mineração e ao baixo direito o rio das Mortes sulcado por uma canoa de bandeirantes”. Brasão da cidade. *A Tribuna* 03/02/1924, ano X, num 515, p. 1.

⁷⁴³ T.B. (Tancredo Braga) Palmo e meio. *A Tribuna* 06/01/1924, ano X, num 507, p. 1.

⁷⁴⁴ O mal dos homens. *Ação Social* 04/12/1924, ano X, num 498, p. 1.

franciscano⁷⁴⁵. Ciente da oportunidade, em 28 de dezembro de 1924, Basílio de Magalhães pronuncia discurso na Câmara Federal atacando os franciscanos, justificando-o “pela imperiosa necessidade de defender o Brasil o patrimônio das suas gerações extintas contra o bando crocitante das hárpias de cogula, vovejadas de além Atlântico para cá, e que o empolgaram com garras aduncas e o estão devorando com insaciáveis bicos”⁷⁴⁶.

Abre-se uma crise na representação política; a cidade católica apostólica romana não reconhece o edil positivista. Busca imprimir na retina do Brasil católico o desatino/descolamento do ímpio/reptil, faz reverberar a fé empedrada nos templos barrocos, manifesto do tradicionalismo legítimo, puro, orgânico; por isso viola, para preservar a memória/identidade inscrita nos séculos, “os limites traçados pela educação e pelo decoro” porque “o caráter e a moralidade pessoal dos políticos dirigentes (estão) atingidos pelo nenhum escrúpulo da fácil apreciação, em detrimento dos bons sentimentos de um povo nobre e de uma cidade sã a cuja luz vivemos e batalhamos”⁷⁴⁷. No último número do “Ação Social”, publicado em fevereiro de 1925, *Juscelino, em defesa dos interesses católicos de S. João del Rei*, imprime o manifesto

“O povo católico de S. João del Rei está convencido e sente que blasfema de Deus e da tradição de sua pátria, o miserável pigmeu que, propellido pelo orgulho e atrevimento, por ventura ousar mover a sua boca blasfema em esgares contra a Fé, que é nossa, que é da nossa consciência, e lançar osgas torpes, sofisticas e especiosas à face da nossa Fé; dessa Fé sublimada e forte, amálgama sagrado que se cristalizou em nosso coração, hematina poderosa que tonifica as artérias da nossa pátria, que enrijeceu o ânimo dos nossos primevos, emparelhou para a pugna, como atletas e gladiadores, os heróis da nossa pátria, ungiendo suas almas de fortaleza e Convicção e Esperança; essa Fé na Trindade que tremulou na flâmula do abnegado e heróico Tiradentes (oriundo do Pombal, então termo da vila de S. João del Rei); essa Fé Católica, que plasmou a unidade nacional pela coesão da crença, que sempre iluminou o ideal sereno e meigo dos religiosos, que modelaram o espírito nacional infundindo na alma generosa do autóctone brasileiro a consciência cristã do nacionalismo lídimo (...) Por isso que, aqui afirmo na plenitude argentina da verdade, a minha voz nula, como a estais ouvindo ou lendo, cresce, cresce

⁷⁴⁵ Frei Cândido. *Ação Social* 25/12/1924, ano X, num 500, p. 1.

⁷⁴⁶ Basílio de Magalhães. *Eu e a imprensa clerical IV. A Tribuna* 30/04/1925, ano XI, num 642, p. 1.

⁷⁴⁷ Mais um ano. *Ação Social* 11/03/1919, ano V, num 205, p. 1.

assimilando a si as outras vozes de meus irmãos sanjoanenses, cresce como a aorta imensa do Catolicismo de S. João del Rei, para ir bradar aos ouvidos dos nossos irmãos brasileiros, que a nossa consciência católica não incumbiu ninguém, nem delegou pessoa alguma para proferir ‘chics literários’ em vilipêndio e aviltamento da crença nacional e que, graças a Deus, não éramos capazes de concorrer com o nosso sufrágio para o preço vil, a abdicação tremenda da nossa consciência de cidadãos católicos e livres. Não abdicamos, estão aí nossos templos, esses moles gigantescos que são a cristalização da nossa fê viva e ardente. Eles não nos deixam mentir./ E vós outros, que por um gesto orgulhoso e desfaçado quereis derribar a memória da Crença dos nossos antepassados, quer falando, quer discursando, vós que quereis transformar em palimpsestos a crença que temos empedrada e eternizada nos nossos corações, vós labutais em vão, porque nem o povo de S. João, pensa assim, nem vos incumbiu de falar assim (...) Vós Goliaths do orgulho, humilhai-vos, abaixai vossa presunção e pretensão *ego* ante a firmeza inabalável dos nossos templos, curvai vossa frente ante a vitória sobre 20 séculos, só divina, ouvi-o bem, da Religião de Jesus Cristo./ Curvai-vos, e melhor fora que forcejásseis por ser também grandes e crentes, como vossas mães sanjoanenses vos ensinaram, convertendo-vos à virtude antiga e de vossos antepassados.”⁷⁴⁸

Mas, talvez, os positivistas desejassem também um curvar, distinto é verdade porque não *feito* da *causa* primeira e última, do *verdadeiro milagre* aventado por Donoso Cortés, mas do mando terreno mesmo. Para disciplinar as partes, que rompiam a norma da medida, que à revelia dos templos, dos bustos, instauravam a *injustiça*, o desequilíbrio. Em outubro de 1924, a Câmara *basilista* cria um “armazém de emergência da municipalidade”, ponderando

⁷⁴⁸ Juscelino. Bairrismo não, tradicionalismo lídimo (em defesa dos interesses católicos de S. João del Rei. *Ação Social* 05/02/1925, ano X, num 507, p. 1. Com o retirada de frei Cândido e o desaparecimento do “Ação Social”, em fevereiro de 1925, o espaço deixado é ocupado pela União dos Moços Católicos da cidade, que arrenda a tipografia da União Popular para imprimir seu jornal “A Cruzada”. A oposição torna-se cada vez mais aberta e raivosa, no diapasão d’ “A Ordem”, pelo jornal redigido pelo professor Antônio Lara Rezende - seu filho Otto, batizado em 1922, na Matriz do Pilar; teve como padrinho Jackson de Figueiredo -, que assume claramente sua filiação ao *viegismo*. Basílio de Magalhães é chamado, entre outras expressões, de “filho de satanás” e “o endemoniado”. A oposição atinge seu ápice quando do voto, dado na Câmara Federal, por Basílio de Magalhães, contra as emendas religiosas à Constituição propostas pelo cardeal Sebastião Leme, em 1926. “Pelo contrário, ela (a aliança entre o positivismo e a Igreja) se transformou pouco a pouco num choque crescente, cujos indicadores podem ser encontrados, entre outros, na luta pela supremacia na educação e no ordenamento jurídico do Estado”. Romano, *Igreja contra...*, p. 136.

“Os srs. comerciantes de S. João del Rei devem compreender que nada adianta a ambição de lucros demasiados, pois a edilidade vela atentamente pelo bem estar de todos os munícipes./ Em vez de comprar, por exemplo, o quilo de açúcar a \$700 rs., ou menos, para vendê-lo aqui a 1\$600 (ganhando, portanto, cento por cento), eles que se aprovisionem por baixo custo, na capital federal, dos mantimentos imprescindíveis, e sirvam com mais consciência aos seus fregueses.”⁷⁴⁹

No número seguinte do jornal, vem a indefectível *declaração necessária*, do presidente da Câmara em exercício, Custódio Baptista de Castro: “A fim de por cobro a interpretações tendenciosas declaro que a Câmara municipal (...) considera esta crise oriunda, não da pretendida ganância ou exploração dos negociantes locais, mas de causas múltiplas e complexas”⁷⁵⁰.

Já frei Optato talvez contasse, para além da reprimenda moral, com as intervenções fulminantes do sobrenatural – com a ajuda dos homens, não há duvidar -, como a narrada naquela história – *claríssimo exemplo* - do indivíduo que, tendo ido à missa, se recusou a ajoelhar no momento da benção do Santíssimo e zombou dos que o faziam; no dia seguinte, em plena via pública, ao provocar um rapaz que passava, foi alvejado por um peçoço, “tendo ele caído *de joelhos* no solo, na rua, ferido e sangrando os seus joelhos”⁷⁵¹.

* * *

Em outubro de 1906, Manoel de Souza Rocha, aplainador nas oficinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas, procurou frei Cândido Vroomans com o intuito de conseguir *alguma coisa boa para ler*. Recebeu uma revista editada pelos padres salesianos e, na mesma semana, uma visita do franciscano, que expôs-lhe a idéia de uma reunião de operários que *quisessem ler cousas boas*. Dez dias depois, em carta ao menor, o operário informava que, sendo ele *um homem já velho e com pouco expediente*, havia pedido a um companheiro seu de trabalho muito conversado, José Luiz da Silva – que gostara da idéia de uma *sociedade* -, que se pusesse às ordens do frei *a fim de convidar sócios e mais que for preciso*. Expediente, o franciscano – que *naquele tempo tinha pouco serviço na cidade* - entra em contato com o snr. José Luiz, freqüentando-lhe a casa quinzenalmente, mas sempre dele

⁷⁴⁹ Carestia da vida. *A Tribuna* 16/10/1924, ano X, num 587, p. 1.

⁷⁵⁰ Baptista de Castro. Declaração necessária. *A Tribuna* 19/10/1924, ano X, num 588, p. 1.

recebendo uma desculpa; faltara ocasião de conversar com os companheiros, esquecer a lista com o nome dos mesmos no paletó de serviço nas oficinas...Enfim, a *sociedade* não saía.

Um belo dia, em abril de 1907 – dois meses depois de criada na cidade a “Cooperação Operária Oeste de Minas”⁷⁵² -, no princípio da rua Antônio Rocha, frei Cândido casualmente encontrou-se com o major Francisco de Oliveira, funcionário graduado dos escritórios da Oeste, que muito gostou do plano exposto pelo menor. Em maio, lá estavam no convento o major Francisco Oliveira (escriturário), Cândido Araújo (escriturário), Joaquim Pinto (limador), José Filipe Nery (ajudante de limador), Augusto Barreto (auxiliar de escritório), João Ignácio Rodrigues (aprendiz de funileiro), Franklin Carneiro (servente) e José Luiz. Fizeram reuniões preparatórias em junho, e em julho – com a presença de 16 operários – era fundada a “Associação Católica dos Operários”, posta sob o patrocínio de São José, *sujeita à autoridade diocesana e associada à Associação Católica Operária central do Bispado de Mariana*, com a divisa Deus, Pátria e Família. Após breve alocução do franciscano, foram de forma unânime eleitos diretor: frei Cândido; vice: major Francisco Oliveira; 1º secretário: Augusto Barreto; 2º secretário: Antônio Ribeiro (apontador)⁷⁵³.

Os estatutos provisórios da novel associação estabeleciam que o diretor – o qual possuía *poder decisório* – seria *um sacerdote da ordem de São Francisco, nomeado pelo superior da mesma ordem e aprovado pela autoridade diocesana*, enquanto os outros membros da diretoria seriam *eleitos pela corporação*. Os fins

- “1º O vigor e o progresso da religiosidade e moralidade de seus sócios na firme submissão à Igreja Apostólica Católica Romana; 2º Instrução e compreensão das aspirações da reforma social Cristã, e a luta contra os erros existentes entre o povo; 3º Instrução dos sócios sobre os direitos e deveres do cidadão Cristão; 4º Sustentar e

⁷⁵¹ Claríssimo exemplo. *Ação Social* 05/05/1920, ano VI, num 264, p. 1.

⁷⁵² Na caracterização das tendências presentes no movimento operário brasileiro no período, ela pode ser incluída no rol das *reformistas*: a ênfase nas cooperativas e na instrução da classe, nas instituições de beneficência, a disposição à colaboração entre as classes, o apreço pela intermediação do Estado, a luta política pressionando por leis trabalhistas. Seu programa: “promover a união dos operários, defender legalmente os direitos da classe, criar escolas e bibliotecas, fundar cooperativas, etc” *O Reporter* 17/02/1907, ano III, num 3, p. 2. Possivelmente foi a “Cooperação” que organizou a greve de agosto 1907, e a paralisação de um turno das oficinas da Oeste em 14/12/1910, em “um movimento de solidariedade e reconhecimento”, pelo “falecimento do deputado federal dr. Monteiro Lopes, que foi um acérrimo defensor da classe operária” *O Reporter* 18/12/1910, ano VI, num 180, p. 1.

⁷⁵³ *Caderno e Pasta Associação Católica Operária-1907*.

fazer progredir os interesses econômicos do operário; principalmente promover a colaboração prática dos esforços com o intuito de nobilitar e elevar econômica e socialmente a classe; 5° Zelar da sua comum formação espiritual e material; 6° Criar instituições de prosperidade; 7° Fazer progredir o valor da própria classe e firmar a compreensão da classe; 8° Criar estima mútua e camaradagem entre si, assim como entreter conversação instrutiva, digna e jovial, em suma, urbanidade e sociabilidade, sem que sejam admitidas questões políticas”

Os meios para alcançar estes fins

“1° Praticar a religião; 2° Alocução e explicação sobre as matérias do Cap. 2° (fins); 3° Instrução religiosa e conhecimentos úteis à classe; 4° Fundar e enriquecer uma biblioteca dos operários e assinar os jornais que permitir o estado financeiro; 5° Logo que puder, fundar uma caixa econômica; 6° Promover festas familiares às quais podem assistir as famílias dos operários”

Os sócios, *católicos honestos maiores de 18 anos*, perderiam os direitos por decisão voluntária e por exclusão feita pela diretoria, em virtude de não contribuição - \$500 mensais -, sem justo motivo, por mais de 6 meses; desobediência às decisões e regimento; proceder indigno na sociedade; perturbação da paz e harmonia interna; crítica, por palavra ou escrita, à associação ou aos seus estatutos⁷⁵⁴.

Parece ser característica da maioria dos sindicatos católicos, no período em foco, o rígido controle eclesiástico sobre os mesmos – exceção, talvez, na Alemanha, EUA, Austrália -, o predomínio em sua diretoria de empregados da administração – e não de operários⁷⁵⁵ -, a ênfase na *instrução* dos sócios na sã doutrina, o estímulo material via cooperativas, a preocupação de, através da coesão, fortalecer o *órgão*, freio à *injustiça* e anteparo aos *erros*, fossem anarquistas, socialistas ou reformistas anticlericais.

⁷⁵⁴ Rascunho dos estatutos provisórios in *Pasta Associação Católica Operária-1907*.

⁷⁵⁵ Ver Castilho, Juan J. *El sindicalismo amarillo en España. Aportación al estudio del catolicismo social español (1912-1923)*. Madrid, Edicusa, 1977. Sobre a distinção entre *empregados* e *operários*, cabe observar que durante as quatro primeiras décadas de República no Brasil, “jamaís, em todo esse período, se usou em textos de cunho patronal o termo empregado para designar ‘operário’”. Nesses textos, “os empregados, isto é, aqueles trabalhadores que labutam em serviços propriamente comerciais ou como funcionários de escritórios”, exerceriam uma *profissão*, “atividade que, por exigir o uso do intelecto, é digna de proprietários – e mais: pode, pelo uso desse mesmo intelecto, *criar propriedade*. ‘Inteligência’ e ‘cultura’, de um lado, e *propriedade* de outro, são como se vê, qualidades associadas a *profissão*. Conclui-se, ainda, que os *empregados* incluem-se na mesma *profissão* que seus patrões” Vargas, João Tristan. *Ordem Liberal e Relações de Trabalho na Primeira República*. Campinas, tese doutoramento/Unicamp, 1999, pp. 227; 229.

Dos 16 presentes à reunião, 15 se filiaram. A exceção foi o sr. José Luiz da Silva, que talvez não tenha gostado de ouvir do franciscano o *conquanto não se possa dizer que o salário, pago regularmente, seja inferior ao justo...ou o propósito de alimentar seu espírito com a boa doutrina*, ou até tenha ido só por obrigação, talvez já convencido que o caminho não era aquele, que “para conseguir a felicidade humana (era) bem fácil, (...) tão somente acabar com todos os padres e frades, sem nem de leve ofender o homem”⁷⁵⁶. O certo é que muitos não foram à reunião. Muitos também durante toda a existência do sindicato católico, dele mantiveram distância. Por serem refratários a qualquer tipo de associação, por serem subservientes e temerem a perda do emprego, por conselhos de parentes ou amigos, por acreditarem que um sindicato deve ser pelos próprios operários fundado, por desconfiarem de um sindicato comandado por um frei e por um major dos escritórios da empresa, por serem anarquistas, socialistas ou anticlericais...

Em 25 de agosto de 1907 – ano de greves no país -, depois de esperarem inutilmente resposta do ministro da Viação ao pedido de aumento salarial enviado em março, os operários das oficinas da Oeste paralisam o trabalho. Não temos nenhuma informação acerca da postura do recém criado sindicato católico frente ao movimento. O que temos é a *Pauta dos sócios da Associação Católica Operária de São João del Rei*⁷⁵⁷, a nos informar que no ano de 1907, além dos 15 sócios fundadores, entraram para a associação 16 operários. Em 1908, entraram 83 e 15 foram *eliminados*; em 1909, entraram 69 e 8 foram *eliminados*; em 1910, entraram 2, 68 foram *eliminados* e 2 *tomaram exoneração*; em 1911, entraram 3, 27 foram *eliminados* e 6 *tomaram exoneração*; em 1912 – ano da greve na Companhia Industrial Sanjoanense⁷⁵⁸ contra o *patrão-negociante*, e de greves em todo o país -, entraram 6 e nenhum foi *eliminado* ou *tomou exoneração*; em 1913, entraram 6, 15 foram *eliminados* e 2 *tomaram exoneração*. No total, dos 200 operários que se filiaram ao sindicato católico no período de 1907-1913, 133 sócios foram *eliminados*, 17 *pediram*

⁷⁵⁶ Pinto Machado. São João del Rei. *O Livre Pensador* 08/08/1907. Pasta F. Cândido - União Popular.

⁷⁵⁷ Pasta Associação Católica Operária-1907.

⁷⁵⁸ Tecelões e ferroviários, fábrica e oficinas, parecem conceber-se em mundos distintos; mesmo tendo as fábricas de tecidos a maioria dos seus trabalhadores constituída por imigrantes ou descendentes de italianos, não era incomum, numa mesma casa, o pai trabalhar nas oficinas da Oeste, e a filha ou o filho, nas fábricas de tecido. Seja como for, no período pesquisado, em nenhum momento – pelo que informam as fontes da pesquisa -, operários da Oeste e operários das fábricas de tecidos estarão unidos num mesmo movimento reivindicatório.

exoneração – de 7 não consta a data -, e 43 permaneceram – 7 *retiraram-se da cidade* e 10 *faleceram*.

O objetivo era uma associação ampla, envolvendo todos os trabalhadores da cidade. Na 3ª Assembléia Geral da União Popular de S. João del Rei, realizada em 04/01/1909, frei Cândido conclamava os sócios a incentivarem “seus amigos, subalternos e amigos, que estejam em condições, a serem membros da Associação Católica Operária”, com a recomendação de que tendo o “associado (da União Popular), qualquer serviço ou trabalho, escolher(sse) de preferência aqueles operários que forem sócios da Associação Católica Operária”⁷⁵⁹. Na *Pauta de sócios*, encontramos *armazenista, caixeiro, empregado de farmácia, lavrador, alfaiate, sapateiro, empregado do comércio, carniceiro, tipógrafo, pedreiro, empregado da luz elétrica, carroceiro, comerciante, dentista, professor, músico, colchoeiro, marceneiro*, mas a grande maioria dos que se filiaram era constituída por trabalhadores da Estrada de Ferro Oeste de Minas. O incentivo e a recomendação do franciscano aos sócios da União Popular, informa de como a concepção harmônica hierárquica do mundo, característica do pensamento eclesial, se traduzia em uma prática de organização – dos *subalternos e amigos* - por essa via. Frei Cândido conta não só com o seu pastoreio social, mas também com os patrões e funcionários graduados, agrupados na União Popular, para arrebanhar os trabalhadores da cidade. Só de moradores da rua Antônio Rocha – local de residência do major -, são 23 os matriculados no sindicato católico – 21 trabalhadores da Oeste. Dos 23, 4 permaneceram, 2 *retiraram-se da cidade*, 4 *tomaram exoneração*, 1 *faleceu* e 12 foram *eliminados*.

Uma possível leitura dos dados diz de um esforço arregimentador inicial, concentrado nos dois primeiros anos de vida da associação, ao fim dos quais ela atingiu seu máximo em potencial. Um de seus limites parece ter sido as fábricas de tecidos da cidade – até 1912, apenas a Companhia Industrial Sanjoanense; neste ano é criada a Fábrica Brasil. Apesar dos gerentes das mesmas serem sócios engajados da União Popular, eles não conseguiram convencer – se é que tentaram – “seus subalternos e amigos” a se filiarem no sindicato católico. Apenas um tecelão – Vicente Severo Damas – se filia. Na *Pauta dos sócios* apenas um sobrenome italiano – Alberto Giovaninni (comerciante). Muito provavelmente os italianos – ou deles descendentes – eram fiéis à “Sociedade Figli del

⁷⁵⁹ *Caderno de Atas I.*

Lavoro”, que exercia uma espécie de *monopólio* sindical nas fábricas de tecido – além, é claro, do fato de uma parte considerável dos trabalhadores dessas fábricas ser constituída por mulheres (solteiras) e crianças, pelos estatutos, sem direito à filiação no sindicato católico. Se este atinge seu máximo em 1909, já em 1908 começa a perder sócios, muito possivelmente desiludidos com a *sociedade*, com seus resultados escassos – uma biblioteca, fechada em 1909. Pararam de contribuir, a maioria deixou de justificar o por que de tal, outros encerraram suas contas pedindo exoneração, alguns foram expulsos por *proceder indigno* e, nos anos de 1910-1911, o esvaziamento sofrido pela *sociedade* de modo crescente, é registrado formalmente. Em 1910, tentativa de estancar a sangria, é criada uma “Cooperativa de Gêneros Alimentícios” que, pelos prejuízos auferidos, é vendida em 1912.

Impressiona a falta de intervenção do sindicato católico nos acontecimentos na cidade. Os jornais só informam de suas reuniões; constantes, são os pedidos de ponto facultativo para os trabalhadores da Oeste nos dias santificados – deferidos ou não de acordo com a pessoa do diretor da ocasião. Significativamente, a associação está ausente das comemorações do 1º de maio; exceção parece ser no ano – 1908 – em que se iniciaram as celebrações desta data na cidade. Houve missa e benção do SS. Sacramento; no sermão, monsenhor Gustavo abordou os temas *Ganharás o pão com o suor do teu rosto* e *A ociosidade é a mãe de todos os vícios*. Mas, se há menção da presença nos festejos de “todas as associações operárias”, ninguém falou pela Associação Católica Operária, ao contrário da Sociedade Figli del Lavoro e da Cooperação Operária Oeste de Minas⁷⁶⁰. Nenhuma notícia sobre sua intervenção na greve dos operários da Companhia Industrial Sanjoanense, em 1912⁷⁶¹. A informação que temos é sobre o sr. Emílio Passos, carpinteiro, que entrou para o sindicato católico em 09/04/1909, foi *eliminado* em 13/08/1911, e que assinava, junto com outros – entre os quais o pedreiro José Martins dos Santos, que também havia passado pela *sociedade* -, nota nos jornais, logo após a greve, convocando os operários da cidade para a criação do “Centro Operário”⁷⁶². Em 1916, a Associação

⁷⁶⁰ O 1º de maio – Festa do Trabalho. *O Reporter* 03/05/1908, ano IV, num 35, p. 2; Comemoração cívica – Festa do Trabalho. *A Opinião* 02/05/1908, ano I, num 86, p. 2.

⁷⁶¹ O gerente anterior era José Nascimento Teixeira, o do momento da greve, José Tavares, o patrão-negociante José Simões Baeta, todos sócios da União Popular; um dos donos, Aristides Mascarenhas, vendeu a chácara Maria Tereza para a construção do Albergue.

⁷⁶² Sessão paga – Aos operários. *O Reporter* 16/05/1912, ano VIII, num 316, p. 2. O “Centro” veio ocupar o espaço deixado pela “Cooperação”, já possivelmente desarticulada, mantendo, ao que tudo indica, a linha *reformista* da primeira. Tem-se a impressão que os sindicatos organizados na cidade eram sistematicamente

Católica Operária possuía uma Caixa Beneficente, 2:000\$000 no banco e 43 *católicos praticantes*⁷⁶³.

“Realizou-se nesta cidade, no dia 19 do corrente, a costumada festa dos Operários, que consiste em comunhão geral, precedendo um tríduo de preparação, em que na capela dos Franciscanos se reúnem os operários, ouvem uma pratica religiosa, rezam o Terço e recebem a benção do SS. Sacramento.

Este ano, em consequência do tempo muito chuvoso nesses dias, não teve a modesta festinha a concorrência costumada; mesmo assim compareceram á santa mesa da Comunhão 70 operários, que foram levar ao nosso Deus as homenagens de seu amor e as provas de sua inteira submissão á santa lei.

Belissimo exemplo a seguir por aqueles operários que vivem afastados da Igreja, onde unicamente podem encontrar o conforto contra as duras provações desta vida, deixando-se enlevar em promessas falazes de um bem estar que só Deus lhes pode dar, e lhes dará no céu, porque na terra, de efêmera passagem, não pode ter prêmio eterno a virtude”⁷⁶⁴.

Dezenove de março, dia de São José, patrono da Associação Católica Operária de São João del Rei. José, o “esposo fiel e casto”⁷⁶⁵, pai de um filho que não é dele, guardião da virgem, impotência sã; que vive encoberto pela sombra do Pai, a esgueirar-se sempre silencioso, para o bem da esposa e do filho, coadjuvante abnegado do desígnio portentoso, da vontade divina, a cumprir resignado a missão que lhe foi transmitida pelo anjo. O Zé carpinteiro fiel, que sujeita-se ao seu papel e não espera nada; homem imensamente só, que a si não se pertence; sua vida é para o outro, é para que o outro viva que ele obra, “incansável pai nutrício”⁷⁶⁶, despojamento pleno; quase um autômato, mas nesse quase habita sua dignidade; por esse quase, “é com receio que dele se aproxima a palavra”; por esse quase, “os evangelhos tornam-se mudos quando tratam de seu nome”⁷⁶⁷; nome de um homem que vive no limite de ser ou não; uma palavra infeliz - de consolo -, um tom de ordem - ríspido -, e a latência da revolta se revela; por isso não convém dar a palavra ao Zé carpinteiro, o

atropelados pelas paralisações *espontâneas* dos trabalhadores, portavam uma incapacidade crônica de representação efetiva dos interesses dos operários.

⁷⁶³ *Caderno União Popular*, p. 142.

⁷⁶⁴ *Ação Social* 23/03/1916, ano II, num 54, p. 3.

⁷⁶⁵ S. José. *Ação Social* 18/03/1917, ano III, num 106, p.1.

⁷⁶⁶ Festa de S. José. *Ação Social* 25/03/1917, ano III, num 107, p.1.

⁷⁶⁷ S. José. *Ação Social* 18/03/1917, ano III, num 106, p.1.

“*Santo do Silêncio*”, o “*homem justo*”, “*cópia do pobre em toda a sua grandeza*”, patrono dos trabalhadores, que depois de cumprida a incumbência, é retirado da história sagrada, talvez para executar outra, a de sempre, a da lida diária, absorto, ensimesmado, conformado, calado, nome encoberto pelo de Maria - Mãe-Igreja -, nome que emerge abrupto no alvorecer do XX, seu culto, “Padroeiro especial da Arquidiocese de Mariana”, “advogado nato do operário, da causa católica e da ‘Ação Social’”⁷⁶⁸. Bendito seja! Mas que ele não diga! Se sua escolha como patrono dos trabalhadores católicos consagra o trabalho para os outros na passividade de sua situação, porta também o recado do caráter explosivo de seu pronunciamento.

1º de maio. *Ação Social* 07/05/1916 ano II, num 59, p. 1.

“A festa do trabalho na nossa cidade esteve este ano bastante lânguida. Na última hora mandou o Diretor da Oeste a licença do ponto facultativo para os empregados e operários da Estrada de Ferro Oeste de Minas, os quais, ao menos uma grande parte, andaram passeando pelas ruas da cidade./ Muitos há, porém, que não sabem ou não conhecem que o sentido dessa festa é simplesmente anticatólico, assim como o anarquismo e o socialismo são anti-religiosos. A data do primeiro de maio é a comemoração de um fato anarquista que houve em 1886 na cidade de Washington (sic), quando alguns jogaram bomba de dinamite, matando muitas pessoas; foi um crime pelo qual foram condenados à morte./ É portanto uma festa de anarquistas, socialistas e mais desordeiros, mas não de católicos./ Porque não se festeja por aí o dia 15 de maio? Esta data é o aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* que é uma carta escrita pelo papa Leão XIII em defesa do operariado e dirigida a todos os povos. Esta Encíclica em que o papa aponta os meios para melhorar a triste sorte dos operários teve muito mais efeito nos governos da velha Europa do que toda a gritaria de anarquistas e socialistas.”

Mas, não foram *anarquistas, socialistas e mais desordeiros* que *andaram*, naquele dia, *passeando pela cidade*, como também os que fundaram, em agosto de 1918, a “Liga dos Jornaleiros da Estrada de Ferro Oeste de Minas”, nem tampouco os que paralisaram o trabalho em toda a extensão da ferrovia, em junho de 1919, quando concentraram-se na cidade “cerca de 800 homens, mantendo-se todos na mais perfeita ordem”, reivindicando

⁷⁶⁸ Idem.

equiparação salarial com os quadros da Estrada de Ferro Central do Brasil. Enquanto não chegava o dia em que “a disciplina e o amor ao trabalho de um lado, e a justiça do outro, haviam de se encontrar (...) para o largo amplexo que seria o selo da justa aspiração”, a greve merecia, por parte do órgão católico, “alguns reparos”⁷⁶⁹. O estribilho é sempre o mesmo: reivindicação justa, greve precipitada – *espontânea*, e o órgão católico tem horror aos espasmos, ou insuflada pela *horda agitadora* -, Estado inepto.

A abordagem da greve de julho de 1917, em São Paulo, ocupa o espaço editorial de dois números da *Ação Social*. A greve, no sentido dos males que vem para bem, é bem-vinda, pois reforça a pregação social do semanário, serve de estofa para o *quem semeia ventos colhe tempestade*, dito dirigido aos católicos desconfiados do novo discurso católico na cidade - *freis socialistas* -; aos industriais e capitalistas - “é tempo de se cuidar da organização do proletariado, da proteção a ele, se não pior para os industriais e capitalistas: S. Paulo já deu prova disso”⁷⁷⁰ -; ao Estado, quer exigindo deste uma legislação social - “permita Deus que o poder legislativo agora se interesse pela classe mais desfavorecida”⁷⁷¹ -, quer criticando-o pela laicização das instituições - “(que) tira desta maneira da massa proletária a religião que é o melhor freio contra todas as paixões baixas; que instrui e faz observar a resignação à sorte”⁷⁷².

Condena o franciscano a violência da parede, os “muitos distúrbios, assaltos às casas dos comerciantes, tiroteios entre o povo e a polícia, feridos, mortos de um e de outro lado”. Nessa perspectiva, a parede deixa de ser greve para transformar-se, no discurso do menor defensor do direito natural à propriedade privada em “uma revolução, uma luta sangrenta entre o proletariado e a polícia que defende legalmente os bens dos capitalistas, industriais e comerciantes”. Greve, só na ordem, conduzida por pessoas sensatas, ciosas da preservação da tranquilidade pública, bem organizada pelas corporações profissionais - “não estavam bem formuladas” -, numa ação coordenada entre elas - “um comitê de operários reclama isto, outra federação aquilo, desta maneira assemelha-se a um bando de anarquistas”⁷⁷³.

⁷⁶⁹ A greve. Aspectos da greve na Oeste. *Ação Social* 01/07/1919, ano V, num 221, pp. 1 e 2.

⁷⁷⁰ A regulamentação das horas de trabalho. *Ação Social* 22/07/1917, ano III, num 123, p.1.

⁷⁷¹ Depois da greve. *Ação Social* 05/08/1917, ano III, num 125, p.1.

⁷⁷² A greve. *Ação Social* 29/07/1917, ano III, num 124, p.1.

⁷⁷³ Idem.

O acontecido é justificável; situação explosiva: sindicatos não reconhecidos pelo Estado, falta de condições higiênicas nos locais de trabalho, ausência de proteção contra acidentes e doenças do serviço, impostos sempre crescendo, trabalho noturno de mulheres e crianças, carestia; o pavio, a entrada no país de “muitos elementos perversos...com idéias socialistas e anárquicas”. O patrão - junto ao salário pago - é ocultado na atribuição das responsabilidades; não que ele não seja considerado, mas sim porque o discurso social católico não coloca muita fé na caridade empresarial - caridade porque o salário pago é justo; as condições de trabalho, cabe ao Estado coibir os “abusos” do capital. Daí a grande responsável é a autoridade pública que, antes de cumprir seu dever de restaurar a ordem - “antes de resolver a questão por meio da força armada...” - “...deve, primeiro concentrar-se e clamar de si para si: *mea culpa, mea culpa*”⁷⁷⁴.

O jornal lista, pormenorizadamente, as reivindicações do movimento grevista, subscrevendo todas, exceção das que exigiam a libertação dos presos por motivo da greve e a não demissão dos líderes, ressaltando, no entanto, que “até” poderia aceitá-las, “acrescentando-lhes a seguinte restrição: se não se tornarem criminosos por violência ou qualquer outro motivo”. Se justas as reivindicações, também são “irrealizáveis no momento”, porque seu atendimento desestruturaria “o estado industrial todo”. Não obstante, que o governo aja de imediato, “principalmente a respeito do barateamento e fiscalização de gêneros alimentícios, é uma necessidade absoluta e imprescindível”⁷⁷⁵.

O discurso do filho de São Francisco, em conformidade com a doutrina social católica, revela a preocupação primeira com a ordem, que em hipótese alguma deve ser rompida; a particularidade do direito do operário, não deve ofender o todo, o bem comum, do qual a produção industrial é parte importante, convicção de que uma parte não deve prejudicar a outra, sem o que configura-se um excesso de direito, elemento desencadeador de um excesso de injustiça, pecando, seus promotores, por falta de amor ao próximo; “em certas circunstâncias, porém, ainda que os operários tenham o direito de largar o trabalho, nem sempre é lícita a greve *summum jus summa injuria* efeitos funestos e tristes, que largando o trabalho é um pecado contra a caridade, mesmo que não se peque contra a justiça estrita...”⁷⁷⁶

⁷⁷⁴ Idem.

⁷⁷⁵ Idem.

⁷⁷⁶ Depois da greve. *Ação Social* 05/08/1917, ano III, num 125, p.1.

Os prejuízos produzidos pelas paredes à “família do operário”, à “empresa do patrão”, ao relacionamento entre os dois, à economia do país, enfim, ao bem de todos, são por demais conhecidos. Necessário, através de uma legislação social, de “conselhos fabris compostos de delegados do patrão e dos operários”, buscar impedir, ou melhor, procurar diminuir as greves o máximo possível, pois, reconhece o franciscano, “mesmo assim, ainda haverá queixas”; o patrão não dá o braço a torcer, ou abre mão, facilmente, o operário tomou gosto pelos seus direitos.; convoca o eclesiástico, com a permissão de Deus, o poder civil ao arbitramento permanente: “necessário haver arbitragens, legalmente reconhecidas, com próprio julgamento sem o que, a greve em certos casos será lícita e justa com todas as suas conseqüências funestas”⁷⁷⁷. Percepção de uma situação potencialmente explosiva, ou melhor, a mesma apreensão do jovem Antônio : *que armas terríveis os deserdados possuem! O socialismo não as oculta a ninguém.*

É visível a existência na cidade de um espaço para a representação dos interesses dos trabalhadores – que a “Cooperação Operária”, o “Centro Operário”, a “Liga dos Jornaleiros”, buscaram preencher – do qual o sindicato católico manteve distância, sendo visto pelos interessados como incapaz de ocupar. Afinal, que sindicato é esse que recusa o 1º de maio, que reivindica subserviente, que recua frente a reação dos patrões quando em postura mais agressiva, que quer a reforma sem o abalo da ordem, que fala sobre o operário silenciando-o, que porta concepção de um ordenamento ideal que por vezes descambava em um discurso/prática revelador de um certo anacronismo, inclusive merecendo, algumas vezes, *reparos* dos capitalistas da cidade?

Em 28/05/1916, o editorial do hebdomadário católico colocava como uma das principais causas da *questão operária*, “o regime das máquinas, em várias fábricas o operário tornou-se exclusivamente o servente da máquina e o seu serviço é supérfluo, a ponto de apagar nele o sentimento nobre, da sua habilidade profissional de outrora. (...) Por isso muitos operários tiveram de ceder seu lugar para mulheres e crianças, ou terem seus ordenados reduzidos a ponto de não bastarem para subsistência. Além disso, entraram na fábrica pessoas de senso diferente; o que foi causa de rebaixamento do nível moral.”

Que abordagem é essa, que, a seguir por essa senda, pode resvalar no apelo para a ressurreição dos luditas? Não reivindica a Igreja para si o estandarte do progresso -

⁷⁷⁷ Idem.

progresso purificado, bem entendido, desbastado daquilo que a civilização veicula de deplorável, através do cinema, da imprensa, da escola ímpia; a moda sensual, a indiferença, quando não o deboche às coisas da religião, o *struggle for life*, a arrogância da ciência, quando todos sabem da contribuição inestimável da Igreja para o conhecimento humano... Ciente do lapso, ou cientificado do mesmo, por exemplo, pelo Sr. José Tavares, membro da União Popular, gerente da Companhia Industrial S. Joanesese, que cordialmente fez ver ao franciscano o equívoco; este reconstrói o discurso, agora erigido sobre a positividade das máquinas.

“Ainda que seja verdade que as máquinas” acarretaram o fim da destreza que havia anteriormente a elas, é fato que as atuais serão substituídas por máquinas cada vez “mais aperfeiçoadas” - assim reza a evolução -, requerendo do trabalhador sempre “mais atenção e maior cuidado”. De certa forma, pode-se dizer que a máquina libertou o operário do trabalho “mais pesado e...mais fatigante”, e o agraciou com “outro encargo muito mais nobre: isto é, o de regular o movimento da máquina que ocupa o lugar dele”. Cabriola discursiva; de “servente da máquina”, o operário é promovido a senhor de seu movimento, a gerente da mesma, função nova, “atividade intelectual que maneja a máquina”, que desvenda, pela observação acurada e contínua do dia a dia na fábrica, seus segredos, “sua composição”, a serventia de “cada roda, (de) cada mola”, atento para “o que se pode ainda mais aperfeiçoar”. São tantos os exemplos de “descobertas de simples operários” que, ao simplificarem o mecanismo, “causaram revoluções na indústria”, particularmente “nos Estados Unidos da América do Norte, onde nos grandes estabelecimentos há operários que dispõem de grande ciência profissional e tiveram um esmerado preparo técnico.”⁷⁷⁸

Este é o caminho que demanda o espírito progressista do povo s. joanense; não teria sentido desencadear uma campanha pela construção de um Liceu de Artes e Ofícios, no bairro das fábricas, como faz a União Popular nesse momento na cidade, para formar “serventes de máquina”; coisa diversa é formar obreiros da obra da ciência, e de si próprios. “Por isso é muito necessário para o desenvolvimento do operário ter escolas profissionais onde se forme o operário./ Adiantar e melhorar pela instrução esta classe que é o nervo da sociedade deve ser a obrigação de quem tem de cuidar do bem comum”⁷⁷⁹.

⁷⁷⁸ O operário e a máquina. *Ação Social* 22/04/1917, ano III, num 110, p.1.

⁷⁷⁹ O operário e a máquina...

A conjuntura do pós-guerra, “a onda revolucionária (que) atingiu o Brasil”⁷⁸⁰, leva os católicos a retomarem a tentativa de sindicalização dos trabalhadores. Em 1919, Campos do Amaral inicia a organização, em Minas Gerais, da “Confederação Católica Operária”. Em 3 de janeiro de 1920, boletim é distribuído nas oficinas e fábricas convocando os *operários sanjoanenses* para ouvirem, no salão da Associação Comercial, “o grande organizador do operariado mineiro”⁷⁸¹. Frei Cândido ressuscita a Associação Católica Operária, só que agora com os trabalhadores agrupados por ofícios. São criados os *Sindicato dos Alfaiates, Sindicato dos Pedreiros e Serventes, Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros, Sindicato dos Carroceiros e Carreiros*. A forma de reivindicação é a mesma. A irritação/reprimenda também.

“Num sentimento de caridade, justiça e solidariedade se reuniram os empregados das alfaiatarias, sócios do sindicato que está confederado ao sindicato de Belo Horizonte, no dia 25 de abril, e compuseram uma tabela de trabalho, não exagerando, mas razoável./ Mandaram esta tabela, por meio de ofício, a um dos patrões, pedindo com a devida cortesia de responder antes do dia 10 do corrente./ Esta resposta não veio (...)”

“Segunda-feira desta semana a tabela, composta pelo sindicato dos carroceiros e geralmente aceita com agrado pelo culto público desta cidade, foi furada pela firma André Pio & Comp. (...) É verdade que a dita firma não pertence a sindicato algum e nem pode pertencer porque é uma firma bastante abastada e por isto não deve estar ao lado da classe média, mas – por isso mesmo – é que ficamos admirados que tendo um nome a sustentar, ela seja capaz de tal ato que desmoraliza um sindicato honesto e prejudica ao operariado. A Diretoria”

“Réus de opressão tomam-se os patrões que não pagam aos seus operários o salário suficiente, assim como os que obrigam os empregados à compra de víveres por preços altos em suas próprias fazendas ou casas comerciais./ Não ficam tão pouco isentos de opressão e injustiça os patrões, quando o operário, forçado pelas circunstâncias, e pela falta de outro serviço, se vê obrigado a trabalhar por um salário insuficiente. Nisto mesmo consiste a clamorosa opressão e grande culpa, pois

⁷⁸⁰ Abusos. *Ação Social* 13/05/1919, ano V, num 214, p. 1.

⁷⁸¹ *Caderno Tio*, pp. 298-299.

aproveita-se da necessidade do próximo para negar-lhe o seu direito./ São uns pontos de meditação para muita gente que, aliás, talvez se julgue justa e honesta.”

“Não é permitido ter uma norma de conduta para a vida particular, de forma a respeitar a autoridade da Igreja na vida particular e a desdenhá-la na vida pública: isso seria aliar o bem e o mal. Leão XIII./ O problema social consiste em regular as relações entre o patrão e o operário segundo a moral cristã e os preceitos da justiça e da caridade. Mons. Fischer (Bispo de Colônia)”⁷⁸²

As tabelas também foram atropeladas pelos pedreiros que trabalhavam na construção da nova Santa Casa de Misericórdia; no dia 21 de setembro de 1920, paralisaram o trabalho e se dirigiram às fábricas de tecidos concitando os tecelões a engrossarem o movimento, mas foram impedidos de entrar; “um até, capitaneando uma porção de meninos, e estando bastante embriagado, foi ao Albergue de Santo Antônio, onde não conseguiu nada”. No dia seguinte, os operários das fábricas e os pedreiros da cidade “estavam em plena greve (...) Sem organização, sem preparo algum se começou esta greve, que provavelmente não terá bom êxito”⁷⁸³. Reivindicavam a jornada de 8 horas. A cidade vivia o clima de hostilidade entre *basilistas* e *odilonistas*. Os grevistas parecem ter se aproveitado da situação, solicitando a intermediação de Basílio de Magalhães. Este acusou Odilon de Andrade de fazer fracassar as negociações com os empresários, que iam em bom curso. Odilon acusou Basílio de manipular o movimento e insuflar os operários. Depois de 5 dias, a greve terminava, sem ter obtido as 8 horas; operários da Fábrica Brasil foram demitidos. “Foi uma boa lição. As fábricas atualmente trabalham com as mesmas condições como antes desta pequena guerra social, e os patrões, pessoas de bem, não são cegos para os melhoramentos da sorte de seus operários, que os ajudam a sustentar a sua indústria”⁷⁸⁴.

No número seguinte ao do relato da greve, o hebdomadário católico tratou em editorial da questão das 8 horas, doutrinando que a *sociologia* distinguiu, na determinação

⁷⁸² Confederação. *Ação Social* 12/05/1920, ano VI, num 265, p. 1; Sindicato dos Carroceiros. *Ação Social* 16/06/1920, ano VI, num 270, p. 1; Patrões injustos. Registro social. *Ação Social* 21/07/1920, ano VI, num 275, p. 1.

⁷⁸³ A greve. *Ação Social* 29/09/1920, ano VI, num 275, p. 1. A referência/atitude do/ao pedreiro “embriagado”, lembra a do “espírita” Manoel Joaquim de Aguiar que, no dia 30 de dezembro de 1915, “fez correr do altar um Padre franciscano que dizia missa na capela-mor da Matriz, vibrando fortes cacetadas no altar e no sacrário”. *Ação Social* 21/09/1922, ano VIII, num 383, p. 1.

⁷⁸⁴ A greve. *Ação Social* 29/09/1920, ano VI, num 265, p. 1.

do tempo de trabalho, *um máximo físico, um máximo de fato, um máximo legal*, “e um máximo ético, o qual, conforme as regras de doutrina moral, não se pode transgredir”. Segundo o *máximo ético*, o operário tinha direito ao descanso, à vida no lar, ao estudo, à vida social; “tudo isso reclama tempo”⁷⁸⁵. Cioso, um patrão solicitou de frei Cândido espaço no jornal, a fim de tecer algumas ponderações acerca do momentoso assunto

“Os argumentos da ética que os sociólogos citam para provar a necessidade de diminuir as horas do trabalho, quando demasiado, não provam que o dia justamente há de ser de 8 horas. Uma coisa é certa: podemos e devemos pleitear um descanso razoável, melhoramento dos ordenados, da posição do operário, mas também não podemos nem devemos perder de vista o estado econômico da indústria, pois uma vez danificada esta, também os operários serão prejudicados. É uma consequência infeliz mas natural da desigualdade social (...)”

Através do exame *do lado econômico, financeiro e técnico da questão*, o articulista conclui pela inviabilidade das 8 horas, “no estado atual da indústria”⁷⁸⁶.

O vaticínio dado pelo positivista Basílio de Magalhães acerca da “hipocrisia” do “órgão da rua Duque de Caxias” em ostentar em seu cabeçalho a “defesa das classes operárias” foi certeiro. Na edição do jornal “Ação Social” de 15/06/1921, o redator avisa da suspensão da publicação por duas semanas em função da transferência da oficina. O jornal volta a circular em 13/07/1921, com o cabeçalho alterado. Do original “Semanário cujo alvo é trabalhar na realização dos princípios da sociologia cristã e na defesa das classes operárias”, restou “Semanário cujo alvo é trabalhar na realização dos princípios da sociologia cristã”, desaparecendo - sem explicações - a “defesa das classes operárias”. A mudança não foi só de oficina - que foi transferida para o convento dos franciscanos. O *caderno de atas* nada informa sobre a recusa do jornal em continuar a defender os operários. A ação no sentido de cooptar o operariado da cidade para as fileiras católicas fracassou. A Associação Católica Operária, fundada por frei Cândido Vroomans em 1907, “florescimento mesmo nunca conheceu, pelas razões indicadas”⁷⁸⁷.

⁷⁸⁵ 8 horas. *Ação Social* 06/10/1920, ano VI, num 286, p. 1.

⁷⁸⁶ 8 horas. *Ação Social* 20/10/1920, ano VI, num 288, p. 1; O lado técnico e financeiro da questão. *Ação Social* 10/11/1920, ano VI, num 291, p. 1.

⁷⁸⁷ Staphorst, *op. cit.*, p. 84. O cronista franciscano culpa o “caráter” do povo brasileiro pelo fracasso da associação. “O brasileiro não sente nada por agremiações de caráter social. (...) As personalidades fortes entre os brasileiros preferem fazer fortuna do modo norte-americano e nisso não são muito delicados na escolha dos

meios. E o resto do povo aguarda tudo do governo: 'a união faz a força' é um ditado muito falado, mas pouco praticado". *Idem*, pp. 82-83.

ANEXO I

Arcebispado de Mariana

Mapa Paroquial de1922.

Batismos	filhos legítimos	
	não legítimos	
	masculinos	
	femininos	
Eucaristia	1 ^{as} comunhões	
	comunhões na Matriz	
	comunhões nas capelas	
	total ano	
Penitência	nº aprox. de confissões	
Extrema-unção	nº de chamados	
	nº de viáticos	
	nº de óbitos	
Matrimônios	
Quantas homilias e sermões	homilias	sermões
Doutrina cristã	nº de centros	
	freqüência	meninos
		meninas

Filhas de Maria

União dos Moços Católicos

Apostolado da Oração

Confrades vicentinos

Quantas mães cristãs?

Quantas damas do Sagrado Coração de Jesus?

Quantas (aproximadamente) assinaturas d'*A União?* do *Lar Católico?*

Enviou à Cúria as *coletas* ? Quanto pagou a *Lotação?*

Livros paroquiais que estão em dia?

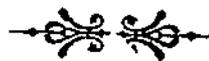
O Vigário

✧ ANNO I ◆◆ ◆◆ ◆◆ NUMERO I ✧

UNIÃO POPULAR DO BRASIL

Boletim official do Centro de Acção da União
Popular no Estado de Minas

IMPRESSO COM APPROVAÇÃO SUPERIOR



BELLO HORIZONTE
IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAES

1909

PALAVRAS DE SUA SANTIDADE

«A *União Popular* satisfaz a uma necessidade social, sentida em toda a parte... sempre será o seu lugar aquelle onde taes exigencias se fazem notar e os perigos existem. A sua grande popularidade grangeia-lho larga estima. Ella não contraria nenhuma outra associação, pelo contrario a todas reforça, a todas estreita a *União*, convidando seus membros a se juntarem ás associações proprias das differentes classes sociaes, convida todos ao trabalho, util e pratico, todos une num harmonioso poder e querer.»

«PIO X, Pentecostes, 1905.»

O nosso venerando Cardeal-Arcebispo dignou-se dirigir ao Assistente geral d'A *União Popular*, a carta que abaixo transcrevemos, profundamente agradecidos:

«Revmo. Sr. Padre Innocencio Reidick.

«Lemos e apreciamos o primeiro numero do boletim official da «*União Popular do Brasil*» e com agrado recebemos o pedido que V. Revma. nos faz, de sermos Protector da referida associação catholica.

«Aceitamol-o, pois, com prazer, e faremos tudo o que estiver em nosso alcance por essa obra importantissima, fundada por V. Revma. e debaixo de sua competente direcção; pois a nossa esperanza e o nosso desejo é que ella se difunda rapidamente, sob a direcção do Centro, por todo o Brasil, e desde logo comeco a realizar tudo o que promette em prol das diversas classes sociaes.

«Junto com estes votos que fazemos, enviamos nossa bênção a V. Revma. e a todos os que cooperam com V. Revma. para a fundação e diffusão da *União Popular do Brasil*.

Sou com estima de V. Revma. servo att.» em Jesus Christo.

Rio, 25 de julho de 1903.

† J. CARD. ARCEBISPO

Com immenso gaudio estampamos em nossas columnas a seguinte carta:

Marianna, 13 de agosto de 1908.

Illmo. Revm. Frei Innocencio Reidick.

Estou de posse da estimada de V. Rev." de 5 de junho p. p. o senti não me ter sido dado vel-o e conversar durante minha estada no Rio por occasião do Congresso Catholico. Tenho me esforçado pela fundação e propagação da *União Popular* nesta archidiocese, porque a considero como medida salvadora, e a mais efficaz nas penosas circumstancias em que estamos, que prevemos virão em breve prazo. Por falta porém de boa orientação os resultados não tem sido tão grandes, como eu desejo.

Ainda agora recommendei vivamente essa obra ao Clero reunido aqui para os exercicios espirituaes.

Acho bom que V. Revma. envie um regulamento a cada parochia com instrucções do modo por que devem proceder praticamente para a fundação da *União Popular*.

A obra é de Deus. Cumpre caminhar sem desanimo.

De V. Revma. humilde servo.

† Silverio. Acebispo de Marianna.

UNIÃO POPULAR DO BRASIL

Boletim official do Centro de Acção da União Popular no Estado de Minas

IMPRESSO COM APROVAÇÃO SUPERIOR

ANNO I

Bello Horizonte - Dezembro de 1909

N. 1

União Popular do Brasil

Estatutos gornes

I

SEUS FINS

A União Popular do Brasil é uma associação que tem por fim:

- a) Promover a ordem christã na sociedade, principalmente pela instrução do povo quanto aos deveres e direitos sociaes;
- b) Dar a todos a educação necessaria para que collaborem praticamente na elevação do nivel intellectual, moral e economico em todas as classes;
- c) Promover a refutação de todos os ataques dirigidos contra a religião catholica;
- d) Combater a tendencia revolucionaria no terreno social.

II

SEU PROGRAMMA

Para alcançar os seus fins, a União Popular adopta o seguinte programma:

- a) Instituição de obras referentes ao interesse immediato e pessoal dos seus associados, - como sejam: caixa de beneficencia e mutuo socorro, assistencias de todo o genero, agencias de trabalho;

b) Instituição de obras de interesse geral e nacional, como sejam: syndicalos, cooperativas, caixas ruraes, bancos populares, agencias de informações;

c) Instrução do povo, mormente no terreno profissional, social e economico, por meio de officinas technicas, gabinetes de leitura, bibliothecas, centros de publicações e propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferencias;

d) Educação de oradores, litteratos, jornalistas e propagandistas sociaes;

e) Publicação de um «Boletim Official» e de folhas avulsas;

f) Propagação da imprensa catholica.

III

SUA ORGANISAÇÃO

Para executar o seu programma, a União Popular do Brasil adopta uma organização simples, constituída por Direcção Central, com sede na Capital da Republica, um centro de acção em cada Estado, uma Delegação Diocesana em cada diocese ou archidiocese, gerencias locais e o Congresso Geral.

IV

DIRECÇÃO CENTRAL

§ 1.º A Direcção Central é composta de 34 membros, eleitos pelo Congresso Geral e renovados, pela metade, de 2 em 2 annos.

§ 2.º A Direcção Central na primeira reunião elege o seu presidente e vice-presidente e o Corpo Executivo.

§ 3.º O Corpo Executivo é constituído por um director geral, 3 secretarios, um thesoureiro e 4 conselheiros e a elle compete:

- a) Todo o movimento da secretaria da União Popular;
- b) A interpretação dos Estatutos e dar instruções sobre o funcionamento da União Popular;

- c) O estudo das questões economicas e sociaes;
- d) A organização dos trabalhos do Congresso Geral;
- e) A nomeação e destituição dos chefes dos Centros dos Estados;
- f) A aprovação ou annullação de eleições de delegados diocesanos e gerentes;

g) A execução das resoluções do Congresso Geral.

§ 4.º Ao presidente, e na sua falta ao vice-presidente, compete:

- a) Convocar e presidir as reuniões ordinarias e extraordinarias da Direcção Central;
- b) Representar a União Popular, para todos os effeitos, no paiz e fora delle, quer em juizo, quer não;
- c) Administrar os bens e o patrimonio da União Popular.

§ 5.º Ao director geral compete:

- a) Dirigir os trabalhos do Corpo Executivo, cujo regimento interno organizará;
- b) Dirigir o boletim official e quaesquer publicações a cargo da Direcção Central.

V

CENTROS DOS ESTADOS

§ 1.º Os centros dos Estados devem funcionar nas capitães, têm por fim impulsionar e dirigir a execução do programma da União Popular do Brasil em cada Estado e estão immediatamente subordinados á Direcção Central.

§ 2.º Aos Centros compete:

- a) Promover a fundação de novas gerencias nos Estados;
- b) Ser os intermediarios das gerencias e das Delegações Diocesanas perante a Direcção Central;
- c) Resolver de accordo com o Director Geral, todas as duvidas e difficuldades que surgirem no movimento das gerencias e Delegações;
- d) Manter um registro das gerencias do Estado, com a respectiva inscripção de socios;

e) Estudar e approvar as bases de instituições propostas pelas Delegações Diocesanas e gerencias, com o conhecimento da Direcção Central.

§ 3.º Os Centros dos Estados são dirigidos por um chefe nomeado pelo director geral, devendo o chefe escolher os seus auxiliares entre os bons catholicos, tanto quanto possivel que já sejam agentes da União Popular, na capital do Estado.

§ 4.º Os Centros dos Estados devem pagar á Direcção Central uma annuidade proporcional ás contribuições enviadas pelas gerencias dos Estados.

VI

DELEGAÇÕES DIOCESANAS

§ 1.º As Delegações Diocesanas devem funcionar nas sédes dos bispados e arcebispos e são constituídas por um delegado, eleito de 2 em 2 annos, pelos gerentes da diocese ou archidiocese.

§ 2.º As Delegações Diocesanas têm por fim inspeccionar o funcionamento das gerencias, remover os embaraços que surgirem, quer contra a acção das gerencias existentes, quer contra novos estabelecimentos e auxiliar, na sua circumscripção, a acção do Centro do respectivo Estado.

§ 3.º Logo que, em cada diocese ou archidiocese, houver numero sufficiente de gerencias, o Centro do Estado, de accordo com a Direcção Central, convidará os gerentes a elegorem o delegado diocesano.

Recebido o convite, os gerentes enviarão seus votos, em carta, ao centro do Estado, o qual fará a apuração submettendo o resultado á aprovação da Direcção Central.

§ 4.º O delegado diocesano escolhe os seus auxiliares entre os bons catholicos da séde do bispado ou arcebispo, tanto quanto possivel entre os agentes da União Popular.

VII

GERENCIAS LOCAES

§ 1.º As gerencias locais são constituídas por socios simples, fundadores, beneficores, benemeritos e remidos, con-

forme as contribuições que pagarem e fixadas pelas gerencias locais no respectivo regimento interno.

§ 2.º A directoria das gerencias é composta de um gerente, um secretario, um thesoureiro e agentes em numero bastante, todos catholicos praticantes.

§ 3.º O gerente é eleito de 2 em 2 annos, na sessão geral de outubro, devendo a eleição recabar em qualquer dos agentes da gerencia e ser submettida á approvação da Direcção Central, por intermedio do Centro do Estado.

§ 4.º Ao gerente compete:

a) Nomear e destituir o secretario, o thesoureiro e os agentes;

b) Convocar o presidir as sessões da directoria, somanamente, as sessões geraes uma vez por mez e sessões extraordinarias, plenarias ou parciaes, sempre que for necessario;

c) Determinar a inscripção de socios alistados pelos agentes;

d) Assignar todo o expediente preparado pelo secretario e todos os documentos financeiros preparados pelo thesoureiro;

e) Tomar a iniciativa das obras sociaes, economicas e beneficentes, velando pelo regular funcionamento das já existentes;

f) Apresentar ao Centro do Estado, em duplicata, um relatorio completo do movimento da gerencia, de seis em seis mezes;

g) Organisar, de accordo com a directoria, a ordem do dia das sessões geraes de cada mez.

§ 5.º Ao secretario compete todo o expediente, archivo, registro de socios, da gerencia.

§ 6.º Ao thesoureiro compete a escripturação financeira, recebimentos de dinheiros e donativos, pagamentos de dezas e guarda do patrimonio da gerencia.

§ 7.º A Directoria compete:

a) Promover, na localidade, a realisação dos fins enumerados no art. 1.º destes estatutos, adoptando os meios constantes do programma do art. II, tendo em vista as circunstancias e exigencias da localidade;

b) Obter a adhesão das associações locais, onde e quando seja isto conveniente;

c) Organisar um regimento interno.

§ 8.º As gerencias estão immediatamente subordinadas ao Centro do Estado, ao qual pagarão uma annuidade proporcional ás contribuições ordinarias dos socios.

§ 9.º As sessões semanais da directoria destinam-se á organisação do trabalho da gerencia, ao estudo dos meios de ser posto em execução, na localidade, o programma da União Popular, ao preparo das sessões geraes, ao exame das necessidades locais e dos remedios para taes necessidades.

§ 10. As sessões geraes de socios destinam-se á sancção das resoluções da directoria, ás eleições, ao conhecimento, por meio do relatorio semestral do gerente, do movimento social e financeiro da gerencia, devendo haver sempre uma conferencia sobre assumpto do programma da União Popular.

§ 11. As gerencias devem submeter ao conhecimento do Centro do Estado as bases de todas as obras que organizarem.

§ 12. No caso de dissolução de uma gerencia, o que lhe pertencer — legados, titulos, bens moveis e immoveis — tudo passará ao patrimonio geral da União Popular do Brasil.

§ 13. As gerencias devem promover reuniões populares, festivaes, conferencias, concertos e tombolas, aproveitando sempre essas occasiões para alistamento de novos socios.

VIII

AGENTES

§ 1.º Agentes são socios, catholicos praticantes, escolhidos pelo gerente para fazerem parte da directoria de uma gerencia.

§ 2.º Aos agentes compete:

a) Alistar o maior numero possivel de socios;

b) Responsabilisar-se pela accção que lhes for confiada e que não poderá conter mais de 25 socios;

c) Estar sempre em contacto com os socios de sua secção, já visitando-os, já distribuindo-lhes os boletins, impressos e convites para sessões;

d) Apresentar, nas sessões da directoria, propostas referentes ao bom funcionamento da gerencia, á instituição de obras uteis e ás necessidades do povo;

e) Influir eficazmente para que os socios não faltom ás sessões a que devam comparecer;

f) Arrecadar as contribuições dos socios de sua secção.

IX

CONGRESSO GERAL

§ 1.º O Congresso Geral é a reunião dos membros da Direcção Central, chefes dos Centros dos Estados, Delegados Diocesanos e gerentes, convocada, uma vez por anno, pela Direcção Central.

§ 2.º Os Chefes dos Centros, os Delegados e Gerentes, quando não puderem comparecer, poderão fazer-se representar por qualquer dos delegados ou gerentes do Estado, dando-lhes procuração conveniente, caso nisso convenha a Direcção Central.

§ 3.º Ao Congresso Geral compete:

- a) Eleger a Direcção Central;
- b) Tomar conhecimento das obras executadas pela União Popular;
- c) Estudar e deliberar sobre todas as questões referentes ao programma da União Popular.

X

DISPOSIÇÕES GERAES

§ 1.º A União Popular do Brasil tem por patrono S. Francisco de Assis e, por sede, a Capital da Republica:

§ 2.º Os orçãos da União Popular podem deliberar com qualquer numero, independente do comparecimento da maioria desde que se faça publica, com razoavel antecedencia, a

convocação das sessões, excepto quando se tratar de modificação de estatutos o regimento interno, sobre a qual só a maioria de 2/3 poderá resolver

§ 3.º É permitida a reeleição para todos os cargos.

§ 4.º Podem ser socios da União Popular todas as pessoas de boa reputação, não filiadas a seitas ou sociedades prohibidas pela Igreja Catholica Apostolica Romana o que se compromettam a pagar as contribuições.

§ 5.º Todo o socio quite tem direito de voto nas eleições de gerente, a todas as vantagens da União Popular o a receber gratuitamente o boletim offleial e quaesquer impressos que a Direcção Central resolver distribuir.

§ 6.º O socio que recusar pagar suas contribuições considera-se eliminado.

§ 7.º Enquanto não estiver installado o centro em um Estado, a Direcção Central agirá directamente na fundação de gerencias e delegações diocesanas, com as quaes corresponderá.

§ 8.º As pessoas, residentes em localidades onde não houver gerencia, podem alistar-se na gerencia mais proxima ou no centro do Estado ou ainda na Direcção Central, fixando a contribuição com que desejam concorrer.

ESTATUTOS
DA
UNIÃO POPULAR

Confederação das Associações Catholicas de Minas Geraes

Com aprovação do Exmo. Rvdm. Sr.
Arcebispo de Marianna



BELLO HORIZONTE
Typographia—da União Popular
Rua E. Santo—1041

ESTATUTOS DA UNIÃO POPULAR

ART. I

F I N S

A União Popular é uma associação que tem por fim;

a) Promover a ordem christã na sociedade, principalmente pela instrução do povo quanto aos deveres e direitos sociais;

b) Dar a todos a educação necessaria para que collaborem praticamente na elevação do nivel intellectual, moral e economico em todas as classes;

c) Promover a refutação de todos os ataques dirigidos contra a religião catholica;

d) Combater a tendencia revolucionaria no terreno social;

e) Congregar, para o desenvolvimento da acção social e defesa da Igreja, todas as forças catholicas do Estado, reunindo em vasta federação as associações catholicas de qualquer natureza, continuando todas a gosar de plena autonomia em seu governo interno;

§ 2°. A acção politica não faz parte do programma da União Popular;

a) A União Popular, em caso nenhum, intervirá nas lutas politicas; não podem, portanto, fazer parte da federação de que trata a letra c do § anterior, nem ser representadas nas direc-

torias dos centros da União Popular, as associações catholicas, cujo fim seja a acção politica partidaria;

b) Esta prohibição se refere á União Popular como associação, ficando aos seus membros individualmente plena liberdade de consagrar á acção politica christã toda a sua influencia e actividade.

ART. II

Meios

§ Único. Para alcançar os seus fins, a União Popular adopta os seguintes meios:

a) Instituição de obras referentes ao interesse immediato e pessoal dos seus associados, como sejam: caixas de beneficencia e mutuo socorro, assistencias de todo o genero, agencias de trabalho;

b) Instituição de obras de interesse geral e nacional, como sejam: syndicatos, cooperativas, caixas ruraes, bancos populares, agencias de informaçães;

c) Instrução do povo, mormente no terreno profissional e social, por meio de officinas technicas, gabinetes de leitura, bibliotecas, centros de publicações e propaganda da boa leitura, cursos de ensino popular e conferencias;

d) Educação de oradores, litteratos, jornalistas e propagandistas sociais;

e) Publicação de um organ official e de folhas avulsas;

f) Propagação da imprensa catholica.

ART. III

Organisação

§ Único. Para executar o seu programma, a União Popular adopta a seguinte organisação:

1. — O corpo executivo seguinte:

a) Um centro de acção geral no Estado, com séde na capital, com a denominação de *Centro Estadual da União Popular*;

b) Um centro de acção em cada diocese com a denominação de *Centro Diocesano da União Popular*;

c) Um centro de acção em cada localidade com a denominação de *Centro local da União Popular*;

2. — O corpo deliberativo que é o Congresso Catholico

ART. IV

Centro Estadual

§ 1°. O Centro é constituído pela forma seguinte:

- a) Por um director geral, eleito pelo congresso, devendo essa eleição ser approvada pela auctoridade archidiocesana;
- b) Pelos directores e presidentes de todas as associações catholicas da capital inclusive as de piedade e caridade;
- c) Por tantos catholicos praticantes quantos o director julgar conveniente nomear, tendo em vista o movimento do centro, contanto que não excedam ao terço dos outros membros da directoria;
- d) Por um assistente ecclesiastico, nomeado pela autoridade archidiocesana.

§ 2°. Ao director compete:

- a) De accordo com os companheiros de directoria e dentro os mesmos, escolher os secretarios, agentes e thesourceiro, conforme as necessidades do serviço;
- b) Convocar e presidir as sessões ordinarias e extraordinarias do centro;
- c) Representar a União Popular, para todos os effeitos bem como administrar os seus bens e patrimonios;
- d) Designar quem o substitua no caso de impedimento temporario.

§ 3°. O director consultará por escripto ao assistente ecclesiastico, sempre que a directoria pretender tomar deliberações sobre assumptos importantes.

§ 4°. O director geral, no desempenho de suas attribuições, ouvirá sempre a directoria, salvo quando se tratar de assumpto urgente ou sem responsabilidade.

§ 5°. Ao assistente ecclesiastico compete:

- a) Velar pela paz e boa harmonia entre as associações federadas e tambem entre os socios da União Popular;
- b) Protestar contra a infracção que a União Popular ou qualquer associação federada commetter das leis e direitos da Igreja Catholica;
- c) Suspender qualquer deliberação e assemblea contrarias ao disposto nestes Estatutos ou ás leis ecclesiasticas;
- d) Suspender qualquer polemica, travada na imprensa entre socios da União Popular ou das associações federadas, des-

de que seja inconveniente ou contraria ás recommendações da Santa Sé.

§ 1°. Ao Centro Estadual compete:

- a) Promover a organização dos centros diocesanos e os centros locais da Archidiocese de Marianna;
- b) Resolver todas as duvidas e difficuldades que surgirem no movimento dos centros diocesanos e locais e na execução da acção social, excepto aquillo que, por sua propria natureza, é da competencia da auctoridade ecclesiastica;
- c) Manter um registro dos centros diocesanos e locais, bem como de todas as associações catholicas do Estado, com todos os esclarecimentos necessarios;

d) Organisar os trabalhos do Congresso Catholico, convocando nas epochas e lugares pelo mesmo Congresso determinados e executar as suas resoluções;

e) Dirigir o organ official e todas as publicações da União Popular;

f) Organisar modelos de estatutos para cada uma das instituições de que trata o art. 2°;

g) Organisar instrucções para execução das resoluções do Congresso;

h) Manter um escriptorio de informações, assignaturas de jornaes, revistas e encomendas e procuratorios, devendo instalalo opportunamente.

ART. V

Centros Diocesanos

§ 1°. O centro diocesano é constituído pela forma seguinte:

- a) Por um director nomeado pelo Ordinario Diocesano;
- b) Pelos directores e presidentes de todas as associações catholicas da sede do centro diocesano inclusive as de piedade e caridade;
- c) Pelos catholicos praticantes nomeados pelo director e cujo numero não excederá a um terço dos outros membros.

§ 2°. Ao centro diocesano, dentro da respectiva diocese, compete:

a) Promover a organização dos centros locais;

b) Consultar o Centro Estadual sobre as duvidas e difficuldades que surgirem no movimento dos centros locais, quer com referencia ao programma da União Popular, quer quanto

a qualquer ramo da acção social, excepto sobre o que por si mesmo puder facilmente resolver;

c) Manter um registo dos centros locais bem como de todas as instituições catholicas da diocese, com todos os esclarecimentos necessarios;

d) Executar na diocese as resoluções do congresso catholico, inclusive providenciar sobre a participação dos centros locais, associações, parochias e catholicos no referido congresso

e) Applicar as rendas de que trata o art. VI, § 15 e os deste artigo, § 4°.

§ 3°. Os centros diocesanos são fillados directamente ao centro Estadual, ao qual prestarão todo o concurso e cujas instrucções observarão.

§ 4°. Os centros diocesanos pagarão ao centro estadual 30% sobre todas as suas rendas, quer as provenientes das quotas remettidas pelos centros locais, quer as que obtiverem na sua propria sede, de contribuições de socios, das associações federadas ou quaesquer outras.

ART. VI

Centros Locaes

§ 1°. Os centros locais são constituídos por socios effectivos, benemeritos e remidos, conforme as contribuições que pagarem e fixadas pelos centros locais no respectivo regimento interno.

§ 2°. Poderá haver centros locais não somente nas sedes de parochias, mas tambem em povoações não elevadas a essa categoria, desde que haja ali elementos para constituir-os.

§ 3°. Os gerentes e delegados da União Popular, eleitos ou nomeados antes do 2°. Congresso Catholico Mineiro, promoverão immediatamente a organização dos centros locais de accordo com estes estatutos; esses gerentes e delegados são membros natos da directoria dos centros locais, podendo até ser eleitos directores dos mesmos.

§ 4°. Para todos os logares, em que ainda não houver gerencias e delegados, o Centro Estadual na Archidiocese de Marianna e os centros diocesanos, nas respectivas dioceses, nomearão um delegado para promover em cada localidade a organização do centro local. Para delegado será nomeado regularmente o catholico apresentado pelo Vigario da parochia

Esse delegado é membro nato da directoria do centro local, podendo até ser eleito director.

§ 5°. Uma vez organizado o centro local, cessa a missão dos gerentes e dos delegados.

§ 6°. As gerencias da União Popular existentes antes destes estatutos, transformam-se em centros locais e portanto:

a) Seus socios passam a ser socios do centro local;

b) Seus bens moveis e immoveis passam a pertencer ao centro local;

§ 7°. Em cada localidade somente pode haver um centro.

§ 8°. A directoria dos centros locais compõe-se:

a) Do delegado ou gerente da União Popular;

b) De dous membros das directorias de todas as associações catholicas da localidade, inclusive as de piedade e caridade; esses dous membros deverão ser designados pelas associações pela forma que estas julgarem conveniente.

c) Por alguns catholicos nomeados pelo gerente ou delegado do centro diocesano ou estadual, não devendo o numero dos nomeados exceder ao terço dos outros membros.

§ 9°. Escolhidos assim os membros da directoria, esta, em sessão, elegerá um director e este immediatamente escolherá secretarios, thesoureiro e agentes.

§ 10°. Si na localidade não houver nenhuma associação, a directoria constará de membros escolhidos pelo delegado do centro diocesano ou do Centro Estadual; si houver apenas uma associação, a directoria do centro constará de seus dous representantes e de mais alguns catholicos escolhidos pelo delegado, tudo de accordo com o vigario.

§ 11°. Cada associação local pagará ao centro local a contribuição de 12.000 por anno.

§ 12°. A directoria dos centros locais compete:

a) executar na localidade as resoluções do congresso, esforçando-se de preferencia por aquellas que forem exigidas pelas condições locais;

b) executar o programma da União Popular, tomando sempre a iniciativa das obras sociais, economicas, beneficentes, tendo em vista as circunstancias locais;

c) Organisar o seu regimento interno, que ficará sujeito á approvação do centro a que estiver subordinada.

d) Admittir e eliminar os socios;

e) Gerir os recursos financeiros do centro de accordo com os fins da União Popular.

§ 13.º Ao director de centro local compete:

a) Nomear e destituir secretarios, thesoureiro e procurador, bem como auxiliares de serviço, quando isso for necessario;

b) Convocar as sessões da directoria, semanalmente, as sessões gerais uma vez por mez e sessões extraordinarias, plenarias ou parciais sempre que for necessario;

c) Assignar todo o expediente preparado pelo secretario e os documentos financeiros preparados pelo thesoureiro;

d) Apresentar cada anno, em fins de dezembro, ao Centro Diocesano e na falta deste ao Centro Estadual um relatório, em duplicata, constatando o movimento do centro local e a acção social catholica na localidade, contendo uma estatística sobre o numero, programma e condições de todas as instituições locais, catholicas ou não, com o numero de socios de cada uma e mais esclarecimentos necessarios;

e) Designar entre os membros da directoria quem o substitua nos impedimentos temporarios.

§ 14.º Os centros locais são filiados directamente ao Centro Diocesano e na falta deste ao Centro Estadual.

§ 15.º Os centros locais pagarão ao Centro Diocesano e na falta deste ao Centro Estadual 25 % de sua renda mensal quer ordinaria quer extraordinaria. A remessa dessa contribuição será feita semestralmente em fins de Julho e Dezembro.

§ 16.º No caso de dissolução de um centro local, tudo quanto lhe pertencer, passará ao patrimonio do Centro Diocesano, em falta deste ao do Centro Estadual e na falta deste à diocese do centro extinto.

§ 17.º O centro local colherá recursos das seguintes fontes:

a) Contribuições dos seus socios effectivos, não inferiores a 2\$000 por anno, bem como das contribuições ou donativos dos socios remidos e benemeritos, tudo conforme determinar o respectivo regimento interno;

b) Das quotas das associações federadas, à razão de 12\$000 annuaes para cada uma, conforme o determinado pelo 2.º Congresso Catholico Mineiro;

c) Do producto das kermesses, festivas, beneficios e outros que a directoria deve promover, sempre que possivel.

ART. VII

As directorias

§ 1.º Somente podem fazer parte das directorias de qualquer centro da União Popular catholicos praticantes.

§ 2.º Os membros da directoria dos centros da União Popular (Estadual, Diocesano, ou local) são verdadeiros propagandistas cuja actividade deve exceder a todos os outros catholicos, já em alistar sempre novos socios, já em visitar-os periodicamente para com elles conversar sobre a acção social catholica já em distribuir boletins e folhetos de propaganda catholica já em assignar os jornaes e revistas aconselhados pela União Popular, já em obter o maior numero possivel de assignantes;

§ 3.º Aos mesmos compete fazer propaganda intensa e pessoal, na sua roda de relações e onde quer que estejam, dos mesmos jornaes e revistas; contra as casas de diversões immoraes ou suspeitas, recommendando aquellas que são reconhecidas seriamente; a mesma propaganda deverão fazer contra as casas de ensino, que não sejam catholicas, contra os jornaes e revistas inconvenientes, impios e immoraes; ser em fim verdadeiros apostolos sociais, cada um dentro dos limites de sua capacidade.

4.º As directorias de qualquer centro podem funcionar com qualquer numero, excepto quando se tratar de organização ou reforma de regimento interno, medidas financeiras e eleições, casos estes que somente poderão ser resolvidos com a presença da maioria de seus membros.

Em qualquer hypotese, as decisões serão sempre tomadas de accordo com a maioria absoluta dos membros presentes à sessão.

5.º Vagando por qualquer motivo o logar de director geral, a directoria elegerá, dentre seus membros, quem o preencha até a reunião do Congresso Catholico, ficando essa eleição dependente de approvação da auctoridade archidiocesana.

ART. VIII

Congressos

1.º A União Popular em Minas Geraes, tendo sido honrada com a missão de organizar os Congressos Catholicos Mineiros e de executar suas decisões, não realisará Congressos especiaes.

2°. O Congresso Catholico Mineiro, em suas sessões consagradas á acção social, é o supremo corpo deliberativo em tudo o que diz respeito á mesma acção.

§ 3°. É constituído pelos delegados de todos os centros diocesanos e locais, de todas as parochias, de todas as associações catholicas do Estado e pelos catholicos que individualmente se inscreverem.

§ 4°. É organizado pelo Centro Estadual com autorização especial do Episcopado.

§ 5°. Cada congresso determinará a epocha e a localidade em que se deverá realizar o congresso seguinte.

§ 6°. Para cada congresso, o Centro Estadual organizará regimento interno e um programma, e este constará de poucas theses, versando estas sobre os assumptos de maior urgencia. Este programma deverá ser submettido á approvação da autoridade archidiocesana e espalhado em profusão, com a antecedencia necessaria.

§ 7°. O Congresso não se occupará de assumptos politicos, sem contudo, ficar alheio aos problemas religiosos que por ventura tenham ligação com a politica.

§ 8°. Cada Congresso escolherá na sua sessão preparatoria a mesa directora de seus trabalhos

ART. IX

Assembleias geraes

§ 1°. As Assembleias de qualquer centro se realizarão como segue:

a) As Directorias, tanto do Centro Estadual como do Diocesano e dos Centros locais, se reunirão semanalmente;

b) Haverá cada mez reunião de todos os socios da União Popular;

c) frequêntemente haverá reuniões geraes, não só dos socios da União Popular, mas ainda de todos os membros das associações federadas

d) Para as sessões geraes, poderão ser convidadas pessoas extranhas, a criterio da directoria.

e) por motivos excepcionaes, serão convocadas reuniões extraordinarias, quer só da Directoria, quer geraes.

§ 2°. Na Capital do Estado e nas sédes dos Centros Dio-

cesanos não haverá centros locais. O Centro Estadual e os Centros Diocesanos farão suas vezes.

§ 3°. Podem ser socios de qualquer centro todos os catholicos de boa reputação, e que prometam: a — pagar a contribuição corespondente á classe de socios a que pertencem; b — comparecer ás assembleas geraes; c — fazer o que delles depender para a prosperidade da associação e realização de seus nobres fins.

§ 4°. Não podem ser admittidos na União Popular pessoas filiadas a seitas ou sociedades condemnadas pela Igreja ou a esta contrarias.

§ 5°. Todos os Centros devem mandar um ou mais de seus membros a tomar parte nos Congressos Catholicos Mineiros, ou ao menos nelles se farão representar.

§ 6°. De accordo com o preceituado nos n.ºs. 1276, 1296 e seguintes da Pastoral Collectiva de 1910, embora não seja a União Popular uma irmandade, considerar-se-á como tal a respeito de seus bens e patrimonios, e por isso:

a) O Centro Estadual pedirá a personalidade juridica ao poder civil, mas só depois de obtida a licença da auctoridade archidiocesana;

b) nos Estatutos que publicar no *Organ Official* para consequencia, ficará expressamente consignado que, em caso de dissolução da União Popular, os bens moveis e immoveis pertencentes ao Centro Estadual ou a qualquer outro passarão a pertencer á Mitra da diocese respectiva.

c) O Centro Estadual prestará contas de sua administração financeira ao Congresso Catholico Mineiro que nomeará para examinal-a uma Comissão *ad hoc*.

§ 7°. Os mandatos dos Directores e mais membros das Directorias dos varios centros da União Popular perdurarão como segue:

a) O do Director do Centro Estadual, de um Congresso a outro;

b) O do Director do Centro Diocesano, enquanto approver á Auctoridade Diocesana;

c) Os dos outros membros da Directoria, tambem de um Congresso a outro

d) O dos delegados, só até a posse de cada nova Directoria

e) Todos esses mandatos podem ser renovados.

§ 8º. Immediatamente depois de encerrado o Congresso Catholico Mineiro, o director do Centro Diocesano, e na falta deste, o Director do Centro Estadual) nomeará os delegados encarregados de designar os membros que tem de fazer parte da Directoria dos centros locais e as novas directorias ficarão constituídas como mandam o §. 8 do artigo VI, e isto dentro do prazo maximo de 3 mezes, depois do encerramento do Congresso,

§ 9º. Si a União Popular do Brasil restabelecer na capital do Paiz a sua direcção central, organisa da de accordo com a autoridade competente, poderá o centro Estadual federarse com aquella direcção, estabelecendo-se as condições necessarias, contanto que não contrariem o estabelecido pelo congresso catholico do Estado e se faça esse accordo com autorisação do Episcopado Mineiro.

§ 10º. As funcções do centro da archidiocese de Marianna são exercidas pelo Centro Estadual.

§ 11º. Para defeza da Igreja, nos casos emergentes de perseguição e violencia ou de qualquer outra natureza, o Centro Estadual, julgando conveniente, poderá entender-se directamente com os centros locais.

Bello Horizonte 2 de Dezembro de 1911

- O Assistente Ecclesiastico, Fr. Candido Vroomans
- O Director Geral, José, A. Campos do Amaral
- O Secretario, Mario de Lima
- O Thesoureiro, José Neves
- Bernardino de Lima
- Paulo Sigaud
- Epaminondas Pires
- Oscar Cyrino
- Jucundino Santiago
- José Possidório dos Santos
- José Theophilo do Couto
- João Francisco de Jesus
- Domingos de Meira

José Jacob Sewaybricker Priamo
Sebastião de Alcantara Moura
José Dias Bicalho
Francisco Machado
Paulo Tavares
Bento do Nascimento
Symphronio Brêchado
Francisco Caracéoli da Fonseca
Liberato Macieira
Luiz Guimarães

Approvação

**D. Silverio Gomes Pimenta, por
graça de Deus e da S. Sé Apostoli-
ca Arcebispo Metropolitano de Ma-
rianna, Prelado Domestico de S. S.
o Papa Pio X. etc.**

Aos Fieis Christãos saude, paz e benção em Jesus Christo Nosso Senhor.

Fazemos saber que, havendo sido eleito pelo 2º. Congresso Catholico Mineiro o Dr. José Augusto Campos do Amaral, Director da União Popular no Estado de Minas Geraes, eleição que devia ser por Nós approvada e confirmada; Nós, conhecedor do muito que elle tem trabalhado para o progresso dessa obra relevante, que tanto desejamos prospere em nossa Archidiocese, e do zelo com que o mesmo se dedica ao bem da Religião, do que, quando não houvesse outras provas, bastaria a celebração do 2º. Congresso Catholico Mineiro como argumento decisivo de dedi-

cação rara, e confiando que com o mesmo ardor continuará a trabalhar pela causa catholica, que é ao mesmo tempo a mais patriótica e social, confirmamos e approvamos a eleição do mesmo em Director da União Popular do Estado de Minas pelo 2º. Congresso Catholico Mineiro. Por esta mesma Portaria approvamos os Estatutos porque se ha de reger a mencionada União Popular, conservando Nós o direito de modificá-los de accordo com o Congresso Catholico, ou com a Directoria Estadual, si o bem da mesma União, ou da Religião o exigir. Para assistente ecclesiastico renovamos a nomeação do Rvd. Frei Candido Vroomans.

Dada nesta cidade de Marianna sob o Nosso signal e sello, aos vinte e seis de Dezembro de 1911. Eu Monseñhor Conego José Silverio Horta, Escrivão da Camara Ecclesiastica a escrevi.

† Silverio, Arcebispo de Mariana



ANEXO IV

Trabalho apresentado no 2º Congresso Católico Mineiro, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1911, por frei Cândido Vroomans.

Organização Social

“Em nossa opinião não há, sob o ponto de vista católico, questões sociais, porém somente questão social, e esta é a descristianização da sociedade”.

Esta palavra, que encontramos n'um trabalho do ilustre Dr. Furtado de Menezes, feito para o primeiro Congresso Católico de Juiz de Fora, é a verdade nua e crua.

“A moralidade diminui, a sociedade e a legislação desprendem-se cada vez mais da religião paterna”, disse o Papa Leão XIII. Por uma educação irreligiosa e por uma imprensa ateística, aumenta-se a descrença de modo assustador. Reina hoje um conceito confuso sobre moralidade, justiça, religião. Por isso se ensina ao homem procurar o céu na terra, viver unicamente a vida material.

Aí está posta a causa mais profunda da questão social, que traz consigo estes tristes efeitos: o rompimento dos laços sociais, a ruína da família, uma existência indigna e miserável.

Portanto, assim como nos ensina o nosso reinante Papa Pio X, “Restaurar tudo em Cristo, é o único meio; introduzir Jesus Cristo de novo na família, na escola, na convivência; restabelecer o princípio da autoridade humana, que representa a autoridade divina; cuidar dos interesses do povo, e principalmente da classe operária, e dos lavradores, não só infundindo no coração de todos, os princípios da religião, única verdadeira, origem de consolação nas angústias da vida; mas também esforçando-se por enxugar as lágrimas, mitigando os trabalhos, melhorando as condições econômicas, por uma razão certa no modo de proceder...”

“Todas essas obras juntas, que se exercem e põem em prática pelo laicato católico, formam o que se chama a ação católica.”

“...Mas para que esta ação social persista e floresça com a necessária coesão das diferentes obras que a compõem, é de máxima necessidade, que os católicos procedam

em mútua e exemplar concórdia. Sobre esta necessidade não pode haver dúvida alguma; as determinações da Sé Apostólica são tão claras, os exemplos de católicos, em outros países, tão louváveis, que em breve, em virtude desta concórdia e unidade de conselhos, obtiveram muitos frutos.”

“Para se obterem mais seguramente estes efeitos, entre as várias obras, foi estabelecida uma instituição eficaz e genérica, que tendo por nome: *Unio Popularis*, quer dizer: União Popular. Esta união tem por fim reunir, como em um só ponto os católicos de todas as classes sociais, mas principalmente a grande massa do povo, em volta de um centro comum de doutrina, propaganda e organização social. Esta corresponde a uma necessidade que se sente em todos os países; uma organização simples decorre da natureza das cousas que se encontram em toda a parte; não pode se dizer que esta instituição é mais apropriada a uma do que a outra nação; mas a todas, que sentem as mesmas necessidades e os mesmos perigos. A admirável popularidade da mesma, a torna querida e aceitável a todos, nem impede outras instituições particulares, mas antes, lhes dá força e coesão; pela sua estrita organização pessoal, coage a cada um a entrar nestas instituições particulares, e acostuma o povo a uma ação prática e verdadeiramente frutífera, e reúne os ânimos para terem os mesmos sentimentos e os mesmos desejos.”

“O centro, uma vez constituído desta maneira, todas as outras instituições que têm a mesma índole econômica, e intentam resolver praticamente, e em qualquer ponto, a questão social, espontaneamente agrupa os homens para uma idéia, i. é, para o fim geral que os congrega, ainda que, conforme as peculiares necessidades a que eles se aplicam, empregam várias formas e diferentes meios, segundo o fim próprio de cada uma d’elas o exige.”

Nestas palavras da encíclica do Papa Pio X, dirigida aos bispos da Itália, datada de 11 de junho de 1905, estão claramente expressos os princípios da organização católica que se forma pela centralização e descentralização da mesma.

Quanto ao primeiro, sem dúvida está incorporado no Centro da União Popular de Belo Horizonte, que, legalmente constituído pela autoridade eclesiástica, nascido das circunstâncias da sua colocação, de seus membros mais adiantados, tem mostrado até hoje sua atividade e competência. É o centro-capital da União Popular, o coração de toda a atividade católica, que deve lançar seu sangue e sua vida até as mais extremas veias do nosso Estado de Minas.

Sua existência é necessária.

O Papa Leão XIII, na sua encíclica “Rerum Novarum”, diz: “Porque o homem conhece a insuficiência de suas forças, sente-se forçado a procurar coesão na força de outros. Da S. Escritura é a palavra: “É melhor que dous estejam juntos do que alguém esteja sozinho, pois a união deles lhes é vantajosa. Ai, de quem está só, pois se cair, não tem que o levante”¹. E também aquela outra palavra: “um irmão, ajudado por seu irmão, é semelhante a uma cidade fortificada”². E a mesma inclinação natural que leva ao homem a um vínculo e confederação social, o faz procurar entre seus concidadãos, outra vez, nova coesão, e assim nascem as associações...” Mas para que haja entre essas associações concórdia e união, para reforçar e animar sua atividade, é necessário que todos obedeçam a um programa, a uma direção, e isso é impossível obter sem uma organização central.

A centralização da atividade social é também necessária sob o ponto de vista da organização de nossos inimigos.

Com que obediência admirável propagam o mal; todos são um no pensar e no agir. Quando se trata de dar um golpe à Igreja, ou ao seu clero, são muito bem dirigidos, tenazes, porque sentem bastante força atrás de si; há sempre união geral, centralização, quando querem executar algum plano infernal.

Pois bem, para fazer frente a este exército aguerrido, para opor um dique moral à enchente perniciosa da descristianização geral, é necessário que haja união entre todos os católicos; não somente a respeito de sentimentos, mas que haja também união no agir. Para que todos marchem em fileiras cerradas, para que todos os nossos jornais ataquem e defendam juntos, para que todos os Católicos protestem juntos e de uma vez, contra a lesão de nossos direitos; para tudo isso é absolutamente necessário uma única associação geral, centralizada em uma corporação, no Centro do Estado, a qual todos hão de obedecer; assim como um exército posto em combate há de obedecer a seu general, a seu chefe. Por outras palavras, há de haver a mais estrita e rigorosa disciplina.

Estando os católicos uma vez desta maneira regimentados e disciplinados, em submissão perfeita a um centro, que dirige os atos e que presta por sua vez obediência à autoridade eclesiástica, a vitória é nossa. Pois, somente por tal centralização teremos força eficaz, sem ela nada ou pouco obteremos. Nesta união serão os católicos os que dominam; associações isoladas serão dominadas pelos inimigos, pela maçonaria. Aí temos um exemplo, de que podemos bem aprender e se não quisermos ouvir a voz do

¹ Ecl. IV, 9-12.

² Prov. XVIII, 19.

nosso Soberano Pontífice, ao menos imitemos a disciplina intransigente dos nossos inimigos, para termos uma força invencível.

Portanto de qualquer maneira que encaremos a questão, sempre é necessário ter uma única organização geral com um centro que dirige toda a ação católica.

Esta direção, que há de ser firme e há de se estender até os últimos do Estado, pede sacrifícios pessoais e reais.

É patente que, para desenvolver sua atividade, o centro, estes homens de zelo e boa vontade, precisa de muitos e vários auxílios, assim como de uma biblioteca pequena, com obras sobre apologia e sociologia, precisa de guarda-livros, empregados, de uma tipografia própria para imprimir o jornal, os boletins, anúncios, avisos, cartões de sócios, etc. Há despesas de escrituração, papel, correio, até de viagens. Quem é que há de sustentar tudo isto? O Centro mesmo? Mas não é só esse que aproveita; quem aproveita, são os católicos, e por isso é conveniente que todos ajudem e todos contribuam. Por isso, que o Centro deve ser ativo, convém que o seu estado financeiro seja próspero, e que não reine lá uma pobreza franciscana; mas há de dispor de meios suficientes para desenvolver sua atividade sem o que sua energia esvaece, seu zelo adormece, e enfim morre de fraqueza.

O bem estar e o desenvolvimento harmonioso da força vital de um organismo, depende igualmente do bem estar dos órgãos. Assim como a influência do centro é de muita importância, também o vigor da União inteira, depende das suas partes subordinadas, da atividade dos muitos e vários órgãos, que se chamam na União Popular: 'gerências'.

Para formar um exército em estado normal, constituem-se batalhões, que são colocados em várias partes do país. Cada batalhão tem um comandante, que executa as ordens de seu general. Agora, se um exército é composto de poucos batalhões isolados, ainda que valentes e dirigidos por comandantes enérgicos, necessariamente há de sofrer uma derrota; porque o inimigo dispõe de um número muito maior, de armas ilícitas e principalmente, porque não é colocado em campo aberto, mas costuma fazer guerrilha; porém obedecendo sempre a um plano certo. Portanto, para a defesa nossa, é necessário formamos em todos os lugares batalhões ou gerências que executem as ordens dos Congressos, do Centro da ação, e em caso de necessidade, saiba agir com a responsabilidade própria. De tudo dará conhecimento e conta a seu superior, o centro.

Todavia, surge aqui uma dificuldade, i. é, a formação destes batalhões de voluntários patrióticos. Questão de dinheiro em geral não há, mas questão de boa

vontade. Existe grande ignorância, uma indolência inexplicável contra a qual o centro há de travar uma luta terrível. Por isso, em primeiro lugar, é necessário haver instrução, chamar a atenção do povo. Devemos acordar os que estão dormindo, e excitar aos que deixam tudo para o dia de amanhã. Devemos inspirar amor à classe, à qual pertence, amor à própria terra, amor à religião; mostrar a necessidade da união de todos os católicos, n'uma palavra: Propaganda! E não somente entre o povo, mas principalmente entre o clero, que deve se convencer de que a União Popular em que fala e que recomenda o Papa reinante, não é uma irmandade, mas o ajudante do clero para ensinar e defender a religião, adiantar o bem estar espiritual e material do povo. A autoridade eclesiástica em cada diocese estimule os vigários para nomearem ou mandarem eleger um gerente, que se ponha em ação com o centro, e em lugares mais afastados da sede da freguesia, um subgerente, para reunirem os homens depois da missa conventual, ou em qualquer outro tempo, a fim de conversarem e discutirem os maiores interesses do povo. O padre não há de ficar encerrado dentro da sacristia; mas há de estar no meio de seu rebanho, não só edificando-o por seu exemplo, mas também incitando-o ao progresso por seus conselhos e sua atividade. Isto, porém, não quer dizer que um Vigário há de ser o presidente ou administrador, pois, isso até não convém, mas “pela propaganda de boa leitura, por exortação de suas próprias palavras, por cooperação direta, cuide de promover as condições econômicas do povo dentro dos limites de justiça e caridade, e dar impulso às instituições que ambicionam este fim”, diz o papa Pio X.

“Os católicos sempre trazem o sinal de Cristo e por este fato apresentam o sinal da Igreja; logo é conveniente, de todo o ponto que recebam da Igreja estes sinais, e a Igreja defenda a imaculada honra deles, e que os católicos se submetam àquela vigilância materna, como filhos dóceis e obedientes”³.

Por isso, quando um lugar é provido ou não é provido, na eleição ou nomeação de um gerente, seja sempre reconhecida a autoridade eclesiástica; porque o fim primeiro da ação é um fim espiritual que é o objeto da hierarquia eclesiástica.

De tudo isto segue-se logicamente, que a ação católica, propondo-se restaurar tudo em Cristo, “constitui um verdadeiro apostolado em honra e glória de Cristo mesmo. Para cumprir corretamente este apostolado, se requer a graça divina, que não se dá a quem não estiver unido com Cristo. Somente quando Cristo vive em nós, poderemos facilmente restaurá-lo nas famílias, na sociedade. Portanto, os que são chamados para reger ou promover a ação católica, devem ser Católicos firmes, homens de convicção

³ Enc. Firmum Consilium.

religiosa, instruídos em cousas católicas, [i. é, ao menos no Catecismo] sinceramente obedientes à Igreja e principalmente à Sede Apostólica, ao Vigário de Jesus de Cristo na terra. Devem ser homens de verdadeira piedade, de virtude viril, de moralidade integral, e viver de modo que dêem exemplo eficaz a todos.”⁴ Não sejam católicos só de festas ou de missa, mas se submetam também às leis da Igreja; pois se os próprios guias, seja da organização central, seja das gerências particulares, não observam o que devem observar, como podem evitar a censura do povo: *Medice, cura te ipsum*.

“É essa a vontade de Deus que fazendo o bem, faça calar a boca dos imprudentes e ignorantes.”⁵

Conclui-se portanto que uma ação social, forte e bem orientada não se poderá esperar senão de homens de caráter, de católicos práticos.

Eis, além da base da nossa organização, uma das condições principais para alcançar o fim da ação católica.

A questão social, ainda que seja imediatamente um problema econômico, se move mormente n’um terreno moral e religioso. Hoje em dia a sociedade decaiu n’um estado miserável pelos princípios liberais. A grande luta causada pela questão social, nos impõe o socialismo, o indiferentismo e o maçonismo que é a negação de todas as leis humanas e divinas, que ameaça a sociedade com maiores perigos do que a própria questão social, pois mormente intenta a desgraça eterna das almas imortais.

Sendo assim, toma-se claro o objeto da nossa ação, que é levantar a grande massa, espiritual e materialmente para a imitação d’Aquele que “tinha compaixão do povo”⁶. Por isto, o campo das operações, ainda que tão vasto, tem seus limites, ao menos não se estenda à política. Esta nunca poderá ser *diretamente* o nosso terreno.

A União Popular não é uma liga eleitoral, não trata de mandar à Câmara dos Deputados Fulano ou Sicrano; pois seu terreno não é um cemitério, mas trata de reunir as forças católicas para trabalharem em união e com eficácia pelos interesses sociais, morais e materiais do povo. Os nossos inimigos são os abusos, os sistemas falsos e perversos, de que lançam mão contra nós nas sociedades secretas. Por isso é que a nossa organização deve ensinar aos católicos, que nunca poderão votar em um inimigo da Igreja, seja o próprio pai, irmão ou amigo, ainda que uma vez eleito, possa arranjar-lhes o mais rendoso emprego; porque isto seria entregar Cristo outra vez aos judeus.

⁴ Enc. Firmum Consilium.

⁵ Petr. II, 15.

⁶ Marc. VIII, 2.

Somente neste sentido, indiretamente, por ensino, a União Popular, como tal, poderá dar apoio à uma associação de caráter político. Não queremos dizer que a União não pode influir no governo, em certos casos, com meios lícitos pode e deve influir, reclamando seus direitos ou protestando contra a lesão destes; porém uma intervenção direta em política é reprovada, porque não é seu terreno e além d'isto, sempre causa discórdia, excita desavenças e até ódio; n'uma palavra, seria a morte da organização.

E agora, todos os que se dedicam à ação católica ouçam a palavra de nosso Soberano Pontífice, a palavra que espontaneamente sai do seu coração: “Nas aflições que quotidianamente nos oprimem, se há alguma consolação em Cristo, se algum alívio nos é oferecido por vossa caridade, se tendes comunhão de espírito e de comiserção, também nós diremos com o Apóstolo S. Paulo: completa a vossa alegria com a concórdia, com a mesma caridade, com afeto unânime, com humildade e a devida submissão, de nenhuma maneira procurando as próprias comodidades; mas antes o bem comum, nutrindo no vosso coração aqueles mesmos sentimentos que afagava Jesus Cristo, nosso Salvador.”⁷

E aquela outra palavra: “Não é suficiente apontar o bem, cumpre executá-lo praticamente”.

P. Fr. Cândido Vroomans

Fonte: *Caderno União Popular*, pp. 38 a 53

⁷ Enc. *Firmum Consilium*.

ANEXO V

Trabalho apresentado ao 4º Congresso Católico Mineiro, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1918, por frei Cândido Vroomans.

Organização Social

No órgão da União Popular de S. João del Rei, “Ação Social”, no seu número 17 de 1915 se leu: “A organização dos elementos e das forças católicas é a primeira condição para uma luta eficaz e uma vitória certa. Por falta desta organização é que, há mais de 20 anos, tem se dado o triste espetáculo das saídas falsas, dos esmorecimentos e desânimos. Todas as tentativas, todos os esforços têm dado nisso. No entanto temos os melhores elementos, as mais pujantes forças, mas todas dispersas sem orientação, sem união de vistas, sem disciplina.”

Aqui está escrita uma verdade certa, explicada a causa do nosso atraso, do nosso doce famiente. Temos elementos, forças, homens católicos, adestrados nas ciências, mas não há união, disciplina. É um exército debandado que nem escuta mais o toque de reunir. Um quer isto, outro aquilo. Um acha isto bom, outro aquilo melhor e cada um toma o seu caminho de modo que não se realiza cousa alguma. No 1º, 2º. e 3º. Congresso falamos muito em organização social, chegamos ao ponto de formá-la, assim como os três últimos Papas por encíclicas e cartas recomendaram, fizemos estatutos e se distribuíram por todos os lados, tomaram nos congressos a este respeito resoluções, as mais bonitas e as mais firmes que há, foi até nomeada uma comissão para executá-las e praticamente se fez...nada.

Os estatutos foram para a gaveta, as resoluções ficaram arquivadas, a comissão tomou-se inerte. Agora, que é que seria o motivo desta ociosidade?

A resposta é simples.

É porque a maioria pertence à irmandade dos braços cruzados. Na ocasião do congresso, no momento de um discurso bonito, todos batem palmas aplaudindo. De todos os lados chovem os “apoiado! apoiado! muito bem!” mas a atividade não passa disto. Parece que o congresso é uma ópera em que todos os artistas cantam com toda a força pulmonar: “Avante! Avante!” mas nenhum deles se move. Julgando pelo

estrondoso entusiasmo que as vezes reina no congresso afigura-se que vai cair sobre Minas um trovão, uma tromba de ação social, mas lá vem de um canto o vento que espalha tudo, uma brisa e todos ficam...na calma. Era a brisa da moleza, que excita sonolência. O trovão não estronda, a tromba da ação não cai...aqui um pingo de entusiasmo molha mais os ânimos. Tudo fica como dantes. A organização existe apenas no papel. Então havemos de desanimar?

Não! É necessário tentar de novo, mais instruir, melhor educar o povo. Pois organizar, regimentar socialmente os católicos, é defender a causa de Deus, porque a questão social é fundamental e simplesmente uma questão religiosa.

O mal que havemos de combater não está propriamente na vida econômica, nem na vida política, mas na sociedade mesma, pois rompidos andam os vínculos sociais pelo egoísmo ou individualismo, vínculos que devem ligar o homem com o homem e o homem com Deus.

Os fundamentos da sociedade civil, que somente são firmes quando fornecidos pela religião, estão solapados e nisto consiste a questão social. Portanto esta questão, que é o mal, a moléstia que invadiu o organismo social, se forma pelos princípios falsos que baniram Jesus Cristo da sociedade. A luta mundial é pró ou contra Cristo. Quem não é em favor, é contra Ele. Não há termo médio. Havemos portanto de escolher. Estamos a favor? Pois bem, então havemos de reunir e organizar-nos.

Conta Plutarco, disse o ilustre Dr. Furtado de Menezes no 1º Congresso Católico, que um rei, chamado Seiluro, sentindo aproximar-se a morte, mandou que todos os seus filhos viessem junto do leito e deu-lhes para que partissem ao meio um feixe atado de varas. Naturalmente nenhum o conseguiu. Seiluro então desatou o feixe e a cada um entregou uma das varas que foi facilmente quebrada. O mesmo vos sucederá, disse o pai moribundo. Separados sereis facilmente vencidos, unidos sereis fortes e invencíveis.

Eis a figura dos católicos, que hão de ser fortes e invencíveis na união e sem a qual é impossível conseguir cousa alguma nem direitos, nem a verdadeira liberdade. É necessário provar e tomar a provar que esta união e, portanto, também a organização é indispensável. Se nunca começarmos a obra social, é certo que nunca havemos de acabar. Devemos por mãos à obra e que se funde a Ação Social em cada paróquia por pequena que seja ou insignificante que pareça e faça o papel do apóstolo, que seja um foco de luz e de calor: de luz que ilumine os entendimentos acerca da necessidade da organização para a reforma social, de calor que inflame os corações, contra a frieza e o

indiferentismo, contra a corrupção dos costumes, contra a propagação do erro e das doutrinas deletérias e funestas, contra os obstáculos da civilização cristã.

Se os pessimistas me objetarem, que no Brasil temos tudo contra: população muito disseminada, índole inerte do povo, clero deficiente, falta de imprensa, enfim, um dia entre duas noites – puro pessimismo – posso lhes replicar que em condições muito piores começaram os apóstolos a conversão do mundo pagão, que mais desesperadas eram as condições dos católicos da Europa ao iniciarem seus assíduos e pertinazes trabalhos de organização católica. O que eles fizeram porque nós não podemos fazer? Mas é urgente trabalhar, explicar ao povo o que é a questão social e a organização necessária.

Para esclarecer isto, podemos, com muito proveito, citar as encíclicas, aquelas obras primas dos Papas Leão XIII, Pio X, e Bento XV, que explicaram e demonstraram, com toda a clareza, não só a utilidade, como também a necessidade da organização católica, até indicaram o caminho que se há de seguir. É necessário chamar a atenção do povo para a vontade dos nossos bispos, aos quais havemos de prestar obediência e que querem que os católicos se reúnam em defesa de seus princípios mais sagrados. Podemos apontar o procedimento dos nosso inimigos que sempre estão unidos, bem disciplinados, quando é contra a Igreja.

Estes e outros argumentos não de convencer afinal o povo. E quando os católicos brasileiros se convencerem da necessidade, quando se organizarem para a defesa de suas crenças, para a reivindicação de seus direitos, só neste caso, é certo que vencerão e os próprios inimigos por força não de respeitá-los. No contrário, sem organização, serão vencidos e continuarão a serem escravos de opiniões falsas que atualmente governam.

Pelo cômputo dos positivistas mesmos, o Brasil tem entre os seus habitantes 500 mil acatólicos. Temos portanto um acatólico contra 39 católicos, isto na hipótese de serem 20 milhões os habitantes. Por isso, com alguma organização, com pouca atividade, a vitória devia ser nossa.

Devia ser, mas infeliz e realmente não é, e disto a culpa é nossa. A nossa atividade muitas vezes se limita a censurar, nas queixas do tempo atual, ao passo que para fazer alguma coisa, auxiliar uma obra social ou de interesse comum, para comparecer numa assembléia ou reunião, sempre há grandes dificuldades, ninguém tem tempo algum, todos ou quase todos têm outros compromissos muito sérios. Somos muito comodistas, melindrosos, sempre há pretextos e desculpas, e a verdade é que

temos medo de cansarmos e gastarmos. A maior parte sofre de coração real ou espiritualmente. Pede-se um auxílio pecuniário para uma obra, a resposta é: “Oh! O sr. sabe, já dou tanto por mês aos pobres e não posso ir além de meu orçamento”. Há muita caridade, ninguém nega, até queremos comprar o céu por um tostão, mas não podíamos economizar uma ou outra noite de cinema, de teatro, pois para isto sempre há dinheiro e tempo.

É muito fácil, snrs., assentado numa cadeira de balanço, censurar as circunstâncias atuais, discutir, dar sábios conselhos, mas para andar, fazer propaganda, tomar e pagar assinatura de um jornal católico, mostrar por obras e realmente interesse, é isto de que a causa católica necessita. Esta má compreensão de caridade é que paralisa, aquela falta de atividade, a moleza, a inércia é que mata toda a organização social ou antes nem a deixa nascer.

É pena, confrange um coração apostólico ver, como todos andam por aí, confusos, sem união, sem guia, debicando, flauteando até cousas sérias. Se um católico cometer uma falta, talvez e provavelmente ainda de boa fé, todos os outros levam a fama, e não há mais nada que presta. Um censura a outro, um fala no outro, tudo é hipocrisia, tudo é gatunagem.

Mas se houve falta ou erro então simplesmente se corrija a falta ou erro. A questão social não trata de homens, mas de princípios e sim de princípios da religião, que é atacada, que desvanece. Que culpa pode ter a religião que um ou outro cai no erro? Se Nosso Senhor escrevesse na areia do chão os pecados daqueles que censuram tanto, assim como uma vez na sua vida fez, quando queria salvar da morte a mulher adúltera, eu queria ver a cara dos que sempre estão censurando e reprovando.

Temos de sobra homens, eminentes nas ciências. A causa católica dispõe em nosso país dos melhores elementos intelectuais; os católicos estão na grande maioria e o que se fez?

Houve efeitos, é inegável, mas não aqueles que podíamos e devíamos esperar e a causa está na falta de união. Então por que não se reúnem, não se organizam? Têm medo?.. Medo de que ou de quem?.. De aborrecer a minoria com nossa ação? Mas eles não nos aborrecem, porém nos roubam aquilo a que temos direito, nossa liberdade, nossa consciência, nossa personalidade. Se cada um de nós fizesse para o bem comum do catolicismo a metade do que um acatólico faz para o mal, haveria muito mais justiça e muito menos escravidão na sociedade. Mas em geral os católicos são tímidos e os indiferentes, positivistas, metodistas, espiritistas, todos reunidos na panela trípoda, têm

uma grande farronca. E é por isso que eles têm a faca e o queijo na mão. Nós temos medo de falar alto, de fazer reclame, de franquear as nossas convicções. Quando um compadre ou uma comadre é contra nossa opinião, ficamos calados, não se toca mais no assunto, dizendo ou pensando : “agora não é oportuno”, mas o fato é que esta oportunidade nunca chega. É portanto também necessário depor esta timidez. Quem se envergonha da ação social, se envergonha da religião. Quem se envergonha da religião, também se envergonha de Deus. Quem se envergonha de Deus não é digno Dele.

Comecemos de novo e com ânimo. Cristo fez tantos sacrifícios para nós, porque lhe negáramos um sacrifíciozinho nosso para Ele. Tomemos as idéias aventadas neste congresso e realizemo-las. Que não fiquem somente no papel, mas ponhamo-las em prática, pois sem organização também os congresso ficarão sem efeitos reais e são somente expressões momentâneas de um entusiasmo religioso, bonito, imponente, sim, é verdade, mas é mister fazer alguma cousa, trabalhar, aumentar o reino de Deus, defender, reclamar os direitos dos católicos, restabelecer Jesus Cristo na sociedade!

A organização onde existe que se desenvolva e progrida, onde não existe que se funde. Convençam-se todos os católicos que a Igreja, esta soberana insubstituível, fundada para o bem estar dos indivíduos, das famílias, da sociedade civil, sempre há de influir na educação intelectual e moral do povo, porque só ela tem o poder e o condão da civilização, da verdadeira cultura que forma a consciência social de uma nação.

P. Fr. Cândido Vroomans

ESTATUTOS
DA
União Popular

Organizados sobre os Estatutos da União
Popular do Brasil com as modificações
determinadas pelos Congressos Catholicos
de Minas Geraes

Com a Approvação da Autoridade
Ecclesiastica Competente

Impresso para ser observado em todo o Estado
de Minas Geraes

Bello Horizonte - Brasil - Novembro de 1919



TYPOGRAPHIA MODERNA
Rua dos Caethés, 412
BELLO HORIZONTE

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

As portarias de aprovação destes Estatutos foram paginadas em desacordo com a ordem que deveria ser observada. Motivou esta falta um lastimável equívoco do paginador. Pedimos, portanto, a benevolência de quem de direito para esse defeito.

A Directoria

"Estatutos da União Popular"

CAPITULO I

Denominação, sede e fins

Art. 1.º Com a denominação de «União Popular» e tendo por sede a Capital do Estado de Minas, fica estabelecida em Bello Horizonte uma associação que tem por fim:

- a) Promover a ordem christã na sociedade, principalmente pela instrução do povo quanto aos deveres e direitos sociaes;
- b) Dar a todos a educação necessaria para que collaborem praticamente na elevação do nivel intellectual, moral e economico em todos as classes;
- c) Promover a refutação de todos os ataques dirigidos contra a religião catholica;
- d) Combater a tendencia revolucionaria no terreno social;
- e) Congregar para o desenvolvimento da acção social e defeza da Igreja todas as forças catholicas do Estado, reunindo em vasta federação as associações catholicas de qualquer natureza, continuando todas a gozar de plena autonomia em seu governo interno.

CAPITULO II

Dos meios para realização de seu programma

Art. 2.º Para alcançar seus fins a associação adopta os seguintes meios :

- a) Instituição de obras referentes ao interesse immediato e pessoal de seus associados, como sejam : caixas de beneficencia, mutuo soccorro, assistencia de todo o genero, agencias de trabalho;
- b) Instituição de obras de interesse geral e nacional, como sejam : syndicatos, cooperativas, caixas ruraes, bancos populares, agencias de propaganda e informações;
- c) Instrucção do povo mormente no terreno profissional e social, por meio de officinas technicas, gabinetes de leitura, bibliothecas, centros de publicações e propaganda de boa leitura, cursos de ensino popular e conferencias;
- d) Educação de oradores, litteratos, jornalistas e propagandistas sociaes;
- e) Publicação de um organ official e de folhas avulsas;
- f) Propagação da imprensa catholica.

CAPITULO III

Administração e representação

Art. 3.º A Administração da associação é confiada ao corpo executivo e ao corpo deliberativo.

§ 1.º O corpo executivo é constituído por :

- a) Um centro de acção geral no Estado, com séde na Capital, denominado centro estadual da «União Popular»;
- b) Um centro de acção em cada archidiocese ou diocese, denominado : centro archidiocesano ou diocesano da «União Popular»;
- c) Um centro de acção em cada localidade com a denominação de centro local da «União Popular».

§ 1.º O corpo deliberativo é o Congresso Catholico Mineiro.

Art. 4.º O centro estadual é dirigido :

- a) Por uma Junta Executiva constituída por um director geral eleito pelo Congresso Catholico, com approvação da Autoridade Archidiocesana; por um vice-director, dous secretarios e dous thezoueiros, todos nomeados pelo director de accordo com o Conselho Consultivo e Fiscal;
- b) Por um Conselho Consultivo e Fiscal, formado pelos representantes das associações catholicas da Capital, inclusivé do Centro da «União Popular»;
- c) Pelo Assistente Ecclesiastico nomeado pelo Exmo. Revd. Snr. Arcebispo.

§ 1.º A Junta Executiva estadual compete;

a) promover a organização dos centros archidiocesanos e diocesanos em que não haja centros diocesanos e com elles corresponder-se;

b) Resolver todas as duvidas que surgirem no movimento dos centros seus subordinados;

c) Manter um registro dos centros archidiocesanos, diocesanos e locais, bem como de todas as associações catholicas do Estado, com todos os esclarecimentos necessarios;

d) Organizar os trabalhos do Congresso Catholico Mineiro, convocar-o para o tempo e lugar que o proprio Congresso determinar e executar as suas resoluções;

e) Organizar modelos de estatutos para as instituições de que trata o art. 2.º;

f) Organizar instrucções para a execução das resoluções do Congresso Catholico;

g) Manter logo que possivel um escriptorio de informações, assignatura de jornaes e revistas, encomendas e procuratorios;

h) Fiscalizar a publicação do organ official e de todas as publicações e impressos que tiverem de ser distribuidos;

i) Apresentar ao Conselho nas épocas regimentaes relatorios e balancetes demonstrativos do movimento social e financeiro da associação;

j) Organizar modelos de regimentos internos para os centros ou fiscalizar e modificar os que por elles forem organizados.

§ 2.º Ao Conselho Consultivo e Fiscal compete :

a) Concordar ou não com as nomeações de membros da Junta Executiva feitas pelo director geral;

b) Fiscalizar os actos da Junta Executiva;

c) Resolver as consultas que a Junta Executiva lhe dirigir;

d) Discutir e votar os relatorios e balancetes apresentados pela Junta Executiva e exigil-os quando não forem apresentados nas épocas regimentaes;

e) Dar parecer sobre as contas e relatorios que o director geral apresentar ao Congresso;

f) Escolher dentre seus membros as commissões que o regimento interno determinar.

§ 3.º Ao director geral compete :

a) Nomear de accordo com o Conselho os membros da Junta Executiva;

b) Convocar e presidir todas as reuniões da Junta Executiva e desta conjuntamente com o Conselho, bem como quaesquer outras reuniões e assembléas geraes ou parciaes;

c) Nomear de accordo com a Junta Executiva os auxiliares de serviço que forem julgados necessários;

d) Representar a associação, para todos os effeitos, em juizo e fora d'elle e perante terceiros, bem como administrar os seus bens e patrimonios;

e) Designar substituto para qualquer membro da Junta temporariamente impedido, submettendo a designação á sanção do Conselho;

f) Dirigir a publicação do organ official e de todas as publicações e impressos que tiverem de ser distribuidos.

§ 4.º Ao Assistente Ecclesiastico compete :

a) Velar pela paz e boa harmonia entre as associações federadas e a «União Popular», entre os diversos organs da direcção da «União Popular», bem como entre os socios;

b) Impedir a infracção que a «União Popular» ou qualquer associação commetter das leis e direitos da Igreja Catholica;

c) Suspender qualquer deliberação ou reunião ou assembléa contraria ao disposto nestes estatutos, ao regimento ou ás leis ecclesiasticas;

d) Suspender qualquer polemica, travada na imprensa entre socios da «União Popular» ou das associações federadas des-

de que essa polemica seja inconveniente ou contraria ás recommendações da Santa Sé.

§ 5.º Aos demais membros da Junta Executiva competem as attribuições determinadas no regimento interno.

Art. 5.º Os centros archidiocésanos são formados por :

a) Uma Junta Executiva, constituída de um director nomeado pelo respectivo Ordinario; por um vice-director, dous secretarios e dous thesoueiros, todos nomeados pelo director, de accordo com o Conselho Consultivo e Fiscal;

b) Um conselho Consultivo e Fiscal constituído pelos representantes de todas as associações catholicas locaes.

§ 1.º A Junta Executiva dos centros archidiocésanos e diocésanos compete :

a) Promover a organização dos centros locaes da respectiva archidiocese ou diocese, de accordo com estes estatutos;

b) Resolver todas as duvidas que surgirem no movimento dos centros seus subordinados, consultando ao centro estadual sobre as que não puder resolver;

c) Manter um registro dos centros locaes bem como de todas as associações catholicas de sua circumscripção, com todos os esclarecimentos necessários;

d) Executar e fazer executar na sua circumscripção as resoluções do Congres-

so Catholico conforme as instrucções emanadas do centro estadual e providenciar sobre a participação dos centros seus subordinados, associações, parochias, socios da «União Popular» nos trabalhos do mesmo Congresso;

e) Apresentar ao centro estadual relatório e balancete annual demonstrando o movimento social e financeiro não somente do centro archidiocesano ou diocesano, mas dos centros locais seus subordinados;

f) Apresentar ao Conselho relatorios e balancetes semestraes demonstrando o movimento social e financeiro do centro no semestre anterior.

§ 2.º Ao Conselho Consultivo e Fiscal dos centros archidiocesanos e diocesanos compete :

a) Fiscalizar os actos da Junta Executiva;

b) Discutir e votar os relatorios e balancetes apresentados pela Junta Executiva e exigil-os quando não forem apresentados nas épocas regimentaes;

c) Concordar ou não com as nomeações de membros da Junta Executiva feitas pelo director;

d) Dar parecer sobre os relatorios e balancetes apresentados pela Junta Executiva ao centro estadual.

Art. 6.º Os centros archidiocesanos e diocesanos são filiados directamente ao centro estadual ao qual devem prestar todo o concurso e cujas instrucções observarão, embora conservem personalidade jurídica propria. Pagarão ao referido centro 30 % sobre as suas rendas quer as provenientes dos centros locais, quer as suas proprias, de contribuições de socios, donativos, contribuições de associações federadas ou quaesquer outras, competendo-lhes pagar essa contribuição em janeiro e julho de cada anno. Compete-lhe igualmente pagar os impressos que lhes forem remettidos pelo centro estadual.

Art. 7.º Aos demais membros da junta executiva competem as attribuições determinadas no respectivo regimento interno.

Art. 8.º A directoria dos centros locais consta :

a) Da Junta Executiva formada por um director nomeado pelo vigario; de um vice-director, de dous secretarios e de dous thezoueiros, todos nomeados pelo director, de accordo com o Conselho Consultivo e Fiscal;

b) De um Conselho Consultivo e Fiscal formado pelos representantes de todas as associações catholicas da localidade;

§ 1.º Si na localidade não houver associação alguma, o Conselho será formado por tres membros eleitos pela assembléa geral dos socios da «União Popular». Si houver uma associação, o Conselho constará de tres membros, sendo um designado pela referida associação e os outros dous eleitos pela assembléa geral dos socios da «União Popular». Si houver duas associações, cada uma designará um representante e o centro da «União Popular» o terceiro.

§ 2.º A' Junta Executiva dos centros locais compete :

- a) Executar na localidade as resoluções do Congresso Catholico, de accordo com as instrucções que receber do centro a que estiver subordinada ou do centro estadual;
- b) Executar o programma da «União Popular», tomando sempre a iniciativa das obras sociaes, economicas e moraes, tendo em vista as necessidades locais;
- c) Organizar o seu regimento interno, submettendo-o á approvação do centro a que estiver subordinada;
- d) Admittir e eliminar socios;
- e) Apresentar ao centro a que estiver subordinada relatorios e balancetes an-

nuaes demonstrando o movimento social e financeiro do centro durante o anno anterior;

f) Ter a iniciativa de tudo quanto se referir ao progresso local, aos direitos e necessidades do povo, principalmente das classes trabalhadoras e de accordo com o vigario a defeza dos direitos parochiaes.

§ 3.º Ao Conselho Consultivo e Fiscal dos centros locais compete :

- a) Concordar ou não com as nomeações de membros da Junta Executiva feitas pelo director;
- b) Fiscalizar os actos da Junta Executiva;
- c) Discutir e votar os relatorios e balancetes apresentados pela Junta Executiva e exigil-os quando não forem apresentados nas épocas regimentaes;
- d) Dar parecer sobre os relatorios e balancetes apresentados pela Junta Executiva ao centro a que estiver subordinada e á assembléa geral dos socios.

§ 4.º Os centros locais são directamente filiados ao centro da archidiocese ou diocese, pagando-lhe 50% sobre suas rendas ordinarias ou extraordinarias, devendo esse pagamento ser feito mediante

remessas em janeiro e julho de cada anno, competindo-lhes ainda pagar os impressos que lhes forem remetidos pelos centros a que estiverem subordinados.

§ 5.º Os centros locais terão personalidade jurídica própria; devem adquiri-la mediante licença previa do respectivo Ordinário e do centro a que estiverem subordinados.

§ 6.º No caso de dissolução de qualquer centro local, seus bens passarão a ser administrados pelo centro a que estiver subordinado e na falta deste pelo centro estadual e na falta deste pela Mitra da archidiocese ou diocese do centro dissolvido, sendo-lhe restituído logo que seja regularmente restaurado.

§ 7.º Os centros locais colherão recursos das seguintes fontes:

a) Das contribuições de socios fixadas no respectivo regimento interno e que não serão inferiores a mil réis por anno;

b) Das contribuições das associações federadas e que não serão inferiores a 6\$000 por anno;

c) Do producto de beneficios, kermesses, festivaes, donativos, legados, etc.

Art. 9.º Ao director do centro local compete:

a) Convocar e presidir todas as sessões e assembléas geraes ou parciaes;

b) Nomear, de accordo com o Conselho, os membros da Junta Executiva;

c) Nomear, de accordo com a Junta Executiva, auxiliares de serviço;

d) Representar o centro local em juizo e fora delle e perante terceiros, bem como administrar seus bens e patrimônios;

e) Apresentar annualmente, no mez de janeiro, ao centro a que estiver subordinado, relatório e balancete demonstrativos do movimento social e financeiro, acompanhados de estatística, a mais completa possível, dos socios da «União Popular» e de todas as associações locais;

f) Designar de accordo com a Junta os representantes do centro perante o Congresso Catholico e influir para que todas as associações locais enviem representantes.

Art. 10.º Aos demais membros da Junta Executiva competem as attribuições determinadas no regimento interno.

Art. 11.º Somente podem fazer parte das directorias de qualquer centro catholicos praticantes.

Art. 12.º Os membros da directoria de qualquer centro devem ser verdadeiros propagandistas com actividade inextinguível, procurando alistar o maior numero possível de socios, fomentando a união entre

os mesmos por meio de visitas e reuniões e distribuindo-lhes boletins e folhetos adequados. Compete-lhes fazer intensa propaganda da imprensa catholica, influindo no sentido de cada vez augmentar mais os assignantes de jornaes e revistas catholicas, principalmente os recommendados pela «União Popular». Sejam infatigaveis propagandistas contra os maus jornaes e publicações immoraes ou perigosas para a fé e os bons costumes.

Art. 13.º As reuniões e assembléas de qualquer centro realizam-se conforme determinar o respectivo regimento interno, podendo funcçãoar com qualquer numero, excepto quando se tratar de eleições, reforma de regimento ou organização deste, contas, medidas financeiras, casos estes em que somente podem funcçãoar havendo maioria de socios ou membros presentes ou legalmente representados. Somente depois de duas convocações regulares, poderão funcçãoar com qualquer numero nos casos citados, sendo esta circumstancia mencionada na convocação.

Art. 14.º Vagando por qualquer motivo o logar de director geral a Junta Executiva do centro estadual escolherá quem o substitua, ficando essa escolha dependendo de approvação da Autoridade Archidiocesana.

At. 15.º O Congresso Catholico Mineiro é o corpo deliberativo da «União Popular».

§ 1.º O Congresso é constituído :

- a) Pelos delegados de todos os centros archidiocesanos, diocesanos e locais;
- b) Pelos delegados das associações federadas;
- c) Pelos socios da «União Popular» regularmente inscriptos;
- d) Pelos delegados das parochias;
- e) Pelos delegados das associações não federadas regularmente inscriptos;
- f) Pelos catholicos avulsos que se inscreverem regularmente.

§ 2.º De accordo com a lei somente terão direito de voto os socios e os representantes das associações federadas, podendo cada uma destas representar-se por mais de um delegado, porem com um só voto. Todos os demais congressistas somente poderão discutir e tomar parte nos trabalhos do Congresso sem voto.

§ 3.º Ao Congresso Catholico compete :

- a) Eleger o director geral;
- b) Tomar contas ao director geral no tocante á administração social e financeira;
- c) Escolher a mesa directora de seus trabalhos e as commissões technicas e de contas, conforme estabelecer o regimento

organizado pela Junta Executiva estadual com aprovação da auctoridade Archidiecésana;

d) Reformar os Estatutos ou autorizar o Cêntro Estadual a reformal-os. Essa reforma não poderá ser feita de modo a desvirtuar os fins da associação;

e) Resolver sobre as questões sociaes, traçando o programma a ser observado em relação a cada uma;

f) Dotar o Corpo Executivo dos recursos necessarios á sua existencia e fixar o mínimo das contribuições dos socios e das associações federadas.

CAPITULO IV

Das Associações Federadas

Art. 16.º Todas as associações catholicas de Minas Geraes, mesmo as que tenham sua séde fora do Estado, e qualquer que seja sua natureza, federar-se-ão com a «União Popular».

Art. 17.º A federação das associações deve ser feita de accordo com as regras seguintes :

a) As associações federam-se com o centro da localidade em que ellas funcçãonam e, não havendo ali centro com a immediatamente superior;

b) Cada associação designa pela forma compativel com os proprios estatutos um dos seus membros que a represente junto da «União Popular», fazendo parte do Conselho Consultivo e Fiscal.

Art. 18.º A's associações federadas compete :

a) Pagar ao centro com que estão federadas a contribuição annual minima de seis mil réis;

b) Fornecer ao mesmo centro annualmente um relatorio demonstrando ao menos a quantidade, nomes e residencias de seus associados;

c) Designar representantes seus junto dos Congressos Catholicos convocados pela «União Popular» ou em combinação com esta;

d) Fiscalizar por meio de seu representante e conforme estes estatutos os actos do centro.

CAPITULO V

Disposições Geraes

Art. 19.º As assembléas e reuniões de qualquer centro realizam-se conforme for determinado nos respectivos regimentos internos, respeitado o que a respeito prescrevem estes estatutos.

Art. 20.º Para as sessões geraes poderão ser convidadas pessoas estranhas;

salvo quando tiver de ser decidida alguma questão de ordem interna e que por sua natureza não deva ser discutida em presença de estranhos.

Art. 21.º Na capital do Estado e nas sédes de Archidioceses e Dioceses não haverá centros locais, pois o centro estadual na capital e os archidiocesanos ou diocesanos terão as funções de centros locais.

Art. 22.º Podem ser admitidos como socios de qualquer centro os catholicos de boa reputação que se compromettam : a) pagar a contribuição correspondente á classe em que se inscreverem; b) comparecer ás assembléas e reuniões; c) observar estes estatutos; d) fazer tudo quanto puderem pela prosperidade da associação.

Art. 23.º Não podem ser admitidos como socios os individuos que façam parte de seitas ou associações condemnadas pela Igreja ou a esta contrarias.

Art. 24.º Todos os centros devem mandar um ou mais de seus membros represental-os perante o Congresso Catholico convocado pela «União Popular» ou, não podendo mandar algum de seus membros, far-se-ão representar por algum socio da «União Popular» na localidade em que se realizar o Congresso.

Art. 25.º De accordo com o preceituado nos numeros 1276, 1296 e seguintes da Pastoral Collectiva de 1910, a «União Popular», embora não seja irmandade, reger-se-á como estas quanto a seus bens e patrimonios, e, por isto :

a) Cada um dos seus centros adquirirá personalidade jurídica, depois de obtida a necessaria licença do Ordinario e do centro a que estiver subordinado;

b) No caso de dissolução do centro estadual, os seus bens serão administrados pela Mitra Archidiocesana ou por quem esta determinar, até que o mesmo centro seja restaurado regularmente;

c) No caso de dissolução do centro estadual, os demais centros continuarão a funcionar;

d) No caso de dissolução de qualquer centro archidiocesano ou diocesano, seus bens serão administrados pelo centro estadual e na falta deste pelo Ordinario do centro dissolvido até que este seja restaurado regularmente; os demais centros subordinados ao centro dissolvido continuarão a funcionar subordinados ao centro estadual;

e) No caso de dissolução de qualquer centro local, seus bens serão administrados pelo centro a que estiver subordinado

e na falta deste pelo respectivo Ordinário, até ser regularmente restaurado.

Art. 26.º Os centros locais prestarão contas de sua administração financeira á assembléa geral de socios especialmente convocada uma vez por anno.

Art. 27.º O mandato de todos os encarregados de direcção de qualquer centro dura como segue :

- a) O do director do centro estadual, de um Congresso a outro;
- b) Os de directores dos demais centros enquanto approuver á auctoridade que os nomeou;
- c) O dos membros das Juntas Executivas enquanto approuver aos directores;
- d) O dos membros dos Conselhos Consultivos e Fiscaes enquanto approuver ás associações que os designaram;
- e) Todos os mandatos podem ser renovados indefinidamente.

Art. 28.º O centro estadual será o centro archidiocesano de Marianna.

Art. 29.º Si a «União Popular» do Brasil restabelecer na Capital Federal a sua direcção central, reorganizada de accordo com a autoridade ecclesiastica competente, e, com o mesmo programma, a «União Popular de Minas» federar-se-á com ella, com tanto que não sejam contrariadas as reso-

luções dos Congressos Catholicos Mineiros, não sejam feitas exigências contrarias a estes estatutos e tudo se faça com permissão da Autoridade Archiepiscopal de Marianna.

Art. 30.º Em casos especiaes, bem como nos de urgencia, o centro estadual tem o direito de entender-se directamente com os centros locais que não lhe são directamente subordinados.

Art. 31.º A acção politica não faz parte do programma da associação, pelo que a «União Popular», em caso algum intervirá em luctas politicas. Não podem ser admitidas á federação associações em cujo programma seja incluída a acção politica, nem aquellas que, não tendo programma bem definido, tenham character ou acção politica.

§. Unico. Esta prohibição refere-se á «União Popular» como tal e nunca aos seus membros e directores, cuja liberdade não pode ser constringida somente pelo facto de pertencerem á «União Popular». Pelo contrario, aos mesmos compete o dever de darem o exemplo de dedicação e zelo em observar a respeito do dever eleitoral as determinações da Santa Sé e do Episcopado Mineiro, tendo em vista os direitos e necessidades da Igreja e da Patria.

Bello Horizonte, 15 de Novembro de 1918.

José Augusto Campos do Amaral,
director.

Bernardino Augusto de Lima, vice-director.

José Augusto Martins Silva, 1.º secretario.

Paulo Tavares, 2.º secretario.

Adolpho Magalhães, 1.º thesoureiro.

Joaquim Guilherme Baptista, 2.º thesoureiro.

Pe. Henrique Brandão, C. S. S. R. assistente ecclesiastico.



Dom Joaquim Silverio de Souza, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo de Diamantina, etc., etc., etc.

A todos os Fieis Christãos, saude e paz e bençam em Nosso Senhor Jesus Christo.

Fazemos saber que, tendo sido introduzidas algumas modificações nos Estatutos da «União Popular». Havemos por bem approvar como pela presente approvamos, para esta nossa Archidiocese, os novos Estatutos com as modificações feitas.

Dada em Diamantina, sob o signal e sello de Nossas Armas, aos 24 de janeiro

de 1919. Eu Padre Gabriel Amador dos Santos, Secretario do Arcebispado a escrever e subscrevo

(Assignado) Padre Gabriel Amador dos Santos.

(Assignado) Joaquim, Arcebispo de Diamantina.

Registrado a fls. III v. sob o n. 33 do livro competente.

(Assignado) Sebastião Alves Pereira, Sub-Notario da Camara Ecclesiastica.

D. Silverio Gomes Pimenta, por mercê de Deus e da S. Sé Apostolica, Arcebispo de Marianna, Prelado Domestico de S. S. o Papa Bento XV, Assistente ao Solio Pontificio, etc.

Aos Fieis Christãos saudação e benção em Jesus Christo N. Senhor.

Fazemos saber que, attendendo aos que nos foi ponderado, havemos por bem nomear, como de facto nomeamos o Revd. Padre Godofredo Strybos, da Congregação de S. S. R. Vigario da freguezia de S. José de Bello Horizonte e seus successores no officio parochial, «pro tempore» e emquanto não se mandar o contrario, Assistente Ecclesiastico do «Centro da União Popular do Estado de Minas Geraes» com todos os poderes necessarios, principalmente o de subdelegar para o mesmo cargo um dos Padres

Redemptoristas, seus substitutos. Esta será registrada em nossa Camara Ecclesiastica e no livro competente da «União Popular». Dada em Marianna sobre Nosso Sello e Signal, aos 8 de março de 1919.

Eu Conego dr. Domicio de Paulo Nardy a subscrevi.

Silverio, Arcebispo de Marianna.

Registrada a fls. 32a do livro competente da Camara Ecclesiastica.

C. Horta

D. Silverio Gomes Pimenta, pela graça de Deus e da Santa Sé Apostolica Arcebispo Metropolitano de Marianna, etc.

Aos fieis Christãos saudação, paz e benção em Jesus Christo Nosso Senhor.

Fazemos saber que tendo sido feita no 4.º Congresso Catholico Mineiro a eleição do dr. José Augusto Campos do Amaral para Director da «União Popular», de accordo com os Estatutos. Havemos por bem approvar e confirmar como pela presente approvamos e confirmamos a eleição feita e confiamos que continuará a prestar á causa catholica os serviços de sua fé, zelo e actividade com que tem trabalhado em prol da Religião em Nosso Arcebisado. Para esse fim enviamos ao digno Director com esta approvação, uma benção muito de coação.

Dada em Marianna sob nosso Sello e Signal aos 25 de novembro de 1918. Eu Conego Dr. Domicio de Paula Nardy o escrevi.

(Assignado) Silverio, Arcebispo de Marianna.

D. Silverio Gomes Pimenta, pela graça de Deus e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo de Marianna etc. Fazemos saber que tendo os Congressos Catholicos do Estado de Minas Geraes votado algumas modificações nos Estatutos da «União Popular» e tendo sido pedida a nossa approvação para os novos Estatutos redigidos de accordo com as modificações introduzidas. Havemos por bem approvar como pela presente approvamos para esta nossa Archidiocese os novos estatutos da «União Popular» com as modificações feitas.

Dada em Marianna sob nosso Sello e Signal aos 8 de janeiro de 1919. Eu Conego dr. Domicio de Paula Nardy, secretario a escrevi.

(Assignado) Silverio, Arcebispo de Marianna.

Exmo. Snr. Dr.

Accuso o recebimento do officio de V. Excia... 1.º Secretario da «União Popular» em Minas me partilhando sua installação definitiva desde o dia 4 deste como um acto decorrente das deliberações do 6.º Congresso Catholico de Belo Horizonte: Apresento portanto meus cumprimentos á digna Directoria da «União Popular», fazendo sinceros votos pela fecundidade de seus trabalhos patrioticos e envio-lhe a solicitada benção do Senhor.

(assignado) Antonio, Bispo de Guaxupé.

Guaxupé, 28 de outubro de 1918.

«Camara Ecclesiastica da Campanha». Exmo. sr. dr. J. A. Martins Silva, d. d. 1.º Secretario da «União Popular».

Recebemos com muito prazer o seu attencioso officio de 21 do corrente, pelo qual nos communica haver sido installada a 4 de outubro a «União Popular», conforme á deliberação tomada pelo 4.º Congresso Catholico.

Estamos tambem informado de haver sido constituída a Directoria da mesma e muito folgamos de ver escolhidas para os differentes cargos pessoas idoneas e competentes, que saberão dirigir com muito acerto os destinos de tão louvavel Associação.

Grato pela gentileza da communicação, fazemos votos pela prosperidade da "União Popular", desejando que a sua acção se traduza em resultados benéficos e que os seus trabalhos consigam o exito desejado.

Como penhoir destes nossos ardentes votos, enviamos a todos a nossa benção.

(assignado). João, Bispo Diocesano.

Pouso Alegre, 28 de outubro de 1918.

Illmo. Sr.:

Tenho prezenta o officio em que V. S. communicou achar-se installada a "União Popular" nessa cidade e me faz sciencia dos nomes que constituem a sua digna directoria.

Muito grato pela communicação, envio, com muito prazer, a minha benção a todos os directores dessa importante associação e faço sinceros votos para que os seus trabalhos sejam coroados de feliz exito, concorrendo grandemente para o progresso religioso de Minas.

Deus guarde V. S.

(n.) Octavio, Bispo de Pouso Alegre.



Fontes

Arquivos do Convento Nossa Senhora de Lourdes, em São João del Rei

Caderno União Popular

Caderno Associação Católica Operária

Caderno Club Dramático União Popular

Pasta: F. Cândido

Pasta: F. Cândido – União Popular

Pasta: Cartas de D. Helvécio a F. Cândido

Pasta: Associação Católica Operária – 1907

Pasta: Documentos numerados 1905-1907

Pasta: Documentos numerados 1904-1912

Pasta: Documentos não numerados 1904-1912

Pasta: Documentos 1909 – Frei Cyrillo e Nina Sanzi

Pasta: Documentos não numerados 1916-1922

Pasta: Documentos 1925 – Polêmica com Basílio de Magalhães

Pasta: Documentos 1926 – Polêmica com Basílio de Magalhães

Pasta: Documentos 1926-1927

Arquivo Sebastião de Oliveira Cintra

Caderno TIO (excertos do Caderno de Apontamentos de f. Cândido Vroomans)

Biblioteca Municipal Caetano Baptista d'Almeida e Museu Regional de S. João del Rei

Jornal O Combate 1900-1904

Jornal O Resistente 1900-1904

Jornal O Reporter 1905-1914

Jornal A Opinião 1907-1910

Jornal O Dia 1912-1913

Jornal Reforma 1913-1920

Jornal A Tribuna 1914-1926

Jornal A Evolução 1913-1914

Jornal O Zuavo 1914-1915

Jornal Ação Social 1915-1925

Jornal A Nota 1917-1918

Jornal Minas-Jornal 1918-1919

Jornal O S. João del Rei 1920-1922

Jornal A Cruzada 1925-1927

Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis, em S. João del Rei

Compromisso da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João del Rei - 1908

Arquivo Albergue de Santo Antônio, em São João del Rei

Caderno de Atas da União Popular de S. João del Rei – I

Caderno de Atas da União Popular de S. João del Rei – II

Arquivo Casa Paroquial Rio Claro – Padre Jamil N. Abib

Boletim A União Popular ano I, num I, 1908

Boletim A União Popular ano I, num III, 1909

Boletim A União Popular ano I, num IV, 1909

Estatutos da União Popular do Brasil. Belo Horizonte, 1909

Estatutos da União Popular – Confederação das Associações Católicas de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1911.

Estatutos da União Popular – Organizados sobre os estatutos da União Popular do Brasil com as modificações determinadas pelos Congressos Católicos de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1919.

União Popular do Brasil – A Ação Social: As Cooperativas do Sistema Raiffeisen por P. Modesto de Mello. Petrópolis, 1909.

Organização Operária – Exposição de alguns princípios Pelo Dr. Campos do Amaral. Belo Horizonte, 1919.

- ALVARENGA, Luis de Melo. São João del Rei e seu fundador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei*, vol. IV, 1986.
- ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária de Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Campinas, diss. mestrado/ Unicamp, 1984.
- ARAÚJO, José C. Souza. *Igreja Católica no Brasil. Um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo, Paulinas, 1986.
- AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: Rogier, Aubert & Knowles (orgs.) *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, vol. V, tomo I, 1975.
- _____ Os Inícios do Catolicismo Social. In Rogier, Aubert & Knowles (orgs.) *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, vol. V, tomo I, 1975.
- _____ Pastoral e Ação Católica. In: Rogier, Aubert & Knowles (orgs.) *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, vol. V, tomo I, 1975.
- _____ Pio X, O Papa da Reforma Conservadora. In: Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, Tomo VIII, 1978.
- AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica em MG: 1920-1930. *Síntese*, n. 14, vol. V, set/dez 1978.
- _____ O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. *Síntese*, n. 10, 1977.
- _____ *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo, Paulus, 1994.
- BARBOSA, José Victor. *São João d'El-Rey através suas Ephemerides*. São João d'El Rey, Tipografia Assis, 1930.
- BAUMGARTNER, Jakob. La expansión de las misiones católicas desde León XIII hasta la Segunda Guerra Mundial. In: H. Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, tomo VIII, 1978.
- BENDISCIOLI, Mario. La cuestión romana y el catolicismo italiano. In H. Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, tomo VIII, 1978.
- BÉNICHOU, Paul. *Le temps des prophètes – Doctrines de l'âge romantique*. Paris, Gallimard, 1977.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986.
- BRAGA, Tancredo. *Álbum de S. João del Rei*. S. João del Rei, Tipografia Comercial, 1913.

- BREZZI, Camillo. Movimento Cattolico e Questione Operaia. In: Traniello & Campanini (org.) *Dizionario Storico del Movimento Cattolico in Italia 1860-1980*. Torino, Marietti, vol I, tomo 1, 1981.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.
- CAES, André Luiz. *Da espiritualidade familiar ao espírito cívico: a família nas estratégias de reestruturação da Igreja (1890-1934)*. Campinas, diss. de mestrado/Unicamp, 1995.
- CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, tese doutoramento/USP, 1986.
- CAMP, Richard. *The Papal ideology of social reform: a study in historical development, 1878-1967*. Leyden, L. Brill, 1969.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I – Instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- _____ *A República Velha II – Evolução política (1889-1930)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- CARVALHO, Horácio. *Almanack de S. João del Rei*. S. João del Rei, 1924.
- CASTILHO, Juan J. *El sindicalismo amarillo en España. Aportación al estudio del catolicismo social español (1912-1923)*. Madrid, Edicusa, 1977.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2 vols., 1982.
- _____ *Galeria das Personalidades Notáveis de S. João del Rei*. FAPEC, 1994, São João del Rei, 1994.
- DAGOGNET, François. *Philosophie de L'Image*. Paris, Vrin, 1986.
- DELUMEAU, Jean. *La Reforma*. Trad. José Termes. Barcelona, Labor, 1967.
- DESCHAND, Pe. Desidério. *A situação atual da Religião no Brasil*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1910.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem. A Doutrina Católica sobre Autoridade no Brasil 1922-1933*. São Paulo, ed. UNESP, 1996.

- DI NOLA, Alfonso. Sagrado/Profano. In: *Mythos/Logos; Sagrado/Profano. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional, vol. 12, 1987.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais - um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira república*. São Paulo, HUCITEC/ Ed. UFMG, 1988.
- FALBEL, Nachman. *Os Espirituais Franciscanos*. São Paulo, Edusp/Fapesp/Perspectiva, 1995.
- FAUSTO, Boris. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, tomo III, vol. 2, 1977.
- FRADES FRANCISCANOS HOLANDESES. *O Gymnasio Santo Antônio dos padres Franciscanos em São João D'el - Rey - notas históricas - 01/02/1914 - 01/08/ 1926* - São João del Rei, Typografia Comercial, 1926.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Linguagem e pensamento conservador: Aristóteles fonte da sociologia. *Revista USP*, n. 3, set/out/nov, 1989.
- GALLAGHER, John A. Categorias Teológicas nas Encíclicas Sociais. *Concilium*/237, 1991/5.
- GARCÍA, Feliciano Montero. *El Primer Catolicismo Social y la Rerum Novarum en España (1889-1902)*. Madrid, CSIC, 1983.
- GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 148, dez/1992.
- GUENNOU, Jean. Las Misiones Catolicas, In: Henri-Charles Puech (org.) *Historia de las Religiones. Las Religiones Constituidas en Occidente y sus Contracorrientes, II*. Cid. do México, Siglo XXI, vol. 8, 1981.
- GUERRA, Antônio Manoel de S. *Pequena história do teatro, circo, música e variedades em São João del Rei de 1717 a 1967*. São João del Rei, 1970.
- GUIMARÃES, Fábio Nelson. Imigração de colonos italianos em São João del Rei. *Revista Vertentes*, série 1, FUNREI, 1989;
- GUIMARÃES, Geraldo. O Capão da Traição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei*. Vol. IV, 1986.

- IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: *História e Ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- JOÃO MARIA, OFMC. *Guia dos Terceiros Franciscanos*. Bahia, tipografia S. Francisco, 1920.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei – Um Estudo sobre Teologia Política Medieval*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KÖHLER, Oskar. Los movimientos sociales. In: Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, tomo VIII, 1978.
- _____ El catolicismo en la sociedad global. In Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, tomo VIII, 1978.
- _____ El desarrollo de los catolicismos en la sociedad moderna. In: H. Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona : Herder, tomo VIII, 1978.
- KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial. Magistério e Imigração Alemã*. Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul, ed. da Universidade/ed. da UFSC/EDUCS, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- LEÃO XIII. *Rerum novarum*, documentos pontifícios, n.2. Petrópolis, Vozes, 1959.
- _____ *Humanum Genus*. Documentos pontifícios, n. 13. Petrópolis, Vozes, 1948.
- _____ *Diuturnum Illud*. Documentos pontifícios, n. 12. Petrópolis, Vozes, 1946.
- _____ *Misericors Dei Filius*. Documentos pontifícios, n. 92. Petrópolis, Vozes, 1953.
- _____ *Auspicato Concessum*. Documentos pontifícios, n. 92, Petrópolis, Vozes, 1953.
- LEFORT, Claude. *Pensando o Político - ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Trad. Eliana M. Souza. SP/RJ, Paz e Terra, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- _____ Clérigo/Leigo. In: Mythos/Logos; Sagrado/Profano. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, vol. 12.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação - o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- _____ *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986.

- LEOPOLDO e SILVA, D. Duarte. *O Clero e a Independência*. Rio de Janeiro: Centro D. Vital, 1923.
- LILL, Rudolf. El Kulturkampf en Prusia y en Imperio Alemán hasta 1878. In Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Editorial Herder, tomo VIII, 1978.
- _____ El fin del Kulturkampf en Prusia y en Imperio Alemán. In Hubert Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Editorial Herder, tomo VIII, 1978.
- _____ El catolicismo alemán entre el kulturkampf y la primera guerra mundial. In H. Jedin (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, tomo VIII, 1978.
- LIMA, Mário. *O Bom Combate (subsídios para a história de 20 annos de ação social catholica em Minas)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
- LOPES, José da Paz. Imigrantes italianos em São João del Rei: passeata, polícia e dispersão. In De Boni, Luis A. *A presença italiana no Brasil*. Torino/Porto Alegre, Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, 1990, Vol. II.
- LUSTOSA, Oscar de F. (org.) *Igreja e Política no Brasil - do Partido Católico à L.E.C. (1874-1945)*. São Paulo, Loyola/CEPEHIB, 1983.
- _____ Presencia de la Iglesia en la sociedad brasileña. In Aldea e Cárdenas (org.) *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, Tomo X, 1978.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano IV, n. 3 (14), jul/1982.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano IV, n. 4 (15), out/1982.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano V, n. 2 (17), abr/1983.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano VI, n. 1 (20), jan/1984.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano VII, n.1 (24), jan/1985.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano VII, n. 2 (25), abr-mai-jun/1985.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano VIII, n. 27 (1), jan-mar/1986.
- _____ (org.) *Boletim do CEPEHIB* ano VIII, n. 28 (2), abr-jun/1986.
- MAGALHÃES, Basílio de. *A Nova Administração do Município de São João Del Rei*. São João del Rei, Commercial, 1923.
- MAIA, Tom & Maia, Thereza Regina C. e Iglésias, Francisco. *São João del Rei na História de Minas e do Brasil*. Rio de Janeiro, EXPED, 1986.

- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1989*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MALATIAN, Teresa Maria. Catolicismo e Monarquia na Primeira República. *História*. São Paulo, v.11, 1992.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sérgio M. Santeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: o discurso e a prática do catolicismo no Brasil (1850-1915)*. São Paulo, tese de doutorado/USP, 1989.
- MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: 1842-1849: Imprensa, Ideologia e Poder Político*. São Paulo, Moderna, 1980.
- _____ *Imprensa e História em Pernambuco, na Primeira Metade do Século XIX. Cadernos Intercom*. São Paulo, ano 2, n. 6, outubro/1983.
- _____ *O império da "conciliação": política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*. Campinas, tese Livre Docência/Unicamp, 1999.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira: (1915-1933)*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, vol. VI, 1978.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte, O Lutador, 1990.
- MAYEUR, Jean-Marie. *Catholicisme Social et Démocratie Chrétienne - Principes romains, expériences françaises*. Paris, CERF, 1986.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- MENEZES, Carlos Alberto de. *Ação Social Católica no Brasil. Corporativismo e sindicalismo*. São Paulo, Loyola, 1986.
- MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- MORO, Renato. Azione Cattolica Italiana (ACI). In Traniello e Campanini (dirs.) *Dizionario Storico del Movimento Cattolico in Italia (1860-1980)*. Torino, Marietti, I/1 1981.
- MOURÃO, Francisco. *Tradições de São João Del Rei*. São João del Rei, Commercial, 1924.

- MOURÃO, Paulo K. C. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970.
- PASSOS, Mauro. *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica: a porta de uma memória (1900-1930)*. São Paulo: Loyola, 1991.
- PERDIGÃO, Leopoldina Inês de Castro. *Histórico do Albergue Santo Antônio de São João Del Rei*. (Trabalho apresentado no Iº Encontro das Irmãs Carmelitas, São João Del Rei, 1977).
- PINHEIRO, P. S. & Hall, M. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. Documentos. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- PIO X. *Il fermo proposito*, documentos pontifícios 38. Petrópolis, Vozes, 1959.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido. A prisioneira*. Trad. Manuel Bandeira e Lourdes Sousa de Alencar; São Paulo, Globo, 1994.
- PUECH, Charles & Brelich, Ângelo. Prolegômenos a una Historia de las Religiones, in: *Historia de las Religiones*. Madrid, Siglo XXI, vol. 1, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- REGRA E CONSTITUIÇÕES *da Ordem Terceira de São Francisco*. Em apêndice: Dois discursos do Papa Pio XII sobre a Ordem Terceira Franciscana. Petrópolis, Vozes, 1959.
- RESENDE, Antônio de Lara. *Memórias 2 - da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva*. Belo Horizonte, 1972.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM - 1889-1906*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.
- RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social; 1913-20*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo, Kairós, 1979.
- _____ *Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____ *Corpo e cristal: Marx romântico*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

- _____ *Lux in tenebris: meditações sobre filosofia e cultura*. São Paulo, Cortez/ed. Unicamp, 1987.
- RÖWER, Basílio. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1947.
- SACHSSE, Christoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o Império e a República de Weimar. *Veritas*, Porto Alegre, v. 37, nº 148, dez/1992.
- SAMBEEK, Feliciano van (org.) *Memórias de S. João del Rei. Fragmentos dos arquivos do Colégio S. Antônio e do Convento N. Sra. De Lourdes, em S. João del Rei (1904 - 1998)*. S. João del Rei, 1999.
- SANTOS, José Bellini dos. *São João d'El Rey: a cidade que não olhou para trás*. São João del-Rey, Gráfica Diário do Comércio, 1949.
- SENNA, N. *Anuário Estatístico Ilustrado do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa oficial, vols. I e II, 1906-1907.
- SERRANO, Jonathas. O Clero e a República. In: Vicente L. Cardoso (org.) *À margem da História da República*. Brasília: edunb, vol. 8, tomo I, 1981.
- SOBRINHO, Antônio Gaio. *História do Comércio em São João del Rei*. S. João del Rei, 1997.
- _____ *Sanjoanidades - um passeio histórico e turístico por São João del Rei*. São João del Rei, 1996.
- SOUZA, Marco Antônio. *A Economia da Caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte 1897 - 1930*. Belo Horizonte, diss. Mestrado/UFMG, 1994.
- STAPHORST, Sabino. *Vinte e cinco anos no Brasil: 1899-1924. Comemoração do jubileu de prata da presença dos franciscanos holandeses no Brasil*. Weert, 1924; trad. Helano van Koppen, Belo, Horizonte, Promoção da Família ed., 1985.
- TAVENEAU, René. El Catolicismo Postridentino. In: Henri-Charles Puech (org.) *Historia de las Religiones. Las Religiones Constituidas en Occidente y sus Contracorrientes, II*. Cid. do México, Siglo XXI, vol. 8, 1981.
- TETTEROO, Samuel. *A Ordem dos Frades Menores no Brasil - Resumo histórico-cronológico 1500-1924*. S. João del Rei, tipografia Ação Social, 1924.
- TORRES, João C. de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1968.
- ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *O Solidarismo*. São Leopoldo, UNISINOS, 1993.

- VALADIER, Paul. *Catolicismo e Sociedade Moderna*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo, Loyola, 1991.
- VARGAS, João Tristan. *Ordem Liberal e Relações de Trabalho na Primeira República*. Campinas, tese doutoramento/Unicamp, 1999.
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del Rei*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.
- VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília, ed. UNB, 2 vols., 1998.
- WERNET, Augustin. *Os Redentoristas no Brasil*. Aparecida, Santuário, 2 vols., 1995.
- WIRTH, John D. *O Fiel da Balança - Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1982.